



A BUSCA PELA PALAVRA ROUBADA

**ESTRATÉGIAS DE COMUNICAÇÃO E ARTICULAÇÃO DE POVOS E
NACIONALIDADES INDÍGENAS NA AMAZONIA EQUATORIANA**

Maria Luiza de Castro Muniz

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA

A BUSCA PELA PALAVRA ROUBADA:

Estratégias de comunicação e articulação de povos e nacionalidades indígenas na
Amazônia equatoriana

Autor: MARIA LUIZA DE CASTRO MUNIZ

Tese de doutorado apresentada ao Departamento de Sociologia da Universidade de
Brasília/ UnB como parte dos requisitos para a obtenção do título de Doutora.

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA

Tese de Doutorado

A BUSCA PELA PALAVRA ROUBADA:

Estratégias de comunicação e articulação de povos e nacionalidades indígenas na
Amazônia equatoriana

Autora: Maria Luiza de Castro Muniz

Orientador: Professor Dr. Marcelo Rosa (UnB)

Banca:

Profa. Dra. Catherine Walsh (Universidad Andina Simon Bolivar/Equador)

Prof. Dr. Salvador Andrés Schavelzon (UniFESP)

Prof. Dr. Jose Jorge de Carvalho (DAN/UnB)

Prof. Dr. Joaze Bernardino Costa (SOL/UnB)

Profa. Dra. Sayonara de Amorim Gonçalves Leal (SOL/UnB - suplente)

Brasília, 2016

Para minhas mestras ancestrais.

AGRADECIMENTOS

Gratidão à wayusa, à folha de coca e à ayahuasca, ao *palo santo* – pela energia e autoconhecimento. Aos rios, cachoeiras, árvores, ao vento e ao ar rarefeito de Quito. Ao sol, à lua, à paisagem vista da sacada e ao vulcão tímido no horizonte, que me animaram nas manhãs mais difíceis.

Gratidão, Clélia, Paulo e Pedro – o núcleo familiar que me sustenta e acolhe sem limites. Gratidão às minhas mestras e mestres ancestrais, especialmente a Azlyn Odarp, quem foi minha maior motivação na reta final do longo caminho trilhado.

Gratidão ao orientador Marcelo Rosa pela paciência e pela cumplicidade na jornada não exemplar – e gratidão à sua Rosa, por dividir a atenção do pai com os capítulos acumulados de última hora.

Gratidão, Catherine! Mais que uma mera supervisora durante o doutorado sanduíche, foi uma companheira ao longo dos meus próprios 'serpenteios'. Ainda lembro da sua imagem delineando, em um papel pardo estendido no chão, um dos muitos mapas conceituais desenvolvimentos ao longo do Doutorado na *Universidad Andina Simón Bolívar*, de onde extrai inspiração para mapear meus caminhos. Gratidão pelo seu olhar atento enquanto eu me empolgava relatando minhas descobertas do trabalho de campo. Gratidão, Paulo Freire!

Gratidão a todos os 'Decules' da turma de 2014-2015. Amigos e mestres! Gratidão, Daniela e a todas amáveis companheiras diárias de escrita na Biblioteca da UASB. Gratidão ao grupo de colegas doutorandos do PPGSOL, e em especial àqueles do Laboratório de *Sociologia na exemplar*.

Gratidão, Dairo, por ensinar-me com sua prática a “pedagogia da escuta”.

Gratidão, Franklin, pela imensa acolhida,

Gratidão Guerreira Solar, pelo exemplo. Gratidão, Laura, pela magia. Gratidão, Geli, pela 'lua' e pela partilha. Gratidão Carmen e Marina, companheiras de aventura.

Gratidão, Esperancita, pelo canelazo (sin trago) e pelo calor. Gratidão, a todos e todas os funcionários e colaboradores da UASB, aqui representados por: Pachita, Diana, Don Sergio, Jacque Pabón, Marianela, Christian, dentre tantos outros. Gratidão, Juan Casco, pela arte e paciência!

Gratidão, Santiago, pelo bom humor, pelo café, pela escuta, e por me ensinar a não temer o conflito e a enfrentar a culpa judaico-cristã.

Gratidão aos companheiros de vida que passaram pelo meu caminho, pelo amor e aprendizado.

Gratidão, Gustavo, pelas gargalhadas fartas.

Gratidão, Eduardo Pichilingue, pela perspectiva de defender vidas ‘invisíveis’.

Gratidão, Manuela, minha linda, guerreira e colorida vizinha.

Gratidão, aos integrantes do coletivo *El Churo*, sobretudo pelos desafios compartilhados. Gratidão, Anita Acosta.

Gratidão, Beta e Selminha. Gratidão, Susi Salvador, pela luz e pela palavra.

Gratidão, Anita, pela valiosa presença e pela pedagógica ausência.

Gratidão, Lucho Corral, pelas boas vindas, pela inspiração e pela trans-piração dos exemplos de luta e militância.

Gratidão, Renata Cunha, pela partilha na distância.

Gratidão a todos e todas funcionários e funcionárias do PPGSOL. A todos professores e professoras.

Gratidão, Fabricio Guáman, pela casa, pela árvore e pela companhia.

Gratidão aos assistentes Lucas Muniz e Cleber Fernandes, pela ajuda na organização de documentos e pela valiosa pareceria na reta final.

Gratidão, Monica Bruckmann, pelo diálogo que foi inspiração para essa jornada.

Gratidão à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) e ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) – que possam seguir garantindo a futuros(as) pesquisadores(as) fomentos fundamentais para um Brasil democrático.

Gratidão, Equador – país que, repousando entre vulcões e *temblores* me ensinou que, diante das adversidades, o melhor é respirar e seguir caminhando. Gratidão pelos exemplos de solidariedade: a minga, a peña solidária, o pampa mesa...

Aos interlocutores e interlocutoras Achuar, Waorani, Shuar, Kichwa, Andwa, Sápara, Shiwiar. Gratidão pelas buscas, pelos (des)encontros, pelo diálogo e pelos ruídos, pelo maito, pela yuca, pela chicha (cujo preparo ilustra a capa deste trabalho), pela dança, pelo wituk, pelos ensinamentos, pelos (des)aprendizados e, sobretudo, a mais imensa gratidão por lutarem por mundos alter-nativos para as(os) filhas(os) que virão.

“Con la palabra serpiente se puede cruzar un río repleto de caimanes”

(Poema *La palabra Macumba* – Aimé Césaire).

RESUMO

Este estudo dedica-se a análise de estratégias de articulação e comunicação de povos e nacionalidades indígenas na Amazônia equatoriana, mais especificamente na região Centro-Sul. Tendo em vista conexões e vínculos comunitários entre a palavra e o território, objetivou-se acompanhar formas de resistência às atividades petrolíferas naquela região, atentando para o fato de que, desde 2012, tem sido cada vez mais intensas as reações frente ao projeto governamental de expansão da fronteira extrativista ao sul. Em diálogo com a teoria prática decolonial e a prática teórica de interlocutores indígenas amazônicos, busquei identificar, no âmbito do projeto do governo Correa para concessão de 14 frequências às diversas nacionalidades (majoritariamente amazônicas), as possibilidades de reconstrução/ recuperação da palavra roubada. Ou seja, de uma palavra historicamente colonizada, usurpada, silenciada, folclorizada, exteriorizada, evangelizada. Desde uma metodologia-pedagogia da pergunta – contribuição de Paulo Freire –, e com ênfase num horizonte ‘co-labor-ativo’, participativo, a presente pesquisa consistiu num caminhar com e ao lado dos interlocutores(as) vinculados às rádios comunitárias, mas também àqueles(as) situados à sua margem. A busca pela palavra roubada representou o encontro com um emaranhado complexo, contraditório, dinâmico e conflitivo – intra e intercomunitário, intra e interorganizativo. Este tecido expõe agências dentro-fora da modernidade/colonialidade, bem como possibilidades de ação e serpenteios na fronteira do sistema capitalista. Em relação a este último, os sujeitos da presente pesquisa não se encontram externos, mas sim exteriorizados, enfrentando a racialização de seus corpos e saberes. Equador, Estado constitucionalmente plurinacional e intercultural, possibilitou o encontro com uma conjuntura bastante fértil ao plantio de questionamentos sobre a recuperação e/ou liberação da palavra, especialmente no marco da Lei Orgânica de Comunicação (2013). Este trabalho destina-se a ser uma brecha mais para escuta pedagógica de povos e nacionalidades indígenas junto e desde seus territórios ancestrais.

Palavras chaves: comunicação, escuta, território, economia extrativa, Revolução Cidadã.

RESUMEN

Esta tesis analiza las estrategias de comunicación y articulación de los pueblos y nacionalidades indígenas en la Amazonía centro-sur ecuatoriana. Considerando conexiones y vínculos comunitarios entre la palabra y el territorio, he acompañado formas de resistencia a las actividades petroleras en aquella región, resaltando el hecho de que, desde 2012, las reacciones han sido cada vez más intensas frente al proyecto gubernamental de expansión de la frontera extractiva. Dialogando con la teoría-práctica decolonial y la práctica teórica de interlocutores indígenas amazónicos, busqué identificar, en el ámbito del proyecto del gobierno Correa para la concesión de 14 frecuencias radiales a diversas nacionalidades (mayoritariamente amazónicas), las posibilidades de reconstrucción / recuperación de la palabra robada. O sea, de una palabra históricamente colonizada, despojada, silenciada, folklorizada, exteriorizada, evangelizada. Desde una metodología-pedagogía de la pregunta – contribución de Paulo Freire –, y con énfasis en un horizonte ‘co-labor-activo’, participativo, la presente investigación se constituyó en un caminar con y al lado de los interlocutores(as) vinculados a las radios comunitarias, pero también a los(as) ubicados(as) a su margen. La búsqueda de la palabra robada representó el encuentro con un enmarañado complejo, contradictorio, dinámico, y conflictivo – intra e intercomunitario, intra e interorganizativo. Este tejido expone agencias dentro-fuera de la modernidad/colonialidad como posibilidades de acción y serpenteos en la frontera del sistema capitalista. Con relación a este último, los sujetos de esta investigación no se encuentran externos sino exteriorizados, enfrentándose a la racialización de sus cuerpos y saberes. Ecuador, Estado constitucionalmente plurinacional e intercultural, posibilitó el encuentro con una coyuntura bastante fértil al plantío de cuestionamientos sobre la recuperación y/o liberación de la palabra, especialmente en el marco de la Ley Orgánica de Comunicación (2013). Este trabajo pretende ser una grieta más hacia una escucha pedagógica de los pueblos y nacionalidades indígenas, los cuales con-viven y comunican junto y desde sus territorios ancestrales.

Palabras claves: comunicación; escucha; territorio; economía extractiva; Revolución Ciudadana.

IMIANTRI

(SHUAR CHICHAM)

Ju takatka tarimiat aents samenkma nuka ajeperi matsatainia, itiurá chichaman aujmatak anturnaik matsamin ainia nuna umamkes aujmateawai, itiura nii nunken-kampunniurin chichamrin ainia nusha aujmatkamuiti. Tura ecuatura uuntri mukusa kuri, tarimiat aents matsatmanum jusatniu chichamrukma aun itiura ayamruinia warinia najanainia nuna imiatrus aujmateajai. Juu anentaikia, ii nunke ayamruktin chichanka naantin 2012 juarki yamaisha tarimiat aentska tii nakitiainiawai. Samenkma nunkanam pujuinia aujmatmari, najanmari nekaar iyaji, tura Ecuatura uuntri 14 tuntui takakmastinian chichame anturtchataish paantin ajasarat tusa susaruiti. Yaunchu puju aents kaunkamunmayank chichame anturchatai, kajintmatkimiu, atantkimiu, wasuraik anentaimesma juakuiti. Juu takatka mamikmasar yainiaikiar, pachintiukar ii chichamesha shiir anturnaikiatai tusar najanamuiti. Najanki weamunam itiurchat nukap inkiunmaji, irutkamunam, irutkamujai aintsan mash tarimiat aents irutramu chichamruiniajaish itiurchatka wainniakmai. Juu chihcamka yupitsak aujmatsachminiati, nekaska kuitrintin ainia au imiatrus utsukrataniatsui nii kakarmari mijiatawaink tusar junaka surimshim ajau ainiawai. Tuma asamtai juu takata eemtikiainiash paantin ajasaruiti tarimta nunisank nii pujutairi iniakmamsar, ayashnum, pujutainiam paantin iniakmamainiawai penker takata umiktai tusar. Ekuaturka, nukap aents ni pujutairi nishaá ainia iruntramuiti tuma asamtai juu chicham yamaikia yupichu aujmatsamniaiti umitiai papi uwí 2013 najanamu tana aitkiasrik. Juu takatka tarimiat aents, nii nunkeen matsamsarank chachamen shiir anturnaikiarat tusa jintiawai.

Paantin chicham: aujnyamu; antamu; nunkanmaya; emesmakar kuitriniatin; Antsti Yapajnyamu.

(Interpretado por Anibal Tsukanka, Linguista, professor, com especialidade em Interculturalidade e Gestão)

SUMMARY

This study is dedicated to the analysis of articulation and communication strategies of indigenous peoples and nationalities in the Ecuadorian Amazon, specifically in the South Central region. Concerning connections and community ties between the word and the territory, I aimed at accompanying forms of resistance to oil activities in the amazon region, paying attention to the fact that, since 2012, there have been increasingly intense opposite reactions to the government project of expanding the extractive border towards the south. In dialogue with the decolonial theoretic practice and the theoretical practice of Amazonian indigenous interlocutors, I sought to identify, under the Correa government project to grant radio frequencies to 14 different nationalities (mostly Ecuadorian Amazon), the reconstruction possibilities/recovery of the 'word stolen'. That is, a word historically colonized, misused, silenced, folkloric, externalized, evangelized. Starting from the methodology-pedagogy of the questioning – a Paulo Freire's contribution - and with emphasis on the horizon 'co-labor-active', participatory, this research consisted of a walk with and alongside the interlocutors linked to community radio stations, but also with those located on the edge of this spaces. The search for the word stolen represented the encounter with a complex tangle, contradictory, dynamic and conflictive - intra and inter-community, intra and inter organization. This tissue exposes agencies inside-outside of modernity / coloniality, as action and serpentine movement possibilities on the border of the capitalist system. In the latter case, the subject of this research is not external but externalized, facing the racialization of their bodies and knowledge. Ecuador State constitutionally plurinational and intercultural, allowed the meeting with a very fertile environment for planting questions about the recovery and / or liberation of the word, especially in the framework of the Communication Organic Law (2013). This work is intended to be another pedagogical listening opportunity to dialog with indigenous peoples and nationalities together and from their own ancestral territories.

Key words: communication, listening, territory, extractive economy, Revolución Ciudadana

UCHILLAYACHISHKA YUYAY

(KICHWA)

Kay taripayka Ecuador Antisuyu runakunapa willay, shinallatak chimpani paktachik ruraykunatami kuskin. Shimiwan, shinallatak allpamamawan runa kawsaykunawan wankurikunata rikushpa, riksishpami antisuyupi yana kuri shurkuykunata chikan chikan rikuyupi mana nikkunatami kumpashkani, 2012mantaka, hatun mama llakta pushakpa kipapakchiruray, yuyay mana nikunaka ashtawanmi sinchiyashka. Antisuyu runakunawan shinaymanta, yuyuymantapish chimpanura rimarishpa, hatun mamallaktata pushakpa kipapakchiruraypimanta, chunka chusku ankiuyarita, antisuyu runakunaman karashkamanta riksiyta munarkani imashinatak shuarishka shimita kutin wiñachi, tikra charirita munarkakuna nishpa. Nishpaka, waranka waranka pachakunapi, shuktak willkaywan, mishu shimiwan, shuktak kawsaywan, upallachishka shimitami shuwshka. Tapushpa yachayñanmanta – Paulo Freirepa yuyay – ruraklla runa shinallatak ayninakuk sayaypi sinchiyachishpa, antisuyuruna anki uyarikunamanta pushakkunawan pakta, mayapi purishpami kay taripayka shinakrirka, killkakrirka. Shuarishka shimi maskayka sinchi kuskapi shinami urmaka, ayñiy, shinaylla, phiñari, hawa, uku tantanakuyupi imashina kaymi rikurirka. Kay runa kawsay chimpaniyka kullkuyukpa, kunan kaywsay runa shuktak kawsay shinari shinami rikurin. Kay kunanlla yuyaywan chimpanipi, taripari runakunaka mana hawapichu kahunkuna, shinapish hawayarishka, ukku, yachaypish sapay kawsaykunamantami makarishka. Ecuador, Plurinacional interculturalpish mamallaktachiyka kunan pacha wachariy kawsaywan, shimi katariy, tikra chaririywan riksiritami paktachina shina karka, Ley Orgánica de Comunicación wiñarimanta. Kay llamkayka runakunapa kawsayta punku uyari rikshichimi kan, kay runakuna paykunapa wankurishpa kawsay, allpapawan pakta kawsak willarikkunami kan.

Rikuylla shimikuna: willay, uyay, llaktari allpa, yana kuriwan wiñari yuyay, Revolución Ciudadana nishka

Interpretado por Apawki Illapa Castro Vaca, Comunicador Social, professor e tradutor de Kichwa, Panzaleo *runa* (Cotopaxi).

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1. Comparação entre o cadastro petrolero de 2010 e 2011 elaborada por Carlos Mazabanda

Gráfico 2. Estações de Radiodifusão por classe (ARCOTEL, 2015)

LISTA DE MAPAS

Mapa 1. Mapa das rádios das nacionalidades

Mapa 2. Comparação do cadastro petrolero entre 201-2011.

Mapa 3. XI Rondada Petroleira e territórios das nacionalidades indígenas (2012)

Mapa 4. Mapa de Conflito socioambiental e o Parque Nacional Yasuní (Bloco 43)

Mapa 5. Mapa del Bloque 79-83 y Comunidades Sapara

Mapa 6. Território sapara segundo NASE pro governo nacional

Mapa 7. Território sapara, blocos petroleros e povos isolados

LISTA DE TABELAS

Tabela 1. Ficha Informativa del Proyecto Fortalecimiento de la capacidad técnica, administrativa y organizativa de las Organizaciones Indígenas de la Amazonía y de la Sierra Centro

Tabela 2. Propostas apresentadas pela AMWAE durante a oficina de co-labor (Maio de 2015)

Tabela 3. Dados apresentados pelo governo nacional equatoriano sobre processo de consulta prévia realizado entre 2011-2012.

Tabela 4. Blocos petroleros, valores e nacionalidades “compromissadas” (2012)

Tabela 5. Estado de licitações dos blocos da XI Ronda e realização de consulta prévia (2012)

Tabela 6. Fragmento do “*Resumen ejecutivo de los contratos de Regimen Especial*” da SHE (outubro/2013)

Tabela 7. Quadro político-organizativo das rádios das nacionalidades (2014-2016)

Tabela 8. Síntese das características do Estado Nacional e do Estado Plurinacional

Tabela 9. Síntese das características do Estado Monocultural e Intercultural

Tabela 10. Fases do projeto para *Creación de redes de medios comunitarios públicos y privados locales*

Tabela 11. Síntese do longo (e incluso) caminho das nacionalidades até as frequências de radiodifusão definitivas (2014-2016)

Tabela 12. Participação das concessões de rádio e TV nacional (2013).

Tabela 13. Ficha Informativa do Projeto *Fortalecimiento de la capacidad técnica, administrativa y organizativa de las Organizaciones Indígenas de la Amazonía y de la Sierra Centro* (2012-2015)

Tabela 14. Financiamento do projeto de “fortalecimento organizativo” da SNGP segundo cada atividade prevista

Tabela 15. PROTESTOS, MOBILIZAÇÕES E MANIFESTAÇÕES

Tabela 16. Resumo Executivo do Plano Anual de Investimento Público da SNGP – Gasto previsto por projeto (2015)

Tabela 17. Quadro-síntese de categorias e processos chaves abordados

Tabela 18. Desafios e propostas para comunicação comunitária em oficina de Macuma (março/2015)

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

*Capa: Mulher Kichwa preparando chicha. Registro fotográfico realizado pela autora em Arajuno (2015)

Ilustração 1. Mapa conceitual prático da busca pela palavra

Ilustração 2. Mi Buen Amigo en la Comunidad

Ilustração 3 - Fragmentos do livro *Mi buen amigo en la comunidad*

Ilustração 4. La Amazonía que nos queda (Logo de campanha/ Pachamama)

SIGLAS E ABREVIATURAS

ACIA	- <i>Asociación de Comunidades Indígenas de Arajuno</i>
Aepet	- <i>Associação dos Engenheiros da Petrobras</i>
AER	- <i>Asociación Ecuatoriana de Radiodifusión</i>
AIEPRA	- <i>Asociación de Indígenas Evangélicos de Pastaza</i>
ALER	- <i>Asociación Latinoamericana de Educación Radiofónica</i>
AMARC	- <i>Associação Mundial de Rádios Comunitárias</i>
AMWAE	- <i>Asociación de Mujeres Waorani del Ecuador</i>
AP	- <i>Alianza País</i>
ARCA	- <i>Agencia de Regulación y Control del Agua</i>
ARCH	- <i>Agencia de Regulación y Control Hidrocarbúfero</i>
ARCOTEL	- <i>Agencia de Regulación y Control de las Telecomunicaciones</i>
CEDHU	- <i>Comisión Ecuménica de Derechos Humanos</i>
CEDOCUT	- <i>Confederación Ecuatoriana de Organizaciones Clasistas Unitarias de Trabajadores</i>
CEOSL	- <i>Confederación Ecuatoriana de Organizaciones Sindicales Libres</i>
CIAA	- <i>Coordinator of Inter-American Affairs</i>
CIDH	- <i>Comissão Interamericana de Direitos Humanos</i>
CITAKIB	- <i>Coordinación de la Cuenca de Bobonaza</i>
CNE	- <i>Consejo Nacional Electoral</i>
CODENPE	- <i>Consejo de Desarrollo de las nacionalidades y pueblos del Ecuador</i>
COIP	- <i>Código Orgánico Integral Penal</i>
COMNAP	- <i>Coordinadora de Mujeres de las Nacionalidades de Pastaza</i>
CONAIE	- <i>Confederación de Nacionalidades Indígenas del Ecuador</i>
CONFENIAE	- <i>Confederación de Nacionalidades Indígenas de la Amazonía Ecuatoriana</i>
CONAMU	- <i>Consejo Nacional de las Mujeres</i>
COOTAD	- <i>Código Orgánico de Organización Territorial, Autonomía y Descentralización</i>

Conatel	- <i>Consejo Nacional de Telecomunicaciones</i>
CONARTEL	- <i>Consejo Nacional de Radiodifusión y Televisión</i>
CORAPE	- <i>Coordinadora de Medios Comunitarios, Populares y Educativos del Ecuador</i>
CORDICOM	- <i>Consejo de Regulación y Desarrollo de la Información y Comunicación</i>
CRMCPPL	- <i>Proyecto para Creación de Red de Medios Comunitarios Públicos y Privados Locales</i>
CTE	- <i>Confederación de Trabajadores del Ecuador</i>
DINEIB	- <i>Dirección de Educación Intercultural Bilingüe</i>
ECUARUNARI	- Ecuador Runakunapak Rikcharimuy
ERPE	- <i>Radio Escuelas Radiofónicas Populares del Ecuador</i>
EZLN	- <i>Ejército Zapatista de Liberación Nacional</i>
FECAOL	- <i>Federación de Centros Agrícolas y Organizaciones Campesinas del Litoral</i>
FEINE	- <i>Federación Ecuatoriana de Indígenas Evangélicos</i>
Fenash-p	- <i>Federación de Nacionalidades Shuar de Pastaza</i>
FENOCIN	- <i>Federación Nacional de Organizaciones Campesinas Indígenas y Negras</i>
FEUE	- <i>Federación de Estudiantes Universitarios del Ecuador</i>
FEUNASSC	- <i>Federación Única de Afiliados al Seguro Social Campesino</i>
FICI	- <i>Federación de Indígenas Campesinos de Imbabura</i>
FICSH	- <i>Federación Interprovincial de Centros Shuar e Achuar</i>
FM	- <i>Frequência Modulada</i>
FMI	- <i>Fundo Monetário Internacional</i>
FOA	- <i>Federación de Organizaciones Indígenas y Campesinas del Azuay</i>
FP	- <i>Frente Popular</i>
FSM	- <i>Fórum Social Mundial</i>
FUT	- <i>Frente Unitario de Trabajadores</i>
IBEC	- <i>Internacional Basic Economy Corporation</i>
IESS	- <i>Instituto Ecuatoriano de Seguridad Social</i>
ILV	- <i>Instituto Lingüístico de Verano</i>

INDA	- <i>Instituto Nacional de Desarrollo Agrario</i>
JAARS	- <i>Jungle Aviation and Radio Service</i>
JRE	- <i>Juventud Revolucionaria del Ecuador</i>
LOC	- <i>Ley Orgánica de Comunicación</i>
MAGAP	- <i>Ministerio de Agricultura, Ganadería, Acuacultura y Pesca</i>
MICC	- <i>Movimiento Indígena y Campesino de Cotopaxi</i>
MIT	- <i>Movimiento Indígena de Tungurahua</i>
MPD	- <i>Movimiento Popular Democrático</i>
NAE	- <i>Nacionalidad Achuar del Ecuador</i>
NAPE	- <i>Nacionalidad Andoa del Ecuador</i>
NASE	- <i>Nación Sapara</i>
NASHIE	- <i>Nacionalidade Shiwiar do Ecuador</i>
NAWE	- <i>Nacionalidad Waorani del Ecuador</i>
OIT	- <i>Organização Internacional do Trabalho</i>
ONHAE	- <i>Organización de la Nacionalidad Huaorani del Ecuador</i>
ONU	- <i>Organização das Nações Unidas</i>
OPIP	- <i>Organización de los Pueblos Indígenas del Pastaza</i>
PNUD	- <i>Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento</i>
RAA	- <i>Red Agroecológica del Austro</i>
RAE	- <i>Región Amazónica Equatoriana</i>
Senatel	- <i>Secretaría Nacional de Telecomunicaciones</i>
Senplades	- <i>Secretaría Nacional de Planificación y Desarrollo</i>
SERBISH	- <i>Sistema de Educación Radiofónica Bicultural Shuar</i>
SHE	- <i>Secretaría de Hidrocarburos del Ecuador</i>
SIP	- <i>Sociedad Interamericana de Prensa</i>
SNGP	- <i>Secretaría Nacional de Gestión Política</i>
SUPERCOM	- <i>Superintendencia de Comunicaciones e Información</i>
Supertel	- <i>Superintendencia de Telecomunicaciones</i>

TCE	- <i>Tribunal Contencioso Electoral</i>
TICs	- <i>Tecnologias de Informação e Comunicação</i>
UGTE	- <i>Unión General de Trabajadores del Ecuador</i>
UNE	- <i>Unión Nacional de Educadores</i>
UOCE	- <i>Unión de Organizaciones Campesinas de Esmeraldas</i>

INDICE

INTRODUÇÃO	21
CAPÍTULO 1	
CAMINHANDO O CAMINHO: EM BUSCA DE UM MÉTODO	32
1.1 (Des)andando o caminho: enredamentos epistemológicos, metodológicos e pedagógicos.....	33
1.1.1 “Palabrandar” em busca de uma metodologia	
1.1.2 “Pode o subalterno ser escutado?”	
1.1.3 A palavra concedida e a “serpente ancestral”	
1.2 (Des)caminhos pedagógicos e ‘co-labor-ativos’	62
1.2.1 Pedagogias comunitárias: aprender, desaprender, reaprender...	
1.2.2 Co-labor e cartografia social: horizontes metodológico-pedagógicas	
1.3 Comunicadores(as) indígenas e a “sociologia das associações”	78
1.3.1 Tecendo vínculos e (des)enlaces	
1.3.1.1 Tecendo vínculos e forjando legitimidade	
1.3.2 A busca pela palavra ‘localizada’	
CAPÍTULO 2	
“TRASLADOS PARA A MODERNIDADE”, INTERCULTURALIDADE E COMUNICAÇÃO	96
2.1. Um longo caminho para a interculturalidade.....	97
2.1.1 Da ‘orientalização’ a ‘modernização’	
2.1.1.1 Outros traslados: em nome da “soberania nacional”	
2.1.1.2 Velhos e novos ‘traslados’: “Ahora tenemos que negociar bien”	
2.1.2 “No puente sino doble vía”	
2.2. Dos vínculos e veículos para transportar a palavra.....	133
2.2.1 Os novos chasquis: “el que recibe y da”	
2.2.2 ‘Comunicando “dentro-fuera”, uma questão de gênero	

CAPÍTULO 3

NO RASTRO DA COMUNICAÇÃO COMUNITÁRIA.....158

3.1 Que há de comunitário na comunicação comunitária?161

3.2 Onde está o comunitário?.....181

3.2.1 Situando a rádio e mapeando ausências

3.2.2 “Buscamos ser locutoras de la radio Wao Apeninka como mujeres waorani”

3.2.3 Tarimiat 93.5 FM: um modelo?

3.1.1.1 “Ausências presentes”: ¿qué queremos comunicar?

CAPÍTULO 4

VOZES EM DISPUTA: “PODE O(A) SUBALTERNO(A) SER
ESCUADO(A)?”220

4.1 Coletando opiniões, ressoando dissidências: indícios de uma escuta
seletiva.....221

4.1.1 As ondas dissidentes e as rádios das nacionalidades

4.1.2 Secretaria de Hidrocarburos de Ecuador (SHE): juiz e parte.

4.1.2.1 Comunicação ou persuasão: o papel da SHE.

4.2 Entre gritos e ruídos: quem fala pelo comunitário?.....261

4.2.1 O comunitário em disputa: “La Amazonía que nos queda”

CAPÍTULO 5

NA FORMA DA LEI (E MAIS ALÉM DA FÔRMA).....295

5.1 Depois da LOC: as rádios, as regras e as margens.....295

5.1.1 Na forma da lei.

5.1.2 O projeto, as ‘regras’ e o processo

5.2 O rio e as margens (2014-2016).....314

5.2.1 Um longo (e inconcluso) processo

5.2.2. Uma rede tecida “*sin compromisos*”?

CAPÍTULO 6

BUEN VIVIR DE ESTADO E O ESTADO DO BUEN VIVIR.....	333
6.1 Entre a “unidade nacional” e o “pluriverso”	333
6.2 A palavra, as instituições e o “fortalecimento organizativo”.....	335
6.3 As rádios, a Rede, e a palavra oficial: um monólogo?.....	352
6.3.1 Fortalecendo idiomas originários: quem é o sujeito da palavra?	
6.4 O estado do <i>Buen vivir</i> e os “outsiders” da <i>Revolución Ciudadana</i>	368
6.4.1 O <i>local</i> em disputa e a disputa no <i>local</i>	
6.4.2 Dos caminhos para a re-existência...	

CAPÍTULO 7

UM POSSÍVEL “IPIRAK” PARA FUTUROS CAMINHANTES.....	387
(Conclusões)	
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	402
ANEXOS.....	443

INTRODUÇÃO

Buscando a ponta solta do novelo, ou seja, a possível origem deste estudo, recordo a concorrida coletiva de imprensa realizada em 2005, na cidade de Porto Alegre, durante uma das edições do Fórum Social Mundial. O então presidente venezuelano Hugo Chávez responderia apenas cinco perguntas, feitas por veículos previamente sorteados. Nós, de uma mídia estudantil¹, disputávamos o direito de compartilhar daquele mesmo espaço e de participar do sorteio. Diante de certa resistência da assessoria do presidente, argumentamos que a barreira a uma mídia de menor porte não condizia com as bandeiras levantadas por Chávez, quem vinha defendendo fervorosamente a democratização dos meios de comunicação e mantinha um discurso incisivo contra o monopólio midiático em seu país e na América Latina.

Desde então, experiências de democratização dos meios de comunicação – primeiro na Argentina (2009) e depois no Equador (2013), através das respectivas mudanças nos seus marcos legislativos –, pareciam bons exemplos para reunir informações que permitissem refletir sobre a realidade político midiática brasileira. Antes mesmo que fosse aprovada a *Ley Orgánica de Comunicación* equatoriana em meados de 2013, o governo do presidente Rafael Correa criou um projeto que planejava criar 54 rádios comunitárias em cinco anos (2010-2015). Ao longo desse período, o projeto foi sendo adaptado e reelaborado, de modo que em 2014 decidiu-se reduzi-lo às 14 rádios já criadas até então. Sete delas estavam situadas na Amazônia Centro-Sul equatoriana, região onde 21 blocos petrolíferos foram demarcados em 2012, indicando a ampliação da fronteira petrolífera sobre territórios das nacionalidades indígenas – as mesmas contempladas com as frequências provisórias, equipamentos diversos e toda estrutura necessária para consolidarem um processo de comunicação comunitária “*hacia dentro*” e “*hacia fuera*” das comunidades situadas em seus respectivos territórios. Neste estudo, *abordo* estratégias de comunicação e articulação de povos e nacionalidades indígenas incluídos naquele projeto governamental de concessão de rádios comunitárias,

¹ Éramos todos alunos do Curso de Comunicação Social da Universidade Federal Fluminense (UFF), com colaboradores de outros cursos ou universidades. Nossa mídia consistia num jornal de oito páginas, impresso em formato A3 (dobrada), com a ajuda da Associação dos Engenheiros da Petrobras (Aepet). À época, o presidente Fernando Henrique tinha acabado com o monopólio do petróleo e a associação mantinha uma postura bastante nacionalista. Começamos a impressão com 500 exemplares. Em determinado momento, fazíamos mutirão para enviar a diversos estados do país nosso jornal estudantil, cujo *slogan* era Fazendo mídia: *a média que a mídia faz*. Igualmente mantivemos um programa semanal na TV estudantil da UFF/RJ e foi criada uma página *online*, a qual existe até hoje, herdada, aprimorada e conduzida por outros jovens: <http://fazendomedia.org/>

evidenciando desafios e limitações que conectam as lutas pela autodeterminação da palavra e do território.

De volta a 2005, recorro que, finalmente, conseguimos participar da coletiva e do sorteio. Dos cinco veículos inicialmente sorteados, um golpe do destino fez com que o quinto não se apresentasse para fazer a pergunta e, ao sortear um sexto nome, escutamos ao microfone o nome do nosso desconhecido jornal universitário, pronunciado lentamente com sotaque em espanhol, e entre olhares curiosos dos representantes de grandes veículos nacionais e internacionais.

Dirigimos ao presidente Chávez uma pergunta quase retórica sobre como combater o monopólio dos meios de comunicação, dando-lhe a abertura perfeita para lançar seu discurso crítico à imprensa privada que tanto na Venezuela como no Brasil mantinham uma agenda neoliberal, em favor da redução do Estado, contra os programas sociais e políticas afirmativas que nasciam no âmbito do primeiro governo do Partido dos Trabalhadores e, regionalmente, no âmbito dos chamados governos “progressistas” – a citar, Venezuela (1999), Brasil (2003), Argentina (2003), Bolívia e Uruguai (2005), Equador (2007) e Paraguai (2008).

Aquela coletiva de imprensa, em janeiro de 2005, ocorria ao mesmo tempo em que o presidente Lula chegava ao Gigantinho para seu discurso. O ginásio da capital gaúcha estava lotado e aqueles que fomos à coletiva não conseguimos alcançar o evento seguinte, que reunira uma multidão. A postura mais conciliatória e a lentidão na esperada ruptura com o neoliberalismo estava evidenciada pelo fato de que o presidente brasileiro se dirigiria no dia seguinte a Davos, para participar de outro Fórum, o qual era a antítese dos propósitos de Porto Alegre. Lula, quem pretendia ser uma “ponte” entre os dois fóruns, chegou a ser tratado como “traidor” por participantes do FSM. Dias depois, o mesmo estádio receberia Chávez com um grito uníssono: “Chávez sim, Lula não”. O presidente venezuelano trazia, por sua vez, palavras de apoio ao político petista: “*muchos de mis partidarios me criticaban, me pedían que fuéramos más rápido*”² – ponderava. Encerrou seu discurso traçando um cenário alvissareiro para uma “América

² *Discurso do presidente Hugo Chávez desde el ginásio Gigantinho*, em Porto Alegre. Brasil. Domingo, 30 de janeiro de 2005. Retirado de: http://memoriafsm.org/bitstream/handle/11398/2813/2005_03.01_Discurso_Gigantinho_spa.pdf?sequenc e=1&isAllowed=y. Último acesso: 14 de jun. de 2016.

Latina unida”, então com Lula no Brasil, Néstor Kirchner na Argentina, Tabaré Vázquez no Uruguai e ele próprio na Venezuela.

No Equador, faltavam ainda dois anos para que o presidente Correa conquistasse o cargo máximo de chefe do executivo e chegasse ao Palácio do Carondelet, sede do governo nacional equatoriano, com sua proposta de *Revolución Ciudadana*. Em 2005, Lucio Gutierrez vivia os últimos meses de um governo que ao princípio chegou a manter alianças políticas com partidos da esquerda equatoriana, como o Movimento *Pachakutik* e o *Movimiento Popular Democrático* (MPD). Uma guinada à direita, com declarado apoio aos Estados Unidos, alinhamento com a carta de intenções ditada pelo Fundo Monetário Internacional (FMI), e medidas impopulares (aumento do preço dos combustíveis, por exemplo) colocara o governo em rota de colisão com setores populares que inicialmente haviam apoiado sua candidatura, com destaque ao movimento indígena representando nacionalmente pela CONAIE.

Entre 2005 e 2016, ano este quando concluo um percurso de pouco mais de quatro anos para elaboração do presente trabalho doutoral, algumas premissas foram ratificadas. Em âmbito nacional, a postura conciliatória do presidencialismo de coalizão conduzido ao longo dos governos petistas impediu o enfrentamento de duas das pautas mais cruciais para romper com poderes oligárquicos históricos no país. Refiro-me a reforma agrária da terra e “no ar”³, ou seja, à redistribuição de terras e do espectro de frequências de rádio e televisão.

Naqueles anos de mídia estudantil, “A revolução não será televisionada” - documentário de Kim Bartley e Donnacha O'Briain sobre o golpe ocorrido na Venezuela em abril de 2002 – se tornou programação obrigatória nos cine fóruns universitários, realizados para dar boas-vindas aos calouros. A Argentina de Kirchner, desde 2009, atraía nossa atenção pelo feito histórico que representava a aprovação da *Ley de Servicios de Comunicación Audiovisual* ou *Ley de Medios*. No âmbito específico da democratização dos meios de comunicação, com o qual fui me engajando à medida que era apresentada aos teóricos da Escola de Frankfurt e aos “Apocalípticos e Integrados”

³ Expressão extraída do livro: MACHADO, Arlindo; MAGRI, Caio; MASAGÃO, Marcelo. Rádios livres, a reforma agrária no ar. São Paulo: Brasiliense, 1986. Disponível em: <https://dodopublicacoes.files.wordpress.com/2009/03/radioslivres.pdf>

de Umberto Eco, países vizinhos foram mostrando-nos que a utopia metaforizada por Galeano talvez não representasse apenas um horizonte intocável⁴.

Apresento esta breve retrospectiva para expor ao leitor e à leitora, meu ponto de partida em junho 2014 – último ano do primeiro governo da presidenta Dilma Rousseff –, quando deixei o Brasil para “sentir-pensar” outra realidade, a qual despontava aos meus olhos como um horizonte de possibilidades. No Equador, a aprovação da LOC (2013) e os inúmeros avanços da Constituição de 2008 – com destaque ao reconhecimento dos “direitos da natureza” num Estado declarado plurinacional e intercultural –, haviam inspirado os primeiros passos da pesquisa projetada.

Até 2010, meus estudos sobre o papel de veículos da imprensa privada brasileira na deflagração, manutenção e transição do regime ditatorial vivido entre 1964 e 1985 permitiram conhecer as influências e incidências mútuas entre o Estado e aqueles “aparelhos privados de hegemonia”. Com sua visão do Estado em sentido amplo e restrito, Antonio Gramsci⁵ foi uma referência recorrente para complexificar, por exemplo, a imagem do “Lula conciliador” *versus* a do “Lula traidor”. Era um desafio para muitos assimilarmos a dúbia imagem do líder que se destacava internacionalmente como grande figura política, ao mesmo tempo em que desde 2002 acenava para uma estratégia conciliatória com sua primeira entrevista como presidente eleito na bancada do Jornal Nacional, da Rede Globo de Televisão. O presidente parecia em alguns momentos figurar como a brecha contra-hegemônica entre os hegemônicos, sugerindo que vivíamos uma verdadeira “guerra de posições” – estratégia gramsciana de uma longa batalha pela hegemonia e pelo consenso, travada no interior e através da “sociedade civil”⁶. Noutros, tornavam-se clarividente as armadilhas daquelas alianças forjadas em benefício de uma suposta governabilidade.

⁴ Faço referência à frase de Eduardo Galeano sobre a utopia: “*La utopía está en el horizonte. Camino dos pasos, ella se aleja dos pasos y el horizonte se corre diez pasos más allá. ¿Entonces para qué sirve la utopía? Para eso, sirve para caminar.*” Em 2005, a imagem de Galeano segurando a versão impressa do jornal *Fazendo Média* no jornal Zero Hora, de Porto Alegre, foi comemorada como se estivéssemos, de alguma forma, compartilhando um mesmo horizonte.

⁵ Algumas referências adotadas em trabalhos anteriores: GRAMSCI, Antonio. *Concepção Dialética da História*. Tradução Carlos Nelson Coutinho. Civilização Brasileira, 2ª Ed. 1978; GRAMSCI, A. Maquiavel e a Política do Estado Moderno. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 1978; GRAMSCI, Antonio. *Os intelectuais e a organização da cultura*. 4ª Ed. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982.

⁶ Sobre a relação entre a batalha da mídia e a teoria gramsciana, ver: MORAES, Denis de. *A batalha da mídia: governos progressistas e políticas de comunicação na América Latina e outros ensaios*. Rio de Janeiro: Pão e Rosas, 2009. 272p.

Estas inquietações datadas foram dando corpo ao presente estudo, embora não sejam o foco primordial do mesmo. Desde as restritas análises dicotômicas entre hegemonias e contra hegemonias, encontrei meandros mais cotidianos de observação, como o “pluri-verso” das relações familiares e comunitárias, os conflitos intraorganizacionais, e mais especificamente dos diálogos travados no espaço de emissoras de rádio com status de comunitária, embora criadas como parte aparato estratégico e comunicativo oficial. Reconheço que ao longo da jornada, tomando outra lente para minhas observações, uma perspectiva estática da luta “contra-hegemônica” se tornara um tanto insuficiente para abranger as complexas tramas que envolvem comunidades e organizações indígenas, governos nacional e regional, organizações não governamentais, entidades internacionais, empresas transnacionais etc.

Desde o mestrado em Ciência Política (2008-2010), acumulei contribuições a partir da “teoria da dependência”, em sua vertente marxista ortodoxa. Busquei aproximar-me de referências que versavam sobre a dicotomia entre “modernização” e “atraso” e a conexão destes conceitos com o período autoritário brasileiro e latino-americano. Entrei em contato com análises sobre a “dialética da dependência” e o “subdesenvolvimento”, ambos percebidos como parte do quadro global do “imperialismo” e da “expansão do sistema capitalista”⁷. Com um potente arcabouço teórico, cheguei a flertar com temas como a “geopolítica da integração regional sul-americana” e com abordagens sobre as agendas estratégicas de aproveitamento dos recursos naturais⁸.

À medida que assumi a tarefa de vestir novas lentes e adotar novas miradas sobre o tecido social, entendi que deveria em algum momento aproximar as duas instâncias de análise e observação. Está no horizonte o desafio de conectar uma “agenda estratégica”

⁷ Os principais expoentes dessa linha de análise são Rui Mauro Marini, Theotonio dos Santos e Vania Bambirra. Dentre as obras abordadas anteriormente, cito algumas. MARINI, R. M (1991 [1973]). *Dialética de la dependencia*. Retirado de:

<http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/secret/critico/marini/04dialectica2.pdf> (Texto extraído do livro *Dialética de la dependencia*. México: Ediciones Era, 11ª reimpressão, pp. 9-77); MARINI, R. M (1966) *La dialéctica del desarrollo capitalista en Brasil*. Retirado de: <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/secret/critico/marini/03dialectica.pdf>. (Texto extraído do livro *Subdesarrollo y revolución*, México, Siglo XXI, 12ª edición, 1985, pp. 2-105). DOS SANTOS, T. (1994). *La teoría del desarrollo y su crisis*. Em: MARINI, Ruy Mauro; MILLÁN, Mária (compiladores). *La teoría social Latinoamericana. Textos escogidos* (Tomo II - La Teoría de la dependencia). México, D.F.: UNAM (pp. 37-46); DOS SANTOS, T. *Democracia e Socialismo no capitalismo dependente*, Petrópolis, RJ: Vozes, 1991; e, BAMBIRRA, V. (1979). *Capitalismo dependente latinoamericano*, México, Siglo XXI Editores.

⁸ Destaco minha colaboração junto à professora Doutora Monica Bruckmann. Ver: Bruckmann, M (2011). *Recursos naturales y la geopolítica de la integración sudamericana*. 88 p. Disponível em: <http://www.cronicon.net/paginas/Documentos/Libro-Bruckmann.pdf> (Último acesso: 23-06-2016).

dos governos latino-americanos com a proposta de construção de um Estado plurinacional e intercultural – tal qual previsto constitucionalmente no Equador –, o que não prescindiria da superação de uma visão meramente instrumental da “natureza”. Em outras palavras, a questão está pautada entre os limites do desenvolvimento alternativo e a busca – ainda que utópica e insólita – por um desenvolvimento alternativo ou por um ‘pós-desenvolvimento’.

O que apresento nas páginas seguintes são registros de um percurso que me permitiu conhecer um sentido mais amplo das lutas pela democratização dos meios de comunicação, um sentido de descolonização e ‘interculturalização’ da palavra. Nesse caminho, pude compreender, dentre outras coisas, os limites daquela “América Latina unida” vislumbrada por Chávez.

As demandas do movimento indígena equatoriano desde fins dos anos 80 e início dos 90, já evidenciavam limites do horizonte “contra-hegemônico” proposto por setores da esquerda. Uma determinada premissa de ‘unidade’ destoava do lema zapatista: “um mundo onde caibam muitos mundos”. As pré-condições a pretendida ‘unidade’, mantidas as expectativas modernas de desenvolvimento, excluíam aquelas(es) que não coubessem ou não buscassem se encaixar num projeto circunscrito ao “uni-verso” moderno ocidental reproduzido tanto pela direita quanto por setores à esquerda.

Em outubro de 2013, a II *Cumbre Continental de Comunicación Indígena del Abya Yala*, foi realizada em Tlahuitoltepec, Oaxaca (México). O evento sofrera certo esvaziamento por parte de coletivos críticos ao suposto convite dirigido por um dos organizadores ao presidente Peña Nieto para a inauguração da *Cumbre*. Acreditava-se que a política do governo mexicano, contrária aos direitos das comunidades indígenas e favorável à criminalização das mesmas, não deixava espaço para tal deferência. Naquela ocasião, conheci algumas iniciativas de comunicação ‘autogestionadas’ e comunitárias – inclusive no âmbito da telefonia celular –, as quais colocavam em questão a premissa regulatória do Estado.

Advém do movimento indígena mexicano, particularmente dos zapatistas, a ênfase sobre o poder da palavra nas diversas trincheiras de luta em defesa do território e de seu governo autônomo. Eis uma inspiração certamente decisiva para a pretendida conexão entre *comunicação e território*; entre os caminhos da busca pela “palavra roubada” e as lutas dos povos e nacionalidades indígenas em defesa do território.

Mas por que Equador? Cheguei ao Equador em junho de 2014 com expectativas de conhecer o país que conseguiu aprovar em legislação histórica os 34% de frequências de rádio e televisão para meios comunitários – contrariando a oposição dos meios privados de comunicação. Mais ainda, almejava conhecer, para além dos livros e análises acadêmicas, o (jovem) Estado “plurinacional” e “intercultural” projetado nos processos constituintes de Montecristi, os quais há anos faziam parte do meu imaginário. O alcance e os limites de cada uma das conquistas equatorianas da última década foram sendo desvelados ao longo dos meses de pesquisa de campo.

À margem da “Pátria”⁹ que avança no rastro do caminho asfaltado pela *Revolución Ciudadana* identifiquei vozes *outras*. A mensagem uníssona de uma cidadania individualizada logo evidenciou a existência de vozes e mundos *outras* não contemplados nem celebrados pelo discurso oficial. À medida que fui caminhando para o ‘Oriente’ – termo ainda hoje utilizado para referir-se à região amazônica – as vozes dissidentes, ainda que tímidas e desconfiadas, foram se fazendo presentes.

O processo de investigação desde seu início me obrigou a lidar com diversas insuficiências. Primeiro: a de ‘não saber’. Ou seja, não saber um idioma indígena que me aproximasse mais facilmente de interlocutores(as), por exemplo. Por isso, neste trabalho achei que seria mais respeitoso não traduzir suas palavras, não adequá-las ao espanhol gramaticalmente correto, não corrigir suas falas, em certa medida, tão estrangeiras quanto as minhas. Valendo-me da afirmação de Sylvia Wynter, segundo a qual falar é, sobretudo, assumir uma cultura e suportar o peso de uma civilização, me isento de uma tradução civilizatória (e passível de deturpações) sobre meus/ minhas interlocutores/as. Considerando níveis distintos de domínio do espanhol, travamos o diálogo possível, sendo aceito o ruído e os equívocos como parte dos nossos (des)encontros. E, sobretudo, como parte de um (des)aprendizado adotado metodologicamente, e que trato de explicar no primeiro capítulo.

Como jornalista e mestre em Ciência Política, tive que lidar com a insuficiência dos meus títulos e conhecimentos acadêmicos, reconhecendo aos poucos um enorme manancial de práticas deliberativas e estratégicas que passam ao largo da *rational choice* ensinada – e, não raro, priorizada – pelo *mainstream* universitário. Como

⁹ A construção de uma nova Pátria é uma imagem bastante presente no discurso oficial, cujo *slogan* se dá ao redor de uma frase de convocação/ motivação: “Avanza Patria!”

Historiadora, tive que lidar com histórias construídas a partir de fontes não visíveis/palpáveis – aos meus olhos e mãos, ao menos –, como um documento escrito, datado e incluído numa cronologia previamente conhecida.

Entre interlocutores da nacionalidade Shuar, fui apresentada, por exemplo, a registros orais sobre o deus *Arútam*, deus que habita as cachoeiras (*tuna*, em Shuar). Assumi desde o princípio minhas limitações para conhecer e reproduzir no presente estudo tal “pluri-verso” em sua riqueza e complexidade. Entre aquela mesma nacionalidade, pude “escutar a planta” (*Natem*, nome Shuar para a *Ayahuasca*), o que seria uma condição para conhecer formas de comunicação *outras*, vínculos *outros* estabelecidos com a “natureza”, e para um inesperado autoconhecimento. Vale dizer que em nenhuma aula de Metodologia me foi ensinado que o processo de investigação passaria necessariamente e, sobretudo, por uma ‘aventura reflexiva’.

Se antes, “contra hegemônica”, eu disputava espaço com grandes meios de comunicação privados para ter a chance de interpelar o presidente Chávez, ao longo da pesquisa de campo, no campo de (auto) investigação (re)descobri meu lugar de fala hegemônico – branca, investigadora, classe média – frente a grupos historicamente subalternizados, silenciados.

Ao assumir essa aventura como parte do desafio e do percurso investigativo, tive que revisar o que eu trazia na minha ‘bagagem’, especialmente em termos metodológicos, pedagógicos e epistemológicos. Este é o objetivo central do capítulo 1, *Caminhando o caminho: em busca de um método*. Este capítulo é como uma espécie de manual de viagem. Não um manual de destinos, mas um manual de incertezas, de perguntas, as quais foram conduzindo o percurso investigativo. Portanto, contrariando os conteúdos transmitidos por mim ao longo dos três anos em que ministrei a disciplina “Metodologia de Investigação” em Centro Universitário de Brasília, conceitos e categorias, bem como métodos e roteiros pré-definidos, vão sendo expostos a partir das interlocuções e interações investigadora-interlocutor(a)¹⁰, considerados imprevistos que convergiram para redefinir minhas trajetórias de pesquisa.

¹⁰ Não me refiro tanto ‘entrevistados’ ou ‘informantes’, mas sim interlocutores e interlocutoras. Este termo me permite identificar os sujeitos e sujeitas da pesquisa realizada para além de um papel de “objetos de pesquisa”, ressaltando dimensões – ainda que mais restritas – de uma construção coletiva do presente trabalho, ou seja, de um caminho que busquei trilhar *desde, com e ao lado* dos e das interlocutores e interlocutoras que aceitaram integrar-se a esta jornada de pesquisa e *co-labor*.

Desse modo, a *palavra roubada* que dá título ao presente trabalho foi sendo desenredada, dando origem a outras categorias que fazem parte do emaranhado de vínculos tecidos e desfeitos. Atentando aos vínculos das comunidades e organizações indígenas com o Estado/ governo, exponho duas outras categorias agregadas no caminho: a *palavra concedida* e a *palavra recuperada*. A primeira está diretamente ligada ao *Proyecto de Creación de Red de Comunicación Alternativa: Privada local, Pública y Comunitaria* - nome original de um projeto que resultou na concessão de 14 rádios a 13 nacionalidades indígenas, das quais grande parte está situada na região amazônica equatoriana (RAE). Esta se encontra no centro da política de “desenvolvimento” do governo do presidente Rafael Correa, com ênfase ao lançamento, em 2012, da XI Rodada de Licitações petroleiras, a qual fez emergir palavras de resistência e insurgência desde comunidades indígenas contrárias à pretendida ampliação da fronteira petroleira.

Em face dos desafios e limitações inerentes à *palavra concedida* – que também é uma *palavra recuperada*, através de décadas e décadas de luta – as *palavra liberada* ou as *palavras de “re-existência”* foram duas outras categorias somadas ao estudo do enredamento comunicativo da “modernidade/colonialidade”, considerados seus múltiplos eixos de continuidades e rupturas.

O capítulo seguinte é sobre os “*Traslados para a modernidade*”: *interculturalidade e comunicação*. Desde uma perspectiva histórica, abordo alguns processos de “*acercamiento*” com os povos e nacionalidades indígenas amazônicos do Equador. Ressalto ações “civilizatórias” do Estado, de empresas petroleiras, e de missionários católicos e evangélicos junto a algumas nacionalidades indígenas. Os projetos de “orientalização”, ou seja, de ocupação “produtiva” do Oriente Amazônico, desvelam o traslado à “modernidade/ colonialidade” como um reforço da exterioridade de comunidades inteiras subordinadas a exógenos sistemas políticos, organizativos, econômicos, educativos, pedagógicos, epistemológicos, de sociabilidade, espirituais, subjetivos, estéticos etc.

Neste mesmo capítulo apresento formas *outras* de trasladar(-se) à modernidade, afastando uma imagem de passividade que em absoluto corresponde aos processos de conquista, colonização e colonialidade vividos pelos povos de *Abya Yala*. Nesse sentido, destaco o que, a meu ver, são estratégias para transportar a palavra desde a

tessitura de vínculos *hacia dentro* e *hacia fuera*, onde os(as) próprios(as) indígenas assumem o protagonismo da ação, como novos *chasquis* em interlocução com o Estado e com outros atores, em defesa da autodeterminação sobre seus territórios. Assim sendo, a comunicação dentro-fora das comunidades adquire um caráter de gênero que merece destaque ao longo deste estudo. Enfatizo, portanto, o papel das mulheres indígenas em resistência – e re-existências – frente à forçosa entrada na modernidade e aos impactos sobre o tecido comunitário com a monetarização própria do mercado capitalista.

No capítulo seguinte, *No rastro da comunicação comunitária*, descrevo alguns momentos importantes do percurso investigativo. Caminhando orientada pela “pedagogia da pergunta” de Paulo Freire, avancei tomando um questionamento-base: Que há de comunitário na comunicação comunitária? A pergunta surgiu a partir do contexto próprio das rádios das nacionalidades indígenas, as quais se tornaram meu *locus* principal de observação e interação com um horizonte ‘*co-labor-ativo*’. No caminho, entre as pistas descrevo ausências-presenças, desajustes intra-organizacionais, incidências externas (especialmente desde o governo) e (des)alinhamentos políticos, ou seja, um conjunto de elementos e conjunturas que fizeram das rádios concedidas às nacionalidades – particularmente na região Centro-Sul amazônica sobre a qual me centrei – um espaço importante para rastrear, na verdade, os desafios que práticas, tecidos, visões, pedagogias, territorialidades, subjetividades, lógicas, temporalidades e espacialidades comunitárias enfrentam no encontro-confronto com a “modernidade colonialidade”.

No quarto capítulo, *Vozes em disputa: “Pode o(a) subalterno(a) ser escutado(a)?”*, dedico-me a inserir o projeto comunicativo analisado no âmbito de estratégias de informação e contra informação que colocam governo e representantes das nacionalidades indígenas em lados opostos, como numa espécie de cabo de guerra em que a ‘voz das comunidades’ – pró ou contra a exploração petrolífera – é como a ‘corda’. Partindo de documentos oficiais, exponho estratégias utilizadas pelo governo para legitimar, junto às comunidades indígenas e perante investidores e entidades estrangeiras, seu projeto de “desenvolvimento” sustentado na ampliação da fronteira petrolífera em direção à região Centro-Sul. Ao longo da elaboração deste estudo, tornou-se evidente que o projeto comunicativo não poderia ser analisado sem que fossem conhecidas minimamente algumas das estratégias de comunicação/persuasão

conduzidas desde órgãos governamentais, no sentido da legitimação referida. Da mesma forma, assumi que a ‘busca pela palavra roubada’ exigiria analisar, sobretudo, a qualidade da *escuta* oferecida (pedagógica ou seletiva), de modo que conceder a palavra seria apenas a metade de um largo caminho até a ‘interculturalização da palavra’.

Se faz necessário compreender que não por acaso a batalha pela comunicação é conhecida como “a mãe de todas as batalhas”. No quinto capítulo, *Na forma da lei (e mais além da fôrma)* abordo processos de democratização da comunicação a partir dos marcos legais estabelecidos no Equador na última década: Constituição de 2008, Plan Nacional del Buen Vivir (2009-2013; 2013-2017) e a Ley Orgánica de Comunicación, LOC (2013).

No sexto e último capítulo, *Buen vivir de Estado e o estado do Buen Vivir*, aproximo finalmente as abordagens em torno ao “desenvolvimento” – continuidades e alternativas - e à comunicação, expondo incidências, resistências e alguns caminhos para a “re-existências”.

Por último, quero destacar a intencionalidade de transpor para a estrutura e escrita da própria tese uma proposta de ruptura, visando certo distanciamento de uma trajetória e estética linear estritamente acadêmica. A teoria prática e a prática teórica, bem como a opção metodológica-pedagógica de construir o trabalho com ênfase no caminho e não exatamente no destino, são elementos evidenciados através de uma escrita feita de ‘serpenteios’ e enredamentos. A busca do título e o contínuo (des)andar inerente conformam uma narrativa centrada nos vínculos, o tecido das experiências e nos (des)enlaces – especialmente aqueles que envolveram/ removeram a autora ao longo do ‘trabalho de campo’.

Este estudo, devo advertir, não foi pensado em função de um ponto de chegada. Mas “senti-pensado” a partir dos vários encontros.

CAPÍTULO 1

CAMINHANDO O CAMINHO: EM BUSCA DE UM MÉTODO

De tudo ficaram três coisas...
A certeza de que estamos começando...
A certeza de que é preciso continuar...
A certeza de que podemos ser interrompidos
antes de terminar...
Façamos da interrupção um caminho novo...
Da queda, um passo de dança...
Do medo, uma escada...
Do sonho, uma ponte...
Da procura, um encontro!

(Fernando Sabino - *O Encontro Marcado*)

A busca que dá título a este estudo ganhou, como era inicialmente previsível, novos rumos a partir de junho de 2014, quando cheguei ao Equador com o objetivo de realizar a etapa do trabalho de campo junto a comunicadores e comunicadoras de nacionalidades indígenas. Algumas redefinições no projeto inicial foram desenvolvidas ao longo do período de um ano que sucedeu minha chegada àquele país. No primeiro tópico, retomo um esforço metodológico-pedagógico que exigiu desandar o caminho, desaprendendo para reaprender.

Se inicialmente o projeto de pesquisa apontava para a busca de uma palavra ‘*outra*’¹¹, despojada ou também forjada ao longo do processo da modernidade/colonialidade (MIGNOLO, 2011), com o desenvolver do trabalho de campo ficaram evidentes dois pontos-chaves: 1. tal como sugere o poeta, a busca passou a ser considerada parte do encontro; 2. e esta afinal não era, ou deixou de ser obrigatoriamente algo externo à pesquisadora-observadora. O contato com os chamados sujeitos e sujeitas da pesquisa deflagrou uma condição *sine qua non* para a realização da investigação projetada durante os meses anteriores, a quilômetros de distância, ainda no Brasil. Parte daquela busca se daria por meio do encontro entre a pesquisadora (branca¹², brasileira, mulher,

¹¹ Baseio-me no “*paradigma otro*” de Mignolo, o qual “surge da tomada de consciência e da análise da *colonialidade do poder* no qual se assentou, dominante e explorador, o projeto da modernidade. Por isso, se a modernidade é um projeto incompleto, já não poderá completar-se no terreno da modernidade mesma, mas desde o terreno da descolonização, isso é, desde a perspectiva aberta pelo “descobrimento” da colonialidade” (MIGNOLO, 2003, p. 49)

¹² Minha auto-identificação como “branca” sofrera um deslocamento quando me deparei com outras categorias utilizadas no Equador e não tão comuns no cotidiano brasileiro. Termos como “mestiço” ou “colono”, utilizados para identificar aquele(a) não indígena, fizeram-me questionar a identificação trazida

historiadora, bacharel em Comunicação Social/Jornalismo, mestre em Ciência Política) e os/as sujeitos/sujeitas encontrados no caminho.

Na primeira parte deste capítulo, entrelaço algumas escolhas metodológicas pedagógicas e epistemológicas com as primeiras andanças do trabalho de campo. As incertezas do trabalho de campo deram origem a perguntas, as quais foram tomadas como insumos para seguir caminhando ou “palabrandando”.

Tomando a categoria da ‘palavra roubada’ como ponto de partida foi-se delineando uma espécie de ‘mapa’ teórico-prático (ver ao final do capítulo), o qual não indicava um destino, mas sim apresentava possibilidades para andar, desandar e voltar a andar entre conceitos/experiências e “cosmo-convivências”. Desse modo, a crítica à linearidade e pretensa universalidade ocidentais, se encontra aqui impressa numa escrita que serpenteia entre a ‘teoria’ e a ‘prática’, contornando uma teoria prática e uma prática teórica. Nesse sentido, ao antepor o questionamento “Pode o subalterno ser escutado?” ao longo do capítulo, me proponho a refletir *desde e com* autores/ interlocutores(as) que assumem esta postura, teorizando desde práticas, experiências, vivências, subjetividades, reflexividades. No caso de interlocutores(as) diretos, quis enfatizar a importância dos vínculos (comunicativos) tecidos *com e no* território, estabelecidos através do nomear(-se), do contar, cantar, narrar, transmitir, ecoar etc. Ou seja, a busca pela palavra – reencontro com o ‘lugar’ – se convertera em meio, não fim,

1.1 (Des)andando o caminho: enredamentos epistemológicos, metodológicos e pedagógicos

Quando cheguei ao Equador, com uma proposta de investigação em mãos, esperava conhecer estratégias de comunicação e articulação de povos indígenas originários em defesa de seus territórios, particularmente num cenário de enfrentamento ao extrativismo petrolero e minerador. A comunicação indígena, portanto, foi tomada

em minha própria certidão de nascimento. De um lado e de outro, lá e cá, “branco(a)” e “mestiço(a)” são terminologias que devem ser problematizadas quanto aquilo que ocultam ou dissimulam, impedindo o reconhecimento da diversidade e pluralidade – bem como das desigualdades – que habitam ambos países, Equador e Brasil. Por uma dezena de vezes, fui identificada como sendo de origem europeia ou estadunidense, o que soava bastante absurdo, tendo em vista uma autopercepção construída em “contextos definidos e delimitados”. Por isso, conforme Rita Laura Segato afirma, a raça é signo e como tal depende de tais contextos para “obter uma significação, definida como aquilo que é socialmente relevante. Estes contextos são localizados e profundamente afetados pelos processos históricos de cada nação” (SEGATO, 2005, p. 6).

desde o princípio como *locus* de resistência, fazendo do trabalho de campo uma pretensa recopilção das estratégias comunicativas desenvolvidas sob o marco legal de uma Constituição Plurinacional (2008) e da Lei Orgânica de Comunicação (2013), instrumentos que, somados a outros, redefiniram bases jurídico-políticas e institucionais para a comunicação privada, pública e especialmente comunitária. E, sobretudo, um novo marco para a comunicação como a LOC (2013), num país *plurinacional*¹³, anunciava, a meu ver, possibilidades de um “giro decolonial” (MALDONADO-TORRES, 2007; MIGNOLO, 2010), com brechas para múltiplas expressões daquelas vozes, palavras (ou mesmo “gritos”) roubadas, exteriorizadas e subalternizadas.

Paralelamente aos limites enfrentados para a realização da recopilção inicialmente projetada, foram avistados novos caminhos, bifurcações, onde ruídos, silêncios e entreditos se apresentaram também como elementos da comunicação e, eventualmente, das formas de resistência que se buscava identificar. Aos primeiros contatos estabelecidos na capital, em Quito, ainda numa fase de familiarização e mapeamento do que seria efetivamente o trabalho de campo, a Amazônia equatoriana me foi descrita como um espaço onde não seria fácil ou sequer possível encontrar expressões de resistência significativas.

Alguns primeiros interlocutores – colegas investigadores(as) – me advertiam sobre um cenário político progressivamente verticalizado e autoritário, composto, de um lado, por aqueles favoráveis ao projeto neodesenvolvimentista extrativista, e de outro, pela repressão imposta desde empresas transnacionais e desde o próprio governo contra aqueles que ousavam se opor. Ao caminhar, percebi que a situação possuía delineamentos um pouco mais complexos, não alcançados por uma caracterização polarizada.

Uma primeira bifurcação foi precisamente considerar outras possibilidades e mudar a noção de *resistência* trazida na bagagem, durante a fase exploratória da pesquisa, realizada em grande parte ainda no Brasil. Como propõe Bruno Latour (2012) ao princípio de seu livro “*Reagregando o social: uma introdução à teoria do ator-rede*”

¹³ Ao contrário da Constituição anterior (1998), que em seu primeiro artigo determinava o Equador um país “pluricultural y multiétnico”, a constituição de 2008 proclama um Estado “intercultural” e “plurinacional”. A primeira consiste num documento de caráter liberal, reconhecendo direitos cidadãos onde todos são iguais. Outra coisa é o reconhecimento do castellano, Kichwa e Shuar como “*idiomas oficiales de relación intercultural*” (Art.2 da Constituição de 2008) ou a garantia de direitos especiais como aqueles presentes no Art.57, essenciais para a autodeterminação dos povos e nacionalidades sobre seus territórios.

fazia-se necessário deixar o ‘manual de viagem’, com algumas rotas pré-determinadas, e permitir que as incertezas habitassem o terreno da viagem investigativa.

Nesse sentido, a “pedagogia da pergunta” de Paulo Freire foi somada à proposta inicial como possibilidade de lidar com experiências não categorizáveis previamente. Não por valorizar um empirismo absoluto, mas por tentar compreender formas outras de agregar o social, até então pouco incluídas no receituário acadêmico ocidental. Buscando evitar a “castração da curiosidade” (FREIRE e FAGUNDEZ, 1985) a que se refere Freire, foi incorporado ao estudo o desafio metodológico-pedagógico da interação com os sujeitos da pesquisa realizada. Contrariando o que propõe Pierre Bourdieu ao final de seu “Baile dos solteiros”, quando considera que caberia à sociologia “devolver aos homens o sentido de seus atos” (BOURDIEU, 2001, p.128), me aproximei de Latour, como que dizendo a tais homens e mulheres: “Não vamos tentar disciplinar vocês, enquadrá-los em nossas categorias; deixaremos que se atenham aos seus próprios mundos e só então pediremos sua explicação sobre o mundo como os estabeleceram” (LATOURE, 2012, p.44).

Uma segunda bifurcação se deu com a aproximação da distante e ‘teórica’ Amazônia, e da redução do que se esperava abranger deste vasto território, cujas características, histórias e laços familiares, ultrapassam as fronteiras nacionais equatorianas alcançando os fronteiros Peru e Colômbia. A compreensão das implicações inerentes a abordagem de um “norte” ou “centro-sul” amazônico equatoriano levou ao (*a*)*cercamiento*¹⁴ de realidades diversas, para além das fronteiras esquadrihadas e sobrepostas ao espaço vivido e compartilhado.

A aparente aleatoriedade na demarcação dos blocos petrolíferos – dividindo comunidades e nacionalidades – e o estabelecimento de uma fronteira petrolífera, bem como de sua ampliação, vêm promovendo desde as últimas décadas do século XX, justamente este efeito, redefinindo forçosamente as relações estabelecidas na superfície, em função da exploração do subsolo. Além disso, vale mencionar também o conflito fronteiriço entre Equador e Peru, o qual impactou as relações entre nacionalidades

¹⁴ *A-cercamiento* é mais um neologismo que proponho com a junção do verbo *acercarse*, ou aproximar-se, e *cercar*, colocar uma cerca, delimitar. A aproximação é delimitação, mas também restrição, um ‘*cercamiento* da realidade’. Qualquer pesquisa exigirá este (*a*)*cercamiento*, contudo cumpre questionar desde onde e com que lente nos aproximamos, ou ainda desde onde se escolhe, como e com quem ‘colocamos a cerca’.

transfronteiriças (Achuar e Andwa, por exemplo), passíveis de serem restabelecidas após a Declaração de Paz de Itamaraty (1995).

Note-se que a divisão entre superfície (visível) e subsolo (invisível) integra uma visão compartimentada, incongruente com aquela que os povos e nacionalidades indígenas mantêm de seus territórios. A divisão ocidental, e característica da “modernidade/colonialidade”, entre “cultura” e “natureza” impõe uma concepção binária de (in)visibilidade do território. Contudo, o que se encontra “invisível” segundo a lógica predominante de conhecimento ocidental, é “visível” sob uma lógica *outra*, que concebe a floresta como “ser vivente” – ou como a *kawsak sachá (selva viviente)*, categoria proposta pelos Kichwas amazônicos de Sarayaku –, onde habitam espíritos ancestrais e onde flui um abrangente ciclo de vida.

A propaganda da “*nueva época petrolera*”¹⁵ associa o petróleo à materialização de estradas de qualidade, das Cidades do Milênio¹⁶ e Escolas do Milênio¹⁷, dos hospitais e a tudo que, em seu conjunto, representa o avanço da chamada “*Revolución Ciudadana*”. Em termos gerais, este título demarca, no discurso oficial, a transformação inaugurada com o presente governo, onde o ‘novo’ e ‘moderno’ estariam em plena construção,

¹⁵ A expressão foi retirada de material ‘didático’ distribuído para crianças durante socialização sobre projetos petrolíferos, evento realizado, em dezembro de 2014, pela *Secretaria de Hidrocarburos*, em Shell, cidade localizada na província de Pastaza, a 150 km de Quito. Este material será alvo de análise mais aprofundada no Capítulo 4.

¹⁶ Alguns trabalhos relacionam as *Cidades del Milênio* com a inserção de processos de acumulação próprios do sistema capitalista, promovidos pela inserção de lógicas espaciais “modernas”, tal qual a das chamadas *Escuelas del Milênio*. Aponta-se para a inserção dos povos amazônicos, particularmente, num sistema de monetarização, com o decorrente desmantelamento de vínculos comunitários e modos de subsistências anteriores. Ver: BAYON, Manuel. *La urbanización de la Amazonía como estrategia continua de la acumulación por despojo capitalista extractiva* (12 de dezembro de 2013). Retirado de: <http://www.laciudadviva.org/blogs/?p=20229>. Último acesso em: 30-06-2016. Ver também: CIELO, Cristina & VEJA, Cristina. Reproducción, mujeres y comunes. Leer a Silvia Federici desde el Ecuador actual. *Nueva Sociedad*, 256, Marzo - Abril 2015, ISSN: 0251-3552. Disponível em: <http://nuso.org/articulo/reproduccion-mujeres-y-comunes-leer-a-silvia-federici-desde-el-ecuador-actual/>.

¹⁷ O objetivo das Unidades Educativas do Milênio, segundo página oficial *online* é [b]rindar una educación de calidad y calidez, mejorar las condiciones de escolaridad, el acceso y la cobertura de la educación en sus zonas de influencia, y desarrollar un modelo educativo que responda a las necesidades locales y nacionales”. Os fatores priorizados para a localização das modernas unidades educativas, construídas a partir da fusão de escolas comunitárias menores, são: “nível de pobreza da população, falta de oferta de serviços educativos, baixos resultados acadêmicos nas provas nacionais”. Fonte: <http://educacion.gob.ec/criterios-de-ubicacion/>. Contudo, há crítica quanto ao processo “fusão educativa”, o qual representaria a acelerada eliminação da educação intercultural bilíngue, efetuada com o fechamento massivo de escolas comunitárias, centros não apenas da educação escolarizada, mas também lugares onde se dinamizam a cultura e economia das comunidades” (WALSH, 2014b, p. 9). Ver: *Reclamo por escuelas que han sido fusionadas* (26 de janeiro de 2015). Retirado de: <http://www.elcomercio.com/tendencias/reclamo-escuelasinterculturales-fusion-peguche-educacion.html> Último acesso em 29-06-2016.

ainda que o “*cambio de la matriz energética*” e o *cambio de la matriz productiva*¹⁸ não tenham prescindido, até o momento, do mesmo padrão extrativista¹⁹ de governos anteriores. A solução tecnológica e os benefícios distributivos são apresentados como salvaguardas em meio a um caminho cujo potencial destrutivo já é conhecido amplamente ao norte da Amazônia.

Os povos e nacionalidades amazônicos viveram processos e cronologias distintas de aproximação com o ‘mundo ocidental’. Se em alguns casos o primeiro contato se dera por meio da doutrinação missionária católica ou evangélica que adentrou a selva amazônica, noutros a introdução de valores e práticas ditas civilizadas foi dada diretamente pelo contato com a extração da borracha e as atividades petroleiras, especialmente na segunda metade do século XX. Nestes diversos (*a*)*cercamientos* anteriores há que se enfatizar uma herança de ‘extrações’ que saturaram e deixaram um saldo de contaminação em territórios, corpos e espíritos.

1.1.1 “*Palabrandar*”²⁰ em busca de uma metodologia

¹⁸ Segundo Pablo Ospina, o “*cambio da matriz produtiva*” foi sendo sustentado ao longo dos anos com base em três argumentos mantidos constantes: 1. o modelo dominante há séculos, baseado na exportação de matérias primas e recursos naturais, não pode ser a base do *Buen vivir*; 2. um componente da mudança da matriz produtiva é a mudança da matriz energética, ou seja, passar do fornecimento de energia dependente da queima de combustíveis fósseis a um que aproveite o potencial elétrico e a bioenergia; 3. são prioritários para a referida mudança os setores econômicos que contribuam para substituição seletiva de importações e ao fomento de exportações. A variação de prioridades ou ênfases ao longo dos anos de governo, estaria atrelada ao balanço interno de formas e interesses dentro de *Alianza País*, favorecendo a hegemonia grupos ligados a contratos públicos, à criação de infraestrutura, e às associações estratégicas com empresas estrangeiras. Cf.: OSPINA, Pablo. Ecuador: el nuevo período de gobierno y el cambio de la matriz productiva (13-07-2013). Disponível em: <https://lalineadefuego.info/2013/07/19/ecuador-el-nuevo-periodo-de-gobierno-y-el-cambio-de-la-matriz-productiva-pablo-ospina-peralta/>. Último acesso: 30 jun. 2016. Ver também: VILLAVIVENCIO, Arturo. ¿Cuál Matriz productiva? **Plan V**. Disponível em: <<http://www.planv.com.ec/historias/politica/cual-matriz-productiva/pagina/0/2>>. Acesso em: 11 ago. 2016.

¹⁹ É importante denotar que o ‘extrativismo’ utilizado aqui para designar processos de espoliação predatória em territórios indígenas é um termo reivindicado em outros contextos, onde atividades baseadas na extração de recursos naturais e de matérias primas não se caracterizariam como um tipo de extração em grande volume ou alta intensidade, orientado à exportação sem ou com reduzido processamento. Fazendo essa ressalva, mantenho o termo ‘extrativismo’ utilizado pelos interlocutores desta pesquisa, em referência a processos de extração orientados à globalização, não apenas econômicos, mas também epistemológicos. Ver: GROSGOUEL, Ramón. Del «extractivismo económico» al «extractivismo epistémico» y «extractivismo ontológico»: una forma destructiva de conocer, ser y estar en el mundo. **Tabula Rasa**, janeiro-junho de 2016, pp. 123-143. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=39646776006>>. Último acesso em: 21 de set. de 2016.

²⁰ Este é um verbo conceitual proposto pelo *tejido* comunicativo dos indígenas do Norte de Cauca, na Colômbia. “*Comunicar para nosotros es palabrandar: andar, caminar, sentir, practicar, defender... el pensamiento y la palabra*” (...). *Palabrandar* é igualmente ‘traduzido’ como sendo “*caminar la palabra*”, sendo o caminhar como a prática que confere materialidade à palavra. Cf.: ASOCIACION DE CABILDOS INDIGENAS DEL NORTE DEL CAUCA. *Palabrandar, una tarea de todas y todos los*

Como fazer de um método uma pedagogia? Como viver pedagogias *outras* como brechas epistemologias *outras*? A busca pela ‘palavra roubada’ desde o princípio me impusera tais questionamentos, como forma de vigiar meu potencial papel (neo)colonizador, como alguém que tenta organizar e explicar o mundo do *Outro*. Dentre as vozes aqui enfatizadas estão autores (DU BOIS, 2001; CESÁIRE, 2006; FANON, 2008) inseridos numa genealogia global do pensamento decolonial. A despeito das respectivas especificidades, destaco ao menos um elemento em comum: a ênfase sobre certo deslocamento do *problema*, o que desemboca em redefinições epistemológicas e, por extensão, metodológicas que busquei trazer a este estudo. Este é um dos aportes que me levou ‘dialogar’ com autores(as)/interlocutores(as) que possibilitassem certo deslocamento – ou mesmo desconforto – antes de pensar sobre a comunicação comunitária indígena amazônica.

Assim, adoto uma tríade epistemológico-metodológico-pedagógica que consiste em problematizar o *problema* e caminhar a pergunta (“pedagogia da pergunta”) *desde e com* os(as) interlocutores(as)-comunicadores(as) indígenas.

Primeiro desconforto. “Para a verdadeira pergunta: Como se sente sendo um problema? Raramente emito alguma palavra” (DU BOIS, 2011, p 5)²¹. Com estas frases William Edward Burghardt Du Bois introduz sua abordagem sobre “as almas da gente negra”, propondo um deslocamento em direção ao que seria o verdadeiro problema, como tal atrelado à “verdadeira pergunta” que se refere a uma “estranha experiência”: “o negro (...) nasceu com um véu e dotado de dupla visão neste mundo norte-americano – um mundo que não lhe dá verdadeiro reconhecimento, apenas lhe permite se ver através da revelação de outro mundo” (DU BOIS, 2011, p. 7). Algumas das escolhas metodológicas e pedagógicas estiveram atreladas a essa “dupla visão” dos homens e mulheres marcados pela chamada “linha de cor”.

Dessa situação, (res-)sentida e corporificada, surge algo próprio, específico, “uma mensagem para o mundo” oriunda da visão cognitiva de quem sofreu com o processo de colonização e sofre ainda com sua ressonância no presente através das colonialidades do ser, do poder, do saber e da natureza (MIGNOLO, 2011; QUIJANO, 2000a e 2000b; LANDER, 2005; MALDONADO-TORRES, 2007; CASTRO-GÓMEZ, 2008). Incide,

comunicadores. Disponível em: <<http://www.nasaacin.org/informativo-nasaacin/3-newsflash/6867-cauca-palabrandar.-una-tarea-de-todas-y-todos-los-comunicadores>>. Último acesso: 29 de jun. de 2016.

²¹ Tradução própria a partir de versão em espanhol.

portanto, sobre o corpo negro e indígena uma “dupla consciência” que não é necessariamente “falsa” (consciência), já que a visão através do véu é também uma visão, uma percepção “outra” (WALSH, 2006, p. 16; MIGNOLO, 2003), própria. Resulta daí um “modo outro” existente nas fronteiras, bordas, fissuras e fendas da ordem moderno/colonial, onde há contínuas (re)construções e (re)modelações, apesar da colonialidade (WALSH, 2014a, p. 18), ou melhor, advindas das condições impostas por esta.

Entendo que o projeto coletivo modernidade/(de)colonialidade avança principalmente no sentido evidenciar a existência de visões assumidas por corpos não brancos situados numa zona de “não ser”. As visões daqueles situados nesta zona se apresentam como fissuras em relação a este padrão que sobrevivera ao fim do período colonial, como “grietas” (WALSH, 2014b) para resistências ou, mais além, para insurgências e (re)existências (ALBÁN, 2013).

Segundo desconforto. “Pela primeira vez tratou de analisar a carga que levava em suas costas...” (DU BOIS, 2001, p. 12). A frase remete à experiência colonial do abuso e da violência advindos da racialização do corpo negro, de modo que surge uma “dúvida metódico-corporal”²² evidenciada também através do apelo final de Frantz Fanon em *Peles Negras, Máscaras brancas*: “Ô meu corpo, faça sempre de mim um homem que questiona!” (FANON, 2008, p. 191).

Em uma espécie de diálogo com Fanon, Freire destaca a linguagem do corpo que (se) interroga:

Sabemos que a linguagem é de natureza gestual, corporal, é uma linguagem de movimento de olhos, de movimento do coração. A primeira linguagem é a linguagem do corpo e, na medida em que essa linguagem é uma linguagem de perguntas e na medida em que limitamos essas perguntas e não ouvimos ou valorizamos senão o que é oral ou escrito, estamos eliminando grande parte da linguagem humana (FREIRE, 1985, p. 26).

²² Esta expressão foi citada por Nelson Maldonado-Torres durante curso ministrado na *Universidad Andina Simón Bolívar* (2015).

Se o corpo tem sua própria linguagem, o impacto da lógica da “civilização” sobre o corpo também se dá no contexto da linguagem. Sylvia Wynter (2009) desenvolve o conceito fanoniano de sociogenia destacando o “princípio sociogênico”, de modo que a língua possui um papel bastante destacado: o negro se considerará “proporcionalmente mais branco”, e em consequência proporcionalmente “mais próximo a um ser humano real” em “relação direta” com o domínio que possui da língua francesa’, ou inglesa, no caso do Caribe estadunidense. A dúvida metódico-corporal, neste caso, está associada constantemente ao “problema da linguagem”.

Algumas mulheres indígenas amazônicas, que ainda hoje tem relativamente menos acesso ao idioma espanhol que os homens, não me dirigiam o olhar, ou sequer a palavra, quando impedidas de fazê-lo em espanhol. O que parecia mera timidez ao início – a postura curvada, quase amedrontada –, depois demonstrou ser uma questão atrelada ao pouco ou limitado domínio do espanhol, dificuldade driblada pelos(as) indígenas que deixam suas comunidades e se urbanizam. Uma interlocutora waorani, econômica em suas palavras durante uma reunião com as mulheres (ver Capítulo 3), demonstrou em poucos minutos surpreendente desenvoltura comunicando-se à frente dos microfones, onde nunca havia estado até então.

Terceiro desconforto. Em seu *Discurso sobre o colonialismo*, equacionando “colonização=coisificação”, Aimé Césaire identifica o principal engano da modernidade europeia e ocidental, qual seja, a tentativa de validar como verdade universal a equação colonização=civilização, quando o que esteve em curso, afirma o autor, foi um longo processo de “selvagerização”. Numa civilização “incapaz de resolver seus problemas” e, portanto, confrontada com as origens de sua intrínseca decadência pós-nazismo e pós-Hitler, Césaire abordara problemas considerados centrais e gerados pela própria força-ideia da civilização europeia ocidental: “o problema do proletariado” e o “problema colonial”.

Este último consiste no estigma que recai sobre aqueles considerados “selvagens”. Essa palavra revela a “coisificação”, numa dissociação entre “cultura” e “natureza”, onde a primeira abrange o universo daqueles que detém os conhecimentos, práticas e instrumentos necessários ao controle da segunda.

Uma construção metodológico-pedagógica que visa destoar da “coisificação” deve questionar a Moderna Ciência constituída por’ objetos de pesquisa’ cristalizados na

busca por certezas imperativas e definitivas, com a imposição de novos véus. Ao contrário, enfatiza-se as possibilidades transformadoras presentes no ato investigativo intersubjetivo e dialógico problematizando no dia a dia do trabalho de campo a questão fundacional da modernidade/(de)colonialidade: a imposição do véu racializador sobre o homem e a mulher de pele escura. Desse modo, problematizar o problema exige transpor o espaço pré-determinado aos ‘objetos de pesquisa’ investigados, atribuído por um sujeito (o investigador) que se assume cognoscente e dotado de um método, um instrumento para conhecer o “Outro”. *Problematizar o problema* é antes fazer da pergunta um método, não para ‘re-velar’ o “Outro”, mas buscando, em última instância horizontalizar o processo de investigação, num caminhar *com* outros sujeitos igualmente cognoscentes.

Em *Decolonizing Methodologies*, Linda Smith tece críticas àquelas investigações feitas *sobre* indígenas desde o imperialismo e a ciência ocidentais. Como uma das heranças da matriz colonial de poder, a Ciência Moderna caracteriza-se por classificar e caracterizar as sociedades em categorias; condensar complexas imagens de outras sociedades através de sistemas de representação; providenciar modelos estandardizados de comparação; e providenciar critérios de avaliação com os quais outras sociedades são ranqueadas (SMITH, 2002, p.43). Tem sido um espaço através do qual intelectuais nativos (“*native*”) podem avançar em suas jornadas para ultrapassar, mediante algumas condições, a linha de cor (SMITH, 2002, p. 70). Aproximando-se de Spivak, Smith ressalta que para a autora indiana radicada nos EUA, mais importante que perguntar-se “Quem pode falar?” seria de fato questionarmos “Quem escutará?” (SMITH, 2002, p. 71).

“*El viejo Antonio se sonríe: “Ya aprendiste que para saber y para caminar hay que preguntar”*”²³ As palavras do interlocutor do Sub Comandante Marcos ao sul do México indicam aquilo que Paulo Freire se refere como uma *pedagogia*, um método de (des)aprendizado fundado na “natureza desafiadora da pergunta” (FREIRE E FAGUNDEZ, 1985, p.24). Tomar a pergunta como impulso a um deslocamento metodológico demanda, contudo, o esforço de despojar-se a si mesmo de uma subjetividade colonizada e colonizadora, abrindo-se para mudanças, movimentos,

²³ Fonte: Sub Comandante Marcos. “*La Historia de las Preguntas*”. Disponível em: http://palabra.ezln.org.mx/comunicados/1994/1994_12_13.htm (Último acesso 11 de abril de 2015). Publicado em *La Jornada* 13 de diciembre de 1994.

desaprendizagens e reaprendizagens (WALSH, 2014, p.18), bem como assumindo o “compromisso” (FALS BORDA: 1972; 1986; 2009) de uma nova *inter-ação* com aqueles(as) historicamente despojados do direito de dar (“*donner*”) e condenados (“*damné*”) a incorporarem-se ao mundo do “amo” branco-patriarcal-colonizador-ocidental-europeu ou a buscarem superar o problema da compreensão (*linguagem*) e do amor (FANON, 2008, p.26). Este é compreendido como fronteira última para romper com a desumanização e alcançar a ação transgressiva e paradigmática de dar(se), afirma Maldonado-Torres (2008, p. 150).

Nas palavras do autor a respeito de “Os condenados da terra”, apresentados por Fanon em livro homônimo (*Les damnés de la terre*), “*damné* é o sujeito que emerge no mundo marcado pela colonialidade do ser” (MALDONADO-TORRES, 2007, p. 151), sendo visível e invisível. O “*damné*” existe como *não-ser*, uma vez que lhe foi tomada a possibilidade de dar ou “*donner*”, verbo que em Francês está etimologicamente relacionado àquele utilizado por Fanon em seu livro. Partindo da associação feita por Émile Benveniste, Maldonado-Torres, observa que *damné* está, portanto, referido à subjetividade de alguém que não pode dar(-se), pois tudo lhe foi tomado, a começar pela própria noção de auto-estima e o reconhecimento de sua humanidade. De acordo com o autor esse despojo é o que faz da configuração colonial algo tão poderoso, de modo que antes de extraírem algo em particular dos sujeitos colonizados (ouro, prata, terras ou palavras), uma coisa ou propriedade qualquer, colapsaram a própria humanidade destes homens e mulheres ao categorizá-los como propriedades (MALDONADO-TORRES, 2008, p.127). Citando o filósofo Emmanuel Levinas, Maldonado-Torres ressalta a concepção de *dar* como sendo um “ato metafísico que torna possível a comunicação entre um sujeito e o “*Outro*”, assim como também a emergência de um mundo em comum”. O autor define mais adiante: “a colonialidade do ser surge como traição radical à subjetividade no *damné*, condenado, ou sub-alter” (MALDONADO-TORRES, 2007, pp. 151-152 – tradução própria) – um sub-Outro.

Em suas palavras introdutórias L. Gordon ressalta que Fanon, mais que ressaltar o “problema do negro” como faz Du Bois, ressalta seu desejo (“*What do blacks want?*”), trazendo à tona a vida subjetiva do negro, sua consciência, em paralelo com a abordagem freudiana sobre questão da mulher e de seu desejo. Gordon atenta para o fato de que a questão do desejo e do querer não é tão simples como possa parecer, já

que o que alguém diz querer não é exatamente o que esta pessoa realmente quer (GORDON, 2006, p.2). Guardo esta reflexão valiosa como uma carta na manga, para contrastar com julgamentos encontrados sobre o “querer” das populações amazônicas; ora questionados por desejar ou possuir algo que, supostamente, ‘não é para’ indígenas (celular, por exemplo), ou por rejeitar uma concepção de ‘riqueza’ ou de abundância que não condizem com suas realidades.

O locutor, não indígena, Luis Dias, que trabalhou na Rádio *Wao Apeninka* (da nacionalidade Waorani), afirmara, a respeito dos indígenas amazônicos que estes “querem uma fonte de emprego, ter o pão do dia, não estar comendo apenas *plátano*, *chira* e pescado”. Para os propósitos desta pesquisa note-se que traduzir e comunicar o ‘querer’ das populações amazônicas, especialmente indígenas, se torna um elemento de disputa (Ver Capítulo 4), uma vez que este concorre para legitimar (ou não) o projeto de “desenvolvimento” proposto pelo governo nacional.

Considerando que há no colonialismo “uma função muito peculiar para as palavras”, já que “elas não designam, mas encobrem”, estando cheias de “eufemismos que colocam um véu na realidade em lugar de designá-la” (CUSICANQUI, 2010, p. 6; p. 13), as referências até aqui expostas contribuem para reflexões sobre esse encobrimento, especialmente no caso da palavra. O ‘roubo’ em questão é a subtração violenta da possibilidade de sujeitos racializados – negros(as) e indígenas – darem(-se) ao mundo, estando situados numa zona de não-ser do moderno sistema-mundo.

Tzvetan Todorov (2003, p.42) observa que o poliglota Cristovão Colombo, diante de uma língua estrangeira, só considerava dois comportamentos possíveis e complementares: reconhecer uma língua e recusar-se a aceitar a diferença ou reconhecer a diferença e recusar-se a admitir que fosse uma língua. Assim, o conquistador reportou à Coroa: “Se Deus assim quiser, no momento da partida levarei seis deles [indígenas] a Vossas Altezas, para que aprendam a falar”

O então presidente da *Nacionalidad Achuar del Ecuador* (NAE), Jaime Vargas (2013-2015), contara em tom descontraído como driblara sua dificuldade com as provas de Inglês no colégio. Conta ele que respondeu todas as questões de uma prova em seu idioma originário, Achuar. A professora estranhou e disse não entender o que estava escrito. Ele retrucou alegando que tampouco entendia o idioma que lhe obrigavam a aprender. Sua resistência a tal imposição lhe rendeu a possibilidade de, dali em diante,

realizar as avaliações em seu idioma originário, de modo que se beneficiava por não haver quem estivesse habilitado a avaliar suas respostas, conta o ex-presidente Achuar.

Ao longo da investigação de campo, fui defrontada com, pelo menos cinco idiomas originários, de cinco nacionalidades diferentes²⁴. A escolha entre o uso do idioma originário ou do espanhol pareceu-me variar conforme aquilo que se definia como conveniente (ou não) compartilhar. A escolha estava plenamente a cargo dos meus interlocutores. Despontava para mim como a valiosa possibilidade alcançada nas últimas décadas sobre decidir o que transmitir, como e quando dar(-se) ou não à interlocução. Comentários jocosos ou a diálogos deliberativos sobre temas um pouco mais candentes eram feitos em idioma próprio e, às vezes, traduzidos ao espanhol. No entanto, também a tradução ou interpretação ficava a cargo dos meus interlocutores(as) e daquilo que lhes interessasse ofertar ao meu conhecimento.

O *roubo da palavra*, aqui definido, é transversal às múltiplas dimensões da matriz colonial de poder inaugurada com a modernidade/colonialidade – economia, autoridade, natureza, gênero, sexualidade, subjetividade e conhecimento, espiritualidade (MIGNOLO, 2008). Entendido como produto dessa matriz e, primordialmente da “colonialidade do ser”, refere-se à supressão violenta de idiomas originários; expressões corporais, danças e trajes; ou do direito ao próprio ato dialógico com a “natureza”. Assim como outros despojos, sucede a traição radical à subjetividade dos povos originários e afrodescendentes, desumanizados e invisibilizados. Ou visivelmente transformados em “*não-ser*”.

A colonialidade do ser é uma “expressão das dinâmicas que tentam criar uma ruptura radical” – fundamentada pela ideia de uma diferenciação natural dos sujeitos pela cor –, “entre a ordem do discurso e o dizer da subjetividade generosa”. A restauração da ordem do humano exigiria, portanto, uma “receptividade generosa” (MALDONADO-TORRES, 2007, p. 154), uma abrangente “escuta”. Segundo o teólogo e filósofo Carlos Lenkersdorf (2008, p.19), aprender a escutar nos traslada “*del yo hacia el nosotros*”. É, portanto, simbólico que no idioma Kichwa, de povos caracterizados pela oralidade, e por valores como a reciprocidade, o vocábulo *nós* (*Ñukanchik*) seja constituído pelo eu (*Ñuka*).

²⁴ Não incluo os idiomas originários das nacionalidades Sápara e Andoas, pelo fato de serem idiomas em risco de extinção e, como tais, pouco difundidos, especialmente nas cidades, fora das comunidades. Não tive contato com falantes desses idiomas.

Ainda numa abordagem fanoniana, está em jogo a concepção do corpo humano como “porta da consciência [questionadora e interrogante], ou melhor, como mecanismo possível de abertura e recepção da *otredad*” (MALDONADO-TORRES, 2007, p. 155 – grifo da autora). É através do corpo que ocorre “o encontro, a comunicação e a relação íntima com outros[as], mas também este se converte, por sua mesma exposição, em objeto privilegiado de desumanização, através da racialização, da diferenciação sexual e de gênero”, observa Maldonado-Torres (2007, p. 155 – tradução própria).

Quão receptiva e abrangente seria a ‘escuta’ ou recepção da *otredad* na interação com os comunicadores e as comunicadoras das nacionalidades amazônicas? Rosa Gualinga, dirigente de Mulheres da NASHIE (organização da Nacionalidade Shiwiar do Equador), mantinha um programa diário de uma hora, às 17h, na *Rádio Tarimiat*, da mesma nacionalidade. Durante entrevista realizada com a locutora e líder indígena, diante da possibilidade de ser fotografada, ela ressaltou que estava sem seus trajes típicos; apenas o áudio deveria ser registrado naquele momento. Entendi ao decorrer de algumas experiências que pinturas, colares, *nunkutais* (colar colorido, com escudo na altura do peito, utilizado pelas nacionalidades Shuar e Shiwiar), *tawasaps* (um adorno de penas utilizado na cabeça), *nankis* (lança, em Shuar), e ainda as *wiphalas* (bandeira multicolorida, símbolo da diversidade dos povos andinos), bem como outros símbolos e adereços deveriam constar como elementos relevantes no ato comunicativo e, em determinadas ocasiões, integrados às estratégias de comunicação.

Na primeira vez que estive com Yanda Montahuano, jovem de família Sápara, ele me contou sobre um sonho que teve logo antes uma apresentação onde deveria falar em público. O evento era importante e Yanda disse que desejava expressar bem suas ideias. Em seu sonho, na noite anterior, visualizara algumas flechas saindo de sua boca e, ao despertar, compreendeu a mensagem: suas palavras deveriam ser certeiras e afiadas. À época desse primeiro contato, eu havia acabado de iniciar minha rotina de viagens a Puyo (capital da província de Pastaza), onde buscava informações sobre estratégias de comunicação e articulação em defesa do território. Meses depois, em conversa informal, escutei de um dirigente da nacionalidade Shuar o seguinte conselho, ou desafio: “Para conhecer nossa comunicação, é preciso falar com a planta” – referia-se à *Ayahuasca* – também conhecida como *Natem* por aquela nacionalidade.

Essas e outras experiências reforçaram aos poucos alguns questionamentos. Que palavras eu estaria disposta a ‘ouvir’? Seriam aceitáveis academicamente aquelas estratégias de comunicação indígenas que incluíssem espíritos, sonhos, animais e plantas como interlocutores ou mesmo como sujeitos dotados de *agencia* e de direitos? Note-se que a Constituição de 2008 se destaca, dentre outros temas, o explícito reconhecimento dos “direitos da natureza”.

Tais questões deram nova dimensão a afirmação de Latour sobre as rochas, que poderiam ser muito variadas e “desdobrar muito mais tipos de agência do que o estreito papel que lhes é atribuído nas explicações empiristas” (LATOURE, 2012, p. 163). Se como propõe o autor, “os positivistas não estavam muito inspirados quando escolheram os “fatos” como seus blocos de construção elementares para erigir sua catedral da certeza” (LATOURE, 2012, p.165), as questões então emergentes poderiam ajudar na abertura de frestas e janelas nesse rígido edifício.

Alguns impasses foram captados na proximidade com os sujeitos da pesquisa, gerando múltiplos questionamentos. Por exemplo: se a “natureza” é um sujeito de direitos, como prevê a Constituição de Monticristi, quem possui o direito e a legitimidade para falar em seu nome, para argumentar em sua defesa? É possível sustentar a ideia de “direitos da natureza” ao mesmo tempo em que a Constituição atribui ao Estado, e particularmente à Presidência, prerrogativas na gestão de recursos considerados “estratégicos” (Art. 407 e 408)? A busca pelas palavras roubadas deflagrou a existência de dilemas em torno à colonização da “natureza”.

“A natureza nos fala”, afirma Lenkersdorf, mas “não se escuta, porque o que interessa são os negócios, a competitividade, a macroeconomia”, (2008, p.19). Cumpre considerar, dessa forma, uma compreensão *outra* da relação homem-natureza ou uma reagregação daquilo que se concebe ocidentalmente como “cultura” e como “natureza”. Segundo Latour, suspensa a crença no fato de sermos modernos, já não é possível contentar-se com os conjuntos da sociedade e da natureza: “hoje temos de rever nossa constituição e ampliar o repertório de vínculos e associações para além do que as explicações sociais oferecem” (LATOURE, 2012, p. 353).

A partir do *devoir (de)colonial*²⁵ extraído da obra de Fanon – *shouting-weeping-saying* –, o grito de dor do sujeito violado torna-se um chamado de atenção para algo que reside em última instância fora desse sujeito, que não é uma demanda egoística ou individualista. Este grito representa a expressão de um sujeito violado precisamente pela impossibilidade de estar fora de si mesmo – de amar, de dar e comunicar. O principal objeto de questionamento em “Peles negras, máscaras brancas” são “as barreiras que inibem o contato inter-humano num mundo colonial” (MALDONADO-TORRES, 2008, p.137).

Contudo, a re-humanização, ao longo de um processo de descolonização do ser, do saber e do poder, passaria longe de um resgate do *antropos* ocidental. Sobre as contribuições de Fanon, Walsh (2009a, p. 62) destaca a possibilidade de enxergar uma proposta e *praxis* “pedagógica” na obra do autor martiniquense, tendo em vista a perspectiva da auto-consciência, auto-determinação e auto-liberação negra – e, acrescento, indígena. Estas se encontram assentadas na compreensão da opressão ontológica-existencial-racial e da deshumanização, e no estímulo para uma ação transformadora, rumo a um “novo humanismo radical”.

Partindo da ideia de que “falar é existir absolutamente para o outro” (FANON, 2008, p.33) a busca pelas ‘palavras roubadas’, despojadas, é antes uma busca do sujeito pela própria existência fora de si mesmo. Uma busca que é reivindicada pelos povos originários de *Abya Yala* não apenas para si, mas também para a “natureza”. Contrapõe-se, portanto, uma visão antropocêntrica, que valoriza o ideal da subjetividade moderna do “homem imperial”. Este antes mesmo do “*Cogito ergo sum*” (Penso, logo existo) inaugura a diferença colonial antropológica entre o ego conquistador (*ego conquiro*) e o ego conquistado (MALDONADO-TORRES, 2007 p. 134). Oculta-se uma diferença ontológica entre o ser e os entes, mas também sub-ontológica, afirma Maldonado-Torres (2007, p.146), entre o ser e o que está abaixo do ser, na condição de um “sub-outro”, passível de ser dominado, conquistado e escravizado.

Dussel (1977) esclarecera anteriormente que o ““eu conquisto” é o fundamento prático do “eu penso””. Penso, logo conquisto (DUSSEL, 1977, p.10). Para conquistar é preciso ser. O *Outro* é passível de ser conquistado na medida em que *não é*.

²⁵ Agradeço pelo termo-síntese ao amigo, músico e cientista social Dairo Sánchez, com quem compartilhei momentos de reflexão dentro e fora o espaço acadêmico da Universidade Andina Simón Bolívar.

A perpetuação dessa ferida colonial se dá nas sutilezas. Tomando os conceitos e categorias como elementos para um “convite ao diálogo, e não como imposições de uma classe iluminada” (MALDONADO-TORRES, 2007, p.162), a abordagem da ‘*palavra concedida*’ sugere, por um lado, o “convite” para *interculturalizar a palavra* e, de outro, a experiência de um projeto vertical que acaba criando obstáculos às resistências e (re)existências em oposição ao modelo governamental de desenvolvimento traçado.

1.1.2 “Pode o subalterno ser escutado?”²⁶

“Pode o subalterno falar?” A pergunta de Gayatri Spivak ressoa desde o lançamento de seu ensaio homônimo em 1983. A crítica interna aos estudos subalternos feita por Spivak serve de contraponto a visões irreduzivelmente homogêneas do(a) subalterno(a), cuja fala mediada (pelo intelectual) ou mediatizada (pelos meios de comunicação de massa) acaba restrita, foclorizada, ou verdadeiramente emudecida.

No âmbito das políticas públicas e leis para a democratização da comunicação no Equador o projeto para concessão de rádios comunitárias às nacionalidades indígenas trouxe à superfície outra face da pergunta proposta por Spivak. A questão de turno passou a ser: “Pode o subalterno ser escutado?”

A inserção dos povos subalternos nos meios de comunicação está circunscrita, não raro, a restrições de forma e conteúdo (delimitações de tempo, estética, síntese editorial, hierarquização da produção da notícia, estruturas discursivas pré-formatadas, uso de estereótipos como o exótico, o atrasado, pertencente ao passado, perigoso, selvagem, criminoso, pobre etc.), com inserção num sistema de classificação racial que ainda atravessa os aparatos estatais e não estatais.

Num espectro radioelétrico ainda concentrado abriu-se uma brecha. A concessão de uma Frequência Modulada (FM) pelo Estado é, *grosso modo*, a concessão de uma porção do ar, por onde são transmitidas ondas sonoras.

No ano de 2014, foram entregues foram entregues 890 frequências de rádio para meios privados, 206 para meios públicos e 20 para meios comunitários – sendo que entre estas

²⁶ A formulação ao redor desta pergunta está presente em: : MAGGIO, Josephine. Can the Subaltern Be Heard?: Political Theory, Translation, Representation, and Gayatri Chakravorty Spivak. *Alternatives: Global, Local, Political*. v. 32. n. 4. Out. 2007. p. 419-443. Disponível em: <<http://alt.sagepub.com/content/32/4/419.full.pdf+html>>. Acesso em: 30 jul. 2016

últimas foram incluídas no gráfico as 14 rádios das nacionalidades, as quais ainda contavam com licenças provisórias de 1 (um) ano, renovadas em 2015²⁷.

Desde a Constituição de 2008, se faz mais explícito o fato de que o espectro radioelétrico é parte dos recursos naturais considerados “estratégicos”, assim como o petróleo, a água, a biodiversidade, o patrimônio genético, entre outros. Nesse sentido, a concessão da palavra por meio das garantia de frequências de rádio e televisivas se conecta com outros recursos que, também estão sob a administração, regulação, controle e gestão do Estado equatoriano. No entanto, se considerado que o projeto aqui analisado para criação de rádios comunitárias tinha como um de seus objetivos expressos “[g]enerar adhesión ciudadana al proyecto político del Gobierno gestionando una comunicación directa, veraz, oportuna e incluyente”²⁸ (ênfase da autora), se torna imperativo questionar sobre eventuais condicionantes para a concessão do direito à palavra pelo Estado.

A concepção da “palavra concedida” foi sendo definida à medida que, através das rádios das nacionalidades, tornou-se evidente a interação entre as instituições estatais e as nacionalidades amazônicas, inseridas nas esferas estatais sob um novo *status* de “*ciudadania*” propagado como inovador, “revolucionário”. É neste *entre* que este trabalho se situa, neste espaço fluido e indefinido.

Na Amazônia, o movimento correísta da “*Revolución ciudadana*” é apresentado como contraponto a um passado de negociações, acordos e empreitadas educativas (ou seja, evangelizadoras) que, com a complacência de governos anteriores, eram conduzidos diretamente pelas empresas extrativistas multinacionais e por missões religiosas (católicas e evangélicas) – ver Capítulo 2.

A chamada “*nueva época petrolera*” é caracterizada, na atualidade, como a antítese de um passado de abusos e contaminações, lançando mão de um discurso em favor das novas “tecnologias de ponta”, de uma perspectiva socioambiental afinada com os direitos coletivos, humanos e da natureza, e em defesa da participação dos povos e

²⁷ ARCOTEL. *Boletim estadístico del Sector de Telecomunicaciones*, nº4, março 2015. Retirado de: <http://www.arcotel.gob.ec/wp-content/uploads/downloads/2015/04/BOLETIN-No-4-AVS-RTV-TF.pdf>. Último acesso 30-06-2016.

²⁸ Fonte: Programa Anual de Inversiones (2012). Retirado em <http://www.produccion.gob.ec/wp-content/uploads/downloads/2012/07/PAI-Programa-Anual-de-Inversiones.pdf>, Último acesso: 13-09-2015.

nacionalidades junto ao governo equatoriano, com seus distintos órgãos e ministérios, além de dispositivos legais como a *Ley Organica de Participación Ciudadana*

Nesse contexto, foi desenvolvido o projeto para “*Creación de redes de medios de comunicación públicos y comunitarios*” – um projeto de concessões de equipamentos, formação, suporte técnico e licenças (provisórias) para rádios comunitárias de 13 nacionalidades²⁹, criado pela extinta *Secretaría de los Pueblos* e posteriormente sob a responsabilidade da *Secretaría Nacional de Gestión de la Política*. O projeto, lançado em 2010, foi desenvolvido em diferentes etapas, que corresponderam, em certa medida com as mudanças dos diretores responsáveis. Após a aprovação da Lei Orgânica de Comunicação (2013), houve um processo de adaptação às novas normas que durou três anos até o lançamento de um novo concurso promovido pela *Agencia de Regulación y Control de las Telecomunicaciones* (ARCOTEL), em 2016.

²⁹ A nacionalidade Siona, de Sucumbíos, teve seus equipamentos retirados por não cumprimento do convênio de cooperação, devido a problemas internos. Fonte: SNGP. Ficha Informativa del Proyecto (25-10-2015). Disponível em: <http://www.politica.gob.ec/wp-content/uploads/2015/11/REDES-OCTUBRE-2015.pdf>. Último acesso 09-08-2016.

MAPA 1 - Mapa das rádios das 13 nacionalidades



Fonte: SNGP³⁰.

Durante este período, as rádios funcionaram com licenças provisórias, enquanto seriam conduzidas a adequarem-se para obter suas frequências definitivas, por 15 anos renováveis. A lentidão desse processo acabou despertando críticas quanto à progressiva politização de espaços tidos como comunitários. Reavaliações sobre os objetivos iniciais representaram a redução de rádios criadas. Das 54 previstas, apenas 14 foram consolidadas e concedidas a 13 nacionalidades (sete situadas na região Centro Sul da

³⁰ Agradeço ao ex-diretor do projeto para CRMCPPL (2010-2015), Luiz Fernando Lopez, quem me forneceu este mapa. Ver em ANEXO 1 o mapa de cada uma das coberturas projetadas para as respectivas rádios das nacionalidades em Estudos técnicos produzidos pelo engenheiro Rodrigo Jarin.

Amazônia equatoriana), pairando dificuldades de diversas naturezas – especialmente político-organizativas e financeiras – para manutenção das mesmas.

Um importante evento deve ser recordado para traçar o panorama conjuntural que acompanhou a criação do projeto aqui analisado. A morte do professor Shuar Bosco Wisum na província amazônica de Morona Santiago ao final de 2009 é um dos episódios centrais de uma série de confrontos entre as forças policiais oficiais e grupos de opositores. Segundo Informe da Anistia Internacional sobre o ocorrido, após os protestos contra o projeto de *Ley de Aguas*, em setembro de 2009, a CONAIE entrou em negociações com o governo, suspendendo as manifestações, exceto pela obstrução de uma ponte por comunidades Shuar, na província de Morona Santiago. Enquanto eram travadas negociações com o governo no intuito de dissolver a tensão no local, a polícia utilizou gás lacrimogêneo e helicópteros para dispersar a multidão que ocupava a ponte, resultando em feridos de ambos os lados. O professor Shuar, segundo o relatório da Anistia Internacional, recebeu um disparo na cabeça por parte de um atirador não identificado (*AMNISTÍA INTERNACIONAL*, 2012).

Destaco aqui este ocorrido por identificar elementos importantes para as próximas reflexões deste capítulo sobre as possibilidades e limites de “fala” e “escuta”, bem como sobre os subsequentes enredamentos e “serpenteios” que vão sendo estabelecidos entre a “cidadania” e os aparatos estatais. Por “serpenteios” buscarei referir-me às estratégias de diálogo, negociação e interlocução, que vão sendo delineadas nos anos seguintes, não prescindindo de momentos com alto nível de conflitividade, como este em 2009.

“Estamos nos preparando com facões e lanças, estamos reunidos”, “estamos afiando as lanças e nos preparando para sair”, “tragam lanças bem afiadas e bastante veneno em garrafas de cristal”, “necessitamos de bastante veneno, tragam, por favor”. Assim foram traduzidas a partir do idioma Shuar as palavras atribuídas a Pepe Luis Acacho Gonzalez³¹ durante transmissão da pioneira Rádio Shuar *La Voz de Arutam*, em 30 de setembro de 2009, previamente ao conflito que resultaria na morte do professor Shuar. Os áudios, cuja tradução foi contestada pela defesa do líder indígena, acabaram constando como prova na incriminação de Pepe Acacho, sentenciado a 12 anos de

³¹ O assembleista Shuar, representante do estado amazônico de Morona Santiago, era presidente da Federação Interprovincial dos Centros Shuar (2008-2011), e diretor da rádio *La voz de Arutam* (criada nos anos 70), ao sul da região amazônica equatoriana. A região é parte da nova área abrangida com a expansão da fronteira petroleira pelo governo, e por isso considerada bastante estratégica.

prisão e multa de quatro mil dólares por “sabotagem e terrorismo”³². Em entrevista concedida à autora, o ex-presidente da FICSH se defendera:

As minhas expressões foram interpretadas como forma de instigar, mas se eu digo Nankijiai jinkitiarum, o que dizia é que devemos defender com nossos emblemas, com nossos símbolos, porque isso é o que diz o Artigo 57, número 19: ‘Promover o uso de vestimentas, símbolos e emblemas que os identificam’. Eu não disse saiam com uma bomba, com uma metralhadora, saiam com um míssil. Eu sim disse ‘Saiam com nossos emblemas, que são a lanza [nanki], o nunkutai e o tawasap’³³.

Além da *Ley de Aguas* – cujo projeto foi aprovado em 2014, ainda sob inúmeras críticas e manifestações³⁴ –, a *Ley de Minería* também estava no alvo das mobilizações, sendo esta última de grande impacto para a nacionalidade Shuar de Morona Santiago, onde o projeto de mega mineração da *Cordillera del Cóndor* acabou detonando um conflito de alta intensidade na região, levando a morte, no final de 2014, do líder Shuar anti mineração, José Isidro Tendetza. Anos antes, em dezembro de 2009, quando o extinto *Consejo Consejo Nacional de Telecomunicaciones* (CONATEL) cancelou unilateralmente a frequência concedida à Rádio *La Voz de Arutam*, alertava-se para a importância desta emissora no processo de resistência da região³⁵. O órgão acusara *La Voz de Arutam*, amparado no art. 58 da *Ley de Radio y Televisión*:

³² Para outros casos de “terrorismo” durante o governo Correa, ver: CALAPAQUI, 2016; CALAPAQUI e BUENDÍA, 2016. Segundo, David Cordero, a tipificação de “terrorismo” caracterizaria uma forma de “*criminalización de la defensa de los derechos humanos*” e um *discurso del miedo*” durante o governo Correa. Ver: CORDERO, D. ¿Terrorismo en el Ecuador? Uso del Derecho Penal del Enemigo y el discurso del terror: caso “10 de Luluncoto”. Retirado de: http://inredh.org/index.php?option=com_content&view=article&id=554:iterrorismo-en-el-ecuador&catid=74:inredh&Itemid=49. Último acesso em: 30-07-2016.

³³ Entrevista realizada em outubro de 2014 e publicada em versão *online* do periódico Brasil de Bato: “Deputado equatoriano apela à corte contra sentença por terrorismo”, Disponível em: <http://www.brasildefato.com.br/node/30093> (Última visualização em 5 de abril de 2015).

³⁴ À exemplo do que ocorrera em anos passados, uma marcha foi liderada pela ECUARUNARI, braço da CONAIE na região andina equatoriana (Serra). Acompanhei a marcha acompanhando o dirigente de comunicação daquela organização, Patrício Zhingri.

³⁵ Fontes: ACCIÓN ECOLÓGICA. El cierre de “La Voz de Arutam”. (15-01-2010). Disponível em: <http://www.accionecologica.org/mineria/documentos/1187-el-cierre-de-la-voz-de-arutam>. Último acesso 09-08-2016; INREDH. El cierre de La Voz de Arutam y la crisis del Estado de Derechos y Justicia (11-01-2010). Disponível em:

[p]romover la violencia física o psicológica, utilizando niños, mujeres, jóvenes o ancianos, incentivar, realizar o motivar el racismo, el comercio sexual, la pornografía, el consumo de drogas, la intolerancia religiosa o política y otros actos análogos que afecten a la dignidad del ser humano

No mês seguinte, a (extinta) Conatel acolheu a recomendação de uma Comissão da Verdade instaurada e dirigiu o processo para ser julgado no âmbito da *Fiscalía General del Estado*, de modo que qualquer punição seria tomada contra os dirigentes da emissora acusados penalmente. Revertida a decisão, a rádio da Federação Interprovincial dos Centros Shuar (FISCH) recuperou a frequência 107.3 MHz que serve às cidades de Macas e Sucúa – onde está sediada a emissora -, somada a sua repetidora.

O episódio que resultara na morte do professor Bosco Wisum, sua enorme repercussão, e a evidência do vasto alcance de uma rádio Shuar tradicional e pioneira na região, criada com a ajuda dos missionários Salesianos em fins dos anos 1960, teria influenciado na formulação ou ao menos no direcionamento dado ao projeto lançado meses depois. Esta visão foi compartilhada em entrevistas concedidas tanto por funcionários do governo vinculados em determinados momentos ao projeto quanto por integrantes das nacionalidades.

Em termos organizativos, o governo do presidente Rafael Correa, passou a investir nos anos posteriores em “*convênio[s] de gobernabilidad*” assinados com diversas organizações e particularmente com a FICSH. Em prestação de contas referente a 2013, informou-se sobre o fortalecimento da “*relación con la Federación Interprovincial de Centros Shuar (FICSH), a través del diálogo político continuo y el fortalecimiento de su proceso organizativo y de sus capacidades de gestión*”³⁶ (SNGP, 2014, p. 48). Destaque-se que, desde o ano anterior, vinha sendo desenvolvido junto àquela organização um projeto de fortalecimento organizativo, que também estaria sob a responsabilidade da SNGP, criada em 2013 pelo Decreto presidencial 1522 para

http://www.inredh.org/index.php?view=article&catid=1%3Aactualidad&id=298%3Aradio-arutam&option=com_content Último acesso: 09-08-2016.

³⁶SECRETARIA NACIONAL DE GESTIÓN DE LA POLÍTICA (março/2014). Rendición de cuentas (2013). <http://www.politica.gob.ec/wp-content/uploads/downloads/2014/04/Rendici%C3%B3n-CUENTAS-2013-op.pdf> . Último acesso: 30-07-2016.

formular las políticas de gobernabilidad, el relacionamiento político con las otras funciones del Estado, con Gobiernos Autónomos Descentralizados, el diálogo político con actores sociales y la coordinación política con los representantes del Ejecutivo en el Territorio (Art.1 – Decreto 1522).

Na descrição de junho de 2014 do andamento do projeto da SNGP para *Fortalecimiento de la capacidad técnica, administrativa y organizativa de las Organizaciones Indígenas de la Amazonía y de la Sierra Centro*, entre os objetivos alcançados junto à FICSH constam as seguintes informações (grifo acrescentado pela autora ao documento original)³⁷:

TABELA 1

<p>MAYO 2014: AMAZONÍA: 1. Se realiza la planificación de actividades previas, para vincular a la Nación Waodani del Ecuador (NAWE) a ser parte del proyecto de Inversión para fortalecimiento de las Organizaciones Indígenas de Amazonía y Sierra Centro (HITO RELACIONADO 46). 2. Se incidió para solucionar el problema entre TAME Amazónico y las prestadoras de servicio aéreo comunitario de las Nacionalidades Achar, Shuar, Waodani y Kichwas de la Amazonía, solicitada por la Sra. Ministra, antes que se produzcan conflictos por la potencial quiebra de las empresas comunitarias por la presencia del servicio de TAME en territorio de Amazonía (HITO RELACIONADO XX). 3. Acercamiento de la Nación Shuar del Ecuador (NASHE) localizada en el territorio de la XI Ronda Petrolera con la Secretaría Nacional de Gestión de la Política para presentar sus alternativas de trabajo y requerir la firma de un convenio de Cooperación Interinstitucional (HITO RELACIONADO 46).</p>	<p>Chávez López, Francisco Xavier</p>	<p>11/07/2014 - 08:55 AM</p>
--	---	----------------------------------

Ficha Informativa de Proyecto		
RESÚMENES EJECUTIVOS (MÁS RECIENTES)		
Resúmenes Ejecutivos	Modificado por	Fecha de última actualización
<p>PROYECTO: 7. Elaboración del POA y PIA del Proyecto en base a la actualización del proyecto hasta noviembre del año 2015 y a los indicadores de gestión planteados en el Proyecto (HITO RELACIONADO 45). 8. Capacitación al equipo del proyecto en elaboración de propuestas para realizar la inversión con las organizaciones indígenas de Amazonía y Sierra Centro (HITO RELACIONADO 45).</p>		
<p>ABRIL 2014: Amazonía: Se a realizado el acercamiento para negociar y firmar convenios de cooperación interinstitucional entre la SNGP y las Organizaciones, como son: Federación de Comunidades Kichwas de la Amazonía Ecuatoriana (FICKAE); Federación de Organizaciones Indígenas del Napo (FOIN); Nacionalidad Achuar del Ecuador (NAE); Nacionalidad Waodani del Ecuador (NAWE); Federación de Nacionalidad Shuar de Pastaza (FENASH-P); Nación Shuar del Ecuador (NASHE); Federación Interprovincial de Centros Shuar (FICSH); y, Comuna San Jacinto (CSJ). Quienes en su mayoría han solicitado participar en el proyecto y formar convenios de Gobernabilidad y Participación Ciudadana. Las organizaciones señaladas se encuentran en territorio de la X y XI ronda petrolera y en la localización de proyectos estratégicos del Gobierno.</p>	<p>Chávez López, Francisco Xavier</p>	<p>13/06/2014 - 11:04 AM</p>

³⁷ Ficha Informativa do Projeto *Fortalecimiento de la capacidad técnica, administrativa y organizativa de las Organizaciones Indígenas de la Amazonía y de la Sierra Centro* (2015). Retirado de: <http://www.politica.gob.ec/wp-content/uploads/2015/11/FISCH-.OCTUBRE-2015.pdf>. Último acesso: 22-07-2016

A ênfase acrescentada ao documento original tem por objetivo destacar a informação fornecida quanto à localização dos territórios vinculados às organizações referidas. O “*acercamiento para negociar y firmar convênios de cooperación interinstitucional*” indicava como pano de fundo o lançamento da décima primeira rodada de licitações dos blocos petrolíferos localizados na Amazônia Centro-Sul, região onde estavam situadas sete das 14 rádios inicialmente criadas pelo projeto conduzido pela SNGP. Desde este primeiro capítulo, me adianto em sugerir neste documento a presença de parâmetros claros para *uma escuta condicionada*, seletiva.

A pergunta “Pode o subalterno ser escutado?” me parece indicar a complexidade dos caminhos percorridos e dos questionamentos que surgiram na medida em que recolhi indícios de uma relação com o Estado restrita, tal qual uma via cujo fluxo se encontra condicionado ao pagamento de um pedágio, ou seja, à aceitação de um projeto de “desenvolvimento” exógeno a interesses expressos por várias das comunidades e lideranças indígenas amazônicas.

Coerente com os objetivos gerais da pesquisa, inicialmente propostos - identificar o papel da comunicação na organização e articulação indígena/originária em defesa do território – o espaço das rádios concedidas às nacionalidades pareceu ser um *lócus fértil* para observar aspectos dos distintos processos e fluxos comunicativos/ dialógicos:

- das organizações com instituições do Estado
- das comunidades com suas respectivas organizações indígenas
- das comunidades com as instituições do Estado e com o Governo
- das comunidades amazônicas entre si
- das organizações e comunidades com agentes ‘externos’ (ONGs, investigadores, empresas transnacionais etc.)

Nas poucas ocasiões em que pude caminhar ao lado de comunicadores(as) e dirigente indígenas no meio das florestas – na maioria das ocasiões nos encontrávamos nas respectivas rádios ou nos arredores da cidade de Puyo – percebi a destreza dos meus interlocutores entre caminhos irregulares e sinuosos, uma destreza possivelmente herdada

dos caminhantes antepassados que, nômades, se deslocavam com frequência pelo vasto território amazônico. Ainda assim, plantaram ao longo de vários séculos, um espaço de vida, como profundos conhecedores da “natureza”, desenvolvendo através da caça e/ou da coleta uma sociabilidade e cultura próprias, bem como formas de “adaptação ecológico-econômica” (RIVAL, 2014, p.90). Estas habilidades para serpentear um terreno adverso, a meu modo de ver, circunscrevem outras esferas, abrindo possibilidades para uma existência imaginativa e flexível.

1.1.3 A palavra concedida e a “serpente ancestral”

O comunicador ou a comunicadora é aquele ou aquela que transporta a palavra, que *caminha a palavra*, como diriam os(as) *tejedores(as)* do *Valle del Cauca* colombiano.

Caminhando pelas ruas de Quito para fazer a cobrança de um comercial publicitário que havia sido transmitido há alguns meses através da Rádio *Wao Apeninka* (uma das 14 rádios, cuja frequência seria concedida no âmbito do projeto analisado), o então diretor da rádio, o Waorani Saul Dabo Nihua, comentou que eu andava muito rápido. Dias depois a situação se inverteu. Caminhando no meio da floresta, em direção à comunidade de San Antonio, num terreno instável, devido à lama e à chuva, eu quem sentia dificuldades para acompanhar o ritmo do comunicador que avançava com facilidade entre galhos e lama. Outras vezes essa situação se repetiria. Não raro, os caminhos pedregosos dos rios e dos terrenos úmidos e não estáveis como o asfalto da cidade se revelaram um desafio a mais. A partir dessas situações corriqueiras e, aparentemente, sem qualquer significado, atentei para uma característica que se estendia a outras esferas da vida cotidiana na selva. Estas seriam, a meu ver, representativas de uma metodologia-pedagogia bastante própria das comunidades originárias, especialmente amazônicas, e por vezes de difícil compreensão num ‘uni-verso’ asfaltado, linear e progressista.

Catherine Walsh (2014a), por sua vez, ao revisitar memórias da relação pedagógico-política com Paulo Freire, refere-se aos pontos de encontro e reencontro que rompem a linearidade do tempo e esboçam movimentos espiralados e *serpenteantes*. Passados os primeiros meses de minha chegada ao Equador, a professora compartilhara comigo essa imagem-força, a qual me acompanhou durante o trabalho de campo desenvolvido posteriormente.

Na “tradição mítica gráfica abyayalese” (ou seja, ameríndia), é também possível encontrar a imagem polissêmica da serpente, particularmente no mito da nacionalidade colombiano-peruana do povo Uitoto, sobre Diijoma, homem-serpente-águia (URBINA RANGEL, 2004, p. 29)³⁸.

Ao sobrevoar o território amazônico vemos também o movimento serpentino dos rios sinuosos. Segundo Levi-Strauss, a serpente seria “um animal bom pra pensar”, “no sentido de que sua forma e etologia podem estimular a imaginação desencadeando múltiplas relações e ideias” (URBINA RANGEL, 2004, p. 27). Sendo assim, sugiro que a vivência de povos amazônicos pelas coordenadas espaciais de um território imprevisível e instável lhes rendera elementos para uma metodologia-pedagogia marcada pela criatividade e por uma experiência cíclica (não linear) do tempo-espaço.

Outros conceitos como o “*habitus cimarrón*” (ALBÁN, 2013) ou a “*cultura anfíbia*” (FALS BORDA, 1979) revelam uma inter-relação entre “coordenadas espaciais” e práticas sociais, de modo que se percebe o território como um espaço cultural, dinâmico e criador de sentidos (ÁLBAN, 2013, p. 231). Cabe destacar que o *espaço* indígena foi também colonizado, a partir de sua separação da categoria *tempo* e de medições que compartimentam vidas, histórias e memórias (SMITH, 2002, p. 51).

Segundo Fals Borda, a gente de “cultura anfíbia” “*combina la eficiente explotación de los recursos de la tierra y del agua, de la agricultura, la zootecnia, la caza y la pesca*” (FALS BORDA, 1979, p. 19 A) – capacidades múltiplas num terreno diverso que o autor reconhece com sua “inveja de cidadão diante de tamanha astúcia ecológica”.

Essa astúcia ou flexibilidade é também parte de um traço serpentino, do qual extraio possibilidades de reflexão sobre práticas sociais e comunitárias construídas entre as comunidades/nacionalidades e o meio externo, particularmente, sobre as possibilidades de *agência* sobre a capacidade de autodeterminação dos povos amazônicos sobre seus territórios na relação sinuosa com o Estado, aquele que concede – mas também regula, fiscaliza, controla, expropria ou classifica – o direito à palavra.

Freire, por sua vez, se refere às “manhas dos oprimidos”, para evidenciar “defesas que o corpo dos oprimidos termina por criar nas mais dramáticas situações”, notando “como

³⁸ Agradeço ao amigo filósofo Franklin Giovanni Púa, estudioso das questões indígenas, com quem tive a sorte de compartilhar diversas ideias, num grato intercâmbio de reflexões acerca das possibilidades de análise contidas no mito citado e na imagem polissêmica a ele atrelado.

manhosamente se imuniza”. “É uma espécie de “vacinação” mesmo precária, mas sem a qual não haveria quem sobrasse” (FREIRE e FAGUNDEZ, 1985, p. 55). Note-se que a “pedagogia da pergunta” é tomada pelo autor como combustível para a criatividade – desestimulada pela racionalidade do trabalho no chão de fábrica e pela burocratização, bem como por procedimentos rotineiros que fazem parte do modo de produção capitalista.

Sendo assim, quais as possibilidades para a autodeterminação da palavra emitida através dos canais de comunicação concedidos desde o referido projeto? As ondas sonoras transmitidas desde uma rádio gerada no interior de aparatos estatais poderiam ressoar por outros caminhos – de resistência e “re-existência” – que não em busca permanente pelo reconhecimento em âmbito do Estado?

Uma vez percorridos os caminhos sinuosos por dentro dos aparatos estatais pelas organizações amazônicas – seja através de um projeto de criação de rádios comunitárias ou de um convênio para fortalecimento organizativo –, a pretensa “refundação do Estado moderno capitalista colonial” passa a ser vivida entre negociações e tensionamentos, com constantes desafios para a criação de algo novo, com possibilidades para um “diálogo intercultural que mobilize diferentes universos culturais e distintos conceitos de tempo e espaço” (SANTOS, 2010, p.100). Entre o *ser* e o *dever ser* há, contudo, um longo e labiríntico caminho.

A propósito para palavra “concessão”, segundo José Lopez Vigil³⁹, esta deveria ser substituída por outra, mais adequada ao que prevê a Carta Magna, ou seja, “garantia”. A palavra não deveria ser uma concessão, mas sim garantida como condição para o direito humano à comunicação. Vigil questiona ainda que a comunicação seja tratada como “serviço público”⁴⁰, o que implicaria uma consideração equivocada do papel do Estado frente ao direito humano à comunicação:

La salud si puede ser un servicio público, porque yo tengo un derecho a ser curado, pero yo no tengo derecho a curar. Yo tengo derecho a recibir salud de calidad, pero no tengo derecho de fundar un hospital y

³⁹ JOSÉ IGNACIO LOPEZ VIGIL, cubano. Coordenador para América Latina y el Caribe de la Asociación Mundial de Radios Comunitarias (AMARC). Lopez Vigil integrou a Comissão de Revisão de Frequências realizada em 2007.

⁴⁰ Ver ANEXO 15 (Leis e retrocessos) e ANEXO 17 (Lei Orgânica de Comunicação – Pontos positivos e negativos)

ponerme a curar a la gente. La comunicación es completamente diferente porque en la comunicación yo tengo derecho a estar bien informado y tengo derecho a informar. Yo tengo derecho a fundar cualquier medio de comunicación (...). Nadie me tiene que a mi dar la dádiva, la concesión, para informar, por lo tanto hablar de que el Estado me va hacer un servicio público para informar es un absurdo. La comunicación no es un servicio público, la comunicación es un derecho de ida y de vuelta, de estar bien informado y de informar. El acceso a las frecuencias de radio forma parte de ese derecho.⁴¹

Acrescento ainda neste tópico um desdobramento que a categoria da *palavra concedida* possui sobre a abordagem metodológica da relação entre a pesquisadora e seus interlocutores. Quando estudantes de graduação ou pós-graduação projetamos nossos planos também nos inflamos com o desejo altruísta de conceder espaços e ‘dar voz aos que não tem voz’, perpetuando práticas hierarquizadas de produção do conhecimento.

Quando apresentei minha proposta de pesquisa ao ex-presidente da *Asociación de Comunidades Indígenas de Arajuno* (ACIA), Darwin Tanguila⁴², ele expos uma condição ao trabalho que eu buscava então realizar junto à rádio da nacionalidade Kichwa de Arajuno (Rádio Jatari Kichwa), na província de Pastaza. Eu deveria falar algo sobre “comunicação ocidental” aos jovens que atuavam na rádio e, nessa ocasião, poderia realizar entrevistas e buscar as informações desejadas. A interpelação do presidente da ACIA foi bastante definidora dos rumos subsequentes da investigação de campo.

Noutros casos tive que ‘provar’ que a pesquisa em questão poderia contribuir com processos organizativos e comunicativos de determinadas nacionalidades. Em diferentes momentos a proposta apresentada foi considerada insatisfatória, o que exigiu adaptações negociadas ou um tempo maior de aproximação com os (as) interlocutores (as) abordados(as). Em momentos posteriores, fui informada sobre desconfianças iniciais que se haviam diluído ao longo dos meses – outras se mantiveram, sendo um obstáculos às atividades inicialmente projetadas.

Com frequência, a palavra *investigação* é associada não a *conceder*, mas a *extrair*, o que se torna compreensível em função de sua longa carga colonizadora. “Investigadores

⁴¹ JOSÉ IGNACIO LOPEZ VIGIL, Evento de 25 anos de CORAPE, 18 de abril de 2015.

⁴² Reeleito em maio de 2015 para o período de 2015-2017.

[researchers] entram nas comunidades armados com boas intenções nos bolsos da frente e patentes em seus bolsos traseiros” (SMITH, 2002, p.24). Dentre os dez modos de ser investigado/colonizado citados por Smith está o chamado “projeto vampiro”, tentativas de mapeamento genético através de extrações sanguíneas de povos indígenas em diversas partes do mundo, inclusive do Equador⁴³ e do Brasil⁴⁴.

Nesse sentido, as estratégias de resistência investigadas foram direcionadas, em alguns casos, em direção à própria investigadora estrangeira. Numa prolongada fase exploratória do trabalho de campo, aqueles(as) que seriam ‘investigados(as)’ e ‘analisados(as)’ se apresentaram também como interpeladores(as). A certeza de que minhas respostas poderiam facilitar ou dificultar a realização do trabalho projetado me colocava, inadvertidamente, no papel de investigada, analisada, qualificada. Em algumas atividades junto aos(às) comunicadores(as), quando direcionava minha câmera para ‘tirar’ alguma foto, percebia, com desconforto, que alguém igualmente me fotografava. Noutros casos, o entrevistado mantinha seu próprio gravador ligado, como forma de resguardar-se contra um provável mal uso de suas declarações.

Nas palavras de Lewis Gordon, tomei as interpelações em questão como propulsoras para uma “atividade reflexiva e autoconsciente”, tal como no caso em que “o estudante se converte em estudado” (GORDON, 2013, p.16). Passadas as primeiras interlocuções com os sujeitos de pesquisa – majoritariamente do sexo masculino –, informantes/interpeladores, a busca por uma “evidência” das resistências através de diferentes formas e estratégias de comunicação deu lugar ao desafio de pensar *com, ao lado e desde*. Ou seja, me propus a pensar *com* e não apenas *sobre* os(as) comunicadores(as) das nacionalidades indígenas amazônicas. Recorri, portanto, a apostas metodológico-pedagógicas que contribuíssem para uma diluição da voz de autoridade que assumimos desde o universo acadêmico, como interpretadores de um universo alheio, o universo do “Outro” (SUÁREZ-KRABBE, 2011). Nesse exercício

⁴³ O tema foi abordado pelo presidente Rafael Correa no *Enlace Ciudadano* nº 377 (Quito). Ver: Ecuador reclama por la utilización de sangre de Huaoranis para experimentos científicos (14-06-2014). <http://www.elciudadano.gob.ec/ecuador-reclama-por-la-utilizacion-de-sangre-de-huaoranis-para-experimentos-cientificos/>. Último acesso: 09-08-2016. Um informe de 2012 da *Secretaría Nacional de Ciencia y Tecnología* (Senescyt) afirma indica que todo o procedimento de extração de amostras de sangue Waorani teria sido realizado com a cumplicidade da petroleira Maxus, a qual ingressou brigadas médicas na Amazônia equatoriana.

⁴⁴ Ver: BENFICA, Estevão. Brasil: Amostras de sangue devolvidas aos Yanomami depois de quase 50 anos (15-04-2015), Retirado de: <http://www.survivalinternational.org/ultimas-noticias/10739>. Último acesso 09-08-2016.

reflexivo, cumpria assumir a “evidência aterradora” de minhas próprias limitações (GORDON, 2013, p.59), colocando em perspectiva lugares de enunciação não fixos, mas variantes e ‘serpentinós’; *desde* as atividades de pesquisa, observação, mas também de comunicação e de uma pretensa “inserção” (FALS BORDA, 1972, p. 24).

A “inserção”, diz o autor colombiano, como técnica, incorpora o investigador aos grupos populares, já não em uma relação exploradora de “sujeito” e “objeto”, mas valorizando as contribuições dos grupos para informação e interpretação, e concedendo direito ao uso dos dados e outros elementos adquiridos durante a investigação (FALS BORDA, 1972, p. 24). A solução de desafios inerentes à investigação-ação participativa (IAP) – “uma metodologia dentro de um processo vivencial”, segundo Fals Borda (1985) –, vividos ao longo de décadas pelo sociólogo colombiano, serviram como aquele horizonte que nos faz caminhar, para recordar Eduardo Galeano. O tempo da investigação e o tempo das comunidades, das organizações indígenas e das próprias rádios – estas, a sua vez, atravessadas por tempos e lógicas distintas – se revelaram díspares, mas não totalmente incongruentes.

Los movimientos sociales de origen IAP están sujetos a fuerzas propias que desbordan la planificación y evaluación formales, y que mantienen por fortuna, la autonomía espiritual del hombre pensante, actuante y creador, capaz de responder coyunturalmente ‘a medida que avanza hacia el cambio propuesto. No parece haber leyes en este campo ni predicciones científicas absolutas: prima lo aleatorio dentro de marcos generales. Por eso, los organismos y movimientos sociales de la IAP están expuestos a ritmos marcados por flujos y reflujos según el interés, eficacia o amplitud del involucramiento e interacción de las bases y los cuadros, y no por exactos principios teóricos, ideológicos o científicos. Su regla de oro estriba en la persistencia dentro de lo posible; con miras a alcanzar las grandes metas de transformación radical, más sin desesperarse por resolver antes de tiempo los graves problemas estructurales que afectan a las gentes laboriosas. Tal es la peculiaridad de su evaluación. (FALS BORDA, 1985, p. 29)

Cumpria em determinado ponto da curva, seguindo os ensinamentos do *Viejo Antonio*, andar, desandar e continuar a andar. Particularmente as reflexões e reflexividades frente ao *comunitário* exigiram da autora esse contínuo saber-fazer-sentir.

1.2 (Des)caminhos pedagógicos e ‘co-labor-ativos’

Com certa frequência percorri o trajeto Quito-Puyo ou Quito-Macas. O mesmo trajeto, em sentido contrário, costuma ser percorrido pelos dirigentes das nacionalidades e diretores das rádios quando se faz necessário o diálogo direto com instâncias do governo. Quito é um ponto de interlocução constante para organizações e comunidades e se tornara, durante a pesquisa de campo, uma base de apoio, para onde eu regressava constantemente a fim de assentar ideias, planejar passos futuros e tomar uma distância reflexiva das experiências observadas e, sobretudo, sentidas.

Depois de um processo de reuniões e entrevistas realizadas com integrantes da Rádio *Wao Apeninka*, mais uma vez segui para encontrar com o então diretor Saul Dabo Nihua e a locutora Beatriz Huamoni – única voz Waorani feminina da rádio àquela época (janeiro de 2015). Mantive contato com ambos durante alguns meses anteriores àquela reunião, tendo em vista um horizonte de *co-labor* a partir de necessidades identificadas em conjunto. Saúl participara dos processos de instalação da rádio e, na presença do dirigente de Comunicação da *Nacionalidad Waorani del Ecuador* (NAWE), David Ahua chegamos a realizar uma reunião para detectar potencialidades e necessidades da Rádio *Wao Apeninka*.

Ao início de 2015, discordâncias com a organização NAWE no gerenciamento da contabilidade da rádio e a falta de remuneração motivaram o afastamento de Saul e da locutora Beatriz, respectivamente. O ex-diretor⁴⁵ passou a atuar em outras funções da organização e em pouco tempo a ex-locutora passou a exercer funções de secretária junto à NAWE, em escritório situado no piso superior da mesma casa que abriga a rádio da nacionalidade.

As controvérsias ultrapassavam, contudo, os limites da rádio. Em fevereiro de 2015 foi criada a página *VI Congreso Waorani* numa rede social (*Facebook*), onde se anunciava a antecipação dessa instância deliberativa para resolver um “*problema interno de la*

⁴⁵ Oficialmente, ainda constava o nome de Saúl Dabo em documentos oficiais, de modo que ele ainda exercera durante pouco tempo atividades relacionadas à rádio, especialmente em relação a contratos publicitários da Rádio.

Nacionalidad Waorani con su Consejo de Gobierno de NAWE”⁴⁶. Também através de uma página na mesma rede social atribuída ao presidente da NAWE, Moi Enomenga, este denunciava o “*falso Congreso (...) realizado por un pequeño grupo de opositores*”⁴⁷.

Em março de 2015, a *Secretaria Nacional de Gestión de la Política* (SNGP) realizou uma “*Reunión de Trabajo para la Coordinación de la Participación del Ejecutivo en la Convención Nacional de la Nacionalidad Waorani del Ecuador*”. Um dos funcionários do governo trazia consigo um documento interno que identificava como “*Valoración Política del Evento*” o objetivo de “*Neutralizar los intentos de desestabilización a la actual dirigencia de la NAWE, evidenciando el trabajo del Ejecutivo con la dirigencia*”. Acrescentava-se ainda: “*Moi Enomenga, presidente de la NAWE, es un actor estratégico a favor del Gobierno en temas de explotación petrolera*”⁴⁸. Pelos meses seguintes não houve a antecipação do VI Congresso, se mantiveram os mesmos dirigentes à frente da nacionalidade e o foco de oposição perdeu seu ímpeto dissidente. A expectativa de avançar no sentido do *co-labor* com os integrantes da rádio, rumos foram alterados definitivamente em decorrência da reconfiguração no âmbito gerencial da rádio.

“O comunitário não é harmônico”⁴⁹. Essa frase chegou como uma possível contribuição em meio aos esforços para ‘serpentear’ caminhos sinuosos e conflitivos encontrados. O quadro contencioso que redefinira a agenda de pesquisa fez emergir o equívoco que incorremos ao essencializar as relações comunitárias como algo linear, contínuo, não passível de ruídos, contradições, tensões. Não somos – nós investigadores(as) nascidos(as) e criados(as) sob o espectro do ‘Ocidente’ e seus referenciais predominantemente eurocêntricos – ensinados a ouvir em meio a polifonia. Por uma tradição do pensamento das ciências sociais, a *comunidad*e e o *comunitário*, em distinção com a *sociedade*, tende a ser reduzida a seus pontos de unidade e identidade, a uma realidade originária e cristalizada, o que não condiz com a realidade pulsante dos espaços de convivência, interação e divergências, contradições.

⁴⁶Página do VI Congreso Waorani criada em rede social:

<https://www.facebook.com/VICONGRESO.WAORANI?fref=ts>. Último acesso: 30-06-2016.

⁴⁷ Documento publicado em rede social do presidente Waorani Moi Enomenga.:

<https://www.facebook.com/photo.php?fbid=698828113549120&set=a.435505706548030.1073741826.10002658122396&type=1&theater>. Último acesso: 30-06-2016.

⁴⁸ Documento interno, obtido junto a funcionário técnico do Ministério do Meio Ambiente.

⁴⁹ Pela frase e por sua colaboração em meus caminhos investigativos, agradeço ao professor Santiago Arboleda, assumindo as responsabilidades cabíveis pelo uso de suas contribuições impressas neste texto.

O exemplo da *Wao Apeninka* não é um caso isolado entre as rádios analisadas. Diria que as rádios das nacionalidades se caracterizaram durante o período acompanhado como uma espécie de satélites passíveis de órbitas variadas, de acordo com determinadas configurações organizativas e comunitárias, ou ainda, de acordo com os serpenteios realizados “*hacia dentro*” e “*hacia fuera*” do governo/Estado, com seus projetos e órgãos.

Incorporando as palavras de Raul Zibechi, a “comunidade não é, se constrói; não é uma instituição, nem mesmo uma organização, mas uma forma adotada pelos vínculos entre as pessoas. Mais importante que definir a comunidade, é ver como funciona” (ZIBECHI, 2006, p.38). O diretor da *Coordinadora de Medios Comunitarios, Populares y Educativos del Ecuador* (CORAPE), Padre José Miguel Jaramillo, sugere que o comunitário entoa uma “harmonia dodecafônica”:

As relações sociais no interior das comunidades são muito dinâmicas. Visto de um esquema rígido se diria frágeis, mas creio que são muito dinâmicas, onde há uma mudança permanente de papéis. (...) [O comunitário] é harmônico, mas é uma harmonia dodecafônica, é dodecafonía pura. É uma harmonia que integra o conflito e vive com o conflito e necessita do conflito para viver. E esse conflito às vezes é absolutamente estridente, mas essa estridência está às vezes dentro da capacidade elástica que tem a comunidade para administrar o conflito (...)⁵⁰

Desse modo, tensões e contradições passaram a ser compreendidas como parte do cenário, como constitutivas dos processos de aprendizagens, desaprendizagens e reaprendizagens no âmbito de uma *pedagogia comunitária*, onde a diferença e o desencaixe são constitutivos tanto quanto as semelhanças, o encaixe, as afinidades.

1.2.1 Pedagogias comunitárias: aprender, desaprender, reaprender...

Ao articular o que seria uma agenda de investigação indígena e comunitária, Linda Smith observa que a ideia de comunidade é definida ou imaginada de diferentes formas, como espaços físicos, políticos, sociais, psicológicos, históricos, linguísticos,

⁵⁰ Entrevista realizada pela autora em 18 de abril de 2015. Tradução própria a partir do espanhol.

econômicos, culturais e espirituais. Representante maori, ela afirma que legislações e outras práticas coercitivas do Estado garantiram que indígenas permanecessem restritos a reservas distanciadas, limitando-os ao espaço interno às fronteiras das próprias comunidades. Muitas comunidades foram construídas apesar de políticas que objetivaram a fragmentação de famílias e a separação de pessoas dos seus territórios. Comunidades indígenas, observa a autora, fizeram suas casas em espaços ainda mais isolados e afastados, imbuídos de significados espirituais e de identificação com a própria cultura (SMITH, 2008, pp. 125-126).

A complexa tarefa de definir uma investigação comunitária, afirma Smith, começa pela diferença entre ‘a comunidade’ e o ‘campo’ – termo normalmente adotado por pesquisadores que estamos externos à experiência *in loco*. ‘Comunidade’ transmite uma intimidade maior, referente a um espaço humano e autodefinido, enquanto ‘campo’ refere-se a um espaço “lá fora” onde as pessoas que o habitam podem ou não estar presentes. Uma investigação comunitária, portanto, dependeria e seria validada pelo fato de a própria comunidade realizar suas próprias definições.

Apesar de expectativas no sentido de uma maior proximidade das comunidades, não é possível aqui falar em uma investigação comunitária, no sentido abordado por Smith. Foram realizadas, no âmbito da pesquisa, atividades (encontros ou reuniões) junto a sujeitos que habitam ou são originários de comunidades indígenas – a maioria destes se encontrava vivendo na cidade de Puyo ou Macas, especialmente aqueles vinculados às rádios. Mais que a presença de alguns representantes da comunidade, o sentido *comunitário* está relacionado ao território, a uma pedagogia própria, marcada por tempos específicos de produção e transmissão de conhecimentos. Ressalto estas características como forma de indicar certos limites inerentes ao presente estudo, mas também para destacar delimitações do trabalho realizado, abrangendo o espaço ‘*entre*’, ou seja, o *locus* das rádios comunitárias criadas a partir de uma política de concessão da palavra.

Seguindo o sentido proposto por Freire, a “pedagogia da pergunta” é tomada não como um método sólido e imutável, nem como um modelo que indique previamente aonde chegar e por quais caminhos seguir, mas sim como um parte de um processo de recreação permanente desde realidades concretas, com sujeitos concretos: (des)aprendendo e reaprendendo. Trata-se de um caminho pelo qual se objetiva, desde o

próprio percurso investigativo, a restauração da ordem do humano, ou seja, daquela “receptividade generosa” a qual se refere Maldonado-Torres (2007, p. 154). Para tanto, esta proposta impele que se busque “pedagogizar” (WALSH, 2014a, p. 18) epistemologias e metodologias previamente estabelecidas.

Atentar para as “pedagogias comunitárias” resultou, nesse sentido, na busca daquilo que Patrício Guerrero Arias a considera um “dever cósmico”, uma categoria que implica uma “ética cósmica”, uma “ética do amor”. Esta, a meu ver, está relacionada aos dizeres de Maldonado-Torres sobre o “ter” como um momento necessário do “dar”, longe de um sentido acumulativo e lucrativo, mas sim como “performance [*enactment*] de um contato intersubjetivo entre o dar e receber” (MALDONADO-TORRES, 2008, p. 151). Estas reflexões me parecem convergir com referências que, ao longo da investigação, me permitiram conhecer uma lógica comunitária recíproca, solidária e horizontal do *dar recebendo*, especialmente em relação com a “natureza” e o cosmos.

Ainda segundo Guerrero Arias, buscar um “equilíbrio cósmico” requer a reciprocidade entre o cosmos, a natureza, os seres humanos e a cultura, de modo que...

se todo o cosmos está articulado, nenhum ser, fato, processo, fenômeno, problemática pode ser visto em forma fragmentada, mas sim em suas inter-relações múltiplas, em sua profunda complexidade e complementaridade, em sua multicausalidade. Em termos metodológicos, isso equivaleria ao que podemos chamar um enfoque sistêmico inter-relacionado à realidade, que nos ajuda a enxergar as articulações, as inter-relações, as consequências sociais, políticas, econômicas, ambientais, culturais etc., que estão presentes em todos os fatos e processos (GUERRERO, 2010, p. 112) – tradução própria.

Vale observar que a diferença entre comunidade e sociedade estabelecida pelo sociólogo alemão Ferdinand Tönnies apresenta a primeira como uma categoria utilizada para referir-se a um tipo de relação social baseada em vínculos subjetivos – sentimentos, proximidade territorial, crenças e tradições comuns –, incluindo vínculos de parentesco, vizinhança e amizade. O conceito de comunidade denotaria vínculos pessoais naturais e afetivos, motivações morais, altruístas e cooperativas. A este tipo de vínculos estavam opostos outros, característicos da sociedade, onde vigoraria um tipo de relação social caracterizada

por um alto grau de individualidade e impessoalidade, sendo constituídos acordos de interesses baseados em uma racionalidade utilitarista, estando agregadas as vontades individuais através do *contrato*. As cidades “modernas” e o chamado mundo dos negócios tenderiam a dissolver irreversivelmente os laços comunitários e as tradições da vida coletiva, expandindo-se em diversos âmbitos a individualização, a massificação, o Estado e suas relações contratuais (TORRES, 2014, p. 51).

Uma perspectiva moderna ocidental, especialmente em favor de um racionalismo que serve como pano de fundo da Europa pós Revolução Industrial, denota o inevitável avanço da massificação das relações no âmbito do sistema capitalista, a visão binária entre público e privado, entre as instâncias individual e coletiva. De funcionalistas a marxistas, este denominador comum faz da *comunidade* um estágio prévio ou a ser ‘fagocitado’ pela *sociedade*.

A manutenção destes horizontes como pano de fundo de diferentes vertentes do pensamento sociológico representa o grande desafio na construção de um Estado Plurinacional, onde estejam de fato contempladas as dimensões comunitárias. Para tanto, não podem haver sobreposição de leis, prazos, tempos, instituições, estruturas, bem como do conjunto de aparatos externos às leis, tempos, processos e pedagogias próprias, tecidos através da vivência e inter-relação *com o/no* território. Esta concepção inspira uma reflexão sobre políticas de reconhecimento – particularmente para democratização da palavra – que perpassem a transmissão de conhecimento, processos decisórios, experiências e associações em diversos âmbitos da dinâmica comunitária. Tal dinâmica inclui tanto o reforço aos valores próprios através da memória, da oralidade e da ancestralidade (“*casa adentro*”) como, de igual maneira, as performances e estratégias (“*casa afuera*”) para visibilizar, provocar e “*agrietar*” (WALSH, 2014a) – criar fissuras, em espanhol – estruturas e instituições, atuando num só tempo *dentro-fora-contra* o Estado.

Conheci a importância de uma saudação da nacionalidade Shuar (*anemat*)⁵¹ em assembleia realizada na comunidade de Copataza. O evento, detalhado no último capítulo, demarcava um posicionamento contrário a “mesas de diálogo” realizadas pelo

⁵¹ “*Anemat*” é interpretado como *saludo*/ saudação, mas seu significado está ao redor de um “discurso cerimonial” que se dá entre pessoas desconhecidas. Atualmente, é realizado como uma “saudação protocolar” dirigida a autoridades. Explicação oferecida por Kar Atamaint Wamputsar, do Centro Shuar Tuntaim (Sucúa, Morona Santiago), e estudante do mestrando em Antropologia pela Flacso (Quito).

governo nacional como cumprimento ao circuito de “consultas” às populações potencialmente afetadas pela exploração petrolífera. A saudação, executada em ocasiões especiais, inclui uma espécie de dança desafiadora entre dois homens, onde cada um ergue uma lança – ou rifles, introduzidos pelos missionários –, o que à primeira vista parece algo hostil. E de fato remete a um passado em que havia a possibilidade de que alguém se aproximasse da comunidade com intenções hostis, de modo que a saudação tinha por objetivo interpelar o ‘visitante’, que buscava informar os propósitos de sua visita. Certificando-se da ausência de ameaça, o dono da casa brindaria o forasteiro com *chicha* – bebida fermentada feita à base de *yuca* (mandioca).

Este diálogo introdutório, influenciado pela memória e pela história dos guerreiros daquela nacionalidade, não se resume ao caráter hostil e desafiador. Entendi que a coreografia de interpelação – com palavras em idioma próprio e com o corpo, em movimento de avanço e retrocesso em direção ao interlocutor – não se tratava somente de uma narrativa de guerra. Ao contrário, “se conecta com diversos tipos de discurso” e com “contextos comunicativos sucessivos”, como a prática da *guayusa* ao amanhecer ou como a *chicha* oferecida em sinal de boas vindas. Para além do locutório, destaca-se, portanto, um caráter “ilocutório”, ou seja, “um recurso retórico inicial protocolar de mútuo posicionamento entre os interlocutores, que manifestam seu poder pessoal e o *status*”, de modo que cada um “administra e projeta sua própria imagem e ganha, de certo modo, o direito a conversar com toda calma e tranquilidade sobre o crucial assunto que motiva a visita” (JUNCOSA, 2005, p. 107). Desse modo, vale reforçar que ‘tecer a palavra’ é um processo dinâmico e contínuo, incluindo a tensão de uma saudação que interroga, desafia, mas que é meio para interação, negociação, aproximação e criação ou fortalecimento de vínculos.

“Atualizadas em situações concretas, algumas *performances* funcionam como rituais que encenam experiências vividas e aspiram a intervir nas políticas da memória” (VICH e ZAVALA, 2004, p. 18). Victor Vich e Virginia Zavala consideram que, em tradições orais, “o passado não é algo anterior ao presente, mas uma dimensão deste. Não está atrás, mas dentro”, revivido de modo a fortalecer e tecer vínculos comunitários. O fortalecimento “casa adentro” através da transmissão da ancestralidade desde as pedagogias comunitárias ganha novos contornos nas *performances* “*casa afuera*”. Em abordagem sobre a memória e as práticas pedagógicas de existência afro equatoriana,

Catherine Walsh e Juan Garcia Salazar apresentam estes dois termos para identificar dois ‘momentos’ do uso estratégico da memória coletiva. Dizem que “*casa afuera*” esta tem

um uso instrumental para transgredir, transtornar e interromper os marcos, miradas e perspectivas que vem orientando o estudo, investigação e escritura sobre o afro, como sua representação atual como novos sujeitos-objetos das políticas de inclusão do Estado” (WALSH & GARCIA, 2015, p. 82)

Em relação às estratégias de comunicação que busco abordar no presente trabalho, adoto as expressões propostas por Walsh e García como forma de referir-me igualmente a estes dois ‘momentos comunicativos’ e pedagógicos: aquele (“*casa adentro*”) tomado com um âmbito familiar, ancestral, inter geracional, onde a memória coletiva é inscrita como “ferramenta para construir e fortalecer um sentido de pertencimento, compreensão e comprometimento”. Em termos práticos, busco referir-me à transmissão de saberes e memórias pelos anciãos e anciãs, a partilha do idioma entre mãe e filho(a), a transmissão das práticas de plantio no manejo diário da horta e dos mais diversos conhecimentos sobre a floresta, como por exemplo as propriedades medicinais de determinadas plantas. A manutenção e reprodução dessas experiências “*casa adentro*” através da memória e tradição orais, bem como sua ressonância “*casa afuera*” convergem no sentido de “posicionar o ancestral, construir solidariedades e fortalecer o coletivo” (WALSH & GARCÍA, 2015, p. 94). E ambos os ‘momentos’, pelo que pude apreender, são chaves, especialmente quando entrelaçados entre si, particularmente quando estão em questão processos comunicativos estabelecidos desde um veículo comunitário.

Na relação intra ou inter comunitária, a prática da *wayusa-upina* (ritual de bebida do chá de *wayusa*) também resulta numa forma para tecer e fortalecer laços familiares e comunitários. Ao redor da fogueira, às 3 da manhã, a oralidade transcorre nesse “circuito comunicativo” (VICH E ZAVALA, 2004, p. 11).

A primeira vez que participei desse diálogo familiar foi na casa de Yanda Montahuano, na cidade de Puyo, numa cabana de palha e madeira. Estava presente também o pai do

jovem comunicador Sápara, Oscar Montahuano, de nacionalidade Kichwa⁵². No meio da madrugada nos reunimos ao redor de uma fogueira e conversamos sobre diversos temas até o amanhecer. Era uma das minhas primeiras idas à Puyo, ainda numa fase de identificação dos interlocutores que viriam a ser mais frequentes ao longo da investigação.

A origem do nome verdadeiro de Yanda foi então revelada para mim, a partir das memórias compartilhadas pelo seu pai sobre sua formação política décadas antes, o contato com *Monsenhor* Proaño e a proximidade com as histórias sobre o certo revolucionário “europeu”⁵³. Lênin Francisco escolheu chamar-se Yanda – *lenha*, em Sápara.

Pedi previamente para registrar o momento em que tomávamos o chá de *guayusa*, ainda que a ausência de iluminação dificultasse a captação de imagens. Para a ocasião, o pai de Yanda vestira um colar e, na cabeça, um chapéu marrom, confeccionado com pele de macaco. Yanda me questionara sobre meu sonho naquela noite. Não lembrava. Os sonhos, compartilhados ao redor da fogueira, são determinantes para a vida cotidiana da nacionalidade Sápara, interpretados como alertas antes das jornadas de caça ou de qualquer atividade a ser realizada ao longo do dia. O tio de Yanda, Bartolo Ushigua (autodenominado *Manari*), a quem conheci anteriormente, se apresentara ao nosso primeiro encontro (em Quito) como interpretador de sonhos, algo que fui compreender posteriormente como sendo uma parte muito importante do “patrimônio” Sápara. O “patrimônio onírico” e comunitário (BILHAUT, 2011) representa uma das oportunidades de comunicação com ancestrais, constituindo um dos muitos “circuitos comunicativos” possibilitados pela oralidade e compartilhados enquanto se toma o chá de *guayusa* – reconhecidamente um potente energético natural.

Vich e Zavala observam que a oralidade se trata “de uma elaborada estrutura de coparticipação onde a narração se constrói coletivamente e onde se assume que ninguém tem a autoridade final sobre o conjunto de imagens narradas” (VICH e ZAVALA, 2004, p, 16), a despeito das relações de autoridades estabelecidas, onde os anciãos e anciãs são reconhecidos como fontes de saberes ancestrais. Não há o hiato que costumamos – nós

⁵² Surpreendi-me com o fato de que, apesar da nacionalidade do pai de Yanda (Kichwa) e do idioma mantido entre ele e seus irmãos, a família se autoidentificava como Sápara, tendo em vista os esforços para manter ‘viva’ a nacionalidade, bastante reduzida com a exploração da borracha, doenças e outras intempéries que acompanharam processos de colonização e a “civilização” imposta pelos missionários.

⁵³ Comunicação verbal realizada em 5-09-2014.

“ocidentais” – estabelecer entre um saber individual e um saber coletivo. Aqueles que desenvolveram capacidades oníricas superiores alcançam um nível de ação como sujeitos agentes, protagonistas ativos em seus atos sonhados, e alcançam os chamados “sonhos de conhecimento”, no qual aparecem interlocutores oníricos (BILHAUT, 2011, p.162). Há ainda o que Anne-Gaël Bilhaut identifica como “sonhos comuns”, ou seja, aqueles acessíveis para todos, como por exemplo, sonhos de caça.

No caso dos Sáparas, o idioma originário desta nacionalidade se encontra sob risco de extinção, tendo sido declarado Patrimônio Oral Imaterial da Humanidade pela Organização das Nações Unidas. Um dos únicos falantes que possui o idioma Sápara como língua materna⁵⁴ é tio-avô materno de Yanda, Pedro Ernesto ‘Cesario’ Santi Shihuango.

A kichwalização característica do avanço missionário desde fins do século XIX, a forte dizimação da cultura Sapara que, tendo sido uma das mais expressivas numericamente no passado, hoje se resume a poucas centenas de integrantes, bem como a mescla com outras nacionalidades são alguns dos elementos que incidiram sobre a realidade das comunidades estabelecidas no território daquela nacionalidade. Considero, portanto, a imposição de uma dinâmica distinta sobre este e outros territórios, especialmente aqueles já ocupados por atividades petroleiras ao norte da região amazônica.

Na região da Amazônia Centro-Sul, os argumentos em oposição a ampliação da fronteira petroleira se dedicam em parte à defesa de um modo de vida *próprio*, cuja expressão máxima é a autodeterminação sobre a cosmo-vivência em seus territórios.

Buscarei enfatizar o dialógico, a horizontalidade e a ‘relacionalidade’ – não traduzível apenas pelas relações de parentesco, mas por um enredamento mais complexo de interações – que atravessam ‘eventos’ pedagógico-comunicativos destacados até aqui e outros por destacar nos capítulos seguintes. Sugiro que estes eventos, usando definições apresentadas por Wilmer Villa e Ernell Villa, conformam uma pedagogia que é alimentada e alimenta processos políticos, culturais e situacionais, concorrendo para

⁵⁴ Entre 2015 foram lançados estudos realizados pelo linguista Jorge Arsenio Gómez Rendón para *Documentación y revitalización de la lengua sapara* e para *Registro del Patrimonio Cultural Inmaterial de los Cantones Mera y Pastaza, Provincia de Pastaza*, ambos fomentados pelo *Instituto Nacional de Patrimonio Cultural del Ecuador*. A afirmação do texto está baseada no resultado destes estudos, apresentados pelo linguista, em Puyo, ao dia 29-01-2015.

superar as concepções de educação e de escola – e particularmente da comunicação – para além de um microespaço ou microcosmos isolado da realidade contextual circundante (VILLA & VILLA, 2010: 79). A pedagogização da palavra tornaria possível mobilizar ações e estratégias (comunicativas) frente a processos contextualizados. A história, a noção de pertencimento, a defesa do território, assim como a memória das experiências e os saberes ancestrais servem não a uma instância funcional da eficácia do ensino-aprendizagem, ou à preocupação por legitimar um objeto ou método que dê conta de seu status científico (VILLA & VILLA, 2010: 79), mas a busca pela *autonomia* de dar(se) ao mundo desde seus próprios critérios, cosmovisões, “cosmoaudições” (LENKERSDORF, 2008: 23) e dinâmicas, agindo mais que reagindo, “re-existindo” (ÁLBAN, 2013) mais que resistindo.

1.2.2 *Co-labor* e cartografia social: horizontes metodológico-pedagógicas

Tanto a prática de *co-labor* quanto a cartografia social⁵⁵ foram incluídas como inspirações metodológico-pedagógicas a partir de algumas ‘provocações’ vivenciadas na experiência de campo. Diria que busquei uma interação e interlocução que me possibilitassem, em alguma medida, ultrapassar limites da relação investigador(a)-objeto. Não considero que foi simplesmente uma escolha metodológica, mas um processo compartilhado, e não isento de pequenos conflitos, na medida em que o horizonte de *co-labor* não exigiria um acordo mútuo.

O termo *co-labor* se origina do latim (*collaboraborare*), que segundo dicionário da língua espanhola significa: “trabalhar com outra pessoa para realização de uma obra (LEVYA e SPEED: 2008)”. A ideia de *co-laborar* com as rádios que seriam abordadas neste estudo se originou mais efetivamente de uma expectativa percebida às primeiras visitas realizadas a Puyo, onde estão localizadas seis das sete rádios do projeto que totaliza a concessão de 14 frequências moduladas.

⁵⁵ Embora distanciados do tema desde estudo, reconheço a contribuição de pesquisadores brasileiros, na condução de experiências importantes com a ‘cartografia social’. Tais trabalhos certamente inspiram interlocuções futuras. Destaco, particularmente, as seguintes publicações: ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de; SOUZA, Roberto Martins de (orgs). Terras de Faxinais Manaus: Edições da Universidade do Estado do Amazonas - UEA, 2009. ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de, Terra de quilombo, terras indígenas, “babaquais livre”, “castanhais do povo”, faixinais e fundos de pasto: terras tradicionalmente ocupadas. 2.ª Ed. Manaus: UFAM, 2008. 192 p.

A pergunta comum a quase todos os primeiros interlocutores – em sua grande maioria dirigentes homens das rádios e organizações indígenas – era sobre meus possíveis “aportes” para a rádio.

Os primeiros contatos com os integrantes das rádios começaram em setembro de 2014, quando se avançava para o segundo ano de transmissões-teste⁵⁶. As primeiras se deram em caráter experimental, local. Já no segundo semestre daquele ano, com uma licença provisória, a cobertura era ampliada para todo o território de cada nacionalidade e eram aguardadas informações sobre novos trâmites para obtenção da concessão definitiva. Após investimento de tempo, recursos financeiros e expectativas, pairava entre alguns comunicadores(as) e dirigentes certa apreensão sobre os labirintos institucionais para obter a frequência por 15 anos renováveis, e eventuais impedimentos técnicos (ou mesmo políticos) que pudessem inviabilizar essa meta, que era de todas as 14 rádios envolvidas no projeto administrado pela SNGP.

Após a Lei Orgânica de Comunicação (LOC), a SNGP, responsável pelo projeto de *Creación de Red de Medios Comunitarios, Públicos y Privados Locales* concedeu auxílio técnico para que as rádios elaborassem os documentos necessários para solicitação das referidas licenças nos termos da nova lei. A mudança de diretor do projeto em junho de 2014 traçara novos procedimentos de trabalho no âmbito do projeto da SNGP. Desde Puyo, eram aguardadas informações sobre a concessão, enquanto alguns já se viam pressionados por dificuldades financeiras⁵⁷. Em meio a este cenário de indefinições me aproximei dos (as) comunicadores (as) para apresentar uma proposta “co-labor-ativa” ainda por ser concluída a partir das demandas específicas de cada rádio.

Compartilho com Xochitl Leyva e Shannon Speed o fato de haver encontrado obstáculos que me exigiram traçar novos caminhos, (des)andar alguns já percorridos e, sobretudo, abrir a proposta de investigação para a variável da imprevisibilidade, daquilo que não se busca controlar, medir ou isolar, mas sim incorporar, fazendo do processo um resultado, da busca um encontro.

⁵⁶ Cronograma do projeto: ANEXO 14

⁵⁷ Os equipamentos instalados consumiam demasiada energia e resultavam em faturas mensais em torno de US\$ 500 dólares. Um convênio assinado com o governo, que previa a contratação de dois locutores para cada rádio vinculada ao projeto chegara ao fim depois de quase um ano, o que representava um desafio à mais para garantir a sustentabilidade e autonomia das rádios.

Como observado anteriormente, “a natureza *extrativa e exploradora das investigações*” (LEYVA e SPEED, 2008, p. 36) colocara sob suspeição a metodologia, de modo que, a princípio – e em alguns casos se manteve –, pairavam interrogações sobre os “reais” objetivos da investigação, sobre o meu possível vínculo com o governo e o risco de exposição ao crivo oficial de lógicas internas de funcionamento das rádios.

Vale observar que o próprio trabalho de observação *co-labor-ativa* compreendeu uma tessitura de vínculos não uniformes estabelecidos nas rádios (em maior ou menor grau), com as organizações e seus integrantes. Isso porque, no que tange as relações interpessoais, que é invariavelmente a natureza da interação pesquisadora-sujeitos de pesquisa, torna-se complexa a busca por uma pretensa uniformidade.

As frequências das rádios foram oferecidas às organizações das nacionalidades, contudo os papéis e espaços ocupados pelas rádios junto às mesmas organizações demonstrava ser algo variante em cada caso, assim como poderiam variar os vínculos comunitários de cada rádio, em função de fatores como: distância entre a localização dos estúdios de transmissão da rádio (Puyo ou Macas) e os territórios da nacionalidade; empenho político-comunicativo dos dirigentes das nacionalidades; existência/inexistência de conflitos entre integrantes de uma mesma nacionalidade; afinidade/divergência de projetos destinados ao aproveitamento dos recursos do território da nacionalidade; vínculo estabelecido entre rádio e organização; etc.

O “*cimento do co-labor*”, segundo Leyva e Speed envolve um “grupo organizado em luta”, “alianças básicas” e uma “agenda compartilhada”.

Às vésperas de realizarmos uma oficina de comunicação comunitária na paróquia de Macuma (Morona Santiago), o locutor e então diretor da Rádio *La Voz de la NAE* (*Nacionalidad Achuar del Ecuador*), Marlon Vargas, interpelou-me: “Em que momento você passou a confiar em mim?”. Aquele questionamento, embora não verbalizado, seguia sendo feito por mim em relação àqueles(as) com quem eu estabelecera ou buscava desenvolver experiências de *co-labor* no âmbito das rádios estudadas⁵⁸.

⁵⁸ Reconhecendo a força do termo utilizado por Leyva e Speed, (2008), gostaria de destacar que o tempo disponível para realização da pesquisa de campo tornara, em verdade, um tanto difícil o desafio de desenvolver trabalhos de *co-labor*. Este demandaria uma aproximação mais perene, um trabalho antes-durante-depois e mais além das oficinas ou encontros realizados, e um tecido de laços de confiança que apenas em alguns casos foi possível estabelecer (destaco o caso Achuar, da NAE, por exemplo). Outra questão tem a ver com o quadro conflitivo intra e inter-organizativo, o qual dificultara as interlocuções e

Durante uma oficina para realização da página *online* da rádio Achuar, formação realizada pelo grupo de comunicação quitenho *El Churo*, o locutor e diretor Achuar fez um primeiro comentário sobre o compromisso político da pesquisa. Ele notara minha presença em eventos e encontros tanto do governo como contrários ou paralelos ao mesmo, o que lhe parecera indício de um ‘jogo duplo’. Saber as ‘reais’ intenções de quem se disponibiliza a *co-laborar* é imperativo para organizações e dirigentes, tendo em vista que dinâmicas internas, especialmente conflitos intra organizacionais, são um “*capital social* muito importante para mobilizar estratégias e táticas de luta” (LEYVA e SPEED, 2008, p. 47 – ênfase das autoras).

A busca por revelar estratégias comunicativas revelou-se, portanto, uma proposta contraditória, já que muitas vezes é atribuído aos elementos estratégicos um *status* de segredo e revelá-los seria ao final anticolaborativo. Coube, como sugerem Leyva e Speed, refletir sobre o que poderia ser divulgado abertamente, onde, quando, em que situação; e o que deveria ser tratado com prudência para não expor as organizações ou seus integrantes. Isso colocara ainda em questão a necessidade de negociações constantes para definição do que, de fato, seria uma “agenda compartilhada”.

A proposta de *co-labor*, menos que um corpus metodológico acabado, formou parte das próprias estratégias que inicialmente se objetivava meramente recompilar. A palavra ‘recopilação’ nos remete ao estudo do “Outro” como coisa ou como meros fornecedores de informação. Este caminho, inicialmente traçado, me privaria do “encontro dialógico” e de abordar um “saber corporificado” (GUERRERO, 2010, p, 114), tendo em vista uma realidade particularmente inscrita no corpo, um corpo que fala, um corpo *sentipensante* (FALS BORDA, 2009), um corpo que questiona. Reconhecendo a importância desse saber corporificado, Freire afirma que para um pedagogia radical da pergunta não haveria lugar para a dicotomia entre sentir o fato e aprender a sua razão de ser (FREIRE e FAGUNDEZ, 1985, p.57).

Daí a relevância de uma “sociologia das associações”, criadora de vínculos e conexões como matéria-prima da investigação do ‘social’. Somando essa premissa metodológica aos pressupostos epistemológicos e pedagógicos até aqui delineados, diria que o

estabelecimento de futuros ‘pactos’ de *co-labor*. Nesse sentido, mantenho o termo destacando que este funcionou como uma perspectiva ou, verdadeiramente, como um horizonte metodológico-pedagógico.

percurso investigativo interagiu com o emaranhado das associações comunicativas rastreadas e descritas ao longo deste estudo.

Os vínculos dialógicos e intersubjetivos estabelecidos pela própria pesquisadora com comunicadores e comunicadoras são também material de estudo. O uso de entrevistas em profundidade foi somado a diálogos abertos, alguns dos quais desenvolvidos em situações alheias aos escritórios das organizações ou ao estúdio de transmissão das rádios. Mas também nestes espaços busquei realizar encontros, a partir dos quais foram geradas reflexões sobre os processos, desafios, potencialidades e necessidades das sete rádios comunitárias de Pastaza (6) e Morona Santiago (1).

“América Latina é a região das oficinas [*talleres*]” – assim introduz José Ignacio López Vigil seu livro *Pasión por la radio: capacitación de capacitadores* (2015), que trata diretamente do tema. Segundo López Vigil, a diversidade de oficinas [*talleres*] é tão grande que há até oficinas sobre como dar oficinas. A profusão de “jornadas de capacitação” em rádio comunitária também é mencionada pelo autor, que recorda os mais diversos lugares onde já sucederam estes processos, desde a selva, junto ao grande Rio Amazonas até na ilha de Galápagos, ou próximo à cratera de um vulcão (inativo, obviamente).

Roberto Esposito (2003) ressalta um sentido de “ônus” associado à palavra “*munus*”, de modo que aceitá-lo para integrar a comunidade exigiria compartilhar um ônus, uma falta, uma dívida, um “*don-a-dar*” (ESPOSITO, 2003, p. 30).

Contudo, tendo a aproximar-me de López Vigil, quem destaca a origem comum entre *comunicar* e *comunidade*: “*communis*”. Sendo “*munus*”, originado do latim antigo, traduzido como *regalo* (presente, dom ou dádiva), “*communis*” é traduzido como troca de presentes/dons (não a um ônus). A palavra estaria relacionada ao princípio da reciprocidade, de modo que para haver troca/ intercâmbio é imprescindível “dar e receber” ou “dar para receber”. A comunidade seria, portanto, a união de um conjunto de pessoas que compartilham entre si, que estão unidas por uma aliança de ajuda mútua, de colaboração e afeto (LÓPEZ, 2015, p. 11).

Tanto a ideia de *co-labor* quanto algumas aproximações com a cartografia social surgiram como possibilidades para horizontalizar a relação entre a pesquisadora e seus/ suas interlocutores/as. A condenação a que determinados grupos racializados foram

submetidos ao serem impedidos de dar(se) – “*donner*” – ao mundo moderno e a materialização desta realidade com o ‘roubo da palavra’, tal qual dissertei anteriormente, se conecta diretamente com o caminho percorrido no sentido de buscar “mingas” de pensamento. Este, segundo Restrepo *et al* (1999) é o sentido da Cartografia Social, um princípio metodológico que visaria produzir “reflexão e conhecimento juntamente com a emoção de compartilhar” (RESTREPO *et al*, 1999, p. 14). As autoras afirmam que os diversos intercâmbios, os diálogos e conversações que vão sendo realizados ao longo da elaboração dos mapas demonstram “a aplicação prática e simultânea da metodologia, desperta a sensação de descobrimento, aproxima as rotas de encontro, começa a gerar informação vivencial, rica, sistemática e caótica” (RESTREPO *et al*, 1999, p. 14) ao mesmo tempo, assim como permite definir alternativas e opções.

Reconheço que algumas das limitações e dificuldades encontradas ao longo do percurso investigativo acabaram interferindo na proposta inicial, o que reforça minha intenção de apresentar esta tese de doutorado como um ‘tese viva’, a ser retroalimentada para além do tempo estritamente acadêmico de produção intelectual. Dentre os obstáculos encontrados, destaco: 1. a ausência de integrantes das nacionalidades envolvidos com as referidas rádios comunitárias; 2. dificuldades em estabelecer uma relação de confiança e *co-labor* com integrantes de algumas rádios; 3. limitações logísticas (transporte e alimentação) para reunir vários integrantes de uma mesma nacionalidade ao longo de algumas horas, a fim de debater um tema que muitas vezes não ressoa nas comunidades. Perspectivas acrescidas ao longo da pesquisa me levaram a considerar a importância de vozes alheias àquele espaço onde eu depositara meu foco de análise e observação. Assim, abriu-se espaço para interlocuções com a *Asociación de Mujeres Waorani del Ecuador* (AMWAE).

A Cartografia Social é, sobretudo, um *processo*, o qual não foi plenamente desenvolvido. Exercendo uma atividade autorreflexiva enquanto escrevo estas palavras, reconheço algumas incompletudes. Primeiro, no momento prévio de elaboração das dinâmicas, questionamentos e atividades exercidas ao longo das oficinas esteve exclusivamente à cargo da pesquisadora, em detrimento do caráter mais participativo pretendido. Segundo, no momento em que seria desejável um *feed back* ou realimentação, demandando a continuidade do trabalho junto às rádios comunitárias.

Terceiro, houve dificuldades em reunir-me novamente com alguns/ algumas interlocutores/as, de modo que a sistematização e síntese consistiu num trabalho predominantemente individual da autora.

O delineamento de “mapas” durante algumas oficinas fez parte de uma “conversação exploratória na qual o entorno intervém ativamente” (RESTREPO et al, 1999, p. 15). E, contrariamente à visão antropocêntrica que nos impede de considerar o ambiente como interlocutor, o objetivo foi permitir que o cenário esboçado incluísse também este “*actante*” (LATOURET, 2012, p.114).

Na ausência de instrumentos e sistemas de informação georreferenciada, os contornos territoriais incluíram alguns pontos de referência dentro das comunidades, tais como a casa comunal, a escola comunitária, os rios, limites provinciais, a cabine de comunicação via rádio HF. Menos como prática metodológica e mais como norteadora do contato com os indígenas amazônicos, a Cartografia Social inspirou a busca por reflexões originadas a partir de “um ritual de intercâmbio de razões, emoções, e experiências” (RESTREPO et al, 1999, p.18). Em determinados momentos que busco evidenciar a troca pesquisadora/interlocutor(a) esteve atravessada pela razão ocidental da primeira, bem como por um tom professoral que nos acompanha ao longo da vida acadêmica e acaba sendo confrontado ou desmontado, direta ou indiretamente, através do contato com o “Outro”. Daí o pretense sentido pedagógico de um pensar-fazer-sentir com os/as interlocutores/as da pesquisa.

1.3 Comunicadores(as) indígenas e a “sociologia das associações”

O foco do presente estudo não incidiu sobre as nacionalidades indígenas em seus cotidianos especificamente comunitários e organizativos. Incidiu sobre as rádios, meios de comunicação dessas mesmas nacionalidades tomados como espaço de encontros e desencontros, fluxos e refluxos, bem como espaços atravessados ou tangenciados pelos diversos tipos de associações tecidas *entre* as respectivas organizações indígenas, suas comunidades localizadas em territórios ancestrais selva adentro e o Estado – representado principalmente pela *Secretaría Nacional de Gestión de la Política* (SNGP).

Os estúdios de transmissão em alguns casos dividem o mesmo espaço com a sede da organização. Transitam por ali pessoas que vem de “dentro” e buscam deixar algum recado para quem ficou na comunidade, noutros casos, há quem tente obter recursos

para retornar às suas casas. As nacionalidades Waorani e Andwa, respectivamente, abrigam numa única casa os estúdios de transmissão e as sedes das organizações. Já no caso da Radio Tarimiat, da nacionalidade Shiwiar, ambas estão localizadas em espaços diferentes da cidade de Puyo. Esta abriga também a sede da nacionalidade Achuar, embora o estúdio de transmissão da Rádio *La Voz de la NAE* esteja em Macas, capital da província de Morona Santiago. A distância geográfica não representava, nesse caso, um distanciamento político, tendo sido a organização Achuar uma das mais expressivas no que se refere à sintonia política entre o diretor da rádio e o presidente da organização – os desdobramentos políticos e administrativos posteriores evidenciaram a potência de uma rádio instalada junto às comunidades e não num espaço distante, mais urbanizado e vulnerável ao assédio do governo nacional.

O caráter comunitário da rádio – note-se – interfere diretamente em questões como os critérios utilizados na gestão financeira da mesma ou na abordagem perante o governo em temas cruciais como o aproveitamento do território – construção de estradas, exploração de recursos naturais renováveis e não renováveis, inclusão em projetos voltados à preservação dos bosques.

A “sociologia das associações” proposta por Latour (2012) nos previne contra a homogeneização do “social” e uma agregação única e pretensamente universal daquilo que foi identificado e cristalizado sob categorias como “sociedade”, “Nação”, ou ainda “movimento social” e até mesmo “comunitário”, sem que as ciências sociais encarassem o desafio de “revelar a vasta complexidade das associações com que se depararam” (LATOUR, 2012, p.37). Entendo que a proposta de “dispor as associações que tornam determinado estado de coisas sólido e duradouro” (LATOUR, 2012, p. 137) torna-se relevante quando colocamos nosso foco sobre grupos subalternos marcados em diversas dimensões pela pretendida solidez das associações modernas impostas como “questões de fato”, sob a progressiva e violenta unificação do mundo colonial.

Invariavelmente, ainda que necessárias, categorias de análise abarcam e homogeneizam o “social”. A lupa utilizada no trabalho de campo me permitiu “caminhar com as formigas”, como propõe Latour. Ele sugere: “siga as conexões, siga os próprios atores”. Pois, nesse caminhar, é possível defrontar-se com aspectos cotidianos de um emaranhado agregado como ‘organização’, ‘nacionalidade’, ‘comunidade’. Afinal, a própria rádio ‘comunitária’ consiste num emaranhado de conexões, de modo que

cumpra um papel junto ao agregado reconhecido como tal. Como buscarei aprofundar no terceiro capítulo, há um universo de questões, demandas, espaços deliberativos legítimos (ou não), interlocutores legitimados (ou não) que intervêm no enredamento dito comunitário. “A mesma mudança de topografia ocorre sempre que você substitui uma estrutura misteriosa por locais totalmente visíveis e empiricamente rastreáveis. Uma organização não é sem dúvida “maior” do que aquilo que ela organiza” (LATOURET, 2012, p. 259).

A complexidade das sociedades modernas deu origem aos modernos Estados Nações, de modo que se constitui – ou se *imagina*, diria B. Anderson – um sistema pretensamente universal de direitos e deveres, donde todos e todas estão subordinados aos tempos e normas de um aparato edificado sob a premissa da homogeneidade: uma língua, um território, uma nação. Nesse sentido, a “modernidade/colonialidade”, com transversalidade das múltiplas dimensões da “matriz colonial de poder” tem como máxima que “todos devem ter uma nacionalidade, assim como tem um sexo”, embora, tanto num caso como noutro a “particularidade irremediável de suas manifestações concretas” (ANDERSON, 1993, p. 22 – tradução própria) dá lugar a incoerências tais como as que levaram a necessidade de definir um “Estado plurinacional” ou às que impulsionam o reconhecimento de pessoas transgêneros, por exemplo.

No terreno da liberação moderna, considerar o indígena como “cidadão” individualizado em meio a relações sociais, em busca de “estima simétrica” ou de “estima social” (HONNETH, 2003, pp. 210-211), sugere uma conquista limitada frente às circunstâncias de despojo e subalternização que alcançam coletiva e seletivamente os corpos dos homens e mulheres “de cor”, inseridos numa pressuposta universalidade de direitos e deveres. Essa insuficiência evidencia o enfrentamento “servo” *versus* “senhor”, em meio às múltiplas heranças coloniais (MALDONADO-TORRES, 2008, p.128) que criam barreiras para o corpo racializado dar(-se) ou se “associar” amorosa e epistemologicamente, no conhecimento e contato com o mundo.

Enfatizo aqui a importância da proposta metodológica-pedagógica-epistemológica deste trabalho: “rastrear o social”, suspender e questionar categorizações prévias, acompanhar e descrever processos donde subjetividades construídas de formas coletivas e comunitárias se (re)definem a partir de suas múltiplas conexões (estatal, organizativa, comunitária), que podem chegar a interculturalização das *palavras roubadas*,

subalternizadas, fazendo emergir palavras não só de resistência, mas de insurgência e (re)existência (ALBÁN, 2013).

1.3.1 Tecendo vínculos e (des)enlaces

A “sociologia das associações” de Latour converge com os propósitos da “comunicação comunitária”. Se é verdade que o rádio como meio de comunicação de massa tem um papel importante para o estabelecimentos de vínculos, também é certo que estes se tornam tanto mais diversificados quanto mais ampliadas as possibilidades de acesso a este meio. E isso quer dizer ampliar qualitativa e quantitativamente as possibilidades enunciativas através dos meios de comunicação de massa. Estes, como bem indica o nome, sugerem um público passivo, massificado. No entanto, contrariando a máxima sustentada pelo teórico Marshall McLuhan – “o meio é a mensagem” – devem ser consideradas, ao menos como potência, as apropriações diversificadas das tecnologias da comunicação e informação pelos sujeitos comunicadores, no caso, as populações indígenas amazônicas equatorianas.

Manuel Castells afirma que inovações tecnológicas tornaram possível um progressivo deslocamento desde a lógica da “comunicação de massa” em direção a outro tipo, de modo que os meios se multiplicam e com eles o número de possíveis emissores-receptores. Estas inovações dariam origem a uma inovação histórica com a “interatividade não unidirecional”. Como consequência, haveria enormes consequências para a organização social e a transformação cultural, possibilitando a articulação de múltiplas formas de comunicação – interpessoal, de massas e da “autocomunicação de massas”⁵⁹ – num hipertexto digital, interativo e complexo, o qual permitiria integrar, mesclar e recombinar um amplo leque de expressões culturais produzidas pela interação humana (CASTELLS, 2009, p. 88).

Opto por uma análise, *a priori*, não tão entusiasta das potencialidades que os avanços das novas tecnologias da comunicação e informação (TICs) trariam no sentido da democratização do direito à palavra. No adentro o terreno da crescente presença

⁵⁹ O caráter reflexivo (*autocomunicação*) deve-se ao fato de uma mesma pessoa/grupo gerar a mensagem, definir seus possíveis receptores e selecionar os conteúdos concretos. Para o sociólogo espanhol, a comunicação através da Internet tornar-se-ia por isso uma via potencialmente capaz de difundir imaginários distintos daqueles oficializados por parte dos Estados nacionais e dos meios de comunicação comerciais, massivos. A “autocomunicação de massas” reuniria a possibilidade de um alcance global ao caráter reflexivo da comunicação (CASTELLS, 2009, p.88).

indígena no ciberespaço⁶⁰, que estaria de fato mais conectado ao tema das TICs. Face à penetração das emissoras de rádio no território amazônico equatoriano, especialmente as comunitárias, as experiências acompanhadas evidenciam dificuldades no sentido de uma integração orgânica das rádios com processos comunicativos já existentes nas comunidades. Este, a meu ver, se tornou o desafio principal na condução das emissoras concedidas através do projeto governamental, não apenas pelas barreiras econômicas enfrentadas para manutenção das rádios das respectivas nacionalidades. Os limites da integração se devem também, e principalmente, às tensões e contradições advindas dos (des)enlaces entre as rádios, as comunidades, as organizações indígenas e o governo Correa.

A necessidade de comunicar tem suas particularidades nos vastos territórios das nacionalidades amazônicas, influenciando assim na tessitura e manutenção dos vínculos estabelecidos a partir das comunidades.

Comunicadores(as) e dirigentes com certa frequência me diziam: “Esta semana vou entrar na minha comunidade”, o que significava impossibilidade de serem contatados. Especialmente no caso de algumas comunidades amazônicas, onde é difícil o acesso “*adentro*” ou “*afuera*”, as rádios comunitárias funcionam como um enorme alto falante, e em muitos casos são a única conexão diária desde “*afuera*”, com as comunidades mais distanciadas, onde não há sinal de celular nem Internet e o acesso físico se dá por meio de voos que tardam entre trinta e quarenta minutos nas ‘*avionetas*’, algumas horas em canoas ou caminhadas ao longo de dias pela floresta.

Para muitos equatorianos não sairia nada econômico um voo até as comunidades mais distantes, como no caso das nacionalidades Andwa, Sapara, Shiwiar, e em comunidades Waoranis ou mesmo Kichwas mais distanciadas, sem acesso por meio de estradas. Os

⁶⁰ Embora as redes sociais representem um potencial caminho, ou mesmo uma fissura para convergência e visibilidade das lutas pelo território, salvo algumas iniciativas emblemáticas (vide a *agencia* comunicativa desde o povo Kichwa de Sarayaku), não creio que se configure ainda como um movimento orgânico desde as comunidades amazônicas, especialmente pelas limitações à conexão à rede mundial de computadores. No caso brasileiro, a presença indígena no ciberespaço é explorada em: PEREIRA, Eliete da Silva. Ciborgues indígen@s.br: a presença nativa no ciberespaço. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais). Universidade de Brasília, Brasília, 2007. 169 fls. Mais recentemente, encontramos análises que exploram espaços da convergência midiática. Entre outros, ver: OLIVEIRA, Bruno Pacheco. **Mídia indío(s):** comunidades indígenas e novas tecnologias de comunicação. Rio de Janeiro: Contra Capa; LACED, 2014, 96 p. (Série traçados, v. 4); e FIGUEIREDO, Guilherme G. Inventando autonomias no Médio Solimões: uma etnografia dialógica da rádio Xibé e suas redes. Tese (doutorado) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Museu Nacional, Programa de Pós Graduação em Antropologia Social, 2015. 432 fls.

limites para contatar comunidades mais interiorizadas na selva se deram em parte por dificuldades logísticas dessa natureza. Ao contrário de algumas comunidades da nacionalidade Shuar de Pastaza, por exemplo, outras estão localizadas em territórios muito distantes das vias asfaltadas, ficando o acesso restrito a alguns dias de caminhadas selva adentro, ao transporte em canoas ou em aviões monomotores com capacidade, normalmente, para três ou cinco passageiros. Além disso, era necessário coordenar uma eventual *entrada* com a disponibilidade dos interlocutores(as)-comunicadores(as).

Dentro das comunidades das diversas nacionalidades indígenas, a comunicação mais imediata, durante muitas décadas, se restringiu aos rádios HF, aparelhos ruidosos e precários, mas muito importantes no caso de informar sobre emergências ou mesmo sobre questões mais cotidianas entre as diversas comunidades que habitam a Amazônia equatoriana. Soube que o acesso às comunidades por funcionários do governo não prescindia de contratempos, devido à necessidade de planejamentos prévios, disponibilidade de recursos (mais escassos em tempos de crise) e agendamentos com líderes das organizações indígenas locais e/ou regionais, o que exige um ajuste de interesses e alianças políticas. Em determinada ocasião, representantes da *Secretaría de Hidrocarburos del Ecuador* (SHE) acordaram com alguns moradores de Macuma uma visita para realizar o que se conhece como “socialização petroleira”. Contudo, chegando ao local, líderes da *Nación Shuar del Ecuador* (NASHE) – representativa dos Shuar de Macuma, a cerca de quatro horas de Puyo, via estrada – impediram que a atividade fosse realizada, tendo em vista posição contrária à exploração petroleira naquele território.

Desse modo, a partir das interações com aparatos estatais e governamentais – realidade que assume novos contornos a partir da “*Revolución Ciudadada*” de Correa –, interferências externas acabaram atuando direta e indiretamente sobre os (des) enlances vividos no âmbito das comunidades e organizações.

Certo dia em que estive na rádio *Tuna*, da nacionalidade Shuar de Pastaza, encontrei Luis Kayap, presidente da comunidade Karamá, que dista aproximadamente um dia caminhando pela floresta, desde Puyo – segundo informou o representante da comunidade. Ele me contara que estava na cidade para “*gestionar*” o transporte de material para as instalações de uma escola que seria construída dentro da comunidade. Para ele, a rádio comandada pela *Federación de Nacionalidades Shuar de Pastaza* (Fenash-p) funcionava “*como un teléfono*”, facilitando a comunicação que antes era

realizada oralmente por mensageiros, em épocas com maiores índices de analfabetismo, recordou ele⁶¹. Kayap convocou por meio da rádio os homens da comunidade para que estes *saíssem* da comunidade e se dirigissem até a estrada, desde onde lhes caberia trasladar o material vindo da cidade para construção. Certamente, esta convocatória denota a inserção de práticas distintas. Mesmo o difícil contato com os centros urbanos criou hábitos de consumo inexistentes há algumas décadas.

1.3.1.1 Tecendo vínculos e forjando legitimidades

A estrutura de cabanas ainda construídas com palha e madeira me parece ser uma metáfora imagética válida para abordar os vínculos tecidos intra-organizativamente. Dado o clima extremamente úmido da região amazônica, a durabilidade de uma cabana está diretamente ligada à sua resistência às chuvas, uma resistência que exige a disposição e entrelaçamento adequado da cobertura de palha que repousa sobre uma base de madeira.

Igualmente, os vínculos em âmbito organizativo são construídos sobre uma base sólida, um território comum ancestral. A partir da interação e integração entre as comunidades dispostas sobre esta base, as organizações se consolidam como representantes da nacionalidade “*hacia fuera*”. E é de fora que costumam vir intempéries que podem vir a atingir a coesão das organizações e comunidades, a qual tende a ser constituída não por um cimento impermeável e rígido, mas sim pela maleabilidade e pela possibilidade de constantes (des)encaixes.

Neste trabalho, a partir de políticas e estratégias de comunicação, acompanhei alguns momentos do enredamento traçado não apenas entre as comunidades e organizações indígenas, mas também destas com o Estado/ governo. Coloco estes termos de forma quase indistinta por entender que esta intercessão é parte de um tríplice arranjo que, nos dizeres de Walsh (2014b), tem convergido no sentido de “determinar, definir e reger o uso, sentido e função do plurinacional e do intercultural” no Equador. A tríplice unidade Presidente-Estado-governo tem atuado no sentido de “deslocar, despojar, desterrar, desacreditar e desmembrar”, com sua autoridade “uni-nacionalista” e “uni-versalista” às comunidades, povos e nacionalidades que – “no marco de uma luta sociopolítica, epistêmica, ética e existencial” – impulsionaram uma radical transformação institucional e estrutural materializada na Assembleia Constituinte de 2007-2008 (WALSH, 2014b, pp. 6-7).

⁶¹ Comunicação pessoal realizada à autora na Rádio Tuna (Shuar de Pastaza), em 2 de abril de 2015.

Assim, esta conjuntura desenvolvida desde a primeira eleição do presidente Rafael Correa há dez anos nos defronta com as múltiplas possibilidades de quando abordados os vínculos entre movimentos conformados por grupos excluídos ou subalternizados e o Estado. Destaco a associação de Zibechi (2006) entre a “tensão emancipatória” destes movimentos e a produção de vínculos. O autor identifica opções de rechaço a qualquer colaboração ou apoio estatal, prudentes distanciamentos com alguns recursos provenientes do Estado e ainda experiências de interiorização total, estas movidas pela esperança de transformação por dentro da maquinaria institucional (ZIBECHI, 2006, p. 124).

As experiências analisadas neste estudo estão entre a segunda e a terceira opção. Ao contrário da experiência zapatista no México, por exemplo, o movimento indígena equatoriano, não se caracteriza por uma postura anti-Estado – sequer discursivamente. O projeto político indígena desenvolvido mais fortemente desde os anos 80 é um projeto que demanda a radical transformação das estruturas estatais, o que progressivamente lança o movimento indígena equatoriano na referida tensão marcada pela produção de vínculos mais ou menos fortes com os aparatos estatais que se quer transformar, e sobre os quais se busca incidir e insurgir.

As possibilidades de emancipação, segundo Zibechi, num movimento em movimento, num “transformar-se transformando” que colocariam em evidência vínculos estabelecidos a partir de uma “pedagogia de enraizamento na coletividade”, como se refere Salette Caldart, na conversão do movimento em sujeito pedagógico, e em processos e espaços de auto-reflexão não coincidentes com tempos partidários ou estatais. A emancipação, tal qual abordada pelo autor, pressupõe relações sociais não capitalistas, baseadas na autogestão e convivência comunitária, no enraizamento (“*arraigo*”) territorial, em vínculos de *tipo familiar* e solidários, de modo que “a emancipação não é um objetivo, mas uma forma de viver” (ZIBECHI, 2006, p.142). E, como tal, se aproxima mais do que se entende como liberação e decolonialidade, transversalizando a matriz moderna da racionalidade ocidental, que perpassa a perspectiva do proletariado universalizado nas lutas e interesses dos oprimidos do mundo.

A “emancipação” não necessariamente conduz à liberação⁶², descolonização ou decolonialidade, como fazem ver Enrique Dussel (1977) e Mignolo (2010). A primeira, termo mais frequente em Fanon, é entendida como expressão de uma perspectiva “concebida desde e orientada por aqueles que sofreram a ferida colonial” (WALSH, 2013, p. 49), evidenciando o problema de fundo ontológico existencial, que impõe aos sujeitos “de cor” um cotidiano (re-)conhecer-se frente ao “peso corporal do colonial” e à exterioridade que apontam a uma nova forma de conhecer o mundo. Assim, uma e outra – liberação e emancipação – são dois lados da mesma moeda, a moeda da modernidade/colonialidade (MIGNOLO, 2010), o que implica a re-humanização tanto do colonizado quanto do colonizador.

“Não sou se você não é e, sobretudo, não sou se te proíbo ser” (FREIRE, 1993, p. 95). A frase do livro “Pedagogia da esperança” coloca em bons termos a via de mão dupla que é o projeto/processo de liberação e decolonialidade especialmente no que se refere aos potenciais vínculos com um Estado dito “plurinacional”.

É oportuno recordar que a “cultura popular” é considerada por Dussel como noção chave para uma libertação (“*liberación*”), sendo necessário, no entanto definir o afastamento entre esta e uma “cultura populista”. A última, segundo Dussel, indica a inclusão sob o guarda-chuva da “cultura nacional”, da cultura burguesa ou oligárquica e da cultura do proletariado, do campesino e de todos habitantes do solo organizados sob o Estado. O popular, ao contrário, é todo um setor social de uma nação que guardava uma certa “exterioridade”. Eram oprimidos pelo sistema estatal, alternativos e livres em momentos culturais que eram simplesmente depreciados como *folklore*. Retomo, portanto, a abordagem de Dussel (2015) sobre uma visão “substancialista monolítica de uma cultura latinoamericana”, a qual ele trata de opor à interculturalidade “trans-moderna” – este conceito abordarei posteriormente.

As observações nos parágrafos anteriores convergem para compreensão do processo/projeto aqui analisado. Nesse sentido, sustento que as rádios das nacionalidades foram criadas para ser um nó tão mais firme quanto possível entre Presidente-Estado-governo e as respectivas organizações. A concessão de veículos com *status* de comunitário às

⁶² É importante compreender que dentro deste marco conceitual, a *Liberdade* refere-se a uma condição estritamente jurídica, enquanto *Liberación* nos permite fazer referência à conquistas políticas, jurídicas, históricas, econômicas, geográficas, epistemológicas etc. Agradeço ao professor Santiago Arboleda por esta observação, assumindo a responsabilidade pela apropriação de suas contribuições.

nacionalidades amazônicas integra um contexto mais amplo de enlaces e desenlaces verticalmente estabelecidos em função de interesses e projetos sobrepostos à prerrogativa de autodeterminação dos povos e nacionalidades equatorianos como um todo, e particularmente amazônicos. Na prática, essa política tem resultado em divisões intra e interorganizativas entre as nacionalidades amazônicas.

Defendo que, menos que uma política para fortalecimento dos vínculos estabelecidos entre as comunidades e destas com suas respectivas organizações representativas, a ação do governamental tem representado uma intempérie, abalando e redefinindo lógicas e processos decisórios e comunicativos internos em detrimento de uma comunicação verticalizada com instâncias governamentais.

Na última década, a Amazônia equatoriana, responsável pela sustentação econômica do país através da extração de recursos naturais não renováveis – petróleo e minérios –, se destacou como destino de significativos investimentos estatais no setor de comunicação. A região que foi preterida no passado, passou a vivenciar uma “nova era” – expressão usada pelo próprio governo Correa – no que se refere aos vínculos estabelecidos com órgãos oficiais. Destaque-se o emblemático projeto de interpretação simultânea do semanal *Enlace ciudadano*, programa amplamente veiculado aos sábados e dedicado à prestação de contas do presidente.

Os intérpretes simultâneos das palavras do presidente são indígenas das respectivas nacionalidades que trabalham em escritório do *Instituto para Ecodesarrollo Regional Amazónico*. Até outubro de 2015, como parte do projeto de *Fortalecimiento de la comunicación intercultural Amazónica*, cujo objetivo principal é a transmissão da interpretação simultânea das palavras do presidente, o investimento governamental chegou a cerca de U\$ 925 mil dólares, totalizando 150 programas, veiculados em idiomas originários das nacionalidades Shuar, Kichwa, Waorani, Shiwiar, Achuar, Sapara, Andwa, Kofán y Siekopai⁶³.

Latour afirma que “o mundo não se parece com um continente sólido de fatos pontilhados por algumas lagoas de incertezas”, mas sim com “um vasto oceano de incertezas pintalgado de ilhotas de formas calibradas e estabilizadas” (LATOURE, 2012,

⁶³ Fonte: INSTITUTO PARA ECODESARROLLO REAGIONAL AMAZÓNICO. “Ecorae invirtió 95 millones durante 8 años de Revolución Ciudadana” (2-10-2015). Retirado de: <http://www.desarrolloamazonico.gob.ec/ecorae-invirtio-95-millones-durante-8-anos-de-revolucion-ciudadana/>. Último acesso: 01-07-2016.

pp. 348-349). Sendo assim, diz ele, “conexões rastreáveis” tem de ser “examinadas à luz de uma quantidade bem maior de descontinuidades”. E devemos levar em conta “tanto a formidável inércia das estruturas sociais quanto a incrível fluidez que preserva sua existência” (LATOURE, 2012, p. 349).

Essa intenção anima o olhar direcionado pela pesquisadora para a tessitura de laços comunitários, com ênfase para o raio de ação traçado desde as rádios comunitárias. Estas compartilham a particularidade de terem sido geradas no âmbito do Estado, a partir de uma política pública voltada, em tese, ao “comunitário” – ou, como argumento, à tentativa de controle dessa instância variável.

Sobre o ‘âmbito estatal’ tomo a explicação de Latour, para quem “o grande (Estado, organizações, mercado) é uma amplificação, mas também uma simplificação do pequeno” (Latour, 2012, p. 346). O Estado não contém, ele é, com porosidades, dinâmicas e contradições. Nesse sentido, a abordagem aqui privilegiada é aquela que considera, repito, o “serpentear” dentro-fora do Estado como característica formadora dessa mesma ‘estrutura’, reconhecendo que, numa escala que vai do pequeno ao grande, os atores podem, segundo Latour, a cada uma de suas numerosas tentativas para justificar seu comportamento, “mobilizar subitamente toda a humanidade” (LATOURE, 2012, p. 267).

1.3.2 A busca pela palavra ‘localizada’

As referidas TICs nos remetem, especialmente após os anos 90, a processos globalizantes de compartimentação e fragmentação do espaço, marcados pela unicidade técnica, do imaginário da velocidade, da rapidez e da fluidez, das compartimentações do território, das incompatibilidades entre velocidades diversas etc. (SANTOS, 2001). A despeito disso, em meio ao panorama um tanto desanimador traçado aos primeiros capítulos de “Por uma outra globalização” (2001), Milton Santos já argumentara que “a existência é produtora de sua própria pedagogia” (SANTOS, 2001, p. 116). E há existências que se apresentam como “re-existência” (ALBÁN, 2013), confrontando a tese da “erradicação do lugar” e do território. A premissa dessa dita erradicação, por um lado, sugere o capitalismo como totalidade sem fissuras e como sistema capaz de se expandir irrestritamente, de cooptar, absorver, integrar, subsumir, funcionalizar e aniquilar expressões contrapostas aos seus dispositivos disciplinares e normalizadores. Noutro sentido, a suposta erradicação do lugar é atrelada a premissas sobre um irremediável desencaixe, sobre a mobilidade, a diáspora, deslocamentos e

desenraizamentos, tomados como conceitos, imagens e metáforas que expressam uma reconfiguração espacial característica da contemporaneidade, e uma “inevitável” globalização/ homogeneização (QUIJANO, 2013, p. 121). Olver Quijano Valencia observa por sua vez que, em meio à excessiva pulsão e apelação pelo global, se torna frequente o desconhecimento de como “os fenômenos são reconfigurados, transformados, subvertidos, ressignificados ou criados nos lugares e com alto sentido de vínculo territorial e por fim com processos socioculturais, históricos, linguísticos e simbólicos” (QUIJANO, 2013, p. 122). Longe de tomar categorias de forma essencialista e romântica, desconectadas das inevitáveis interrelações “globalocais”, acompanho categorias analíticas que possibilitem, segundo Escobar, visibilizar diferentes lógicas “locais” de produção de culturas e identidades, de práticas ecológicas e econômicas. Em síntese: visibilizando e reconhecendo o “paradigma da re-localização” (ESCOBAR, 2014, p. 15).

Vale interpor aqui o que Mignolo apresenta como uma ruptura radical com os projetos globais, de modo que se promovam narrativas acionadas pela busca de uma lógica diferente, deslocando “o “universalismo abstrato” da epistemologia moderna e da história mundial com uma totalidade alternativa concebida como uma rede de histórias locais e múltiplas hegemonias locais” (MIGNOLO, 2003, p. 48). O autor argumenta que “o imaginário do sistema mundial colonial/moderno é o discurso sobrepujante do ocidentalismo”, que com sua “transformação geohistórica” entra em tensão e conflito com as forças da subalternidade geradas pelas reações iniciais dos escravos ameríndios e africanos, e mais recentemente pelo “ataque intelectual ao ocidentalismo e pelos movimentos sociais em busca de novos caminhos para um imaginário democrático” (MIGNOLO, 2003, p.52). Segundo Mignolo, cada ato locutivo é ao mesmo tempo um “pronunciamento contra” e um “pronunciamento em direção a”, num duplo movimento que adquire uma dimensão complexa se consideramos, diz o autor, a interseção dos “solos e subsolos hegemônicos e subalternos”. Esta interseção é o espaço ocupado pelo que Mignolo identifica como “pensamento liminar”, ou seja, “como a multiplicação de energias epistêmicas em diversas histórias locais” – contadas desde diferentes espaços e momentos da história do capitalismo – e sua “inevitável companheira”, que é a história do colonialismo. “Na escuridão dessa companhia, nas fissuras entre a modernidade e a colonialidade reside(m) a(s) diferença(s) colonial(is)” (MIGNOLO, 2003 p. 69).

As histórias locais são portanto compreendidas como os vários rostos da diferença colonial, tendo em vista os diferentes ritmos e energia do colonialismo moderno, segundo sua localização espacial e histórica dentro do que se entende como “sistema mundial colonial/moderno”.

Através dos “*Estudios del pluriverso*”, Escobar, por sua vez, se lança às ontologias relacionais que, como a terra mesma, caracterizam os mundos de muitos povos pelo apego ao lugar e ao território. Esta perspectiva coloca em evidência a noção de inter-existência *no, com e desde* o lugar/território. Uma perspectiva vigente em muitas sociedades não-ocidentais, onde não existe uma divisão entre natureza e cultura, entre indivíduo e comunidade, reafirma Escobar, para explicar que, na verdade, não existe o “indivíduo”, mas pessoas com uma contínua relação com todo mundo humano e não humano (ESCOBAR, 2014, p. 59). Escobar propõe tomar as lutas e imaginários recentes em torno do *Buen Vivir* e dos “direitos da natureza” – princípio incluído na Constituição equatoriana vigente – como teoria e prática pós-dualista, ou seja, uma prática do “inter-existir”. A esta se associam discussões sobre pós-desenvolvimento, transições pós-extrativistas e considerações sobre interculturalidade, onde a “globalidade” seria um caminho para criação de condições ao fortalecimento e recriação do “pluriverso”, numa “ativação política da relacionalidade”.

Contra a globalização neoliberal e a guerra aos “mundos relacionais”, coloca-se “a ativação política da relacionalidade e a luta pelo pluriverso” (ESCOBAR, 2014, p. 66). Afirmar Escobar: “Se essa hipótese [da globalidade como uma possibilidade histórica de outro grande projeto] tem sentido, se expande o espectro político; já não oscilará somente entre “esquerda” e “direita”, mas terá que compreender “a direita, a esquerda e o epistémico-ontológico” (ESCOBAR, 2014, p. 132). Isso porque, se as ofensivas para des-territorializar equivalem à supressão ou mesmo eliminação de mundos, a ocupação e defesa dos territórios coletivos tem como sua dimensão mais importante a ontológica.

Entre os chamados “discursos de transição”, marcados no “Sul Global”⁶⁴ por “alternativas ao desenvolvimento” – transições ao pós-extrativismo; *Buen Vivir*,

⁶⁴ Sobre a noção de “Sul” e as “*South Theories*”, sua variação em diferentes textos, e alguns limites metodológicos em apresentar trabalhos que configurem-se como uma alternativa de fato, ver: ROSA, Marcelo C. Theories of the South: Limits and perspectives of an emergent movement in social sciences. *Current Sociology*, n.62, vol. 2, pp 1-17, 2014. Disponível em: <http://csi.sagepub.com/content/early/2014/02/24/0011392114522171> (último acesso: 31-01-2016). Ver também: ROSA, Marcelo C. Sociologies of the South and the actor-network-theory: Possible

recomunalização da vida social e ecológica; relacionalidade e pluriverso – Escobar enfatiza a importância da “criação de léxicos, meios e estratégias e comunicação para a referida transição, por meio dos quais a relacionalidade e a pluriversidade possam ressoar em círculos mais amplos” (ESCOBAR, 2014, p. 152).

A conexão entre a palavra e o lugar onde esta é enunciada e desde onde é tecida e veiculada tem muito a ver com a relação indígena com o território. A concepção de “território ancestral” está também marcada pela transmissão de saberes “*en-lugar*”, de geração a geração, num fluxo pedagógico de “*palabrandar*” (caminhar perguntando) e escutar – condições para a partilha de um mundo comum, coletivo.

O *lugar* ao qual me refiro neste estudo – embora não finque nele minhas bases de análise – é aquele da “diferença colonial” e das fissuras abertas apesar, contra e em relação ao avanço da fronteira petroleira, expressão máximo de um projeto de modernização exógeno e que concorre para fragilizar lógicas próprias de ser, pensar e fazer, numa área geograficamente localizada na região Centro-Sul amazônica. O “local” é o território de determinada nacionalidade, é o entorno dos rios Bobonaza ou Curaray, é a cordilheira do Condor ou do Trans Kutuku, é uma árvore que transporta a mensagem de ancestrais em rituais realizados e transmitidos “*casa adentro*”, ao redor da fogueira, pelo ancião da comunidade, interlocutor-mediador. São múltiplos os lugares e múltiplas histórias e conhecimentos que fazem do território a integração entre “natureza” (biodiversidade) e “cultura”.

O *lugar* e as históricas locais contadas a partir dele assume, por fim, um sentido referente aos corpos sexuados e racializados, corpos com uma existência individual e coletiva ao mesmo tempo, corpos que portam a cotidianidade, a própria biografia e a história dos povos subalternos. Corpos que partem e são metade da comunidade, “*como principio incluyente que cuida la vida*” (PAREDES, 2013, p.78). Como sentença Julieta Paredes, “as mulheres somos a metade da comunidade, de cada povo, de cada nação, de cada país, de cada sociedade” (PAREDES, 2013, p.94). A autora enfatiza o sentido das complementariedades, reciprocidades e autonomias que atuam dentro da comunidade, mas não como um gueto, nem como uma reserva, mas como uma

convergences for an ontoformative sociology. **European Journal of Social Theory**, v. 1, p. 1-18, 2015. Disponível em: <http://est.sagepub.com/content/early/2015/11/04/1368431015613714.full.pdf+html>(último acesso 31-07-2016).

“comunidade viva que se move e se projeta construindo também complementariedades não hierárquicas, reciprocidades e autonomias com outras comunidades” (PAREDES, 2013, p. 89), construindo um “*tejido*” entre a “Comunidade de comunidades”.

O corpo é, portanto, um território em disputa, uma disputa “epistêmico-ontológico”, no dizeres de Escobar.

“Nós partimos do corpo como uma integralidade de corporeidade, que compreende desde a biogenética até a energética, desde a afetividade, passando pela sensibilidade, os sentimentos, o erotismo, a espiritualidade e a sensualidade, chegando à criatividade. Nossos corpos querem comer bem, estar sãos, gostam de carícias e lhes doem os golpes, nossos corpos querem ter tempo para conhecer e fazer teorias, queremos desde nós nomear as coisas com o som da nossa própria voz” (PAREDES, 2013, p. 100).

Os corpos femininos são um lócus de enunciação, uma enunciação que possui um lugar no âmbito da classificação social introduzida na organização da produção com o sistema global de poder capitalista. Trata-se de um lugar ausentado dos feminismos brancos, ainda que a diversidade étnico-cultural tenha sido incorporada em feminismos que enfocam a globalização, observa Lugones ao abordar a “interseccionalidade”. “A solidariedade feminista que enfrenta as violências da globalização está pensada como se atravessasse culturas sem centrar-se no poder racial” (LUGONES, 2012, p. 123).

Portanto, no âmbito do “paradigma da re-localização”, os corpos femininos comunitários, sexuados e racializados, guardam um potencial para o desenvolvimento de experiências de resistência, “re-existência” e “inter-existência” desde “lugares concretos” com as dinâmicas do poder global.

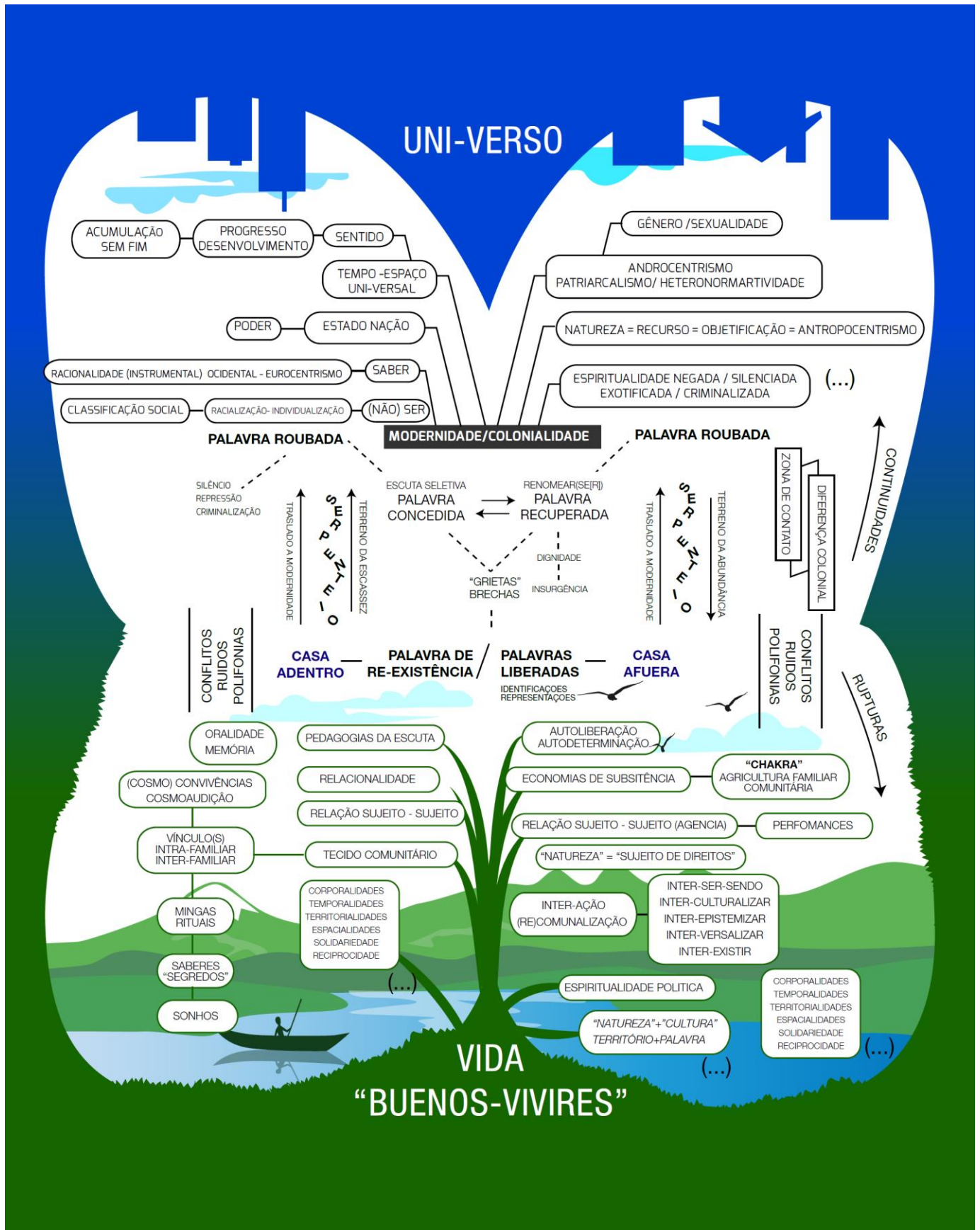
Em termos práticos, os descaminhos do percurso investigativo, conduziram à consideração de espaços “*casa adentro*” como espaços integrados à luta política. Mais que isso: dificuldades encontradas no trabalho de campo levaram a investigadora à reflexividade quanto ao papel das categorias gênero + raça nas possibilidades e entaves

à interlocução desejada com os sujeitos e sujeitas da pesquisa (HARDING, 1987)⁶⁵. As possibilidades e entraves rumos aos espaços de diálogo e partilha de conhecimentos e memórias pelas mulheres foram reflexões que surgiram *a posteriori*. Primeiramente, como incompreensão pelas dificuldades para estabelecer relações de confiança e interações. Segundo, como aprendizado acerca dos *lugares* e lógicas de partilha, tomando em consideração o papel da mulher comunicadora indígena “*casa adentro*” e “*casa afuera*”. Terceiro, como um questionamento: quais seriam os caminhos para uma interseção comunicativa que potencializasse esse papel, fazendo suas vozes ressoarem, por exemplo, através das rádios comunitárias? Não como vozes tradutoras de uma palavra alheia, mas como vozes portadoras de *agencia* e poder criativo.

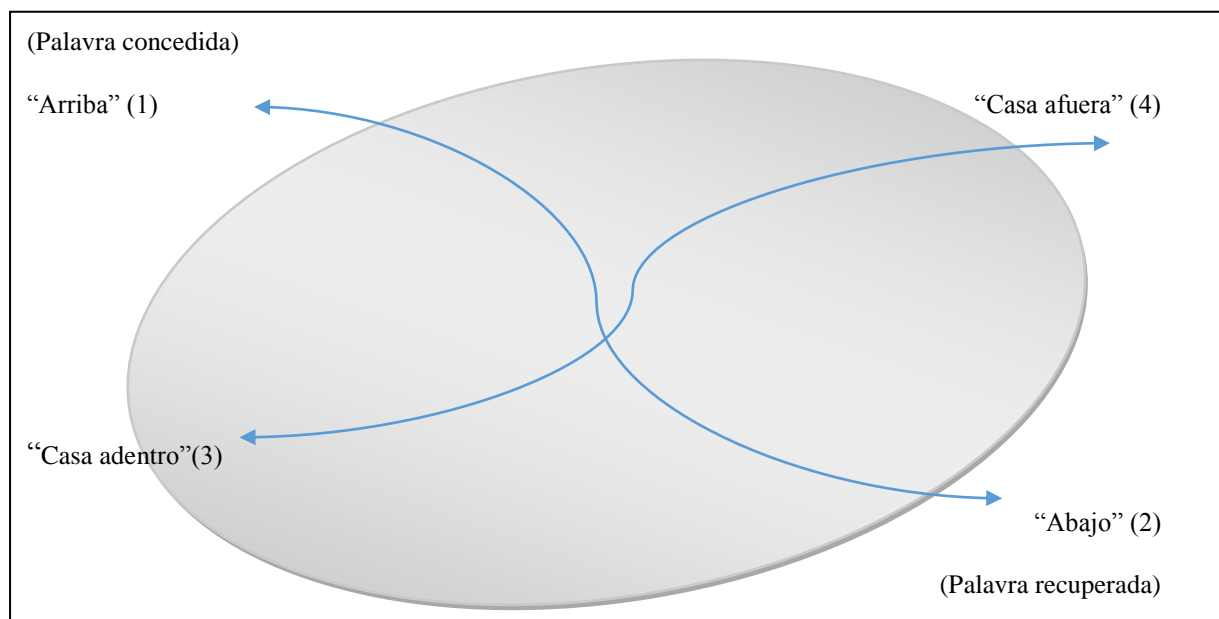
Voltarei a esta abordagem nos capítulos seguintes, observando as ausências presentes nas rádios das nacionalidades, no caso, refiro-me às vozes femininas que pareciam apenas margear alguns daqueles meios de comunicação, sem alcançar maior ressonância.

⁶⁵ Is There a Feminist Method?" In: Sandra Harding (Ed.). *Feminism and Methodology*, Bloomington/Indianapolis. Indiana University Press. 1987. Disponível em: http://148.206.107.15/biblioteca_digital/capitulos/81-2350ske.pdf . Último acesso em: 01-07-2016.

Ilustração 1 - Mapa conceitual prático da busca pela palavra (em constante elaboração)



Possibilidades (concomitantes) de leitura dos fluxos da palavra presentes no mapa conceitual-prático⁶⁶



Fonte: Elaboração própria.

- 2 → 1 = resistência (predominantemente)
- 4 → 3 + 3 → 4 = re-existência (palavra liberada)
- 4 → 3 + 3 → 4 + 2 → 1 = re-existência + resistência/ “serpenteio interculturalizante”

⁶⁶ Elaboração própria. O “mapa conceitual” acima foi inspirado em outros mapas produzidos coletivamente durante o curso da professora Catherine Walsh, ministrado no Doutorado em *Estudios Culturales Latinoamericanos* (Decul IV 2014). Assumo toda responsabilidade pelo uso feito a partir das valiosas colaborações reunidas entre 2014-2015 – período de minha estadia na *Universidad Andina Simón Bolívar*, como parte do doutorado-sanduíche apoiado e fomentado pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES – Brasil). Há ao menos duas leituras para o “mapa” ou “árvore” conceitual prática proposta como síntese do presente estudo. Uma é a leitura na vertical, o que faz da “modernidade/colonialidade” um índice norteador, com seu marco existencial abrangendo tudo ao seu redor. Ou seja: segundo esta leitura, não haveria um *afuera* da modernidade. Outra leitura possível: multidimensional. Neste caso, não há um norte, não uma direção/sentido único. Os processos inerentes a cada vocábulo são considerados como parte de “pluriversos” inter-relacionados e não como realidades estanques e segmentadas. Nesse sentido, tendo a reforçar uma leitura realizada entorno ao “serpenteio” que, a meu ver, se conecta com os conceitos de “exterioridade” ou “pensamento fronteiriço” e “transmodernidade”, trabalhados por autores(as) decoloniais (MIGNOLO, 2002; DUSSEL, 2005, WALSH, 2006). Assim, se há limites para pensar num “*afuera*”, sim podemos refletir sobre as possibilidades, brechas e os caminhos de ruptura tecidos desde um *dentro-fora*, numa exterioridade não necessariamente externa à modernidade. Agradeço ao designer Juan Casco por colocar minhas ideias no papel.

CAPÍTULO 2

“TRASLADOS PARA A MODERNIDADE”, INTERCULTURALIDADE E COMUNICAÇÃO.

“Por parte de mi papá soy Andwa, de parte de mi mamá es una parte Kichwa, su mamá fue Andwa, o sea, una mezcla total. Y en todas las nacionalidades no son puros, pienso yo, son una mezcla...”

(Alesandra Proaño – Presidente da Nacionalidade Andwa de Pastaza, Ecuador)

“Dios te observa, no hables Shuar”.

(Marcelino Chumpi, prefeito Shuar de Morona Santiago, quem, após ter os cabelos cortados, conta que se deparou, na escola missionária, com a advertência na parede, ao lado de grandes olhos),

“La diferencia es que el otro le da [nombre] para explotar. En cambio, nosotros no damos nombres para explotar, sino, para reconocer que esta planta es para esto... para medicina [por ejemplo]...”

(Domingo Ankuash – líder Shuar de Morona Santiago)

Neste capítulo serão apresentadas experiências que permitirão uma compreensão do histórico de ‘acercamientos’ às comunidades indígenas amazônicas, com destaque aos propósitos “civilizadores” e pedagógicos como um dos efeitos do “traslado para a modernidade” (TRUJILLO, 2001, p. 79). Entender os potenciais sentidos e efeitos imprimidos na cotidianidade da Amazônia equatoriana com a concessão de frequências moduladas (Rádios FM) demanda conhecer um histórico marcado pela dificuldade de comunicação com o mundo ‘externo’, uma realidade desconhecida até mesmo para muitos equatorianos. Exige ainda dar-se conta de que os esforços perpetrados há meio século no sentido da “civilização” dos povos amazônicos – não por acaso contemporâneo ao grande incremento da exploração petroleira na região norte – ocultaram outra face inerente ao mesmo processo, a colonialidade (MIGNOLO, 2011). Esta se deu por meio de deslocamentos territoriais e epistêmicos “modernizadores” atrelados a projetos educativos, religiosos e também, pode-se dizer, comunicativos.

Tais antecedentes devem proporcionar uma melhor compreensão dos efeitos (potenciais) da ressonância de ondas sonoras ditas comunitárias nos territórios das respectivas nacionalidades indígenas amazônicas, particularmente em províncias do Centro-sul, região a qual se dedica este estudo.

No mapa teórico-prático exposto ao final do capítulo anterior, estão representados diversos momentos e possibilidades de ‘entradas’ na “modernidade/colonialidade”, num percurso entre o “terreno da abundância” ao “terreno da escassez”. Aqui quero assentar o argumento de que tais ‘traslados’ não são unívocos, definitivos ou homogêneos, mas sim incluíram (e incluem) movimentos de serpenteio aos quais me referi anteriormente, num sinuoso e constante caminho “dentro-fora”, fronteiro e não isento de armadilhas.

Considere-se ainda a “maneira mágica” através da qual anciãos e anciãs, mas particularmente as mulheres encontraram – e seguem reinventando – formas de resistir “quase geneticamente na palavra” (MACAS, 2009, pp.84), nas formas de organização, nos ritos, canções e festas. Tais comunicadoras *casa adentro-afuera*, “conhecem distintas formas de reconhecer o mercado, as vias, as pessoas” inclusive, além de saberem “escutar em cada lado coisas para informar aos demais que esperam na assembleia já dispostos a sair em levantamento” (MACAS, 2009, pp.85). Este papel articulador nos exige transversalizar o papel da mulher – e por extensão a questão de “gênero” – neste capítulo centrado na abordagem sobre interculturalidades e comunicação.

2.1 Um longo caminho para a interculturalidade

As diversas formas de contato interétnico ao longo das décadas passadas influenciaram a (des)construção de imagens dos povos e nacionalidades que habitam a região amazônica, seja em relação a si próprios, seja no caso de estereótipos sedimentados junto ao resto da “sociedade nacional”.

Para tratar do longo caminho para a interculturalidade, busco assentar alguns conceitos e questionamentos em torno a mesma, bem como às lutas pelo território e pela palavra. Em seguida, exponho alguns aspectos históricos sobre os projetos/ processos de “civilização” e “modernização” que constituíram os “traslados” promovidos desde meados do século XX. A segunda parte do capítulo será dedicada a destacar vínculos e veículos *outros*. Neste tópico quero caracterizar os e as sujeitos e sujeitas de pesquisa, ampliando a ideia de sujeitos(as) comunicativos(as) que vinha sendo trazida na ‘bagagem’ até que, ao longo

do percurso investigativo, me deparei com interlocutores(as) que não se apresentavam necessariamente como comunicadores(as) indígenas, mas que desempenhavam importantes papéis nesse sentido, com destaque para as mulheres indígenas.

Ao apresentar publicação sobre “pedagogias decoloniais” Walsh explica a supressão do “s” em “decolonial”. Não se trata, explica a autora, de passar de um momento colonial a outro não colonial, ou seja, quer-se tratar além da mera “descolonização”. Não se trata de desarmar, desfazer ou reverter o estado colonial, como se fosse possível apagar seus padrões e marcas. Segundo Walsh, o jogo linguístico proposto coloca em evidência que não existe um estado ausente de colonialidade “de posturas, posicionamentos, horizontes e projetos de resistir, transgredir, intervir, in-surgir, criar e incidir” (WALSH, 2013, p.3). Portanto, o “decolonial” é “um caminho de luta contínuo no qual se pode identificar, visibilizar e alentar “lugares” de exterioridade e construções alter-(n)ativas”.

Este é meu ponto de partida neste capítulo, os “lugares” de exterioridades, onde identifico possibilidades e potencialidades para re-construção da “palavra roubada”, desde onde surgem condições para o “pensamento fronteiriço” referido por Mignolo, para as resistências e principalmente para “re-existências”, no sentido proposto por Albán. São “lugares” onde a territorialização da palavra se dá desde espaços familiares e interfamiliares, comunitários e intercomunitários, “*casa adentro*” e “*casa afuera*”, como indicam Walsh e Garcia (2015). São “lugares” donde habitam e circulam epistemologias e pedagogias *outras*, onde o direito à palavra pressupõe necessariamente o momento da escuta.

Longe de um silenciamento frente à autoridade de uma fonte de conhecimento, são *lugares* por onde se mantém um diálogo coletivo, vivencial, interrelacional e conectado com “temporalidades de passados negados, esquecidos, as temporalidades vividas desde a exterioridade da modernidade [que] são a fonte de resistência e da crítica decolonial”. Esta “se sustenta nas temporalidades relacionais, onde relações vivas com as memórias se antepõem à ordem das cronologias e suas projeções racionalistas, futuristas, fictícias” (VÁSQUEZ, 2014, p. 184).

A “matriz colonial de poder”, sobrevivente ao fim da colonização como colonialidade imposta em diversas dimensões, atingiu não apenas o poder de enunciação dos povos colonizados, mas também incutiu uma escuta desconectada das experiências, do território, da ancestralidade, da memória, da oralidade; uma escuta unidirecional perpetrada através

do que identifico mais adiante como as *pedagogias-ponte*. “*Dios te observa, no hables Shuar*” era a frase exposta na entrada da escola missionária salesiana. Trata-se de uma escuta que silencia a “diferença colonial” (ética, política, epistêmica), impedindo lugares *outros* de enunciação, de subjetividades e de agências (WALSH, 2006; MIGNOLO, 2006). A isso identifico como “desterritorialização da palavra”, um processo que não ocorre de modo isolado, mas atravessado e confrontado por processos *outros*, por estratégias de “re-territorialização”, ou seja, de “reapropriação social da natureza” (LEFF, 2005; PORTO-GONÇALVES, 2006b; 2012), construção de novos vínculos B(familiares-comunitários-organizativos), novas territorialidades e temporalidades.

Os processos de “desterritorialização” e “re-territorialização” – que entendo como ocorrendo muitas vezes de forma simultânea – colocam em conflito distintas racionalidades. A terra pensada-sentida-vivida a partir do território, segundo Porto-Gonçalves (2006b, p. 168), implica “pensar politicamente a cultura”, o que resignifica a natureza através da palavra, do ato de (re)nomear e (re)apropriar-se. Entendo que nesse sentido é compreensível o caráter não apenas de resistência, mas re-existência inerente ao (res)surgimento de ideias-força como “Abya Yala”, “Sumak Kawsay” (Bem viver, em Kichwa), “*Kawsay Sacha*” (Selva vivente, em Kichwa) ou “*Tarimiat Matsamsatin*” (Vida Plena ou Bem viver, em Shuar)⁶⁷, dentre outras. Daí pode-se depreender igualmente as disputas que se dão em torno a termos como *plurinacional*, *intercultural* e o próprio *Sumak Kawsay*, incorporados pela “*Revolución Ciudadana*” de Rafael Correa.

Nesta perspectiva histórica, abordo a aproximação a momentos anteriores caracterizados pela pretensa “inclusão” das diversidades no âmbito do Estado Nação e da sociedade equatoriana de então. Esta, destaque-se, representara um ‘todo’ forjado como unidade, no sentido das “comunidades imaginadas” de Benedict Anderson (1993). Desde essa

⁶⁷ Ao referir-se ao *Buen Vivir*, Jaime Vargas (ex-presidente da NAE) mencionou o “*Tarimiat Pujustin*”. Kar Atamaint Wamputsar (Shuar) explicou-me que, após investigação realizada (em companhia de Jaime Vargas e de outras pessoas) junto a comunidades Shuar sobre o que entendiam como *Buen Vivir*, chegou-se ao termo *Tarimiat Matsamsatin*”, interpretado como “Vida Plena”, Contudo, inicialmente traduziu-se literalmente como *Penker Pujustin* (“estar bien”; *pujustin* é o verbo estar), a qual seria uma tradução “superficial e vazia”. Segundo Kar Atamaint Wamputsar, *Tarimiat* – termo mais correto – “*implica hacer la vida plena desde el saber y el poder de Arutam*”. Portanto, *Buen vivir* seria apenas *Tarimiat*, podendo ser adicionados os complementos *Pujustin* ou *Matsamsatin* (este interpretado como “convivência”, como estar reunido). Informações fornecidas em comunicação virtual, realizada em 02-07-2016.

perspectiva, se sobressaem algumas políticas que, sob pretexto de “inclusão” e “reconhecimento”, resultaram na naturalização da diversidade e da diferença cultural como fato social dado, rotulando e exaltando a sociedade “*mestiza*”.

Como desdobramentos dessa premissa, surgem os efeitos da via multicultural, privilegiada ao longo das experiências neoliberais dos anos 1990 e margeada pela “*mestizaje* como discurso de poder” no dizer de Sanjinés (2005), ou pelo que Silvia Rivera Cusicanqui (1993) denominou “*matriz colonial del mestizaje*” e que Catherine Walsh explicou como sendo “um projeto intelectual de *mestizaje* forjado no marco estruturante do fato colonial e assentado nas relações de dominação” (WALSH, 2009b, p. 27 – traduzido a partir do espanhol), que tem na categoria mental de *raça* seu ponto de fundação.

Ressalto mais adiante que as referidas relações tiveram como ‘cola’ os procedimentos pedagógicos de missionários católicos e evangélicos, de empresas transnacionais e do próprio Estado, ou seja, desta tríade modernizadora dedicada a promover o referido traslado dos povos amazônicos para modernidade, seja através da educação, da religião, ou ainda da comunicação.

As lógicas de aproximação e contato estiveram marcadas pela suposta necessidade de superar um desnível tecnológico, científico, econômico, moral e civilizatório entre as comunidades indígenas e o ‘resto’ da sociedade não indígena. A inclusão dos povos e nacionalidades indígenas – seja da Serra ou da Amazônia – e afro equatorianos, sob a bandeira de um Estado-nação tomado homogeneamente, representou historicamente a invisibilidade de outros paradigmas e civilizações, em detrimento de “paradogmas” (WALSH, 2010) exógenos.

Vale intercalar aqui que estes modelos sempre estiveram longe de respeitar a recomendada correspondência com leis, princípios e categorias ditados além-mar, vide o que sugere Latour em “Jamais fomos modernos” (1994).

Noutro eixo, desde a “diferença colonial” como locus de enunciação e de subjetividades *outras*, emerge no movimento indígena equatoriano representado pela CONAIE uma concepção orgânica de projetos e processos interculturais. A interculturalidade, compreendida como “configuração conceitual” (WALSH, 2006) destituída de definição única e estática, é contemporânea ao Levante Indígena de 1990, e vem passando por

desdobramentos após sua incorporação como política de Estado, constitucionalmente reconhecida em 1998. Essa incorporação não significou, no entanto, uma convergência exata com o projeto/processo de interculturalidade proposto e insurgente desde os setores indígenas e populares. O Estado, edificado no âmbito da “modernidade/(de)colonialidade” foi e segue sendo parte do problema e objeto de indispensáveis transformações. Os sucessivos momentos de inserção do movimento indígena como grupo político atuante em suas esferas impuseram novas preocupações e evidenciaram tensões e contradições, externas e internas ao próprio movimento. Este se viu progressivamente ocupando novos papéis no âmbito de estruturas e instituições estatais, defrontando-se com valores e normas predefinidas.

Assim como a “colonialidade do poder” não deve ser resumida como uma “entidade homogênea experimentada de toda maneira por todos os grupos subalternizados”, seu ‘antídoto’, a interculturalidade, não se restringe a um conceito estático alheio às “complexas imbricações das histórias locais e da diferença [colonial]”. (WALSH, 2006, p.35 – tradução própria). Como construção política, ideológica e epistêmica, bem como princípio chave na luta contra os poderes da colonialidade e do imperialismo, a interculturalidade proposta e defendida pela CONAIE, assume um caráter interrelacional e vivenciado. Sustenta-se, portanto, em relações comunitárias e numa “pedagogização” que pressupõe a valorização do que é *próprio* através da memória, da oralidade e da ancestralidade “*casa adentro*”. Por outro lado, e em conexão direta com o primeiro, valorizam-se estratégias desenvolvidas “*casa afuera*” para dar visibilidade, provocar e criar fissuras – “*agrietar*”⁶⁸ – em estruturas e instituições, num processo de descolonização *fora, dentro e contra* o Estado-Nação Moderno. Esse processo exige “pensar com e desde construções, criações e práticas insurgentes que trabalham fora, nas bordas e nas margens, assim como dentro, abrindo e ampliando as fendas e fissuras decoloniais” (WALSH, 2014c – tradução própria). Isso se torna possível na medida em que a “diferença colonial” resulta numa posição exteriorizada, de quem não está completamente fora da modernidade, mas que ocupa fronteiras, interstícios entre duas lógicas de pensamento, o *próprio* e o dominante (WALSH, 2006, p. 56).

Em sua abordagem da interculturalidade como um projeto político, epistêmico e ético de reexistência, Adolfo Albán cita três cenários possíveis de “agencia social”: o primeiro

⁶⁸ *Grieta* significa fenda, em espanhol. *Agrietar*, portanto, quer dizer produzir uma ou várias fendas.

pelo questionamento das estruturas hierárquicas de poder; o segundo pelas formas plurais de produzir conhecimento e nomear a realidade, ao que Maldonado-Torres identificaria como “pluralidade epistêmica radical”; e, por último, o compromisso de conseguir minimizar desigualdades e iniquidades sociais (ALBÁN, 2013, p. 122 – tradução própria). Sobretudo, interessa aos propósitos desses estudos, destacar que a interculturalidade não pode prescindir da tensão e conflitividade geradas pelo diálogo cultural, ou seja, não se define pela “harmonia cultural”, mas “pela forma com que as diversidades, as diferenças e as desigualdades negociam, se interpelam, se organizam e disputam entre si um lugar para existir”. Dessa forma, ainda segundo Albán, “o político do cultural entra em jogo, e dá conta dos interesses e das operações que hão de dirimir” (ALBÁN, 2013, p. 123).

Os povos indígenas foram tratados como “problema” a ser resolvido, de modo que foram depreendidos inúmeros esforços para a “*ocupación productiva*” do “Oriente”, considerada por volta dos anos 1960 como “*tierra baldia*”⁶⁹, à espera da modernização e civilização – leia-se evangelização – ocidentais. Retomo essas experiências como contraponto bastante atual entre “interculturalidades críticas” e a “funcionalização da interculturalidade” (WALSH, 2014b), donde este último possibilita tocar em algumas curvas delicadas do *serpenteio* dentro-fora do Estado. Um dos meus objetivos final será pavimentar com algum arcabouço histórico o caminho para abordar o projeto de comunicação “comunitária” conduzido junto às nacionalidades amazônicas pela *Secretaria Nacional de Gestión de la Política*, subordinada diretamente à presidência da República.

2.1.1 Da ‘orientalização’ a ‘modernização’

A “orientalização” da Amazônica – tal qual aborda E. Said (1990[1979]) quando diz que o Oriente é “uma reinvenção do Ocidente” –, trata-se de uma reinvenção útil aos

⁶⁹ Especialmente desde os anos setenta o mito nacional das “*tierras baldías*” para a “*ocupación productiva*” se somou à ideologia em defesa da “soberania nacional”, estimulando políticas governamentais destinadas a criar novos assentamentos ao longo dos e das estradas que iam sendo abertas. Essas políticas foram utilizadas pelos pioneiros da colonização agrícola, ‘*mestizos*’ e afro equatorianos dos Andes e da Costa, bem como famílias Kichwas e Shuar em busca de terras virgens (RIVAL, 2015: 287). Na legislação da época, as “*tierras baldías*” eram as que careciam de títulos de propriedade, o que autorizava o despojo de territórios ocupados ancestralmente por povos originários, especialmente na região amazônica. Somente desde a Constituição de 1998, seriam reconhecidos, entre os direitos coletivos, o direito à “*posesión ancestral de las tierras comunitarias*” e à obtenção de “*adjudicación gratuita, conforme a la ley*” (Artigo 84).

propósitos de “civilização” e “modernização” que possibilitariam salvar aqueles que estariam, “por sua própria ignorância” submetidos à “escravidão desumana”⁷⁰.

Consideremos que o modelo de desenvolvimento promovido pelo Estado equatoriano passou pela reforma agrária dos anos 1960 e pelo *boom* petrolero dos setenta, tendo um vínculo forte com a educação, “a qual se via como capaz de constituir o sujeito nacional que o modelo requeria: um cidadão capaz de assumir as tarefas produtivas que o país necessitava” (ZAPATA, 2013, p. 177 – tradução própria a partir do espanhol). Reafirmo que as formas de inserção dos povos e nacionalidades indígenas – da Serra e da Amazônia –, bem como de afro equatorianos sob a bandeira do Estado nação, produziu a invisibilidade de paradigmas e civilizações cuja origem pré-colombiana os desqualificava previamente com relação a um modelo exógeno: o europeu.

Os governos de José María Velasco Ibarra – em seu quarto e quinto mandatos, não consecutivos (1960-1961 e 1968-1972) – e do ditador Guillermo Rodríguez Lara (1972-1976) inseriram a “*tierra baldía*” ao oriente em seus projetos de “modernização” do país, um desafio ainda mais estratégico após o *boom* petrolero na década de 1970⁷¹. Servindo de ponte entre o projeto de aproximação que identifiquei como “orientalização” e estas sucessivas fases de “modernização”, estavam projetos pedagógicos de educação bilíngue, como aquele desenvolvido pelo Grupo Evangélico Batista do Instituto Linguístico de Verão, exemplo importante para compreender configurações que antecederam e abriram espaço para processos de ‘integração’ dos povos e nacionalidades indígenas à “vida nacional”.

⁷⁰ II Conferência General do Episcopado Latino-Americano, Conclusões de Medellín (1968). Retirado de: <http://www.clerus.org/clerus/dati/2009-01/09-13/medellin.html>, ultimo acesso 12-09-2015.

⁷¹ No governo de Galo Plaza (1948-1952), o presidente afirmara que “O Oriente é um mito”, após *Standard* e *Shell* decidirem suspender suas explorações na Amazônia equatoriana – supõe-se que o Oriente Médio seria a prioridade da vez. Apesar da declaração desencorajadora de Plaza, um experiente oficial do exército dos EUA afirmara que as reservas petroleras da Amazônia equatoriana seriam similares às do Oriente Médio. Os planos de Plaza se voltariam para a Costa equatoriana, contudo, acompanhado da *United Fruit Company* e seguindo sugestões de seu velho amigo Nelson Rockefeller. Através da equipe de investigadores do seu *Internacional Basic Economy Corporation* (IBEC), a sugestão ao chefe do executivo equatoriano foi a seguinte: “Equador deveria intensificar sua produção para exportação com nova tecnologia, particularmente na agricultura”. O país deveria diversificar sua produção para além do caçó e do café e expandir fazendas de gado para as terras altas dos Andes. Investimentos estrangeiros e do capital local deveriam ser destinados à construção de estradas conectando Costa e os Andes, para atender aos interesses comerciais. A indústria alimentícia deveria ainda ser desenvolvida no sentido de substituir as plantações indígenas voltadas para subsistência, priorizando um sistema de distribuição mais condizente com uma economia de trabalho assalariado (COLBY & DENNETT, 1995, p. 285-286).

O Grupo Evangélico Batista do ILV, atuante no Equador desde 1953, consistiu numa iniciativa “civilizadora” atuante em diversas partes do globo (inclusive no Brasil), e particularmente determinante para a história dos integrantes da nacionalidade Waorani ou Huaorani⁷², chamados “aucas” (sem alma ou selvagens, em Kichwa)⁷³ até receberem dos próprios missionários a denominação (Hua = humano, gente). De modo geral, o trabalho radicava-se ao intuito de estudar idiomas indígenas para evangelizar. O propósito de alfabetização através de cartilhas (para os Shuar, Achuar, Siona-Secoya, Kichwas, Cofán, Sáparas e Waorani), não apenas deslocava os indígenas de seus “lugares de fala”, do domínio sobre suas palavras e processos comunicativos/ comunitários próprios. Tratava-se da re-localização (epistêmica, linguística, geográfica etc.) das comunidades ao redor das escolas.

Particularmente no caso Waorani, o ILV se estabelecera nos anos 1960 em Shell, cidade a cerca de 30 minutos de Puyo (em ônibus), onde hoje está localizada a rádio da nacionalidade Sápara – uma das sete situadas em Pastaza e que integra o projeto da SNGP – e também onde reside um dos principais interlocutores com quem caminhei ao longo da investigação, o ex-diretor da Rádio *Wao Apeninka*, Saul Nabo.

Os detalhes dos primeiros contatos dos missionários estadunidenses com os Waoranis estão retratados no filme *A punta de lanza* (2006). A história assume contornos dignos de um roteiro ficcional, envolvendo a morte de “mártires civilizadores” lanceados (TRUJILLO, 2001, p.86), cujo objetivo seria “pacificar” aos indígenas amazônicos, “civilizando” e cristianizando-os. Tal objetivo sobreviveu ao confronto fatal entre missionários e Waoranis e, em fins da década de 1950, foi retomado pela irmã e pela esposa de um dos missionários mortos na primeira fase da chamada “*Operación Auca*”.

Conhecida como “a mais violenta sociedade sobre a Terra” (Rival, 2015, p. 20), a nacionalidade Waorani, graças ao contato com missionários evangélicos, aprenderiam, finalmente, a viver em paz, alcançando a pacificação interna, entre clãs da mesma nacionalidade, e com seus vizinhos (BOSTER et. al, 2003)⁷⁴.

⁷² Privilégio aqui a grafia utilizada no nome da organização: *Nacionalidad Waorani del Ecuador* (NAWE). Outras grafias são pontualmente adotadas quando reproduzidas as falas de terceiros.

⁷³ Desde que sobreviram à exploração dos barões da borracha, os “esquivos” Waoranis ganharam fama pelo nome atribuído por Kichwas que viviam na área. (COLBY & DENNETT, 1995, p. 284).

⁷⁴ Publicação realizada por antropólogos vinculados ao ILV, incluindo James Yost, antropólogo/ evangélico que trabalhou em Tiweno em meados dos anos 1970, sendo enviado para conter conflitos

Por algumas vezes escutei entre os próprios Waoranis referências ao período de guerra e matança, bem como sobre sua superação desse período devido ao “traslado” à civilização ocidental. Em entrevista a Bélgica Chela, diretora da *Radio Escuelas Radiofónicas Populares del Ecuador* (ERPE), o dirigente de comunicação da NAWE, David Cahuena Ahua Caiga, recordara em 2015:

“...antiguamente no teníamos nuestra organización, era solamente conflicto con lanza, mataba a los enemigos, a los extraños, ¿no? Pero todo eso no era buena idea, lo más importante era vivir en paz, en armonía, en unidad. Por esta razón hemos organizado nuestra organización.”⁷⁵

O deslocamento territorial e epistemológico promovido pelas missões contou com a participação da jovem Dayuma Caento, quem não teria apenas o papel de guiar os evangélicos, mas também assumiria o papel de matriarca: “Tudo, em algum momento, passava por Dayuma” – afirmara Eduardo Pichilingue⁷⁶. Durante muitos anos foram contadas diferentes e imprecisas versões da história dessa mulher Waorani que se juntou às missionárias Rachel Saint e Elizabeth Elliot e passou a contribuir para a continuidade do contato com outros Waoranis. Em 1957, Dayuma e Rachel começaram um *tour* por cidades dos Estados Unidos, após enorme repercussão nos meios de comunicação sobre a morte dos missionários da selva amazônica.

ocasionados por problemas de abastecimento devido ao crescimento do *Protetorado*. Boster, James S., James Yost and Catherine Peeke (2003), Rage, revenge, and religion: honest signaling of aggression and nonaggression in Waorani conditional violence, *Ethos*, Volume 31, 4, pp. 471–494, dezembro.

⁷⁵ Entrevista realizada por Bélgica Chela em 23 de maio de 2015, durante oficina realizada com a *Asociación de Mujeres Waorani de la Amazonía Ecuatoriana*, AMWAE. A oficina em tema de comunicação e defesa do território foi realizada como parte das atividades desenvolvidas no âmbito do estudo participativo, de *co-labor*, realizado pela pesquisadora. Naquela ocasião, a diretora da Radio ERPE foi convidada para conversar com as mulheres da AMWAE sobre suas experiências a frente da Radio ERPE, com sede na cidade de Riobamba, província andina de Chimborazo.

⁷⁶ PICHILINGUE, Eduardo. *Bai, la muerte de un guerrero Waorani* (2015). Retirado de: <http://www.planv.com.ec/historias/sociedad/bai-la-muerte-un-guerrero-waorani>. Último acesso: 02 de jul. de 2016.

Passadas algumas décadas, em 2013, a própria Dayuma contara sua versão dos primeiros contatos com o ILV⁷⁷. Fugira depois que seu pai foi assassinado pelo clã rival de sua família, caminhando diversos dias na selva até chegar a uma fazenda: “*Trabajaba todo el día, sin descanso, incluso bajo la lluvia*”, recordou Dayuma, descrevendo detalhes do trabalho escravo ao qual fora submetida quando encontrada pelos integrantes do ILV, especialmente Rachel. Ainda jovem, era obrigada a plantar banana e mandioca, bem como a cuidar dos animais e cozinhar⁷⁸.

Dayuma identificou seus familiares em vídeos realizados pelos missionários antes que estes fossem atingidos pelas lanças Waoranis. Sob a ‘proteção’ do ILV e, particularmente, de Rachel Saint, irmã de um dos missionários mortos (Nate Saint) e a “missionária mais famosa dos Estados Unidos” (COLBY & DENNETT, 1995, p.289), Dayuma foi apresentada no exterior como a “primeira selvagem cristianizada”, até retornar ao seu território originário como “divina pacificadora” do ILV, desempenhando um papel de interlocutora junto a demais Waoranis (TRUJILLO, 2001, p. 87). A jovem foi uma figura central para que o seletivo grupo de linguistas e antropólogos do ILV pudesse se aproximar, se familiarizar com a cultura Waorani, colaborando com a tradução da Bíblia àquele idioma, e abrindo caminhos para o processo de “civilização” e “evangelização”.

Desde meados dos sessenta até os setenta, grande parte daquela nacionalidade foi deslocada ao sul, em direção ao “Protetorado” (Reserva), base do ILV às margens do rio *Curaray*⁷⁹. Deixara-se para trás milhares de quilômetros “vazios”, que antes eram territórios de caça e reprodução cultural, o que facilitou o avanço de atividades petroleiras na região, como aquelas desenvolvidas posteriormente pela empresa *Maxus*. A invisibilidade de familiares Waoranis (Tagaeri e Taromenanis), que recusaram o contato com o ‘mundo ocidental’ e se tornaram grupos em isolamento voluntário na região que seria o *Parque Nacional Yasuní* (criado em 1979), foi reforçada por atores ligados a

⁷⁷ Dayuma faleceu em 2014 com mais de 90 anos, segundo estimativas. <http://www.telegrafo.com.ec/politica/item/la-primera-waorani-que-conocio-el-mundo.html>

⁷⁸ Fonte: *La primera waorani que conoció el mundo*. Retirado de: <http://www.telegrafo.com.ec/politica/item/la-primera-waorani-que-conocio-el-mundo.html>. Último acesso: 02-07-2016.

⁷⁹ O protetorado de Tiweno começou oficialmente em 1968, mas em meados de 1970 já era muito pequeno para uma população tão grande e tinha problemas para prover alimentos. Assim, inicia-se o processo de criação de novas comunidades dentro do *Protetorado*, donde surgem Toñampare, Kiwaro e outras mais. Agradeço aos esclarecimentos oferecidos por Eduardo Pichilingue, em 02-07-2016 – comunicação virtual.

indústria petroleira que defendiam a inexistência dessas vidas cercadas por histórias lendárias. Coube então a realização de trabalho documental para provar que aqueles não eram produto da imaginação de alguns (RIVAL, 2011, p. 294)⁸⁰.

Duas décadas depois que Galo Plaza abriu espaço para os missionários do ILV e garantira que o Oriente era um “mito”, em alusão à ausência de Petróleo, em 1967, a descoberta de petróleo em Lago Agrio – província de Sucumbíos, na fronteira com a Colômbia –, contara com a ajuda da presença do ILV na região. As pistas de pouso de Limoncocha e a *Jungle Aviation and Radio Service* (JAARS)⁸¹ eram usadas por trabalhadores de petroleiras. O serviço auxiliava nas entradas e saídas dos geólogos da Texaco. Além de seu próprio sistema de comunicação, os missionários do ILV possuíam uma empresa de aviação própria, a qual lhes permitia uma atuação relativamente independente dos governos dos países latino-americanos onde se instalaram⁸². E, mais que fornecer suporte logístico, a eficiência do ILV em abrir caminho para a indústria petroleira se dava por outros motivos. Colby e Dennett relatam quão assustador era para os Waoranis à época deparar-se com “autofalantes montados em asas” – os aviões da JAARS – se comunicando em idioma Wao. Alguns indígenas queimavam suas casas e evadiam para dentro da floresta. Em 1968, o ILV ocultara um rádio transmissor na cesta de mantimentos que há décadas ‘caiam do céu’ para os Waoranis. Ao ouvir pelo rádio que se demandava um machado, o avião atendera milagrosamente ao desejo capturado, lançando-o desde o céu (COLBY & DENNETT, 1995, p. 604-605).

⁸⁰ Pichilingue afirma que com a nacionalidade Waorani é complicado falar de algo homogêneo. Ele conta que foi feita uma projeção em 2008-2009, indicando que haveria entre 3000 e 3500 waorani contatados, Contudo, não foi possível saber quantos seriam os tagaeri e taromenani (povos em isolamento voluntário). Os primeiros são identificados como uma família, de Taga, a qual se desprende de umas das grandes famílias contatadas. Além destes os Wao falam de outros, relacionados com eles, familiares dos quais se perdeu o rastro. “Temos que pensar que o território é muito grande e no momento do contato a população era muito pequena. Quando uma família se separava de outra, se distanciava alguns quilômetros e havia pouca possibilidade de encontros. (...) Além disso, há outros os quais não se conhece em absoluto, os quais se denomina Taromenane, que significa “*la gente que camina*” ou “*la gente del camino*”. São aqueles com os quais se cruzava em suas rotas de caça.” (tradução própria a partir do espanhol). PICHILINGUE, Eduardo. *Bai, la muerte de un guerrero Waorani* (2015). Retirado de: <http://www.planv.com.ec/historias/sociedad/bai-la-muerte-un-guerrero-waorani>. Último acesso: 02 jul. de 2016.

⁸¹ Nesta comunidade, o ILV começou a atuar em 1963, implantando seu sistema de educação bilíngue. No ano letivo de 1967-68 funcionava com 29 escolas e 36 professores bilíngues em cinco províncias (WALSH, 1994, p. 137).

⁸² O ILV esteve conectado à aviação, tanto quanto aos linguistas. Os aviões se tornaram o meio mais importante para governos envolvidos na construção da nação no “Terceiro Mundo”, para uma segura penetração e colonização de fronteiras com colonos, camponeses em busca de terras (COLBY & DENNETT, 1995, p. 284).

Iniciado em 1934, no México, o trabalho do ILV percorreu o mundo – e particularmente diversos países das Américas, África e Ásia – reconhecendo ao menos sete mil idiomas, os quais não tinham até então registros escritos⁸³. Incluídos em grupo de assessoramento da UNESCO, a iniciativa deu origem a estudos especializados, gramáticas e dicionários, bem como cartilhas para “romper o medo da letra escrita, textos para aventurarem-se na pronúncia, [e] textos logo mais avançados para retomar a palavra do Senhor” – segundo introdução do Dicionário Achuar-Shiwiar-Castellano publicado conjuntamente pelo Ministério de Educação do Peru e pelo ILV (1996).

É possível conhecer uma pequena, embora representativa, amostra de conteúdos disseminados pelo Instituto em países da América Latina, se tomamos como exemplo pontual o “*Manual de Pedagogía para Docentes Bilingües de la Selva*”⁸⁴, republicado em 1993 (1976, 1ª Edição) pelo Ministério de Educação Peruano em colaboração com o ILV – este foi expulso anos antes, em 1981 do Equador, sob acusações de violação à “soberania nacional” daquele país e estreita colaboração com empresas petroleiras. Em plano curricular incluído no referido Manual, os conteúdos sobre a “Natureza e as Ciências Sociais” enfatizam particularmente temas como “Progresso” e “Nosso mundo”. Sobre este último, vale questionar quê concepção de “nosso” estaria implícita quando vemos descritos alguns “Aspectos da Geografía” em documento sobre o primeiro tema: “Se viajamos pelo seu território [peruano] nos encontramos com muitas montanhas que o cruzam, com rios, que correm seu solo (...). Se cavamos seu solo, podemos encontrar ouro, prata e outros minerais que formam sua fonte de riqueza”⁸⁵. Recomendava-se a transmissão deste conteúdo pelos educadores missionários aos alunos do 5º e 6º grau das Escolas Primárias Bilingües da Selva peruana, parte da

⁸³ Fonte: La primera Waorani que conoció el mundo (03-03-2014). Retirado de <http://www.telegrafo.com.ec/politica/item/la-primera-waorani-que-conocio-el-mundo.html>, Último acesso em 12 de set. de 2015.

⁸⁴ Fonte: Ministerio de Educación Peruano/ ILV. Manual de Pedagogía para Docentes Bilingüe de la Selva (1993), 9ªEd. Retirado de http://www.sil.org/system/files/reapdata/12/94/81/129481623908668847488449057608500743319/cast_mnped.pdf. Último acesso: 2 de set. de 2015.

⁸⁵ Fonte: Ministerio de Educación Peruano/ ILV. Manual de Pedagogía para Docentes Bilingüe de la Selva (1993), 9ªEd. Retirado de http://www.sil.org/system/files/reapdata/12/94/81/129481623908668847488449057608500743319/cast_mnped.pdf. Último acesso em 02 de set. de 2015.

“pedagogia cívica”⁸⁶ (MINISTÉRIO DE EDUCACIÓN PERUANO/ILV, 1993) promovida pelo ILV em parceria com o Estado peruano.

O Equador foi o quarto país onde o ILV iniciou seu trabalho, depois de México, Perú e Colômbia. Segundo Walsh (1994), fazia parte da tática burocrática do Instituto ligar-se ao respectivo Ministério de Educação, sendo responsável pela educação bilingue no país. Isso significava uma ampliação do aparato do Estado e uma nova conquista das etnias de enorme importância para os respectivos exércitos nacionais, e para as burguesias nacionais preocupadas com a incipiente insurreição daquelas, que às vezes representavam a maioria da população (WALSH, 1994, p. 136).

Desde os anos quarenta, a *Coordinator of Inter-American Affairs* (CIAA), coordenada por Nelson Rockefeller, direcionava recursos para o ILV. Em mapa apresentado por Colby e Dennett, o Ministério de Educação Peruano consta como um dos intermediários (COLBY & DENNETT 1995, p. 127). Outras fontes de recursos apontadas são: *Standard Oil of New Jersey (Internacional Petroleum*⁸⁷– Peru); Cerro de Pasco Corporación (empresa de cobre, Peru) e a USAID, além de outras empresas, em especial petroleiras estadunidenses⁸⁸. Sol Tax, integrante do *Nacional Indian Institute* fundado pela CIAA, dizia que a linguagem era a última barreira para a assimilação indígena. Ao negar quaisquer elementos identitários culturais aos povos indígenas, atingia-se a capacidade dos mesmos de reivindicarem o pertencimento e a posse de suas terras – na

⁸⁶ Fonte: Ministerio de Educación Peruano/ ILV. Manual de Pedagogía para Docentes Bilingüe de la Selva (1993), 9ªEd. Retirado de http://www.sil.org/system/files/reapdata/12/94/81/129481623908668847488449057608500743319/cast_mnped.pdf. Último acesso em 02-09-2015.

⁸⁷ Esta era propriedade de Nelson Rockefeller, quem apoiaria (inclusive com recursos financeiros) ao Peru na guerra contra o Equador. A despeito a perda significativa de território do lado equatoriano ao final da guerra – incluído o acesso ao rio Amazonas – o discurso militar fortalece a tese “*Ecuador, país Amazónico*”. Num histórico de conflitos entre os dois países, o que levou a divisão do povo Shuar, haveria ainda uma “nova fase de *ciudadanizacion*” dos indígenas, de modo que a “guerra moderna” constitui uma das modalidades de “participação” e “integração” dos indígenas amazônicos à “sociedade nacional”, sob o discurso de “defesa da Pátria”. Para mais, ver: ORTIZ BATALLA, Cecilia. Indios, militares e imaginarios de nación en el Ecuador del siglo XX. Quito: Abya Yala, 2006. 272p. Para uma visão desde o discurso militar a respeito do “Ecuador, país amazónico”, ver também: MARQUES, Adriana. EQUADOR, PAÍS AMAZÓNICO: um exame do discurso militar sobre a Amazônia e a integridade territorial do Equador. In: Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH, São Paulo, julho 2011. Disponível em: http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1311981130_ARQUIVO_AdrianaA.Marques.pdf (Último acesso: 01-08-2016).

⁸⁸ Ver ANEXO 12 - fontes de financiamento do ILV.

ausência de títulos de propriedade –, acelerando assim a assimilação de uma força de trabalho barata (COLBY & DENNETT 1995, p. 126).

Eis a chave mestra da (de)colonialidade: “Aquele que possui a palavra adequada para uma coisa, possui e domina a natureza e as operações da mesma” (FONSECA, 1997). Vale destacar que em suas várias áreas disciplinares – antropologia, lexicografia, etnologia, linguística, sociolinguística – o trabalho do ILV girava ao redor da *palavra*, seu contexto e lugar.

Em um *folder* dos tradutores do ano de 1971 se informa sobre o trabalho mediador dos missionários-linguistas entre os “*aucas*” (sem alma, selvagens – em Kichwa) e uma empresa petroleira pioneira no Equador, a *Shell Oil Company*. Dizia-se: “Como resultado desta íntima coordenação por rádio e telefone, através de nossa oficina em Quito, não foi perdida uma vida até o momento. Bendito seja Deus!” (ALAI, 1978, p. 136 – tradução própria). Vale enfatizar que os missionários-linguistas evangélicos se localizam ideologicamente sob uma concepção individualista e teológica do homem e da história que identificavam a dominação do homem branco por ser “gente com espírito de empresa” (ALAI, 1978, p. 139 – tradução própria). Tais mediadores privilegiados entre a “sociedade nacional” e os grupos étnicos adotaram métodos e pedagogias que conduziram à “desagregação cultural e social”. A colaboração de indivíduos jovens rompia com um fluxo da palavra intra e intergeracional dos grupos contatados, caracterizados pela transmissão de saberes tradicionais desde os anciãos até os mais jovens. Como resultado, se nota que “os jovens como os mais envolvidos pelos missionários, e educados em suas bases, desempenharam uma pobre função como transmissores das crenças autóctones, e são particularmente, maleáveis pelas influências exteriores” (ALAI, 1978, p. 130).

“*Los Waorani son petroleros*”. “*Los Waorani son limosneros*”. Afirmações como estas não passaram despercebidas durante o trabalho de campo. Tendo a concordar com Laura Rival, quem alerta para a complexidade de alguns mecanismos de resistência dessa nacionalidade (RIVAL, 2015, p. 267), ao longo de um violento e multifacetado processo de *colonialidade*. Na atualidade, compreendo ainda a necessidade de atentar para disputas internas, em âmbito organizativo, frente à gestão de recursos obtidos a partir de

“*acercamientos*” junto ao Estado equatoriano e às empresas petroleiras (estatais ou transnacionais).

Demarcando a diferença com os tempos atuais, Francisco Xavier Chávez López⁸⁹, recordara que antes eram realizadas negociações diretamente com as petroleiras, quando os Waorani exigiram das uma “Coca de dois litros”, uma caminhonete ou uma motosserra para liberar o caminho dos trabalhadores.

A despeito de leituras que veem nestas reações um comportamento infantil ou mendicante, a antropóloga sustenta que, mesmo em contato com as empresas petroleiras, a “abundância natural” dos recursos da floresta seria utilizada como “conceito cultural central” no sentido de impor uma espécie de resistência ou de disfuncionalidade – termo este que me parece mais adequado. Para Rival, até o isolamento pode ser visto como uma “estratégia política”.

Recorrendo às teses de Bolívar Echeverría (2011) intercalar que “a conquista da abundância, empreendida pela civilização ocidental europeia, apenas pode ser levada a cabo mediante uma organização da vida econômica que parte da negação deste fundamento” (ECHEVERRÍA, 2011, p. 84). Ou seja, não é demasiado lembrar que o modo capitalista de reprodução, cria a *escassez*, já que “requer, para afirmar-se e manter-se enquanto tal, de uma insatisfação sempre renovada do conjunto de necessidades sociais estabelecido em cada caso”. E, acrescenta que, a “lei geral de acumulação capitalista”, desenvolvida como conclusão teórica central do discurso de Karl Marx sobre a economia política, prevê que aquela escassez resulta na condenação de uma parte do corpo social ao status de “exército industrial de reserva”, “prescindível e eliminável” (ECHEVERRÍA, 2011, p.78). A lógica da escassez alimenta este ciclo reprodutivo, de modo que dentre as constantes destacadas por Echeverría na história do capitalismo e integradas à história da modernidade está a “reprodução cíclica, em escala cada vez maior (como em uma espiral) e em referência a bens cada vez diferentes, de

⁸⁹ À época da entrevista ele era funcionário da SNGP, *Dirección Enlace Comunitario*, dedicando-se particularmente ao Projeto de *Fortalecimiento de la capacidad técnica, administrativa y organizativa de las Organizaciones Indígenas de la Amazonía y de la Sierra Centro*. Sobre conexões deste projeto e a concessão de rádios comunitárias às nacionalidades, ver Capítulo 6. Entrevista realizada em Quito, 28-11-2014.

uma “escassez relativa artificial” da natureza com respeito às necessidades humanas (ECHEVERRÍA, 2011, p.71).

Mediante a exploração de novas fontes de alimentos e bens, os Waorani tiveram de adaptar-se ao crescimento demográfico e a crescente densidade populacional decorrente das mudanças impulsionadas pelos missionários do ILV – por exemplo, deslocamentos, monogamia, novas regras morais, casamentos entre grupos antigamente rivais (RIVAL, 2015, pp 266-267). O ILV, contudo, criou relações de dependência e desigualdade, além de inserir novas necessidades monetárias e relações de intercâmbio com os *cowode* (palavra wao usada para referir-se aos não waorani). O acesso desigual aos bens – como arroz e açúcar, que foram inseridos na alimentação dos indígenas, e produtos manufaturados – provocaria tensões e divisões, embora a ‘paz’ houvesse sido alcançada (KIMERLING, 1996, p. 183).

Os Waorani mantiveram durante muito tempo um drástico isolamento, intenção mantida pelos Tagaeri, irmãos que escolheram “continuar lutando por um espaço vital longe de toda influencia externa, recusando renderem-se a uma visão diferente de mundo” (RIVAL, 2015, p. 295). Igualmente, os Taromenani, foram reconhecidos como povos em isolamento voluntário, para os quais se delimitou a partir de 1999 uma “zona intangível” dentro do Parque Nacional Yasuní, a qual deveria ser mantida a salvo das atividades petroleiras, embora sejam constantes as pressões extrativistas sobre estes povos (Ver Capítulo 4).

2.1.1.1 Outros traslados: em nome da “soberania nacional”

Não foi sem resistência, especialmente de setores indígenas, que se desenvolveram os referidos projetos missionários na região amazônica. Ao defender a expulsão do ILV em 1981⁹⁰, Blanca Chancoso, líder indígena representante da Ecuarunari – braço da Conaie

⁹⁰ A expulsão não foi definitiva, e o escritório do ILV continuou funcionando até julho de 1993 (WALSH, 1994, p. 138). O trabalho de educação bilíngue teve continuidade mediante outras afiliações ou sem filiação alguma. Vale ressaltar que, anteriormente, ao início dos anos 80 o acordo com o ILV já havia sido rescindido pelo então presidente Jaime Joldós Aguilera, quem considerava a presença evangélica contrária ao princípio de respeito às culturas ancestrais indígenas. Pouco tempo depois, a morte de Roldós em um acidente de avião estaria envolta em suspeitas de participação da CIA (*Central Intelligence Agency*).

na Serra equatoriana – denotara a contradição em relação à suposta defesa da “soberania nacional”, bandeira erguida por sucessivos governos equatorianos:

“Bueno, nosotros le achacamos totalmente lo que es más principal dentro de la planificación, lo que ha ido cometiendo en destruir nuestra cultura. Justamente, no respeta, ni siquiera sus programas mismos que han aplicado, van llevando a terminar con nuestras comunidades. Y, la otra prueba, es que hemos venido realizando desde su penetración del instituto, desde su instalación misma, tras de ella, la penetración de las compañías trasnacionales petroleras en el Oriente. Y el encerramiento que va llevando a la extinción de muchas comunidades indígenas del Oriente, ¿no? Entonces creemos nosotros que la presencia del Instituto Lingüístico de Verano es una burla a un decreto, a un pronunciamiento que ha venido realizando este gobierno, es decir, la defensa de la soberanía nacional porque si están presentes ellos no están respetando tampoco el respeto mismo de nuestra cultura, nuestros territorios. Están violando a esa defensa de la soberanía nacional”⁹¹.

Chancoso argumentara que desde a Colônia, os governos desconheceram a existência dos povos indígenas, de suas distintas e próprias identidades em seus discursos sobre integração nacional:

“¿qué clase de integración, cuando la educación era única y no se la realizaba en nuestro idioma? La idea era de ir desapareciéndonos, evitando que hablemos nuestro idioma, haciendo que cambiemos nuestra forma de vestir y, a la final, que perdamos nuestra identidad.”
(CHANCOSO *apud* WALSH, 1994, p. 117).

⁹¹ Fonte: Entrevista com Blanca Chancoso (28-05-1981). FONDO DOCUMENTAL/ NARRATIVAS DE MUJERES INDÍGENAS/ FLACSO/ ECUADOR. Disponível em: http://www.flacsoandes.edu.ec/web/imagesFTP/BLANCA_CHANCOSO_5.pdf. Último acesso 09 de ago. de 2016.

O discurso nacionalista já havia servido como pretexto para deslocamentos forçados, reagrupações de populações dentro de missões e de fazendas quando houve o auge da extração borracha, na segunda metade do século XIX. Afetaram não apenas a nacionalidades Waorani, mas antes os Sáparas foram fortemente impactados pelo processo que contribuiu amplamente à invisibilização destes últimos, especialmente devido ao avanço da kichwalização e das alianças interétnicas que progrediam (BILHAUT, 2011, p. 36).

Ao contrário da imagem associada aos Waorani, havia uma distinção entre a “docilidade” identificada por alguns missionários católicos, o que ofereceria a outras populações indígenas um “modelo de adaptação” e, por outro lado, a “avidez de destruição” e “ferocidade” dos mais “selvagens” que eram utilizados por religiosos e colonos para “caçar almas ou escravos” em tribos vizinhas, (BILHAUT, 2011, pp.36-37) inclusive dos próprios Waorani. Devido ao trabalho escravo e a epidemias, a exploração da borracha dizimara grande parte da população Sápara, distribuída ao longo do Curaray, rio abaixo.

Desde o conflito fronteiriço com o Peru em 1941, uma vasta parte do “Oriente” equatoriano foi perdida para o país vizinho com o Protocolo de Paz, Amizade e Limites do Rio de Janeiro (1942). A chegada da petroleira Shell – que acabou rendendo o nome à cidade próxima de Puyo, capital da província de Pastaza – se convertera então num elemento propulsor de trabalho para os Sáparas da região, que descobriram uma forma de remuneração em efetivo, não mais por dívida.

O bilinguismo – a exemplo do que ocorrera no caso de outras nacionalidades da região – colaborara para uma “equatorianização” dos Sárapas, “mais ainda quando a companhia petroleira contribuiu amplamente para uma melhor comunicação terrestre” (BILHAUT, 2011, p. 39 – tradução própria), abrindo novos caminhos, ampliando vínculos com as cidades e bases aéreas, bem como com a construção de pistas de aterrissagem. Missionários católicos e evangélicos do ILV puderam circular com mais facilidade e construíram escolas em alguns povoados maiores como Moretecocha (rio Bobonaza), as quais as crianças Sáparas frequentaram nos anos 1970. Foram enviados professores ao povo Llanchamaconha, mas estes abandonavam seus cargos depois das primeiras férias (BILHAUT, 2011, p, 39).

Especialmente a partir dos 1970, sob o mito nacional das “*terras baldías*”, a “ocupação produtiva” daquela região se somara à ideologia de defesa da “soberania nacional”, estimulando políticas governamentais destinadas a criar novos assentamentos ao longo dos rios e das estradas que iam sendo abertas. Essas políticas foram aproveitadas pelos pioneiros da colonização agrícola, ‘mestiços’ e negros dos Andes e da Costa, bem como famílias Kichwas e Shuaras em busca de terras virgens (RIVAL, 2015, p. 287). Na legislação da época, as chamadas terras baldias eram aquelas que careciam de títulos de propriedade, o que autorizava o despojo de territórios ocupados ancestralmente por povos originários, especialmente na região amazônica. Apenas a partir da Constituição de 1998, seriam reconhecidos, dentre os direitos coletivos, o direito à manutenção de “*la posesión ancestral de las tierras comunitarias y a obtener su adjudicación gratuita, conforme a la ley*” (Artigo 84).

Ainda na década de 1970, conceitos tais como “desenvolvimento” e “fomento agropecuário” justificaram a exploração mineradora e petroleira (PACARI, 2003)⁹², com o suporte jurídico da *Ley de Colonización de la Región Amazónica* (1978), a qual prescrevia que o Estado determinaria os setores territoriais destinados ao estabelecimento do desenvolvimento das “populações aborígenes”, com objetivo de “salvaguardar sua cultura e promover sua plena incorporação à vida nacional”⁹³ (Artigo 3, tradução própria). Destaque-se que “salvaguardar” nos remete à proteção contra algum mal ou inconveniente futuro. Ao passo que, incorporar à “vida nacional” é um claro eufemismo para a “assimilação” que tomou corpo (e corpos) nas décadas seguintes.

O *acercamiento* pedagógico dos missionários evangélicos estadunidenses do ILV está longe de ser uma iniciativa isolada de contato com o “Oriente”. Como indicado anteriormente, a Missão Católica Capuchinha, “versão católica da pacificação dos Huaorani” (TRUJILLO, 2001, p. 89), também esteve presente na região a partir de

⁹²Fonte: PACARI, Nina (2003). Avances de la Legislación Ecuatoriana sobre Tierra y Territorio de los Pueblos Indígenas. Retirado de: http://www.iidh.ed.cr/comunidades/diversidades/docs/div_docpublicaciones/el%20caso%20de%20ecuador%20tierra%20y%20territorio.pdf. Último acesso: 03 de jul. De 2016.

⁹³ Fonte: Hemeroteca PUCE, Registro Oficial, Ley de Colonización de la Amazonía, 12-01-1978, 7 folios, D340.09866/R263 Retirado de: https://www.academia.edu/9878418/Tres_d%C3%A9cadas_de_explotaci%C3%B3n_petrolera_el_Estado_y_las_petroleras_en_el_Oriente. Último acesso: 03 de jul. de 2016.

meados da década de 1970. Mais especificamente em 1976, esta missão realizou expedições com a ajuda de indígenas da nacionalidade Kichwa e, ao final da década seguinte, em 1987, a morte do Bispo Alejandro Labaca, perfurado por lanças numa tentativa de aproximação com familiares não contatados da nacionalidade Waorani (os Tagaeri), já evidenciava em quadro extremamente conflitivo. Tratava-se de um quadro agravado pela ampliação de áreas petrolíferas – neste caso, impulsionado pela Petrobrás. Sob pressão dos missionários Capuchinhos e de organismos internacionais, o Estado equatoriano declarou então uma “zona vermelha” que estaria livre da exploração petrolífera, e que foi denominada em 1999 como “*área intangible*”.

A despeito das especificidades de cada investida missionária e dos diversos papéis que cumpriram junto às comunidades indígenas, um efeito se sobressai: os pretendidos “traslados à modernidade” contribuíram para uma “cruel pacificação” (TRUJILLO, 2001, p. 91) que facilitara as bases conciliatórias estabelecidas com as empresas petrolíferas.

Da orientalização à modernização, a tríade “civilizatória” formada por Estado-religiosos-transnacionais atuou, ainda que não deliberadamente, de forma coordenada, no sentido de deslocar territorial e epistemologicamente os povos situados em territórios reservados ao projeto de “desenvolvimento” e defesa da “soberania nacional”. Nesse sentido, a “orientalização”, consistia no que identifiquei como pedagogias-pontes, onde a reinvenção do “Outro” selvagem e “infantil” precede sua “pacificação” e inserção subalterna sob a lógica da dependência dos “recursos naturais não renováveis”. Nota-se que tal inserção, amparada no discurso da abundância proporcionada pela atividade petrolífera, acaba por incluir aos indígenas num universo de “escassez” que caracteriza o “moderno sistema-mundo capitalista” (ANIBAL E WALLERSTEIN, 1992).

2.1.1.2 Velhos e novos ‘traslados’: “*Ahora tenemos que negociar bien*”

Originária de Toñampare, Huamoni Coba Beatriz Mimaa, 28 anos, trabalhara ao longo de um ano (2013-2014) na Radio *Wao Apeninka*, responsável pelo programa “*La Voz de la Mujer Waorani*”, transmitido pelas manhãs. Em setembro de 2014, a jovem Waorani aguardava informações sobre o contrato de trabalho estabelecido com a SNGP, no âmbito do projeto de CRMCPPL. Passados três anos desde o início do projeto, surgiram dificuldades em manter os(as) locutores(as) – até então, voluntários – habitando nos

centros urbanos onde estavam situados os estúdios de transmissão das respectivas nacionalidades.

“El pasa aquí casi cinco años. Él salió antes para vivir en la ciudad y estudiar” – contara Beatriz, se referindo ao marido e pai de seus quatro filhos, que à época estava por terminar sua formação como engenheiro ambiental. Ela, ao contrário, antes de trabalhar como locutora na rádio, *“pasava adentro”*⁹⁴; era secretária numa escola. Vivendo na cidade, contara Beatriz, *“hasta el agua nos toca comprar”*. Além disso, com a proximidade do Natal, ela já calculava os custos para visitar a família que permanecia *“adentro”*: *“Nos toca gastar igual para salir pues. Si me voy por Pitacocha, me toca gastar 50 dólares, tengo que comprar gasolina para ir en canoa a motor. En el bus me voy y me quedo en Arajuno, sale U\$ 2,50. (...) En avioneta igual me toca gastar U\$ 300”*⁹⁵.

Beatriz é prima do diretor da Radio *Wao Apeninka*, Saul, com quem estive ao longo de um dia na comunidade *San Antonio*, em novembro de 2014. Ali, acompanhei uma assembleia local dedicada à definição de algumas questões limítrofes na altura da comunidade de Daipade, fronteira com territórios de comunidades vinculadas à ACIA, organização de Arajuno presidida por Darwin Tanguila. Em companhia de outros Waoranis, percorremos uma parte do caminho em ônibus, por cerca de duas horas e caminhamos por cerca de mais uma hora. Durante a caminhada, Pedro Enqueri, líder da nacionalidade Waorani na província de Pastaza, narrou alguns registros desses primeiros contatos, entre os desdobramentos desde os setenta, com os impactos da exploração petroleira e entre os desafios permanentes de conseguirem se comunicar e estarem habilitados para *“negociar bem”*:

“De 72 a 74 ingresa la primera compañía, Chevron. Abre carretera desde Coca hasta llegar a Dayuma, hasta llegar a Shiripuno [rio], hasta llegar a Tiwino. Y ahí dejó sólo piscina de crudo. (...) Cuando llovía era bien contaminado. (...) Aquí en la parte de provincia de Pastaza no hay

⁹⁴ Entrevista realizada pela autora com Huamoni Coba Beatriz Mimaa, na rádio *Wao Apeninka*, dia 03-12-2014.

⁹⁵ Entrevista realizada pela autora com Huamoni Coba Beatriz Mimaa, na rádio *Wao Apeninka*, dia 03-12-2014.

mucha presencia petrolera. Por estamos pidiendo que queremos defender y conservar biodiversidad (...) Gracias a nuestros ancestros [que] eran guerreros y guardianes que controlaban su territorio, por eso ahora dejamos lanza y ocupamos escopeta, carabina (...) Ahora cultura Waorani ya olvida, ahora su propio idioma ya no quiere hablar, algunos niños recién salen, mamá solo habla en español y ya no saben propio idioma. (...) Por eso estamos protegiendo como dirigentes, estamos pidiendo a todos los maestros que enseñen propio idioma (...) Y también quedaron en este tiempo de civilización quedaron nuestros hermanos Tagaeri (...) De ahí nunca más vino integrar nuevamente, se quedó pueblo aislado, pueblos no contactado. (...) Hasta ahora no estamos recibiendo buen salud, buena educación. Los estudiantes estudian adentro, salen bachilleres y quieren estudiar en la Universidad afuera, pero no dominan bien el español, no captan bien. (...). Ahora tenemos que negociar bien (...) Empresa Maxus firmó convenio con la nacionalidad Waorani el año de 1993. Firmó, pero antes Waorani no sabía cómo era el negocio y aceptaron firmar. Y dijeron que convenio era para [explorar] cinco pozos, ¿ahora cuantos pozos bloque 16 perfora? Ya cumplió 20 años de exploración y sacaron todo, ahora ya no hay convenio⁹⁶

2.1.2 “No puente sino doble vía”

O Reitor da *Universidad Intercultural Amawtay Wasi*⁹⁷, Luis Fernando Sarango Macas, resalta a invisibilidade das “pedagogias indígenas” pelo Estado Nação moderno e seu “afã de assimilar culturalmente aos povos originários e obter uma cidadania homogênea”, de tal modo que se inclui “o uso de línguas e culturas indígenas, mas sem desviar seu objetivo supremo”, que é “assimilar culturalmente e homogeneizar” (SARANGO, 2014, p. 43 – tradução própria).

À medida que o presente capítulo foi sendo delineado – e a escrita é também parte do caminho – entendi que alguns processos e questões inerentes à educação (intercultural)

⁹⁶ Entrevista realizada pela autora em 7-11-2014 a caminho da comunidade San Antonio.

⁹⁷ Criada em 2004, a Amawtay Wasi funcionou no marco de convênios internacionais como o Convênio 169 da OIT. Funcionou com sedes em Macas, Conocoto, Saraguro e La Esperanza. Em 2013 governo Correa fechou a Universidade por não estar qualificada segundo os parâmetros oficiais. A instituição não havia sido aprovada pelo standards de avaliação do *Consejo de Evaluación, Acreditación y Aseguramiento de la Calidad de la Educación Superior* (CEAACES).

bilíngue me permitiriam pensar sobre o projeto bordado, e mais amplamente, sobre os rumos para geração de políticas de comunicação democráticas e, sobretudo, interculturais. Cito elementos que aproximam os dois debates⁹⁸ – em torno à comunicação e à educação – recuperando mais adiante dois processos amazônicos da educação intercultural bilíngue (Waorani e Shuar) que vão inspirar capítulos posteriores (Ver capítulo 5), quando tratarei especificamente do projeto de concessão de rádios às nacionalidades.

1. o manejo e controle estatal *versus* a preocupação de dar mais controle (autodeterminação) aos indígenas;
2. a interculturalidade como integração da educação/comunicação com outras instâncias da vida comunitária indígena *versus* uma “interculturalidade funcional” que justamente impede ou desconhece essa conexão mais ampla;
3. a especificidade – o que implica uma descentralização – de desenvolver-se uma educação/comunicação que respeite as especificidades de cada uma das 14 nacionalidades indígenas equatorianas, bem como de afro equatorianos;
4. educação/ comunicação intercultural pressupõe o uso de idiomas indígenas, sem que se dê apenas uma simples tradução de conteúdos externos e exógenos;
5. dada a referida conexão com realidades próprias e comunitárias, e considerando o surgimento de experiências ligadas a organizações indígenas, tanto a educação quanto a comunicação interculturais estão imbricadas com a resistência cultural das nacionalidades indígenas;
6. integração da educação e/ou da comunicação sob um sistema único ou ainda sob lógicas e racionalidades externas⁹⁹;

⁹⁸ Para o ‘mapeamento’ de algumas possíveis convergências, dadas as especificidades de cada conjuntura e tema, me baseio em estudo realizado pela professora Catherine Walsh (1994). O artigo permite conhecer alguns aspectos da ação do Estado equatoriano, mediada pelos missionários evangélicos e pela petroleira *Maxus*. Os pontos coincidentes apresentados se referem às tensões e impasses gerados a partir de políticas de implementação da educação bilíngue realizadas ao longo dos anos 1980 e 1990.

⁹⁹ Como exemplo, citarei no Capítulo 5 algumas exigências às rádios das nacionalidades e demais candidatos a licenças para operar rádios comunitárias no *Concurso de Frecuencias* promovido por ARCOTEL, no primeiro semestre de 2016. Uma das exigências, que revela desconsideração quanto às lógicas comunitárias, foi a impossibilidade de registrar no Formulário de Sustentabilidade Econômica a

7. educação/comunicação intercultural são componentes integrais da luta por “refundação do Estado Nação” e construção de um Estado ‘pluri-nação’;
8. limitações à participação comunitária aproximam os dois temas;
9. por fim, tanto políticas/estratégias de educação como de comunicação, em especial aquela aqui abordada, estiveram/estão atravessadas por projetos de exploração petroleira na Amazônia.

Nos anos 1990, a petroleira estadunidense Maxus elaborou um Manual de procedimentos para o território Waorani, onde se afirma que, a fim de “evitar a dispersão de recursos econômicos e materiais”, a empresa convidara, ao final de 1992, várias instituições – especialmente missões evangélicas e Capuchinhas, também atuantes na região – para integrar os planos traçados para os povos que habitavam a zona do bloco petroleiro de número 16, fortalecendo a “área de meio ambiente, relações comunitárias e assuntos governamentais”. A empresa buscara legitimar sua presença na região e as atividades industriais desenvolvidas, se dedicando a construção de escolas e priorizando relações permanentes com a organização Waorani constituída à época (ONHAE), estabelecendo um *Acuerdo de Amistad, Respeto y Apoyo Mutuo entre el Pueblo Huaorani y Maxus Ecuador Inc* (1993) ao longo de 20 anos. Destaque-se que no referido Manual produzido pela empresa, em seu “projeto petroleiro-civilizatório” ancorado no estímulo a relações paternalistas e clientelistas (TRUJILLO, 2001, p. 100), foram impressas uma série de recomendações aos trabalhadores da mesma, os quais deveriam se remeter aos

ação de locutores voluntários. O imperativo legalista e mercadológico que regia os requisitos estabelecidos para preenchimento dos formulários econômico, bem como de outros requeridos, inviabilizara a algumas rádios apresentarem-se como candidatas a uma das 1472 frequências de rádio e televisão disponíveis. Embora tenham conseguido ao final preencher e entregar toda documentação, dirigentes da rádio *Jatari Kichwa* – de Arajuno – expressaram completa surpresa diante da impossibilidade de registrar a prática de voluntariado comum até então na rádio. A regularização e normatização de lógicas comunitárias se revelaram alheias à realidade financeira e ao cotidiano da rádio, exigindo uma ‘ginástica contábil’ para inserir a remuneração de ‘funcionários’ no limitado orçamento da jovem emissora. Destaque-se ainda que, tendo em vista a concessão de equipamentos em comodato pelo governo, os cálculos – realizados por uma economista em análises prospectivas de 15 anos, tempo da licença – deveriam incluir a compra de novos equipamentos, não sendo garantida, por razões de alternância política, a renovação do convênio com o governo.

Coordenadores de Relações Comunitárias da Companhia, respeitando uma suposta “metodologia participativa em relações comunitárias” – dizia-se.

A experiência conduzida pela petroleira junto aos missionários acabou sendo, segundo dirigentes da CONAIE e da FEINE um “trabalho preparativo para a petroleira, desenvolvendo uma dependência e convencendo aos Huao que a Maxus tem muito mais que oferecer que a DINEIB [*Dirección de Educación Intercultural Bilingüe*] e a CONAIE” (WALSH, 1994, p. 148) – tradução própria do espanhol. Walsh observara que nas oficinas promovidas no âmbito do projeto de educação da empresa estrangeira não havia qualquer participação da CONAIE ou da Confeniae, instâncias organizativas, nacional e regional respectivamente. Além disso, registra-se que os Waorani rejeitavam à época uma educação intercultural bilingue, queriam educação “Waorani”.

À época, organizações regionais e a CONAIE argumentavam que o Estado, juntamente com a Maxus, estariam “manipulando a consciência dos Huao, isolando-os de outras organizações e da educação intercultural indígena e bilingue” (WALSH, 1994, p. 149). Outra característica desse processo foi a participação de mestiços ensinando sobre a cultura Waorani e determinando suas necessidades, com metodologias e um marco teórico educativo (hispânico) alheios à realidade dos ‘estudantes’, sem integração entre famílias e comunidades Wao. Isso atingia fortemente a formação dos jovens, com transmissão de valores estrangeiros, e a possível destruição de formas tradicionais de conhecimentos, das estruturas sociais próprias e do equilíbrio homem-natureza. A introdução de um sistema educativo associada ao sistema monetário e a processos divisórios serviria para desenvolver uma dependência da petroleira desde a infância (WALSH, 1994, p. 151).

Outro processo importante, também passível de reflexões e críticas, foi o da Educação Radiofônica Bicultural Shuar, uma experiência pioneira na Amazônica equatoriana, que se deu a partir de bases próprias e com sustentação familiar/comunitária/organizativa, ancorada na criação dos Centros Shuar, ao sul da Amazônia. Caracterizava-se como “radiofônica para chegar rapidamente a todos os rincões com a mesma mensagem, e bicultural para não nos isolar dos demais componentes da cultura nacional de fundo *criollo*, objetivando nossa inter-relação e presença em outros ambientes (GERMANI, 1977, p. 35 – tradução própria).

Esta experiência avançou no mesmo contexto de renovação eclesial após o Concílio Vaticano II e a opção pelos “pobres” declarada na Conferência Episcopal de Medellín (1968). Esta última nutria propósitos como “entrosar a Igreja no processo de transformação dos povos latino-americanos”, vislumbrando-se “respeitar os valores próprios” dos indígenas, com atenção especial para “os analfabetos indígenas, privados por vezes até do benefício elementar da comunicação por meio de uma língua comum”, e pela própria ignorância submetidos à “escravidão desumana”¹⁰⁰. Apesar dos limites persistentes em concepções de “pobreza” e “ignorância”, renovadas perspectivas para “indigenizar” a Igreja estiveram expressas no trabalho de religiosos como o Monsenhor Leónidas Proaño¹⁰¹, reconhecido como “o bispo dos índios” e um dos principais promotores da Teologia da Libertação no Equador.

Ainda sobre o pioneirismo Shuar, a Rádio da *Federación Interprovincial de Centros Shuar e Achuar* (FICSH-A, e depois apenas FICSH) também surgira nos anos sessenta, ao sul da Amazônia equatoriana. Foi considerada mais radical em termos de autonomia e autogestão organizativa das nacionalidades e povos, segundo observa Monica Chuji Gualinga (2013). Alinhados aos missionários salesianos, nativos das nacionalidades Shuar e Achuar criaram, em 1964, a organização e quatro anos mais tarde saía ao ar a *Rádio Federación*, comprada e doada pelos Salesianos. A estação de rádio se destacara por seu caráter sociocultural, educacional e organizacional. Pepe Acacho, ex-presidente da FICSH, ressaltou a importância desta conquista dos Shuar:

...incorporarse al mundo colonial, leer, escribir, hablar, interlocutar entre lo que eran nuestras costumbres más lo que venía de afuera, que era el idioma español, que era la religión. (...) Pero era muy difícil dar acceso a la educación directa, entonces se crea

¹⁰⁰ Fonte: II Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano CONCLUSÕES DE MEDELLIN (1968). Disponível em: <http://www.clerus.org/clerus/dati/2009-01/09-13/medellin.html>. Último acesso 04-07-2016.

¹⁰¹ Monsenhor Proaño, em 1962, criou as *Escuelas Radiofónicas Populares del Ecuador* (ERPE), na província andina de Chimborazo. Estas se converteram num importante núcleo de resistência para o que viria a desembocar no Levante de 1990. A “comunicação progressista dentro do âmbito religioso” passou por uma renovação quando, em 1985, a ERPE se tornou independente da Igreja e passou aos “próprios protagonistas” – como observa sua atual (2015) diretora, Belgica Chela, Kichwa do povo Puruwá. Após uma longa campanha nacional de alfabetização e conscientização através da rádio (1962-1974), deixava-se de traduzir ao idioma Kichwa o que era escrito em *castellano*, ao passo que por meio de reportagens comunitárias, as pessoas começaram a falar em seu próprio idioma (GUALINGA, 2013).

la radio Federación Shuar. El profesor se sentaba, transmitía las clases y allá en la selva había otro radio receptor, y había un aula, estaban los alumnos. (...) Nosotros somos los precursores de la radio comunitaria, con ejemplos prácticos, al servicio de la comunidad, administrado por la comunidad. (...) La Radio la Voz de Arutam, [que fue] Radio Federación antes, es la pisonera de la comunicación comunitaria, nosotros somos los precursores¹⁰².

Através da rádio, foi posto em marcha o Sistema de Educación Radiofónica Bicultural Shuar (SERBISH), propondo algo diferente do que haviam sido as práticas “assimilacionistas” e *castellanizadas* das escolas missionárias ou públicas (“*fiscales*”), e tratando de temas como a defesa dos territórios, a valorização da cultura, a educação, e tudo em idioma originário indígena, o *Shuar Chicham*. Bosco Atamaint, ex-diretor do SERBISH recordara que nos antigos centros, onde funcionavam as escolas dos missionários ou as “*escuelitas hispanas*” (*fiscales*):

Eso traía consecuencias bastante duras... No hablamos nuestro propio idioma por que los educadores eran foráneos, los programas eran distintos fuera del ambiente... los materiales no eran apropiados... no se tomaba en cuenta la lengua materna, todo era castellanizado¹⁰³ (ATAMAINT apud CHUJI, 2013, p. 277).

¹⁰² Entrevista realizada pela autora em 24 de setembro de 2014, na sede da Fenash-p, Puyo. Áudios da Radio Voz de Arutam durante protestos contra a Ley de Aguas em 30 de setembro de 2009 foram utilizados na incriminação do líder Shuar e atual (2016) legislador, sentenciado a 12 anos de prisão e multa de quatro mil dólares por sabotagem e terrorismo. Este episódio, marcado pela morte do professor Shuar Bosco Wisum, teve grande repercussão nacional e seria uma das motivações conjunturais para o lançamento nos meses seguintes do projeto de concessão de frequências de rádio à nacionalidades indígenas Amazônicas (2010-2015), como forma de o governo incidir comunicativamente na região. Outro significativo investimento em comunicação do governo Correa, que está conetada à primeira, foi o projeto para “*Transmisión de los Enlaces Ciudadanos mediante la interpretación simultánea en lenguas ancestrales amazónicas para comunicar la gestión que realiza el Gobierno Nacional para promover el Buen Vivir*”. Fonte: Instituto para el Ecodesarrollo Regional Amazónico – ECORAE (marzo de 2015). Informe de Actividades. Disponível em: <http://www.desarrolloamazonico.gob.ec/wp-content/uploads/downloads/2015/04/INFORME-INTEPRETACION-SIMULTANEA-MARZO-2015.pdf>. Último acesso, 12 de set. de 2015.

¹⁰³ ATAMAINT, Bosco, Ex Director del SERBISH, 1988-2000. Entrevista, Sucúa, abril 2006. – Ver mais em: <http://www.alainet.org/es/active/16282#sthash.qJ7UW8Nx.dpuf>

É importante enfatizar a relativa valorização da família Shuar no âmbito do SERBISH, que se constituiu em 1972 e foi oficializado pelo Estado em 1977. Tal sistema teve como princípio norteador a utilização do idioma materno, e a formação de professores e auxiliares radiofônicos indígenas – e não mestiços. O ensinamento era baseado no cooperativismo e no desenvolvimento local que estiveram presentes na origem dos próprios Centros Shuar. O professor nativo da comunidade poderia compartilhar dos problemas do grupo, como integrante da organização Shuar. Assim, o SERBISH foi criado inicialmente com base na premissa do “trabalho em favor da comunidade”, desde as comunidades que formavam os Centros Shuar, uma agrupação “com projeções de autodesenvolvimento ilimitadas”, formada por “cooperativas de base familiar”, onde precisamente a família extensa (núcleo da sociedade tradicional Shuar) jogava um papel diretivo e equilibrador (GERMANI, 1977, p. 34). A escola de orientação familiar Shuar tinha seus ciclos com objetivos internos – desde as Missões até a Federação – e relacionais – desde a vida Shuar no “Oriente” até os âmbitos nacional e mundial. Com o Decreto 1.160 e o convenio de planejamento educativo conjunto entre a Missão salesiana e a Federação, em 1975, foi aceita a colaboração da Federação Shuar em temas educativos, reconhecida como “organismo independente, com personalidade jurídica própria” (GERMANI, 1977, p. 95).

Antonio Moncayo Vargas contou que foi sócio da FISCH como representante de sua comunidade¹⁰⁴. O diretor da rádio *Tuna* – uma das criadas no âmbito do projeto de CRM CPP – e vice-presidente da FENASH-P, organização da nacionalidade Shuar de Pastaza que veio a se conformar anos depois, associou as duas organizações e suas respectivas rádios: “*Nosotros somos hijos de la FISCH, (...) desde ahí empezaron organizarse como nacionalidad Shuar*”. Sobre a criação da emissora que seria denominada *Radio Arutam*, Moncayo recordou: “*no fue ningún gobierno que donó, sino mi padre también aportó 500 sucres para comprar en los años 70; aportaron dineros los mayores que querían tener una comunicación por radio, propio de la nacionalidad Shuar*”¹⁰⁵. As justificativas para a criação de uma organização exclusiva da nacionalidade Shuar de Pastaza nos permitem acessar um “*ethos organizativo*” incorporado a partir da dimensão evangelizadora. Assim, o referido “traslado à

¹⁰⁴ Entrevista realizada pela autora, em setembro de 2014, na sede da Fenash-p.

¹⁰⁵ Entrevista realizada pela autora, em setembro de 2014, na sede da Fenash-p.

modernidade” pressupunha a inserção às estruturas de uma suposta “sociedade nacional”¹⁰⁶. Diz Moncayo:

*Cómo estábamos grandecitos, y vimos que estábamos en otra provincia, creamos [la Fenash-p] para elevar una categoría más, para tener representabilidad en la provincia de Pastaza, y nosotros con nuestra propia autoridad llegar a todas las autoridades de la provincia de aquí (...) secretaría de tierras, gobernación, alcaldía, prefectura, etc. Así para tener gestión directa para poder conseguir igual llegar ante el gobierno*¹⁰⁷.

A estrutura educativa radiofônica, mais próxima às relações familiares, estaria amparada também em atividades “*casa afuera*”, numa “*interculturación*” em “*doble vía*” ao contrário da “*aculturación*”, onde “o menor seria absorvido pelo maior” (GERMANI, 1977, p. 66)¹⁰⁸. É verdade que as palavras do Padre Germani ocultam o fato de que o idioma Shuar era associado a pecado ou ao Diabo; e que, ao serem batizados, lhes renomeavam com nomes cristão, tal qual Bosco Wisuma – professor Shuar assassinado em manifestação de 2009, homônimo de Dom Bosco¹⁰⁹.

¹⁰⁶ Destaco aqui duas visões sobre este processo, as quais podem ser tomadas cada qual com suas contribuições. De um lado, é válido perceber transformações e impactos gerados pela reorganização espacial e a influência salesiana neste processo, considerando o de institucionalização e a inclusão da Federação sob estratégias espaciais do capitalismo como instrumento de formação do Estado equatoriano. Contudo, creio ser importante, igualmente, reconhecer certa *agencia* Shuar frente ao Estado e seus projetos de “modernização” (ou, como refere-se Aníbal Quijano, *adentro-afuera-en contra*). Como contribuições para pensar cada um destes pontos, ver: RUBENSTEIN, Steve (2001). Colonialism, the Shuar Federation, and the Ecuadorian state. *Environment and Planning D: Society and Space*, volumen 19, 263-293; e ORTIZ BATALLA, Cecília (2010). Religión, nación, institucionalización e integración en el mundo shuar. Una revisión retrospectiva de los mecanismos de inserción del sur oriente al territorio ecuatoriano. In: Felipe Burbano de Lara (coordinador). *Transiciones y rupturas: el Ecuador en la segunda mitad del siglo XX*. Quito: FLACSO, Sede Ecuador (Colección Bicentenario) pp. 515-562.

¹⁰⁷ Entrevista realizada pela autora, em setembro de 2014, na sede da Fenash-p.

¹⁰⁸ Alfredo Germani é um padre salesiano que chega a Súcua (local sede da rádio La Voz de Arutam) em 1963. Sobre ele conta-se que seria “a pessoa que tem mais mérito no momento em língua Shuar”, de modo que “assume um papel ativo” em implementar o uso do idioma Shuar na escola, na rádio e no culto” (de matriz católica, obviamente). Com seu perfil metódico característico, P. Germani “se capacita para oferecer um aporte decisivo ao planejamento das Escolas Radiofônicas, para elaborar textos escolares e os respectivos guias didáticos, assim como para oferecer material litúrgico e catequético, que permitiu um uso sempre mais amplo da língua [Shuar]. Cf: BOTASSO, Juan (edit). **Los Salesianos y la Amazonia**. Actividades y presencias. Tomo 3. Quito: Abya-Yala. 1993. 431 (p. 222).

¹⁰⁹ Vinicio Kar Atamaint Wamputsar, Shuar de Sucúa, Morona Santiago, contara em conversa informal (em julho de 2016) que, embora seu pai também tenha sido nomeado como “Bosco” por influência dos salesianos, quis que os filhos tivessem nome Shuar. Ainda assim, ao ingressar à escola, lhe disseram que

Nesse caso, a “pedagogia da escuta”, presente na inter-relação e na vivência possibilitaria a conexão com o lugar da experiência compartilhada *desde* um território, *desde* uma cosmovisão e uma “cosmoaudição” (LENKERSDORF, 2008, p. 23) próprias. Assim sendo, esse exemplo Shuar possibilita considerar que a(o) rádio (estúdio de transmissão e/ou meio de comunicação) pode ser um “actante” (Latour, 2012, p.114), deixando rastros e integrado, e até mesmo transformando os vínculos comunitários estabelecidos desde a oralidade, a ancestralidade e os valores tradicionais. Identifico essa como uma possibilidade de *interculturalização da(o) rádio*.

Se “escutar não é simplesmente uma ação de consumo; é também uma atividade produtiva” (BAUCOM, 2001, p. 22 – tradução própria) que integra o fluxo de experiência coletivas processadas em âmbito comunitário, sugiro que a SERBISH lançara, ainda que com restrições – dentre elas o propósito evangelizador que lhe dá origem –, possibilidades e modelos *outros* para uma “*educomunicación*”, ou seja, de uma “busca sistemática da autonomia da palavra” (OLIVEIRA, 2009, p. 197), desde a relacionalidade¹¹⁰ com o passado, em âmbito familiar, comunitário e organizativo.

Isso permite compreender, acompanhando Camila Gómez Cotta (2006), a existência prática de uma “*agência outra*”, como “possibilidade narrativa desde a diferença cultural”, sustentada sobre a ênfase nos vínculos tecidos, em dupla ressonância *hacia dentro* e *hacia fuera* das comunidades. E onde “as práticas silenciadas levadas a cabo por sujeitos sociais historicamente subalternizados nos processos de modernidade/colonialidade” podem re-existir no sentido proposto por Albán (2013), desvelando a “matriz colonial, a naturalização da discriminação racial/ética e cultural”, bem como “a produção discursiva de subjetividades dominadas/dominantes” (GOMÉZ, 2006, p.16 – tradução própria).

deveria ter um “nome cristão” (Vinicio). À época da interlocução, Vinicio buscava mudar seu nome, deixando apenas o nome Shuar, o qual significa “sol que nunca dorme”.

¹¹⁰ A relacionalidade está no centro da Chacana (cruz Andina quadricular, grande símbolo de relação-ordenação) como um dos princípios chaves da filosofia de *Abya Yala*. Está vinculada a uma “perspectiva educativa que dê conta da unidade na diversidade, na complementaridade, reciprocidade, correspondência e proporcionalidade dos conhecimentos, saberes, fazeres, reflexões, vivências e cosmovisões” (WALSH, 2006, p. 31 – tradução própria). É um princípio essencialmente conectado com a comunicação, seja entre os mundos simultâneos e paralelos que existem no universo andino, simbolizando a conexão no tempo-espço de entidades naturais e espirituais, seja dos seres vivos entre si.

O método sobre o qual se sustenta o paradigma da interculturalidade é o método “relacional-vivencial” (Universidad Intercultural Amawtay Wasi, 2012, p. 172). Assim sendo, ressalto que, de acordo com tais princípios, a *interculturalização da radio* não tem a ver com uma escuta qualquer, mas com uma escuta que “emparelha aos dialogantes ou se destina a emparelhá-los” (LENKERSDORF, 2008, 29 – tradução própria), cultivando na cotidianidade as condições de horizontalidade, “onde o posicionamento não se dá de maneira arbitrária e, sobretudo, [não] desconhecendo as reais potencialidades descobertas na “*cosmoaudición*” dos povos e comunidades” (VILLA E VILLA, 2013, p. 398).

A frase “*No puente, sino doble vía*” que sintetiza, nas palavras de Germani, a metodologia-pedagogia da escola Shuar contradiz a ideia de servir-se do idioma materno como ponte para chegar a entender o idioma nacional. Ao contrário, se busca “aproveitar e desenvolver no aluno a vida que ele mesmo vive em seu ambiente”, suas habilidades, conhecimento de seu mundo em família, “aprofundando o acervo cultural shuar, capacitando para aproveitar melhor o ambiente na atualidade, relacionando o que a criança sabe e vê, em sua casa e em seu Centro, com toda a Organização shuar de hoje”. Além disso, se buscava introduzir a criança no mundo da cultura equatoriana e nos problemas em nível continental e intercontinental, “como shuar e como equatorianos” (GERMANI, 1977, p. 65).

Encontro nestas palavras e reflexões expostas até aqui, no presente capítulo, alguns elementos para compreender a expressão “*doble vía*” como um caminho para os subalternos darem-se (“*donner*”) ao mundo, como defesa e reivindicação de uma ontologia *outra* do ser, numa ruptura com as *pedagogias-pontes* dos missionários e no sentido de valorizar pedagogias *outras*, educativas, decoloniais. Não se trata de ‘trans-portal’ saberes ao longo de uma única via, mas de um pensar-sentir-fazer em “*doble vía*”.

A “pedagogia da escuta”, portanto, possibilita que o saber seja construído “*en-lugar*” e não para trasladar o sujeito a um lugar supostamente melhor, mais civilizado, mais desenvolvido, mais sagrado.

Assim, passo a segunda parte deste capítulo, ressaltando que a identificação de uma *escuta territorializada*, “*basada-en-lugar*” ainda que não limitado a este (ESCOBAR, 2014; 2005; 2000), remete necessariamente à “pedagogia da pergunta” antes referida, na medida em que se torna inerente ao processo indígena comunitário caminhar

questionando: por que aqui e não ali? Por consequência, por meio da *pedagogia do tecido comunicativo* ou “pedagogia de enraizamento na coletividade” (CALDART, 2000) ocorre o enredamento de respostas alinhavadas ao longo do caminho, coletivamente, de modo vivencial, horizontal, muitas vezes contencioso, negociado, mas também criativo, desde a *diferença*. No próximo quero abordar estas formas *outras* de transportar a palavra.

2.2. Dos vínculos e veículos para transportar a palavra

Tratou-se até aqui de momentos emblemáticos de aproximação entre a “cultura ocidental” e os povos indígenas amazônicos que seguiam pouco ou não contatados até as primeiras décadas do século XX. Os fluxos selva adentro e afora se tornaram mais frequentes com o passar dos anos. O contato com a “civilização ocidental” – ou aquilo que foi agregado com tal – se deu em paralelo ao surgimento de lideranças amazônicas. São homens e mulheres que assumiram funções de interlocução e interpelação, e que ao longo de suas histórias de vida foram alcançando espaços nas nascentes organizações indígenas, reconhecidos(as) como porta-vozes de suas comunidades e nacionalidades, em defesa da autodeterminação sobre seus territórios, contra os projetos de “desenvolvimento” dos sucessivos governos nacionais e a ingerência de empresas transnacionais. São sujeitos que assumiram o papel de transportarem a palavra desde suas comunidades, numa conexão dentro-fora, sem perder os vínculos com o *lugar* de origem, com os processos e lógicas comunitárias.

Em contato com algumas/ alguns líderes de Pastaza e Morona Santiago, conheci vozes que não encontraram acolhida no âmbito do projeto do governo para concessão de rádios comunitárias, como a do líder Shuar Domingo Ankuásh, forte opositor do projeto de “desenvolvimento” do governo Correa.

Mi nombre es Domingo Ankuásh, soy Shuar, soy dirigente de mucha trayectoria. Inicié mi diligencia desde 1979, muy joven, y no he suspendido: he estado trabajando de dirigente luchando en defensa de

*nuestros derechos territoriales. Contra las empresas transnacionales, empresas e invasiones de los mismos mestizos en el país*¹¹¹.

Assim se apresentou Domingo, um dos principais líderes Shuar contra o extrativismo mineiro na Cordillera de Condor Mirador, região sul amazônica fronteiriça com o Peru. “*Bueno, radio comunitaria no creo. Ahorita tienen esas, los 14 radios, las nacionalidades, pero bajo control del Estado.*” O receio de perder a “*autonomía*” e “*autodeterminación*” é expresso como uma convicção: “*cuando están bajo control de alguien, no es de ellos y no hay libertad de expresión*”. Por isso, o líder Shuar foi um dos interlocutores mais céticos quanto às potencialidades dos veículos (rádios) entregues pelo governo às nacionalidades indígenas para fortalecimento na visibilização de demandas e denúncias.

*“... eso no me sirve a mí. Pero mi cámara, que compro con la plata mía, ¿quién me quita? Tan solo matándome... y con la cámara, puedo sacar información, puedo fotografiar al militar que está disparando, al policía, agresiones... todo puedo filmar y puedo mandar por correo electrónicos, página web, enviar. Eso sí, por eso estoy diciendo: para mí es este el mejor*¹¹².

Tendo escolhido o veículo que melhor lhe serve para transportar suas palavras de resistência às atividades petroleira e mineradora desenvolvidas em território Shuar, frente a um cenário bastante conflitivo, Ankuásh criou, juntamente com colaboradores nacionais e estrangeiros, o projeto *Cámara-Shuar*. O projeto visa elaborar vídeos que tratam sobre a defesa do território perante a “*invasão das companhias extrativistas*”¹¹³.

A trajetória de alguns líderes ou representantes históricos das diferentes nacionalidades encontra um ponto de convergência que é o trajeto “*hacia dentro*” e “*hacia fuera*” da floresta, num constante transporte de *palabras*: resoluções tomadas em assembleias das

¹¹¹ Entrevista realizada por Marina Ghirotto Santos, Carmen Seco e pela autora, em 16-11-2014, na comunidade de Sarayaku, durante realização de oficina de Cinema Comunitário.

¹¹² Entrevista realizada por Marina Ghirotto Santos, Carmen Seco e pela autora, em 16-11-2014, na comunidade de Sarayaku, durante realização de oficina de Cinema Comunitário.

¹¹³ Cf: Página oficial do projeto *cámara-shuar* <http://camara-shuar.org/>.

respectivas nacionalidades, conhecimentos diversos sobre o próprio território, reivindicações comunitárias apresentadas perante o governo nacional, denúncias encaminhadas a organismos internacionais como a Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH), a União Europeia, ou a própria Organização das Nações Unidas (ONU). Os(as) líderes indígenas se tornam nesse sentido comunicadores(as), devendo retornar sempre ao território para informar sobre suas ações e interlocuções afora.

Na falta de um meio de comunicação próprio, através do qual possam visibilizar resistências, costumes e projetos, muitos(as) líderes se tornam eles(as) próprios(as) veículos para as mensagens que buscam transportar de uma região a outra, de um país a outro, de um continente a outro.

No campo de pesquisa, conheci um surpreendente ‘fluxo comunicativo’ que, a despeito das dificuldades tecnológicas ainda existentes, revela a *agencia* dos povos amazônicos quando se trata de obter visibilidade para denúncias ou ameaças iminentes. Um dos casos mais emblemáticos é o do povo Kichwa amazônico de Sarayaku.

Dotados de sua própria empresa de transporte aéreo, a *Aero Sarayaku*, uma página *online* (<http://sarayaku.org/>) e com atualizações frequentes em redes sociais (via *Facebook*, especialmente), fica claro o empenho em comunicar de diversas formas a luta em defesa dos 135 mil hectares localizados à beira do rio Bobonaza, na província de Pastaza.

Em 2003, o “Caso Sarayaku” chegou a CIDH depois de quase uma década de luta contra o Estado equatoriano e a empresa petroleira CGC, de origem argentina. Ambos assinaram um contrato para exploração do Bloco 23, sem a “consulta livre, previa e informada” ao povo Kichwa, conforme prevê a Convenção 169 sobre Povos Indígenas e Tribais em Países Independentes da Organização Internacional do Trabalho (OIT), aprovada em 1989. Com apoio do Estado Equatoriano, e contra os interesses comunitários expressos, foram enterrados explosivos a fim de retomar explorações sísmicas na região¹¹⁴. A invasão da empresa petroleira levou à paralisação de todas as atividades das comunidades, que se puseram em resistência contra a violência e destruição impostas: “destruíram covas, fontes de água, e rios subterrâneos, necessários

¹¹⁴ Até o momento presente (2016), o povo de Sarayaku negocia a extração de explosivos enterrados em seu território.

para consumo de água da comunidade; derrubaram árvores e plantas de grande valor meio-ambiental, cultural, e de subsistência alimentar de Sarayaku” – consta na ficha da denúncia apresentada à CIDH¹¹⁵ (tradução própria).

Em outubro de 2014, cumprindo sentença de 2012 emitida pela CIDH contra o Estado equatoriano, então condenado por violar os direitos à propriedade comunal, quatro ministros e ministras do governo em exercício e o Procurador-geral do Estado foram até Sarayaku desculpar-se pelos abusos cometidos durante a operação no Bloco petrolífero 23, realizada entre 2002 e 2003. O evento teve ampla cobertura da imprensa nacional e internacional.

Em maio de 2015, após denúncias do Povo Sarayaku contra a entrada “*clandestina y arbitraria*” ao território Kichwa, o Estado equatoriano declarou¹¹⁶ que, através da *Secretaria de Hidrocarburos*, realizara em março e abril de 2015, um processo de “Consulta Previa, Livre e Informada”, acerca de projetos petrolíferos previstos para os blocos 74 e 75 que abrangem principalmente os territórios das nacionalidades Kichwa, Sapara, Shuar, Achuar. Embora lideranças indígenas dessas nacionalidades apresentassem questionamentos quanto à legitimidade do processo, o Estado alegou a realização de “audiências públicas” e a instalação de permanente de “consulta cidadã”.

Em se tratando da busca por legitimar suas decisões, interesses e projetos destinados ao território amazônico, órgãos do Estado e representantes das nacionalidades indígenas se esforçam por veicular e fazer ressoar as vozes das comunidades amazônicas. Neste cenário, veículos de comunicação de massa são elementos estratégicos, embora a Internet tenha assumido na última década uma centralidade cada vez maior.

Em meio ao vasto território de Sarayaku, uma casa de madeira e palha, apelidada de *Wayusa Net*, possibilita a conexão com o ‘mundo virtual’. Painéis solares garantem acesso à Internet em meio à floresta, na ausência de energia elétrica, numa região que se encontra a cerca de cinco horas da cidade de Puyo (quatro delas em canoa, ou meia hora

¹¹⁵ Fonte: Ficha Técnica: Pueblo indígena Kichwa de Sarayaku Vs. Ecuador. Retirado de: http://www.corteidh.or.cr/cf/jurisprudencia/ficha.cfm?nId_Ficha=206&lang=es, em 09-10-2015.

¹¹⁶ Fonte: El Estado ecuatoriano realiza levantamiento de información los bloques 74 y 75 cumpliendo la Constitución y la Ley. Retirado de: <http://www.sectoresestrategicos.gob.ec/el-estado-ecuatoriano-realiza-levantamiento-de-informacion-los-bloques-74-y-75-cumpliendo-la-constitucion-y-la-ley/>, em 09-10-2015.

em avião mono motor). Durante a Copa de 2014, realizada no Brasil, toda a comunidade, reconhecida pela destreza com a bola, concentrou-se para o espaço coberto onde são normalmente realizadas assembleias e eventos deliberativos. Ali, os jogos foram projetados numa grande tela. A comunidade investe no esporte através do Clube desportivo Sarayaku “*Los hijos del Jaguar*”: “*primer equipo de futbol profesional de un pueblo indígena originario de la selva: “Los hijos del Jaguar” mensajeros y símbolos humanos de la protección de la Amazonia*”¹¹⁷.

Após ganharem processo contra o Estado equatoriano, o povo de Sarayaku recebeu uma indenização deste, no valor de noventa mil dólares. Este montante foi investido na equipe de futebol da comunidade, na empresa aérea e na compra de uma *van* que leva a *logo* do povo kichwa de Sarayaku aos diversos cantos aonde conduz seus representantes.

O sentido de defesa do território está, desse modo, mesclado às atividades mais cotidianas e lúdicas daquela comunidade. Heriberto Gualinga, premiado cineasta comunitário de Sarayaku, foi precursor ao usar uma câmera para filmar e visibilizar o cotidiano e a resistência em seu território.

A irmã de Heriberto, Patrícia Gualinga, é representante de Relações Internacionais da comunidade, e atuante em diversos eventos e fóruns internacionais com ênfase nas questões ambientais e climáticas.

Yo no he entendido nada porque soy la única persona del pueblo que entiende de futbol. Y eso lo puedes comprobar en asamblea. Con el dinero de la indemnización decidieron de que apoyarían al futbol a una escuela de futbol y cosas así. Y hubo la propuesta en la asamblea.. entonces yo levanté la mano y dice que no estaba de acuerdo porque a mi me parecía una tontería. Pero yo di mis argumentos. Nadie, nadie, si siquiera las mujeres me apoyaron. Estuve sola en la asamblea con la idea de que no era bueno. Entonces me di cuenta de que el futbol era importante para el pueblo. Y cuando

¹¹⁷ PÁGINA OFICIAL DO POVO KICHWA DE SARAYAKU. Escuela de futbol. [s.n]. Disponível em: <<http://sarayaku.org/nuestro-proyectos/escuela-de-futbol/>>. Acesso em: 4 mar. 2016.

habían los campeonatos empezaban todo el pueblo a moverse para hacer la chicha, ir a tomar, hacer la barra, y todo eso. (...) ... entonces el futbol con causa aparece a raíz de que deciden de que tienen que formar una escuela de futbol para que los niños se puedan distraer con esas cosas y aprender y entrenar. Que se organiza campeonatos entre comunidades de Sarayaku, por ejemplo para mañana tenían una invitación para ir a canelos jugar, invitación a montalvo, pakayaku, y eso fue el inicio de la escuela de futbol. Yo vi dos afroamericanos viniendo como instructores muchos niños yendo a la escuela de futbol y al final decidieron entrar al futbol profesional. Me imagino que no es el mismo que adentrar al futbol profesional ni tampoco me imaginaba que el futbol era tan terrible.. y entraran al futbol profesional y quedaron como vice campeones de la provincia. (...) es el primer equipo indígena, un club indígena de futbol y tenemos que buscar como usamos eso para incentivar... Porque empezaron a venir, a pedir, a jugar, hijos de migrantes indígenas de otras nacionalidades con quien.. y muchos de ellos con quienes habíamos tenido conflictos anteriores. Y cuando nos dimos cuenta en la cancha el futbol había unido la gente que antes estaba en contra Sarayaku y ahora eran parte de Sarayaku. Y eso nos llamó mucho la atención. Como una cosa que políticamente era imposible el futbol logró separar esas asperezas y lograr unir a la hinchada? Qué eran de otras nacionalidades indígenas y varios pueblos... de sarayaku [todos hablan junto]. Y ahí nasce el “futbol con causa”. Tenemos que empezar de que en cada juego de provincia, de región, los futbolistas lleven el mensaje de conservación, de respecto a los pueblos indígenas. (...) Y en cima de eso que fueron bautizados como los dos comentaristas de futbol empezaron “ahí llegan los hijos del jaguar, los defensores de la selva”... (...)iba por ejemplo, alguna vez dijeron, “los hijos del jaguar los defensores de la selva van a jugar con la juventud minera” y no podíamos perder obviamente! Entonces empiezan a aparecer equipos extractivistas! Y tuvo una cantidad de hinchada impresionante que cada vez iba creciendo como.... iba el auge la hinchada... yo estaba sorprendida con los resultados y con los comentarios y un equipo nuevo, los defensores de la selva, los hijos del jaguar y todo... los jóvenes van con sus camisetas para

conservar la naturaleza llevando la bandera de Sarayaku, entonces por eso el fútbol con causa para nosotros se constituyó en algo estratégico, como parte de las estrategias de incidencia y de campana, a parte de que disfrutaban del fútbol.

A visibilidade que Patrícia obtém, com sua participação em diversos foros internacionais de discussão sobre aquecimento global e questões ambientais, faz ressoar internacionalmente a o caso emblemático de Sarayaku na luta antiextrativista.

... Sarayaku después de largos debates con mucha fuerza decide que no va a permitir la explotación petrolera y que va defenderse hasta las últimas consecuencias. Entonces creo que ellos esperaban que en algún momento la dirigencia, el pueblo, ceda a las presiones insistentes a negociar. No esperaban una posición tan radical de decir no queremos negociación, y aquí no queremos explotación. O sea, era algo que ellos nunca habían visto, en todo su proceso. Entonces con esa decisión, no había posibilidad de entrar al juego de ellos, de estar en conversaciones mientras seguían avanzando con la sísmica. La posición fue “fuera de aquí!”, “aquí no queremos!”. Y eso hizo que haya militares, que el Estado, el gobierno de ese tiempo se vuelva contra nosotros, porque en esa época los militares tenían un convenio escrito pero que no era publico que tendrían que resguardar a la empresa privada y a la empresa privada como las petroleras y la empresa privada les pagaban a ellos! No como contratados por la empresa privada, el ejército. (...) Pero también hace con que nosotros busquemos una estrategia de comunicación. Para eso Sarayaku había visto lo importante, hace anos atrás, de tener un dirigente de relaciones internacionales. Y esta dirigencia fue ocupada por José [Gualinga, irmão de Patrícia]. Que era el anterior presidente. El hizo mucho trabajo a nivel internacional, antes su esposa Sabine, de Bélgica, y ellos de alguna manera conocieron ciertos, ciertas cuestiones a nivel internacional de ahí ubicamos uno de los primeros pueblos que utilizamos la pagina web con mucha fuerza, hasta hora está pagina web esta sin actualizar porque creamos una página nueva, porque el

*sistema que utilizábamos hace años ya esta medio como obsoleto, muy viejo. Entonces...pero teníamos que ejercer estrategias de comunicación local, no aquí sino en Puyo, para las otras comunidades... y eso... y no teníamos las puertas abiertas, entonces nosotros aparecíamos en los noticieros golpeando las puertas de las cabinas donde estaban haciendo las noticias pidiendo que nos permitan hablar! Porque si están hablando sobre el tema tienen que primer tener una visión de la comunidad también... y así a las 6h de la mañana todos aparecíamos en las radios, tú te vas a la radio Puyo, tú te vas a la otra radio... y a todas las radios locales. Y hablábamos, todito, nuestra mensaje que no queríamos la explotación petrolera!*¹¹⁸

Algumas famílias fazem parte do povo de Sarayaku (os Santi, Viteri, Gualinga, Malaver e Cisneros). Don Sabino Gualinga, pai de Patrícia e Heriberto, é o líder espiritual (*yachak*) ou xamã da comunidade, quem antes de seus filhos representara a luta em defesa de seu território em países como Espanha, França, Bélgica, Suíça, Alemanha, Costa Rica, Bolívia, Estados Unidos¹¹⁹. As estratégias de comunicação, resistência e defesa do território foram sendo desenvolvidas década após década, ganhando um caráter de prioridade para os Sarayakus, que perceberam a necessidade de ocupar espaços comunicativos onde pudessem visibilizar suas lutas e versões, frente às versões dos governos anteriores e das próprias empresas. Antes mesmo de se tornar um caso emblemático pela vitória contra o Estado na CIDH, Patrícia relembra que a comunidade se organizara no sentido de fazer-se escutar:

Éramos como cinco, no más. (...) O sea, nos distribuimos en grupos de trabajo. Uno que hace videos, otros que hablamos en los medios, uno que arman los equipos logísticos, otros... cada... y varios grupos con distintos nombres, con distintas cosas. Armamos toda una estrategia de varias cosas, de comunicación tanto interna como a nivel externo. Nuestro rol es obviamente en la ciudad, el mío por lo menos. Y ahí pues

¹¹⁸ Entrevista concedida a Maria Santos, Carmen Secco e Maria Luiza Muniz, por Patrícia Gualinga, em Sarayaku, ao dia 13 de novembro de 2014.

¹¹⁹ SARAYACU, el pueblo que sueña, 22 abril 2012. Disponível em: <<http://www.eluniverso.com/2012/04/22/1/1447/sarayacu-pueblo-suena.html>>. Acesso em: 10 ago. 2016.

teníamos que movernos...era una situación de emergencia, nuestra familia estaba totalmente acá... nosotros no podíamos tener miedo ni perder tiempo. Estaba en el fuego la vida de toda tu familia y de todos y en esa circunstancia actuamos intuitivamente y bajo mucha presión, no estamos con términos medios. Estamos con la totalidad de nuestra capacidad. Y eso ocurrió con todos nosotros, con capacidad desconocida que nosotros no sabíamos que teníamos tampoco.

Por ejemplo que nos digan que compañeros nuestros fueron capturados y no sabemos donde están. Que el ejercito diga “gente nuestra esta capturada y no saben donde están”. Entonces nosotros teníamos que actuar bajo mucha presión. O que la gente de acá escuche que todos los dirigentes hemos sido muertos, cosas así... es una situación caótica y crítica. Pero para ese punto todavía no teníamos aliados. Nadie nos conocía. Recién habíamos empezado a aparecer en los medios. En la prensa. Poco a poco empiezan a oír y cuando estábamos como, buscando como podríamos actuar a nivel legal también, para que no nos meten en la cárcel, cuáles eran nuestros derechos¹²⁰.

O povo de Sarayaku não foi incluído na escolha das organizações selecionadas pelo projeto de CRMCPPL¹²¹.

A postura de resistência ao governo, a exemplo de indígenas de outras nacionalidades, lhes exige buscar parceiros internacionais, revelando um forte núcleo de *agencia* comunicativa e de articulação em resistência à extração petrolífera na região amazônica.

Ena Santi, dirigente de Mulheres e Família do Povo Kichwa de Sarayaku, professora do ensino fundamental em escola comunitária situada na própria comunidade, além de ser mãe de 11 filhos, expressou com suas próprias palavras a proposta reverberada por Sarayaku em favor de uma “nova categoria legal de área protegida”¹²², a fim de

¹²⁰ Entrevista concedida a Maria Santos, Carmen Secco e Maria Luiza Muniz, por Patrícia Gualinga, em Sarayaku, ao dia 13 de novembro de 2014.

¹²¹ A nacionalidade Kichwa foi contemplada através dos Kichwas de Arajuno e de Loreto.

¹²² PÁGINA OFICIAL DO POVO KICHWA DE SARAYAKU. Kawsak sacha- selva viviente: propuesta de los pueblos originarios frente al cambio climático. (16 nov. 2015). Disponível em: <http://sarayaku.org/kawsak-sacha-selva-viviente-propuesta-de-los-pueblos-originarios-frente-al-cambio-climatico/>. Acesso em: 10 ago. 2016.

“preservar os espaços territoriais dos Povos Originários e, em especial, a relação material e espiritual que ali estabelecem estes Povos com outros seres que habitam a chamada “Selva Viviente”. A ideia, portanto, é que esta *categoría* apresentada e defendida durante a COP 21, em dezembro de 2015, na França, implique o reconhecimento de “zonas livres de exploração petroleira, mineira e madeireira”.

El pueblo de Sarayaku se ha hecho respetar por el Estado ecuatoriano por el que tenemos en nuestro conocimiento que el Sacha tiene sus espíritus vivos que son los Sacha Runas y en esta forma nuestros xamanes, los yachay que decimos, ellos dialogan, conversan, tienen contactos con yaku runa, que es el hombre que son dueños del río donde que hay peces, anacondas y todos, también ellos contactan. También hay minas de barros que nosotras mujeres conocemos, que también tienen su historia, todavía esta cerámica es útil hasta hoy día, es una arte viva que utilizamos, con acuerdo a nuestros ancestros que nos dieron este conocimiento, valoramos, nos sirve, y por lo tanto nosotros sentimos parte de esta naturaleza. Somos parte, por eso hemos defendido, por eso queremos salvar, no solamente para el pueblo de Sarayaku, no solamente para el ser humano, sino para todos los seres que existen en esta madre tierra. (...) Las mujeres aquí [llevan] cargado su bebé, se van a la chakra, traen yuca, hacen chicha, brindan los domingos, hacemos minga, este es lo que es parte de nuestro convivir diario de las mujeres indígenas. Igual los hombres también ayudamos mutuamente, transversalmente y estamos compartiendo con los niños nuestros saberes, nuestros sueños que amanecemos soñando, tenemos que estar contando a ver que nos va pasar hoy día, a quien nos pasará algo en el futuro, esto todavía mantenemos nosotros. (...) Igual yo he encontrado con muchas mujeres de Latinoamérica que también tienen los mismos conocimientos, también tienen la misma filosofía, porque esto venimos transmitiendo de generación en generación. Esto nos orgullece como mujeres. Queremos expresar no [como] mujeres indígenas, porque esta palabra indígena ha expresado mal. Nosotras hemos dicho que como mujeres debemos ser mujeres originarias, porque somos de un pueblo, somos de una comunidad, nosotros no

*hemos venido de cualquier otro continente, ni de otro país, somos mujeres originarias*¹²³.

Kawsak Sacha ou *Selva Viviente* como território sagrado é a fonte primordial para o *Buen Vivir*, segundo a perspectiva do povo de Sarayaku. Defende-se que na *Selva Viviente* “o sistema econômico é um tecido ecológico”, de modo que “o mundo natural é também um mundo social”¹²⁴. Na prática, entendo que as palavras da professora Ena Santi e o documento referido – traduzido ao francês e inglês ao ser conduzido pelas principais lideranças de Sarayaku à COP 21 – nos lançam uma perspectiva de interlocução e de vinculação cotidiana e ancestral com o território. A professora e dirigente informa sobre os diversos momentos desta conexão, conta sobre uma relação com a selva viva, que fala, escuta, sente, reflete, enfim vive.

Há uma cotidianidade vivida e tecida “*casa adentro*”, na qual as mulheres assumem um papel determinado como interlocutoras, como comunicadoras, como transmissoras de conhecimentos. Essa experiência, por sua vez, ocorre *com* e *desde* um território que é o ponto de em comum, que igualmente interatua com toda comunidade. Daí porque, como quero reforçar ainda neste capítulo, a “mulher originária” está vinculada à *chakra* de onde extrai a *yuca* (mandioca) para realizar a bebida fermentada pela sua própria saliva. Ao mesmo tempo em que, diversas interlocutoras alimentam redes de conexões internacionais, como representantes de suas comunidades e nacionalidades – ainda que, em alguns casos (ver Capítulo 4), contrariando o direcionamento político de suas organizações.

A categoria proposta pelo povo de Sarayaku, portanto, é essencial para assentar três pontos aqui abordados: 1. o território sagrado como fonte do *Buen Vivir*; 2. a *selva viviente* como interlocutora e parte “*actante*” nos vínculos comunicativos estabelecidos “*casa adentro*” e “*casa afuera*”; e, por último, 3. o papel da “mulher originária” que a um só tempo, com sua própria saliva, prepara a *chicha* e semeia a ‘palavra’.

¹²³ Entrevista realizada pela autora, por Marina G. Santos e Carmen Seco, em Sarayaku, novembro de 2014.

¹²⁴ PÁGINA OFICIAL DO POVO KICHWA DE SARAYAKU. *Kawsak sachá- selva viviente: propuesta de los pueblos originarios frente al cambio climático*. (16 nov. 2015). Disponível em: <http://sarayaku.org/kawsak-sacha-selva-viviente-propuesta-de-los-pueblos-originarios-frente-al-cambio-climatico/>. Acesso em: 10 ago. 2016.

Note-se que Ena Santi começa suas considerações da seguinte maneira: “*El pueblo de Sarayaku se ha hecho respetar por el Estado ecuatoriano...*”. Isso porque a categoria em questão é proposta frente a um modelo de desenvolvimento e ao Estado que o sustenta, tendo em vista a incongruência entre uma concepção da selva como um ser vivente e a manutenção de qualquer atividade extrativa em média e larga escala. Em contraponto, propõe-se a

*...aplicación y ejecución de Planes de Vida que se sostienen sobre los tres pilares fundamentales del Plan Sumak Kawsay: Tierra Fértil (Sumak Allpa); Vida Social y Organizativa (Runaguna Kawsay); y, Sabidurías de la Selva (Sacha Runa Yachay). Como espacio para el desarrollo del Buen Vivir, el Kawsak Sacha sugiere una nueva concepción de la riqueza. Es decir, al proteger las zonas sagradas de la selva el Kawsak Sacha asegura un territorio sano sin contaminación y una tierra productiva y abundante que conserva la soberanía alimentaria. De esta forma pretende ser modelo alternativo económico viable.*¹²⁵

O chefe de Estado, por sua vez, se esforça por apresentar ao mundo o exemplo do ‘país do *Buen Vivir*’ como um lugar onde se almeja a “obtenção do desenvolvimento de todos em paz e em harmonia com a natureza, e considerando a prolongação indefinida das culturas humanas”¹²⁶ – citando palavras proferidas em setembro de 2015 pelo presidente Correa na Assembleia da ONU para avaliação dos Objetivos do Milênio (ODMs).

“*Buen vivir*”, assim como “plurinacionalismo”, são conceitos que avalizaram a “refundação” (SANTOS, 2010) do Estado equatoriano, ao lado do caso boliviano, como experiência alternativa aos modernos matizes de Estados Nações, fundados a partir dos modelos europeus. Segundo Boaventura de Souza Santos (2010, p. 81), o

¹²⁵ PÁGINA OFICIAL DO POVO KICHWA DE SARAYAKU. Kawsak sachá- selva viviente: propuesta de los pueblos originarios frente al cambio climático. (16 nov. 2015). Disponível em: <http://sarayaku.org/kawsak-sacha-selva-viviente-propuesta-de-los-pueblos-origarios-frente-al-cambio-climatico/>. Acesso em: 10 ago. 2016.

¹²⁶ Fonte: CORREA, Rafael. Discurso del Presidente Rafael Correa en Naciones Unidas – ONU (27-09-2015). Retirado de: <https://www.youtube.com/watch?v=gOqvZTrOIkK>, Acesso em 9-10-2015.

plurinacionalismo implica o reconhecimento de direitos coletivos de grupos sociais, quando os direitos individuais das pessoas que os integram são ineficazes para garantir o reconhecimento e a persistência de sua identidade cultural ou o fim da discriminação social da qual são vítimas. Essa ‘ineficácia’ é – pelo que mencionei no primeiro capítulo a respeito da “matriz colonial de poder” e das posteriores colonialidades do ser, saber e poder – inerente às premissas fundadoras do Estado Nação Moderno. Por seus princípios fundantes, o Estado é incongruente com a lógica comunal que persiste entre povos e nacionalidades indígenas e afrodescendentes.

Marc Becker (2011, p. 193)), que analisara a relação dos movimentos indígenas equatorianos, desde o contexto de inserção da “questão indígena” nos debates da esquerda equatoriana e no próprio *Comintern*, observa um deslizamento no emprego do termo “classes indígenas” nos anos 1970 para “federações indígenas” na década de 1980, até uma discussão mais expressiva quanto às “nacionalidades étnicas” na década de noventa. Com a proposta de lei de 1991¹²⁷ em reconhecimento às nacionalidades indígenas, a Conaie defendera o reconhecimento da República equatoriana como Estado Plurinacional, o que implicava reconhecer a territorialidade, organização, educação, cultura, medicina e sistemas judiciais indígenas (BECKER, 2011, p. 201).

Após as eleições de 1996 e a conformação do movimento político *Pachakutik*, Walsh ressalta, já numa segunda fase (a primeira fora nos anos oitenta) de debates entre o movimento indígena equatoriano, o argumento de que a formação de um novo Estado plurinacional requeria a “ampla comunicação e colaboração entre os diversos setores, para reformar e “interculturalizar” as diversas estruturas e instâncias que conformam o Estado” (WALSH, 2009b, p. 99). Para a autora, essa ligação entre a proposta do Estado plurinacional e a interculturalidade permitiu a articulação de um projeto social, político, e ético, de caráter decolonial, não apenas para os indígenas, mas para todos.

Propostas da Conaie na Assembleia Nacional Constituinte de 1997-1998 posicionam a *interculturalidade* como um dos princípios chaves nos processos de construção do Estado plurinacional, em todos os aspectos. Até sua inclusão na Assembleia de Montecristi (2007-2008), a proposta foi vista como um projeto indígena divisionista,

¹²⁷ Confederación de Nacionalidades Indígenas del Ecuador (CONAIE). "Anteproyecto de ley de nacionalidades indígenas del Ecuador, 1988." In Documentos Indios: Declaraciones y pronunciamientos, ed. José Juncosa, pp. 202-12. Quito: Ediciones Abya-Yala, 1991. Disponível em: <http://www.yachana.org/earchivo/conaie/nacionalidades1988.pdf>

florescendo na década anterior novos racismos e “mesticismos”, expressos através da imprensa privada, comercial. Em Montecristi, foram retomados elementos das fases anteriores, acrescentando a ideia de um “sistema plurinacional de Estado” que estaria a favor do bem estar dos povos e não da rentabilidade economicista de mercado, pondo em cena uma luta estrutural e decolonial por natureza (WALSH, 2009b, pp. 103-104). Com suas contradições internas e refluxos – afinal tampouco pretendo idealizar esse longo processo de debates e reflexões no âmbito do diverso movimento indígena e campesino equatoriano – o projeto de Estado e sociedade que vai sendo formulado não prescinde da “diferença ancestral indígena – de histórias, identidades, costumes, territórios, línguas, conhecimentos e sistemas sociopolíticos coletivos”. No entanto, mais que reconhecê-la, a ênfase vai repousando sobre sua “interculturalização”.

Ao acompanhar organicamente os processos analisados, Walsh definira que “a plurinacionalidade apenas é insuficiente para um projeto de decolonialidade”; de modo que “a interculturalidade tem que ser dimensão central e constitutiva” (WALSH, 2008, p.143 – tradução própria). Mais recentemente a autora (2014) contrapôs a perspectiva de uma “interculturalidade crítica” (TUBINO, 2005) frente ao que identifica como exemplos de uma “interculturalidade de corte funcional” e individual em políticas desenvolvidas pelo governo Correa, as quais concorrem, particularmente em temas de educação intercultural bilíngue, para a manutenção do caráter monocultural, hegemônico e colonial do Estado.

Sugiro, portanto, que a insuficiência do reconhecimento legal dos direitos coletivos para alcançar o que Dussel (2005) propôs como “transmodernidade” – inclusão da alteridade exteriorizada da “Modernidade” e, por consequência, do Estado Nação – se dá a partir da recusa do Estado em aceitar um vínculo primordial: das comunidades indígenas com seu território. Essa recusa se efetiva no silenciamento e re-colonização da natureza. A possibilidade de interlocução com a mesma – expressa pela categoria “*Selva Vivente*” – e seu reconhecimento como sujeito de direitos (“direitos da natureza”) vem sendo subjulgados em detrimento de um continuado modelo de “desenvolvimento” ancorado em atividades extrativistas.

2.2.1 Os novos *chasquis*: “*el que recibe y da*”

Pensando nos avanços e limites para um processo de *decolonialidade da palavra*, da comunicação, bem como de sua interculturalização no âmbito do Estado plurinacional,

retorno às experiências do campo de pesquisa, aos (às) comunicadores(as), à frente dos microfones ou da direção e gestão das rádios. Estes que se deslocam entre a rádio e as comunidades, entre as comunidades e os escritórios de órgãos governamentais em Quito. São interlocutores e interlocutoras que se referem com frequência à “*mi comunidade*”, “*mi gente*”, “*lo nuestro*”, em constantes referências a um “lugar político de enunciação”. Convergindo com Walsh (2006, p.63) destaque-se que o projeto/processo intercultural “crítico” reserva importância especial a esse lugar, sua subjetividade e agencia, e à força epistêmica dos movimentos indígenas e afros, fazendo da construção conceitual da interculturalidade um caminho para “pensar a teoria por meio da práxis política de grupos subalternos”; não tratando de objetos de estudo, como mencionei ao primeiro capítulo, mas pensando *con* os(as) interlocutores (as) / interpeladores (as).

Tendo em vista aquela “harmonia dodecafônica” compreendida no “pluri-verso” comunitário, vale observar que ‘transportar a palavra’ não implica, na maioria das vezes, uma atividade consensual. Aí reside a necessidade de lançar mão de estratégias para visibilizar resistências, demandas, denúncias, lutas. Por vezes, em vista de compreensões distintas sobre um mesmo fato, há embates de versões, a exemplo do que ocorre em outros cenários comunicativos. Há uma diferença, contudo: o difícil acesso às ‘fontes primárias’.

Em situações conflitivas e emergenciais, a contrainformação ou a informação preventiva exige rapidez para processar informações, providenciar declarações de líderes, acionar veículos de comunicação, convocar coletivas de imprensa e mobilizar aliados num intercâmbio entre as esferas doméstica e internacional, que geralmente já possui um histórico de cooperação. Cenários de crise como aquele vivido em 2002-2003 pelos Kichwas de Sarayaku, certamente geram um ‘estoque’ de conexões e vínculos a ser acionado em qualquer evento futuro.

É importante ressaltar ainda que a lógica de tomada de decisões em âmbito comunitário-organizativo se distancia do que conhecemos nos contextos de democracias liberais representativas, onde a representatividade não necessariamente – ou raramente – pressupõe o exercício de “mandatos imperativos”. A democracia comunal/comunitária, ao contrário, se norteia pelo princípio de “*mandar obedecendo*”, o que resulta na evocação de um “compromisso” daquele que ‘transporta a palavra’ para com sua

comunidade, sua nacionalidade. Note-se que, uma “*doble vía*”, pressupõe dar recebendo, falar escutando, de modo que os processos deliberativos se dão, transversalmente em diferentes instâncias: familiar, comunitária e organizativa. Isso não significa, contudo, negar a drástica influência do *modus operandi* liberal-representativo sobre processos decisórios próprios das comunidades, inclusive através da ingerência do Estado em processos intra-organizativos – particularmente no que se refere à Consulta Prévia Livre e Informada, conforme voltarei a mencionar.

Em resumo, ao contrário da deontologia que precede, em tese, jornalistas e outros profissionais da comunicação, a atividade dos(as) interlocutores(as) deste estudo não envolve um indivíduo imparcial, objetivo, racional. Melhor dizendo, a comunicação comunitária pressupõe, *a priori*, um vínculo, um lugar de pertencimento, podendo avançar para o compromisso com a articulação de racionalidades e cosmovisões *outras*, tal qual uma “*racionalidad de Abya Yala que tiene um caráter fundamentalmente vivido e interrelacional*” (CONAIE *apud* WALSH, 2006, p. 29).

Por mais distantes e espalhadas que estejam as comunidades em meio à floresta, estes ‘*chasquis*’ contemporâneos, assim como os líderes das nacionalidades, serão instados em determinado momento a retornar à comunidade. Remeto-me aqui aos *chasquis* do Tawantinsuyo, mensageiros do Império Incaico conhecidos pela rapidez com que executavam a grande responsabilidade de transportar mensagens e produtos a eles encarregados. O termo, que provem do *quéchua*, significa “*el que recibe y da*”¹²⁸.

No sentido de descrever e compreender mais adiante alguns entrelaçamentos e vínculos comunicativos cumpre observar, primeiramente, pontos compartilhados pelos(as) interlocutores(as) que integram o enredamento privilegiado neste estudo:

- Originários de comunidades situadas dentro da selva, em territórios das respectivas nacionalidades.
- Falantes de idiomas originários indígenas e do espanhol. Como evidencia do processo de “kichwalização” na Amazônia equatoriana e também dos processos de “colonialidade do saber” que impactou a existência de alguns idiomas indígenas originários, os idiomas Sapara e Andwa não são difundidos entre os integrantes dessas nacionalidades, sendo mais comum o uso do Kichwa, também difundido entre outras nacionalidades, cujos idiomas se mantêm como línguas vivas.

¹²⁸ LOS CHASQUIS INCAS: ¿quiénes fueron, qué hacían y cómo los identificaban? (4 mai 2016) <http://trome.pe/escolar/chasquis-fueron-mensajeros-personales-inca-2001710> Acesso em: 10 ago. 2016.

- Diretamente vinculados às respectivas organizações indígenas, alguns em cargos de liderança. Processos internos às organizações e às rádios provocaram alterações nos papéis desempenhados pelos(as) interlocutores(as).
- Nível de ensino formal, a maioria tendo concluído o Ensino Médio (*Bachillerato*). Entre os interlocutores(as) indígenas poucos possuem título universitário.
- Mantém interlocuções com pessoas vinculadas aos governos (nacionais ou locais) ou ONGs (nacionais e internacionais), e ainda com pesquisadores de centros universitários (nacionais e internacionais) e jornalistas.
- Incluídos, em sua maioria, em duas faixas etárias (entre 25-35 anos, 35-45 anos), de modo que aqueles com mais de 30 anos foram contemporâneos de processos semelhantes, como políticas estatais de ‘desenvolvimento’, a inserção petrolífera na Amazônia norte pós 70, bem como processos de lutas e resistências em defesa do território que ganharam visibilidade ao início dos anos 90. Aqueles(as) mais jovens fazem parte da geração de indivíduos que chegaram à adolescência e atravessam a juventude vivenciando os processos da “*Revolución Ciudadana*” promovida pelo governo do presidente Correa.
- Todos(as) mantém, em menor ou maior grau, conexões com os territórios de origem, tendo deixado dentro da floresta parentes (mãe, pai, filhos, avós, irmãos) e amigos.

Se é possível pensar numa espécie de denominador comum, estes são alguns dos principais pontos que aproximam os(as) interlocutores(as) indígenas do estudo realizado. Em contraponto a uma visão prévia de ‘comunicadores(as)’ como pessoas dedicadas a um ofício específico deparei-me com a organicidade da comunicação comunitária realizada pelo professor da escola primária da comunidade que assumiu atividades de diretor/locutor da rádio, por aqueles dedicados anteriormente ao turismo comunitário, pela Waorani que trabalhava como secretária da escola ‘dentro da selva’, pela jovem animadora de festas da comunidade (Nina Gualinga, Kichwa, à época locutora de Arajuno), ou ainda por quem alterna a locução na rádio com funções de representante na organização da respectiva nacionalidade.

Identifiquei ainda aqueles que se dedicavam à comunicação comunitária num sentido mais amplo: anciãos e anciãs responsáveis por mediar o diálogo com a “natureza”, através de cantos e rituais ancestrais. E ainda as mulheres, que estabelecem os primeiros vínculos dialógicos e intersubjetivos com seus filhos, dedicadas a transmitir cotidianamente o idioma “materno”, já na primeira infância.

2.2.2 'Comunicando "dentro-fuera", uma questão de gênero

Mira, las mujeres para intervenir no se fueron así con lanzas, ¿no? Hicieron una guerra psicológica. Aquí se camina con sueños y con los yachays; por ejemplo, en el bosque que suene allá una voz, que suene acá una voz: a ti te va a dar un terror. Ellas [las mujeres Sarayaku] manejaron bastante la psicología, del miedo y manejaron también lo espiritual. Dicen que cuando llegaron los soldados estaban todos dormidos. No había ni uno haciendo guardia. Todos estaban dormidos, dicen. Esas cosas, por eso el ejército de aquí, los Arutam, el ejército indígena es muy reconocido porque en la selva hay procesos de hacer dormir, amortiguarle a la persona, cantarle para que se amanse, todo... con esas cosas, ya a la madrugada es que es la hora donde que más sueño tiene, es la de intervenir.¹²⁹

Marlon Santi, ex-presidente da CONAIE e importante líder do povo Kichwa de Sarayaku recordou junto à fogueira, no meio de uma madrugada, enquanto tomávamos chá de *wayusa*, em novembro de 2014, o episódio de resistência frente à entrada da petroleira CGC em 2002. O papel das mulheres de Sarayaku no enfrentamento não armado e a forma como estas renderam os trabalhadores da empresa está retratado no filme de Heriberto Gualinga "*Soy defensor de la selva*"¹³⁰. Acompanhada das investigadoras Marina G. Santos e Carmen Secco chegamos a tentar realizar uma dinâmica narrativa com as mulheres de Sarayaku durante nossa breve estadia. O roteiro da dinâmica havia sido proposto por Secco, quem me permitiu acompanhar o processo. Após uma breve reunião para decidir questões referentes à COP 20 que se realizaria no Perú, as mulheres com quem buscávamos interagir foram se dispersando e deixaram o espaço coberto destinado às assembleias locais e demais reuniões daquela comunidade. Ena Santi, dirigente de Mulheres e Família, nos esclareceu aquela reação inesperada, referindo-se ao fato de que as mulheres de Sarayaku eram mais afeitas a ações diretas e não se davam ao diálogo sem um propósito claro. Posteriormente, fui (re)conhecendo

¹²⁹ Entrevista realizada por Marina Santos, Carmen Secco e pela autora em novembro de 2014, na comunidade Sarayaku durante *wayusa upina*.

¹³⁰ Ver: Soy defensor de la Selva. Documentário de Heriberto Gualinga, 22 min. 36". Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=gYwTmO6gZM>. Acesso em: 15 ago. 2016.

um pouco sobre os espaços de diálogo das mulheres, no preparo da *chicha* ou na elaboração de vasilhas de cerâmica, onde são impressas narrativas sobre o mundo que habitam e do qual são parte¹³¹.

Episódios como este contado no parágrafo anterior, me fizeram considerar algumas ‘ausências-presenças’, atentando ao papel das mulheres indígenas como comunicadoras *casa-adentro/ casa-afuera*, num sentido que influencia conexões interculturais e que demandou pensar a comunicação comunitária desde noções como o “feminismo comunitário” (PAREDES, 2014; 2013).

Ao observar certa ausência no cotidiano de algumas rádios (e das próprias organizações indígenas), entendi que seria necessário atentar para o “silenciamento” das vozes femininas, ou identificar suas formas e espaços próprios de expressão, não necessariamente oral – mas corporal, desde gestos, olhares, vestimentas, formas de trançar ou balançar seus longos cabelos negros, desde traços delineados nas cerâmicas de *chicha* (vasilhas próprias para tomar a bebida fermentada).

Dedicadas ao preparo da *chicha*, as mulheres alimentam – não apenas em sentido figurativo – atividades deliberativas comunitárias, como assembleias e reuniões, e eventos festivos, onde igualmente se sedimenta um sentido comunitário, fortemente assentado em costumes transmitidos oralmente *casa adentro*.

Num caminho traçado por interrogações e mais conectado com minha observação dos ‘fluxos comunicativos’ no micro espaço das rádios, conheci a experiência da *Asociación de Mujeres Waorani de la Amazonía Ecuatoriana* (AMWAE), responsável por atividades artesanais e cultivos sustentáveis, realizadas, eu diria, à margem da organização Waorani (NAWE).

¹³¹ A elaboração da cerâmica é uma atividade exclusivamente das mulheres e no mundo da cerâmica, os sonhos e crenças culturais tem um papel determinante e influem em todo o processo “tecnológico”. Em muitos casos, as mulheres trabalham acompanhadas de outras mulheres “*casa adentro*, junto com uma cunhada ou irmão. Contudo, em investigação de mestrado (ainda inconclusa) Angélica María Cárdenas Piedrahíta expõe questionamentos sobre processos de fortalecimento/ debilidade de laços ao redor da cerâmica (conversa informal em 29-04-2016). Em contextos de fragilidade dos tecidos comunitários devido ao contato com cotidianidades e práticas exógenas, características dos meios urbanos, há casos em que a mulher deixa de estar encarregada do papel de restaurar o equilíbrio, plantando e fertilizando o solo ou o bosque. No caso dos kichwas a “maestra ceramista”, é a única capaz de representar os espíritos, graças ao contato privilegiado que estabelece com eles, em especial durante os sonhos. Ela então é capaz de restabelecer sua existência concentra em nosso mundo, estabelecendo assim a comunicação entre um mundo e outro. Cf: ROSTAIN, Stéphen et al. **Manga Allpa**. Cerámica indígena de la Amazonía ecuatoriana. Quito: Ministerio Coordinador de Conocimiento y Talento Humano/ IKIAM - Secretaría Nacional de Educación Superior, Ciencia, Tecnología e Innovación. 2014. p.80.

“*Era muy duro para mi*”, contou Manuela Omari Ima Omene, ex-presidenta (2010-2014) da AMWAE, ao recordar os primeiros contatos com comunidades cujas famílias seriam informadas sobre a geração de renda para as mulheres Waorani. “*Un día. Quiero hablar [con] hombres y mujeres*”. Ela recordara como teve que negociar a disponibilidade de um tempo determinado para que pudesse reunir todos os membros das comunidades, inicialmente avessos às “alternativas” apresentadas, num território bastante ocupado pela indústria petroleira. “*Yo hablé en propio Waorani*”, conta Manuela que, inspirada na vida de missionária – ela conheceu Raquel Saint durante sua infância em Tiweno –, sentiu “um chamado para conhecer quem são os Waorani e aprender a ser uma líder” (IMA, 2012, p.53) – tradução própria do espanhol. Em 1990, foi dirigente das mulheres na recém-criada *Organización de la Nacionalidad Huaorani del Ecuador* (ONAHE), a convite do seu primeiro presidente Eguenguime Enkeri. Manuela afirma que, desde então, suas atividades permitiram-na criar uma rede de contatos, com aliados externos, entre os quais estão instituições públicas, organismo internacionais e organizações não governamentais como o compromisso de proteger a “*nuestros hermanos y hermanas no contactados* (IMA, 2012, p. 54)”¹³².

Embora tenha concluído sua gestão à frente da presidência da AMWAE, Manuela disse que continuaria caminhando pela floresta, de comunidade em comunidade, realizando oficinas de capacitação para as mulheres Waorani, recolhendo os ‘frutos’ (feitos a partir da palha de *chambira* e do cacau) e promovendo a interlocução constante “*adentro*” e “*afuera*”, entre famílias e a associação, cuja sede se encontra no centro da cidade de Puyo.

Em 2014, a AMWAE foi reconhecida pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) como melhor exemplo de conservação e desenvolvimento de comunidades entre 1.831 organizações de todo o mundo.

“*Comunicar en una radio para mi seria fortalecer [el proyecto]*”. Essa perspectiva, expressa durante uma conversa informal, acabou animando a realização de duas oficinas de comunicação, com a participação das integrantes da AMWAE (ver Capítulo 3).

¹³² IMA OMENE, M.O. Saberes Waorani y Parque Nacional Yasuní: plantas, salud y bienestar en la Amazonía del Ecuador. Quito: Iniciativa Yasuní ITT / Ministerio Coordinador de Patrimonio / Ministerio del Ambiente / Programa de las Naciones Unidas para el Desarrollo (PNUD) / Fondo para el Medio Ambiente Mundial (FMAM). 2012. 118 p. Disponível em: <http://www.ambiente.gob.ec/wp-content/uploads/downloads/2014/02/Saberes-Waorani-ok-final-1.pdf>

Nenhuma, senão a maioria, nunca haviam se aproximado dos equipamentos da rádio comunitária quando realizamos uma oficina prática, em maio de 2015, num sábado, logo após a exibição do *Enlace Ciudadano*. Saul Dabo, ex-diretor da rádio, que estava “*adentro*”, contou semanas depois que se surpreendera ao escutar as mulheres Waorani durante uma transmissão-teste. No próximo capítulo dissertarei sobre estes encontros e as aprendizagens construídas a partir dele.

Adiante que interlocutoras como Manuela Ima acrescentaram à pesquisa outra dimensão da atividade comunicativa, realizada em espaços e contextos quase alheios à organização – quando não contrários à mesma – e à rádio da nacionalidade. Trata-se de um fluxo comunicativo e estratégico amparado por uma rede de contatos tecida ao longo de décadas de trabalho em defesa do próprio território. São interlocutoras que me mostraram um fluxo de interações estratégicas marginais em relação às rádios. Daí, são extraídos exemplos para denotar insuficiências do projeto governamental no sentido de compreender, estimular e até mesmo respeitar fluxos comunicativos alheios e opostos a estratégia comunicativa persuasiva estruturada desde os aparatos governamentais – estes serão abordados no Capítulo 4.

Experiências como a da AMWE tornaram necessário compreender a *questão de gênero* como tema central na luta anti-extrativista, em resposta à “patriarcalização do território extraído” e ao agravamento destas questões através da distribuição de salários (monetização), o que “contribui para aprofundar diferenças entre homens e mulher dentro da comunidade”; a “masculinização do espaço com a chegada de trabalhadores petroleiros” e o aumento no consumo de álcool pelas exaustivas condições de trabalho, o que se relaciona ao aumento da violência doméstica e sexual. Destaque-se ainda “a ruptura dos ciclos de reprodução da vida” com a contaminação da água, do ar e dos animais, impactando especialmente aquelas que possuem um papel central na alimentação da comunidade. Acrescenta-se ainda o aumento na contaminação por doenças sexualmente transmissíveis (VÁZQUEZ et al, 2014, pp 30-31).

Descritos como “uma das poucas sociedades da Terra que realmente tem igualdade de gênero” (RIVAL, 2015, p.206), os Waorani não representam um exemplo isolado dessa relativa “invisibilidade” feminina, seja no espaço das rádios ou ainda em cargos de destaque no âmbito organizacional. Tentando oferecer um caminho de entendimento dessa realidade, recorro à explicação de Rita Laura Segato (2012) sobre “a dualidade

indígena”: de um lado, caracterizada pela complementaridade possível, sendo um e outro, masculino e feminino “ontologicamente completos e cada um dotado da sua própria politicidade, apesar de desiguais em valor e prestígio”. A contraposição binária, por outro lado, é uma característica do sistema patriarcal moderno/colonial que sustenta uma hierarquia negativa entre homens e mulheres, onde o *Um* é universal, canônico, “*neutral*”, ao passo que o *Outro* é “resto, sobra, anomalia, margem”. Quando o “mundo do Um” encontra o “mundo do múltiplo”, afirma Segato¹³³, “captura-o e modifica-o desde seu interior como consequência do padrão da colonialidade do poder, que permite uma influência maior de um mundo sobre outro”.

Nesse sentido, os (des)encontros no campo de investigação trouxeram questionamentos sobre mulheres que pensam suas realidades no espaço “*dentro-fuera*”¹³⁴ de suas comunidades, comunicadoras – ainda que distanciadas dos microfones – que compartilham “com os homens a exploração, o racismo, a violência institucional, a negação do valor de seus saberes e artes, a subtração de terras, água e mobilidade”, além de sofrer, em alguns casos, a violência do pai ou marido frustrado e irritado por vivenciar aquela mesma realidade de uma sociedade racista (GARGALLO, 2014, p. 105).

*Me voy a viajar adentro ahora, conversando con gente (...) [quiero saber] qué está pasando con la gente, petróleo, la petrolera (...) [Q]uiero ir a conversar con comunidades. (...) Ya nos cansamos de la petrolera en territorio Waorani (...). [A]hí tenemos que proteger cuidando, no queremos que el gobierno entre contaminando. (...) Esa es la realidad que yo pienso, porque ahorita tenemos suficiente comida, suficiente todo, pero ahí viene problema grande por salud y por contaminación*¹³⁵.

¹³³ SEGATO, R. Gênero e colonialidade: em busca de chaves de leitura e de um vocabulário estratégico descolonial. **E-cadernos CES**, [Coimbra], n. 18. p. 106-131. 2012. Simpósio Internacional "La cuestión de la des/colonialidad y la crisis global", 2010. Disponível em: <<https://eces.revues.org/1533>>. Acesso em: 5 mar. 2016.

¹³⁴ Manuela Ima relata: “...llegó el momento de una decisión drástica porque los misioneros me consultaron si deseaba ser líder, este compromiso implicaba ayudar a toda mi gente; además, sentía que debía abandonar algunas costumbres como casarme, tener hijos y vivir en las comunidades. Por este motivo, al entrar a la selva sentí como mi corazón se hizo pequeño y un gran cambio radical me llegaba, todo esto ocasionó pensar mucho y consultar con mi madre. Finalmente, decidí que algunas cosas de la vida como misionera me gustaban y sentí un llamado para ocuparme por quienes somos los Waorani, así acepté y aprendí cómo ser una líder” (IMA, 2012, p. 53)

¹³⁵ Entrevista informal realizada pela autora, em 2-05-2015.

Estas palavras são de quem, na qualidade de porta voz das comunidades Waorani, esteve ao lado do presidente Correa em viagens para visibilizar e arrecadar fundos destinados à emblemática *Iniciativa Yasuní-ITT*¹³⁶. Manuela Ima relatou sua surpresa quando o governo anunciou, em agosto de 2013, que abandonaria a iniciativa considerada um caminho para a construção coletiva de uma economia pós-petroleira. Com isso, o alinhamento político pró-exploração por parte do presidente da NAWE, Moi Enomenga, se tornou um elemento de divergência dentro da própria organização Waorani (com a vice-presidenta, Alice Cawia) e também com a AMWAE. Esta organização, por sua vez, encontra no extrativismo petrolífero e madeireiro dois obstáculos à “alternativa” em defesa do território e da sustentabilidade oferecida às 45 mulheres de 35 comunidades envolvidas nos projetos executados em três províncias amazônicas (Pastaza, Napo e Orellana).

Esse exemplo não é isolado. Igualmente, a *Asociación de Mujeres Sapara de Ecuador ASHINWAKA*, também se convertera em *locus* de resistência anti-petroleira, sob a liderança de Gloria Hilda Ushigua Santi, cujo ativismo se dá à margem da direção da organização NAPE e da rádio da mesma nacionalidade, ambas conduzidas por indígenas favoráveis ao projeto de “desenvolvimento” do governo Correa.

A existência de margens não significa que o rio esteja tomado por determinados fluxos comunicativos em detrimento de outros. Afinal, há vários afluentes – possibilidades de associações, conexões e vínculos que permitem veicular visões e cosmovisões *outras*. As experiências abordadas nos capítulos seguintes servirão para demonstrar o desafio permanente em ‘horizontalizar a palavra’, em particular no âmbito de um projeto com aspectos verticais característicos da *palavra concedida*.

¹³⁶ A iniciativa foi encampada em 2007 por Alberto Acosta, então Ministro de Energia e Minas do Equador, consistia em manter no subsolo o petróleo da zona do Parque Nacional *Yasuní*, abrindo espaço para a “*construcción colectiva de una economía post-petrolera*”, e evitando “*la explotación de combustibles fósiles en áreas de alta sensibilidad biológica y cultural*” (ACOSTA et all, 2009). Em agosto de 2013, Correa abandonou a proposta da Iniciativa Yasuní – ITT, sob a justificativa de que “*no podemos ser mendigos sentados em um saco de oro*”. Por sua vez, indígenas amazônicos e grupos ambientalistas manifestaram contra a extração de petróleo no parque Yasuní, enquanto o presidente afirmou que a região não estaria em risco, garantindo também o uso de “*tecnología de punta*” para evitar impactos. O slogan “*una mínima huella*” ou “1x1000” indicava uma zona mínima de exploração, “99,9% intacto”, em favor de benefícios sociais ao povo equatoriano. Fonte: Indígenas amazônicos piden que no se extraiga petróleo de la reserva Yasuní. Disponível em: <http://www.telesurtv.net/articulos/2013/08/22/indigenas-amazonicos-piden-que-no-se-extraiga-petroleo-de-la-reserva-yasuni-6092.html>. Último acesso 22 de agosto de 2013. Ver também: Página oficial sobre Yasuní <http://yasuni-itt.gob.ec/inicio.aspx> e Página dos *Guardianes del Yasuní*, <http://www.amazoniaporlavida.org/>

A síntese das questões abordadas neste capítulo está nas palavras daquele que abriu as portas do Equador para a civilizatória *pedagogia-ponte* do ILV, o amigo de Nelson Rockefeller, o ex-presidente (1948-1952) que “mitificou” a Amazônia ao negar existência de petróleo. Galo Plaza Lasso (1955) descreve as mudanças e perspectivas um ano após a implementação de uma projeto educativo junto ao “Índio Andino” e sua família (ênfases em itálico acrescentadas pela autora):

Este projeto tem estado em operação plena por um ano, e os resultados já são evidentes. (...) Há mais crianças indo à escola, particularmente meninas, para quem escolaridade não foi pensada como uma necessidade se suas atividades deviam estar confinadas ao lar. *Nós estamos particularmente interessados na mulher*, porque se esperamos qualquer grande mudança nas condições de vida, *a mãe da família deve ser conquistada para a causa*. Na família Andina, *enquanto a cabeça da família trabalha fora nos campos*, sua mulher gerencia o lar e é responsável pela educação das crianças, portanto *ela é a chave para qualquer possível melhoria no seu domínio*. Novas práticas agrícolas e o uso mais extensivo do maquinário da fazenda não são mais um problema para essa nova geração de Índios que pode ler e escrever e tem sido exposta a novos ensinamentos que tem uma influência direta e favorável no seu modo de vida. Eles estão alertas, confiantes, e, sobretudo, ansiosos pelas melhorias tanto para eles próprios como de para suas famílias. (...) Nós esperamos que nós estejamos provando que este homem esquecido, o Índio Andino, *não é uma total perda*. Uma mão amiga, oferecida com delicadeza, compreensão e respeito pela dignidade dele *pode convertê-lo em um cidadão útil*” (PLAZA, 1955, p. 199).

As palavras do ex-presidente evidenciam o papel da educação como um veículo para o traslado dos indígenas à “modernidade/colonialidade”. Estes, são *convertidos* - e aqui vale considerar o sentido religioso do termo – em cidadão “uteis”, para a reprodução do

sistema capitalista. Capazes de ler e escrever, estão habilitados para assimilar novos ensinamentos e tecnologias, ainda que totalmente alheios e refratários à sua cultura e ancestralidade. Por fim, a defesa da centralidade do papel da mulher nesse processo, restringe sua ação ao “*seu domínio*”, o domínio privado – *casa adentro*, mas agora num sentido desconectado e subordinado. As novas formas de produção inseridas no rastro do projeto educativo – onde a monetarização assume espaços que antes eram de uma economia tradicional, de subsistência –, tornariam especialmente indispensável o *trabalho* feminino para a “reprodução da força de trabalho” (FEDERICI, 2010; 2014), ou seja, para a criação de novos cidadãos *úteis*. “Conquistada para a causa”, a mulher passa a iniciar o processo educativo que, posteriormente, será concluído por instituições de ensino desconectadas da relacionalidade ‘família-comunidade’.

Nos próximos capítulos, ao rastrear elementos comunitários no âmbito das rádios das nacionalidades amazônicas, destaco *ausências-presentes*, que, não por acaso, incluem vozes femininas, à margem das rádios, algumas à margem de suas organizações, à margem dos espaços de escuta seletiva oficiais e do projeto de “desenvolvimento” do governo. Proponho, duas questões que, neste capítulo, abrem sendeiros para as próximas páginas: O que implicou (ou implica) o ‘traslado à modernidade’ na Amazônica? E ainda, qual o papel da comunicação neste trajeto?

Capítulo 3

NO RASTRO DA COMUNICAÇÃO COMUNITÁRIA

“[L]a palabra sin acción es vacía. La acción sin palabra es ciega. La palabra y la acción fuera del espíritu de la comunidad son la muerte.”¹³⁷

(Pensamento do povo colombiano Nasa)

No presente capítulo, me aproximo de Zibechi (2006a) quando este afirma que mais importante que definir a comunidade é observar como esta funciona. Quais os efeitos de uma lógica comunitária sobre processos decisórios? Nesse sentido, é preciso assentar desde já a ideia de que não há apenas uma única ‘lógica comunitária’, havendo distinções entre a Amazônia e os Andes (Serra)¹³⁸, por exemplo, e mesmo no próprio espaço das distintas nacionalidades amazônicas, com históricos diferenciados de ‘traslado à modernidade’, conforme abordado no capítulo anterior.

Além disso, como ressaltam Chirif e García (2007), as concepções atuais sobre o ‘comunitário’ estão permeadas por noções externas incorporadas – e, vale ressaltar, em muitos casos ressignificadas, apropriadas. Ainda assim, dizem os autores, as fronteiras internas – como comunidades ou comunas – respondem ao direito subjetivo romanista. “Um mundo consistente, íntegro, é dividido entre sujeitos e coisas ou direitos que lhes pertencem exclusivamente e sobre os quais tem um poder absoluto”; esta é uma ficção do direito ocidental (CHIRIF E GARCÍA, 2007, p. 25). *Comunidad*, particularmente, procede da tradição europeia, recorda Luis Macas (2009, p. 88), para quem demandas por status legal e por reconhecimento de estatutos às organizações indígenas revelariam

¹³⁷ Fonte: ASOCIACIÓN DE CABILDOS INDÍGENAS DEL NORTE DEL CAUCA. Cauca: palabrandar, una tarea de todas y todos los comunicadores. Retirado de: <http://www.nasaacin.org/informativonasaacin/3newsflash/6867caucapalabrandar.unatareadetodasytodosloscomunicadores>, em 05 de dezembro de 2015.

¹³⁸ Reconheço contribuições importantes como as de PRADA (2008), MACAS (2000); OVIEDO (2014); PATZI (2011); TORRES (2014); SANCHEZ-PARGA (2007), dentre outros, que abordam, desde diferentes perspectivas, práticas e valores comunitários e comunais, em diferentes ‘emaranhados’ e contextos. Contudo, as concepções apresentadas nestes trabalhos, embora bastante importantes para refletir sobre aspectos comunitários da Serra, consideradas inúmeras especificidades no âmbito desta região, se distanciam ainda mais da realidade amazônica, seja equatoriana, boliviana, peruana etc.

“mecanismos de resistência” através dos quais, diz ele, “nos mimetizamos para poder sobreviver” (MACAS, 2009, p. 89)¹³⁹.

Trata-se de um serpenteio cheio de armadilhas. O “sujeito jurídico” expõe um tema muito complexo quando se trata de acoplar a instituição ao tipo de relação que os povos indígenas costumavam manter com seus territórios, onde diversos tipos de sujeitos (indivíduos, famílias, clãs, grupos ou coletivos maiores, incluindo seres ‘reais’ ou simbólicos da natureza) tem diferentes tipos de direitos sobre os mesmos espaços. Ainda acompanhando as palavras de Chirif e Garcia, a formalização de apenas um sujeito jurídico que detém o poder absoluto sobre a propriedade coletiva tende a ser uma causa adicional de conflitos que obstaculiza a governança territorial.

Em face destas questões que complexificam qualquer tentativa de caracterizar univocamente o ‘comunitário’ na Amazônia, os “direitos da natureza”, constitucionalmente reconhecidos no Equador, nos colocam frente a uma pergunta que deflagra eventuais limites em reconhecer, intercultural e plurinacionalmente, quem ou o quê conforma uma comunidade indígena amazônica: se a natureza tem direitos, quem tem direito a defender os direitos da natureza?¹⁴⁰

Compreendendo a complexidade em torno aos temas das fronteiras internas aos territórios ancestrais indígenas, e sua inclusão no âmbito da “sociedade nacional” – dita majoritária –, quero enfatizar neste capítulo experiências e reflexões a respeito da ‘comunicação comunitária’. Igualmente, considero especificidades, segundo organizações indígenas, segundo a localização da população de determinada nacionalidade, segundo o grau de aproximação e interferência da sociedade moderna ocidental nas culturas locais¹⁴¹.

¹³⁹ É interessante destacar a celebração, particularmente por indígenas amazônicos, de datas de Parroquialização (criação da *Parróquia*) ou Cantonização (criação do Cantón), festejando assim a criação de unidades administrativas que conformam o Estado equatoriano.

¹⁴⁰ Esta pergunta foi trazida ao campo de investigação pela colega Carmen Seco, a quem agradeço pelas perguntas compartilhadas ao longo do percurso de pesquisa e partilha.

¹⁴¹ É inviável abordar aqui, em detalhes, algumas especificidades no caso de cada nacionalidade. Cito dois exemplos, para esclarecer o quão distintos foram os processos de ‘*acercamiento*’, alguns protagonizados por missionários – como no caso dos salesianos e dos Shuar ao sul da Amazônia – e outros conduzidos por uma ação complementar entre missionários e empresas petroleiras, como no caso dos evangélicos e da Maxus em território Waorani. No primeiro caso, os salesianos viriam a consolidar o sentido de propriedade privada entre os Shuar – tema brevemente explorado no capítulo anterior. Política e organizativamente, influíram no reagrupamento dos indígenas em centros e comunidades, de modo que cada família recebia um pedaço de terra, a qual poderia ser herdada, dividida e vendida, mas apenas a um Shuar. A criação da FICSH (1976) é, portanto, parte de um processo de institucionalização que, inevitavelmente, aprofunda impactos sobre os tecidos comunitários estabelecidos ancestralmente ao longo do vasto território amazônico. O caso Waorani já se complexifica porque não é possível abordá-lo como

Enfim, são diversos elementos que concorrem para forçar-nos a retornar à “pedagogia da pergunta” e utilizar questionamentos não para chegar a afirmações e generalizações apressadas. Trata-se de rastrear o comunitário, na medida em que os caminhos e as perguntas vão surgindo.

No rastro da comunicação comunitária’ mais que perguntar ‘que é o comunitário?’ me dediquei a refletir ‘no campo de investigação’, *ao lado* e *com* interlocutores e interlocutoras, sobre ‘que há de comunitário na comunicação comunitária?’, para em seguida situar e mapear algumas ausências-presenças que não ecoam através dos microfones necessariamente, mas que produzem efeitos, ainda que à margem das emissoras concedidas às nacionalidades indígenas pelo governo nacional.

Com tal propósito, a busca pela *palavra roubada* acabou se desdobrando no contato com temas adjacentes, tais como:

- **A rádio e o fortalecimento organizativo**
- **A rádio e a comunidade, seus conhecimentos e vivências**
- **A rádio e a autogestão/ autodeterminação**
- **A rádio sustentável e o território**
- **A rádio e o alinhamento político**
- **A rádio e a escuta.**
- **A rádio, as margens e os silêncios**

Entrelaçados, cada um destes temas foram se fazendo presentes no rastreamento das formas de resistência e re-existência em espaços comunitários, particularmente em torno a questionamentos sobre que elementos (vivos ou não vivos) são “(re)agregados” (ou não) – para usar termo apresentado por Latour (2012) – em meio à experiências, relacionalidades e convivências comunitárias.

um único ‘caso’. Laura Rival afirma que os Waorani não constituem, em verdade, uma só nação ou “nacionalidade”, de modo que sua sociedade “não é uma constelação definida de instituições nem sua união está selada em um texto sagrado que fixe os parâmetros de seu acordo para viver juntos”. Segundo a autora, o que lhes une é um compromisso comum e radical com a liberdade e a autonomia pessoal (RIVAL, 2015, p. 285). Eles são, diz a autora, “ferozmente igualitários” e bastante “impermeáveis à coerção ou qualquer forma de obediência às regras de mando”. Menos que “fronteiras étnicas bem estabelecidas”, segundo Rival, as fronteiras e identidades “se constituem dinamicamente no espaço e no tempo de acordo com lógicas transformativas que voltam a atuar e desestabilizam a oposição dual do “civilizado” *versus* o “selvagem”. No território Waorani, são descritas experiências como aquelas ao longo da *Via Maxus*, onde os homens se dedicavam a caça em tempo completo, já que “não há necessidade de fazer chacra, construir casas, pescar ou recoletar”, tendo a família “bem alimentada” pela petroleira (RIVAL, 2015, p. 298). Por outro lado, mantem-se um “comércio silencioso” entre os “povos da selva” (“selvagens”) e os Waorani “civilizados”, entendendo os primeiros como adeptos de uma forma mais radical de estar na selva e os últimos inseridos mais fortemente na esfera de influência petroleira.

3.1 Que há de comunitário na comunicação comunitária?

Primeiro, o que recebe aqui o nome de comunicação comunitária, recebeu outros nomes ao longo do século XX, como explica López Vigil:

Na Bolívia se chamavam rádios sindicais. Com Sutatenza [rádio colombiana] foi estreado o conceito de rádio educativa. Logo, no calor das ideias de Paulo Freire, posicionou-se a rádio popular. Correram os anos e nasceram, em uma matriz laica e graças ao baixo custo dos equipamentos de FM, outras rádios na paisagem latino-americana. No Brasil, se chamaram rádios livres, ressaltando que não se submeteram à mordaza da ditadura militar. Na América Central, depois de serem rebeldes e localizadas nas montanhas, preferiram denominarem-se participativas, cansadas de tantas décadas de autoritarismo e silêncio. No Cone Sul começaram a serem conhecidas como rádios comunitárias, talvez para evitar o anonimato das grandes cidades ou a falta de outros referentes coletivos. Não faltou um teórico preparado que quis sintetizar tais conceitos em um único: rádios alternativas, aquelas que querem uma comunicação diferente (LOPEZ VIGIL, 2015, p. 21). – tradução própria.

Quando comecei a realizar os primeiros contatos com os locutores e locutoras – ainda que estas últimas fossem em menor número em todas as rádios visitadas – interessava-me rastrear a presença do *comunitário* no espaço dos estúdios de transmissão, na programação transmitida e ainda numa interseção – que eu julgava existir necessariamente – entre as rádios comunitárias e as respectivas organizações indígenas amazônicas de Pastaza e Morona Santiago.

Minha aproximação do universo das rádios abordadas, como observado anteriormente, não respeitou o roteiro comum de questionamentos e atividades previstos. Em grande medida, cada rádio, cada espaço que eu adentrava me foi apresentando uma receptividade em particular, questões específicas, e cenários distintos do ponto de vista das relações com a comunidade, com a organização e com os governos do presidente Rafael Correa (2007-2017).

Em ocasiões pontuais, acompanhei a transmissão de eventos da comunidade através da rádio comunitária¹⁴². Isso aconteceu especialmente no caso da radio *Jatari Kichwa*, de Arajuno. Desde o começo, a presença do presidente da ACIA, Darwin Tanguila, junto a rádio comunitária evidenciou possibilidades e intenções claras de utilizar as ondas sonoras da emissora para facilitar a comunicação com as comunidades mais distantes do centro de Arajuno, onde se encontra a sede da Associação. A inserção da *wayusa upina* – momento de diálogo familiar e de tomar o potente chá energético feito com a planta *wayusa* – na programação da rádio, às quatro da manhã, estava prevista no Plano Comunicacional da *Jatari Kichwa*, assim como no caso de outras emissoras. Na *Jatari Kichwa*, pude acompanhar o planejamento tornado prática, algo não presente em outras emissoras.

Darwin Tanguila incorporou à sua agenda de atividades como presidente um recorrido pelas comunidades vinculadas à ACIA, muitas vezes realizados pelas madrugadas, a fim de que pudesse chegar por volta das quatro da manhã para tomar *wayusa* com a comunidade visitada. Geralmente, a ida do presidente converge com alguma festividade local, pelo aniversário de criação da comunidade, por exemplo.

Certa ocasião, em dezembro de 2014, saímos da sede da organização – localizada ao lado do estúdio da *Jatari Kichwa* – por volta das três da manhã. Percorremos uma parte do trajeto em carro até chegar à margem do rio Arajuno. Atravessamos um trecho em barco e outro caminhando, até chegarmos ainda de noite à comunidade Killu Kaspi (árvore amarela, em Kichwa, utilizada para construção de canoas, remos, mesas, cadeiras etc.).



A caminho de Killu Kaspi por volta das quatro horas da manhã

¹⁴² Ver ANEXO 20, para ver fotografias de outros momentos junto à comunidade de Arajuno

Ali, dezenas de moradores nos esperavam com *wayusa*, *chicha* e, posteriormente, peixe e mandioca, servidos sobre folhas dispostas no chão numa prática de partilha conhecida como *pampa mesa*.



Nina Tanguila: à época, locutora da rádio Jatari Kichwa.

Moradora prepara comida que será servida no *pampa mesa*



Pampa mesa na comunidade, após discursos e bebida do chá de *wayusa*.



Amanhecer em Killu Kaspi.



Moradora de Killu Kaspi compartilha chicha com a autora.

O evento ocorrera num espaço coberto, que nas comunidades serve como uma espécie de *ágora* destinada às assembleias e eventos festivos. É comum que, como na comunidade *Killu Kaspi*, as pessoas formem um semicírculo acompanhando a construção oval, para ouvir as intervenções de líderes da comunidade, da organização e dos próprios membros da comunidade. Na ocasião, Darwin sintetizou o propósito daquele encontro:

Hoy día estamos aquí en la comunidad Killu Kaspi, una de las comunidades que conforma parte de la asociación ACIA. Nosotros como Consejo de Gobierno hemos participado en programa de wayusa upina, es una costumbre de los Kichwas que participamos en casa una de las comunidades cuando empieza el aniversario de cada comunidad. Entonces, como fuimos invitados, me dieron la palabra con el fin de que yo como presidente de ACIA de mensaje de cuál es el sentir de la comunidad o el sentir de los dirigentes en el proceso de la política organizativa. Hemos hablado sobre las costumbres, las tradiciones, la identidad cultural, el fortalecimiento organizativo, principalmente de la unidad, porque la unidad es lo que hace la fuerza para conseguir cualquier tipo de necesidades que nosotros tenemos o los requerimientos que tenemos las comunidades. Participaron también, yo les felicité a la comunidad por su 17º aniversario de creación de la comunidad. Ahí participan diferentes actores, no simplemente ACIA, sino de otras asociaciones (...). Hemos dado este saludo de amistad, un saludo cordial que nosotros hemos ofrecido como ACIA. Porque ACIA siempre ha sido la organización más grande de la cabecera cantonal aquí de la Provincia de Pastaza. Entonces nuestro saludo es para hacer un llamado, que vengan a buscar esa unidad, busquemos ese trabajo en conjunto, porque los pueblos que estamos aquí somos una sola familia. Este ha sido mi llamado para toda la gente que estamos habitando aquí en territorio de Cantón Arajuno.¹⁴³

¹⁴³ Declaração de Darwin Tanguila, em 3 de dezembro de 2014, durante visita a comunidade de Killu Kaspi. Essa declaração foi filmada pela autora e depois disponibilizada ao presidente de ACIA, assim como todo material fotográfico realizado durante a visita. Em maio de 2015 – após o VIII Congresso de ACIA, quando o presidente Darwin Tanguila (2012-2015) foi reeleito (2015-2019) – realizou-se uma exposição fotográfica durante evento festivo.

Na noite anterior à visita, o presidente da ACIA esteve nos estúdios da rádio, durante o programa apresentado pela locutora Nina Tanguila, a fim de anunciar sua visita à *Killu Kaspí*. A possibilidade de transmitir através da rádio comunitária anúncios e convocatórias sobre visitas e atividades diversas realizadas pelos presidentes das organizações revela sua importância para o fortalecimento das relações entre determinada organização e as comunidades associadas. Contudo, o uso das emissoras com esta finalidade não foi uma constante nos demais casos acompanhados.

Para a presidente da nacionalidade Andwa, Alesandra Proaño, seria preferível realizar a prestação de contas da organização diretamente nas comunidades. *“Para rendición de cuentas siempre hago en vivo y en directo allá en la comunidad (...) La radio transmite eventos en la ciudad... adentro no se tiene equipos para hacerlo.”* À época, a presidente contou ainda que estavam, em princípio realizando um programa na rádio para *“recuperación del idioma pero el compañero se fue”*, já que *“en la ciudad todo mundo necesita de recursos para poder sostenerse”*. As formas de sustentabilidade da comunicação comunitária merecerão algumas considerações mais adiante.

A *“voz de la frontera”*, como se autodenomina a Radio Andwa, se diferencia da rádio de Arajuno por estar bastante distante de seu território, o que implica em maiores dificuldades porque a sede da organização, que é também onde se encontra o estúdio da rádio comunitária, está a 45 minutos em *avioneta* ou dois dias em canoa. *“Entonces, siempre voy, no me gusta estar sentada en la oficina, yo casi no paso en la oficina, me gusta estar gestionando (...) voy a la comunidad, les informo, hago una reunión, comunidad por comunidad –* afirmou a líder Andwa se referindo às cinco comunidades que totalizam, segundo ela mesma, 2.462 habitantes. Organizativamente, esta nacionalidade é a mais jovem da província de Pastaza e de toda região amazônica.

A ideia de “prestar contas” está presente na *Ley Orgánica del Consejo de Participación Ciudadana y Control Social* (2010), envolvendo obrigatoriamente *“instituciones públicas o privadas que presten servicios públicos, manejen recursos públicos o desarrollen actividades de interés público, así como a los medios de comunicación social”* (Artigo 88). Desse modo, as próprias rádios comunitárias devem realizar perante as comunidades uma prestação de contas sobre recursos obtidos, serviços oferecidos, debilidades e potencialidades.

Vale lembrar que dentro das lógicas participativas e deliberativas comunitárias, os líderes e representantes exercem *“mandatos imperativos”* e está prevista a

revogabilidade permanente dos eleitos. A representatividade é obrigatória e rotativa, conformando algo que Patzi (2011) identificara como uma “espécie de autoritarismo baseado em consenso”. Portanto, a legislação, sob prerrogativas de instaurar uma participação vinculada à institucionalidade estatal – e com condicionantes para integração às políticas públicas e projetos sociais –, instaura oficialmente um rito que afinal consiste na base da lógica comunitária. Noutras palavras, sob uma lógica ainda ancorada na democracia representativa e liberal, se institucionaliza uma prática própria da cotidianidade comunitária. Isso não significara, contudo, a inclusão das “pedagogias de escuta” ou de um sentido de participação que integre espaços “*casa adentro*” e “*casa afuera*”, como observaram Walsh e García (2015) acerca dos povos afro equatorianos.

O que quero enfatizar aqui são as relações entre a comunicação comunitária e o “fortalecimento organizativo” (Capítulo 6), uma vez que as organizações indígenas amazônicas foram estabelecidas, originalmente, como ressonância do “*entramado*” das comunidades situadas dentro da floresta. E a manutenção do tecido entre elas demanda hoje diversas formas de comunicação, inclusive lançando mão de tecnologias mais recentes.

Durante minha observação junto às rádios e seus dirigentes, ficou clara a confusão sobre o papel assumido pelos representantes das nacionalidades, o que se explica, em grande parte, pela confusão devido à origem das rádios geradas e concedidas desde os aparatos e premissas governamentais:

El objetivo central y prioritario del gobierno de la Revolución Ciudadana es la democratización de los medios de comunicación, para crear las bases del Quinto poder que son las redes de participación social y esta necesariamente pasa por la comunicación social. En ese contexto consideramos que la comunicación es una finalidad de la democracia. Cuando sabemos escuchar y comunicarnos, estamos construyendo sociedad, estamos construyendo democracia y ciudadanía porque estamos reconociendo a un otro que tiene palabra. (...)El 100% de la comunidad ecuatoriana que se localiza en la zona rural y urbana marginal y migrante recibe información influenciada por la prensa privada. No existen radios comunitarias que tengan programas preparados en función de las necesidades de la población rural, urbana y migrante que permita la

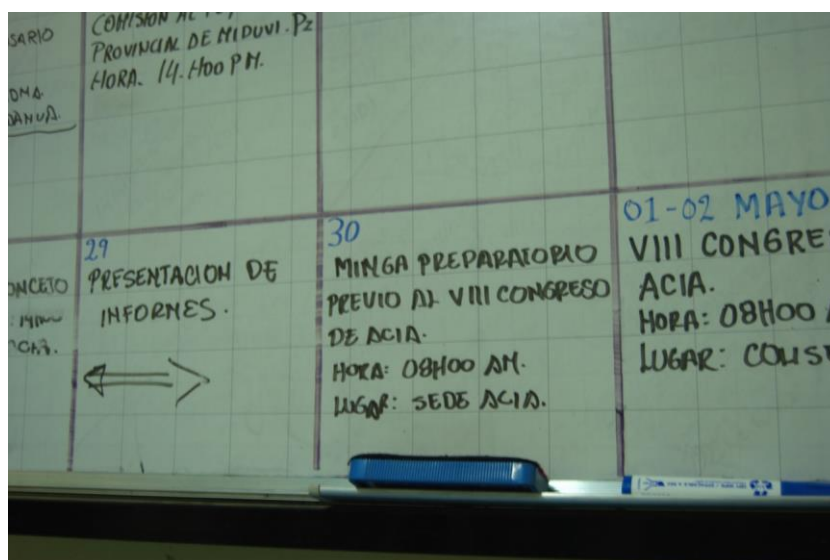
*inclusión y la relación intercultural, crear las bases de un estado plurinacional*¹⁴⁴.

A concepção do projeto atrelado inicialmente à *Secretaria de Pueblos Movimiento Sociales y Participacion Ciudadana* – e posteriormente à SNGP – ressalta a importância de uma comunicação comunitária frente à preponderância da imprensa privada. Contudo, defendo que há um equívoco em vê-la como “finalidade” (ênfase própria).

A comunicação é caminho, não ponto de chegada. Um fator que marca a comunicação comunitária é a maneira como esta se encontra diluída em vários momentos da vida em comunidade. Pensando nas possíveis ressonâncias no âmbito das rádios abordadas, minha intenção de realizar uma aproximação “*co-labor-ativa*” esteve marcada pela tentativa de apoiar essa característica, segundo necessidades identificadas desde e com os (as) interlocutores(as) da pesquisa.

As duas características citadas – a importância da comunicação comunitária para o fortalecimento organizativo e sua diluição no cotidiano comunitário – exigem que qualquer proposta de “*co-labor*” ou observação participativa seja (re)pensada e exercida orgânica e coletivamente. Algumas limitações e desafios no sentido de desenvolver este propósito serão abordados neste capítulo e, conclusivamente, ao final deste trabalho.

Minga preparatória para VIII Congreso de ACIA indicada no quadro de atividades localizado na sala do Presidente da ACIA/ Arajuno. Foto tirada em 30 de maio de 2015.



¹⁴⁴ ECUADOR. SECRETARIA DE PUEBLOS MOVIMIENTO SOCIALES Y PARTICIPACION CIUDADANA (2012-2015). Creación de redes de medios comunitarios públicos, privados locales (Documento). 58p. (pp. 22-24). Documento obtido junto à *Secretaría Nacional de Planificación y Desarrollo* (SENPLADES).

As experiências de aproximação com as rádios comunitárias, as respectivas lideranças e interlocutores me permitiram conhecer outros elementos que igualmente caracterizam os tecidos políticos-comunicativos amazônicos.

		HORA: 10:00AM LUGAR: COMUNIDAD.
10 REU PARTICIPAR EN ANIVERS CONARIO DE ASOCIACION "AMA" DEL EN WAYUSA UPINA DE HORA: 4:00AM LUGAR: COLISEO DE AMA.	11 SOLUCIONAR PROBLEMA SHAMANISMO ENTRE SOCIO DE LA COMUNIDAD SHIKU. HORA: 9:00AM LUGA: COMUNIDAD SHI.	12 REUNION CON LOS P de las 24 C.G.A. HORA: 10: LUGAR: C
17	18 VISITA A LA COMUNIDAD	19

Nota sobre participação do presidente em aniversário de associação da comunidade AMA durante *Wayusa Upina*, às quatro horas da manhã. Quadro de atividades na sala do Presidente da ACIA/ Arajuno. Foto tirada em 30 de maio de 2015.

Em Arajuno, desde as primeiras horas do dia 1º de maio de 2015, foi iniciado o VIII Congresso da ACIA, que durou dois dias. A *wayusa upina* foi transmitida ao vivo desde a rádio comunitária. As conhecidas propriedades energéticas da planta inspirariam aquela jornada de atividades encerrada no dia seguinte com a reeleição de Darwin Tanguila. Ao longo do dia, coube ao presidente apresentar sua “prestação de contas” à comunidade, ou seja, o *Informe de Actividades del Consejo de Gobierno 2013-2015*.

Frente a centenas de delegados, integrantes das diferentes comunidades que compõem aquela organização indígena, a apresentação foi realizada com auxílio de *data show* e transmitida através da rádio comunitária.

O presidente de ACIA destacou em sua apresentação o fortalecimento de costumes como a *wayusa upina*, a valorização do idioma, de jogos tradicionais, da vestimenta, da dança e da música próprias. Foi enfatizada ainda a realização de oficinas nas próprias comunidades, com a participação de anciãos, mulheres e jovens, sobre temas como liderança política e fortalecimento organizativo. Como “debilidades/ ameaças” foram identificados os seguintes pontos, reproduzidos textualmente abaixo:

- *Algunas comunidades en disconformidad a las políticas propias de nuestra organización*

- *El incumplimiento a los compromisos de parte del Estado*
- *Poco interés de apoyo de parte de las autoridades [para fortalecer o “diálogo intercomunitario e inter asociaciones buscando la unidad”]*
- *Influencia de políticas externas en las comunidades (partidos políticos, empresas petroleras)*
- *Poca participación de la juventud*
- *Poca practica de las costumbres ancestrales de las familias*
- *Falta de capacitación en liderazgo (...)*
- *Incumplimientos de compromisos establecidos con ACIA [por parte do Estado e de empresas petrolíferas] (...) [Bloco 10]*
- *Posible intervención del Estado, para romper la estructura de las propias organizaciones con las nuevas políticas y la aplicación de la ley de tierras¹⁴⁵.*

Froilan Tanguila¹⁴⁶, então diretor da *Jatari Kichwa* e primo de Darwin, esteve junto a outros locutores encarregado de recolher declarações dos presentes e garantir a transmissão ao vivo do conteúdo apresentado no Congresso. O Informe também continha detalhes sobre o convênio finalizado com a empresa *Agip Oil* e o governo Correa, após discordâncias frente ao não cumprimento de acordos bilaterais durante a fase exploratória do Bloco 10, uma área de 200 mil hectares localizada em sua totalidade na província de Pastaza. Os dados transmitidos pelo presidente contrastam com a propaganda que chamou minha atenção logo na primeira visita à Arajuno. Um *outdoor* da empresa pública Ecuador Estratégico EP¹⁴⁷ anunciava frente a uma obra em construção: “*El PETROLEO mejora tu comunidad*”.

¹⁴⁵ Informações extraídas da exposição em *power point* realizada pelo presidente de ACIA, Darwin Tanguila, durante apresentação do *Informe de Actividades del Consejo de Gobierno 2013-2015* aos integrantes das comunidades, em 1º de maio de 2015.

¹⁴⁶ Substituído por Rafael Grefa em 2016.

¹⁴⁷ “*Misión: Materializar la Política Pública del Gobierno Nacional para el Buen Vivir de las comunidades en las zonas de influencia de los proyectos de los sectores estratégicos, a través de la ejecución de programas integrales de desarrollo local, redistribuyendo equitativa y planificadamente los ingresos generados por el aprovechamiento responsable y sostenible de los recursos naturales y operando bajo normativa vigente, con eficiencia, eficacia y transparencia*”. Retirado de <http://www.ecuadorestrategicoep.gob.ec/institucion/mision-vision>, em 12-09-2015.



Registro fotográfico em 06 de dezembro de 2014 em Arajuno.

Estando diretamente vinculada ao território, a comunicação comunitária se conecta a um processo horizontal e dialógico que, nas comunidades, geralmente, está associado ao cotidiano das famílias e escolas.

O sentido comunitário de uma rádio está relacionado à participação ativa, à finalidade educativa, formativa e cultural, não reproduzindo – ou mesmo se opondo à lógica da radiodifusão convencional. Como ressalta Cecília Peruzzo, os meios comunitários

permitem novas práticas que ajudam a modificar os modos de produção, de gestão, as relações de trabalho que vigoram no mercado etc. Avanços nesse sentido dependem da direção dada, pois o meio de comunicação não se presta a fazer nada sozinho. Se for administrado de forma tradicional, os resultados são similares aos das rádios convencionais. O rádio democrático e transformador é possível se a direção e a equipe de programação forem abertas a favorecer a participação ativa dos

cidadãos e a se comprometer com os movimentos mobilizatórios mais amplos (PERUZZO, 2010, p. 2015).

Atenta às palavras de Peruzzo, ressalto que, em meio às atividades do VIII Congresso de ACIA, estavam incluídos sete Grupos de Trabalho: 1. CTIs¹⁴⁸, território e recursos naturais; 2. Justiça Indígena; 3. Educação e Saúde; 4. Mulher e família; 5. Juventude; 6. Desenvolvimento comunitário e produtividade e Radio Comunitária; 7. Fortalecimento organizativo e Política.

É possível que se questione o uso de termos como “desenvolvimento” e “produtividade”, inseridos no cotidiano das comunidades amazônicas que buscam garantir “recursos” a partir do território em que vivem. Isso não invalida, no entanto, o fato de que as comunidades em questão mantêm vínculos comunitários (o trabalho na *chakra*, a *wayusa upina*, as *mingas*, o preparo da *chicha* para festividades, as assembleias comunitárias etc.), assentados na relação com o /no território, compartilhado a partir de alternativas produtivas consonantes com seus “planos de vida”¹⁴⁹.

Escolhi naquela ocasião, entre os sete temas referidos, acompanhar as reflexões acerca do sexto tópico. A reunião foi concomitante às demais e ocorreu na casa que abriga a rádio *Jatari Kichwa*, numa sala ao lado do estúdio de transmissão, com a presença de membros associados à ACIA. Em certo momento, coube a Froilan Tanguila – ex-

¹⁴⁸ A partir da Constituição Nacional de 1998, o Estado Equatoriano reconhece expressamente aos povos indígenas que se auto definem como nacionalidades, e reconhece seus direitos coletivos, dentre os quais está o direito a conformar *Circunscripciones Territoriales Indígenas* (CTI), ou seja, unidades político-administrativas do estado, as quais representam uma oportunidade de Governabilidade Indígena. No entanto, até o ano de 2007 não existiam mecanismos para colocar em prática este direito; apenas com a nova Constituição de 2008 (Artigo 257), foram criados os procedimentos para dar origem às CTIs, permitindo aos povos e nacionalidades “exercer seus direitos coletivos”; “contar com um governo autônomo próprio, controlar e gerir o território, administrando os recursos naturais”; “definir políticas em um plano de desenvolvimento próprio baseado no *Buen Vivir*”; “contar com financiamento do orçamento geral do Estado, e gerar recursos”. Fonte: <http://www.desarrolloamazonico.gob.ec/cti-circunscripcion-territorial-indigena/> Último acesso em 17-07-2016.

¹⁴⁹ Há uma crescente inserção de vocábulos ocidentais, próprios da gestão pública e exógenos às lógicas e práticas comunitárias tradicionais. São palavras que impulsionam os dirigentes e representantes das comunidades rumo a trâmites, prazos, formulários, “marcos lógicos” e diversos elementos imprescindíveis para obter contratos e acordos junto às esferas governamentais. No capítulo 6, disserto sobre algumas implicações do projeto de “fortalecimento organizativo” da SNGP – a mesma secretaria responsável pelo projeto de rádios comunitárias -, dedicado a “incidir na modernização das estruturas organizacionais”, facilitando às mesmas o relacionamento com o Estado, e “fortalecendo a capacidade de gestão administrativa”.

locutor e diretor da rádio, que, posteriormente, saiu da comunidade para continuar seus estudos – compartilhar informações sobre o desempenho da emissora, as dificuldades financeiras, os esforços para conseguir anúncios publicitários, os detalhes sobre a programação veiculada etc. Na ocasião, Froilan contou aos presentes que, à época (maio de 2015), as demais rádios comunitárias de Pastaza – com exceção da radio *Wao Apeninka* e da própria *Jatari Kichwa* – estavam com problemas financeiros graves. As emissoras das nacionalidades Shuar, Shiwiar, Andwa e Sápara haviam acumulado, cada uma, dívidas de até 10 mil dólares com a empresa de energia elétrica e estavam fora do ar por tempo indeterminado.

Embora o tema proposto sugerisse uma possibilidade de articulação entre o desenvolvimento comunitário e a gestão da radio também comunitária, os dois tópicos foram abordados separadamente. Como ‘desenvolvimento comunitário’ o grupo referiu-se, por exemplo, às possibilidades de fortalecer uma produção local (de cacau, milho, café, arroz, plátano, criação de galinhas, piscicultura, gado e artesanatos) através de cooperativa e de “projetos produtivos e sustentáveis para as comunidades”. Tratou-se ainda do fomento à criação de um “banco comunitário legalmente constituído”. Não foram abordadas, naquele contexto, estratégias coletivas e comunitárias para a sustentabilidade da emissora. Foram estipulados entre os presentes novos valores que caberiam a cada caso: emitir convocatórias para eventos, transmitir comunicados em geral e pedir música, promover anúncios comerciais, enviar mensagens de aniversário ou transmitir condolências por motivo de falecimento. Os valores estabelecidos variavam entre um e dois dólares para cada uma dessas possíveis intervenções dos ouvintes junto aos microfones da rádio.

No roteiro dos temas abordados pelas comissões formadas durante o VIII Congresso da associação de Arajuno, previa-se que o debate do sexto grupo deveria considerar o “fortalecimento da rádio comunitária” sob as seguintes premissas: que “[l]a radio *Jatari 92.3FM* de propiedad de la nacionalidad *Kichwa de Pastaza*, tenga responsabilidad operativa y administrava con el personal capacidade bajo control de ACIA”; que “[l]as programaciones de la radio *Jatari* serán: organizativa, productiva, turística, educativas, culturales, sociales, deportivas, [de] salud e informativa”.

A noção de *gestão comunitária* consiste num dos pontos chaves para sustentabilidade das rádios comunitárias que se mantém ainda pendente, fazendo com que, na maioria dos casos, as alternativas encontradas sejam as mesmas utilizadas por veículos privados,

manejados desde uma visão comercial. Eis um impasse: como conduzir uma rádio “com visão comunitária” – tal qual o *slogan* comum às emissoras radiais estudadas – adotando uma gestão similar àquela das rádios privadas? Seria possível que a rádio fosse integrada ao conceito de *gestão comunitária* utilizado em relação ao próprio território?

As comunidades e organizações têm atualmente algumas fontes de recursos através de convênios com fundações privadas (nacionais e internacionais) e com o próprio governo. Vale ressaltar que a criação de organizações indígenas na Amazônia desde meados do século passado abriu espaço para gestão de projetos específicos das nacionalidades e de comunidades. Com a criação do *Proyecto de Desarrollo de los Pueblos Indígenas y Negros del Ecuador* pelo Estado equatoriano, em 1997, foram criadas novas fontes de recursos a serem captados pelas organizações (SILVA, 2003, p 45). Destaco este dado, considerando que tal realidade criou também novos espaços e fluxos de interlocução, negociação, articulação e interação entre ‘agentes externos’ e as organizações indígenas representativas seja em nível nacional, regional e/ou local.

Uma dessas fontes de recursos é garantida a algumas das nacionalidades de Pastaza (Shiwar, Waorani, Shuar de Copataza, Andwa, Sápara) através do *Programa Socio Bosque*¹⁵⁰. Nesse caso, a obtenção dos recursos está atrelada à apresentação de um “*Plan de Inversión en forma participativa*” e, transcorrido determinado prazo, as comunidades são instadas a realizar a prestação de contas referente aos investimentos realizados no âmbito do convênio firmado com Ministério do Meio Ambiente, órgão responsável pelo programa¹⁵¹.

Na visão da presidente Andwa o

¹⁵⁰ “*Socio Bosque consiste en la entrega de incentivos económicos a campesinos y comunidades indígenas que se comprometen voluntariamente a la conservación y protección de sus bosques nativos, páramos u otra vegetación nativa. La entrega de este incentivo está condicionada a la protección y conservación de sus bosques, lo que significa que las personas reciben el incentivo una vez cumplen con las condiciones de seguimiento que se determinan en convenio que se firma con el Ministerio del Ambiente*”. Fonte: <http://sociobosque.ambiente.gob.ec/node/755>, acesso em 29-12-2015.

¹⁵¹ Em seu estudo sobre o Projeto *Socio Bosque* Carmen Seco identificou uma série de questões e problemas sociais, gerados a partir da entrada de recursos financeiros oriundos do projeto. A autora cita o aumento dos casos de alcoolismo, conflitos, casos de corrupção, tendência a maior tolerância à exploração petrolífera e mineira, eleição de líderes afins ao governo, marginalização de mulheres e anciãos no manejo dos recursos, sanções impostas pelo governo devido a mal gestão dos recursos etc. Os direitos territoriais coletivos, tais como entendidos pelo governo, levam a divisão do território em duas partes, solo e subsolo – sendo o último passível de exploração. SECO, Carmen. 2015. *Equity implications of the Socio Bosque in the Ecuadorian Amazon*. (Não publicado).

*Plan de Inversión de Socio Bosque tiene que ser para prioridades de las comunidades. Si el Estado nos dio la radio, tienen que ser las instituciones del Estado quien financien con sus cuñas, porque el programa de Socio Bosque es para las comunidades, el dinero tiene que ir a las comunidades, no para este programa de la radio*¹⁵².

Em suas palavras, a presidente estabelece um distanciamento entre o “*Programa de la radio*” e as “*prioridades de las comunidades*”. Esta afirmação me mostrou uma compreensão distinta dos vínculos automáticos que, inicialmente, eu buscava encontrar entre comunidades-rádio-organização. O fato de ser um “*programa*” originado a partir do governo fez com que algumas rádios comunitárias não fossem assumidas como parte das comunidades, como uma *propriedade coletiva* tal qual o território, e assim sendo, integradas aos seus processos decisórios e tomadas como algo próprio.

O ex-diretor do projeto da SNGP, José Fernando Lopez, que foi entre 2013 e meados de 2014 responsável pelo desenvolvimento da Rede de rádios das nacionalidades indígenas, opinou que “a comunidade frente a radio tem que criar um mecanismo como o que utilizam para manejar a terra. Como tomam as decisões frente ao território? (...) A rádio é exatamente outro recurso que se concede às nacionalidades”¹⁵³. Lopez recorda que, quando ainda estava a frente do projeto, chegou a ser considerada a possibilidade de converter a rádio em um projeto de economia solidária. Mas eram necessários novos estudos para colocar essa proposta em prática. Seria uma possibilidade interessante, avaliando a conexão estabelecida entre o desenvolvimento local e um meio de comunicação comunitário. Este tem, potencialmente, mais capacidade de recolher outras vozes, outros relatos e promover o poder social, servindo como espaço para debate sobre assuntos de interesse coletivo (CORTÉS, 2010: 164). Características geográficas da região Amazônica impõem, contudo, inúmeros desafios que, de fato exigiriam mais estudos para serem contornados.

Lopez referiu-se a uma etapa importante do projeto, que não foi implementada e que seria o motivo dos problemas de sustentabilidade financeira enfrentados pelas rádios, especialmente de Pastaza, bem como dos problemas de falta de pessoal habilitado para

¹⁵² Entrevista realizada pela autora, na sede da organização Andwa, em Puyo, 14 mai. 2015.

¹⁵³ Entrevista realizada pela autora, em octubre de 2014, en la Universidad Andina Simón Bolívar.

conduzir as programações previstas nos documentos entregues para avaliação e concessão das frequências definitivas pelo Estado.

De certo modo construir a programação foi um exercício pedagógico. [Autora: E você disse que a outra etapa era socializar o Plano Comunicacional...] Porém, mais que socializar era iniciar um plano de capacitação com todos os grupos que apareciam na programação, porque se você vê há programas de jovens, de crianças, para mulheres, para terceira idade, programas religiosos, [Autora: Há de tudo nos Planos Comunicacionais]. Ótimo. Mas quem vai produzir isso, companheiros? Temos que começar em cada comunidade a formar, capacitar equipes que assumam estas franjas de programação. Esta era a etapa seguinte. E essa etapa teria consolidado o Projeto Comunicacional da Rádio e teria gerado muitas coisas mais. As comunidades que entenderam isso me dá a impressão que estão avançando bastante (...). Eles [outros dirigentes e diretores das rádios] acreditavam que a única publicidade eram as pautas dos anúncios publicitários. Quando começaram a entender que uma proposta de rádio comunitária tem que gerar responsabilidade, inclusive econômica frente á rádio, da comunidade começaram a pensar em outras coisas diferentes da publicidade. E começaram a explorar, apresentar projetos em *Ecuador Estratégico*, em buscar-se outros contatos, em buscar financiamento, mas disso nada se concretizou porque era uma coisa integral, ou seja, ter feito esses três documentos (Estudo Técnico, Plano Comunicacional, Plano de Sustentabilidade) implicava implementar para a programação um processo de capacitação para ver quem produzia e para a sustentabilidade da rádio implicava tomar o plano que se havia feito e começar a implementá-lo com alianças, produções, contatos, busca de recursos e financiamento, contatos com organismo internacionais, contatos com entidades do Estado. Isso não foi feito, tudo isso ficou desarticulado, e era uma coisa que tinha que estar articulada. ¹⁵⁴ (Tradução própria)

¹⁵⁴ Entrevista realizada pela autora, na casa do entrevistado, em 02 de maio de 2015.

As reflexões oferecidas pelo ex-diretor do projeto retomam o tema da *gestão comunitária* e dos limites em reproduzir-se um modelo de gestão financeira próprio, externo às lógicas das comunidades e ainda dependente de recursos governamentais, os quais poderiam estar condicionados por interesses políticos¹⁵⁵.

Em relação ao regime de concessão dos equipamentos, Lopez afirmara que foram consideradas duas alternativas. “Com o comodato o Estado teria o controle da rádio. Já a entrega [dos equipamentos] seria a total autonomia [para as nacionalidades]. O mecanismo de comodato é um mecanismo de controle” – concluiu Lopez. “Se eu te dou estes óculos [em comodato], o dia que me você olhar feio para mim eu posso retirá-los” – exemplificou o ex-diretor¹⁵⁶, que foi afastado do cargo num momento de reestruturação do projeto a qual incluía uma redução significativa do mesmo (ver Capítulo 5).

Pondero aqui que a (não) apropriação comunitária e organizativa das rádios não se deu da mesma forma em todos os casos. Marlon Vargas – ex-diretor de *La Voz de la NAE* e posteriormente (desde outubro de 2015 até maio de 2016) vice-presidente da NAE (organização Achuar) e, a partir de meados de 2016, presidente da CONFENIAE¹⁵⁷, defendeu o direito de comunicar desde as rádios concedidas a partir do projeto de governo temas que estivessem em desacordo com a política extrativa da “*Revolución Ciudadana*”, mas que fossem afins aos propósitos enunciados pela organização e pelas comunidades. Isso evidencia, ao menos no âmbito da produção de conteúdo, uma

¹⁵⁵ Segundo a LOC (2013), “*El Consejo de Regulación y Desarrollo de la Información y Comunicación establecerá en el Reglamento correspondiente las condiciones para la distribución equitativa del 10% del presupuesto de los anunciantes entre los medios locales.*” (Artigo 96). Contudo, até meados de 2016, a regulamentação não havia sido criada, impossibilitando o cumprimento do estabelecido por lei.

¹⁵⁶ Entrevista realizada em outubro de 2014, na *Universidad Andina Simón Bolívar*.

¹⁵⁷ Ao início de setembro de 2016, Marlon Vargas foi eleito presidente da CONFENIAE, consagrando a união de uma frente anti-governista, alinhada politicamente com o *Movimiento Pachakutik*, partido opositor da *Alianza Paíz*. A eleição de Marlon Vargas encontrou problemas para ser aceita pela SNGP – órgão que, desde meados do ano anterior, acumulara essa responsabilidade –, afinal o governo havia oficializado a destituição do então presidente da CONFENIAE, Franco Viteri, substituído por Felipe Tsenkush – acusado no passado de corrupção, expulso do *Movimiento Pachakutik*, mas pró Correa. O grupo liderado por Viteri, e reconhecido pela CONAIE alegou que a destituição deste último, Kichwa originário de Sarayaku, ocorreu sem o devido respaldo das bases. Em 28 de setembro de 2016, dezenas de policiais da força nacional, agentes do Grupo de Operações Especiais (GOE), invadiram a sede da confederação amazônica (em *Comunidad Unión Base*), que vinha sendo ocupada e reformada pelos apoiadores do presidente Achuar recém-eleito, afim de “resguardar” a realização de uma reunião por parte de Tsenkush. Nos dias seguintes, em resistência, mulheres de diferentes nacionalidades se direcionaram para a Sede – um pouco afastada do centro de Puyo –, e se puseram a elaborar vasilhas de barro, ocupando o espaço não apenas com a presença física de cada uma, mas com a ‘arte-saber’ transmitida e fortalecida “*casa-adentro*”.

conexão entre organização e rádio, distinta daquela proferida pela representante da nacionalidade Andwa.

Vale observar que, ao contrário desta última, ACIA (Kichwa) e NAE (Achuar) são duas das organizações que assumiram posições críticas ao projeto político e extrativista do governo Correa, alinhando-se politicamente com o Movimento Político *Pachakutik*. Nas palavras de Marlon:

las radios de las nacionalidades se han entregado para fortalecer su proceso organizativo dentro de sus territorios, entonces hay que difundir porque el problema de explotación de los recursos no renovables está dentro de nuestros territorios, y la radios están dentro de nuestros territorios. Y la radio se identifica con su pueblo. La radio no se identifica con otra cosa más. La radio comunitaria como la radio Achuar se identifica con su pueblo Achuar y tiene que difundir sin temor, porque eso es lo que quiere el pueblo, por lo tanto, los recursos naturales están dentro de nuestros territorios, donde están nuestras huertas, donde están nuestros ríos, donde están nuestras viviendas, donde hacemos nuestro espacio de vida. Entonces, ¿cómo puede un comunicador o una radio callar al respecto? Ya no sería un comunicador o un medio de comunicación comunitario (...) No sería un medio de comunicación, sería un medio de silencio. Hay que estar con el pueblo porque nosotros somos parte de este pueblo¹⁵⁸.

Em certa ocasião (ver Capítulo 6), quando estivemos em Copataza, Marlon Vargas, então diretor da radio comunitária de sua nacionalidade me disse que estava sensibilizado por encontrar na comunidade pessoas de sua família. Laços familiares são muito comuns no âmbito das rádios comunitárias, embora haja casos em que, a despeito dos laços consanguíneos, o cenário de polarização política prevaleça.

Ainda assim, abordar o comunitário pressupõe, a meu ver, compreender contradições inerentes e, sobretudo atentar para uma densa rede de relações interpessoais, relações que são igualmente uma forma de organização.

¹⁵⁸ Entrevista realizada pela autora, em Puyo, em 3 de setembro de 2014.

O problema, segundo detecta Zibechi, é que não estamos dispostos a considerar que a vida cotidiana das relações de vizinhança, de amizade, companheirismo, apadrinhamento e relações familiares tenham a mesma importância que o sindicato, o partido político, e que o próprio Estado. O imaginário dominante privilegia como organização o instituído, diz o autor, as relações de caráter hierárquico, visíveis e claramente identificáveis. As fidelidades tecidas por vínculos afetivos não tem a mesma importância que as relações pactuadas e codificadas através de acordos formais. Vínculos de racionalidade que “convertem as pessoas em meios para conseguir fins” costumam ser mais importantes que a comunidade, “tecida com base em relações subjetivas onde os fins são as pessoas” (ZIBECHI, 2006a, p 37).

Não quero dizer com isso que as comunidades não sejam na atualidade atravessadas e influenciadas por acordos formais, pela garantia de atas impressas e lidas após uma assembleia comunitária perante meios de comunicação previamente convocados. Em Copataza, a 30 minutos de Macas em um avião monomotor, me surpreendi com o fato de haver não apenas acesso à Internet, painéis solares, mas também uma impressora que possibilitava a impressão das resoluções tomadas pela comunidade e seu imediato registro, para veiculação por uma rede de TV privada que acompanhara a reunião a convite do então presidente da NAE, Jaime Vargas.

Cumprе demarcar que, além da família e da escola, espaços comunicativos comunitários como as rádios promovem o que Zibechi (2006b) ressaltou como “pedagogia de enraizamento de uma coletividade”, se referindo à expressão proposta por Salette Caldart (2000) em trabalho sobre o Movimento Sem Terra (MST) no Brasil. Daí, da concepção do movimento como “*entramado* e espaço de vínculos afetivos” (ZIBECHI, 2006b, p. 127)¹⁵⁹, se refere a uma ideia de emancipação que não é um objetivo, mas antes uma forma de viver. Uma forma que implica considerar uma “relação comunicativa” (MATA, 1993) específica, subordinada aos “*entramados comunitarios*” (GUTIÉRREZ, 2013, p. 24) vividos *desde* e *com* o território e caracterizada pela enunciação coletiva da mensagem. Neste sentido, a rádio não é apenas um meio de transmissão, mas se caracteriza pelas complexas interações que proporciona, inclusive aquelas mais conflituosas.

Quando comentou a diferença entre rádios privadas e comunitárias em nosso primeiro contato em Puyo, Marlon Vargas ressaltou que “*la lucha se hace a diario, cada*

¹⁵⁹ Grifo em itálico acrescentado pela autora para demarcar a manutenção do termo em espanhol.

instante, no solamente cuando hay problema, la comunicación es cotidianidad para nosotros”¹⁶⁰. A caracterização que o então diretor da rádio *La Voz de la NAE* me ofereceu sugere como identificar o caráter comunitário de uma rádio atentando para aqueles e aquelas que transitam pelo espaço, que ocupam os microfones e, portanto, tem a chance de interferir na programação em alguma medida. Segundo Marlon Vargas:

*“[El comunicador indígena es] un compañero que conoce la realidad de su pueblo, el contexto, la lucha de su pueblo, el convivir diario de su pueblo, para mí esto es un comunicador. Que da apertura, no solamente buscando protagonismo... un comunicador para nosotros es que da espacio a los demás, hace que los demás, las comunidades, los pueblos se comuniquen. Es el que investiga, el que vive con el pueblo y transmite la verdad.”*¹⁶¹

Zibechi enfatiza a importância de uma comunicação sem centro emissor, que seria mais um processo de “intercomunicação”, apagando a separação entre emissores e receptores, onde a comunicação é gerada em um ponto e levada a outro extremo receptor, num sentido unidirecional. O autor se refere por sua vez à “propagação de um fluxo (de ações coletivas, circulação de vozes e sentimentos etc.) através de um conjunto de elos cada um dos quais ativa o seguinte” (ZIBECHI, 2006a, p.94-95).

Essa percepção da comunicação se associa com um elemento da comunicação que muitas vezes é negligenciado, mas que está bastante presente quando pensamos numa comunicação comunitária: *“Cuando convoco una minga, cuando soy síndico, cuando soy presidente, cuando converso con la gente, cuando oigo a mi gente, a mis hermanos, cuando también nos escuchamos...”* – assim respondeu Marlon Vargas quando pedi que mencionasse outras formas de comunicação presentes no cotidiano das comunidades. Referia-se, na verdade, às situações em que se faz necessário comunicar-se dentro e entre as comunidades, acrescentando a escuta como um desses ‘momentos’ da comunicação comunitária. Posteriormente, ele ainda mencionou outros meios utilizados: *“puede ser el churo, puede ser la canoa, el transporte fluvial.”*¹⁶²

¹⁶⁰ Entrevista realizada pela autora, em Puyo, em 3 de setembro de 2014.

¹⁶¹ Entrevista realizada pela autora, em Puyo, em 3-09-2014.

¹⁶² Entrevista realizada pela autora, em Puyo, em 3-09-2014.

Lenkersdorf, quem viveu muitos anos em comunidades tojolabales de Chiapas, no México, apresenta experiências em comunidades indígenas organizadas sob influência do *Ejército Zapatista de Liberación Nacional* (EZLN). Sua descrição de uma assembleia realizada em determinado povoado mostra como todos tomam a palavra e, ao final da discussão, o ancião interpreta e resume a decisão. Segundo o autor, todos são iguais e o ancião intui o pensar comunitário e o anuncia. Ouvir, sentir, saborear e ter compaixão são ramificações da palavra escutar ou *'ab'i* (em tojolabal). Escutar e ouvir correspondem a formas de sentir desde a perspectiva do outro, observa Lenkersdorf, para quem das assembleias tojolabales nasce o *"nosotros"*, produzido conscientemente pelos seus participantes. "O nós, por sua vez, se constitui pelo escutar", que precede a construção de consenso. Ao contrário da democracia ocidental, diz o autor, onde o tempo de escutar recebe uma atenção negligente e pontual através dos votos emitidos, entre os tojolabales domina a escuta durante todo o processo democrático. A interação entre os que escutam e os que falam desempenha "uma função altamente política, porque os que escutam se emparelham com seus interlocutores" (LENKERSDORF, 2008 pp.77-79 – tradução própria).

Assim, volto ao ponto abordado anteriormente, qual seja a relação entre a comunicação comunitária e os processos de tomada de decisão tecidos *desde e com* o território, com especial destaque aos vínculos estabelecidos *"casa adentro"*, em momentos de diálogo familiar, como quando tomam chá de *wayusa* nas madrugadas, compartilham sonhos – também estes momentos que possibilitam uma interação comunicativa com antepassados –, planejam o dia e estabelecem um contato inter e intra geracional, base da oralidade em seu "circuito comunicativo" (VICH & ZAVALA, 2004, p. 11).

Sanchez-Parga afirma que a coesão interna de uma comunidade é sociologicamente de tal natureza que se reconhece cada comuna como um "logaritmo sociológico" único e irreproduzível. "Os elementos comuns entre comunidades não impedem estratégias próprias de cada uma delas" (SANCHEZ-PARGA, 2007, p. 37).

Assim também é possível compreender as rádios comunitárias, algumas conformando um logaritmo único e tão dinâmico quanto suas organizações, com chegadas e partidas de locutores e diretores – em casos específicos substituídos ao sabor das rupturas políticas entre dirigentes –, com ressonâncias e silêncios e algumas variações entre o trinômio comunidade-organização-Estado que afetam diretamente a presença de elementos comunitários naquelas rádios ditas comunitárias.

3.2 Onde está o comunitário?

Algumas experiências frente a “gestão comunitária” das rádios tornaram evidentes desafios múltiplos para ‘alimentar’ a radio comunitária com uma “visão comunitária”, com escutas e rituais próprios, com um “enraizamento na coletividade” – em detrimento da propriedade privada como centro primordial da organização social –, com intercomunicações “*casa adentro*” e “*casa afuera*”, com um tecido ou “entramado” que se dilui em diversos momentos do cotidiano comunitário, das quatro da manhã às oito da noite. E mesmo depois, perpassando os sonhos, já que o conteúdo onírico é integrado ao planejamento e vivência de muitas nacionalidades e comunidades.

A busca por elementos comunitários conduziu à busca pelo *lugar*, atentando ao espaço vivido e enraizado. Considerou-se anteriormente que este espaço exigiria uma agenda política radical contra o capitalismo e a globalização (ESCOBAR, 2000, p. 122), responsáveis por uma inevitável compressão homogeneizadora e pela supressão implacável do tempo e do espaço. Contudo, ao evocar os vínculos entre lugar, experiência e produção de conhecimento, aproximo-me de uma agenda que marcou o início deste século, num movimento de “defesa do lugar” (ESCOBAR, 2000; SANTOS, 2006).

Nesse sentido, o suposto desaparecimento do lugar é vinculado à “invisibilidade de modelos culturalmente específicos da natureza e da construção dos ecossistemas” (ESCOBAR, 2000, p. 115 – tradução própria). Tomando ainda as palavras de Escobar, a reafirmação do lugar, do não capitalismo e da cultura local em oposição ao domínio do espaço, do capital e da modernidade – e, estes últimos, centrais no discurso da globalização –, resultam numa valorização das possibilidades de reconceber e reconstruir o mundo desde práticas “*basadas-en-el-lugar*”. Com ênfase sobre as estratégias de comunicação, essa perspectiva inspira a atenção sobre fluxos e vínculos comunitários estabelecidos desde um território específico, a região amazônica equatoriana, bem como às lógicas que regem suas conexões com os órgãos e estruturas estatais e não governamentais.

Num evento pelos 25 anos da CORAPE, realizado na *Facultad Latinoamericana de Ciencias Sociales* (Flacso), em Quito, López Vigil apresentou ao público uma comparação metafórica e até poética sobre árvores e rádios: “E a rádio é como as

árvores, cresce pouco a pouco, cresce desde o pé. Vocês começam com um transmissor pequenino e vão crescendo, pouco a pouco”¹⁶³ – tradução própria.

Esta comparação me parece a síntese daquilo que busco enfatizar neste tópico. Afinal, não trato neste trabalho de árvores maduras, grandes e frondosas. Mas sim dos ramos de algumas jovens árvores, as quais encararam o desafio de desenvolver um enraizamento mais profundo e sustentar seu crescimento com ‘ramificações comunitárias’.

Longe de um horizonte de projeções ideais, a análise concreta de uma situação concreta, demandou pisar no chão da rádio, olhar atentamente para os diferentes espaços, compreender minimamente a cotidianidade de cada lugar. O acesso às diferentes rádios de Pastaza e Morona Santiago foi tão variado quanto variadas eram as conjunturas político-organizativas das mesmas. Isso acabou influenciando a (im)possibilidade de um ‘(a)cercamiento’ a determinados lugares e sujeitos da pesquisa.

3.2.1 Situando a rádio e mapeando ausências

Meu contato com a nacionalidade Waorani se deu principalmente a partir das conversas que tive com o ex-diretor da rádio *Wao Apeninka*, Saúl Dabo Nihua. Desde nossos primeiros contatos, Saúl me narrou algumas dificuldades que vinha tendo para exercer a atividade designada a ele e compartilhou comigo relatos sobre divergências internas que, ao início de 2015, acabaram levando ao seu afastamento da direção da rádio. As divergências entre Saúl e o presidente da nacionalidade, Moi Enomenga, giravam ao redor da gestão econômica e da sustentabilidade da rádio. Logo, durante as primeiras visitas à rádio, tomei conhecimento de alguns destes problemas, compartilhados com outras das rádios abordadas.

Apesar das oficinas promovidas pelo governo – desde a *Secretaria Nacional de Gestión de la Política* e de seus colaboradores – para capacitação de algumas pessoas das nacionalidades disposta a participarem do projeto das rádios comunitárias, havia uma nuvem de desinformação devido a mudanças administrativas realizadas no âmbito da Secretaria e, ainda, desconhecidas por parte dos líderes das organizações indígenas¹⁶⁴.

¹⁶³ Palestra em 18 de abril de 2015, na *Facultad Latino-americana de Ciencias Sociales* – Quito.

¹⁶⁴ Após mudanças na direção do projeto, uma reavaliação do mesmo fez com que fossem cancelados os recursos previstos inicialmente: “*Debido a una petición de la Sra. Ministra en cuanto a reevaluar el proyecto y buscar diversas instituciones del Estado que puedan ayudar a la compra de equipos de la segunda y tercera fase del Proyecto se convoca a reuniones con Banco del Pacífico, Banco del Estado y CFN*”. Fonte: Ficha Informativa de Proyecto 2015. Retirado de: <http://www.politica.gob.ec/wp-content/uploads/downloads/2015/04/Proyecto-REDES.pdf>, 14-09-2015. No documento de agosto de 2014 sobre Indicadores de desempenho e informes de gestão e cumprimento de metas, “[s]e solicita informes de análisis político a las coordinaciones zonales sobre las nacionalidades que están en la primera fase

Portanto, como se estivéssemos tateando numa região de penumbra, foi realizada, ao início de novembro de 2014, um encontro com os integrantes da nacionalidade Waorani atuantes na rádio comunitária. Depois de falar com o presidente da organização, e tendo apresentado uma proposta para desenvolver junto aos integrantes da rádio um diagnóstico dos desafios a serem enfrentados, passamos algumas horas no primeiro piso da sede da NAWÉ, ao lado do estúdio de transmissão. Refletimos ao redor de dois eixos principais: 1. Que rádio temos? e 2. Que rádio buscamos?¹⁶⁵

Anteponho aqui um breve panorama do cenário encontrado.

Desde 2013, todas as rádios comunitárias criadas pelo governo sob o mencionado projeto desenvolveram seus respectivos planos comunicacionais como parte dos requisitos exigidos pela nova Lei de Comunicação (2013). Fazia-se necessária a adequação àquela lei, o que deu início a um longo – e ainda inconcluso (2016) – processo de concessão de licenças definitivas. Partindo de um modelo único, os projetos foram realizados com auxílio de uma consultoria contratada pela SNGP e continham informações como: a rotina diária das comunidades de cada nacionalidade, características e histórias específicas, bem como grades de programação detalhadas para cada dia da semana. Note-se que estas incluíam, na maioria dos casos, a transmissão do *Enlace Ciudadano* aos sábados, controverso programa presidencial de prestação de contas (Ver capítulo 6).

Igualmente, nos respectivos projetos estavam listados nomes de colaboradores e de integrantes contratados por meio de um adendo ao projeto, o qual previa o pagamento de um salário a dois membros de cada uma das rádios concedidas em caráter

del proyecto. Este material se revisa en una mesa de trabajo con la Sra. Ministra Ab. Viviana Bonilla, y funcionarios de SECOM, Presidencia y CONATEL.

Fonte: Retirado de <http://www.politica.gob.ec/wp-content/uploads/downloads/2014/09/6.M.-Indicadores-de-desempe%C3%B1o-informes-de-gesti%C3%B3n-cumplimiento-de-metas.pdf>, em 14-09-2015.

¹⁶⁵ Em outubro de 2014, foi realizado na *Universidad Andina Simón Bolívar* (Quito) o *I Encuentro Nacional de Comunicación Comunitaria*, organizado pelo grupo *Churo Comunicación* e auspiciado pela *Comisión Ecuémica de Derechos Humanos*. Nessa ocasião, participei de oficinas internas promovidas com representantes de meios comunitários de diversas partes do Ecuador, tive contato com estes ‘eixos chaves’, que buscam convidar à reflexão sobre o ponto de partida do grupo/organização/meio de comunicação e sobre os horizontes de curto, médio e longo prazo. Tendo em vista a realização de oficinas semelhantes, e notando a ausência de representantes da nacionalidade Waorani de Pastaza no evento, tentei partir desde método para desenvolver as reflexões junto aos integrantes da *Wao Apeninka*. Em outras oficinas que tomei conhecimento – algumas auspiciadas pelo próprio governo – este método foi sintetizado por uma ferramenta de análise conhecida como “matriz FODA”, pela sigla em espanhol que aponta Fortalezas, Oportunidades, Debilidades e Ameaças.

temporário. Muitos dos que estiveram inicialmente vinculados a rádio já não se encontravam quando eu cheguei pela primeira vez, por volta de setembro de 2014.

Na maior parte dos casos estudados, faltavam vestígios das estratégias previstas nos Planos de Sustentabilidade, elaborados no semestre anterior como parte dos esforços para adequação à *Ley Orgánica de Comunicación* de 2013 e como condição para que as rádios pudessem concursar por licenças definitivas juntos aos órgãos reguladores. Em minhas primeiras observações, constatei também que poucos conteúdos da grade de programação estavam sendo veiculados diariamente. Faltavam recursos humanos e econômicos – diziam os diretores das rádios –, o que tornou difícil executar a proposta de *co-labor* nos termos inicialmente projetados.

O ex-diretor, Fernando Lopez, recordou um contexto não muito diferente no ano anterior, quando ele assumira o cargo, exercido ao longo de um ano (2013-2014).

Quando eu cheguei, havia uma crise generalizada quase que em todas as emissoras. Cheguei em junho de 2013. (...) O tema de contratar pessoas, isso fizemos a partir de setembro do ano de 2013. Foi porque nos dois primeiros meses que eu estive a frente, eu saía todas as semanas ao território. E toda equipe saíamos ao território. E o mais grave que eu encontrei foi que toda as pessoas que se haviam capacitado na etapa anterior que foi a de Carmen (Tene) haviam saído, haviam conseguido alguns recursos e não havia uma política para conservá-los. Então era normal que a gente subsistisse com isso [os recursos conseguidos em outras atividades]. E, claro, as pessoas estiveram quase um ano trabalhando grátis, ou seja, tem que viver, subsistir, sustentar a família etc. etc. Quando eu cheguei, todos os diretores me disseram, Fernando, essa rádio está, não temos com que... então colocavam música, que mais fariam? De alguma maneira, esta era uma das coisas pelas quais se criticava, mas que mais fariam se era uma só pessoa a frente da rádio?

Argumento com o ex-diretor do projeto da SNGP que, percorrendo a via Puyo-Macas, identifiquei comunidades da nacionalidade Shuar e me pareceu que seria facilmente viável gerar material *desde/ com* as comunidades para a rádio *Tuna*, por exemplo – da nacionalidade Shuar de Pastaza, representada pela organização Fenash-p. Lopez, contudo contra argumentava:

Que regras de jogo há para que o gravador seja um gravador comunitário, mas além disso, que política de programação existia para que esse tipo de ações – que são sair a recompilar material e buscar a voz das pessoas – se articulasse a uma proposta de programação? A orientação que tiveram para as primeiras programações se desenhou em boa parte, diante da crise, a partir do modelo comercial, ‘coloquemos música’. Apesar de que haviam tido quase um ano de formação com Ciespal e com Corape. Mas todas as equipes que se formaram para produzir rádio não tiveram depois o acompanhamento para fazer uma proposta de programação radial. Não tiveram. As pessoas receberam capacitação em (...) produção de formatos, mas não houve um esforço, antes de capacitar, para desenhar uma programação comunitária, e eu sinto que há aí um vazio muito grande. Então, [o problema d]a falta dessa proposta mais a crise de pessoal, a rádio enfrentou colocando música. Quando eu chego, encontro a crise econômica, a crise de pessoal, a crise de recursos, e as rádios estavam a ponto de... alguns estavam dispostos a devolvê-la porque já não tinham como mantê-las.

As palavras do ex-diretor me sugeriam que o problema da sustentabilidade não atingia as rádios especificamente, mas as bases sobre as quais foi concebido o projeto, considerando uma lógica bastante comercial e urbana em detrimento de características específicas da região Amazônica – especialmente em termos de distâncias e lógicas de interação comunidades-comunidades e comunidades-cidade. Um projeto da magnitude deste aqui analisado demandaria uma ‘escuta’ maior dos sujeitos/as envolvidos/as. Isso significaria abrir, talvez, espaços para o contraditório, num grau tal que, como sugerem abordagens dos capítulos seguintes, não interessava ao governo da *“Revolución Ciudadana”*.

Lopez me contou que na gestão anterior havia sido proposto que o governo assumisse o custo da luz, facilidade que ele julgou inadequada, já que “deu-se tudo a eles”, eles tinham que assumir “minimamente o custo da luz”. No intuito de solucionar o “problema maior que tem a rádio, [já] que não tem gente” – recorda o ex-diretor em referência aos primeiros meses de sua gestão –, a SNGP assumiu o pagamento de duas pessoas por rádio, por um período de um ano. As condições: deveria ser um homem e

uma mulher, das comunidades (não poderiam ser “mestiços”), e lhes seria dada capacitação, caso necessário. Foram contratadas 28 pessoas, dois por emissora, e houve um acompanhamento a tais integrantes – recorda Lopez. “Eu nem sequer tomei a decisão sobre quem [seria contratado], a decisão foi tomada por eles” – ressaltou Lopez.

Com as pessoas contratadas pela SNGP foi dado início ao processo de elaboração dos respectivos documentos necessários à adequação da recém-aprovada LOC (2013) e “para pensar o projeto de programação da rádio”. “Esta solução de contratar duas pessoas eu a propus por um ano, com o compromisso de que eles gerassem recursos para pagar posteriormente essas pessoas.” – esse compromisso citado pelo ex-diretor do projeto acabou não vingando e, passado um ano, novamente várias rádios ficaram sem locutores(as) das respectivas nacionalidades.

A rádio *La Voz de la Frontera*, da nacionalidade Andwa¹⁶⁶ foi um desses casos, de modo que não havia interlocutores com quem eu pudesse dialogar ao momento da minha primeira aproximação. A diretora da rádio, Gioconda Margoth Mashumbra Jimbicti (Shuar) me informou que a ausência devia à impossibilidade de manter os(as) locutores(as) após o fim do contrato firmado com a SNGP – aquele que garantiu ao longo de um ano a remuneração de dois integrantes em cada uma das rádios. Esse cenário impossibilitaria a execução da proposta de reunir integrantes das nacionalidades envolvidos com cada uma das rádios, a fim de refletirmos sobre potencialidades e desafios das mesmas.

Junto aos Waorani, com as questões antes mencionadas, consegui num primeiro momento desenvolver algumas das atividades propostas. Interessava-me conhecer que concepções tinham meus interlocutores sobre o que seria idealmente uma comunicação comunitária, pois entendi que isso nos ajudaria a pensarmos novos caminhos.

Passo a contar como desenvolvemos este primeiro encontro com os integrantes da rádio Waorani.

¹⁶⁶ Em 15 de setembro de 2015, após intensos protestos das nacionalidades indígenas no âmbito da Greve Nacional de 13 de agosto, organizações indígenas favoráveis aos governo (incluindo a nacionalidade Andwa, representada pela presidenta Alesandra Proaño) realizaram, com o acompanhamento da SNGP, uma assembleia para eleger o novo conselho de governo e o novo presidente da *Confederación de Nacionalidades Indígenas de la Amazonía del Ecuador* (Confeniae), Felipe Tsenkush. Expulso de *Pachakutik* e acusado de corrupção durante o governo de Lucio Gutiérrez, o novo presidente não foi reconhecido pela CONAIE, nem por organizações indígenas como NAE, NASHIE (Shiwiar) e FICSH, entre várias outras, que consideraram ilegal e ilegítima a auto convocação das organizações favoráveis ao governo, reafirmando apoio ao presidente Franco Viteri à frente da Confederação amazônica.

Estivemos quatro pessoas durante uma reunião realizada em novembro de 2014: eu, Saúl, Beatriz Huamoni Coba e o dirigente de Comunicação da NAWE, David Cahuena Ahua Caiga. Em determinado momento, Beatriz precisou ausentar-se da reunião. Logo a locutora Waorani regressou, acompanhada de um dos seus quatro filhos que havia buscado na escola.

Beatriz Huamoni – ex-locutora – e David Cahuena Ahua. Junto com Saul em primeiro encontro para debater sobre a situação da rádio Wao Apeninka



Saúl, então diretor da rádio Wao Apeninka, durante primeiro encontro para desenvolver a proposta de “co-labor”

Naquela ocasião, Saúl opinara que a comunicação comunitária deveria ser um dos caminhos para apresentar “*las voces de los Waorani para el mundo desde la Amazonía*”. Segundo o diretor da rádio, “*la nacionalidad Waorani nunca pensó en tener un medio*”, mas este seria “*muy importante... para enseñar la historia, cuentos y mitos, [y] como [se] vivía en la cultura Waorani*”. Saúl expressara a intenção de trabalhar junto com outras nacionalidades.

O projeto da SNGP previa uma conexão entre as rádios das nacionalidades, buscando “[c]rear una red de medios comunitarios públicos y privados locales en el país que sea la base estructural de comunicación fluida entre el gobierno y las comunidades rurales y urbana-populares (...)”¹⁶⁷. Destaque-se aqui a inclusão do governo como parte da rede que se buscava criar.

Na verdade, no decorrer da implementação do referido projeto, o governo se colocou como autor dos ‘nós’ da rede que se propunha criar, deixando espaços restritos para uma *agencia* mais autônoma entre rádios e organizações envolvidas. Desenvolvo esta perspectiva nos capítulos seguintes.

Beatriz afirmou à época que a comunicação comunitária deveria ser “*una comunicación participativa para las comunidades Amazónicas*”. E esta, de fato, se tornara a principal questão junto às rádios comunitárias as quais tive maior acesso. Tratava-se de buscar formas de materializar o caráter “comunitário” das mesmas através da participação dos integrantes das comunidades, driblando as grandes distâncias entre algumas rádios – concentradas em Puyo – e os territórios onde estavam as respectivas comunidades.

Falamos sobre o papel das mulheres na rádio. Beatriz opinou: “*muchas mujeres de la nacionalidad no están interesadas en tener una radio*”. Ela considerou que o distanciamento se dava talvez por timidez ou por acreditarem que se tratava de um espaço essencialmente masculino. Beatriz, com 28 anos à época, ‘saíra para a cidade’ desde o ano anterior, quando deixou sua comunidade, Toñampari, para viver em Puyo, acompanhando seu esposo. “*Yo les dije [a otras mujeres de la nacionalidad] que hoy en día nosotras tenemos la voz, nosotras podemos hacer esa cosa y un varón puede hacer esa misma cosa, tenemos que ser iguales*”... “*no pueden trabajar en una radio solo varones*” – afirmou a locutora durante a reunião. Tendo a acreditar que a premissa de

¹⁶⁷ Fonte: SECRETARIA NACIONAL DE GESTIÓN DE LA POLÍTICA. Planes y Programas en ejecución; Resultados Operativos (31 de agosto de 2014). Retirado de <http://www.politica.gob.ec/wp-content/uploads/downloads/2014/09/6.K-Planes-y-programas-de-ejecuci%C3%B3n.pdf>, em 03-12-2015.

igualdade de gênero que figurava nos Projetos Comunicacionais advinha mais de uma política pública de reconhecimento das “minorias”, que de um processo orgânico, oriundo das próprias organizações. Daí que, como pude compreender posteriormente, a inclusão das mulheres no âmbito das rádios comunitárias não foi exatamente um processo que partiu de realidades e consciências intrínsecas `as mesmas.

Tendo em vista algo que eu tinha como uma proposta metodológico-pedagógica, ressaltai perante meus interlocutores que a comunicação comunitária deveria ser, a meu ver, *desde* e *com* as comunidades. No entanto, para transmitir as vozes daquela nacionalidade para o mundo, como havia proposto Saúl, seria necessário buscar acesso a tecnologias e ferramentas para conectar-se à Internet. Isso não estava tão distante da realidade daquela rádio. Saúl contou que a rádio esteve por um tempo *online*, contudo ao final de um ano o domínio da página foi suspenso por falta de pagamento.

Passado o primeiro ano de contratação e remuneração dos locutores(as) das rádios como se fossem funcionários da SNGP, Beatriz se viu numa situação de incerteza. Com o final do referido contrato, e a demora no pagamento dos 700 dólares mensais, a locutora já buscava outras atividades junto à NAWE. Por fim, passou a trabalhar como secretaria da organização, distanciada dos microfones da rádio.

Buscando situar geográfica e estrategicamente a rádio frente a outras emissoras privadas e às comunidades Waorani, propus que tentássemos desenhar o território da nacionalidade, agregando algumas localidades ao mapa. Assim fizemos, e foram identificadas comunidades situadas ao longo do Rio Curaray, como Toñampari e Daipare, onde nasceu Saúl.

No desenho foram indicadas, num delineado sem muita precisão, as províncias fronteiriças de Napo e Orellana. Entre as rádios privadas, foram citadas as Rádios Nina, Tropicana, Puyo, Radio Mía, e Olímpica. Saúl observou que a presença das rádios das nacionalidades aumentou o nível de competição com as rádios privadas. O bolo dos anúncios publicitários, em uma cidade de pequeno porte como Puyo ou Macas e arredores, se tornara reduzido e mais disputado, dizia-se. Este novo cenário faria das verbas publicitárias destinadas pelos governos local e nacional uma fatia relativamente mais disputada.

Com respeito às mesmas fontes, o dirigente de comunicação da NAWE, que pouco interveio durante a reunião, foi categórico em afirmar que lhes agradaria pautar “com

todos”, sem restrições, incluindo o governo, empresas petroleiras e fundações. À época daquele encontro (novembro de 2014), Saúl ressaltou que eram esperados recursos provenientes da transmissão do *Enlace Ciudadano*, através de um contrato com ECORAE (*Instituto para el Ecodesarrollo Regional Amazónico*)¹⁶⁸. Além disso, previa-se a existência de um projeto de oito meses, que seria assinado com Petroamazonas. “*Nosotros como pueblo Waorani no queremos atacar el gobierno. Hay compañeros de otras radios que siempre atacan, esto no permitimos aquí*” – disse o então diretor da rádio, quem se queixava dos atrasos nos pagamentos “desde Quito”, referindo-se aos anúncios publicitários dos órgãos governamentais. O pagamento, informava-se desde os órgãos responsáveis, dependia da entrega de documentação conjunta de todas as rádios comunitárias enlaçadas.

Mais que problemas financeiros motivados por certa confusão entre a contabilidade da rádio e da NAWE, despontava o impasse ao redor da própria gestão da rádio, evidenciando a necessidade de estabelecer “*papeles bien definidos como en un juego de fútbol*” – comparou o dirigente de Comunicación.

“*Aquí hace falta la unidad con el presidente de la NAWE y los que estamos colaborando*” – acrescentou Saúl, apontando discordâncias que se acirravam à época. “*Yo he dicho que me he comprometido a trabajar, a pelear por mi nacionalidad. Aunque no me paguen, yo tengo que estar, he hecho un compromiso ante mi pueblo*”. A responsabilidade efetiva de cada comunicador frente a esse “compromisso” escapa à abordagem deste trabalho, mas vale destacá-la como um elemento chave para a comunicação comunitária.

Mais especificamente, no caso da rádio comunitária, esta é tomada como uma “relação comunicativa” (MATA, 1993) específica, subordinada aos “*entramados comunitarios*” (GUTIÉRREZ, 2013, p. 24) vividos *desde e com* o território e caracterizada pela enunciação coletiva da mensagem. A rádio não é, portanto, apenas um meio de transmissão, mas se caracteriza pelas complexas interações que proporcionam, inclusive as mais conflituosas.

¹⁶⁸ Missão: *Diseñar y ejecutar una estrategia consensuada con los actores locales, nacionales e internacionales, basada en un sistema de evaluación y rendición de cuentas, para alcanzar el desarrollo humano sustentable de la Región Amazónica Ecuatoriana*. Fonte: <http://www.desarrolloamazonico.gob.ec/objetivos/> Último acesso: 17-07-2016.

As palavras de Saúl durante a reunião indicavam um impasse que, por fim, resultou na sua ruptura definitiva com a rádio em meio a um clima de animosidade, com acusações de ambos os lados¹⁶⁹.

Ao final, Saúl seguiu sendo um frequente interlocutor, mas seu afastamento da rádio – *locus* principal de minhas observações – evidenciou a necessidade de encontrar alternativas para “serpentear” o conflito interno à rádio e seguir caminhando.

Devo sublinhar que, afinal, pude perceber que os vínculos entre a rádio e a organização figuravam não somente como uma questão administrativa e financeira, mas política. No caso da nacionalidade Achuar (ver capítulo 6) o vínculo familiar entre presidente e diretor possibilitou uma conexão mais além da gestão da rádio, facilitando o fortalecimento da incidência político-estratégica e comunicativa. Isso foi bastante significativo, especialmente porque a *Nacionalidad Achuar del Ecuador* (NAE) teve que enfrentar a intensificação progressiva de um conflito intra-organizativo. Os líderes da NAE se envolveram em 2015 numa disputa entre dois Conselhos de Governo – um favorável e outro contrário ao governo nacional -, pela representação a frente das comunidades, e claro pela ressonância das vozes comunitárias.

3.2.2 “*Buscamos ser locutoras de la Radio Wao Apeninka como mujeres waorani*”

A participação nas rádios costuma ocorrer por meio do envio de mensagens e saudações pelas pessoas que vivem na cidade ou passam alguns dias por ali, necessitando comunicar-se com familiares antes de regressar às suas comunidades. Não obstante, desde as comunidades não existe a mesma facilidade para comunicar-se *hacia fuera*, enviar saudações ou qualquer mensagem mais urgente. Desse modo, os rádios HF ainda cumprem um papel importante em muitas comunidades, onde inclusive, são a única forma de comunicação desde a floresta com os centros urbanos.

Saúl contou em determinada ocasião que, em caso de festas ou assembleias, os governos locais e/ou nacional colocam à disposição transporte e alimentação, facilitando o contato com as comunidades. “*Yo estaba pensando que nosotros como comunicadores podemos ir a trabajar en las comunidades, compartiendo con profesores y nosotros*”

¹⁶⁹ Este fato impossibilitou o plano de visitas que Saúl e eu havíamos estabelecido para adentrar o território Waorani e realizar gravações, recompilando as vozes dos habitantes das comunidades para transmitir contos, cantos e demais registros através da *Wao Apeninka*. Os planos ficaram no papel. Ainda mantive contato com Saúl, e chegamos a planejar essa incursão, mas imprevistos inviabilizaram a conclusão da proposta inicial.

como comunicadores, [podríamos] compartir y unificar la idea de enseñar hacia los niños y niñas” – a proposta surgiu como uma expectativa de Saúl, a qual eu passei a compartilhar, suspeitando que minha perspectiva de *co-labor* ultrapassaria num futuro próximo os limites do apertado cronograma acadêmico.

Beatriz, prima do ex-diretor e que trabalhou como secretária em uma escola em Toñampari antes de ‘sair’ para viver em Puyo, igualmente mencionou a importância de manter a “lengua materna” vinculando as escolas e a rádio. Considerava-se a possibilidade de trabalhar com linguistas, “enseñando a través de la radio como se pronuncia determinada palabra”. A ideia de Saúl, possivelmente se originava de projetos desenvolvidos pontualmente nas rádios de nacionalidades Sapara e Andwa.

Antes que Beatriz encontrasse uma atividade na organização Waorani, ensaiamos a reformulação do programa *La Voz de la Mujer Waorani*, com a expectativa de que fosse possível buscar anúncios publicitários para garantir a permanência da locutora na rádio. A solução se inspirava no aproveitamento do espaço por locutores “mestiços” que auto financiavam suas programações nas rádios das nacionalidades indígenas por meio de anúncios obtidos entre estabelecimentos comerciais locais.

Note-se que no Projeto Comunicacional Waorani, o *Enlace Ciudadano* está incluído no guia da programação e, ainda que não houvesse continuação de alguns dos programas inicialmente previstos, como *La Voz de la Mujer Waorani*, as palavras oficiais emitidas pelo presidente Correa nunca deixaram de ser transmitidas, e traduzidas simultaneamente em idioma originário, *Wao-terero*.

Seguindo a proposta metodológica de caminhar perguntando, os desdobramentos no âmbito da Rádio *Wao Apeninka* levaram-me a consolidar um questionamento sobre a quase ausência de mulheres interlocutoras frente aos microfones. A situação se repetia em outras rádios, como no caso da nacionalidade Shuar – Rádio Tuna. Refletindo sobre meu próprio percurso investigativo, percebi que seria importante ressaltar as ‘ausências’, e buscar formas pelas quais estas de alguma forma também ressoavam nas rádios. Partindo do contato com a AMWAE, percebi uma demanda latente por comunicar, que as vozes femininas, distanciadas dos microfones, estavam justo ao redor, cheias de propostas, necessidades e potencialidades comunicativas.

Já em maio de 2015 nos reunimos em maior número: oito mulheres vinculadas à AMWAE e a então diretora da ERPE¹⁷⁰, Bêlgica Chela Tualombo – esta última convidada por mim para participar daquele primeiro encontro ‘*co-labor-ativo*’ com as mulheres Waorani, a fim de promover uma troca de experiências desde com a Serra equatoriana.

Com a prévia autorização e conhecimento do dirigente de Comunicação – aprendi então a importância do respeito aos trâmites organizativos –, estivemos reunidas na sede da NAWE, no primeiro piso, ao lado da cabine de transmissão da *Wao Apeninka*. Enquanto o tradutor Waorani, Jairo Irumenga, interpretava as palavras do presidente Correa desde o estúdio da rádio, algumas mulheres nos reunimos para refletir sobre o papel feminino na comunicação.

Antes de começarmos o encontro, que durou todo o sábado, alguns homens daquela nacionalidade se aproximaram a fim de participar da reunião/ oficina. Frente a experiências anteriores, quando a presença dos homens parecia dificultar a interlocução com as mulheres, informei tratar-se de um espaço de reflexões entre as integrantes da AMWAE. Buscava-se escutar mais as vozes femininas, que até então haviam estado um pouco distanciadas ou mesmo encobertas por certo protagonismo dos líderes homens. Posteriormente, presumi que, talvez, aquela poderia ter sido uma possibilidade de promover uma conversa pouco habitual, ao menos desde meu lugar de observação/enunciação. Teria sido oportuna uma interlocução com foco em questões de gênero com participação de homens e mulheres.

Passamos algumas horas compartilhando experiências e extraindo propostas que seriam sistematizadas e devolvidas à AMWAE para servir de estímulo e contribuição a uma eventual ação comunicativa na rádio, bem como em outros espaços. Uma vez mais, estivemos tateando e buscando reconhecer as necessidades comunicativas da associação e das mulheres aglutinadas pela mesma.

¹⁷⁰ Em 1962, o Monseñor Proaño criou as *Radio Escuelas Populares del Ecuador* (ERPE), na província andina de Chimborazo. A ERPE converteu-se em combustível a um importante núcleo de resistência que desaguou no Levante de 1990. A “*comunicación progresista en el ámbito religioso*” experimentou uma renovação quando, em 1985, a ERPE se tornou independente da Igreja e passou a dirigir-se a seus “protagonistas” – segundo a diretora (2015) Bêlgica Chela, do povo *Kichwa Puruwá*. Depois de uma longa campanha nacional de alfabetização e de conscientização através da rádio (1962 a 1974), deixou-se de traduzir/ reproduzir em idioma *Kichwa* o que vinha escrito em *castellano* e, através de “*informes de la comunidad, la gente comenzó a hablar en su propia lengua*” (CHELA citada por CHUJI, 2013).

Da mesma maneira que a origem da NAWE – desde a embrionária ONHAE – esteve marcada nos anos 1990 pela proximidade da empresa petroleira Maxus, e sua proposta de “fortalecimento da organização”, a origem da AMWAE teve o apoio da transnacional petroleira espanhola Repsol, em 2003 quando as mulheres Waorani deram início a um processo organizativo em nível territorial, articulando dezenas de comunidades. Em 2004, impulsionadas pelo Projeto CAIMAN (promovido pela Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional – USAID/ Equador) e com apoio técnico da Fundación Cantárida, as mulheres traçaram coletivamente seu plano estratégico, até que no ano 2005 conseguiram reconhecimento jurídico por parte do Conselho Nacional de Mulheres (CONAMU)¹⁷¹

Manuela Omari Ima Omene recordara posteriormente as dificuldades dos primeiros anos: *[Buscábamos] Conversar con las compañeras, “¿qué dice tu esposo?”, “que no me deja participar”, así empezamos...”*¹⁷². Segundo o Informe Final do Plano Estratégico da AMWAE (2005)¹⁷³, entre os objetivos das mulheres Waorani constavam demandas por acesso à comunicação, como “*acceso del 100% del pueblo Waorani a la comunicación por radio*” e “[*m*]ejorar el sistema de comunicación vía radio para que tengamos el mismo acceso todas las personas de las comunidades Waorani”.

Em 2005, a oficina desenhada para 20 pessoas, de acordo com o orçamento do projeto CAIMAN, teve que ser estendido. A primeira presidenta da AMWAE, Hueiya Alicia Cahuiya Iteca¹⁷⁴ (atual vice-presidenta da NAWE) considerava, contudo, a importância

¹⁷¹ Fonte: Programa Regional Juventud Rural Emprendedora - PROCASUR (2013). La experiencia de la Asociación de Mujeres Waorani de la Amazonía Ecuatoriana (AMWAE) - una experiencia de empoderamiento, defensa territorial, revitalización cultural, resguardo ambiental y gestión asociativa, surgida en el corazón de la Amazonía ecuatoriana. Retirado de: <http://juventudruralemprendedora.procasur.org/wp-content/uploads/2014/05/sistematizacion-amwae-final.pdf>, em 09-12-2015.

¹⁷² Idem.

¹⁷³ Fonte: FUNDACIÓN KANTARIDA, A CHEMONICS INTERNATIONAL INC., BIOFOR CONSORTIUM (16 de agosto de 2015). INFORME FINAL DE LA PLANIFICACION ESTRATEGICA AMWAE. Retirado de: http://pdf.usaid.gov/pdf_docs/Pnadf637.pdf, em 09-12-2015.

¹⁷⁴ Alicia Cahuiya se apõe frontalmente ao presidente da NAWE e ao governo Correa. Em outubro, ela se apresentou à audiência da Comissão Interamericana de Direitos Humanos, com a líder Sapara, Glória Ushigua, e denunciou os impactos da exploração petroleira em território Waorani, especialmente no Parque Yasuní, onde habitam povos não contactados (tagaeri e taromenani). Conflitos e matanças entre os Waorani, as petroleiras e os povos não contactados colocam ênfase sobre o aumento dos impactos da exploração petroleira em um território de alta sensibilidade ecológica e cultural. Sob o slogan “*una mínima huella*” ou “*1x1000*” (*uno por mil*), em agosto de 2013, o governo Correa anunciou o abandono da *Iniciativa Yasuní-ITT*. Até então, a política de não exploração no Parque representava internacionalmente o investimento pioneiro em uma economia pós-petroleira. Não obstante, o presidente equatoriano colocou ênfase sobre os benefícios sociais ao povo equatoriano: “não podemos ser mendigos sentados em um saco de ouro” – esta se tornou a frase emblemática do presidente Correa em torno ao tema de Yasuní.

de reunir mais mulheres: 10 das comunidades e 18 de viviam nas cidades de Puyo e Shell. O Informe indica a solução logística: “*Se gestionó para que Petrobras cubra el costo de transporte, hospedaje y alimentación*”, e por fim, “*la gestión con Petrobras ayudó a contar con un número mayor de participantes*”¹⁷⁵.

Segundo documento de 2007 da USAID, a “criação da AMWAE é provavelmente uma das maiores conquistas de CAIMAN na área de fortalecimento institucional”¹⁷⁶. Considerando o papel da associação de mulheres na atualidade, com atividades contrárias a forças hegemônicas bastante disseminadas ao norte da Amazônica equatoriana – vide a presença da indústria petroleira naquela região –, proponho ampliar nossas visões sobre as possibilidades da luta contra hegemônica, tendo em vista espaços de resistência originados do ‘serpenteio’, do contato/confronto com estruturas hegemônicas como aquelas que marcaram a origem da AMWAE e da própria NAWE.

“*Comunicar en una radio para mi seria fortalecer [el proyecto de la AMWAE]*”¹⁷⁷ – disse Manuela Ima, a ex-presidenta e associada à AMWAE, antes de realizarmos a oficina com outras integrantes da organização. Visibilizar as conquistas da associação constituída cumpriria um papel estratégico em relação à defesa do território e do trabalho das 45 mulheres das 35 comunidades envolvidas nas atividades executadas pela AMWAE. As práticas produtivas sustentáveis desenvolvidas nas províncias de Pastaza, Napo e Orellana – como, por exemplo, produção de cacao para a elaboração do *Chocolate Wao*, e produção sustentável da palha de *chambira*, utilizada em artesanatos diversos –, foram reconhecidas pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) como melhor exemplo de conservação e desenvolvimento comunitário entre 1.831 organizações de todo o mundo.

Reunir-me com integrantes de diferentes nacionalidades, em diferentes momentos, representou uma oportunidade bastante importante para pensar *junto, ao lado e desde* uma realidade que, na verdade, se construía enquanto dialogávamos, enquanto as mulheres Waorani escreviam nos papeis suas expectativas para em participar da rádio

¹⁷⁵ Fonte: FUNDACIÓN KANTARIDA, A CHEMONICS INTERNATIONAL INC., BIOFOR CONSORTIUM (16 de agosto de 2015). INFORME FINAL DE LA PLANIFICACION ESTRATEGICA AMWAE. Recuperado de: http://pdf.usaid.gov/pdf_docs/Pnadf637.pdf, em 09 de dezembro de 2015.

¹⁷⁶ Fonte: CHEMONICS INTERNATIONAL INC. (9 de abril de 2007) Ayudando a las Nacionalidades Indígenas del Ecuador a Conservar su Territorio y Cultura – Conservación en Áreas Indígenas Manejadas. Recuperado de: http://pdf.usaid.gov/pdf_docs/Pnadm833.pdf, em 09 de dezembro de 2015.

¹⁷⁷ Comunicação presencial, em Puyo, em 2-05-2015.

Wao Apeninka: “Buscamos ser locutoras de la radio Wao Apeninka como mujeres Waorani” – escreveram durante a oficina, realizada em maio de 2015.

Realizamos oralmente uma espécie de questionário, onde a cada pergunta as mulheres da AMWAE eram convidadas a escolher um entre quatro ‘níveis’ de importância/interesse: pouco, médio, muito ou nenhum interesse. Por exemplo: Para quem queremos falar? – esta foi uma das perguntas propostas, cujas alternativas apresentadas foram ‘família’, ‘comunidade’, ‘organizações/ONGs’, ‘mulheres integrantes da AMWAE’ e, por fim, ‘governo’. Dentre estas alternativas, as participantes atribuíram a opção ‘pouco’ ao governo e ‘muito’ para ‘mulheres da AMWAE’. Ou seja, buscavam, sobretudo ou prioritariamente, comunicar-se entre si mesmas. *“Mucho porque no hay comunicación. Con el trabajo que vienen haciendo ingresa 70% para las artesanas y 30% para gastos administrativos (...) y a veces no dan importancia al trabajo que realizamos”* – explicou Patrícia Nenquihui, presidenta da AMWAE, ressaltando a necessidade de informar as mulheres das comunidades sobre os avanços do trabalho desenvolvido na sede da associação em Puyo.

Sobre os objetivos que se buscava alcançar com a comunicação, a opção ‘comercializar’ ganhou prioridade frente às demais, tais como ‘emitir convocatórias’, ‘transmitir conhecimentos’, ‘auxiliar em emergências’. No entanto, as múltiplas conexões entre as práticas cotidianas não permitem que segmentemos os objetivos e os avaliemos de forma desconexa. Considerando as propostas apontadas livremente pelas mulheres da nacionalidade Waorani em momento posterior (ver quadro abaixo), tornou-se evidente que o ato de ‘comercializar’, por exemplo, poderia ser visto como a etapa final de um extenso processo, único e não fragmentável.

Não necessariamente no sentido que damos a este verbo nas sociedades capitalistas ocidentais, compartimentando processos de produção em etapas, espaços e entre países distintos, no caso analisado – que em absoluto se encontra alheio ao sistema hegemônico, inclusive por serem regiões onde há intensa atividade extrativista petrolífera – a comercialização dos produtos se mantém diretamente conectada a uma convocatória para a re-união ao redor de práticas e saberes que tem estado desde muito tempo enraizados nas comunidades.

Laura Rival nos dá uma dimensão do arcabouço ancestral das mulheres Wao ao destacar uma classe curiosa de conhecimentos etnobotânicos, com uma “rica codificação de

dados ecológicos completos em vários dialetos”, “passada de geração a geração dentro de uma sociedade marcada por guerras intensas” (RIVAL, 2014, p. 125).

O cultivo da *chambira* – cuja palha é utilizada na confecção de colares, pulseiras, bolsas e macas –, o próprio ato de tecer e o cultivo do cacau (ou outros cultivos) são parte dos saberes Waorani, transmitidos “casa adentro” (WALSH e GARCIA, 2015), desde as práticas comunicativas e pedagogias ancestrais na prática cotidiana, dinâmica e compartilhada comunitariamente. Evidentemente, por esta razão, quando convidadas a refletir si preferiam ‘falar’ por meio de palavras ou de ações, as mulheres contaram que “*hay mucha comunicación mientras se está sembrando*”; de modo que reconheciam nestes momentos uma especial importância.

TABELA 2 - Propostas apresentadas durante encontro com mulheres da AMWAE (Maio de 2015)

¿QUÉ TENEMOS?	<i>Página Web – Radio – Salud¹⁷⁸ – Tierra – AMWAE – Productos (Artesanías y Chocolate) – Territorio – Historia y conocimientos – Premio Ecuatorial 2015 (1º. Lugar)</i>
----------------------	--

¿QUÉ BUSCAMOS?	<i>Buscamos ser locutoras de la radio Wao Apeninka como mujeres Waorani – Transmitir los saberes ancestrales y costumbres hacia la juventud del pueblo Waorani – Queremos hacer conocer el trabajo que viene realizando la AMWAE en tema de artesanías y chocolate – Promocionar en diferentes provincias, ciudades y nivel nacional e internacional – Al futuro, buscar becas a las mujeres par que preparen y manejen nuestra AMWAE, con fondo que ingresa del chocolate – Hacer proyecto pequeño con cachamas y peces nativos – Informar que la AMWAE tenemos Plan de Manejo de chambira para las comunidades; y [para sembrar árbol de] chuncho, hungurahua, morete, pambil etc – Capacitaciones en artesanías, cacao y lideresas de AMWAE para socializar a juventudes y niñas de pueblos Waorani los conocimientos de nuestros ancestros</i>
-----------------------	--

¹⁷⁸ Durante a posterior apresentação das propostas por cada um dos grupos formados, foi esclarecido que “*Salud*” estava conectada com os conhecimentos sobre parto natural e medicina ancestral. Uma das integrantes do grupo, trabalhava como tradutora no hospital local e informou que muitas mulheres Waorani grávidas chegavam desde as comunidades buscando realizar cesárea, motivo pelo qual seria importante divulgar e promover “*capacitación de parto [natural]*”.

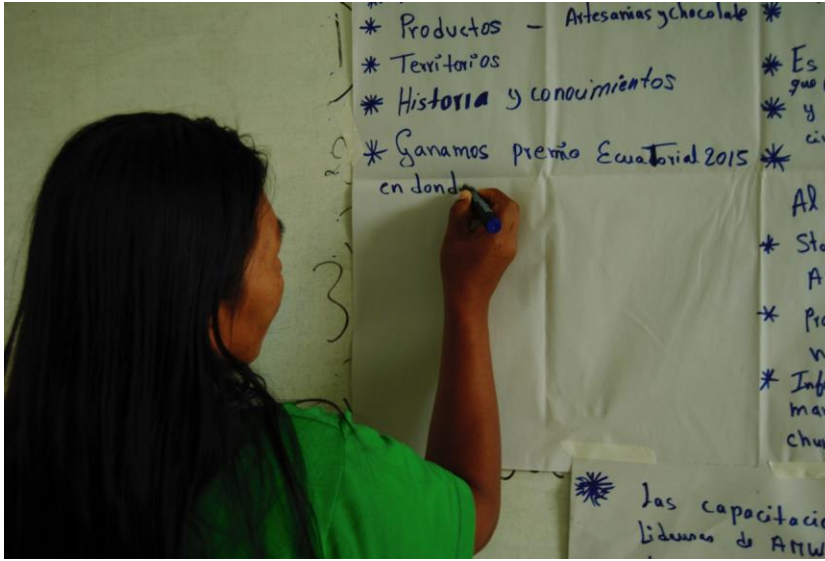
(abuela y abuelo) – Sembrar cerca de la casa las plantas de chambira, que es materia prima – Contacto con otros países – Fondo para locutor(a) – Capacitación de parto – Apoyo para beca a los estudiantes (Educación) – Delimitar territorio ancestral del pueblo Waodani – Organizar con las comunidades Waodani¹⁷⁹ que tengan viveros de medicina ancestral.

Elaboração própria a partir dos resultados obtidos com as atividades propostas.

Patrícia Nenquihui,
presidente da AMWAE,
durante oficina de *co-labor*
na sede da NAWE.



¹⁷⁹ Aquí reproduzo a forma escrita utilizada pelas mulheres. A escrita adotada ao longo do presente trabalho é a mesma que utiliza a organização, ou seja, *Nacionalidad Waorani del Ecuador*.



Bélgica Chela entrevista a Manuela Ima (à esquerda) para seu programa de rádio.



Participação na rádio
Wao Apeninka, após
oficina de *co-labor*.



Após oficina, Manuela Ima se
comunica através da rádio *Wao
Apeninka*, prática pouco comum
para as mulheres da nacionalidade.

Oficina prática de rádio para as mulheres da AMWAE

Integrante da AMWAE, com
dificuldades para falar espanhol,
se comunica em *Wao terero*
através da rádio, durante oficina
técnica.



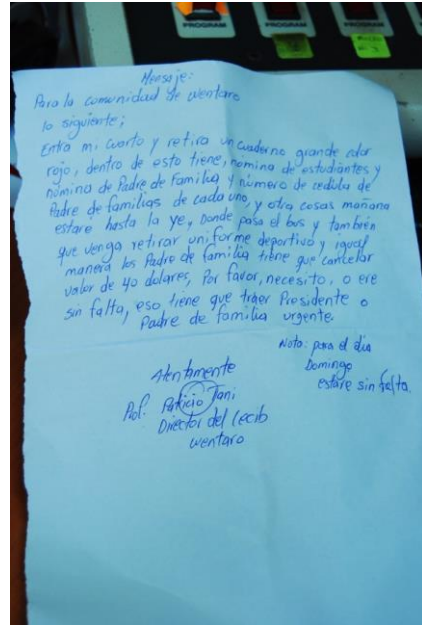


Mulheres Waorani prestam atenção às explicações de Byron Garzon¹⁸⁰, quem voluntariamente colaborou com a segunda oficina, fornecendo noções básicas sobre o manejo dos equipamentos.

Após alguns minutos e noções básicas para manejar os equipamentos, mulheres da AMWAE se comunicam através da rádio com comunidades *adentro* da selva.



¹⁸⁰ Byron Garzón é engenheiro de som, antropólogo, e trabalha como produtor de rádio de CIESPAL (*Centro Internacional de Estudios Superiores para América Latina*) – uma das entidades responsáveis pelos processos de formação do projeto de rádios das nacionalidades conduzido pela SNGP.



Informe enviado à rádio para ser transmitido à comunidade Wentaro durante oficina técnica com mulheres da AMWAE

3.2.3 *Tarimiat* 93.5 FM: um modelo?

Em setembro de 2014, a rádio da nacionalidade Shiwiar despontava entre diversos relatos e mesmo em minhas primeiras observações como um modelo, ainda que não exatamente comunitário. À época, esta era a rádio com maior número de locutores(as), embora a maioria fossem ‘mestiços’ (autodeclarados). O fato de possuir uma programação aparentemente consolidada, o lançamento de atrações musicais amazônicas, a veiculação de diversos anúncios publicitários, e o alcance de considerável audiência perante as rádios de outras nacionalidades e até mesmo das emissoras privadas de Puyo – cidade amazônica da província de Pastaza –, significava para alguns interlocutores(as) que a *Tarimiat* era um exemplo a ser seguido. A época que exercia a função de diretor da *Wao Apeninka*, Saúl Dabo destacara algumas vezes a autonomia de que Pascual Kunchicuy – então diretor da emissora Shiwiar – parecia dispor em relação ao presidente de sua organização, NASHIE, o que lhe daria possibilidade de ‘empreender’ mais livremente a fim de garantir a sustentabilidade da rádio.

Assim como as nacionalidades Andwa, Shuar e Achuar, a nacionalidade Shiwiar tem sua população dividida entre Equador e Peru, situação que decorre da guerra limítrofe entre os dois países no ano de 1941. Os Shiwiar - junto às duas últimas nacionalidades – fazem parte da família linguística *jíbaro*, termo apropriado com um sentido pejorativo, como referência ao “selvagem”. O idioma Shiwiar é o *Shiwiar Chicham*, que significa ‘família conhecedora da selva’. Dado o processo de kichwalização com a difusão do

idioma Kichwa entre diversas nacionalidades amazônicas, inclusive em detrimento dos idiomas originários, na atualidade, as gerações Shiwiar se comunicam também em espanhol e Kichwa. O mesmo acontece com as nacionalidades Andwa e Sápara, cujos idiomas se encontram em risco de extinção.

Na esteira da grande marcha de 1992, os Shiwiar também obtiveram a legalização de uma parte significativa de seu território (89.377 hectares), faltando legalizar uma área de 100.000 hectares que correspondia à chamada “*Franja de Seguridad Nacional*” determinada pelo presidente Borja (1988-1992) ao longo da fronteira com o país vizinho.

A distância entre a rádio e o território da nacionalidade – cerca de 45 minutos em avião – geraria, como no caso de outras nacionalidades, consideráveis limitações para manter locutores(as) Shiwiar na cidade de Puyo. Se no caso da rádio Andwa a ausência de locutores(as) representou um obstáculo ao *co-labor* que eu buscava realizar junto aos integrantes das rádios comunitárias, algo distinto ocorrera com a *Tarimiat*.

Em dezembro de 2014, durante uma reunião de fim de ano, na presença da grande maioria dos integrantes da rádio Shiwiar, estavam presentes 10 locutores (as): seis livremente autoidentificados como “mestiços”, um autoidentificado como “branco” e dois Shuar – dos quais, uma era a secretária da rádio¹⁸¹. Os vínculos com a rádio não guardavam aquelas características comunitárias citadas anteriormente.

Na ocasião, a ausência de integrantes da nacionalidade Shiwiar entre os(as) locutores(as) – apenas o diretor da rádio e a dirigente de Mulheres e Família, Rosa Gualinga, então locutora, eram daquela nacionalidade – apresentara um cenário distinto, sem tantos vínculos estabelecidos *com e desde* o território. Apesar de apresentar um número considerável de colaboradores, a distância em relação ao território e a escassez de vínculos com a própria organização (NASHIE) representaram um obstáculo ao desenvolvimento da proposta de *co-labor*. Os(as) locutores(as) eram voluntários e alguns, dedicados à outras atividades, tentavam reforçar o próprio sustento com recursos oriundos dos anúncios publicitários que atraíam para a rádio.

Naquela reunião com os integrantes da *Tarimiat* em fins de 2014, foi possível uma breve reflexão sobre os pontos positivos e negativos (“potencialidades e debilidades”)

¹⁸¹ Essa autoidentificação ocorreu por escrito, num papel que foi preenchido pelos presentes com seus nomes, contatos, funções exercidas na rádio e “nacionalidade”, opção que foi preenchida livremente com as categorias que os presentes julgaram pertinentes.

da emissora. Como em outros casos, a questão financeira, a necessidade de pessoal para realizar cobertura jornalística fora do espaço da rádio – a despeito do número de colaboradores, cada um era responsável por um horário específico ao longo da programação –, além da falta de equipamentos foram alguns dos pontos citados.

Miriam Chamik – secretária e única mulher que consta no quadro de colaboradores/contratados do Plano Comunicacional da Radio *Tarimiat* (2014)¹⁸² – recordou o período em que alguns indígenas Shiwiar receberam capacitação dos representantes da SNGP. Contudo, com o passar do tempo, surgiram dificuldades para continuar na cidade e a necessidade de manter a rádio funcionando levou seu diretor a buscar alternativas:

Aquí cuando yo recién entré habían estado trabajando cuatro chicos Shiwiar y ellos se estaban capacitando, pero como ellos vivían en el interior era muy difícil mantenerse económicamente. Entonces lo que ellos hicieron [fue que] salieron a buscar otros trabajos. (...) Pascual [director de la radio] dijo ‘yo no voy dejar que esto que me ha costado sacar adelante se va al precipicio’. (...) Hay que practicar la interculturalidad. ¿Qué quiere decir esto? Que tenemos que dar apertura a muchas personas que si quieren trabajar. Aquí tenemos el compañero Fidel que es Kichwa, [nome inaudível], el compañero hermano de él y yo somos Shuar, los otros son los mestizos compañeros. Entonces en si estamos trabajando todos para un bien común, cuál es fortalecer esta radio, sacar adelante y así decir a las demás personas que nosotros los indígenas si podemos salir. Y no es como los demás no decían al principio ‘ahí no, trabajar con ellos’ (...) Fue muy difícil al principio como radio. Por ejemplo, en las otras radios – la radio Andwa, la radio Sápara, la radio Voz de la NAE, de los Achuar – ellos no les dejan trabajar otras personas que no sean de la misma nacionalidad. Son muy celosos. Entonces yo pienso que esto para ellos es algo negativo, es una debilidad, ¿Por qué? Porque no

¹⁸² A exemplo da situação vivida por Beatriz Huamoni (locutora Waorani), Miriam foi contratada durante um ano, recebendo uma remuneração garantida pela SNGP, numa medida forjada para auxiliar as nacionalidades a contornarem os primeiros problemas financeiros que começavam a surgir em 2013.

*están capacitados. Yo no sé mucho de radio*¹⁸³, *pero poco a poco, con lo que ellos van haciendo, yo voy aprendiendo*¹⁸⁴.

Ainda que não necessariamente vinculada a um projeto político-comunicativo liderado pela organização Shiwiar, representante das 14 comunidades desta nacionalidade, a rádio foi identificada como um “*bien común*” pela secretária Shuar.

Note-se que o sentido empregado à palavra “interculturalidade” justifica a abertura de espaços aos “mestiços”. Menos que direcionar críticas aos esforços desempenhados pelos seus integrantes para sustentar a rádio *Tarimiat*, busco demarcar um sentido de “interculturalidade”, distanciado daquele que prioriza a inclusão de grupos étnicos e culturais historicamente silenciados ou deslocados dos seus “lugares de fala”.

A ideia de que algumas nacionalidades mantinham uma relação “*celosa*” com suas rádios revela não um egoísmo por parte destas. Ao contrário, percebo um zelo compreensível. Considere-se que as nacionalidades da região amazônica equatoriana viveram durante décadas um quase completo distanciamento dos meios de comunicação em geral, e particularmente daqueles de radiodifusão. A comunicação entre as comunidades situadas quase na fronteira com o Peru e os distanciados centros urbanos esteve restrita aos rádios HF, ainda bastante importantes na atualidade. Situada em local distinto ao da rádio Shiwiar – o que reflete relativo distanciamento no que tange a gestão de cada uma –, a sede da NASHIE se encontrava em um pequeno edifício no centro de Puyo. Assim como no caso da NAWÉ, havia uma sala onde durante algumas visitas pude acompanhar indígenas Shiwiar se comunicando, através do rádio HF, com as comunidades situadas dentro da selva, a quase uma hora de voo.

As chances de maior ‘interculturalização’ da palavra desde o projeto da SNGP foram diminuídas, na medida em que a criação de uma “Rede de Rádios” esteve pautada a partir do governo nacional, não havendo espaços de interação e integração com a Conaie e a Confeniae, que são, cada qual em sua esfera de atuação, instâncias representativas das comunidades e nacionalidades.

Argumentos que destacam a falta de habilidades de integrantes das nacionalidades para manejarem um meio de comunicação, seja como locutores ou gestores dos mesmos,

¹⁸³ Miriam não participou do processo de capacitação promovido no âmbito do projeto da SNGP.

¹⁸⁴ Miriam Chamik, Shuar, comunicação pessoal durante conversa com colaboradores da Rádio *Tarimiat*, em 12-12-2014, Puyo.

foram bastante recorrentes tanto entre os próprios integrantes das rádios, como entre funcionários do governo. Estes últimos, em recorrentes situações, apontaram a desorganização, a conflitividade ou a dificuldade de assimilação de acordos e conteúdos previamente estabelecidos como causas para eventuais atrasos na execução de projetos. Entendo que tais argumentos ocultam características e prioridades próprias de políticas públicas um tanto alheias ao âmbito familiar-comunitário-organizativo indígena, com suas temporalidades e espacialidades próprias. Certamente, há ainda muito que refletir sobre o grau de *organicidade* pretendido e alcançado com o projeto comunicativo da SNGP.

No Plano Comunicacional de *Tarimiat* (2014) estava previsto que a rádio se comprometia a contratar três mulheres, a partir do segundo ano de concedida a frequência: uma contratada pela Rádio e duas colaboradoras, “*reporteras comunitárias*”. Excetuando a referida secretária Shuar, em dezembro de 2014 havia outras três mulheres trabalhando na rádio como locutoras à época dos meus ‘*acercamientos*’: duas “mestiças” e apenas uma da nacionalidade Shiwiar.

Rosa Elvira Gualinga Chuji é originária da comunidade de Kurintza – a 45 minutos de Puyo em transporte aéreo –, de onde saiu em 2010 para viver na capital de Pastaza. Sobre sua função na rádio, Rosita, como é conhecida, informou que atuava como “*voz de la nacionalidad*”. Ela contou que atuava na rádio Tarimiat desde 2012¹⁸⁵, ao mesmo tempo em que exercia o cargo de “*Dirigente de la Mujer de la Familia*” na organização NASHIE, o qual lhe rendia uma pequena remuneração.

Em março de 2015, Rosita ainda era a única voz feminina Shiwiar que conduzia um programa diário. Entre 17h e 18h transmitia músicas de artistas amazônicos e mensagens, enviadas por aqueles que se encontravam na cidade e necessitam se comunicar com alguém nas comunidades. A dirigente, contudo, foi afastada no segundo semestre de 2015, junto com o presidente da nacionalidade Shiwiar, Fernando Santi, em meio a conflitos internos à organização. O afastamento da organização e a falta de remuneração levaram-na a deixar o programa diário que vinha sendo conduzido na *Tarimiat*.

Em face da presença de Rosita em momentos chaves de protestos, ao lado de outras mulheres amazônicas (Kichwa, Waorani, Sápara, Shuar etc.) realizados desde 2012,

¹⁸⁵ Curiosamente, seu nome não consta no Plano Comunicacional elaborado em 2014. Não foi possível encontrar esclarecimentos sobre tal ausência.

contra a ampliação da fronteira petroleira nos territórios do Centro-Sul da Amazônia equatoriana, me parece correto considerar que o papel político-comunicativo exercido pela dirigente, bem como pelas demais mulheres de outras nacionalidades, se destacara mais em ações coletivas, nas ruas e nas comunidades, onde a *mulher indígena* se apresenta como sujeito coletivo, com uma visão de mundo e uma perspectiva particular de resistência.

Yo represento todas las mujeres [de] la nacionalidad Shiwiar. Las mujeres de Shiwiar no pueden salir acá, entonces yo tengo que ayudar a las mujeres haciendo gestiones, y quiero hacer talleres para capacitaciones, estoy buscando esto. Yo defiendiendo mi nacionalidad... petrolero también quiere entrar y yo como mujer estoy defendiendo porque el gobierno mismo que dijo que tengo que defender como mujer, las mujeres tienen derechos y ahora ya tenemos derechos de las mujeres. Entonces por eso estoy ayudando a mi comunidad, a mi nacionalidad, que están a veces las mujeres sufren sin plata y vienen acá para bonos. Entonces yo a veces les ayudo para hacer bonos o a veces cuando son huerfanitas también estoy ayudando. Pero me falta a mi economía como puedo ayudar esas mujeres. Entonces las mujeres vienen donde a mí y dicen 'si tienes tu puedes ayudar a nosotras también'; como están asumiendo sólo hombres, porque somos mujeres también... ahora las mujeres están capacitando, están estudiando, están en universidad, entonces otras son licenciadas. Entonces ellas solo viven allá adentro, [pero] entonces nosotras queremos que las mujeres sigan adelante para ayudar mujeres como mujeres. ¿Cómo vamos estar esperando sólo el hombre?, porque el hombre asomen solitos. Y después asomen solitos y las mujeres dicen allá 'sólo hombres', pero sí tenemos derecho para mujer también. (...) Más que todo, el hombre sin mujer no puede vivir. La mujer, yo, como madre, tengo que sembrar yuca, papa china, plátano, todo y mantener a mis hijos.

- *¿Cuántos hijos tienes? (autora)*

Tengo tres hijas. Una tiene 19 años, otra ya mismo cumple 14 y otra tiene 12 añitos.

- *¿Y ellas están aquí o adentro? (autora)*

*Sí, tengo dos hijas aquí y otra está adentro, con la abuela más que todo. Está ahí. Entonces, yo dejando a mi hija ando aquí, imagínate eso. Yo como mujer pienso para ayudar a las mujeres*¹⁸⁶.

Destaco das palavras de Rosita a perspectiva da líder indígena e da comunicadora-mãe-avó que, mesmo sob escassas condições econômicas, via seu papel como o de uma mediadora entre a cidade e a selva (“*dentro-fuera*”), no sentido de criar condições para que as mulheres ainda vinculadas ao território pudessem interagir com o universo “*afuera*”. A interculturalidade em “*doble vía*” permitiria que “como mulher Shiwiar” fossem encontradas ‘brechas’ para *interculturalizar desde e com* seu território, *desde e com* seus saberes, espiritualidades, cosmovisões e “cosmo-com-vivências”.

3.2.3.1 “Ausências presentes”: ¿qué queremos comunicar?

Ao 2º dia de abril de 2015 nos reunimos nove pessoas na sede na organização Shiwiar. Todos os presentes eram desta mesma nacionalidade, alguns recém-saídos de suas comunidades, nenhum(a) vinculado(a) à rádio comunitária. O encontro foi previamente coordenado com Rosita, quem se encarregara de convocar aos membros da nacionalidade Shiwiar residentes na cidade ou que estivessem de passagem por Puyo naquele dia. Questões logísticas acabaram limitando o número de participantes. A proposta inicialmente era restringir a oficina às mulheres, contudo, Rosita se encarregou de reunir os presentes, inclusive informando através de seu programa de rádio sobre a realização da nossa reunião.

Inicialmente, fizemos uma dinâmica para estimular a apresentação das expectativas dos integrantes a partir da seguinte pergunta: “¿qué queremos comunicar?” Com um fio colorido cada resposta foi sendo entrelaçada à anterior, numa intenção simbólica de plantar uma “árvore”, de semear propostas.

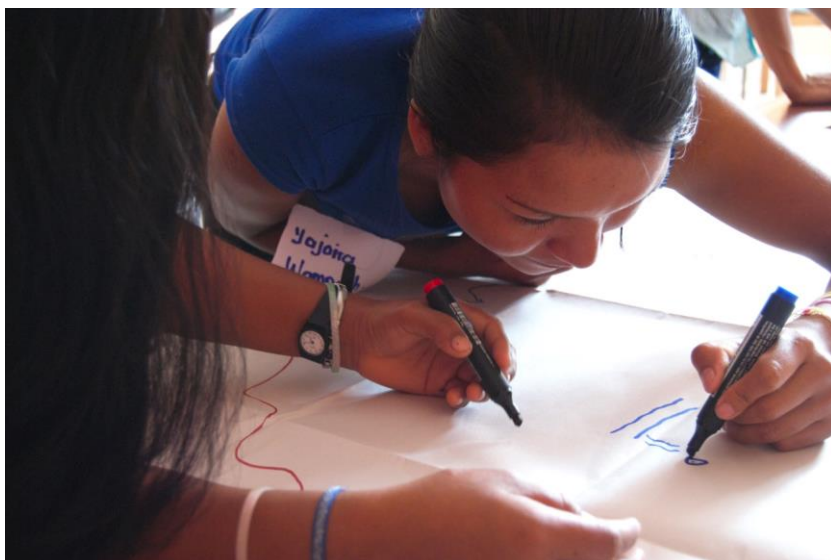
Apesar de algumas dificuldades referentes ao idioma, conseguimos reunir um conjunto de intenções, propostas e opiniões sobre o que seria importante comunicar ou valorizar, particularmente através de um meio comunitário. Eis algumas das propostas/desejos (alguns para além da comunicação) apresentados por escrito ou oralmente: “*voces de la nacionalidad Shiwiar*”; “*fortalecimiento de la nacionalidad*”; “*estudiar*”; “*estudiar la chacra*”; “*estar en buen vivir en mi selva con salud*”; “*me gusta cantar*”; “*estudiar en*

¹⁸⁶ Entrevista concedida à autora em 23-03-2015, no estúdio da rádio *Tarimiat*.

la universidad”; “no olvidar la cultura”, valorizar o idioma e os costumes, bem como o ato de “*hacer chacra*”.

Na sequência, Rosita compartilhou um pouco de sua experiência na rádio comunitária, comunicando-se em seu idioma próprio antes de expressar-se em espanhol.

Rosita (em pé) observa a elaboração de ‘mapas’ do território Shiwiar.



Mulheres Shiwiar elaboram mapa do território, segundo proposta apresentada.



Mapa elaborado pelo grupo "Chichatai" ou *Lo que hablamos*.

Depois das palavras da dirigente Shiwiar, foi proposto que os integrantes situassem suas comunidades de origem e a rádio comunitária como forma de enfatizar valores comunicados a partir do território, da valorização do lugar, como propõe Escobar (2014). Para isso, com inspiração nas contribuições da *cartografia social*, dois grupos foram formados, cujos integrantes se reuniram seguindo o critério de proximidade entre as comunidades de origem. Assim, cada grupo delineou elementos comunitários presentes no território Shiwiar, com ênfase para as seguintes questões: *¿Dónde estoy? ¿Hacia dónde quiero comunicar? ¿Donde está la radio Tarimiat? ¿Dónde está mi comunidad?*

Mapa elaborado pelo grupo
“Fortalecer” (EMKATIN)



Os “mapas”, simples e não tão precisos em detalhes e pontos de referência, tampouco acompanham coordenadas geográficas convencionais ou escalas proporcionais, visto que os 45 minutos em avião monomotor que separam comunidades Shiwiar da cidade de Puyo foram consideravelmente encurtados no mapeio rascunhado. Espaços comunais, pistas de voo, espaço de reserva, casa comunal, centros onde há radio HF, rios, escolas e outras comunidades ao longo do Rio Bobonaza, como Canelos e Sarayaku. Num dos desenhos, está identificado também o limite territorial entre Equador e Peru. Mais que a precisão dos “mapas”, produzidos em alguns poucos minutos e sem quaisquer ferramentas que pudessem garantir maior elaboração gráfica¹⁸⁷, creio que as atividades conduzidas neste dia possibilitaram uma vivência em torno ao tema da comunicação, se não inédita, pouco frequente.

¹⁸⁷ Mantenho esta consideração ciente de uma limitação pessoal naquele momento da elaboração dos mapas em conceber um conflito de territorialidades que pressupõe várias “geo-grafias” – para utilizar o termo cunhado e desenvolvido por Carlos Walter Porto-Gonçalves, em *Geo-grafias - Movimientos sociales, Nuevas territorialidades y Sustentabilidad* (2006b). Portanto, se como afirmara Marcelo Rosa em comentário a este Capítulo, “graficar é colonizar”, o desafio estaria em buscar “novos territórios

A pergunta de uma das participantes sintetiza, para mim, a validade e a insuficiência da experiência junto aos meus interlocutores e interlocutoras naquele dia: “*Señorita, si quiero, puedo hacer un programa sobre salud?*” Outra pergunta, intercalada enquanto se realizava a apresentação dos delineamentos do território, também me pareceu bastante sintomática: “*¿Usted es de alguna fundación?*”

Como em outras circunstâncias, esclarecer o propósito do “*co-labor*” não foi uma tarefa simples.¹⁸⁸ Entendo que, para muitos dos interlocutores com quem busquei desenvolver a proposta metodológico-pedagógica, não é habitual alguém se apresentar a colaborar sem estar vinculado ao governo, às empresas petrolíferas, à Igreja, a qualquer fundação ou ONG, nem mesmo a uma universidade desconhecida. As duas perguntas pinceladas revelam, por um lado, a perspectiva de participação na rádio comunitária por parte de pessoas da própria nacionalidade. Por outro lado, a questão econômica, a expectativa sobre uma possível fonte de recursos que também paira sobre as rádios, especialmente num contexto de endividamento que foi se agravando progressivamente até o “apagão” das emissoras de Pastaza durante vários meses em meados de 2015.

Os encontros ‘*co-labor-ativos*’ não significaram necessariamente uma ponte para chegar a algum ponto ao outro lado, mas o próprio ponto de chegada, um espaço de reflexão da própria autora, de interação e até mesmo improvisação, que permitiu identificar algumas limitações em outros processos – alheios a esta pesquisa – mantidos há décadas pelo governo e pelas ONGs, que buscam realizar diagnósticos mediante parâmetros de análise e metodologias não compartilhados ou construídos junto com as comunidades e interlocutores(as).

Dificuldades da comunicação em espanhol com os(as) interlocutores(as) da nacionalidade Shiwiar – alguns recém saídos de suas comunidades pela primeira vez –

epistêmicos”, “novas formas de significar nosso estar-no-mundo, de grafar a terra, de inventar novas territorialidades, enfim de geo-grafar” (PORTO-GONÇALVES, 2003, p. 225).

¹⁸⁸Reconheço aqui os limites no desenvolvimento da proposta de *co-labor* em descompasso com a importância de estabelecer desde o princípio parâmetros claros, em que os integrantes são partícipes antes, durante e depois das atividades de *co-labor*, onde temas e metodologias são discutidos, compartilhados e pactuados, a partir de interesses comuns. Limitações logísticas ou quanto à disponibilidade dos integrantes em participar dos encontros propostos impossibilitaram que a “metodologia-pedagogia” consistisse num processo mais lento de aproximação, interação, interlocução e, por fim, intercâmbio. Além disso, os encontros ‘*co-labor-ativos*’ não foram realizados, em sua maioria, num contexto comunitário de com-vivência, mas sim em contextos urbanos, como na cidade de Puyo, onde os indígenas amazônicos já vivenciam tempos distintos, sendo complexa uma convergência na rádio comunitária e para discussão sobre o tema comunicativo – muitas vezes alheio às necessidades imediatas e consideradas mais urgentes.

acabaram gerando um desses momentos imprevistos. Após os mapeamentos em papel jornal, um integrante de cada grupo foi convidado a apresentar os respectivos desenhos, fornecendo maiores detalhes. A disposição dos “mapas”, um em cada extremidade da sala, fez com que a proposta fosse reinterpretada, gerando uma espontânea ‘encenação’:

Noemi Cuji: Yo voy a comunicar con Kurintza, ¿ya? ¿En castellano o Shiwiar?

Autora: Mejor en castellano para que yo pueda acompañar, si no me pierdo...

Noemi Cuji: Cómo yo trabajo con HF, así voy a comunicar... [Ou seja, Noemi afirma que vai se comunicar com uma das comunidades como se estivesse falando desde a cidade de Puyo] Kurintza, ¿cómo está el tiempo?

Yajaira Wampuch: Aquí está buen tiempo...

Noemi Cuji: Está nublado, cómo está?

Yajaira Wampuch: Está buen tiempo, super bien.

Noemi Cuji: Pista está operable, o cómo está?

Yajaira Wampuch: Si, está operable.

Noemi Cuji: Hoy día está ingresando un ingeniero...

Yajaira Wampuch: Bueno, bueno...

Noemi Cuji: Que le avise a toda la comunidad para que tengan reunidos...

Yajaira Wampuch: Ya, les aviso.

Noemi Cuji: El presidente que avise a todos de la comunidad.

Yajaira Wampuch: Bien, voy avisar al presidente de Kurintza para que esté reunido en Casa Comunal.

Noemi Cuji: Este ingeniero viene para justificar las obras que ha hecho la comunidad.

Yajaira Wampuch: Está listo...

Noemi Cuji: Muchísimas gracias, voy estar informando...

Em ritmo mais desenvolvido o diálogo fictício foi logo depois reproduzido em idioma Shiwiar. O diálogo improvisado nos possibilitara – a mim em particular – vivenciar temas cotidianos das comunidades, como as condições climáticas de voo e o anúncio da suposta visita de um engenheiro que entraria a conferir as obras realizadas pela comunidade. Vale lembrar, por exemplo, que a nacionalidade Shiwiar é uma das que firmou convênio com o Ministério de Meio Ambiente, para realização do *Programa Sócio Bosque* e, desse modo, a obtenção dos recursos é atrelada à apresentação de um “*Plan de Inversión en forma participativa*”, bem como à prestação de contas referente aos investimentos realizados.

Por fim, os mapeamentos foram apresentados oralmente, com menções a algumas práticas comunicativas locais e referências aos pontos rascunhados no papel jornal: “...*si no podemos comunicar con la radio, de pié caminamos para avisar la familia sobre um parente que esté enfermo, si no hay radio podemos ir avisar así, caminando*” – conta Yajaira Wampuch enquanto aponta sua comunidade no mapa, um pequeno retângulo identificado como Chuindia. “*Aquí está Montalvo, vecino de nosotros. Aquí estamos cabeceira de Pastaza...*” – aponta Rosita num ponto em branco do “mapa”, corrigindo a informação desenhada – “*Aqui está radio Tarimiat, radio HF; [con] esta radio HF hablan entre ellos*”.

A segunda parte do encontro foi realizada ao final da tarde, durante o programa apresentado por Rosita. Dois termos foram apresentados para sintetizar as mensagens que seriam transmitidas através da rádio como síntese das reflexões em torno à importância da comunicação: *CHICHATAI* (então traduzido como *comunicação*) e *EMKATIN* (*fortalecer; animar; dar valor*)¹⁸⁹.

Acebedo Cuji propôs o termo *EMKATIN*, para enfatizar a importância de fortalecer as comunidades. Depois de sua intervenção na rádio, ele interpretou para mim algumas de suas palavras em espanhol:

¹⁸⁹ Segundo Kar Atamaint Wamputsar: “El significado de “fortalecimiento” es una palabra desarrollada por lingüistas shuar por eso difiere con Eenkatin que es una mirada más local con respeto a la idea de “adelanto”, crecimiento o de “fortalecimiento” en relación a la comunidad y la radio Tarimiat”. Comunicação informal em 18 jul. 2016.

Primero lugar les di saludos a todos que están adentro. Les dije que hoy por la mañana tuvimos reunión y escogimos dos temas, la comunicación y el tema de fortalecimiento. Antes nosotros, como antiguamente nuestros abuelos para organizar, para fortalecer vivían una sola familia... [a fala é interrompida pela locução de Rosita, retomada após a transmissão de música nativa]. Antiguamente, nuestros abuelitos, en primero lugar, salían a hacer una casita y vivía una sola familia. Aún así, si hacían errores, mandaban cortando tabaco para que vaya ayunarse tres días. Al hijo que hacía error mandaba castigando, castigo, sabía mandar que vaya al monte, cortando tabaco, tres ayunarse. Y cuando se arrepienta que no sea hijo desobediente, así vivía... Eso hablé. Así antiguamente fortalecían para vivir bien. Ya hemos crecido, organizado nacionalidad Shiwiar, y el presidente de NASHIE hay que fortalecer más adelante, porque si algún error se hace, las bases van a rechazar, en esta forma hablé. (...) Y ahora, como hay educación, nuestros hijos que mejoren más. Nosotros no somos tan preparados, pero nuestros hijos hay que hacer llegar al último [grado] para que algún día sean ellos más avanzados, que puedan conversar, aunque sea con el abogado, puedan llegar y conversar y cualquier rato que hay problema que defiendan nuestra nacionalidad. Así hablé.

As palavras de Acebedo Cuji me pareceram apontar ao tema do fortalecimento em dois eixos: o primeiro que gira em torno da vida e dos costumes das comunidades, e o segundo que gira em torno das possibilidades de defender a nacionalidade e “*conversar aunque sea con el abogado*”. A ideia de fortalecimento não pressupõe, portanto, uma cultura estanque, isolada, mas uma cultura que preserve costumes associados, por exemplo, à “justiça indígena”, ao mesmo tempo em que permita aos indígenas da nacionalidade Shiwiar conversar com o advogado, profissional que representa na fala de Acebedo Cuji a justiça ordinária, moderna e ocidental.

Na sequência, Cesilia Jimpikit transmitiu através da rádio *Tarimiat* uma mensagem em seu idioma originário, com o qual, obviamente, ela se expressara com bastante desenvoltura, ao contrário do espanhol. Estando há pouco tempo na cidade de Puyo – apenas duas semanas – ela vivia à época um recente processo de adaptação, também

compartilhado em sua intervenção na emissora e, posteriormente, interpretado para que eu pudesse compreender:

Hoy día reunimos en NASHIE y aprendí de CHICHATAI. Antiguamente no había CHICHATAI. Y [cuando] gente necesitaba conversar con cualquier gente mandaban otro gente, para avisar que tal día venga para conversar. Eso era antiguamente, pero ahora CHICHATAI tenemos directo, para conversar que tal día me espere (...). Esto de estar en la ciudad es difícil. Adentro para vivir es otro, para vivir es bueno, aquí no hay plata, no hay como vivir aquí.

Enfatizo aqui as evidentes limitações do processo desenvolvido ao longo de apenas um dia. Driblando a barreira do idioma, a interlocução em alguns momentos se tornou um desafio a mais, reforçando o propósito de fazer da busca um encontro. No caso, entre culturas, idiomas e países distintos. Por outro lado, certo ‘deslocamento’ da jovem Shiwiar dentro de seu próprio país a aproximava da investigadora estrangeira, em constante adaptação aos costumes, ao idioma, aos espaços e tempos de equatoriano, e particularmente amazônicos. Destaque-se ainda as restritas possibilidades logísticas para reunião de uma dezena de pessoas num determinado lugar durante várias horas – sem incluir as crianças que acompanhavam suas mães durante o encontro. Após a manhã de interlocuções sobre a importância da comunicação, participamos do programa apresentado diariamente pela então dirigente de Mulheres e Família da nacionalidade Shiwiar.

“Si es posible, si fueras [de] una fundación sería mucho mejor conversar con Dirigente de Mujer y buscar un recurso económico para hacer este taller con las comunidades también. Ahí sería mucho mejor” – opinou Acebedo Cuji, durante uma breve reflexivos sobre os pontos positivos e negativos daquele dia compartilhado, sendo acompanhado por comentários de outros participantes sobre a necessidade de “técnica” para habilitar pessoas da nacionalidade a trabalhar na rádio. De fato, seria muito melhor trabalhar com as comunidades diretamente, e reconheço que trata-se de um dos caminhos a percorrer no rastreio pretendido inicialmente.

As perspectivas de *co-labor* apresentadas ao longo desde capítulo representaram um tatear conjunto para buscar conhecer o cenário das rádios comunitárias e de seu entorno. Algumas experiências não descritas aqui – foi realizado, por exemplo, um encontro com locutores da rádio *Jatari Kichwa* ao final de 2014 – foram somando-se a este conjunto de encontros que fizeram parte do caminho percorrido por mim. Dificuldades de comunicação não impossibilitaram a percepção das relações entre a língua e o território, entre o território e palavra, entre a palavra e as relações comunitárias, incluindo a oralidade, entre o comunitário e sua *comunic-ação*. Ou seja, ao buscar o ‘como?’ e ‘onde?’ conheci um definidor ‘acionar’ do comunitário e da comunidade, *desde e com* o território.

Desse modo, a possibilidade de ‘interculturalizar’ a rádio comunitária exigiria, que a emissora fosse incluída no âmbito dos vínculos e tecidos comunitários produzidos neste ‘acionar’, rompendo com a ‘geo-grafia’ nacional, e transversalizando o cotidiano das famílias, da *wayusa* na madrugada, os cultivos diversos na chakra, a transmissão de saberes e do idioma intergeracional, as assembleias e os processos deliberativos horizontais, diretos e imperativos. Ao rastrear o ‘comunitário’ me deparei com as ausências e silenciamentos; ao deparar-me com estes, pude identificar pedagogias-ponte e estratégias de ocultamento do conflito conduzidas por aqueles que ao mesmo tempo ‘concediam a palavra’.

Para seguir ‘caminhando’, retomo pergunta exposta ao princípio deste capítulo, colocando em questão a amplitude do reconhecimento de ‘sujeitos’ e direitos inerentes a uma comunidade indígena e a um território, particularmente no caso da Amazônia: se a natureza tem direitos, quem tem direito de defender os direitos da natureza? Enquanto eu caminhava com esta pergunta, Bartolo (Marari) Ushigua, que pertence a uma família de xamãs, expôs sua visão: *“la naturaleza se defiende sola. A la naturaleza, nosotros no podemos decir “vamos a proteger”, o “vamos a defender” porque así somos nosotros, esas palabras siempre minimizando al otro, ¿no? Entonces, no deberíamos hablar así”*. E acrescentou: *“tenemos que reconocer, porque la naturaleza nos reconoce, nos ayuda a respirar este aire puro, ¿no? Para poder vivir. Qué pasaría si la naturaleza va a decir un día: “ah, hoy día no voy a proteger” o “hoy no voy a reconocer... no quiero proteger a ellos”¹⁹⁰*.

¹⁹⁰ Entrevista realizada pela autora em 1-05-2015. Quito, Universidad Andina Simón Bolívar.

Nos próximos capítulos, abordarei os limites da ‘palavra concedida’, enfatizando os efeitos neocolonizadores de uma ‘escuta seletiva’ e da ‘verticalização da palavra’, bem como os limites de um antropocentrismo que desconhece a ‘natureza’ como sujeito de direitos, aprisionando-a numa relação subordinada com o agregado da ‘cultura’ ocidental, branca, racional instrumental, patriarcal, neodesenvolvimentista etc.

Capítulo 4

VOZES EM DISPUTA: “PODE A(O) SUBALTERNA(O) SER ESCUTADO(A)?”

“Y en esa consulta, [es] como que hemos puesto una llave, no un candado cerrado, sino un candado abierto, donde el Estado puede decir: “a ver señores, yo voy a hacer consulta como a mí me da la gana. Ustedes hagan una consulta como a ustedes les parece, pero al final, aquí, quién va a tomar decisiones soy yo.”¹⁹¹ (Bartolo Ushigua, líder Sápara)

No último capítulo busquei colocar em evidência o ‘comunitário’ como uma prática cotidiana, horizontal, relacional. Atentei para o fato de que a comunicação comunitária compreende a fala, mas, também uma escuta pedagógica. Ou seja, aquela no sentido oferecido por Lenkersdorf, quem apresenta o exemplo tojolabal mexicano, onde a palavra escutar (*‘ab’i*) remete, desde suas ramificações, a verbos como ouvir, sentir, saborear e ter compaixão. Trata-se da escuta que integra espaços *“casa adentro”* e *“casa afuera”*, como observaram Walsh e García (2015) acerca dos povos afro equatorianos.

Avancei no sentido de uma “pedagogia da escuta”, que constrói o “nós” comunitário, que precede a construção de um consenso nada silencioso, que promove a interação entre os que escutam e os que falam, enfim, que emparelha interlocutores(as). Em contraposição, está uma escuta negligente que caracteriza a democracia representativa liberal, periodicamente contabilizada em votos.

Desde o primeiro capítulo observo que fala e escuta não excluem ruídos, conflitos, polifonias. Com a mencionada “harmonia dodecafônica” sugerida pelo Pd. José Miguel Jaramillo – presidente da CORAPE – já me referi a essa premissa incorporada ao meu percurso investigativo.

Rastreei o ‘comunitário’ ou processos e vínculos que me permitiram reconhecê-lo e, mais ainda, identificar suas ‘ausências’. No âmbito das rádios abordadas, as ausências foram relacionadas no capítulo anterior a problemas financeiros internos, dificuldades

¹⁹¹ Entrevista realizada pela autora em 1-05-2015. Quito, Universidad Andina Simón Bolívar.

de sustentabilidade, falta de qualificação técnica adequada, bem como debilidades para uma maior organicidade do projeto de concessão de equipamentos e frequências de rádio concebido e implementado desde o governo nacional equatoriano.

Mais ainda, as ausências verificadas nos estúdios de transmissão e à frente dos microfones possuem, a meu ver, uma estreita relação com certa ‘escuta seletiva’, expressa em exemplos ressaltados no presente capítulo. Refiro-me à ‘escuta’ como procedimento de consulta – não necessariamente consentimento – às populações que habitam os territórios potencialmente afetados por atividades extrativas.

A consulta “livre, prévia e informada” aos povos suscetíveis de serem afetados pela exploração de recursos naturais em seus territórios representa uma importante conquista em relação às décadas anteriores. Contudo, defendo que o contato/ confronto entre noções distintas de ‘escuta’ e de ‘território’ distancia a democracia representativa liberal – ainda que travestida de “democracia participativa” – de uma “democracia comunal” ou da construção de uma “democracia intercultural”, como nomeia e caracteriza Santos (2010).

Após argumentar sobre o caráter seletivo desta escuta/consulta, nos termos específicos de sua condução pelo governo equatoriano, passo a dissertar ao redor de uma pergunta que complementa aquelas antepostas no capítulo anterior (O que? Onde? Como?): *Quem* fala pelo comunitário? Os caminhos conduzidos desde esta pergunta evidenciam dissidências e disputas travadas entre os(as) sujeitos(as) da pesquisa e o governo, que ocupa a uma só vez um duplo papel: juiz e parte. E, mais além, a pergunta conduz a um aprofundamento sobre o papel das mulheres indígenas amazônicas, “novas sujeitas políticas fundamentais para defesa do território”¹⁹². Avanço ainda rumo a um aspecto intrínseco das estratégias (especialmente comunicativas) neste sentido: a conexão entre a ‘natureza’ e os corpos (principalmente femininos), ambos colonizados e objetificados num caminho rumo ao dito ‘desenvolvimento’.

4.1 Coletando opiniões, ressoando dissidências: indícios de uma escuta seletiva.

No âmbito da busca e da disputa pela palavra, recordo o historiador Reinhart Koselleck, segundo o qual “[t]odo conceito se prende a uma palavra, mas nem toda palavra é um conceito social e político. Para ele, “conceitos sociais e políticos contêm uma exigência

¹⁹² GARCIA, Miriam. Petróleo, Ecología(S) Política(S) y Feminismo(S). Una lectura sobre la articulación de mujeres amazónicas frente al extractivismo petrolero en la provincia de Pastaza. In: JORNADAS DE INVESTIGACIONES FEMINISTAS Y DE GÉNERO. Quito, 15-05-2016. (Comunicação verbal).

concreta de generalização, ao mesmo tempo em que são sempre polissêmicos” (2006, p. 108). Esta polissemia, eu diria, está na origem da disputa que abordarei neste capítulo e no próximo. Muitos são os sentidos em disputa em torno, por exemplo, a conceitos como “desenvolvimento” e *Buen Vivir*. Este último em particular não deve ser considerado como um conceito estático, mas como um conceito-em-processo, “vivo” e vivencial.

Numa escala nacional e global – se posso referir-me assim, incidindo nessa complexa agregação –, a busca pelo ‘desenvolvimento’ se dá num cenário hegemônico por recursos energéticos finitos (não renováveis) – tendo a “*huella ecológica humana*” superado em 1,5 vezes a capacidade de regeneração do planeta, tornando a produção econômica não sustentável (LARREA, 2014; LANDER, 2009; ACOSTA, 2014). Este cenário é igualmente caracterizado pela “reprimarização de economias latino-americanas”, ligada a um novo esquema de vinculação assimétrico com outra grande potência que não os Estados Unidos, a gigante China (CEPAL, 2015; BOLINAGA e SLIPAK, 2015; ACOSTA, 2009)¹⁹³. A reprimarização caracterizaria tanto países que seguem mais estreitamente o receituário neoliberal (Peru, Colômbia, México, por exemplo), quanto aqueles agrupados ao longo de um esgotado “ciclo progressista”¹⁹⁴: Equador, Uruguai, Brasil, Bolívia, Argentina; além de Nicarágua, Paraguai e Venezuela. Para estes o extrativismo – minerador e petrolífero – tem sido um fator imprescindível no avanço de políticas sociais, no combate à pobreza e no alcance do ambicionado “desenvolvimento”.

¹⁹³ Ver: BOLINAGA, Luciano e SLIPAK, Ariel. El Consenso de Beijing y la reprimarización productiva de América Latina: el caso argentino. In: **Revista Problemas del Desarrollo**, 183 (46), outubro-dezembro de 2015. (pp. 33-58). Disponível em

<http://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0301703615000437> Acesso em 11 ago. 2016.

BARCENA, Alicia (org.). América Latina y el Caribe y China: hacia una nueva era de cooperación económica. Santiago de Chile: Cepal/ Nações Unidas. 2015. Disponível em:

http://repositorio.cepal.org/bitstream/handle/11362/38196/S1500389_es.pdf Acesso em 11 ago. 2016. Ver

também: CORONA, Leonel e XHEMALCE, Remzi. Ante la reprimarización y la sociedad del conocimiento (30 dez. 2012). In: **Revista América Latina en Movimiento**, n 480-481. Disponível em:

<http://www.alainet.org/es/active/62603>. Acesso em 11 ago.2016.

¹⁹⁴Ver: HOUTART, François. O fim de um ciclo ou o esgotamento do pós-neoliberalismo na América Latina (22 abr. 2016). Disponível em: <HYPERLINK "http://www.ihu.unisinos.br/553973-o-final-de-um-ciclo-ou-o-esgotamento-do-pos-neoliberalismo-na-america-latina-artigo-de-francois-houtart"

<http://www.ihu.unisinos.br/553973-o-final-de-um-ciclo-ou-o-esgotamento-do-pos-neoliberalismo-na-america-latina-artigo-de-francois-houtart>>. Acesso em: 23 oct. 2016. Ver também: MACHADO, D. e

ZIBECHI, Raúl. **Cambiar el mundo desde arriba**. Los límites del progressismo. La Paz, Bolívia: Centro de Estudios para el Desarrollo Laboral y Agrario (CEDLA). 2016. 188p.

Sem me aprofundar muito neste tema, observo que, frente a este cenário rapidamente delineado, duas grandes vertentes se defrontam com a questão ecológica e com a ameaça à soberania dos recursos naturais. De um lado, a ênfase sobre o último seria o caminho para atingir o primeiro, o que se daria desde uma trincheira geopolítica e estratégica assumida numa esfera estatal e regional, no sentido de uma “gestão social, econômica e científica dos recursos naturais” (BRUCKMANN, 2012, p. 203). Daí a importância de uma política de transferência tecnológica e de cooperação científica, a fim de agregar valor às exportações e, portanto, exportando mais produtos que matérias-primas¹⁹⁵.

A outra vertente parte das questões ecológicas como ponto de partida, nutrindo-se de uma proposta alternativa ao “desenvolvimento”, em oposição ao “neoextrativismo dos governos progressistas” (ACOSTA, 2014, p.110) e, em sentido mais amplo, à visão moderna de crescimento sem fim que depreda a natureza. A partir daí, propõe-se um pronto questionamento ao conceito de “riqueza” (LANDER, 2009) e a abordagem sobre a urgente necessidade de uma “transformação cultural” no sentido – para muitos utópico e dotado de um teor quase místico – do “pós-desenvolvimento”, “pós-crescimento” e do “pós-extrativismo” (ACOSTA, 2014; VEGA, 2014; LARREA, 2014; ESCOBAR, 2015).

Uma e outra vertente possui certamente pontos de intersecção como aquele expresso a meu ver pelo “movimento eco-socialista” com sua proposta de “reorganização do modo de produção capitalista a partir de novos paradigmas baseados nas necessidades reais da população e na preservação da natureza e do meio ambiente, através de uma economia socialista de transição” (BRUCKMANN, 2011, p. 198). Tal proposta é vocalizada, por exemplo, por Michael Löwy e Frei Betto em *Ecosocialism and spirituality* (2009)¹⁹⁶.

¹⁹⁵ ARELLANO ORTIZ, Fernando (Entrevista). “Mónica Bruckmann: América Latina desaprovecha una oportunidad histórica de desarrollar una relación estratégica de largo plazo con China” (16 dez 2016). Disponível em: <http://www.pvp.org.uy/?p=6486>. Acesso em: 11 ago. 2016.

¹⁹⁶ Apesar de tendências como o ecosocialismo, que visam conciliar ênfases distintas – de um lado, pós-extrativistas e/ou pós-capitalistas e, de outro, o imperativo do confronto direto com as “relações sociais do capital em si” evitando “alternativas falsas à realidade do capital” – o debate continua vivo e ativo, especialmente em países que experimentaram o chamado “ciclo progressista” da América Latina. Mais recentemente, as críticas de Eduardo Gudynas ao “colonialismo simpático” de David Harvey reacenderam disputas. Estas se dão entre abordagens teóricas que sustentam agendas e prioridades diferentes (mas não necessariamente excludentes). Trata-se das lutas contra o capitalismo global, mas também frente à realidade dos conflitos ‘locais’, das disputas pelo território e não apenas pela terra, impactadas pelo capitalismo *criollo* e pelo “colonialismo interno” (CASANOVA, 2006; CUSICANQUI, 2010) em países como Equador e Brasil. A insuficiência do presente estudo aponta para futuras agendas

Sem perder de vista este cenário – brevemente pincelado e melhor aprofundado nos estudos referenciados –, passo a retomar o contexto do anúncio da abertura de licitações para a XI Rodada Petroleira na região Centro-Sul amazônica em julho de 2010. Este momento é chave para entender a disputa que se acirraria pelos anos seguintes entre versões e contraversões. Sem debruçar-nos sobre este passado recente, torna-se incompleto a meu ver qualquer entendimento sobre o projeto comunicativo aqui abordado, cuja primeira fase iniciara três meses antes. Enfatizo que metade das 14 emissoras de rádio inicialmente criadas no âmbito deste projeto possui sua área de ressonância em territórios da nova área a ser explorada – ou seja, territórios das nacionalidades Andwa, Kichwa, Sápara, Shuar, Achuar, Waorani e Shiwiar. Sublinho também que o cenário conflitivo em torno a áreas de exploração petroleira, é um problema de longa data ao norte da Amazônia equatoriana, região que acumula o ônus social-ambiental de décadas de extrativismo e onde estão localizadas outras três emissoras – dos Sionas, Confáns e Kichwas de Orellana.

Passados dois anos, um “*Resumen Ejecutivo*” (2012) apresentado pelo governo equatoriano, indicava um fato “histórico e emblemático” que permitiu aos “atores e povos interessados” “escutar e serem escutados livremente”¹⁹⁷, resultando na assinatura de “*Actas de Compromiso de Fondo de Inversión Social*”. Os investimentos mínimos anunciados totalizavam àquela época 115 milhões de dólares. Das sete nacionalidades

de pesquisa, bastante urgentes a propósito da atual conjuntura política de direitização vivida pela América Latina. Expor os avanços e limites no enfrentamento ao “capitalismo dependente” (DOS SANTOS, 2011) ao longo da última década, nos impele a travar lutas frontais e concomitantes contra distintas esferas (nacional e global) da “*acumulación por desposesión*”. Isso coloca em questão a urgência de buscar descolonizar e interculturalizar uma agenda redistributiva, até o momento, ancorada em conceitos, métodos, epistemologias e práticas de “desenvolvimento” hegemônicas da “modernidade/colonialidad”. Como apoios ao debate, cito: GUDYNAS, Eduardo. Debate Gudynas/Harvey: La necesidad de romper con un “colonialismo simpático” (16 de out. de 2015). Disponível em: <http://rosaluxspba.org/es/la-necesidad-de-romper-con-un-colonialismo-simpatico/>. Último acesso: 14 de novembro de 2016. Ver também: MARTÍNEZ, Estefanía et. all (13 de outubro de 2015). NI COLONIALISTAS NI SIMPÁTICOS: una respuesta a Eduardo Gudynas. Disponível em: https://lalineadefuego.info/2015/10/13/ni-colonialistas-ni-simpaticos-una-respuesta-a-eduardo-gudynas/?utm_content=buffer1b916&utm_medium=social&utm_source=twitter.com&utm_campaign=buffer. Último acesso: 14 de novembro de 2016. OVIEDO RUEDA, Jorge. Tres notas sobre la polémica Harvey-Gudynas (1 dez de 2015). Disponível em: https://lalineadefuego.info/2015/10/13/ni-colonialistas-ni-simpaticos-una-respuesta-a-eduardo-gudynas/?utm_content=buffer1b916&utm_medium=social&utm_source=twitter.com&utm_campaign=buffer. Último acesso: 14 de nov. de 2016. Para uma abordagem mais aprofundada da “*acumulación por desposesión*”, HARVEY, D. *El “nuevo” imperialismo: acumulación por desposesión*. Buenos Aires: CLACSO, 2005. Disponível em: <http://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/se/20130702120830/harvey.pdf> Último acesso: 14 de nov. de 2016.

¹⁹⁷ SECRETARÍA DE HIDROCARBUROS. *Resumen ejecutivo – Consulta previa*. 2012. Disponível em: <http://www.she.gob.ec/wp-content/uploads/downloads/2013/08/resumen_ejecutivo_consulta_previa.pdf>. Acesso em: 5 mar. 2016.

de Pastaza (6) e Morona Santiago (1), os presidentes de três delas haviam assinado tal documento até fins de 2012: Alexandra Proaño (NAPE), Basílio Mucushigua (NASE) e Cawetipe Yeti Caiga, então presidente Waorani (NAWE) – apenas os dois primeiros seguiam à frente das suas nacionalidades à época do trabalho de campo. Representantes de outras comunidades e associações locais ou *juntas parroquiais* também constavam entre a lista de ‘compromissados’.

TABELA 3 - Dados apresentados pelo governo nacional equatoriano sobre processo de consulta prévia realizado entre 2011-2012.

Implementación de mecanismos de Consulta Previa en las provincias de Pastaza, Morona Santiago, parte de Napo y Orellana		
<ul style="list-style-type: none"> • Intervención en 17 Bloques • Participación masiva de la ciudadanía • Activa participación y diálogo comunitario • Implementación de 45 oficinas permanentes, 106 oficinas itinerantes (recorridos comunidad en comunidad), 37 audiencias públicas, 32 asambleas generales de retroalimentación. 		
10.469 personas han participado en todos los mecanismos de Consulta Previa Libre e Informada, más 6000 personas participantes en la implementación del Modelo de Gestión Socio-ambiental agosto 2011 – junio 2012. TOTAL: 16 469.		
Criterios, observaciones y aportes comunitarios vertidos durante el proceso (sistematización de las principales ideas fuerza expuestas en los diferentes mecanismos de Consulta Previa, Libre e Informada):		

Fonte: Reproduzido a partir de: EQUADOR. Secretaria de Hidrocarburos de Ecuador. Resumen ejecutivo – Consulta previa. 2012. Disponível em: <http://www.she.gob.ec/wp-content/uploads/downloads/2013/08/resumen_ejecutivo_consulta_previa.pdf>. Acesso em: 5 mar. 2016.

TABELA 4- Blocos petroleros, valores e nacionalidades “compromissadas” (2012)

BLOQUE	FONDO DE INVERSION SOCIAL – MILLONES USD	BENEFICIARIOS
22	10 MILLONES	Waorani, Kichwas, GADs Parroquiales
29	10 MILLONES	GADs Parroquiales, Kichwas
70	5 MILLONES	Shuar y GADs Parroquiales
71	5 MILLONES	Shuar y GADs Parroquiales
72	5 MILLONES	Shuar y GADs Parroquiales
73	5 MILLONES	Shuar y GADs Parroquiales
77	10 MILLONES	Shuar y GADs Parroquiales
79	10 MILLONES	Kichwas y Sapparas
80	10 MILLONES	Kichwas, Andoas y Shiwiar
81	10 MILLONES	Andoas y Shiwiar
83	15 MILLONES	Kichwas y Sapparas
84	10 MILLONES	Kichwas y Sapparas
87	10 MILLONES	Kichwas y Sapparas

Fonte: Reproduzido a partir de: EQUADOR. Secretaria de Hidrocarburos de Ecuador. Resumen ejecutivo – Consulta previa. 2012. Disponível em: <http://www.she.gob.ec/wp-content/uploads/downloads/2013/08/resumen_ejecutivo_consulta_previa.pdf>. Acesso em: 5 mar. 2016.

TABELA 5- Estado de licitações dos blocos da XI Ronda e realização de consulta prévia (2012)

Bloco	Estado de licitação	Realizou consulta prévia?
22	Para licitação	SIM
28	Licitação direta a Petroamazonas	NÃO
29	Para licitação	SIM
70	Para licitação	SIM
71	Para licitação	SIM
72	Para licitação	SIM
73	Para licitação	SIM
74	Para futuras licitações	NÃO
75	Para futuras licitações	NÃO
76	Para futuras licitações	NÃO
77	Para licitação	SIM
78	Licitação direta a Petroamazonas	NÃO
79	Para licitação	SIM
80	Para licitação	SIM
81	Para licitação	SIM
82	Para futuras licitações	NÃO
83	Para licitação	SIM
84	Para licitação	SIM
85	Para futuras licitações	NÃO
86	Licitação direta a Petroamazonas	NÃO
87	Para licitação	SIM

Fonte: Elaborado por Carlos Mazabanda (2013) a partir de dados do Cadastro Petrolero (2011) e do *Resumen Ejecutivo* (SHE, 2012).

O documento de 2012, da SHE, refere-se a valores acordados com “diferentes atores locais e autoridades dos Governos Autônomos, descentralizados e representantes das comunidades, povos e nacionalidades indígenas assentados nas áreas dos 13 blocos petroleros” de Pastaza, Morona Santiago e parte de Napo e Orellana:

Por outro lado, lideranças indígenas e representantes da sociedade civil reagiram à exploração petrolera na região Centro-Sul, a qual, segundo Mario Melo Cevallos (2012)¹⁹⁸, afetaria 100% dos territórios das nacionalidades Achuar, Andwa, Sápara, e

¹⁹⁸ MELO CEVALLOS, Mario (2013). La nueva ronda petrolera y el derrumbe del paradigma constitucional. In: Benavides, Gina y Gardenia Chávez (edit). Horizonte de los derechos humanos.

Shiwiari; 16,34% do território Waorani; 96, 53% do território e 70,45% de território Shuar.

O governo, através do documento referido, alegava que a oposição se devia a “desinformação”, e a uma “série de pronunciamentos infundados” de certos grupos de dirigentes indígenas, ONGs – “pertencentes a setores políticos de oposição” –, assim como a “supostos especialistas” que obtinham uma “privilegiada plataforma em certos meios de comunicação”. No mesmo documento, destaca-se que o Estado equatoriano havia sido reconhecido pela Corte Interamericana de Direitos Humanos (CIDH) por possuir uma das mais avançadas Constituições em matéria de direitos coletivos e da natureza.

A CIDH, conforme afirmado anteriormente, expedira em junho de 2012 uma sentença contra o Estado equatoriano, declarando sua responsabilidade pela violação dos direitos do Povo de Sarayaku à consulta, à propriedade comunal indígena, à identidade cultural, às garantias judiciais e à proteção judicial, bem como por colocar em grave risco os direitos à vida e a integridade pessoal dos integrantes deste povo. Apesar disso, nos anos seguintes o governo equatoriano deu prosseguimento a processos de consulta, incluindo o território Sarayaku, sem anuência de alguns dirigentes, o que levou a rupturas internas às comunidades e às organizações indígenas representativas.

Quando, em 2010, foi anunciada a convocatória para uma nova rodada de licitação petrolífera, haviam sido delineados oito blocos. Ao final do ano seguinte, em novembro de 2011, foi apresentado um novo cadastro, totalizando 21 blocos, localizados nas províncias de Pastaza, Morona Santiago, Napo e Orellana. Dava-se início à *XI Ronda*, também chamada *Ronda Sur Oriente*, que abrangia uma superfície de 3.639.070 hectares¹⁹⁹.

A disputa pelo ‘comunitário’ se deu principalmente em torno ao caráter “livre, prévio e informado” da consulta promovida desde o governo. Cito alguns dos argumentos²⁰⁰

Ecuador 2012. Quito: UASB, pp.103-117. Disponível em: <<http://repositorio.uasb.edu.ec/bitstream/10644/4124/1/Melo-La%20nueva.pdf>>. Último acesso: 21-07-2016.

¹⁹⁹ EQUADOR. Secretaría de Hidrocarburos de Ecuador. **Resumen ejecutivo – Consulta previa**. 2012. Disponível em: <http://www.she.gob.ec/wp-content/uploads/downloads/2013/08/resumen_ejecutivo_consulta_previa.pdf>. Acesso em: 5 mar. 2016.

²⁰⁰ No ANEXO 16 reproduzo cronograma elaborado por Carlos Mazabanda (2012) com pronunciamentos e resoluções das organizações indígenas com relação à *XI Ronda* e o processo de consulta prévia. Estes contêm os argumentos aqui listados.

apresentados por líderes indígenas e grupos da sociedade civil frente a processos, métodos e prazos impostos desde então:

- Em agosto de 2012, a veiculação nos principais jornais do país de notícias sobre um acordo entre Equador e Peru para o petróleo extraído com a *XI Ronda Petrolera* através do oleoduto norte peruano dava sinais de que, mesmo antes de concluídas as consultas junto às comunidades afetadas, o governo se adiantava em negociações e acordos, dando como certa a ampliação da fronteira extrativista na região Centro-Sul²⁰¹. Questionava-se assim, o caráter ‘prévio’ da consulta realizada.
- O regulamento para a realização das consultas foi consolidado em julho de 2012 (Decreto 1247), cuja ilegalidade foi denunciada pela Confeniae à época. Em outubro daquele mesmo ano seria o anúncio da *XI Ronda*, com abertura de processos licitatórios. Questionou-se então a falta de participação das comunidades que seriam consultadas na elaboração do instrumento de regulamentação, ou seja, faltou uma consulta pré-legislativa²⁰².
- Desenhada para ser executada no âmbito dos blocos petrolíferos esquadrinhados sobre o território das nacionalidades indígenas, a consulta não foi considerada de “*buena fe*”, ou seja, não garantia que os povos e nacionalidades se sentissem cómodos e que o processo fosse baseado na confiança mútua –requisito previsto nas normas jurídicas pertinentes.
- A “*buena fe*” prevista nos instrumentos jurídicos nacionais e internacionais, também passou a ser questionada por conta de processos divisórios internos às comunidades e organizações indígenas, de modo que não estaria sendo garantido o respeito às próprias instituições representativas no marco das consultas realizadas pelo governo.
- A veracidade dos dados apresentados pelos funcionários da *Secretaria de Hidrocarburos* (SHE) também foi contestada. Alegava-se que não estavam sendo apresentados os impactos ambientais e sociais inerentes à atividade, mas somente “propaganda e tentativa de fracionamento das famílias das comunidades”²⁰³. O caráter informativo da consulta não estaria sendo respeitado, portanto.

²⁰¹ LOS CAMPOS del sur oriente utilizarán oleoducto peruano, **La Hora**. Quito. 9 ago 2016. Disponível em: <http://lahora.com.ec/index.php/noticias/show/1101374563#.Vp60OfkrLtQ>; PETRÓLEO será transportado por Oleoducto Norperuano. **El Telégrafo**. Quito. 6 ago. 2012. Disponível em: <<http://www.eltelegrafo.com.ec/noticias/2012-11/8/petroleo-sera-transportado-por-oleoducto-norperuano>>. Acesso em: 02 ago. 2016.

²⁰² Ver ANEXO 13 - SARAYAKU X DECRETO 1247.

²⁰³ NACIONALIDADES amazónicas rechazan XI ronda petrolera. **Sarayaku, el pueblo del medio día**, 26 out. 2012. Disponível em: <<http://sarayaku.org/?p=1352>>. Acesso em: 02 ago 2016.

- Lideranças indígenas questionavam ainda o caráter “livre” da consulta, uma vez que se impunha a presença de funcionários do Estado nos territórios indígenas contra a vontade dos povos e nacionalidades.
- Os indígenas contrários à *XI Ronda* passaram a reivindicar o direito constitucional à resistência “pacífica”, frente aos “insultos e desqualificações realizados pelo Presidente da República nas cadeias sabatinas contra os povos e nacionalidades em resistência” e aos subsequentes processos de criminalização dos protestos.
- Questionou-se o caráter não vinculante e a busca de um “consenso” sobre o tema, ao passo que as organizações indígenas reivindicavam que a finalidade da consulta deveria ser o “consentimento” sobre medidas legislativas ou administrativas com potencial impacto sobre os direitos coletivos, de modo que os resultados da consulta fossem obrigatoriamente incorporados.
- Colocou-se em questão o não cumprimento da sentença de *Sarayaku* proferida pela Corte Interamericana contra o Estado Equatoriano, especialmente no que tangia o direito à participação dos povos indígenas.
- Questionava-se ainda a “qualidade da consulta”²⁰⁴, sendo desrespeitada a estrutura organizativa e os costumes deliberativos das comunidades com a consulta realizada por blocos e desde audiências e oficinas informativas alheias às assembleias comunitárias.

Os argumentos elencados e detalhados vêm sendo reiterados desde o ano de 2012 com o desdobramento do quadro contencioso entre o governo e representantes das organizações indígenas amazônicas. O primeiro, por sua vez, argumentava em favor de uma “nova época petroleira”, a qual se caracterizaria pela estreita interlocução entre comunidades e Estado, garantidor de direitos relacionados à participação ativa e permanente dos cidadãos por meio de suas diversas instâncias representativas, no planejamento, execução e futuro controle das atividades que eventualmente gerassem impactos positivos ou negativos no componente socioambiental.

As estratégias de comunicação do governo (Capítulo 6) buscaram demarcar a distinção entre um passado de contaminação e total inércia do Estado e os avanços daquela “nova época”, caracterizada pelo “*Modelo de Gestión de Sociopolítica de la Ronda*”

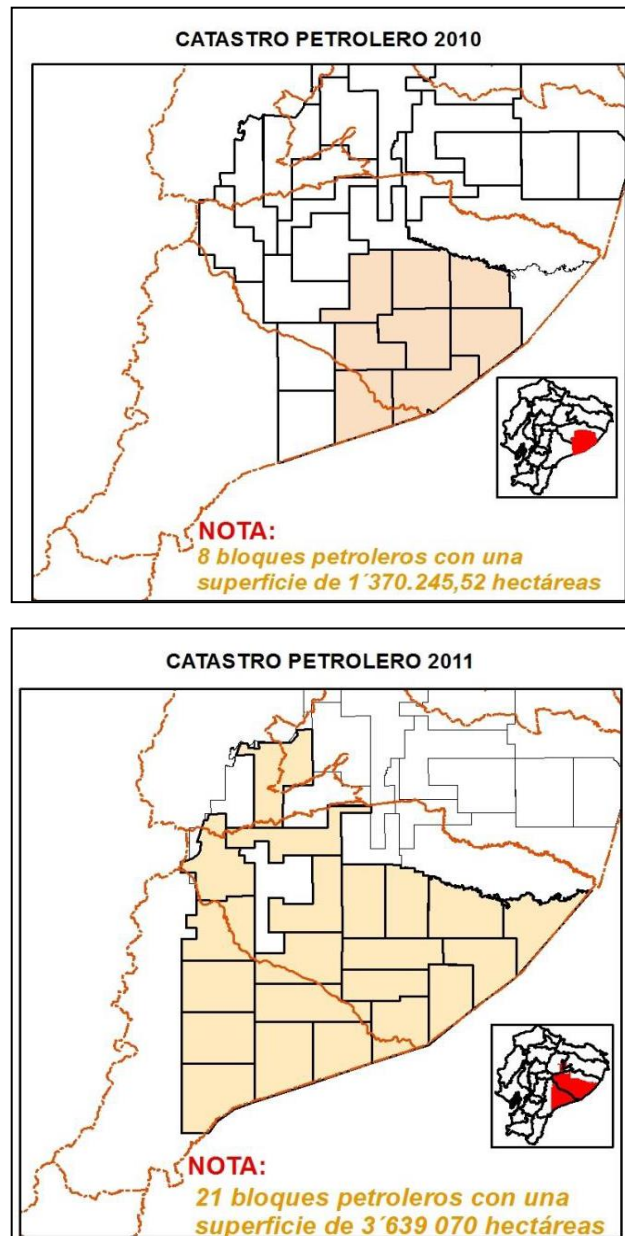
²⁰⁴ Esta ênfase foi feita por Carlos Mazabanda em comunicação pessoal, realizada no dia 26 de maio de 2016, em Quito.

Surorientado Ecuador”²⁰⁵, pela “distribuição da riqueza gerada pelo aproveitamento racional e sustentável” dos recursos advindos da exploração petrolífera, sob princípios de “justiça, equidade”, e ainda por uma política pública que “beneficia primeiramente às comunidades assentadas nas áreas de influência, com projetos de desenvolvimento social articulados e orientados ao *Buen Vivir*”²⁰⁶. Estes “benefícios” seriam garantidos, em especial, pelo artigo 94 da *Ley de Hidrocarburos* (2010) que determinava a obrigação de o Estado equatoriano em aplicar 12% de recursos do setor petrolífero, aos *Gobiernos Autónomos Descentralizados* (GADs), para que estes executem planos, projetos, obras, serviços, única e exclusivamente para investimentos sociais, em saúde e educação.

²⁰⁵ SECRETARÍA DE HIDROCARBUROS. **Resumen ejecutivo – Consulta previa**. 2012. Disponível em: <http://www.she.gob.ec/wp-content/uploads/downloads/2013/08/resumen_ejecutivo_consulta_previa.pdf>. Acesso em: 5 mar. 2016.

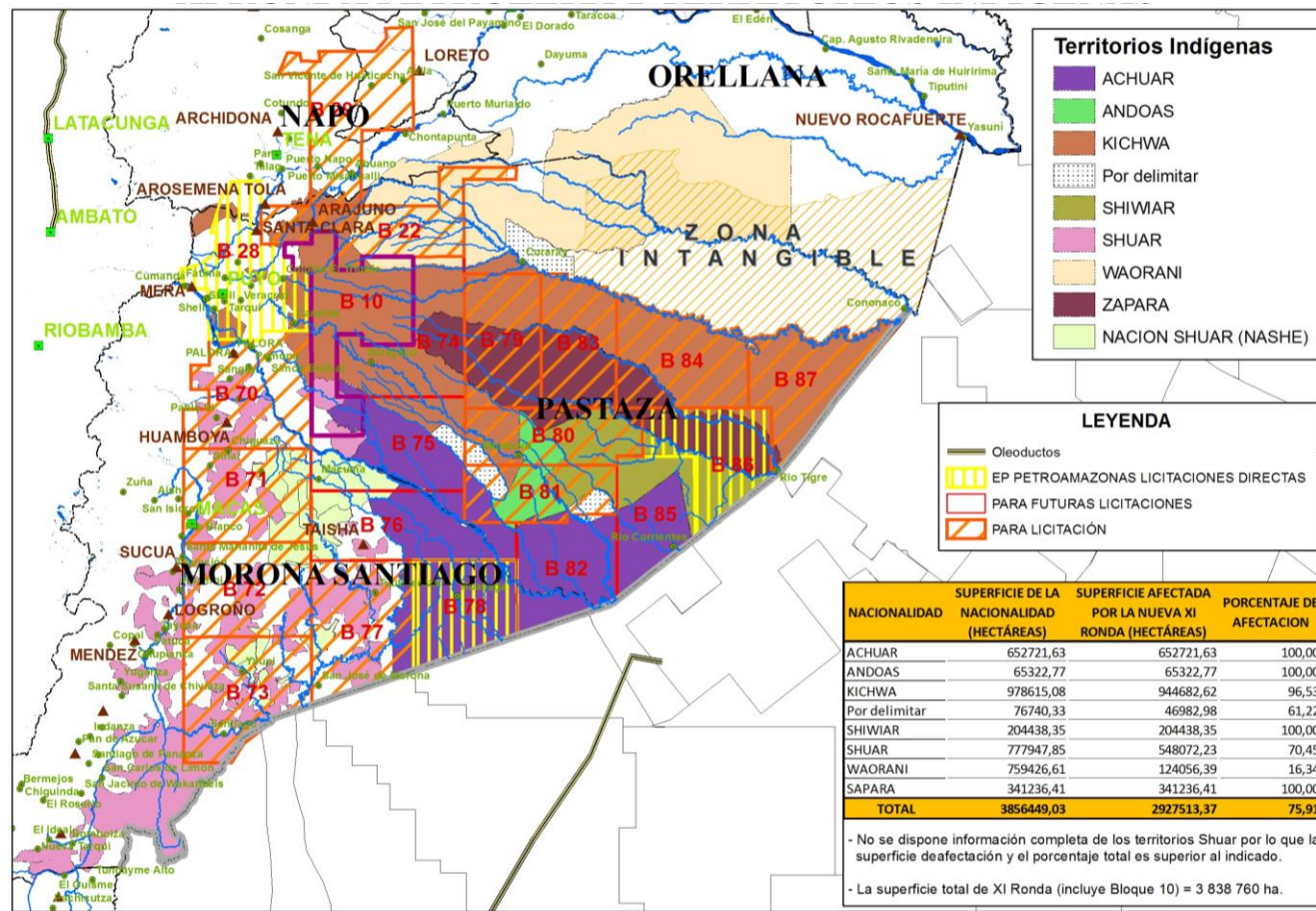
²⁰⁶ Idem.

MAPA 2 - Comparação entre o cadastro petrolero de 2010 e 2011 elaborada por Carlos Mazabanda²⁰⁷



²⁰⁷ MAZABANDA, Carlos. **Consulta Previa en la Décimo Primera Ronda Petrolera: ¿Participación masiva de la ciudadanía?**. [S.l.]. Jul. 2013. 20 p. Disponível em: <<http://amazonwatch.org/assets/files/2013-07-consulta-previa-en-la-11a-ronda.pdf>>. Acesso em: 5 mar. 2016.

MAPA 3 – XI Rondada Petrolera e territórios das nacionalidades indígenas (2012)



Elaborado por: Carlos Mazabanda/Fundación Pachamama.

Fonte: Página da Campanha *La Amazonia que nos queda*. Disponível em: <https://quieroamazonia.files.wordpress.com/2013/11/nueva-ronda-petrolera-oct-2012.jpg> Acesso 10 ago. 2016.

Os protestos contra a *XI Ronda* se tornaram ainda mais inflamados pela inconformidade gerada após o fim da emblemática Iniciativa *Yasuní-ITT* em agosto de 2013. Esta proposta, encampada em 2007 por Alberto Acosta, então Ministro de Energia e Minas do Equador, consistia em manter no subsolo o petróleo da zona do Parque Nacional Yasuní (bloco 43, Zona ITT - Ishpingo-Tambococha e Tiputini), abrindo espaço para a “*construcción colectiva de una economía post-petrolera*”, e evitando “*la explotación de combustibles fósiles en áreas de alta sensibilidad biológica y cultural*” (ACOSTA et al, 2009).

Desde agosto, contudo, o governo equatoriano abandonou a *Iniciativa Yasuní – ITT*: “*no podemos ser mendigos sentados em um saco de ouro*” – dissera na ocasião o presidente. A questão acirrou ainda mais as posições intra e interorganizativas entre indígenas amazônicos, bem como ameaçava interferir na chamada Zona Intangível do Yasuní, delimitada em defesa dos povos em isolamento voluntário (*Tagaeri* e *Taromenani*), e que deveria, por lei, estar isenta de atividades extrativistas. O fim da *Iniciativa Yasuní-ITT* atingiria uma região bastante conflitiva e demarcada por uma grande fragilidade “socioambiental” e por vasta biodiversidade.

Frente aos protestos contrários à exploração no Parque Yasuní, que atingiram proporções nacionais, Correa alegou que a região não estaria em risco, tendo em vista o impacto sobre uma zona mínima de exploração com “*tecnologia de punta*”²⁰⁸. Em sua estratégia comunicativa, o governo comparava a situação à de uma mãe que entrega seu bebê chorando para receber uma vacina, dolorosa, porém necessária. Os slogans “*una mínima huella para que el todo viva*”, “*99,9% intacto*” e “*1x1000*” sintetizavam o argumento apresentado à população equatoriana. A reserva mundial de biosfera do Parque Nacional Yasuní se tornara outro ponto de destaque na conjuntura nacional e, de forma contenciosa, colocava em lados aparentemente opostos a “urgência ecológica e a justiça social”²⁰⁹.

²⁰⁸ Página oficial sobre Yasuní: <http://yasuni-itt.gob.ec/inicio.aspx>. Ver vídeo oficial: UNA MÍNIMA HUELLA. 2013. Vídeo 43”. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?feature=player_embedded&v=DfBzyro5ORI>. Acesso em: 05 mar. 2016.

²⁰⁹ LE QUANG, Matthieu. **El Telégrafo**. Quito. 15 jul 2013. Disponível em: <http://www.telegrafo.com.ec/economia/masqmenos/item/matthieu-le-quang-comision-del-itt-le-quito-el-sentido-politico-a-la-iniciativa.html>>. Acesso em 01 abr 2014.

O empenho do governo em seu papel como interlocutor das comunidades amazônicas está exemplificado em investimentos no âmbito da comunicação comunitária, como através de contrato (ver abaixo) para “*campaña de comunicación comunitaria y política*” na zona de influencia do bloco 43 (bloco ITT, Parque Nacional Yasuní) datado de outubro de 2013, dois meses depois de assinado pelo presidente o Decreto 74, em 15 de agosto de 2013. Este indicava a possibilidade de “analisar a possibilidade técnica, ambiental, financeira e constitucional de exploração dos campos petrolíferos do Bloco 43 ITT”²¹⁰. Os documentos referentes à ação da *Secretaria de Hidrocarburos* serão abordados mais adiante no intuito de reforçar o argumento apresentado neste capítulo, qual seja: a busca do governo por uma interlocução privilegiada junto às comunidades amazônicas, favorecendo uma escuta seletiva e atravessando tempos e espaços originários das nacionalidades potencialmente afetadas.

TABELA 6 - Fragmento do “Resumen ejecutivo de los contratos de Regimen Especial” da SHE²¹¹ (outubro/2013)

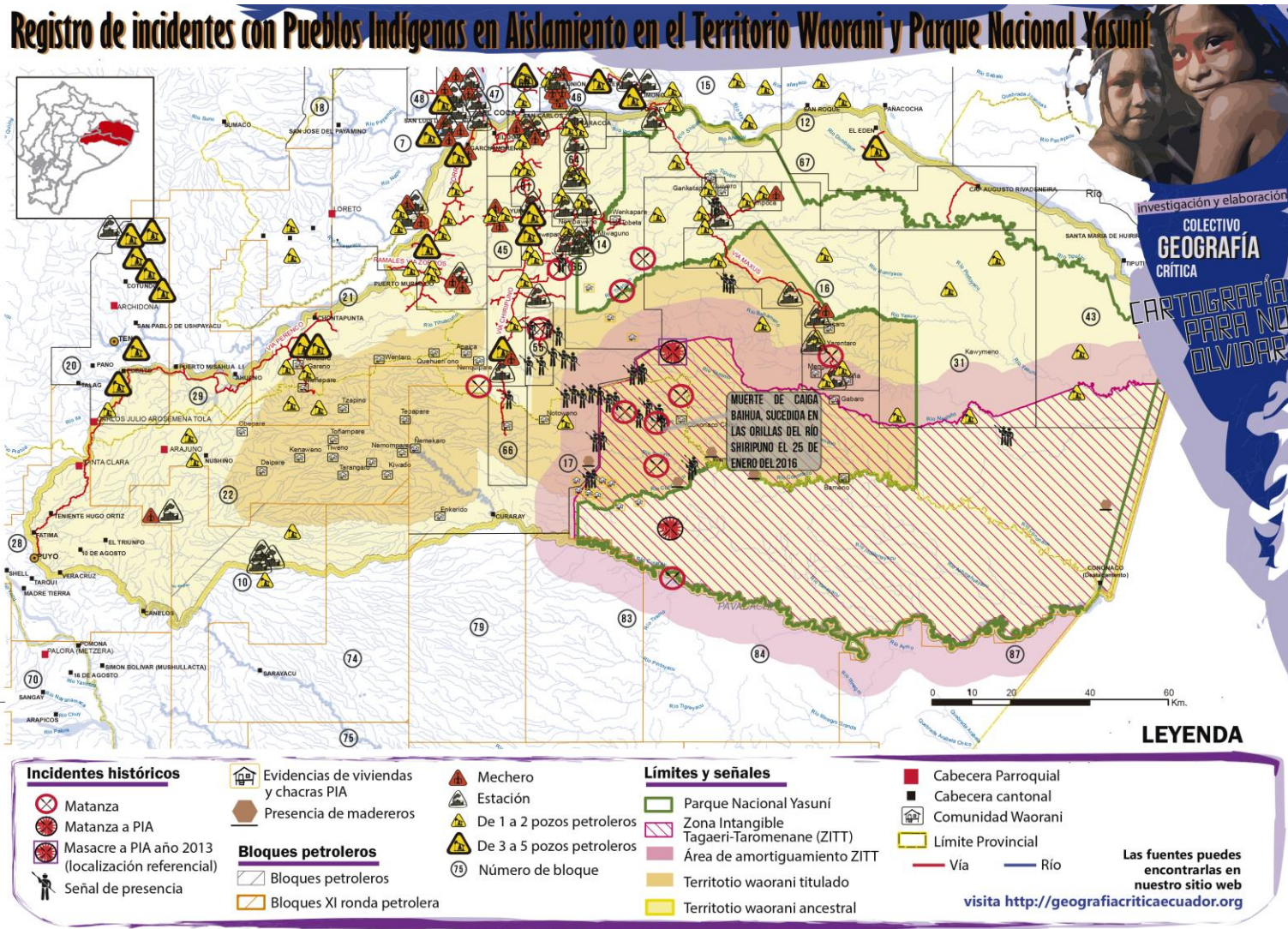
Contratista	Objeto	Monto	Fecha suscripción	Plazo
EP PETROECUADOR	ABASTECIMIENTO DE COMBUSTIBLE PARA LOS VEHÍCULOS DE LA SECRETARIA DE HIDROCARBUROS	USD\$ 53.966,08 incluido IVA	07/09/2013	UN AÑO DESDE LA SUSCRIPCIÓN DEL CONTRATO
MARKETING Y PUBLICIDAD S.A. PLANODIGITAL CINTEL Q	CAMPAÑA DE COMUNICACIÓN COMUNITARIA Y POLÍTICA PARA LA INFORMACIÓN Y DIFUSIÓN DEL PROCESO DE CONSULTA PREVIA DIRIGIDO A LAS COMUNAS COMUNIDADES PUEBLOS Y NACIONALIDADES INDIGENAS ASENTADOS DENTRO DEL AREA DE INFLUENCIA DEL BLOQUE 43	USD\$ 788.000,00 incluido IVA	25/10/2013	70 DIAS DESDE LA SUSCRIPCIÓN DEL CONTRATO

Fonte: *Secretaria de Hidrocarburos del Ecuador* (2013).

²¹⁰ EQUADOR. Ministerio de Electricidad y Energía Renovable. **La Consulta previa bloque 43 ITT**. Disponível em: <<http://www.energia.gob.ec/la-consulta-previa-bloque-43-itt/>>. Acesso em: 05 mar. 2016.

²¹¹ EQUADOR. Secretaria de Hidrocarburos de Ecuador. **Resumen ejecutivo de los contratos de Régimen Especial**. 5 out. 2013. Disponível em: <<http://www.she.gob.ec/wp-content/uploads/downloads/2013/11/CONTRATOS-DE-R%C3%89GIMEN-ESPECIAL.pdf>>. Acesso em: 5 mar. 2016. Ênfase da autora.

MAPA 4 –Mapa de Conflicto socioambiental e o Parque Nacional Yasuní (Bloco 43 ITT)



Fonte: GEOGRAFIA CRÍTICA ECUADOR. Registro de incidentes em Aislamiento em el Territorio Waorani y Parque Nacional Yasuní. Disponível em: https://geografiacriticaecuador.files.wordpress.com/2016/02/mapa3_taga_final.jpg. Acesso em 11 ago. 2016.

Ainda sobre a “consulta prévia”, realizada em 2012 em relação à *XI Ronda*, e esquadrihada em territórios situados na Amazônia Centro-Sul, o então ministro de *Recursos Naturales No Renovables*, Wilson Pástor, esclareceu que o processo em curso não seria uma “consulta popular nem tampouco significava um consentimento prévio das comunidades”, mas que ainda assim era uma consulta, embora não vinculante, a qual permitiria às comunidades de determinado território conhecer se os programas de prospecção, exploração e comercialização de recursos não renováveis lhes afetariam ambiental e culturalmente²¹².

Em julho de 2013, Carlos Mazabanda²¹³ (2013) sustentou que apenas 7% da população total (indígena e não indígena) e 15% da população indígena, situada em 39% do total de comunidades situadas na zona de influencia da *XI Ronda*, havia sido consultada pelo processo até então levado a cabo pela SHE.²¹⁴ Sobre o tempo dedicado à consulta, o engenheiro questionara se seis meses seria “um prazo adequado para consultar a 7 nacionalidades indígenas, 10 organizações, 719 comunidades com uma população de 69.114 pessoas” (MAZABANDA, 2013, p.19) – considerada apenas a população indígena acima de 15 anos.

Após a consulta referente aos 13 blocos iniciais, em 2015 se iniciaria um novo processo de consulta por parte da SHE, referente aos blocos 74 e 75. Neste contexto, segundo memorando interno do Ministério de Recursos Naturais Não Renováveis, haveria necessidade de retomar o processo de consulta “já que anteriormente pelo conflito com o povo de Sarayaku e a distância entre as comunidades, não foi possível abarcar todo o território” – tradução própria. O documento ainda informa sobre a realização de uma espécie de treinamento prévio, um “*Simulacro de Audiencia Pública en Comunidad*

²¹² Fonte: COMUNIDADES dirán en 5 meses si va o no ronda petrolera. **El Telégrafo**. Quito. 22 abr 2012. Disponível em: <<http://www.eltelegrafo.com.ec/noticias/actualidad/1/comunidades-diran-en-5-meses-si-va-o-no-ronda-petrolera>>. Acesso em: 04 mar 2016.

²¹³ Engenheiro em Geografia e Desenvolvimento Sustentável, consultor da *Fundación Pachamama*

²¹⁴ Os dados apresentados por Mazabanda desconsideram as 6000 pessoas que participaram da implementação do *Modelo de Gestión Socio-ambiental*, entre agosto de 2011 e junho de 2012, valor que já que este não é um mecanismo de participação reconhecido pelo Decreto 1247 e se iniciou antes de da promulgação de mesmo. Ver em: MAZABANDA, Carlos. **Consulta Previa en la Decimo Primera Ronda Petrolera: ¿Participación masiva de la ciudadanía?**. Jul. 2013. 20 p. Disponível em: <<http://amazonwatch.org/assets/files/2013-07-consulta-previa-en-la-11a-ronda.pdf>>. Acesso em: 5 mar. 2016.

Sarayaku”, parte da etapa preparatória direcionada a funcionários das instituições governamentais envolvidas²¹⁵. Postas em prática, as perspectivas governamentais para consulta nos dois blocos referidos gerariam um quadro conflitivo entre o governo e líderes indígenas contrários à exploração petrolífera em seus territórios.

Avanço nas próximas páginas apresentando alguns elementos desse quadro contencioso, em particular atentando para aspectos comunicativos, tanto da parte dos órgãos governamentais quanto de opositores. As rádios das nacionalidades, vale dizer, se encontravam num espaço um tanto insólito politicamente: concebidas desde o governo nacional, concedidas às organizações indígenas amazônicas e tangenciadas (ou mesmo atravessadas) por conflitos em grande parte advindos de concepções distintas frente ao território e seus recursos naturais.

4.1.1 As ondas dissidentes e as rádios das nacionalidades

A busca pela propagada “visão comunitária” no âmbito das rádios das nacionalidades levou a interlocuções, como aquelas descritas no capítulo anterior, junto a representantes das nacionalidades Kichwa (de Arajuno), Waorani e Shiwiar. Nos dois últimos casos, vozes femininas à margem das emissoras evidenciaram a meu ver desafios, limites e potencialidades para o tecido de vínculos entre rádios e comunidades, “*hacia dentro*” e “*hacia fuera*”, “*casa adentro*” e “*casa afuera*”.

O cenário, inicialmente associado à temas e problemas exclusivamente comunicativos – especialmente ligados às limitações financeiras –, apresentava um pano de fundo: divergências quanto às formas de aproveitamento e convivência *com* e *no* território refletiam na “ausência-presente” de determinados(as) sujeitos(as) nas rádios das nacionalidades. Tais divergências foram acirradas na medida em que o governo avançou com sua política de “desenvolvimento” e ampliação da fronteira petrolífera em direção à territórios situados ao sul, em Pastaza e Morona Santiago.

Sobre o tripé comunicação-desenvolvimento-transformação social, Manuel Chaparro Escudero (2010) alertou que a prática de desenvolvimento é “economicista, etnocêntrica e exógena, e esta essência a desqualifica para tornar possível a melhora das condições de vida” (CHAPARRO, 2010, p.125). O autor afirma ainda que uma sociedade civil a

²¹⁵ MINISTERIO DE RECURSOS NATURALES Y NO RENOVABLES/ SHE. *Informe de actividades y productos alcanzados* (30-01-2015). Retirado de: <http://www.hidrocarburos.gob.ec/wp-content/uploads/downloads/2015/06/GARCIA-SHIGUANO-JESSIKA-MARICELA.pdf>. Último acesso em 20-07-2016.

qual não está garantido o Direito à Comunicação é uma sociedade que tem sua opinião sequestrada, usurpada por aqueles que se autodesignam como representantes e interlocutores dos atores principais: os cidadãos. Destaco ainda as considerações de Chaparro sobre a primazia do espaço reservado aos meios ditos “cidadãos” que não pode ser usurpado, diz o autor, pelos meios privados com sua prioridade à rentabilidade econômica, nem pelos públicos, que obedecem às estratégias de governo. “A comunicação exige a existência de dois em um plano de reconhecimento entre iguais, é horizontal e dialógica”, cita Chaparro (2010, p. 127).

Diz-se que a luta pela liberdade de expressão é a “mãe de todas as batalhas”, pois permite lutar por demais direitos humanos, como o direito à água, à saúde, à educação e ao próprio território, como espaço de ‘re-produção’ da vida.

No século XX, uma demanda importante foi que o Estado não exercesse controle sobre a expressão. Com o tempo, os movimentos pela liberdade de expressão e de rádios comunitárias definiram a comunicação como direito cidadão e fundamental, conceito que levou o tema para o direito internacional e permitiu a construção de marcos de exigência e critérios relativos à liberdade de expressão como direito humano. Esse processo se vale da experiência de muitas rádios comunitárias que fizeram do direito à comunicação um espaço de construção de outros direitos e o transformaram em direito cidadão, assim como a diversidade, a cultura e a identidade²¹⁶.

As palavras de María Pía Matta – ex- presidente da AMARC (2011) – colocam o direito a comunicação como um direito que não prescinde do Estado em sentido restrito – como diria Gramsci²¹⁷ –, mas que o ultrapassa, reafirmando-se em âmbito internacional sua conexão com a luta por outros direitos e demandas.

Defendo que, ainda que de maneira um tanto tácita, não verbal, não declarada, as rádios concedidas às nacionalidades indígenas equatorianas se converteram num espaço de disputa, de modo que as “ausências-presentes” faziam ressoar ondas dissidentes que se

²¹⁶ PIA MATTÁ, Maria. Mídia e democracia na América Latina. (2-08-2011). Disponível em: <http://www.diplomatique.org.br/artigo.php?id=978> Acesso em 27 jun 2016.

²¹⁷ GRAMSCI. Antonio. *Concepção Dialética da História*. Tradução Carlos Nelson Coutinho. Civilização Brasileira, 2ª Ed. 1978; GRAMSCI, Antonio. *Os intelectuais e a organização da cultura*. 4ª Ed. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982.

expandiam na medida em que avançava a *XI Ronda*, com seus tempos, processos e métodos de “consulta”, “socialização” e licitação.

Assim sendo, passo a situar o projeto desenvolvido no âmbito da SNGP e de uma abrangente estratégia de comunicação promovida pelo governo equatoriano, o que coloca em questão os propósitos distintos de uma comunicação estatal, pública ou comunitária.

Reforço neste caso que as rádios concedidas às nacionalidades indígenas equatorianas, no âmbito de uma proposta de democratização do acesso aos meios de comunicação por setores até então bastante excluídos, não podem ser dissociadas do roteiro de “desenvolvimento” estabelecido pelo governo Correa e sua “*Revolución Ciudadana*”.

Buscou-se uma convergência entre o *Plan Nacional del Buen Vivir* (2013-2017) e um arcabouço legal destinado, em tese, a recuperar o papel soberano do Estado na regulação de setores estratégicos negligenciados por governos anteriores, durante “*la large noche neoliberal*” – expressão notabilizada pelo presidente equatoriano.

Note-se que o setor de radiodifusão está incluído entre aqueles setores que, devido seu caráter “estratégico”, a Constituição de 2008 reservou ao Estado o direito de administrar, regular, controlar e gerir em conformidade com princípios de sustentabilidade ambiental, precaução, prevenção e eficiência (Artigo 313). Em se tratando de um Estado “Plurinacional” e “intercultural” há que se problematizar as premissas de atuação do mesmo e as possibilidades de fala e escuta dos povos e nacionalidades no âmbito de órgãos e instituições estatais. Assim sendo, as rádios das nacionalidades se tornaram um *locus* importante de observação. O acompanhamento dos vínculos e rupturas ao redor da mesma possibilitou depreender evidências de uma ‘escuta seletiva’ por parte do governo nacional, condicionada em diversos momentos à busca de um consenso rápido e sem turbulências.

Nesse caso, retomo aqui a “antidialogicidade” e a “dialogicidade” como caminhos que, segundo Paulo Freire (1987 [1970]), conduzem respectivamente à conquista-divisão-manipulação-invasão cultural e à colaboração-união-organização-síntese cultural. Enquanto uma é a essência da opressão, a outra é a essência da “educação como prática da liberdade”:

“Mas, se dizer a palavra verdadeira, que é trabalho, que é práxis, é transformar o mundo, dizer a palavra não é privilégio de alguns homens [e mulheres], mas direito de todos os homens [e mulheres]. Precisamente por isto, ninguém pode dizer a palavra verdadeira sozinho, ou dizê-la para os outros, num ato de prescrição, com o qual rouba a palavra dos demais” (FREIRE, 1987, p, 44).

A prescrição extrativista desde o governo Correa representou o roubo da palavra àqueles que progressivamente se colocaram contrários às agendas licitatórias e à própria atividade petroleira em seus territórios, especialmente no caso da *Ronda Sur Oriente*. Isso acabou resultando efetivamente em processos de divisão intra-organizacional, ou seja, dentro das organizações indígenas de Pastaza e Morona Santiago.

Desse modo, direta ou indiretamente as vozes opositoras a um determinado projeto de “desenvolvimento” se distanciaram ou foram afastadas das rádios concedidas pelo governo, expondo os limites da ‘*palavra concedida*’: efetivamente uma *concessão* e não uma *garantia*. Abaixo, sintetizo o cenário organizativo e comunicativo que não apenas observei, mas com o qual interagi ao longo da investigação de campo:

TABELA 7 – Quadro político-organizativo das rádios das nacionalidades (2014-2016)

Radio/ Organização	Sujeitos(as) (líderes/diretores (as)/comunicadores(as))	Cenário(s) contencioso(s)
WAO APENINKA/ NAWÉ	Presidente: Moi Enomenga Vice-presidente: Alicia Cahuiya Diretor da Radio: Saul D. Nihua.	Presidente da organização alinhado com o governo e favorável ao projeto petroleiro, especialmente em relação a exploração do bloco 43 ITT (Yasuní). Vice-presidente contrária a ampliação da fronteira petroleira e crítica ao governo nacional. Saúl deixa a rádio ao início de 2015, em meio a discordâncias quanto à gestão da mesma e conflitos intra-organizativos.
LA VOZ DE LA NAE/NAE	Presidente: Jaime Vargas Vice-presidente: Roberto Peas Diretor da rádio: Marlon Vargas.	Consenso contra <i>XI Ronda</i> em nível organizativo. Confluência de interesses entre presidente e diretor da rádio, incluindo atuações conjuntas e preventivas às “socializações” da <i>Secretaria de Hidrocarburos (SHE)</i> . Ruben Tsamaraint – pró governo nacional – é eleito presidente da NAE

		em maio de 2015 (Marlon Vargas assume cargo de Dirigente de Comunicação). No segundo semestre daquele ano, ele é destituído ao colocar-se contra a mobilização de agosto conduzida pelas bases da nacionalidade. O governo (SNGP) não reconhece a destituição de Tsamaraint. Uma nova eleição de “conciliação” ocorre em 2016, no intuito de reunificar a NAE. Com o afastamento de Marlon Vargas (Dirigente de Comunicação da NAE e vice-presidente do conselho de governo dissidente) da rádio e devido aos problemas político-organizativos <i>La Voz de la NAE</i> perde a conexão anteriormente garantida pelo vínculo familiar e político entre Jaime e Marlon Vargas.
RÁDIO SÁPARA/ NASE	Presidente: Basílio Mucushigua Vice-presidente: Bernabé Armas	Organização dividida entre duas diretivas, pró (Basílio) e contra (Klever Ruiz) o governo nacional e a ampliação da fronteira petroleira com a <i>XI Ronda</i> . Divergências quanto ao mapa do território da nacionalidade.
TARIMIAT/ NASHIE	Presidente: Fernando Santi Dahua. Vice-presidente: Moisés Aranda	Fernando Santi, atuante contra a <i>XI Ronda</i> junto à CONFENIAE, foi destituído em setembro de 2015 e substituído por Abel Santi Cuji, alinhado politicamente ao governo nacional e reconhecido pela SNGP. Na ocasião, o presidente destituído alegou irregularidades no processo, sendo a eleição realizada de “ <i>forma oculta y con un grupo minoritario de gente.</i> ”
LA VOZ DE LA FRONTEIRA/ NAPE	Presidente: Claudia Alesandra Proaño Malaver Vice-presidente: - -	Proaño está na presidência deste 2007. Em sua gestão, foram realizadas mudanças no conselho de governo, com redução do número de dirigentes. A nacionalidade, pro-governo nacional, apoiou a eleição de Felipe Tsenkush para Confeniae (expulso do Movimento Pachakutik em 2004 e denunciado em caso de corrupção no passado), em eleição desconhecida pela CONAIE, que segue apoiando gestão de Franco Viteri. A nacionalidade é a única que possui uma presidenta mulher, havendo comumente referência a “ <i>las andwas</i> ”.
TUNA/ FENASH-P *NASHE (Macuma)	Presidente: Cristóbal Jimpikit Vice-presidente: Antonio Moncayo Vargas *26 de julho 2016: eleição de novo presidente, Federico Katan, com presença de representantes da CONAIE	Organização apoia Franco Viteri e mantém postura desfavorável a projeto petroleiro. Mantém diálogo com governo nacional para desenvolver projetos para nacionalidade. *Os Shuar de Macuma (NASHE) assumem uma postura bastante resistente à <i>XI Ronda</i> , impedindo entrada da SHE para “socialização”. Dissidências são aproveitadas pelo

	(Jorge Herrera) e Confeniae (Franco Viteri).	governo, que busca forjar consenso em torno ao projeto petrolero.
JATARI KICHWA/ ACIA	Presidente: Darwin Tanguila Vice-presidente: Bolivar Calapucha	Organização conforma consenso em torno a questão petrolera, tendo interrompido acordo com AGIP Oil (bloco 10), em função de descumprimento de acordos. ACIA apoia Franco Viteri, colocando-se contra a presidência forjada em eleição desconhecida pela CONAIE..

Fonte: Elaboração Própria.

Normativas internacionais – Convenção 169 da OIT (ratificado em abril de 1998 pelo Equador), Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas, entre outras – ratificadas nacionalmente através da Constituição e de dispositivos como o Decreto Executivo 1247 (19 de julho de 2012) e a *Ley Orgánica de Participación Ciudadana* impuseram uma nova relação entre o Estado e as comunidades indígenas, particularmente na Amazônia, cujo histórico de abandono e exploração é vasto por parte do poder público e das empresas transnacionais.

No caso do governo Correa, o “diálogo” e “consulta” à população estiveram a cargo da *Secretaria de Hidrocarburos* (SHE), órgão responsável pelas chamadas “mesas de diálogo” ou “*socializaciones petroleras*”.

Em companhia de Saúl, então diretor da Rádio *Wao Apeninka* e do locutor “mestiço” Luis Dias, acompanhei um desses eventos, realizado em Shell, a 20 minutos de Puyo. Descrevo abaixo a exposição realizada por representantes da SHE, onde o então locutor da rádio Waorani – posteriormente vinculado à rádio da nacionalidade Shiwiar – desempenhara o papel de apresentador/mediador diante do público presente, e onde me deparei talvez mais fortemente com um exemplo daquilo que já foi identificado anteriormente (Capítulo 2) como “pedagogia-ponte”.

4.1.2 *Secretaria de Hidrocarburos de Ecuador* (SHE): juiz e parte.

A Paróquia Shell deve seu nome à presença da empresa petrolera homônima ao início do século XX naquele lugar. Àquela época, os “benefícios” advindos da exploração petrolera ficavam a cargo das próprias empresas, não havendo uma participação ativa dos governos neste sentido. Na mesa de diálogo montada no ginásio daquela localidade a “política pública petrolera” foi uma referência constante, com ênfases ainda ao marco regulador, à Constituição e aos acordos internacionais em respeito aos direitos tanto da

sociedade quanto da natureza. A “normativa” e o uso de “tecnologias avançadas” foram citados pelos funcionários do governo nacional como garantia de redução dos riscos, e reversão dos danos provocados no passado.

O evento no dia quatro de dezembro de 2014 foi realizado em duas partes: primeiro, exposições dos representantes do poder local, dos funcionários do Ministério de Recursos Nacionais não Renováveis e da SHE, e posteriormente dos cidadãos presentes. Da parte dos representantes do governo nacional – o engenheiro Edgar Martínez e o técnico Rubem Gualinga –, foram destacados os três eixos da “*política pública hidrocarborífera no território*”: 1. mudança da modalidade de contratos petrolíferos que deixaram de ser contratos de participação para serem contratos de prestação de serviços; 2. conquista de direitos à indenização e estabelecimento de acordos de compensação; e 3. As novas regras para distribuição da “riqueza” com o art. 94 da *Ley de Hidrocarburos*.

A mensagem deixada pelos representantes do governo aos cidadãos presentes era a seguinte: “estamos vivendo uma nova era petrolífera, sejamos parte ativa dela” – afirmou um dos expositores em referência ao “processo de consulta prévia” para exploração do bloco 28, cuja empresa responsável não havia sido escolhida. Daí a convocação aos moradores de Shell: “temos tempo e espaço para conhecer e estamos preparados para que, no momento em que ingresse a empresa, saibamos nossos direitos”.

Estrutura montada na “socialização petrolífera” anuncia a chegada do “*Buen amigo*” às comunidades e o começo de uma época em que, “Finalmente! Os benefícios do petróleo são para a Amazônia”, já que “o petróleo do Equador [está] nas mãos dos equatorianos.





Ruben Gualinga funcionario da SHE, durante “socialização petroleira”, destacando a eixos como “comunicación como um derecho ciudadano” na “nova época petrolera del país”.



População presente à “mesa de diálogo” da SHE, com kits pedagógico-informativos (sacolas azuis).

Como complemento às explicações fornecidas pelos funcionários do governo, foram distribuídos kits informativos que, numa sacola azul com a *logo* da SHE, continha: um livrinho de história ‘infantil’, um exemplar para colorir e lápis de cor. Este material merecerá uma análise detalhada mais adiante por constituir um exemplo emblemático daquilo que identifico como “pedagogia-ponte”.

Antes gostaria de ressaltar a participação do locutor da rádio *Wao Apeninka*, Luis Dias, na apresentação daquele evento. Ele próprio, em entrevista realizada algum tempo depois me contara sobre sua participação nas “mesas de diálogo” promovidas pela SHE. A participação do locutor da rádio Waorani evidencia que, se há não uma ocupação de espaços nas rádios das nacionalidades planejada e conduzida deliberadamente desde o governo, aquelas não escapam da presença nada aleatória de determinadas vozes em detrimentos de outras.

Na última entrevista que fiz com o presidente da rádio Waorani, Moi Enomenga, lhe perguntei sobre a possibilidade de veicular opiniões contrárias ao governo na rádio da nacionalidade, ao que respondeu imediatamente: “*No está permitido aquí*”²¹⁸.

Luis Dias demonstrou se orgulhar por conhecer “*toditas las nacionalidades*”, pontuando algo que conquistara após anos de trabalho: “*Confía en mí la gente*”. Sua presença em Shell, “era mais para ajudar um amigo” na condução da “socialização”, onde seria importante “ser propositivos”, afinal, diz ele, “são do Estado os recursos, nós não podemos [nos] opor”. Na qualidade de interlocutor – e, eu diria até mediador – entre agentes do governo e das nacionalidades, o locutor afirma que em outras ocasiões tentara explicar aos representantes destas últimas o trabalho dos funcionários da SHE:

*“Yo les he ido explicando... Ellos [os funcionarios da SHE] cumplen una función, no somos nosotros contra el Estado. Es el Estado el dueño de todo, nosotros no. Mañana por las buenas o por las malas el Estado tiene que ejecutar su trabajo, nosotros no podemos oponernos.”*²¹⁹

Luis Dias, que maneja “40% de Kichwa” creditara a fortaleza dos processos de consulta e socialização ao domínio do idioma da nacionalidade, caso contrário “*ni te paran bola*”

²¹⁸ Entrevista realizada pela autora na sede na NAWA em 25 de maio de 2015.

²¹⁹ Entrevista realizada pela autora em 30-04-2015. Puyo, Pastaza.

– nem dão atenção [nas comunidades], diz. O locutor expõe visão crítica sobre o projeto das rádios das nacionalidades, destacando um déficit de capacitação entre os indígenas. Ao mencionar a necessidade de “*capacitar a la gente*”, já que apenas poucos líderes possuem capacitação, o locutor afirma que, por falta de maior conhecimento “as bases às vezes nem sabem que houve consulta, que foi assinado, que foi socializado, não sabem”, e acrescenta que “são outros que lutam por eles (pelas bases)”. Há, contudo, uma exceção espontaneamente citada: “Apenas Sarayaku, eles sim fazem assembleias grandes. São bem estruturados, são bem preparados”. São anti-petroleiros, afirma autora, e Dias responde: “Muitos deles estão mudando (...) Conheço muitos líderes que se dão conta de que eles seguem pobres enquanto outros estão em outra posição”. A maioria de todas nacionalidades é favorável à exploração, segundo o locutor. “51,52%” estipula. Para ele “o governo conseguiu vender a ideia de que a exploração traz felicidade às comunidades, vias, hospitais, eles vão sentindo”. Ao final da entrevista, ele, que se identificou como partidário de *Alianza País* – partido do governo nacional, e afirmou: “Muitos creem que sou governista, mas não sou”.

Ser governista ou não governista, ‘comprar’ ou não ‘comprar’ o projeto político do governo nacional. Este se tornou um divisor de águas durante a *Revolución Ciudadana*, como afirmam os autores do livro “*El Enlace Ciudadano de Correa. Entre la exaltación del pueblo y el combate a los medios*”. Mauro Cerbino *et al* observam como se construiu um discurso dicotômico no âmbito do governo Correa e da *Revolucion Ciudadana*. A anulação ou desqualificação do contraponto, em diversos casos, revelou uma divisão entre aqueles favoráveis ao governo e, noutro extremo, o *resto*.

No caso específico das consultas “prévias” e “mesas de diálogo” essa espécie de padrão se repete, podendo ser notado, particularmente, na análise das estratégias de comunicação/persuasão utilizadas desde o governo e numa ‘pedagogia-ponte’ aplicada no sentido de preparar a sociedade para a chegada – inevitável e inquestionável – das empresas petroleiras. Parte dessas estratégias está em recorrer a uma visão dicotômica entre “atraso” e “progresso”, como abordo no próximo tópico.

4.1.2.1 Comunicação ou persuasão: o papel da SHE.

Antes de começar a “mesa de diálogo” na Paróquia Shell os presentes eram convidados a assinar uma lista de presença. Um fotógrafo oficial registrava o evento. Soube posteriormente que minha presença, munida de máquina fotográfica e gravador, havia gerado certa curiosidade entre representantes da SHE. Ao assinar a lista de presença,

cada cidadão(ã) presente recebia o kit mencionado. Olhando atentamente o material entregue, compreendi que ali estava impressa mais do que uma história infantil para entreter as crianças enquanto seus pais acompanhavam as exposições dos representantes do governo. Ali estava impressa uma estratégia discursiva.

Ilustração 2



Capa da publicação infantil distribuída para população durante a socialização petroleira acompanhada pela autora na Paróquia Shell. O livro vinha com um estojo de lápis de cor e um similar preto e branco para ser colorido.

“*Mi buen amigo en la comunidad*”: este é o nome da publicação que apresenta a narrativa conduzida pelo *Yachak*, “*el hombre sábio que inicia el cuento*” e que expõe aos leitores a situação da *Pachamama* na região da Amazônia Sul oriente. Há uma breve apresentação de espaços e hábitos dos povos amazônicos, com referência à *wayusa* que ajuda a “*planificar con claridad e de forma familiar lo que vamos a hacer a lo largo del día*”. Como a narrativa é feita pelo *Yachak*, o uso da primeira pessoa do plural (*nós*) contribui para forjar a interlocução do(a) leitor(a) com um sujeito coletivo, que apresenta a selva e seus segredos, espíritos e rituais. Destaca-se ainda a presença das mulheres, a importância das mesmas no preparo da *chicha* (bebida fermentada de mandioca) e na elaboração e decoração das *mocawas*. A descrição da vida no território e em comunidade é atravessada por considerações sobre “*un nuevo momento de cambio*”, o qual o “sábio” se encarrega de explicar:

Estamos muy felices porque desde hace varios años nos visita gente nueva, que nos cuentan cómo están cambiando las cosas para nuestro beneficio, ¡ellos nos traen importantes mensajes!. Sin embargo, también vienen a nuestras comunidades los Juri Juri, que vienen en nombre de Supay, aquel ser de la oscuridad que nos siembra dudas, desesperanza, temores y nos aconseja cerrar las puertas de nuestra Pachamama, porque llegarían días malos y espíritus malos como el sapo Kuartam que se transforma en tigre y devorará a nuestro pueblo e a toda la naturaleza. (...) En mis sueños pude ver que desde lo más oscuro de la noche han llegado hasta el Suroriente algunos Juri Juri, para impedir que nuestros pueblos sean felices, que no logren el progreso, bienestar y que siempre estén mal, pobres, atrasados y sin atención médica, ni buena educación o vías de comunicación. Pero con la presencia de nuestro amigo Amasanga, podremos aclarar todas estas dudas. El tiempo apremia, las presiones son muy fuertes; de una parte los Juri Juri e por otra el Amasanga, por eso empecé a recorrer la selva para preguntar a otras comunidades para conocer la verdad. (...) Después de conocer el amigo Amasanga, quiero contarles que hoy las cosas han cambiado mucho. La nueva política para aprovechar nuestros recursos naturales es buena para todos los pueblos que habitamos estas provincias amazónicas del suroriente. (...) La nueva Constitución del 2008 manifiesta que nuestra naturaleza es única en el mundo y está protegida de toda actividad que le pueda afectar y todos los que lastimen a la Pachamama, deberían ser juzgados por la comunidad y autoridad ambientales. En casos de impacto ambiental grave, nuestro amigo Amasanga tiene las formas más útiles para alcanzar la recuperación de nuestra Pachamama. (SHE, s/d, pp. 11-16)

A história contada pelo *Yachak* (sábio ou xamã) deixa entrever algumas idiosincrasias que escapam ao universo indígena e evidenciam um discurso, na verdade, exógeno, a despeito do uso de diversos elementos próprios dos habitantes da selva (nomes de espíritos, universo onírico, termos próprios do vocábulos indígena, referências a costumes originários).

“Progreso”, “pobreza” e “atraso” remetem a concepções externas, alheias à vivência e experiências originárias dos povos e nacionalidades. São termos que, uma vez incorporados, trasladam sujeitos(as) – coletivos ou individuais – a um espaço-tempo distinto, inscrito no âmbito da modernidade ocidental e de caminhos pré-determinados. Impõe-se assim um “espaço de experiência” em benefício de “horizonte de expectativas”, para utilizar as categorias trabalhadas por Koselleck. “Um futuro portador de progresso”, diz o historiador, “modifica também o valor histórico do passado” (KOSELLECK, 2006, p.319). A frase se refere ao impacto da Revolução Francesa para a “história em geral”. O futuro desde a colonização ultramarina, observa o autor, se torna diferente do passado, ou seja, melhor. Daí surgem concepções dicotômicas entre “progresso” e “atraso”, onde o mundo moderno ocidental e europeu é associado ao primeiro e todo o ‘resto’ ao segundo. “A experiência histórica tradicional não podia mais ser estendida diretamente à expectativa”, ressalta Koselleck.

É interessante, contudo, observar que a tática argumentativa expressa pelo livreto infantil distribuído durante o evento da *Secretaría de Hidrocarburos* recorre a elementos do ‘passado’ tradicional – representado pela sabedoria do *Yachak* – para anunciar um “*nuevo momento de cambio*”, “*un gran cambio*” anunciado pelo “amigo Amasanga”. Na tradição *Kichwa* amazônica, Amasanga é identificado como um espírito masculino, o mais poderoso da selva, “que circunda a esfera feminina simbolizada por Nunghui” (GUZMÁN, 1997, p.208)²²⁰. Amasanga é conhecido como o Deus da caça, conhecedor do espaço integral. Um “Ser” que ensina ao homem da selva as estratégias e a sabedoria da caça²²¹. Na história ‘infantil’, o Estado é Amasanga. E cabe a ele, diz *Yachak*, “o controle de todos estes recursos [naturais] em benefício do povo equatoriano” e ele quem “investirá todos os lucros em nossa querida Pachamama” (SHE, s/d, p.21).

As políticas de comunicação estabelecidas desde a SHE merecem aqui uma consideração especial, pois permitem avançar a partir da pergunta norteadora deste capítulo: *Pode o(a) subalterno(a) ser escutado(a)?*

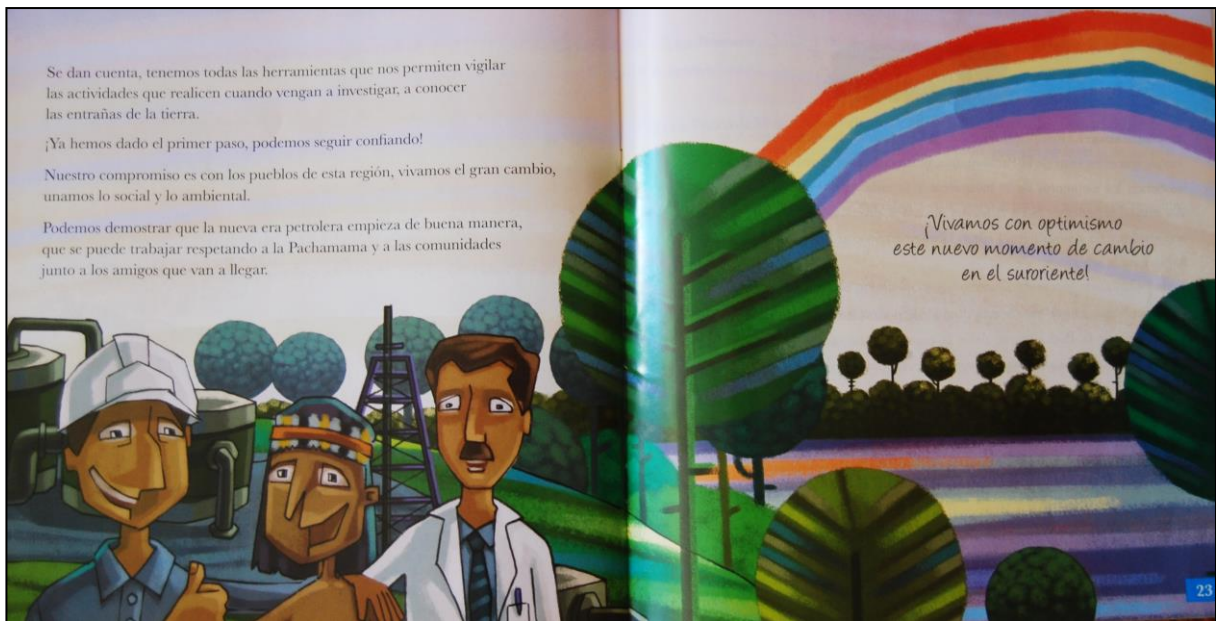
²²⁰ GUZMÁN GALLEGOS, María Antonieta. **Para que la yuca beba nuestra sangre**. Trabajo, género y parentesco en una comunidad quichua de la Amazonía Ecuatoriana. Quito: Ediciones Abya Yala/ CEDIME. 1997.

²²¹ MORALES MALES, Pablo. El hombre y sus relaciones adaptativas en Bosques Pluviales: Uso del Páramo andino y la selva amazónica. **SARANCE**. n. 24. Otavalo: Instituto Otavaleño de Antropología. Out. 1997. p. 23-48. Disponível em: <<http://repositorio.flacsoandes.edu.ec/bitstream/10469/5678/1/RFLACSO-Sa24-02-Morales.pdf>>. Acesso em: 02 ago. 2016.

Em face das estratégias de comunicação/ persuasão desde órgãos do governo, e considerando que o objetivo das chamadas “consultas prévias” de preparar a população para quando as empresas chegarem aos seus territórios, vozes dissonantes parecem estar alheias aos espaços oficiais. Afloram restrições inerentes à “palavra concedida”; ou seja, aquela que é *verticalmente selecionada* e não *horizontalmente garantida*.

Ilustração 3 - Fragmentos do livro *Mi buen amigo en la comunidad*





Se dan cuenta, tenemos todas las herramientas que nos permiten vigilar las actividades que realicen cuando vengan a investigar, a conocer las entrañas de la tierra.

¡Ya hemos dado el primer paso, podemos seguir confiando!

Nuestro compromiso es con los pueblos de esta región, vivamos el gran cambio, unamos lo social y lo ambiental.

Podemos demostrar que la nueva era petrolera empieza de buena manera, que se puede trabajar respetando a la Pachamama y a las comunidades junto a los amigos que van a llegar.

¡Vivamos con optimismo este nuevo momento de cambio en el suroriental!

Yachak com funcionários das petroleiras e indústria já instalada ao fundo. “Nosso compromisso é com os povos dessa região, vivamos a grande mudança, unamos o social e o ambiental”



Amasanga nos ayudará a progresar y tener un mejor futuro con la implementación de obras para educación, mejor atención en salud y generación de empleo y así lograr el buen vivir.

Yachak: “Amasanga vai ajudar-nos a progredir e ter um futuro melhor com a implementação de obras para educação, melhor atenção em saúde e geração de emprego e assim conseguir o *buen vivir*.”

Diante da importância da SHE na interlocução governo-comunidades, busquei conhecer um pouco da rotina desta, recorrendo a documentos que descrevem o deslocamento de seus funcionários pelo território amazônico. Com o acesso a informes dispostos *online*, pude identificar pontualmente algumas estratégias de comunicação (e persuasão) em favor da exploração petrolífera. Encarregada das atividades vinculadas à “consulta prévia” e às “mesas de diálogo”, a SHE consiste na voz oficial frente à disputa travada

com líderes e representantes indígenas contrários à política extrativista. Identifico três eixos de atuação identificados: treinamento, “*acercamiento*” e contrainformação.

Em maio de 2015, foi realizado para funcionários da *Dirección de Seguimiento Social y Ambiental/SHE* um evento de *Media Training*, o qual se destinou a introduzir temas como: “valores da comunicação comunitária”; “oralidade”; “meios alterativos”; “recursos para uma comunicação eficaz”; “agenda setting nos meios informativos”; “liderança comunitária”; “comunicação estratégica e visão”; e ainda temas de gestão pública (“manejo de crise” e “plano de crise”).

Fragmento de documento sobre *Media Training* para funcionários da SHE (2015)

Objetivos del taller

Fortalecer las capacidades del equipo técnico de la Dirección de Seguimiento Socio Ambiental en metodologías de Media Training, Gestión de Conflictos Socio ambientales, Pueblos Indígenas y la Industria Hidrocarburífera, mediante la transferencia de conocimientos adquiridos durante varios procesos de capacitación durante el año 2014 en el marco de sus atribuciones y responsabilidades.

Objetivos específicos

- Que el equipo de la Dirección desarrolle habilidades para comprender, identificar y clasificar los elementos que componen los conflictos socio ambientales, escenarios que a menudo se generan antes, durante y después del proceso de Consulta Previa.
- Que todo el equipo que integran procesos de levantamiento de información, socializaciones y demás actividades relacionadas a la gestión comunitaria y política, conozca las técnicas de Media Training y el alcance de la comunicación estratégica en los proceso de consulta previa.
- Que el técnico sociopolítico de la Dirección, intercambie ideas sobre las condiciones de relacionamiento comunitario con pueblos indígenas y la gestión de proyectos hidrocarburíferos.

Fonte: Registro de Atividades de Funcionários de SHE (maio de 2015).²²²

Outra informação que é frequentemente encontrada em documentos da SHE e que denota uma perspectiva de incidência comunicativa aparece como parte das “recomendações”: “realizar monitoramento permanente dos meios escritos e digitais sobre as atividades no setor petrolero...”

²²² EQUADOR, Secretaría de Hidrocarburos de Ecuador. **Informe de actividades y productos alcanzados**. Maio 2015. Disponível em: <<http://www.she.gob.ec/wp-content/uploads/2015/07/ALVAREZ.pdf>>. Acesso em: 20 jul. 2016.

CONCLUSIONES:

- ✓ La actividades territoriales realizadas por la dirección de Seguimiento Social y Ambiental se ejecutadas acorde a las competencias institucionales que con llevan a la correcta operación hidrocarburífera de los bloques y áreas asignadas a las diferentes empresas hidrocarburíferas en concordancia con la ley

RECOMENDACIONES:

- ✓ Seguir coordinando y planificando visitas de campo a los diferentes bloques petroleros ubicados en la provincia de Orellana a fin de conocer el estado situacional de los mismos acorde a las competencias de la SHE, así como también fortalecer adhesiones comunitarias, sociales y políticas en los procesos petroleros que impulsa el Estado ecuatoriano.
- ✓ Realizar monitoreos permanentes de los medios escritos y digitales acerca de las actividades en el sector petrolero en la provincia de Orellana

Fonte: Registro de Atividades de Funcionários de SHE (outubro de 2015)²²³

Em memorando interno da SHE, datado de janeiro de 2015, indica-se a necessidade de novo processo de *'acercamiento'* às zonas dos blocos 74 e 75 para “Consulta prévia”, tendo em vista conflito com o povo de Sarayaku.

DE : JESSIKA MARICELA GARCIA SHIGUANGO
ASUNTO : COMISIÓN DE SERVICIOS EN LA CIUDAD DEL COCA Y
PUYO, DEL 27 AL 29 DE ENERO DE 2015
FECHA : 30 DE ENERO DE 2015

Antecedentes:

- La comunidad 24 de Mayo, solicitó al MAE ser insertada dentro del área de influencia del proyecto INCHI de la empresa Enap Sipec. En este sentido se coordinó una reunión en campo con el fin de socializar la disposición del MAE con respecto al cumplimiento del acuerdo 001, para la compensación de la comunidad.
- En la provincia de Pastaza históricamente se han realizado actividades hidrocarburíferas, las cuales han generado cambios indiscutibles en la población y el ambiente. Actualmente se tiene planificada la ejecución del proceso de Consulta Previa en los Bloques 74 y 75 que a pesar de que ya se realizó en estos bloques dentro de la Ronda Sur Oriente Ecuador se ha visto la necesidad de retomarla en estos bloque ya que anteriormente por el conflicto con el pueblo de Sarayaku y la distancia entre las comunidades no se pudo abarcar todo el territorio, para lo cual se ha iniciado una serie de capacitaciones y reuniones de coordinación.

²²³ EQUADOR, Secretaría de Hidrocarburos de Ecuador. **Informe de actividades y productos alcanzados**. Out 2015. Disponível em: <<http://www.she.gob.ec/wp-content/uploads/2015/11/ALVAREZ.pdf>>. Acesso em: 20 jul. 2016.

Fonte: Registro de atividades de funcionários de SHE (janeiro de 2015)²²⁴

O mesmo documento indica ainda a realização de um “*Simulacro de Audiência Pública em comunidade de Sarayaku*”, o que pressupõe um espaço de diálogo com aqueles opositores da política petroleira.

- **28/01/2015**, Capacitación y análisis de la Política Pública Hidrocarburífera. Capacitación y análisis del Decreto Ejecutivo 1247 para la ejecución del Proceso de Consulta Previa en Ecuador. Marco jurídico en el Ecuador y normativas que avalan la ejecución del proyecto de Consulta Previa. Ejercicio práctico, simulacro de Audiencia Pública en comunidad Sarayaku.
- **29/01/2015**, Retorno a Quito.

Fonte: Registro de atividades de funcionários de SHE (janeiro de 2015)²²⁵

²²⁴EQUADOR, Secretaría de Hidrocarburos de Ecuador. **Informe de actividades y productos alcanzados**. 30 jan. 2013. Disponível em: <<http://www.hidrocarburos.gob.ec/wp-content/uploads/downloads/2015/06/GARCIA-SHIGUANO-JESSIKA-MARICELA.pdf>>. Acesso em: 20 jul. 2016.

²²⁵ EQUADOR, Secretaría de Hidrocarburos de Ecuador. **Informe de actividades y productos alcanzados**. 30 jan. 2013. Disponível em: <<http://www.hidrocarburos.gob.ec/wp-content/uploads/downloads/2015/06/GARCIA-SHIGUANO-JESSIKA-MARICELA.pdf>>. Acesso em: 20 jul. 2016.

CIUDAD – PROVINCIA DEL SERVICIO INSTITUCIONAL ACHUAR/PASTAZA	NOMBRE DE LA UNIDAD A LA QUE PERTENECE LA O EL SERVIDOR SEGUIMIENTO SOCIAL Y AMBIENTAL – PUJO
SERVIDORES QUE INTEGRAN EL SERVICIO INSTITUCIONAL: Edilberto Utiñaja	
INFORME DE ACTIVIDADES Y PRODUCTOS ALCANZADOS	
<p>Domingo 01/03/2015 07h45 Salida por vía terrestre desde la ciudad de Puyo hasta la Shell 8h00P Llegada a la Shell 12h00 -12h30 Salida por vía aérea desde la parroquia Shell hasta la comunidad Achuar Llegada a la comunidad Achuar 14h00-15h00 Lectura del acta de la apertura de la oficina de consulta previa 15h00 -18h00 Apertura de la oficina Permanente de Consulta Previa en las comunidades: Achuar y de los Bloques 74-75. Indicaciones generales por las autoridades del Estado.</p> <p>Lunes 02/03/2015 08H00 – 14H00 Salida por vía fluvial desde la comunidad Achuar hasta la comunidad Kuankua y al mismo día se procederá la apertura de la Oficina permanente 15h00 - 18h00 Apertura de la oficina Permanente de Consulta Previa en las comunidades: Achuar y de los Bloques 74-75. Indicaciones generales por las autoridades del Estado.</p> <p>Martes 03/03/2015 16H30-17H00 Salida desde la comunidad Kuankua hasta la Shell, 17h00-17h15 Traslado desde la Shell hasta la ciudad de Puyo</p> <p>CONCLUSIONES:</p> <ul style="list-style-type: none"> ✓ Se procede a la apertura de oficinas permanentes en las comunidades Achuar y Kuankua en el bloque 75, sin ninguna novedad, tal cual estaba establecida el cronograma. <p>RECOMENDACIONES:</p> <ul style="list-style-type: none"> ✓ Mantener una buena coordinación entre las comunidades consolidadas de Pastaza y Morona Santiago, para que en las aperturas de las Audiencias Públicas las comunidades sean bien organizados, y no permitir el boicoteo de los dirigentes de la NAF. 	

➤ **Conclusiones:**

- Esta actividad permitió ordenar los diferentes procesos y visualizar cuanto tiempo promedio se demoran los técnicos territoriales en realizar las diferentes actividades.
- Nuestras actividades dependen de las decisiones que se tomen en las comunidades, por lo tanto algunas pueden demorarse hasta diez veces más si es que los líderes y/o dirigentes anteponen sus intereses personales a los de la comunidad.



- Estos procesos de planificación, cuando se trata de asuntos sociales que en la industria Hidrocarburífera están atravesados por decisiones políticas de coyuntura, no se encajan en estos formatos homogéneos para todas las actividades.

Fonte: Registro de atividades de funcionários da SHE (março de 2015) ²²⁶.

Outro documento (acima) demonstra a intenção da SHE frente aos grupos opositores, tanto de Sarayaku, como de outras nacionalidades, como a Nacionalidade Achuar de Ecuador (NAE), cuja referência ocorre ao final da página no sentido de “não permitir boicote dos dirigentes” à abertura das Audiências Públicas.

Se por um lado as recomendações feitas pelo funcionário responsável pela atividade descrita no informe acima se referem à necessidade de “não permitir o boicote de dirigentes da NAE ao processo de “Consulta Prévia” realizado em comunidades Achuar situadas em territórios situados nos blocos 74 e 75, outro funcionário expõe nas conclusões de seu relatório o que seria a causa de atrasos tomada de decisões junto às comunidades: “dirigentes antepõem seus interesses pessoais sobre os da comunidade”²²⁷, observa.

Entendo que a observação do representante da SHE e as demais conclusões e recomendações emitidas nos documentos produzidos a partir de incursões realizadas em territórios amazônicos sugerem uma postura “antidialógica”. Argumento que a documentação indica uma perspectiva de “diálogo” que, segundo busco comprovar:

1. desconhece a autoridade de líderes escolhidos em congressos e assembleias das organizações representativas das nacionalidades indígenas;
2. interfere ou se sobrepõe à processos decisórios internos às comunidades, povos e nacionalidades;
3. fundamenta-se a partir de uma visão e metodologia fragmentadas do território, na medida em que os processos de “consulta” ou “socialização petroleira” – sob pretexto do vasto espaço a ser abrangido

²²⁶ EQUADOR. Secretaria de Hidrocarburos de Ecuador. **Informe de actividades y productos alcanzados**. Jun. 2015. Disponível em: <<http://www.she.gob.ec/wp-content/uploads/2015/07/VARGAS.pdf>>. Acesso em: 20 jul. 2016.

²²⁷ EQUADOR. Secretaria de Hidrocarburos de Ecuador. **Informe de actividades y productos alcanzados**. Out. 2015. Disponível em: <<http://www.she.gob.ec/wp-content/uploads/2015/11/GUERRERO.pdf>>. Acesso em 20 jul. 2016.

– se dão de forma esparsa e desconectada, ‘bloqueando’ os territórios, ou seja, dividindo-o em *bloques* petroleros.

Nesse sentido, o “*acercamiento*” realizado desde o governo restringe o alcance da consulta realizada e, segundo tais documentos que especificam algumas das atividades dos funcionários da SHE, trata-se de uma abordagem seletiva, no sentido para buscar adesões entre determinadas comunidades em detrimento de outras, sabidamente contrárias ao projeto petrolero do governo.

SERVIDORES QUE INTEGRAN EL SERVICIO INSTITUCIONAL: Rubén Gualinga
INFORME DE ACTIVIDADES Y PRODUCTOS ALCANZADOS
Domingo 13/09/2015 ✓ 15H00: Salida Puyo - Quito ✓ 20H00: Llegada Quito
Lunes 14/09/2015 08H00 – 17H00 ✓ Participación en la Campaña de vacunación Secretaría de Hidrocarburos – Ministerios de Salud ✓ Seguimiento e información de los resultados de la Consulta Previa en el Bloque 74 y 75 ✓ Planificación de actividades para gestionar la información y documentación requerida por la Comuna San Jacinto del Pindo; ubicada en el Bloque 28 de la provincia de Pastaza
Martes 15/09/2015 08H00 – 17H00 ✓ Acompañamiento y gestión de diálogo entre la Síndica de la Comuna San Jacinto del Pindo [Señora Amada Santi] Bloque 28; ante la Secretaría de Tierras del MAGAP con la finalidad de obtener la documentación legal sobre la tenencia de tierras de las 37 comunidades pertenecientes a la Comuna Kichwa antes mencionada. ✓ Gestión ante el Archivo Nacional, sitio en las que reposa la documentación solicitada, por la dirigencia y socios, de la Comuna San Jacinto del Pindo Bloque 28.
Miércoles 16/09/2015 08H00 – 17H00 ✓ Diálogo entre el Dr. Franklin Falconi –Comisionado de la Dirección de Seguimiento Social y Ambiental, en la visita que realizó el Estado ecuatoriano a la Comunidad Sarayaku, el viernes 11 de septiembre de 2015, en el marco del cumplimiento de la Sanción de la Corte Interamericana de Derechos Humanos; en el caso Sarayaku versus Ecuador– con David Gualinga Presidente de la Asociación de Indígenas Evangélicos de Pastaza Región Amazónica AIEPRA. ✓ Análisis de las implicaciones de una eventual prohibición de la libre circulación sobre el río Bobonasa [Bloques 74 y 75]; por parte de los pobladores de Sarayaku.
Jueves 17/09/2015 08H00 – 12H00 ✓ Identificación de Actores del nuevo Concejo de Gobierno de la CONFENIAE. ✓ Seguimiento de los resultados de la Consulta Previa de la Ronda Suroriente en territorios de AIEPRA. ✓ Seguimiento a los proyectos presentados por AIEPRA ante el Ministerio de Educación y Ecuador Estratégico EP.

Fonte: Registro de atividades dos funcionários da SHE (setembro de 2015)²²⁸

²²⁸EQUADOR. Secretaria de Hidrocarburos de Ecuador. **Informe de actividades y productos alcanzados**. Set. 2015. Disponível em: < <http://www.she.gob.ec/wp-content/uploads/2015/10/gualinga2.pdf> >. Acesso em: 20 jul. 2016.

Outro fragmento acima reproduzido reúne elementos que reforçam os argumentos enumerados. Apesar das recorrentes mobilizações e protestos do Povo de Sarayaku contra a exploração petrolífera – incluindo a denúncia e correspondente sentença da Corte Interamericana –, o documento refere-se a aproximações entre o governo e o presidente da *Asociación de Indígenas Evangélicos de Pastaza* (AEIPRA)²²⁹, bem como a comunidades específicas situadas próximo ou no próprio território de Sarayaku.

Ressalto a referida sanção da Corte Interamericana da CIDH, citada na mesma agenda em que se trataria da Consulta Prévia nos blocos 74 (território Sarayaku) e 75²³⁰. Um dos pontos dissonantes diz respeito à necessidade de uma abordagem que gere “canais de diálogos sustentáveis e efetivos e confiáveis com os povos indígenas nos procedimentos de consulta e participação através de suas instituições representativas” – Art. 166 da Sentença.

²²⁹ Esta organização possui um antecedente em termos de apoio a atividades petrolíferas, de modo que, como parte do processo de divisão das organizações, se deu sua criação em oposição à OPIP no que tange, particularmente as atividades de perfuração exploratória do poço de Moretecocha. AEIPRA manteve grandes conflitos com outras comunidades indígenas, como os Sarayakus, afiliados a antiga OPIP – antecessora da CONFENIAE. Ao final de 1989, as Forças Armadas instalaram um destacamento militar no poço de *Moretecocha*, a fim de garantir a segurança do bloco 10. Este também *abrange* Arajuno, onde está ACIA – presidida por Darwin Tanguila, quem se colocara em desacordo com a continuidade do convenio com AGIP Oil, em virtude de “acordos desrespeitados”. Em 1991, *AIEPRA e Arco Oriente* assinaram um acordo de cooperação. Ver: ORTIZ, P. (2002). *Explotación Petrolera y Pueblos Indígenas en el Centro de la Amazonía Ecuatoriana*, provincia de Pastaza. pp. 19-44.

²³⁰ Em arquivo anexo (ver ANEXO 13) estão apresentados os desencontros entre o Decreto 1247 que regula a realização de consultas prévias no país e as determinações da CIDH no emblemático “*Caso Sarayaku*” – documento elaborado por Juan Auz em outubro de 2012. Agradeço a Carlos Mazabanda por disponibilizar este documento para apresentação no presente trabalho.

Conclusiones:

- ✓ Es indispensable dotar de las vacunas completas al personal que opera en las provincias amazónicas, por cuanto están permanentemente expuestos a bacterias y virus propios de los bosques tropicales húmedos lluviosos.
- ✓ Los procesos de información de la política pública petrolera debe ser proactivo y sistemático; para los habitantes de la etnia Kichwa de la Cuenca del río Bobonasa es de vital importancia que los servidores públicos que brindan información y promueven la Consulta Previa; generen la incidencia necesaria para el seguimiento de programas y proyectos ante los ministerios competentes.
- ✓ La Comuna San Jacinto del Pindo; la primera en ser reconocida como tal en la provincia de Pastaza, actualmente está en un proceso de Demarcación de su Territorio Global; ubicada en el corazón del Bloque 28 cuenta con 37 comunidades a situadas a 30 minutos de la cabecera provincial, el Puyo; el apoyo de sus dirigentes y socios desde el inicio de la gestión de la Secretaría de Hidrocarburos en la provincia de Pastaza ha consolidado nuestra presencia en territorio. Realizando las diligencias entre la Secretaría de Tierras y el Archivo Nacional se halló el título de propiedad original y el respectivo croquis histórico.

Recomendaciones:

- ✓ Acorde a nuestras competencias se debe seguir manteniendo el diálogo con las dirigencias de la cuenca de los ríos Bobonasa y Villano (comunidades: Jstun Molino, Teresa Mama, Chuva Cocha, Piwiri, Kamunguy, Callana y Rayu Paccha). En virtud de la proximidad de las ONGs ambientalistas y el GAD Parroquial de Sarayaku que promueve la oposición a la industria petrolera en esta región del País.
- ✓ Mantener el diálogo permanente con la gobernación de Pastaza y el Ministerio del Interior con la finalidad de evitar que la dirigencia de Sarayaku promueva la obstaculización del tránsito fluvial sobre el río Bobonasa.

Fonte: Registro de atividades dos funcionários da SHE (setembro de 2015)²³¹

Em outro fragmento (acima) do mesmo informe, os esforços pelos títulos de propriedade original junto ao Arquivo Nacional (terceira conclusão do documento acima) demonstram a perspectiva de ‘munir’ legalmente dirigentes e sócios da *Comuna San Jacinto del Pindo* que apoiaram na consolidação da presença do governo no território “desde o início da gestão da *Secretaria de Hidrocarburos* na província de Pastaza”.

Destaco ainda as recomendações de diálogo com comunidades situadas ao longo dos rios Bobonaza e Villano feitas “em virtude da proximidade das ONGs ambientalistas” e do “*GAD Parroquial de Sarayaku*” que “promove a oposição à indústria petroleira” naquela região do país. Além disso, note-se que o diálogo com instâncias de poder locais (*Gobernación de Pastaza* e *Ministério del Interior*) tem por objetivo, diz o informe, evitar que dirigentes de Sarayaku obstaculizem o trânsito fluvial pelo Rio Bobonaza, situado na zona dos blocos 74 e 75²³².

²³¹ EQUADOR. Secretaria de Hidrocarburos de Ecuador. **Informe de actividades y productos alcanzados**. Set. 2015. Disponível em: < <http://www.she.gob.ec/wp-content/uploads/2015/10/gualinga2.pdf> >. Acesso em: 20 jul. 2016.

²³² Ver ANEXO 2 – Mapa de blocos da XI Ronda.

Meses antes, em 22 maio de 2015, o Conselho de Governo de Sarayaku lançou Boletim de Imprensa, assinado pelo presidente Felix Santi, no qual denunciava que:

...recibió información de los Guarda Bosques comunitarios de que funcionarios contratados por la Secretaría de Hidrocarburos, el Ministerio del Ambiente y Petroamazonas habrían ingresado a las purinas sitios sagrados de la Selva Viva dentro del territorio legalmente reconocido a favor del Pueblo Originario Kichwa de Sarayaku. Un grupo de unos 20 elementos equipados con tecnología sofisticada han incursionado por el Rio Rotuno en el interior de la selva, a lugares de lagunas negras dentro del territorio Sarayaku, sector de Rotuno Punku teniendo como base Teresa Mama y Jatun Molino, pequeñas comunidades asentados dentro del territorio Sarayaku. El presidente de la comunidad de Jatun Molino manifestó que estas personas llegaron sorpresivamente sin haber antes informado a su comunidad, cuyos miembros se encuentran preocupados y en desacuerdo con este procedimiento. Miembros de la comunidad de Chuva Cocha Teresa Mama han informado a dirigentes de Sarayaku que ellos cumplían actividades de guías a cambio de ofrecimiento de beneficiarse de bono de desarrollo humano, regalos y camisetas de consulta previa de los Bloque 74 y 75, el último de los cuales afecta al Territorio Sarayaku. Ante esta situación el Pueblo Originario Kichwa de Sarayaku denuncia a la opinión Pública nacional e internacional la presencia inconsulta e ilegal de funcionarios o técnicos contratados por el Estado con aparentes fines de simular supuestas consultas y estudios de impacto ambiental para la explotación petrolera dentro de nuestro territorio. Este acto violenta la sentencia de la Corte Interamericana de Derechos Humanos otorgada en el caso Sarayaku en 2012. El Pueblo de Sarayaku se encuentra movilizado y en estado de alerta máxima ante esta nueva violación a nuestros derechos por lo que cualquier situación que ocurra será de absoluta responsabilidad del Estado. Por lo manifestado Sarayaku rechaza categóricamente a este ingreso encubierto y considera nefasto y de mala fe.²³³

²³³ SARAYAKU rechaza la intromisión a su territorio por parte de la consultora ambiental Entrix. **Asociación de Cabildos Indígenas del Norte del Cauca**. 20 mai. 2015. Disponível em: <http://www.nasaacin.org/informativo-nasaacin/viviencias-globales/7634-sarayaku-rechaza-la->

Em agosto daquele mesmo ano, durante o “*Segundo Encuentro de Unidad de las Comunidades y Pueblos Kichwas de la Cuenca del Rio Bobonaza en defensa del Territorio Colectivo*”, representantes das comunidades de Pakayaku, Pakikubarib, Sarayaku, e TeresaMama e da Coordinación de la Cuenca de Bobonaza (CITAKIB)²³⁴ reiteraram sua posição contra a entrada da SHE em seus territórios.

Noutro documento o órgão governamental, frente ao prenúncio da *III Cumbre de Actores de la Región Andina sobre Consulta Previa*, que viria a se realizar em Cartagena (Colômbia) nos dias 10 e 11 de setembro de 2015, indica-se a seguinte agenda²³⁵: “*El equipo técnico de la SHE, que asista al tercer Congreso de Consulta previa en Cartagena Colombia debe prepararse ante los posibles ataques políticos que plantea Sarayaku en la Cumbre*”. A preparação incluía “construção de indicadores de Medição dos processos de Consulta Previa em relação aos padrões internacionais (...)”.

Desde os primeiros anos da *XI Ronda Petroleira*, o governo de Correa esteve atento à importância de garantir o cumprimento de todos os trâmites e convênios prescritos em marcos jurídicos nacionais e internacionais. Em 28 de dezembro de 2012, no Lançamento da *XI Ronda Petroleira*, potenciais investidores ouviram palavras tranquilizadoras do presidente equatoriano:

Somos muy respetuosos de la ley, muy respetuosos de los derechos colectivos de nuestros pueblos ancestrales, muy respetuosos de la democracia, de la necesidad de que nuestra gente esté informada; practicamos la democracia participativa, y todo aquello se ha cumplido. (...) Queridas amigas y amigos, bienvenidos nuevamente a Ecuador, que es un buen país para hacer grandes negocios, con estabilidad política, seguridad jurídica, reglas claras y estables; porque contamos con un gobierno honesto, que promueve la inversión pública y mantiene políticas económicas claras, para generar proyectos

[intromisi%C3%B3n-a-su-territorio-por-parte-de-la-consultora-ambiental-entrix](#)>. Acesso em: 20 jul. 2016.

²³⁴ Formada pelas seguintes comunidades: Montalvo, Teresa Mama, Chuvakucha, Sarayaku, Pakayaku, Canelos e Ishpingo.

²³⁵ EQUADOR. Secretaria de Hidrocarburos de Ecuador. **Informe de actividades y productos alcanzados**. Set. 2015. Disponível em: <<http://www.she.gob.ec/wp-content/uploads/2015/10/gualinga5.pdf>>. Acesso em: 20 jul. 2016

*rentables, como los que esperamos compartir con ustedes en esta Ronda*²³⁶.

A estratégia comunicativa oficial destinou-se, portanto, não apenas a informar ou consultar cidadãos equatorianos, mas a “vender a ideia de que a exploração petroleira traz felicidade às comunidades” – para retomar as palavras do locutor não indígena que trabalhava na rádio Waorani, atuando também na apresentação de algumas das socializações realizadas.

Ganha particular relevância o duplo papel desempenhado pela SHE, porta-voz do governo nos territórios indígenas (‘juiz’) e ‘parte’ do processo conflitivo em torno à realização de “consultas prévias” e “socializações” na região Centro-Sul Amazônica. A incidência político-comunicativa deste órgão resulta, a meu ver, na exclusão e contraposição daqueles que buscam ecoar nacional e internacionalmente suas vozes não “consultadas” ou invalidadas pela ‘escuta seletiva’ do governo equatoriano.

Dentre estas, estava a *Coordinadora de Mujeres de las Nacionalidades de Pastaza* (COMNAP), a qual reuniu centenas de mulheres amazônicas para se mobilizarem na *Marcha de Mujeres por la Vida*, a qual chegara a Quito em 16 de outubro de 2013. Esta marcha tem sido analisada como um ponto de inflexão na *agencia* das mulheres amazônicas, e nos esforços das mesmas para alçarem suas vozes como “mulheres indígenas”, com todas as múltiplas especificidades que isso implica frente às mulheres e homens brancos e frente aos próprios homens indígenas.

4.2 Entre gritos e ruídos: quem fala pelo comunitário?

Rosa Gualinga (Shiwar), Alicia Cahuiya (vice-presidente da nacionalidade Waorani), Manuela Ima (Waorani), Patrícia Nenquihui (presidente da associação de mulheres da nacionalidade Waorani), Ena Santi (dirigente de Mulheres de Sarayaku), Rosy Manuela Dahua (Andwa), Catalina Chumpi (Shuar de Pastaza), Patrícia Gualinga (dirigente de Relações Internacionais do povo Kichwa de Sarayaku), Zoila Castillo (dirigente Kichwa da *Cuenca del Río Bobonaza*), Gloria Ushigua (presidente da *Asociación de Mujeres*

²³⁶ EQUADOR. Presidencia de la Republica del Ecuador. **Lanzamiento de la Décimo primera Ronda Petrolera Surorienté**. 28 dez 2015. Disponível em: <<http://www.presidencia.gob.ec/wp-content/uploads/downloads/2013/02/2012-11-28-DECIMOPRIMERA-RONDA-PETROLERA.pdf>>. Acesso em: 20 jul. 2016.

Sapara del Ecuador). Estas são algumas lideranças amazônicas que vem lutando nos últimos anos contra *XI Ronda*. A maioria delas, mais centenas de mulheres indígenas e manifestantes chegaram em 16 de outubro de 2013 a Quito, depois da *Marcha de Mujeres por la Vida*, conduzida desde Puyo até a capital, com o objetivo de denunciar o avanço da exploração petrolífera em Yasuní e na região da *XI Ronda*. Organizada pela *Coordinadora de Mujeres de las Nacionalidades de Pastaza* (COMNAP), depois de cruzarem a longo trajeto por quase duas semanas, as mulheres indígenas das diferentes nacionalidades amazônicas permaneceram alguns dias alojadas na sede da Conaie, em Quito, esperando serem recebidas e escutadas pelo presidente da República, o que afinal não aconteceu. Na ocasião, Patrícia Gualinga destacou certo ineditismo daquela mobilização conduzida e protagonizada pelas mulheres amazônicas:

“Las mujeres han decidido alzar su voz para decir lo que piensan y lo que sienten al gobierno ecuatoriano. (...) Creo que es la primera vez que las mujeres han hecho escuchar su voz de una manera como se ha hecho escuchar, pero también han venido cargando a sus hijos pequeños, las que no han podido dejar en sus casas, y han dicho que no quieren explotación petrolera, y han venido mujeres muy valientes. A pesar de que algunos leyes han dicho que está prohibida la movilización, las mujeres han decidido movilizarse, y estar aquí pacíficamente, con sus culturas con sus cantos, con su música y con su valor”²³⁷.

Seguindo aquilo que sugere Miriam García-Torres sobre o protagonismo assumido pelas mulheres amazônicas nas mobilizações de 2013, concordo com o fato de que as mesmas sempre tiveram um papel fundamental nos protestos e manifestações das décadas anteriores. A autora destaca que desde a *Marcha de 1992* – que garantiu a legalização de 1.115 milhões de hectares de territórios de nacionalidades indígenas de Pastaza – elas participaram de forma ativa nas mobilizações, no bloqueio de estradas, colocando seus corpos na primeira linha e enfrentando militares com pedras e paus, ou efetivamente alimentando a marcha, num trabalho ‘doméstico’ invisibilizado e distante

²³⁷ MUJERES AMAZÓNICAS SIGUEN ESPERANDO EN EL FRÍO DE QUITO. Quito. 21 out. 2013. 6’31”. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=7IWRgjX8e38>>. Acesso em: 21 jul. 2016.

das interlocuções em espaço público, com o poder instituído e os meios de comunicação. García-Torres recorda ainda o importante papel de mulheres indígenas na tomada das bases de algumas companhias petrolíferas, como foi o referido caso de Sarayaku. Também é ressaltado o papel das mulheres na marcha indígena nacional de outubro de 1997, quando se pressionava em favor da Constituinte, após a destituição de Abdalá Bucaram (1996-1997).

Contudo, acompanhando avanços de pesquisa apresentados por García-Torres (2016), algo novo se passara em 2013, reunindo mulheres – como Manuela Ima e Alicia Cahuiya – que traziam uma bagagem de experiências pioneiras de liderança em processos organizativos, como as primeiras representantes femininas nas organizações indígenas das respectivas nacionalidades, e em processos organizativos específicos das mulheres, a AMWAE, por exemplo.

Trata-se de mulheres que começaram a penetrar espaços patriarcais das organizações, do Estado, das comunidades e das famílias, fazendo-se escutar em espaços públicos até então reservados em grande parte a líderes homens das diversas nacionalidades. A marcha de 2013 seria um momento chave nesse processo, marcado também por alianças estabelecidas com ONGs, grupos internacionais, universidades, num fluxo comunicativo interétnico, transterritorial e multilocal, que transpassa um âmbito geopolítico da esfera íntima cotidiana das *mingas*, do preparo da *chicha*, da troca de sementes, da tomada de *wayusa*, da transmissão de saberes na *chackra*, na partilha com os filhos e com outras mulheres²³⁸.

Ao demarcarem seus espaços, as mulheres indígenas amazônicas o fazem a partir dos seus territórios e contra um discurso hegemônico sobre os mesmos. As mulheres indígenas se expressam em favor de uma concepção que vai além da concepção do território como base material, mas também como condição para construção de identidades socioculturais, perpetuação de conhecimentos ancestrais, sociabilidade entre seres humanos e não humanos – como animais e espíritos da floresta. Como afirma García-Torres, as mulheres indígenas lutam em favor de uma perspectiva do território como um todo interconectado, um ser vivente com o qual se estabelece uma relação de interdependência. Nessa disputa, portanto, coloca-se em xeque representações

²³⁸ GARCIA, Miriam. **Petróleo, Ecología(S) Política(S) y Feminismo(S)**. Una lectura sobre la articulación de mujeres amazónicas frente al extractivismo petrolero en la provincia de Pastaza. Quito. Jan. 2016. Trabalho apresentado oralmente em Jornadas de Investigaciones Feministas e de Género.

hegemônicas do pensamento ocidental moderno, o qual “justifica a supremacia da razão sobre o corpo e a emoção, da cultura sobre a natureza, do masculino sobre o feminino”²³⁹.

Assim, a expressão dessas mulheres contra a exploração petroleira – e contra atividades capitalistas predatórias em geral – em seus territórios, em seus espaços de vida, representa uma fala estabelecida *em* e *desde*. Não apenas desde um território externo, mas desde um “território corpo feminino”, particularmente afetado com as opressões histórico-estruturais criadas no moderno sistema patriarcal capitalista (FEDERICI, 2014).

Não me refiro aqui apenas ao corpo vitimado, mas de uma mulher que luta para manter determinados vínculos com o território, no preparo do próprio alimento, no uso da própria medicina e das práticas espirituais de cura, no acesso indiscriminado a diferentes espaços – ao rio, por exemplo, principal fonte de proteína das comunidades –, não privatizados e/ou segmentados, redefinidos pelas empresas petroleiras, pelo governo ou por empresas transnacionais.

A mulher é especialmente despojada com a introdução de novas lógicas pela indústria extrativista, na medida em que se vê deslocada de seu lugar ‘pedagógico’, do seu papel na transmissão do idioma, dos saberes relacionados ao trabalho na chakra ou ao preparo da *chicha*, etc. Uma nova onda de ‘traslados’ (Capítulo 2) impacta vínculos comunitários e lógicas próprias de reprodução da vida – nos quais a mulher tem um papel central –, em detrimento das perspectivas de ‘modernização’ e de certa ‘urbanização’ selva adentro.

Destaco que a espoliação histórica e sistemática de “territórios terra” afeta profundamente e se potencializa a partir da espoliação de “territórios corpo”, no sentido abordado por Lorena Cabnal (2010).

Silvia Federici observa, por sua vez, que o “*cercamiento*” de terras não esteve dissociado do “*cercamiento*” dos corpos e das relações sociais, o que afetou fundamentalmente a vida das mulheres na Europa e na ‘América’ do século XVI, nas origens do sistema capitalista (FEDERICI, 2010). Uma realidade e outra guardam, evidentemente, enormes diferenças, de modo que “*hablar en próprio Waorani*” ou “*hablar como mujer waorani*” nos força a atentar para essa diferença, demarcada pelas

²³⁹ Idem.

interlocutoras, quando se referem a um momento em que tiveram que se expressar contundentemente. Como observo mais adiante, as mulheres indígenas acionam, deste modo, uma identidade/ experiência que lhes distingue e fortalece.

Enfatizando a categoria “território corpo terra” utilizada por Cabnal, é possível abordar também o ato emancipatório – ou mesmo de *liberación* – das mulheres indígenas da Amazônia equatoriana. Ainda que elas próprias não se refiram a tal categoria, a metáfora da dirigente Alicia Cahuiya sobre estradas abertas em *Yasuní* sentidas como “flechas cravadas no povo Waorani”²⁴⁰ converge com o sentido empregado por Cabnal, feminista comunitária guatemalteca:

No defiendo mi territorio tierra solo porque necesito de los bienes naturales para vivir y dejar vida digna a otras generaciones. En el planteamiento de recuperación y defensa histórica de mi territorio cuerpo tierra, asumo la recuperación de mi cuerpo expropiado, para generarle vida, alegría vitalidad, placeres y construcción de saberes liberadores para la toma de decisiones y esta potencia la junto con la defensa de mi territorio tierra, porque no concibo este cuerpo de mujer, sin un espacio en la tierra que dignifique mi existencia, y promueva mi vida en plenitud. Las violencias históricas y opresivas existen tanto para mi primer territorio cuerpo, como también para mi territorio histórico, la tierra. En ese sentido todas las formas de violencia contra las mujeres, atentan contra esa existencia que debería ser plena.
(CABNAL, 2010, p. 23)

Em contraponto aos processos de espoliação, Cabnal atenta para a importância de uma “cosmovisão liberadora” que “[e]voca vozes e silêncios que intencionalizam a ação de liberdade para as conexões energéticas com o cosmos”, criando símbolos libertários com conteúdo feminista, integra um novo imaginário de espiritualidade, para uma prática transgressora”. E, acrescento, exerce uma disfuncionalidade em relação ao sistema mundo capitalista, contra o qual a mulher indígena resiste, se insurge e re-existe nas suas práticas casa adentro – casa afora.

²⁴⁰ Ibidem.

Se “o feminismo ativa a luta contra o extrativismo na América Latina”, é justamente porque as mulheres sustentam formas de vida e relações comunitárias, baseadas “na gestão de bens comuns que garantem a reprodução cotidiana da vida”, ao passo que as atividades extrativas – petroleiras, mineradoras, agroindustriais – desarticulam economias locais, levando a espaços de “masculinização excessiva”²⁴¹, à reatualização do patriarcado, ao reforço de estereótipos de masculinidade e mulher-coisa (incremento da prostituição), inserção ou potencialização da máxima “quem tem dinheiro manda” (“elite de homens assalariados”), aumento da violência familiar, mercantilização das relações sociais, impactos desiguais e nova hierarquização das relações de gênero, predominância da economia produtiva monetarizada etc.²⁴²

Durante a campanha de comunicação montada de última hora às vésperas da emblemática Marcha das Mulheres de outubro de 2013, Lio Velasco Bastidas – comunicadora e promotora cultural residente em Puyo – recordou a necessidade de potencializar algo que pudesse compensar a escassez de recursos econômicos, um ‘valor feminino’:

Pensamos: ‘se há algo que o governo tem e nós não [temos] são recursos econômicos’. Mas se há algo que temos e eles não [tinham] era toda a conotação, o valor feminino, a presença feminina, a imagem feminina, e a força que as mulheres estavam originando nesse momento com uma decisão completamente fechada, muito bem tomada, dizendo ‘mesmo que não tenhamos recursos, mesmo que não nos apoiem, não nos interessa, nós aqui temos uma necessidade importante porque nossos esposos e os homens das comunidades estão como dirigentes sempre e são eles que estão dando a cara por nós, mas na realidade somos nós as afetadas de todas as ameaças extrativas, porque nós ficamos nas comunidades, nos damos de comer aos nossos filhos, nós estamos nas *chackras*, nós na verdade somos as que mais estamos

²⁴¹ Ibidem.

²⁴² FUNDAÇÃO ROSA LUXEMBURGO. Memorial del Encuentro Regional de Mujeres y Feminismos Populares (Puembo, Ecuador, 4 a 6 de junho de 2013). Retirado de: <http://www.rosalux.org.ec/attachments/article/735/Memoria%20Final.pdf> último acesso em 21-07-2016.

preocupadas por isso, e nós somos as que damos a vida e portanto vamos defender nossa vida'.²⁴³

Velasco identifica um grupo de “típicos *jovencitos voluntários*” que se somaram aos protestos contra a exploração em Yasuní e a ampliação da fronteira petroleira em Pastaza. Ela atuara como integrante da *Comuna Amazônica*, um dos grupos da sociedade civil envolvidos nas mobilizações contra a *XI Ronda*. “As companheiras estavam organizando-se, mas não perceberam a necessidade imperiosa que é ter concreto o tema da comunicação numa mobilização como essa” – recorda a comunicadora, quem esteve envolvida com a logística de comunicação da *Marcha das Mulheres pela Vida*. A competição com “todo o aparato comunicacional que maneja o governo”, numa disputa entre “David e Golias”, recorda Velasco, foi compensada pelo fato de que o “inimigo midiático” daquele momento “não tinha esse valor”, “mães, filhas, avós nas marcha, contrariando qualquer impedimento”. A avaliação positiva da comunicadora sobre as estratégias de comunicação adotadas então (publicação de vídeos *online*, criação de página em rede social, convocatória de coletivas de imprensa e abastecimento constantes dos meios de comunicação privados), deixa entrever um desafio constante e atual dessas mulheres, que acabaram diversificando suas formas de incidência político-comunicativa no espaço público, inclusive em âmbito internacional.

Nesse sentido, identifico, especialmente no caso das mulheres indígenas amazônicas, a adoção da tática identificada por Margaret Keck e Kathryn Sikkink (1998) como “efeito bumerangue” (“*boomerang pattern of influence*”), ou seja, quando atores domésticos buscam atingir seus objetivos ao se comunicar diretamente com aliados internacionais, especialmente quando os canais de diálogo com o governo nacional estão prejudicados ou quando se tornam ineficientes para resolver um conflito entre as partes. Neste caso, os representantes das comunidades, impossibilitados de visibilizar em âmbito nacional suas vozes, provocam uma “triangulação”, buscando reverberar internacionalmente suas demandas ou denúncias, para que a pressão de uma organização ou governo estrangeiro ressoe nacionalmente e dê suporte a demandas locais por participação em projetos de desenvolvimento com possíveis impactos ambientais e sobre direitos humanos (KECK E SIKKINK, 1998, pp. 12-13).

²⁴³ Entrevista realizada em 20 de maio de 2016. Puyo, Pastaza.

Tanto a conquista de espaços em meios de comunicação privados quanto táticas de incidência internacional, com participação em foros e congressos ou interlocução com governos e entidades estrangeiros, acabam por extrapolar obviamente os limites das rádios comunitárias, por mais que seja seu alcance sobre os territórios amazônicos.

“A verdade é que desde que partiram daqui as mulheres, a cobertura dos meios era evidente sempre, então eu não tinha a necessidade de estar rogando espaço nas rádios comunitárias, me interessava que todo mundo escute através de qualquer canal.”²⁴⁴

Ainda assim, não se pode prescindir de um fluxo comunicativo “*hacia dentro*”, o que demandava a adoção de outras estratégias no sentido de apresentar à população residente nos territórios potencialmente afetados uma contrainformação, complementar ou mesmo distinta àquela que o governo vinha propagando por meio de seus órgãos oficiais. Nesse sentido, o papel das mulheres indígenas em suas comunidades e “*casa adentro*” volta a colocá-las em papel de destaque, como ‘*chaskis*’ fundamentais na ‘disputa pelo comunitário’.

4. 2.1 O *comunitário* em disputa: “*La Amazonía que nos queda*”

A disputa pelo *comunitário* tem pelo menos dois lados: o governo Correa e aqueles que não se convenceram pela ideia de que seja possível conjugar o espírito da Constituição de Montecristi (2008) e o reconhecimento do *Buen Vivir* com uma economia que persiste como megaextrativa. Estes grupos e atores sociais buscam visibilizar a dissonância entre esta última e a propagada primazia pelos direitos coletivos e da natureza, os quais o governo do presidente Rafael Correa fez ressoar nacional e internacionalmente como eixo central da “*Revolución Ciudadana*” em curso no país.

A disputa foi deflagrada na medida em que as vozes das comunidades situadas nos territórios indígenas cumpririam um papel importante: ou legitimariam o projeto do governo, nacional e internacionalmente, refletindo positivamente na imagem do país frente a organismos internacionais e potenciais investidores atraídos pela rodada de licitações dos novos blocos esquadrinhamos sobre o mapa da Amazônia; ou poderiam

²⁴⁴ Entrevista realizada em 20 de maio de 2016. Puyo, Pastaza. Tradução própria.

ressoar a posição contrária à exploração petrolífera, chegando a evidenciar o descumprimento de acordos e convênios internacionais.

O modelo de ‘desenvolvimento’ e seu impacto sobre a exploração e gestão dos recursos naturais renováveis e não renováveis já estava na pauta das mobilizações, marchas e protestos dos anos anteriores. Em 2009, 2010 e 2012 mobilizações foram detonadas pelo país contra os projetos de lei referentes aos recursos hídricos, à mineração e aos recursos petrolíferos. Marchas, fechamento de vias, tentativas de influenciar o processo legislativo, denúncias junto a entidades internacionais; estas foram algumas das estratégias dos setores populares e da sociedade civil organizada, incluindo o movimento indígena equatoriano. Apesar das oposições declaradas, o que se viu foi a progressiva construção de uma espécie de ‘arcabouço legislativo’ dos recursos naturais que apresentavam alguns retrocessos ou mantinham aspectos negativos precedentes, como brechas à (manutenção da) concentração e privatização de recursos hídricos e a concessão de fontes de água em favor da megamineração²⁴⁵.

Em 2013, Lio Velasco conta não ter recorrido às rádios das nacionalidades por haverem conquistado repercussão nacional e internacional com a campanha de visibilização da marcha das mulheres em oposição à *XI Ronda*. Em março do ano anterior, contudo, houve um precedente distinto durante a *Marcha por el Agua, la vida y la dignidad de los pueblos*. Desde *El Pangui*, ao extremo sul do país, até Quito a Marcha foi crescendo e alcançando fortes adesões²⁴⁶.

A comunicadora, que no ano de 2013 viria a colaborar com a logística de comunicação da marcha das mulheres amazônicas, conduzia ao lado de outro jovem o programa matinal *El Grito*, “*un noticiero independiente*” às seis horas, na recém-criada rádio Sápara – da nacionalidade de mesmo nome. “Depois passou todo o drama com a organização Sápara”, recordara ela, referindo-se ao processo de divisão interno que viria a ocorrer no contexto dos posicionamentos distintos em face da *XI Ronda* petrolífera e dos acordos assinados com o governo no segundo semestre de 2012.

²⁴⁵ Ver ANEXO 15 – Leis e retrocessos.

²⁴⁶ Anos depois, em 2014, quando recém cheguei ao Equador e integrei uma nova marcha convocada frente à iminente aprovação da Lei de Águas, os relatos sobre aquela mobilização de 2012 davam conta de um processo bastante maior e com maior repercussão. A medida que se avançava até uma nova cidade, se repetiam as comparações com os números alcançados anos antes.

No intuito de transmitir ao vivo, via *streaming*, a marcha que sairia desde *El Panguí* em direção a Quito, Velasco buscou uma rádio que pudesse servir de ‘base’ para a retransmissão da programação veiculada desde uma escola situada na província de Zamora Chinchipe – sul do Equador. Após a discordância do integrante responsável pela rádio Sápara à época, a comunicadora encontrou na rádio da nacionalidade Waorani a acolhida necessária. Segundo ela, rádios comerciais privadas não se interessaram em ceder espaço de sua programação para a transmissão completa daquela Marcha em 2012, embora houvesse possibilidade de que participassem do enlace em rede com outras rádios. Vale observar que, concluída a ideia, aquele seria o primeiro “enlace” das jovens rádios comunitárias feito à revelia do governo.

Durante a fase de formação e testes junto às rádios das nacionalidades, a secretaria responsável pelo projeto de criação da rede de emissoras chegou a estimular algumas transmissões coordenadas entre as rádios existentes. No entanto, a experiência de transmitir a referida marcha não seria bem sucedida, recorda Velasco:

“Nos abrieron las puertas en radio Waorani... yo estaba en la radio en el momento que estábamos haciendo la transmisión y la gente en la radio estaba apoyándonos, la gente que estaba a cargo de la radio Waorani en este momento. Y lastimosamente pudimos hacer la transmisión por una hora. Luego bajó un dirigente, no recuerdo el nombre, bajó un dirigente de la nacionalidad a decirnos que cortemos el enlace por favor, que no podían arriesgarse porque acababan de recibir una llamada de la Secretaria de los Pueblos que en ese momento era responsable por las radios comunitarias a decirles que si continúan transmitiendo les iban a cerrar y ellos no querían esto. Entonces, fue una disposición (...) pero en realidad la disposición no fue del presidente de la organización, sino de la Secretaría de los pueblos, esto recuerdo muy claramente. Y tampoco podríamos exponer los compañeros a perder un medio de comunicación que era importante para ellos, así que hicimos público esto que nos habían dispuesto que cortemos la señal y cortamos la señal. Fue el 1º día, el día que empezó la marcha”²⁴⁷.

²⁴⁷ Entrevista realizada em 20 de maio de 2016. Puyo, Pastaza.

A integrante da *Comuna Amazónica* relata que no dia seguinte, ao apresentar-se, como vinha fazendo, às cinco e quarenta e cinco da manhã para conduzir seu programa *El Grito* na rádio Sápara – denominado para indicar que se diria “com um grito as coisas que ninguém disse, para dizer a verdade” –, as portas estavam fechadas. “Ninguém nos explicou e isso foi precisamente um dia depois da mobilização”. A comunicadora e produtora cultural identifica uma motivação e um resultado obtido pelo projeto comunicacional da SNGP:

“De todas maneras lo único que te puedo decir es que esta fue una manera bastante premeditada para poder fortalecer la división en la organización madre de las nacionalidades amazónicas que es la Confeniae. Porque la iniciativa como organización de los pueblos y nacionalidades amazónicas que es la Confeniae siempre fue tener una radio para la Amazonía, esta iniciativa había antes. Y pues la Secretaria de los Pueblos tiene muy clara aquella frase tan conocida ‘divide y vencerás’. Y pues claro imagina que fortaleza comunicacional habría para la región tener una radio para todas las nacionalidades, al lado de tener una radio para cada uno, sin conocimiento, sin preparación técnica, o sea sin saber ni leer ni escribir prácticamente, ¿me entiendes? esto para mí fue una irresponsabilidad terrible. Y un ‘quienmeimportismo’ completo sobre los recursos que implican otorgar una frecuencia y los equipos para cada emisora en lugar de tener una emisora que sea fortalecida y que fomente la unidad de los pueblos y que pueda ser fortalecida como la [“voz”, completou a autora] la voz, exactamente, y armada y desarrollada y establecida en la región, así como una potencia comunicacional que lo podemos hacer...”²⁴⁸

Se faltam elementos para argumentar assertivamente sobre um objetivo deliberado e “premeditado” para dividir as organizações por meio do projeto de criação das rádios concedidas às nacionalidades, me parece que este foi um efeito produzido pelo *modus operandi* da consulta “prévia” conduzida pela SHE junto às comunidades amazônicas no âmbito da décima primeira rodada de licitações dos blocos de petróleo da Amazônia Centro-Sul.

²⁴⁸ Entrevista realizada em 20 de maio de 2016. Puyo, Pastaza.

A estratégia oficial de dividir as vozes revela, ao mesmo tempo, a implementação de uma *escuta individual* em detrimento de uma *escucha coletiva*, a atenção a uma voz individual *versus* a priorização de uma voz coletiva. Nesse sentido, é sintomático o distanciamento da Confeniae e da Conaie em relação ao projeto das rádios das nacionalidades, duas importantes organizações indígenas – respectivamente, de caráter regional e nacional.

Em novembro de 2013, ao final do circuito de eventos para promoção dos blocos – passando pelas cidades de Bogotá, Paris, Houston, Singapura e Beijin – a *XI Ronda* havia atraído quatro ofertas para cada um dos blocos de número 83, 79, 28 y 29 – os dois primeiros correspondentes a territórios Sarayaku e Sapara. A despeito das reiteradas declarações do Povo Kichwa de Sarayaku contra a exploração petroleira em seu território, e em oposição à sentença da CIDH contra o Estado equatoriano, seguiu-se buscando forjar um consenso em torno à *XI Ronda*, perpetrando diversos esforços para garantir adesões ao projeto.

O resultado da rodada foi considerado pelos seus opositores como uma derrota do governo e uma vitória para os diversos setores mobilizados naquele ano contra a ampliação da fronteira petroleira. Em Puyo, dois grupos ativistas bastante atuantes eram a organização juvenil *Comuna Amazonica* e *La Hormiga*. Junto à Confeniae, aos representantes de Sarayaku e a outros grupos da sociedade civil, assim como ONGs ambientalistas, estes foram os propulsores da *Campaña Popular de Comunicación Anti XI Ronda*²⁴⁹. Dentre as estratégias comunicativas adotadas, estava o *Cine a los barrios*, que realizava projeções informativas em lugares próximos da cidade de Puyo (bloco 28).

Entre agosto e outubro de 2013, foram abertos espaços de diálogos e, principalmente, um trabalho de contrainformação, em contraponto com as informações oficiais ou em complementação às mesmas, apresentadas de forma enviesada no sentido de convencer a população sobre os benefícios da “nova época petroleira”.

A campanha produziu ainda *spots* contra a ampliação da fronteira na região Centro-sul para serem transmitidos nas rádios. Com um histórico de luta anti-extrativista, a *Fundación Pachamama* esteve, por sua vez, à frente da Campanha *La Amazonía que*

²⁴⁹ Agradeço a Andres Tapia – que presta apoio técnico em temas de Comunicação para CONFENIAE – por materiais produzidos à época que me possibilitaram recuperar as estratégias comunicativas desenvolvidas à época.

nos queda, realizando igualmente iniciativas de *Cine Foro*, exposições fotográficas, um minidocumentário homônimo à campanha; e fornecendo amplo apoio às organizações indígenas amazônicas.

Ilustração 4



Fonte: Página da ONG *Fundación Pachamama*.

Partícipes desse conjunto de estratégias para uma incidência político-comunicativa, representantes dos povos e nacionalidades indígenas amazônicos – apoiados por representantes indígenas de outras regiões – ocuparam espaços públicos para expressar sua oposição à exploração petrolífera em seus territórios.

Após a marcha das mulheres, em outubro de 2013, as mobilizações foram retomadas ao final do mês seguinte em Quito, onde se realizaria etapa conclusiva do processo licitatório. Indígenas amazônicos buscavam mais uma vez mostrar à opinião pública nacional e internacional e, mais particularmente aos empresários e eventuais investidores, uma postura de discordância e enfrentamento às atividades petrolíferas em seus territórios. Mais uma vez a área externa do Hotel Marriot, em Quito, foi tomada por indígenas, representantes de ONGs e de coletivos ambientalistas com fochas erguidas em meio a palavras de ordem. Exatamente um ano antes, quando do lançamento da *XI Ronda*, centenas de manifestantes haviam estado naquele mesmo lugar, enquanto no interior do hotel líderes indígenas questionavam publicamente ao Ministro de Recursos Naturais não Renováveis por desrespeitar o direito das

nacionalidades à consulta prévia, tal qual garantido por convênios internacionais e pela Constituição de 2008²⁵⁰.

Uma reação mais incisiva por parte dos manifestantes na frente do prédio da SHE levava a distúrbios e, segundo autoridades, a “agressões verbal e física” a um empresário bielorrusso e ao embaixador do Chile. O episódio foi condenado pelo presidente Correa em sua ‘sabatina’ e, como desdobramento deste incidente, alguns dias depois, foi ordenado o fechamento da *Fundação Pachamama*, a qual vinha atuando há 16 anos no país, dedicando-se a fomentar projetos diversos junto às nacionalidades amazônicas²⁵¹. Alguns dirigentes também foram denunciados pelo ocorrido: Juan Ruiz (Sapara), Franco Viteri (Kichwa, Sarayaku), Jaime Vargas (Achuar), Gloria Ushigua (Sapara) e Patricia Gualinga (Kichwa, Sarayaku)²⁵². Em outubro de 2015, ao lado de Alicia Cahuiya (Waorani), Gloria esteve na CIDH, em Washington D.C. recordando o ocorrido e denunciando a perseguição do governo equatoriano:

²⁵⁰ MELO CEVALLOS, Mario (2013). La nueva ronda petrolera y el derrumbe del paradigma constitucional. In: Benavides, Gina y Gardenia Chávez, edit. Horizonte de los derechos humanos. Ecuador 2012. Quito: UASB, pp.103-117. Retirado de: <http://repositorio.uasb.edu.ec/bitstream/10644/4124/1/Melo-La%20nueva.pdf> Último acesso: 21 de jul. de 2016.

²⁵¹ O governo acusara pessoas vinculadas à fundação de tentar agredir ao diplomático e de receber financiamento da USAID, a qual foi impedida naquele mesmo mês (dezembro de 2013) de executar novos projetos no país. A medida foi amparada pelo Decreto 16 que obriga as organizações sociais a registrarem-se e a entregar informação periódica sobre seus fundos e finalidade. O Decreto estabelecia supostas causas para a dissolução, dentre as quais atentar contra a seguridade do Estado, afetar a paz pública e dedicar-se a “atividades partidárias”. Na época, Belen Paez, representante da Fundação Pachamama, negou vínculos com a USAID, informando que os recursos oriundos dos EUA eram de doações filantrópicas feitas a organização irmã, *Pachamama Alliance*. Fontes: PAEZ, BELEN. [carta] 17 dez. 2013. Quito. [para] El Telégrafo. Resposta a artigo publicado sob título “Los ‘ideólogos’ de Pachamama son estadounidenses”. Disponível em: <https://www.facebook.com/pachamama.org.ec/posts/505562362874460>. Acesso em: 21-07-2016. Ver também: ECUADOR EXTREMA polémico control sobre ONG's y ayuda financiera externa (19-12-2013). Disponível em <http://www.eluniverso.com/noticias/2013/12/19/nota/1936976/ecuador-extrema-polemico-control-sobre-ongs-ayuda-financiera>. Acesso em 18 ago. 2016. *Pachamama Alliance* tem sua sede em São Francisco, Califórnia. Na página da organização consta uma descrição de suas atividades: “Your donation will be used to protect indigenous lands and to share our educational programs with people who are ready to take bold, effective action in the world.” Fonte: <https://www.pachamama.org/journeys/reserve>, último acesso em 21 de jul. de 2016.

²⁵² Em documento da *Front Line Defenders* (organização em defesa dos direitos humanos) referente a ameaças sofridas pela líder Sápara em maio de 2016, relata-se que uma “campanha de desprestígio” realizada por veículos de televisão do Estado equatoriano à época daquele conflito em 2013. Glória e outros líderes foram denunciados por terrorismo, sabotagem e obstrução de via pública. Ver: HISTORIA del Caso: Gloria Ushigua. 2 jun. 2016. Disponível em: <https://www.frontlinedefenders.org/es/case/case-history-gloria-ushigua>. Acesso em: 21 jul. 2016.

Pero, en cinco días después de la marcha había programas del gobierno durante las cadenas naciones y las sabatinas en la televisión, del Presidente Correa, ahí está insultando en la televisión con un foto mía y otras personas. Bajo la foto fue un mensaje que dice que yo vestí como un payaso. Este fue un insulto y la foto fue vínculo a mi identidad personal. Las cadenas nacionales duraron por más de dos semanas y tuvieron programas con mi foto en la televisión. El gobierno las usó para desacreditar mi trabajo como defensora e intimidarme²⁵³.

Em diversos momentos, líderes indígenas contrários à exploração petroleira, e mais propriamente à *XI Ronda* expressaram sua discordância, buscando validarem suas opiniões perante o Estado equatoriano²⁵⁴. Emitiram pronunciamentos e resoluções buscando visibilizar suas posições contrárias ao projeto do governo. Contudo, este avançava no sentido de buscar comunidades e organizações favoráveis à *XI Ronda*, levando a progressivas rupturas e forjando um suposto consenso em torno à ampliação da fronteira petroleira.

4.2.2 'Bloqueando' territórios e dividindo opiniões

Quando Alicia Cahuiya, vice-presidente da NAWA e primeira presidente que esteve à frente da AMWAE foi levada a se pronunciar na Assembleia Nacional, em Quito, sobre a exploração petroleira no Parque Nacional Yasuní, esperava-se que seu posicionamento fosse favorável ao governo. Ao conversarmos em Puyo e posteriormente frente à Comissão Interamericana de Direitos Humanos, ela recordou o fato ocorrido em outubro de 2013, momento em que a exploração dos blocos 31 e 43 (Bloco ITT) foi declarada como sendo de “interesse nacional”:

Allí [en la Asamblea Nacional] un delegado kichwa de Sarayaku (Carlos Viteri) me dijo “tienes que decir a todas las cosas que ‘sí’, en

²⁵³ Fonte: CINCO mujeres denuncian al gobierno. 19 out. 2015. **Plan V**. Disponível em: <<http://www.planv.com.ec/historias/politica/cinco-mujeres-denuncian-al-gobierno>>. Acesso em: 21 jul. 2016. Ver: SESIÓN 256 INTERVENCIÓN SRA. ALICIA CAHUILLA. Asamblea Nacional. 4 out 2013. 15'04". Disponível em: <<http://www.youtube.com/watch?v=oqfjBCmxwI>>. Acesso em: 21 jul. 2016.

²⁵⁴ ANEXO 16.

ningún momento tienes que decir 'no'", yo no sabía a qué tenía que decirle sí. Pasamos al discurso grande y era para estar a favor de la explotación del Yasuní. Al pasar enfrente de la Asamblea Nacional dije: aquí vengo a hablar de 40 años de explotación petrolera, que no ayudó nada. El gobierno tiene una deuda con nosotros, los waorani no somos consultados y estamos en contra de la explotación del Yasuní. Me mandaron de vuelta a Puyo muy rápido en el carro del gobierno diciéndome: "Alicia, rápido, váyanse a la comunidad en carro de gobierno". En el carro durante el camino me preguntaban toda mi información, documento de identidad, dirección de casa, dónde paso, cuántos hijos, pero yo no les dije nada. Mucha gente me habló, los jóvenes y los que trabajan para el gobierno, ellos hablaron muy mal de mí. Me dijeron que debía salir de la NAWA, que yo estoy en cargo bajo y que yo no podía entrar a realizar un trabajo como dirigente, me dijeron que acá debían trabajar los del gobierno y que debía pedir perdón. Me llevaron a la Gobernación en Puyo para que hablara. Yo no pedí perdón al gobierno, porque el gobierno debe consultar a todos los waorani mayores, jóvenes y niños en Yasuní. Yo dije que los ancianos me podían hacer daño pero yo no he hecho nada de malo (...) Durante el mismo mes, las mujeres waorani salimos de nuestras comunidades caminando, en canoa, en avión y nos encontramos en Puyo. Venimos caminando hasta Quito. Me dijeron que este gobierno me iba a hacer daño, que nos iban a tomar presas. Les dije si van a coger a una tienen que tomar a todas. Cuando llegamos a Quito había mucha gente, salimos en prensa, nos hacían entrevistas y salimos en los medios. Fuimos a hablar a la Asamblea Nacional y me llamaban al celular diciéndome: "Alicia, te van a coger presa". Pero yo decía no he hecho nada malo, y ahí vino el temor: estoy sola, voy a cárcel y toda la gente me decía que a mis hijos los pueden matar y tenía miedo de lo que puede pasar. Las mujeres me decían "no estás sola". No me dejaron entrar a la Asamblea Nacional porque iba a hablar mal del petróleo. Venimos en bus de la marcha de las mujeres amazónicas. Vino la policía e hizo parar el bus. Preguntaban: "¿quién es Alicia?" y todas las mujeres decían: "soy Alicia". El carro no dejaba pasar y fuimos caminando y la policía equipada, y los periodistas preguntaron por Alicia. Al siguiente día en Puyo donde arriendo un cuarto, el dueño de la casa me dijo que un carro del gobierno había venido para

buscarme y le dijo que no podía entrar. Me sugirió que me fuera a la selva. Estuve de viaje fuera del país, y al volver a mi cuarto en Puyo robaron mi computadora y mi cámara que había comprado. El dueño de la casa me dijo que no estaba seguro que yo podía vivir ahí. Los que robaron mataron al perro y dejaron un papel en el que decía: “cuidado con tu vida puedes morir”. Sigo viviendo en la misma casa pero pienso salir pronto porque ya identificaron que es mi casa²⁵⁵.

As declarações acima, fornecidas à CIDH dois anos depois, em 2015, em Washington D.C., contrastavam com a versão fornecida pelo governo, assim como divergiam do posicionamento adotado pelo presidente da NAWE. Em suas palavras, Alicia se coloca como “mulher Waorani”, e ao assumir este lugar de fala, demonstra a especificidade do papel da mulher nas comunidades. A divergência entre Alicia e o presidente da organização, especialmente em torno ao tema da exploração do Parque Nacional Yasuní, representaria um empecilho para que ela pudesse se expressar “*como mujer Waorani*” através da rádio de sua nacionalidade.

Há uma “interseccionalidade de dominações” (LUGONES, 2012) devido ao ‘ser mulher’ e ‘ser Waorani’ (indígena). Como explica Alicia – e também outras interlocutoras – falar como “mulher Waorani” pressupõe uma conexão específica com o território, numa relação ‘re-produtiva’ estabelecida com a “natureza” e a comunidade/nacionalidade indígena.

O termo “feminismos de *Abya Yala*” utilizado por Gargallo reforça uma realocação epistemológica e ontológica das lutas das mulheres indígenas da “América Latina”. Identifico nas palavras de Alicia, de “mulher Waorani”, uma correspondência com certa economia do corpo e da terra alheia àquela que converte ambos em *propriedade*, tal qual assinalam contribuições relevantes no âmbito do “feminismo comunitário” e do “ecofeminismo”²⁵⁶. Trata-se de uma vivência *com/ no* território.

²⁵⁵ Fonte: CINCO mujeres denuncian al gobierno. 19 out. 2015. **Plan V**. Disponível em: <<http://www.planv.com.ec/historias/politica/cinco-mujeres-denuncian-al-gobierno>>. Acesso em: 21 jul. 2016. Ver: SESIÓN 256 INTERVENCIÓN SRA. ALICIA CAHUILLA. Asamblea Nacional. 4 out 2013. 15'04". Disponível em: <<http://www.youtube.com/watch?v=oqqfjBCmxwI>>. Acesso em: 21 jul. 2016.

²⁵⁶ Sobre o “feminismo comunitário” destaco contribuições da feminista aymara boliviana Julieta Paredes (2013; 2014), quem demarca uma ruptura com o feminismo ocidental, mas também combina uma crítica que vai desde o patriarcado pré-colonial, colonial ao neoliberal, enfatizando como conceitos de “complementariedade” e “comunalidade”, utilizados acriticamente, conduzem ao risco de encobrir e

Fuimos en la COP [20, em Lima, dezembro de 2014] porque las mujeres aquí en el Ecuador luchamos por la vida, por la vida en la selva. Que... nuestros hijos puedan vivir libres como nuestros abuelos vivían. Entonces, por eso fuimos a Quito, y también para que el petróleo que se quede bajo la tierra. Fuimos a la marcha en Quito, mujeres de Pastaza. Pero ahí, después, entramos en la Asamblea no nos querían atender. Para algunos compañeros también, ellos hablaron, la Patricia [Gualinga, de Sarayaku] también habló. (...) Nosotras, como mujeres, porque sembramos yuca, porque cosechamos, trabajamos con nuestra tierra, y nosotras estamos cuidando nuestra selva; que no somos como petroleros, que nos destruyen la selva... Nosotros luchamos cuidando la selva, para que no nos dañe esta selva. Nosotros sembramos, cosechamos y damos de comer a nuestros wawas, educamos y enseñamos nuestras costumbres, cultura, el idioma. Pero después de esto, fuimos a Lima [COP20]. (...) [Estaba d]iciendo [na Assembleia Nacional] que los pueblos waorani en la consulta de los petroleros, en el tema de Yasuní, no estamos consultados, no están consultados ancianos, jóvenes y las mujeres.²⁵⁷

Parece válido acrescentar que algumas das mulheres indígenas de diferentes nacionalidades as quais aceitaram dialogar comigo trazem em suas biografias individuais posturas e vivências igualmente de contraposição ao sistema patriarcal e

naturalizar injustiças cotidianas às mulheres indígenas. Daí a proposta reconceitualização no sentido de uma “complementariedade horizontal, sem hierarquias” (PAREDES, 2013, p. 84). Há referência ainda a um “feminismo indígena” (CURIEL, 2007) responsável por questionar relações patriarcais, racistas, e sexistas das sociedades latino-americanas, mas também, ao mesmo tempo, frente a usos e costumes de suas próprias comunidades e povos que mantêm subordinadas as mulheres. Vale ressaltar a perspectiva de mulheres indígenas que não possuem “a comunidade de um só lugar” e acabam, ao se pronunciarem, evidenciando uma interconexão ou difícil separação entre as variáveis de etnia/raça, sexo/gênero e classe social (CUMES, 2012). No âmbito do “ecofeminismo” merece destaque abordagens que relacionam o papel da mulher com a resistência de um sentido original da *eco-nomía*, a qual deveria ser supostamente a administração do lar, e valorização do sentido de pertencimento, o que muitas mulheres indígenas em seus espaços comunitários, em particular, ainda reforçam, na medida em que protegem a biodiversidade, defendem sistemas de comida local, e comercializam aquilo que não podem plantar em suas chacras (SHIVA, 2011, p. 144). A amplitude e importância deste tema que abrange feminismos *outros* me impede de abordá-lo em sua complexidade. Enfatizo, contudo, a relevância destas abordagens para refletir não apenas sobre os impactos de um sistema capitalista patriarcal, mas para questionar os pontos de contato entre a “descolonização do feminismo” e perspectivas diversas de horizontes *outros*: “ecologista pós-desenvolvimentista”, “pós-crescimento” (VEGA, 2014), ou “pós-materialismo” (GUDYNAS, 2009, p.111).

²⁵⁷ Entrevista realizada em 14 de dezembro de 2014, em Puyo.

machista que nos toma por desprotegidas e solitárias quando não acompanhadas de uma figura masculina.

Observei em diferentes ocasiões (marchas, manifestações, participações em eventos e fóruns internacionais) que algumas das mulheres indígenas ativistas anti-petroleiras são acompanhadas por seus filhos a tiracolo, e acabam tecendo micro redes de colaboração entre elas mesmas, constituindo, eu diria, núcleos familiares próprios colaborativos – sem a definição de papéis pré-estabelecidos e fixos – e reproduzindo relações e formas de interação típicas da vida comunitária, ainda que algumas mulheres já não vivam no contexto de suas comunidades de origem.

Eduardo Pichilingue observara²⁵⁸ que, no caso das comunidades Waorani particularmente (mas não exclusivamente), o machismo fortalecido pela forte inserção em economias capitalistas e extrativistas fizera com que as mulheres tivessem menos acesso à aprendizagem do idioma espanhol: “elas ficavam em casa cuidando dos filhos enquanto os homens iam à cidade negociar com as empresas”. Pichilingue acrescenta que o pouco domínio do idioma fazia com que as mulheres ficassem tímidas na hora de falar. “Alicia não dizia uma palavra há poucos anos e quase não se escutava sua voz. Teve uma evolução enorme. O mesmo se passava com Manu [Manuela Ima]. Eu trabalhei com ela há 16 anos. Não se entendia nada” – recorda o ecólogo²⁵⁹.

A *XI Ronda* também foi um ponto de tensão para a nacionalidade Sápara e sua respectiva organização (NASE) e acabou gerando uma ruptura interna. Os opositores ao projeto extrativista do governo reagiram desconhecendo a Basilio Mucushigua como representante legítimo, e abrindo uma bifurcação representativa dentro da NASE. Em contraposição ao grupo reconhecido e apoiado pelo governo, estava outro que viria a ser presidido por Klever Ruiz – originário de Torimbo –, e depois assumida pelo próprio Bartolo (em fins de 2015 e início de 2016, em eventos políticos de resistência ao governo este se apresentara como presidente da NASE).

Outra trincheira de enfrentamento ao projeto extrativista passou a ser a *Asociación de Mujeres Sapara del Ecuador*, presidida por Gloria Ushigua, irmã de Bartolo e tia do jovem comunicador Yanda Montahuano, quem foi afastado da rádio Sápara depois da divisão intra-organizativa. A família de Bartolo e Glória é originária da comunidade de

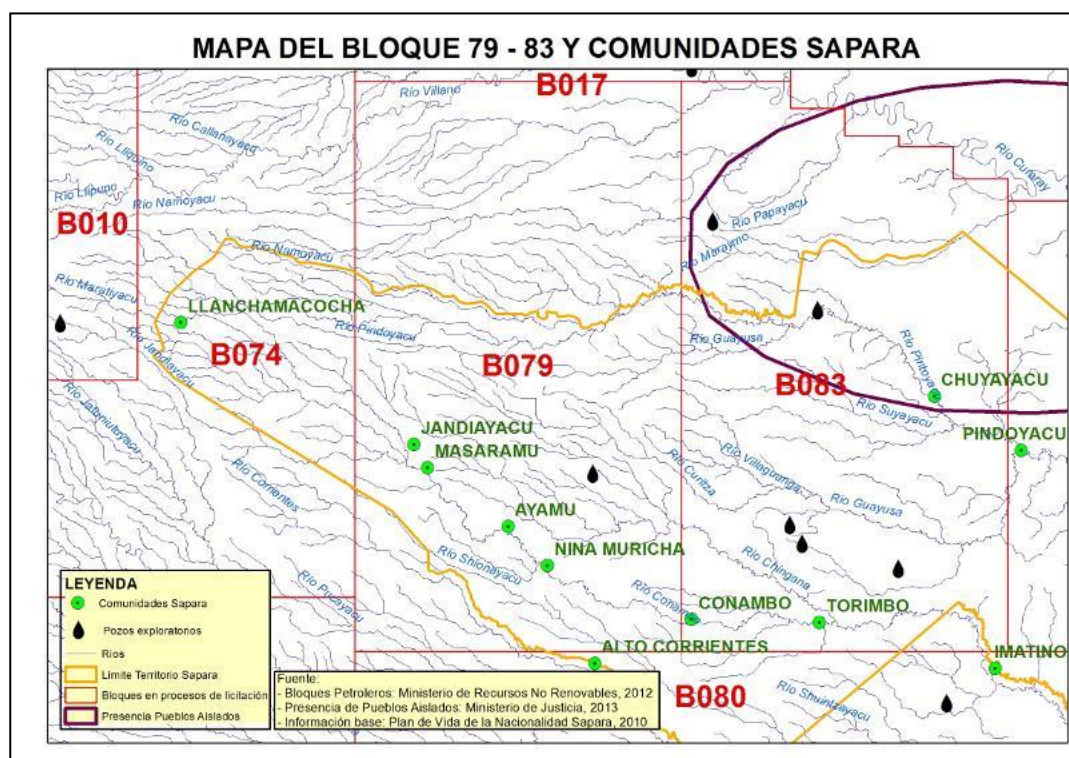
²⁵⁸ Comunicação pessoal informal, em 03 de junho de 2015.

²⁵⁹ Desde espaços não governamentais e governamentais Pichilingue acumulou vários anos de trabalho junto à nacionalidade em questão, particularmente dedicado aos problemas e tensões em torno aos povos em isolamento voluntário.

Llanchamacocha (llanchama é uma fibra natural para tecer como a *chambira*, utilizada pelas mulheres Waorani), situada na cabeceira do rio Conambo.

Conforme o mapa abaixo, sobre o território Sápara foi delineada grande parte dos blocos 74, 79, 83 e 84. Há ainda uma região – identificada pelo próprio governo – onde se identifica a presença de povos em isolamento voluntário (círculo roxo), questão geradora de discordâncias e conflitos na área do Parque Nacional Yasuní.

MAPA 5



Elaborado por: Carlos Mazabanda.(2013)²⁶⁰

Quando falamos em território Sápara, há uma disputa sobre os limites territoriais e sobre a legitimidade de seus representantes.

Nos dias 28, 29 e 30 de agosto de 2012, representantes da NASE - *Nación Sápara del Ecuador* se reuniram em Conambo, acompanhados por representantes de outras organizações (Sarayaku, NAE e Confeniae). O Congresso deu origem a um documento onde consta que presidentes das 11 comunidades e os 73 sócios haviam decidido pela destituição do *Consejo de Gobierno*, presidido por Basílio Mucushigua e tendo por vice-presidente Bernabé Armas Cariajano. Ao permitirem a entrada da SHE para

²⁶⁰Mapa del Bloque 79-83 y comunidades Sapara. 2007. Disponível em: <<http://amazonwatch.org/assets/images/2016-sapara-oil-blocks-79-83-map.jpg>>. Acesso em: 21 jul. 2016.

realizar socialização de projeto petrolero, estes foram denunciados por violar “o mandato das nacionalidades de 7 de fevereiro de 2012”²⁶¹. A decisão seria reiterada durante o I Congresso da Nacionalidade Originaria Sápara, entre os dias 7 e 9 de janeiro de 2013²⁶².

“*Para que voy a mentir? Nosotros hemos socializado con las bases, oyendo las bases... las bases, toda mayoría, después de socializar pedieron... [para aceitar a exploração em territórios Sápara]*”²⁶³ – defendeu Basílio durante uma conversa em Shell, paróquia onde está situada a rádio da nacionalidade. “*Ecologistas, ambientalistas que nos ayuden pues para mantener este territorio*”, acrescentara o presidente da NASE reconhecido oficialmente, apontando dificuldades da população no território Sápara: “*para mandar afuera para estudiar es plata*”. O presidente contou naquela ocasião, a única em que estivemos em contato, que havia visitado uma *Comunidad del Milénio* e que chegara a um acordo para a construção, em Conambo, desta mesma estrutura oferecida pela governo nacional, assim como de uma “*Educación Milénio*” – disse Basílio, referindo-se às chamadas *Unidades Educativas del Milenio*.

A diretiva comandada por Basílio publicou documento em que explica sua versão do conflito estabelecido com a família de Bartolo e Glória, originários de Llanhamacocha, na região do alto Conambo.

²⁶¹ NACION Sapara del Ecuador rechaza actividad petrolera en su territorio. En Conambo se eligió y posesionó a la nueva dirigencia de la NASE. **Organización Juvenil Comuna Amazónica**. 07 set. 2012. Disponível em: <<http://comunamazonica.blogspot.com/2012/09/nacion-sapara-del-ecuador-rechaza.html>>. Acesso em: 04 ago. 2016.

²⁶² A nacionalidade Sápara deve ser diferenciada da organização Nacionalidad Sápara del Ecuador (NASE). A primeira é um grupo de 8 comunidades originariás que se identificam como Sáparas, alguns poucos ainda falam o idioma originário e mantêm seus costumes ancestrais. Apenas restam cerca de 300 Sáparas, aproximadamente. A segunda é uma organização de direito privado que agrupa as comunidades que se assentam em território originário da nacionalidade Sápara, integrada por 22 comunidades. Informação extraída *Informe de la situación del derecho a la consulta previa, libre e informada en la región amazónica del Ecuador*, elaborado pela *Red Jurídica Amazónica, Fundación Pachamama, Centro Lianas, Instituto Regional de Derechos Humanos (INREDH) et all.* (outubro de 2013): Retirado de: http://www.inredh.org/archivos/pdf/informe_cidh_consulta_previa_2013.pdf. Último acesso em: 21-07-2016.

²⁶³ MUCUSHIGUA, Basílio. Pastaza. 11 mar. 2015. Comunicação interpessoal realizada na paróquia Shell..

**Fragmento do documento elaborado pela conselho de governo da NASE presidido
por Basílio Mucushigua²⁶⁴**

de **NACIONALIDAD SAPARA DE ECUADOR NASAE**, Durante todo este lapso de años se vino enfrentando conflictos políticos Organizativos, con las familias de Bartolo Ushigua, quién nunca habito ni habita dentro del territorio Sapara, pues toda su vida han vivido dentro del territorio Quichua de Sarayacu, y específicamente en la ciudad de Puyo, cantón y provincia de Pastaza; en el año 2007 la nacionalidad Sapara cambio su sigla a nacionalidad sapara de Pastaza Ecuador **NASAPE**, sin que haya podido ser la solución de los problemas internos, por esto se intervino en el año 2009 con varias reuniones tanto con el apoyo de la **CONFENIAE Y CONAIE** que se realizó en la comunidad de Conambo, el I Congreso de la Nacionalidad Sapara, para así terminar el conflicto organizativo, llegando a unificar a las comunidades que estaban fuera del territorio escriturado y un año más tarde con el apoyo económico de la Fundación Pachamama, la comunidades de Llanhamacocha y Jandia Yacu incluyendo Torimbo, deciden separarse pues siempre han tenido una posición política contraria a la de la nación Sapara, demostrando de manera clara una actitud de oposición en contra de las policitas gubernamentales.

En razón de esos hechos, la NACION SAPARA DEL ECUADOR, NASE, Convoca a un II Congreso General de la Nación Sapara, con todas las comunidades que están dentro del territorio escriturado a nombre de la nación Sapara, para tomar resoluciones definitivas al respecto de los actos de los señor **Bartolo Alejandro Ushigua Santi, Gloria Hilda Ushigua Santi, Klever Eusebio Ruiz Santi y Juan Carlos Ruiz Santi** quienes sin tener representación alguna en la Nación Sapara del Ecuador NASE, falsamente se atribuyen a título personal, representar a nuestra organización para manifestar en los diferentes medios de comunicación nacional e internacional una posición contraria a la política de la NASE, constituyéndose dicho actuar en una arrogación de funciones de manera arbitraria que va en perjuicio de nuestra institución, y se Resolvió en dicho congreso, que se inicie las acciones legales pertinentes en contra de estos ciudadanos que no tienen representación alguna frente a la NASE y mucho menos autorización para actuar en la forma que lo han hecho, pues han mancillado el buen nombre e imagen de la NASE.

Fonte: Página da Nación
Sapara del Ecuador.
Documento publicado em
5 de abril de 2016.

O mesmo documento é concluído com uma reafirmação do “respaldo ao projeto político do senhor presidente Econ. Rafael Correa Delgado”, respaldo ratificado de maneira “firme e decidida”.

²⁶⁴ Fonte: Documento publicado “Frente a los hechos acontecidos y que pretende[n] dañar la imagen de la Nación Sapara del Ecuador, por personas que no tiene[n] representación alguna en la organización”.

Retirado de:

<https://www.facebook.com/photo.php?fbid=1764815557088865&set=pcb.1764818333755254&type=3&theater> último acesso em 21-07-2016.

De igual manera es nuestra responsabilidad comunicar a las instituciones estatales que estos mal ciudadanos se están tomando el nombre de nuestra institución de manera arbitraria y exhortamos a que no sean atendidos en sus peticiones en las que lo hagan o digan representarnos, puesto que carecen de tal facultad, pues bien definida esta nuestra posición de respaldo al proyecto político del señor presidente Eco. Rafael Correa Delgado, respaldo que lo ratificamos una vez más de manera firme y decidida, augurando los más grandes éxitos en la dirección del destino de nuestro Ecuador.

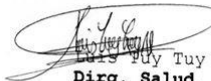
Atentamente,



Basilio Mucushigua
PRESIDENTE


NACION SAPARA DEL ECUADOR
PRESIDENCIA

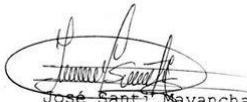

Bernabé Armas Cariajano
VICEPRESIDENTE


Polarino Ushigua Ruiz
Dirg. De Territorio


Luis Puy Tuy
Dirg. Salud.


Yolanda Armas Cariajano
Dirg. De la Mujer


Mateo Armas Mucushigua
Dirg. Economía


José Santi Mayancho
Dirg. Educación

Fonte: Página da Nación Sapara del Ecuador. Documento publicado em 5 de abril de 2016.

Sobre sua origem, Basílio conta que é filho de mãe Andwa e pai de nacionalidade Sápara. Sua comunidade de origem é *Nuevo Santa Rosa*, que está situada na Paróquia Rio Tigre, fronteira com o Peru. “*Había cruz donde vivían 100 familias, 500 habitantes. Con alguna enfermedad murieron todos, por xamanismo*” – recorda Basílio, que tem 12 filhos, com “*una sóla mujer*”. Denoto que algumas dessas informações fornecidas pelo presidente Sápara evidenciam certo distanciamento em relação a costumes ancestrais, como o xamanismo, por exemplo.

Ao contrário, Bartolo Ushigua e sua família apresentam uma conexão de outro tipo com o território, bastante marcada pela presença de práticas xamânicas:

Y nosotros perdimos fuerza, porque mi padre era una persona muy fuerte, y tenía controlados a todos ellos, ¿no? Entonces, ahí decidimos nosotros hacer una organización, porque nosotros no podíamos sostener lo que mi padre sostenía, porque él era Chamán, pues... Todos

los problemas, resolvía... Entonces, él no necesitaba ayuda de afuera. Entonces era... todo estaba resuelto ahí. Entonces, cuando nosotros propusimos hacer una organización, pedir ayuda a las demás nacionalidades, ahí eso lo hicimos nosotros. Hicimos una organización en 2008, en 2009, legalizamos y lanzamos para que nos reconozca Confeniaie; no, primero nos reconoció Conaie, después Confeniaie. Y empujamos esto de identificar como “nacionalidad”. Primero la asociación identificó como “nacionalidad” (como palabra “nacionalidad”). Asociación de Provincias de Pastaza, de nacionalidad Zapara. Entonces, usamos la palabra “nacionalidad”.

“Mi padre vivía ahí cuando era niño, era catequista mi padre. Querían educar a él para ser cura, pero a él no le gustó y salió de la escuela, después casó con mi mamá... se tornó evangélico”. As memórias de Basílio por, sua vez, descrevem outro caminho, marcado pelo histórico das influências missionárias na região amazônica, particularmente junto à nacionalidade Sápara. “Lo malo es que siempre nos dicen ‘ellos no son sáparas, son mestizos’”. O presidente se referia à família de Bartolo e Glória Ushigua. “Dicen que son puros Sápáros, pero ellos están mezclados” (...) “Mis abuelos son propio Sápáro, pero en cambio los abuelos de ellos de dónde son?”

A disputa pela palavra é correlata à disputa pela legitimidade para falar em nome das comunidades e de determinada nacionalidade se qualificando para atuar como interlocutor frente ao Estado. Daí a questão em torno à “pureza” e “mestiçagem”, frequentemente presente nos argumentos utilizados de ambos os lados – e também estendidas aos impasses que envolvem outras nacionalidades amazônicas. A meu ver, o problema reside principalmente no papel de juiz que o Estado – com os órgãos que o conformam – se outorga, atuando duplamente como fiel da balança e parte interessada.

Bartolo relaciona a necessidade de criar a organização Sápara com a morte de seu pai, quem anteriormente “*tenia controlados a todos ellos*” – afirma. Se antes “*no necesitaba ayuda de afuera*”, a criação da organização Sápara, tal qual antes mencionado no caso da Federación Interprovincial de Centros Shuar (Capítulo 2) representara uma busca por reconhecimento e interlocução com o Estado, que acaba sendo uma instância legal e legitimadora da representação política indígena.

Note-se que desde meados de 2016, por meio do decreto presidencial 691 (de 4 de junho de 2015), a *Secretaria Nacional de Gestión de la Política* – a mesma responsável pelo projeto de criação das rádios das nacionalidades – assumira a atribuição (antes da CODENPE) de legalizar, registrar estatutos, diretivas e conselhos de governo das nacionalidades e povos indígenas povo afroequatoriano e povo montúbio. O artigo único do decreto afirma que o “registro das organizações se fará sob o respeito aos princípios de livre associação e autodeterminação”, com “respeito ao direito próprio ou consuetudinário”²⁶⁵.

O caso da nacionalidade Sápara, e mais recentemente como no caso da NAE (Achuar) e da própria Confeniae, demonstram que a legalidade oficial pode atuar contra a legitimidade no âmbito consuetudinário, sobrepondo-se a este ao invés de reconhecê-lo²⁶⁶. As duas últimas organizações mencionadas passaram por processos divisórios no segundo semestre de 2015, quando a SNGP, já detentora da nova atribuição, reconheceu Rubén Tsamareint e Felipe Tsenkush (ambos pró-governo) como presidentes, respectivamente, da NAE e da Confeniae – em detrimento de Bolívar Wisum e Franco Viteri, opositores à linha governista (Capítulo 6).

Frente a tais disputas intraorganizativas, é imperativo considerar um elemento central e em disputa: a *identidade*. O linguista Jorge Arsenio Gómez Rendón, autor de um estudo realizado no âmbito do Ministério de Cultura e Patrimônio equatoriano sobre os falantes do idioma Sápara – em risco de extinção –, afirmara que “a identidade é um constructo dinâmico”, “uma forma de posicionar-se politicamente”. Comentando o caso de alguns interlocutores que se identificam com uma nacionalidade ou outra, o linguista explica que “a identidade é praticamente assumida como estratégia, como uma identidade estratégica”²⁶⁷. Nesse caso, recorro ao que Stuart Hall identifica como “a identidade como campo de ação”, de modo que “está sempre em processo de formação”. E trata-se de um processo onde não há “noites tranquilas nas quais descansar abrigado pela identidade, mas vivendo na tensão da identidade e da diferença (HALL, 2010, p.322). Essa convivência, no entanto, se torna ainda mais tensionada com a interferência do

²⁶⁵ EQUADOR. Presidencia de la República del Ecuador. **Decreto n.º 691, de 4 de junio de 2015**. Registro Oficial. Quito, 4 de junho de 2015. Disponível em:

<<http://codenpe.gob.ec/pdfcomunicacion/Decreto%20Ejecutivo%20691.pdf>>. Acesso em: 21 jul. 2016.

²⁶⁶ A medida permite ao governo interferir ‘legalmente’ em questões políticas das organizações, reconhecendo presidentes que, por conflitos internos, as mesmas, careciam de legitimidade junto às suas bases. Ver: ACOSTA, Ana (18-11-2015). *Legitimidad vs Legalidad*. Retirado de:

<http://www.wambraradio.com/legalidadvslegitimidad/> Último acesso: 21-07-2016

²⁶⁷ Entrevista realizada pela autora em Quito, na Universidad Andina Simón Bolívar. 29 jan. 2015.

Estado como agente que valida o que pode ser falado em detrimento das “enormes vozes que não pode ser [faladas] ainda” (HALL, 2010, p. 322)²⁶⁸.

“*Por vivir años...*”²⁶⁹ em comunidade Sápara, Bernardo Pichura – filho de pai Achuar e mãe Andwa – se identifica com aquela nacionalidade. Durante os poucos contatos que manteve com o diretor da Rádio Sápara, este expressara repetidas vezes a intenção de buscar projetos especialmente junto ao Ministério de Cultura e Patrimônio para fortalecimento do idioma Sápara, em risco de extinção²⁷⁰.

Desde meados de 2014, o trajeto investigativo percorrido me colocara, inevitável e inadvertidamente, em meio a um cenário bastante complexo, povoado por conflitos interpessoais e intraorganizacionais – um cenário acentuado pelas sucessivas divisões em torno ao tema da *XI Ronda* e ao projeto extrativista do governo nacional como um todo. Embora a conjuntura exigisse uma habilidade metodológica e pedagógica para lidar com o conflito, também me permitiu colocar à prova categorias aparentemente monolíticas como “movimento social” ou “organização indígena”. Trata-se de categorias que abarcam e homogeneizam um conjunto de sujeitos, comunidades, histórias, memórias e processos vividos de modos diferentes, agregando elementos distintos e até conflitantes²⁷¹.

Klever Eusébio Ruiz – *Kaji*, em nome Sápara –, originário da comunidade de Torimbo, figurava como presidente do *Consejo de Gobierno Sápara* contrário ao governo Correa e não reconhecido pelo mesmo quando conversamos em maio de 2015, durante a ‘transmissão de mando’ ao novo *Consejo de Gobierno Achuar*, na sede desta mesma

²⁶⁸ Sobre este tema, Amina Mama, tomando o caso das mulheres na África, afirma que, para ela, identidade é uma categoria ocidental, na medida em que pressupõe uma única vinculação. Segundo Mama, não há palavra para “identidade” em nenhum idioma africano. No sentido do termo em inglês, afirma, a palavra identidade implica um sujeito individual e singular com um *ego* marcado por claras fronteiras, ao passo que, em geral, na África, ao perguntar uma pessoa quem ela é e seu nome virá seguido por um qualificativo, um termo comunal que indicará sua etnia ou clã de origem. Ver: MAMA, Amina. Challenging Subjects: Gender and Power in African Contexts. **African Sociological Review**, 5(2), 2001. Pp.63-73.

²⁶⁹ Comunicação interpessoal realizada em 11-03-2015. Paróquia Shell, Pastaza.

²⁷⁰ Reforço que as almejadas possibilidades de “*co-labor*” junto ao diretor da rádio Sápara estiveram relacionadas e condicionadas à captação de recursos para projetos governamentais. A meu ver, os desencontros na concretização de uma experiência realmente colaborativa junto àquela rádio se deram, principalmente, pela dificuldade em conciliar os caminhos da pesquisa de campo com os tempos e propósitos de um projeto dependente da captação de recursos junto ao governo nacional.

²⁷¹ Observação extraída de comunicação virtual com Xochitl Leyva durante curso do Doutorado em *Estudios Culturales Latinoamericanos*, da *Universidad Andina Simon Bolívar*. (3-03-2015).

nacionalidade, em Puyo²⁷². “*El compañero vive dentro del territorio Sápara, respectamos, ya son nacionalizados (...) pero no son propio originarios*” – defendeu o então presidente Sapara legitimado pelas comunidades contrárias à *XI Ronda* ao explicar a origem da divisão intraorganizacional. “*El compañero [Basílio], sin consultar las bases, sin consultar las comunidades que somos propio originario Sáparas lo hace un consulta previa*”. Klever informou durante a entrevista que o órgão responsável por reconhecer legalmente as decisões tomadas pelas comunidades quanto à escolha de seus representantes, o *Consejo de Desarrollo de las nacionalidades y pueblos del Ecuador* lhes havia submetido a uma “*trampa*” porque “*no quería dar nombramiento, porque ya había dado a otro grupo, no podía dar encima de eso un nombramiento*”²⁷³.

No informe apresentado por Mazabanda (2013) estão registradas denúncias referentes à “intromissão” e “manipulação” da Nação Sápara, resultando num “fracionamento” em função da “existência de uma frente pró-petróleo e uma anti-petróleo”, tendo sido ignoradas resoluções das assembleias realizadas nas comunidades de Conambo (agosto de 2012) e Torimbo (janeiro de 2013), onde se deu um “rotundo rechaço” à *XI Ronda*²⁷⁴.

Além dos ataques violentos entre integrantes da nacionalidade Waorani e povos não contatados na região do Parque Yasuní, também entre a nacionalidade Sápara, dias após a ratificação da divisão da organização decidida em assembleia, foi encontrado morto o filho de Alcides Ushigua, presidente da comunidade de Torimbo:

“...no hemos recibido la visita de ninguna autoridad del estado para hablar sobre hidrocarburos y la ronda petrolera, sin embargo, sabemos

²⁷² Meses depois, em outubro daquele mesmo ano, a NAE também passaria por um processo de divisão interna, após a destituição do presidente Rubén Tsmaraint, alinhado politicamente com o governo central. O presidente destituído se manteve contrário às mobilizações detonadas em Macas, as quais acompanhavam os protestos em âmbito nacional liderados pela CONAIE (Ver Capítulos 5 e 6).

²⁷³ Entrevista concedida à autora em 15-05-2015, em Puyo, Sede da *Nacionalidad Achuar del Ecuador*. Em documento enviado ao escritório das Nações Unidas em Equador, é feito um relato detalhado das denúncias de interferência do governo de Rafael Correa nas decisões comunitárias, com fins de garantir a manutenção dos acordos firmados para exploração petroleira em território Sápara. O documento, traduzido ao inglês é endereçado por Glória Ushigua e Klever Ruiz. Retirado de: <http://amazonwatch.org/assets/files/2014-sapara-letter-to-un.pdf>. Último acesso em 27-01-2016.

²⁷⁴ Denúncia de divisão promovida pela política extrativista em território Sapara, 1º-03-2013. Citado por: MAZABANDA, Carlos (2013). *Consulta previa en la décimo primera ronda petrolera ¿Participación masiva de la ciudadanía?* Retirado de: <http://amazonwatch.org/assets/files/2013-07-consulta-previa-en-la-11a-ronda.pdf>. Último acesso 27-01-2016.

*que hay un convenio firmado a nuestro nombre que autoriza la entrada de la Secretaría de Hidrocarburos a nuestro territorio*²⁷⁵.

Em maio de 2015, voltei a me contatar com Bartolo Ushigua, depois do primeiro contato logo em meados de 2014, quando ainda realizava o mapeio do que viria a ser o trabalho de campo e fui encaminhada ao seu sobrinho, Yanda, ex-locutor de algumas das rádios das nacionalidades. Ao contrário dos primeiros meses, eu já havia conhecido vivenciado o clima de tensões e desconfianças que caracterizou minha aproximação junto a algumas nacionalidades e suas respectivas rádios, particularmente a rádio Sápara. Bartolo desenhou em meu caderno de notas um rascunho do território Sápara, espalhado ao longo do rio Conambo e explicou sua visão do processo de consulta desde o governo a partir de 2012, apontando insuficiências no trâmite oficial.

*El compañero presidente [Basílio] ahora estaba en Conambo, bajó a aquí [aponta no mapa uma comunidade]. En esta parte. Y entonces, en estos 2 bloques está interesada la empresa china [se refere aos blocos 79 e 83]. En estos 2 bloques, (...) el compañero salió... con Secretaria de Hidrocarburos [SHE], firmó un acuerdo, para que explote todos los bloques. Ahí, él no dijo que el territorio Sápara es hasta aquí, no; sino cogió desde el 74 hasta todos estos bloques [74, 79, 83 e 84]. Firmó. (...) Y entonces, lo que nosotros hicimos [en] vuelta es: cogimos, estudiamos, en esta parte ¿cuántas comunidades hay? Y en este bloque, ¿cuántas comunidades hay? Y los que están en este bloque, ¿cuántos quieren, cuántos no quieren? (...) El resultado salió: Conambo, la mitad no quieren; Torimbo está opuesto totalmente; y acá hay una comunidad que es chiquitita, de los achuaras, no pueden decir nada. Más abajito está Pindoyaku, está en otro bloque [Bloco 84], no puede opinar porque este está afuera del bloque. Y aquí están unas comunidades, ellos tampoco aceptan. Entonces, si ellos no aceptan, el Presidente que está acá [em Conambo] firmó un acuerdo, y no hay una legitimidad pues*²⁷⁶.

²⁷⁵ RUIZ, Kléver. 27 fev. 2013. **Agencia Tegantai**. 4 mar. 2013. Disponível em: <<http://www.agenciaecologista.info/petroleo/457-entrevista-klever-ruiz-presidente-nacionalidad-sapara>>. Acesso em: 5 mar. 2016

²⁷⁶ Entrevista realizada pela autora em 1-05-2015. Quito, Universidad Andina Simón Bolívar.

Bartolo denuncia o que seriam ‘vícios’ do processo de consulta como falta de informações sobre os reais impactos potenciais. No documentário “*La consulta inconsulta*”²⁷⁷ observa-se, nesse sentido, a diferença entre *información* e *propaganda* petrolleira. O documentário mostra ainda uma reunião escolar de pais e mães de família que se converteu numa “consulta prévia” referente ao bloco 71 (território Shuar), supostamente convocada pela SHE. Os documentos antes apresentados, bem como a observação da própria investigadora no território Shuar de Macuma, como abordarei mais adiante, demonstram que a aproximação da SHE junto a diferentes nacionalidades enfrentou resistência de grupos contrários a qualquer atividade petrolleira em seus territórios. O loteamento destes em blocos petrolleiros à revelia da vontade expressa de seus habitantes, levou a dois movimentos simultâneos.

Oficialmente, tornava-se necessário investir em um processo de convencimento e persuasão, mais que informação ou simples consulta ou “socialização”. Como decorrência deste primeiro movimento, algumas organizações viveram divergências internas que, se não foram originadas a partir da ação governamental, certamente foram potencializadas pela mesma. As palavras de Bartolo permitem compreender os efeitos dessa interferência externa sobre relações comunitárias que já trazem pontos históricos de conflito, tendo em vista as distintas formas de “traslado” – no sentido empregado no Capítulo 2 – vividas ao longo do rio Conambo a partir dos contatos diversos com missionários, colonos (habitantes não indígenas), com outras nacionalidades e com o próprio Estado.

Entonces, todo lo que ellos hicieron, ese acuerdo, eso era mentira. Nosotros les decíamos a los compañeros... Yo participé en varias reuniones, yo entré en las comunidades (...), nos enfrentamos con ellos. Conversamos, dijimos que “no, compañeros, están equivocados; nosotros no estamos luchando contra ustedes; nosotros estamos luchando es contra el Estado. Porque hay una mala información. Entonces ustedes de gana se enojan con nosotros. ¿Cómo vamos a pelear contigo” – por ejemplo, con el Presidente, por ejemplo, con el Basilio? Ese hombre no sabe nada... (...) Entonces, eso dijimos:

²⁷⁷ LA CONSULTA INCONSULTA. Dirigido por Tania Laurini/ LLUVIA COMUNICACIÓN. Quito. 2013. 21’30”. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=2bev3saOaTg>>. Acesso em 21-07-2016.

“ustedes no entienden lo que están diciendo; nosotros no vamos a pelear contra ustedes, porque ustedes no son nadie. No sirven para ser dirigentes.” Ellos se cabrearon con nosotros. Dijimos “si hay que hacer lucha es contra el Estado, porque ellos están manipulando mal”²⁷⁸.

A reflexão de Bartolo sobre a “consulta prévia” não vinculante converge com o argumento aqui exposto a respeito de uma escuta seletiva e negligente a qual, segundo Mazabanda, contraria as normas internacionais que prezam pela possibilidade de chegar efetivamente ao *consentimento*, mais que à simples consulta.

Eso es como decir, este... escucha, hermano, te voy a consultar a ti: “¿te mato o no te mato? A ver, decida.” Entonces, va a decir “no”. Pero como yo ya estoy decidido a matarte, aunque la digas “no”, ¡te voy a matar! Punto. Entonces, estamos... hemos abierto una puerta diciendo “mátanos ya, aquí estamos; consúltanos y mátanos”. Entonces, ahí es una interpretación que hay que hacer con mucho cuidado. Entonces, por eso yo le he dicho que últimamente mi discurso no va de consulta. Yo digo: yo no quiero que consulten mi vida. Mi vida no está ni de consultar ni preguntar, nada. Cerrado la puerta. No aceptamos explotación petrolera, por las razones (argumento y le digo): “lo que sí reconozco, porque mi territorio es intangible, que nadie puede tocarlo; punto. Mi vida, mi territorio, mi conocimiento, no están en consulta; punto.”²⁷⁹

Em evento de lançamento do documentário sobre o projeto de “ecoturismo comunitário” NAKU (www.naku.com.ec), realizado por meio de cooperação internacional, Bartolo se referiu novamente aos riscos de desaparecimento de sua nacionalidade, lançando, contudo, uma possibilidade de sobrevivência a partir dos conhecimentos medicinais oferecidos ao “mundo moderno”: *“Aunque nosotros desaparezcamos, este conocimiento se queda para ustedes, porque nosotros conocemos*

²⁷⁸ Entrevista realizada pela autora em 1-05-2015. Quito, Universidad Andina Simón Bolívar.

²⁷⁹ Idem.

*muchas plantas medicinales... Y en el mundo moderno hay muchas enfermedades extrañas.*²⁸⁰

As possibilidades e limitações no sentido de uma alternativa ao desenvolvimento ou ao “pós-crescimento” (ACOSTA, 2014; 2013b) convergem com a agenda apresentada por Bartolo: *“Para nosotros, ahora es el momento de pararnos y decirnos “¿qué clase de desarrollo queremos en este continente? No solo de Ecuador. Todo el continente.”*²⁸¹

As vozes em disputa expostas aqui deflagram um cenário conflitivo em que o governo nacional atua simultaneamente como juiz e parte, conforme já dito, dispondo de instancias de legitimação das ‘vozes’ representativas das nacionalidades, ao mesmo tempo em que atua no sentido de reforçar estas vozes, orquestrando um coro pró-extratativismo. Este, por sua vez, contribui para legitimação de um projeto de “desenvolvimento” que se sobrepõe à cosmovisão e “cosmoaudição” de povos e nacionalidades indígenas opositores.

No âmbito comunicativo, Bartolo Ushigua refere-se a uma perspectiva não cumprida frente à rádio Sápara, a qual passou a ser comandada pela diretiva afim ao projeto do governo nacional e então presidida por Basílio.

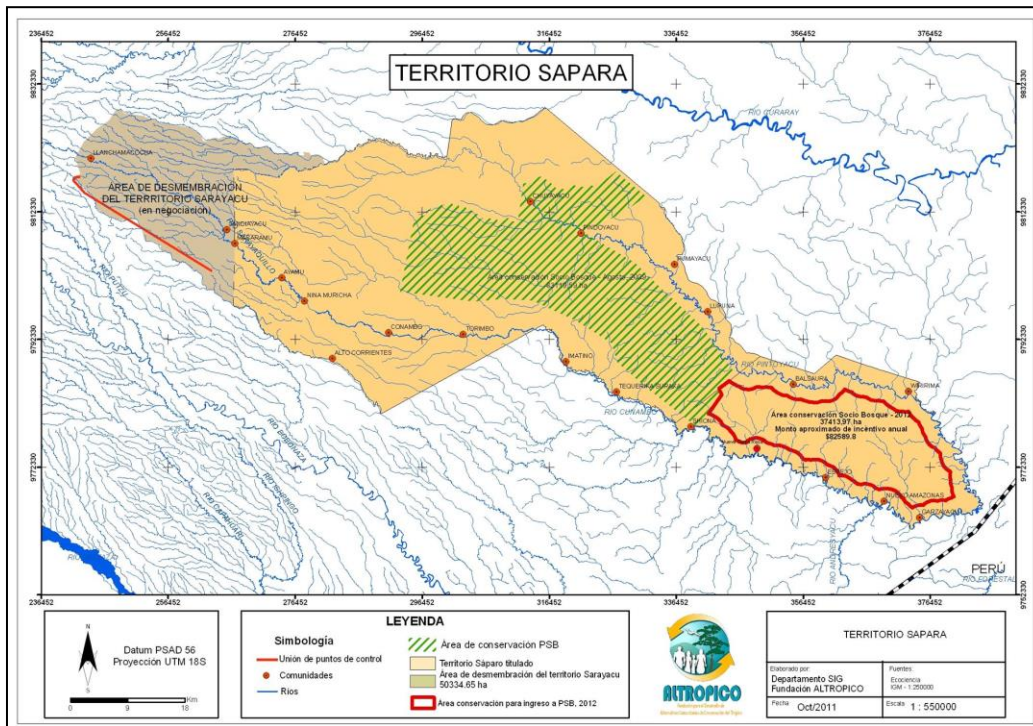
*A ver, esa radio no estamos manejando nosotros, esa radio está en manos de los compañeros dirigentes que no son Sáparas (...). Yo saqué esa emisora; yo legalicé esa emisora: le tramité, negocié... Yo hice todo ese trámite (...). Entonces, yo hice dos compromisos con el Estado, les dije: “a ver, señores, gracias por apoyarme, pero yo no les voy a apoyar la política del gobierno actual. Esta emisora yo voy a usar interés de la nacionalidad Sápara: yo sabré cómo, qué y qué información les voy a dar a la opinión pública”*²⁸²

MAPA 6 - Território Sapara com área de desmembramento (Llanchamacocha)

²⁸⁰ Declaração no lançamento do Documentário *Naku*, sobre projeto de turismo comunitário conduzido por Bartolo Ushigua em sua comunidade e apoiado por *Pachamama Alliance*. Café Ocho y Medio (La Floresta), Quito, março de 2015.

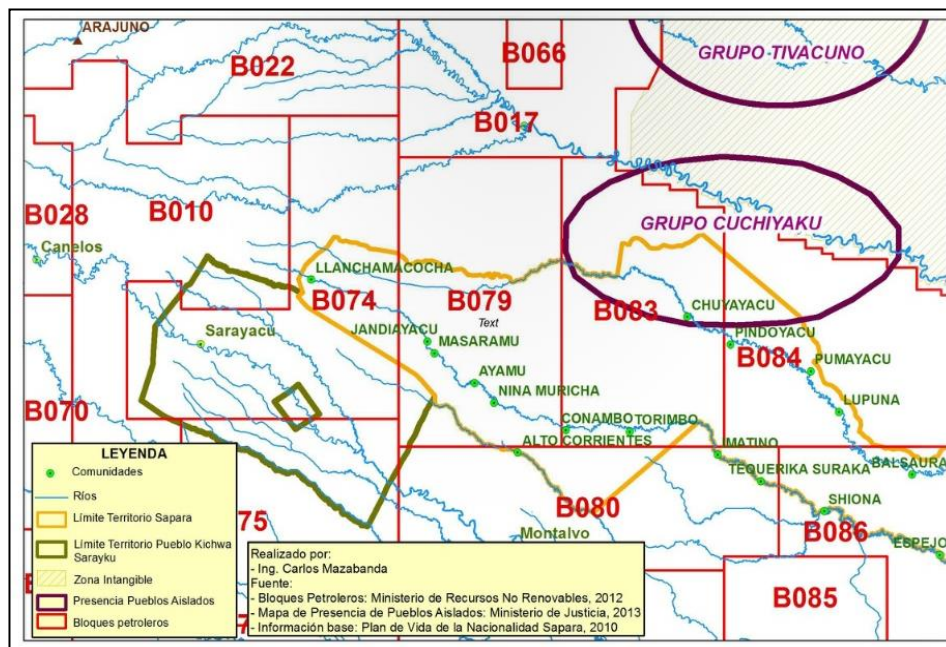
²⁸¹ Entrevista realizada pela autora em 1-05-2015. Quito, Universidad Andina Simón Bolívar.

²⁸² Entrevista realizada pela autora em 1-05-2015. Quito, Universidad Andina Simón Bolívar.



Fonte: Publicado em pagina da Nación Sapara de Ecuador (pró governo) em rede social²⁸³.

MAPA 7 - Território Sapara, blocos petroleros e povos 'isolados'²⁸⁴



²⁸³ TERRITORIO SAPARA. 2011. Escala 1:550 000. Disponível em:
<<https://www.facebook.com/photo.php?fbid=1411262732444151&set=a.1386533734917051.1073741826.100006813128369&type=3&theater>>. Acesso em: 20 jul. 2016.

²⁸⁴ Fonte: Carta aberta al Ministro Coordinador de Sectores Estrategicos, Ministro de Histrocarburos y Presidente Ejecutivo Andes Petroleum Ecuador LTD.
https://issuu.com/impactos_en_amazonia/docs/images/1 Ultimo acceso: 21-07-2016.

Elaborado por: eng. Carlos Mazabanda.

As vozes em disputa aqui expostas são vozes que, fundamentalmente, revelam uma disputa por legitimidade e legalidade para emissão de palavras *sobre* e *desde* o território. Há, contudo, outra disputa que está relacionada ao direito (coletivo) de estabelecer *com* o território uma interlocução, uma interexistência mantida através do fortalecimento de práticas dialógicas e de uma “cosmo-convivência” considerada incompatível com a atividade extrativa. De tal modo, a associação entre “*Buen vivir*” e exploração petrolífera resulta numa combinação incongruente, na medida em que inviabiliza a interexistência entre “cultura” e “natureza” – está última convertida em recurso estratégico, portanto, objetificada e silenciada.

Dos trajetos possíveis no ‘mapa’ conceitual exposto ao final do primeiro capítulo, dois são abordados nesse capítulo: o primeiro enfatiza aspectos da ‘escuta seletiva’, o outro lado da mesma moeda da ‘palavra concedida’; e o segundo indica a disputa, a recuperação da palavra, reforçando a *agencia* e luta pela autodeterminação, pelo direito de “(re)nombrar(-se/r)”²⁸⁵, insurgir, re-existir, liberar-se.

Por um lado, o governo se apropria da subjetividade espiritual Kichwa, ao transmutar *Amasanga* como o Estado, transferindo a este os poderes e atributos daquele. As mulheres amazônicas, por sua vez, reinventam suas formas de protestar, alcançando um inédito protagonismo à frente das lutas anti-extrativas e assumindo novos ‘lugares de fala’. Tomam as ruas em marcha, se expressam em espaços como a Assembleia Nacional, a CIDH (Washington D.C.), bem como em fóruns internacionais. Nestes caminhos, estão certamente trasladando-se à modernidade, mas o fazem caminhando sua própria palavra, não mais como parte de um ‘espetáculo’ “civilizatório” e “evangelizador” – como aquela a que a Dayuma (Waorani) fora submetida quando levada aos EUA pelo ILV –, mas disputando espaços, ainda que sob o latente risco de ‘serpentear’ hegemonias.

²⁸⁵ Esta expressão decorre dos mapas conceituais coletivos elaborados no âmbito do Doutorado em *Estudios Culturales Latinoamericanos*, da *Universidad Andina Simon Bolívar* (2014-2015). O processo de (re)nomear é identificado, desse modo, com um processo subjetivo-refletivo-coletivo.

Neste capítulo, creio ter avançado em demonstrar que, entre polifonias, ruídos e conflitos – elementos da comunicação e particularmente da vida comunitária – tem sido privilegiado pelo governo nacional um consenso silencioso favorável ao que denomino ‘*Buen vivir de Estado*’. A respeito deste, sua formulação e prática (políticas públicas), desenvolvo os próximos capítulos, onde o ‘serpenteio’ segue sendo abordado; ora como *estratégia*, ora como *trampa*.

Capítulo 5

NA FORMA DA LEI (E MAIS ALÉM DA FÔRMA)

Lo que pasa es que las leyes son hechas por abogados para que tengan trampas. ¿De mi experiencia legislativa, porque los abogados son malos legisladores? Porque el abogado juega con los vacíos que queda en la ley o las interpretaciones (...). El abogado me va dejar una pata vacía para que cuando esté en su estudio jurídico, [pueda] decir “yo sé cómo evadir esta ley”. ... Lo hicieron en las áreas estratégicas, para privatizar, para vender el petróleo, el acero, el hierro, en tu país [Brasil], en Sudamérica, entonces dejaban huecos en las leyes petroleras que luego eran llenados por los congresos donde tenían mayoría. Y para eso llegaban comprando diputados, ¿y cómo los compraban? Entregándoles frecuencias de radio, porque era el negocio del momento (...) “Frecuencias, dinero y política, estaban en un solo eje.”

(Edison Miño – diretor do projeto para CRMCPPL, 2016)

No Equador, o tema da democratização da comunicação está enlaçado com as transformações constitucionais de 2008 e com outros dispositivos norteadores na construção do Estado Plurinacional e do *Buen Vivir* (*Sumak Kawsay*, em Kichwa), a citar o *Plan Nacional del Buen Vivir* (2009-2013; 2013-2017) e a *Ley Orgánica de Comunicación* (2013).

Neste capítulo, destaco alguns debates travados na última década em torno ao marco legislativo-filosófico. Abordarei alguns desdobramentos desse processo no âmbito da democratização da comunicação e da luta pelo território, temas que, a meu ver, estão completamente imbricados. Passo a expor e reforçar limitações e desafios ao avanço de uma via plurinacional e intercultural para a comunicação (“a mãe de todas as batalhas”), tal qual prevê a Constituição de 2008. Avanço no sentido de uma perspectiva crítica à “forma da lei”, na medida em que esta se apresenta como um molde por vezes restrito e delimitador, conformando aquilo que definirei no último capítulo como a institucionalização do Bem viver, o *Buen Vivir* de Estado.

5.1 Depois da LOC: as rádios, as regras e as margens

No Equador, encontrar o “*Buen vivir*” é fácil. Este está à beira de modernas estradas, impresso em *outdoors*, ao lado de palavras como mineração e petróleo, como se estas duas fossem a pavimentação do longo caminho rumo àquele horizonte.

Registro
fotográfico feito
pela autora, em
junho de 2014,
durante *Marcha
por el Agua*.
Terminal
Rodoviário -
Provincia de
Zamora
Chinchiipe.



Nesse sentido, talvez, mais adequado que falar numa ‘busca’ simplesmente – como no título deste estudo – seria importante referir-me a uma *disputa* pela palavra.

Há de fato uma disputa de novo tipo desde que Equador e Bolívia incluíram em suas Constituições o *Buen Vivir/ Vivir Bien* – respectivamente, *Sumak Kawsay* (Kichwa) e *Suma Qamaña* (Aymara). Passaram a vivenciar as contradições entre uma cosmovisão/ “cosmoaudição” ou ”cosmoconvivência” originada no âmbito de espaços comunitários e o “*vivir mejor* [que]” desenvolvimentista e individualista (CONTRERAS, 2016, p. 64), mais próximo ao *welfare* ocidental.

Em suas críticas ao *Vivir Bien* boliviano, Pablo Stefaroni observa que seus difusores não conseguiram vincular um programa que supostamente surge das comunidades indígenas com experiências vitais concretas das comunidades realmente existentes (STEFARONI, 2014, p. 298). Além disso, diz o autor, estas proposições aparecem frequentemente desacopladas da elaboração de propostas que visem a transição para aquele “outro mundo possível”, vislumbrado por muitos nos Fóruns Sociais Mundiais dos anos 2000 os quais recorro na introdução deste estudo.

Stefaroni aponta fortes limitações do *Vivir Bien* boliviano em conter um feroz desenvolvimentismo que não parece questionar certas ideias-força da modernidade. Para ele, entre o “neodesenvolvimentismo” e um “comunitarismo abstrato” o que subsiste, no

caso boliviano, é um neoextrativismo com certa redistribuição de renda e um Estado muito mais ativo que na etapa puramente neoliberal, somando ao enfraquecimento do colonialismo interno mediante o Estado Plurinacional (STEFARONI, 2014, p. 313)²⁸⁶.

Atawallpa Oviedo Freire, por sua vez, argumenta que enquanto uns estão pensando e delineando como criar o *Buen vivir*, outros vivem e praticam o *Sumak Kawsay* desde milênios, “e isso há que respeitar pois tudo está vivo – ainda que diminuído e disperso – mas não morto nem desaparecido” (OVIEDO, 2014, p. 159). Oviedo está entre os que lembram a inexistência de um único e homogêneo *Sumak Kawsay*, sendo diferentes de acordo com o grupo étnico – este intrinsecamente “pluriverso” –, a nacionalidade indígena, região (Serra, Costa ou Amazônia) e país.

Se o *Buen Vivir/ Vivir bien* é “uma cosmovisão que comunica” (CONTRERAS, 2016, p. 27), se este pressupõe uma “cosmoconvivência” à base de articulação, interação, intercomunicação, encontro e interdependência, a busca/ disputa pela palavra não é apenas um fim ou um destino, mas um meio, um caminho.

Em face do ‘*Buen vivir* de Estado’ enfatizado no próximo capítulo, e do que este representa há quase uma década no Equador, conhecer o ‘estado do *Buen Vivir*’ exigirá uma atenção ao tema da comunicação, sua democratização, descolonização e interculturalidade, como um ‘termômetro’ para compreender limites ao Estado Plurinacional equatoriano. Antes de abordar algumas práticas em torno ao tema deste estudo, exponho debates cujos desdobramentos e impactos são percebidos nos limites apresentados pela “palavra concedida”.

Durante a Assembleia de Montecristi (novembro de 2007- julho de 2008) se reuniram os principais setores populares e da sociedade civil organizada equatoriana, incluindo o movimento indígena, com o objetivo de deixarem impressas na Carta Magna suas

²⁸⁶ Para uma análise mais aprofundada das relações entre os processos constituintes, avanços e limites do plurinacionalismo em conexão com o conceito de VB/BV no Equador e na Bolívia, ver: SCHAVELZON, Salvador. **Plurinacionalidad y Vivir Bien/Buen Vivir**. Dos conceptos leídos desde Bolivia y Ecuador post-constituyentes. Quito: Ediciones Abya Yala, 2015. Em meio a abordagens sobre o plurinacionalismo e sobre limitações para uma implementação prática deste conceito em ambos países, o autor evidencia tensões entre Estado e comunidade. Destas tensões surgiram, por uma lado, apropriações estatais de conceitos utilizados para modelar políticas públicas e projetos governamentais. Por outro, surgem questionamentos quanto ao alcance de um BV/VB transformado em formas especiais de “desenvolvimento”, as quais, em vários aspectos, não diferem muito dos desenvolvimentismos do passado. Menos que opor comunidade e Estado, já que a riqueza dos conceitos abordados surge da interação de ambos, o autor propõe e conduz uma distinção no uso dos conceitos enfatizados por um e por outro, apontando razões inerentes a cada caso.

expectativas de refundação do Estado, garantindo um caráter plurinacional e intercultural. Nas dez comissões temáticas²⁸⁷ estabelecidas, diversos grupos pressionaram para introduzir algumas de suas demandas históricas. Com apenas quatro constituintes, o Movimento *Pachakutik* – braço político vinculado à CONAIE –, se encontrava abatido depois do apoio ao ex-presidente Lucio Gutierrez (2003-2005) – o sétimo a ter seu mandato interrompido num instável período de 10 anos.

O movimento *Alianza País* (AP), liderado pelo presidente Rafael Correa, ganhou 80 das 130 cadeiras disponíveis na Assembleia, mais que a metade do número necessário para aprovar a futura Constituição. Isso se deveu, em parte, ao fato de que candidatos indígenas haviam se unido a Correa, em lugar de apoiar ao Movimento *Pachakutik*, como no caso de Mónica Chuji Gualinga, “uma das ativistas mais radicais de AP” que, originária da comunidade de Sarayaku, garantiu que manteria um comportamento leal ao movimento indígena, ainda que na condição de representante do partido governista dentro da Assembleia (BECKER, 2015, p. 150)²⁸⁸.

O processo de elaboração e aprovação – via *referendum* – da Constituição de 2008 (a vigésima) não transcorreu sem conflitos e disputas, as quais fariam antever discordâncias de fundo a respeito de valores e práticas da *Revolución Ciudadana*, tal qual a pretensa convergência do “desenvolvimento” com princípios filosóficos e epistemológicos característicos do *Sumak Kawsay* ou *Buen Vivir*.

Na agenda indígena constavam propostas mais além da democracia representativa, de modo que fosse possível a inclusão dos direitos comunais, “em combinação com os mecanismos de nomeação e remoção das autoridades nas comunidades indígenas” a fim de radicalizar a democracia através de mecanismos de participação popular nos processos políticos (CONAIE *apud* BECKER, 2015, p. 157). CONAIE e Ecuarunari

²⁸⁷ Mesa 1, *Derechos ciudadanos*; Mesa 2, *Organización y participación ciudadana*; Mesa 3, *Estructura institucional del Estado*; Mesa 4, *Ordenamiento territorial y asignación de competencias*; Mesa 5, *Recursos naturales y biodiversidad*; Mesa 6, *Trabajo y producción*; Mesa 7, *Modelo de desarrollo*; Mesa 8, *Justicia y lucha contra la corrupción*; Mesa 9, *Soberanía e integración latinoamericana*; Mesa 10, *Legislación y fiscalización*.

²⁸⁸ Em 2011, Chuji foi condenada a um ano de prisão e a uma multa de US\$ 100 mil, por “injurias caluniosas” dirigidas ao Secretário de Administração Pública, Vinício Alvarado, identificado como “*nuevo rico*” pela ex-assembleista constituinte (2007-2008) e ex-secretária de Comunicação do governo Correa (janeiro-junho de 2007), durante uma entrevista. Ver: *UN AÑO DE CÁRCEL a Mónica Chuji en juicio por injurias que planteó Vinicio Alvarado* (2011). El Universo. Disponível em: <http://www.eluniverso.com/2011/11/24/1/1355/un-ano-carcel-monica-chuji-juicio-injurias-plateo-vinicio-alvarado.html>. Acesso em: 03 fev. 2016.

chegaram a montar um escritório em Montecristi, na província de Manabí, e então concentraram esforços para informar os membros da Assembleia sobre a natureza dos debates travados, bem como mobilizavam apoio popular para impulsionar posições favoráveis juntos à “ampla maioria de representantes dos setores populares” (ECUARUNARI *apud* BECKER, p. 150).

No *III Congreso de las Nacionalidades y Pueblos Indígenas del Ecuador*²⁸⁹, promovido pela CONAIE em janeiro de 2008, líderes indígenas reforçaram algumas das propostas anteriormente expostas no documento *La Propuesta de la CONAIE frente a la Asamblea Constituyente. Principios lineamientos para la nueva constitución del Ecuador. Por un Estado Plurinacional, Unitario, Soberano, Incluyente, Equitativo y Laico* (2007).

Entre os pontos que, segundo a CONAIE, deveriam integrar a seguinte Constituição constava a oposição às políticas que favoreciam a extração dos recursos naturais, em particular o petróleo e a água. Segundo documento apresentado em 2007, a gestão dos recursos naturais sob um Estado plurinacional estaria associada ao direito dos povos e nacionalidades ao autogoverno, ou seja, ao governo comunitário. Isso significaria reconhecer um território não apenas para a reprodução física, mas também para a prática de uma forma de vida, de um modo de estar no mundo, de uma civilização. A isso se conectava a expectativa de que o Estado plurinacional garantisse a existência de “governos territoriais comunitários”, responsáveis pelo “manejo e proteção da biodiversidade e seus recursos naturais”, bem como para manejo de assuntos de vital importância como a saúde e a educação.

A CONAIE reconhecia o papel do Estado como responsável pela condução indelegável da economia e de áreas estratégicas, bem como garantidor da soberania sobre os principais recursos naturais, de acordo com as comunidades rurais e com seu papel redistribuidor de riqueza. Se por um lado, a confederação indígena busca esclarecer a noção dos povos e nacionalidades “sobre o papel do Estado na proteção, administração e controle sobre os recursos naturais e sobre setores estratégicos da economia”, por outro lado, coloca-se que o direito destes mesmos povos e nacionalidades de “proteger e

²⁸⁹ Fonte: CONAIE. Resoluciones III Congreso CONAIE y nuevo Consejo Gobierno CONAIE. (2008). Disponível em: [http://www.ecoportat.net/Eco-Noticias/Ecuador/Resoluciones III Congreso CONAIE y nuevo Consejo Gobierno CONAIE](http://www.ecoportat.net/Eco-Noticias/Ecuador/Resoluciones%20III%20Congreso%20CONAIE%20y%20nuevo%20Consejo%20Gobierno%20CONAIE) Último acesso em 13 jul. 2016.

planejar o uso de seus territórios e seus espaços de vida” deveria ser entendido como uma forma de assegurar o “controle social e popular sobre a administração estatal” (CONAIE, 2007, p. 25). Assim, o texto antecipa o entendimento de que “o governo territorial comunitário é um **poder social**” (ênfase reproduzida a partir do original), “uma expressão da soberania da sociedade que pode e deve controlar a administração do Estado” (CONAIE, 2007, p. 11)²⁹⁰ – tradução própria.

Assim, a prerrogativa do Estado em relação aos recursos naturais não poderia prescindir, na visão apresentada, deste “poder social”. Na prática, as formas de manifestação deste último acabaram se tornando um dos principais alvos de divergências entre o governo Correa e setores populares, insatisfeitos com os limites e formatos previstos para a participação no âmbito da chamada “*Revolución Ciudadana*”.

Somado a isso, é demarcada a importância da nacionalização, recuperação e desprivatização dos recursos naturais, reforçando o princípio de “áreas estratégicas da economia”, tais como: petróleo, mineração, água, energia elétrica, ondas eletromagnéticas ou radioelétricas – frequências –, *páramos* e sistema nacional de áreas naturais protegidas, telecomunicações, portos e aeroportos, vias de comunicação. Neste contexto, advoga-se novamente em favor de um efetivo “controle social para garantir que [a propriedade pública] seja administrada em benefício da comunidade” (CONAIE, 2007, p 27). Reafirmava-se ainda o princípio do “consentimento [e não apenas consulta] informado [e] prévio das comunidades afetadas, *antes* de qualquer licitação e exploração” – grifo da autora. O sentido da “soberania nacional” buscava atingir a desigualdade e o despojo de décadas anteriores, caracterizadas pela priorização do lucro de empresas transnacionais, em detrimento do bem-estar humano e da convivência harmônica homem-natureza.

Estas reivindicações e propostas se coadunavam com a oposição da CONAIE às políticas econômicas neoliberais dos governos anteriores – derrocados, em grande parte, com a força de mobilização do movimento indígena. As listas de princípios apresentados à nova Constituição descendiam ainda das experiências acumuladas desde o Levante dos anos 1990, das manifestações contrárias a ALCA e ao TLC, das pressões

²⁹⁰ CONAIE. **Propuesta de la CONAIE frente a la Asamblea Constituyente**. Principios y lineamientos para la nueva Constitución del Ecuador. Por un Estado Plurinacional, Unitario, Soberano, Incluyente, Equitativo y Laico. Quito: CONAIE. 2007. 49 p. Disponível em: <<http://yachana.org/earchivo/conaie/ConaiePropuestaAsamblea.pdf>>. Acesso em: 22 jul. 2016.

pela ratificação do Convenio 169 da OIT (1998) e no sentido do aprofundamento dos avanços já obtidos na Constituição de 1998, como o reconhecimento de direitos coletivos.

As relações conflitivas entre o presidente Rafael Correa e a CONAIE estavam relacionadas, dentre outros, a um ponto crucial do projeto político que esta última vinha reafirmando desde sua formação em 1986, e que reforçara nos anos seguintes: o conceito e as práticas em torno à plurinacionalidade. Esta foi identificada como:

...um sistema de governo e um modelo de organização política, econômica e sociocultural, que propugna a justiça, as liberdades individuais e coletivas, o respeito à reciprocidade, a solidariedade, o desenvolvimento equitativo do conjunto da sociedade equatoriana e de todas suas regiões e culturas, com base no reconhecimento jurídico-político e cultural de todas as nacionalidades e povos que conformam o Equador (CONAIE *apud* SIMBAÑA, 2008, pp.107-108) – tradução própria.

O reconhecimento da plurinacionalidade, nesse sentido, pressupunha uma redefinição do conceito de *ciudadania*. Pressupunha, portanto, o reconhecimento de cidadania às nacionalidades e povos indígenas como sujeitos coletivos de direito. Nas palavras de Floresmilo Simbaña, este seria o caminho para superar a confusão de que só há uma forma de pertencimento ao Estado, uma única forma individual que geraria um só tipo de direitos, os individuais. Simbaña explica que a plurinacionalidade implica o pertencimento ao Estado também como coletividades, ou seja, como povos e nacionalidades indígenas, de modo que a cidadania neste caso também implica direitos e obrigações individuais e coletivas (SIMBAÑA, 2008, p.112).

TABELA 8

Síntese das características do Estado Nacional e do Estado Plurinacional

	Estado Nacional	Estado Plurinacional
Política	Cidadania	Pessoas, coletividades e

		nacionalidades
Nacionalidade	Única	Múltiplas
Autoridade	Nacional	Descentralizada e nacional
Território	Único	Autonomias territoriais
Jurídica	Um sistema jurídico	Pluralidade Jurídica
Cultura	Hegemônica Multiculturalismo	Pluralidade de culturas Interculturalidade*
Tempos	Modernidade	“Transmodernidade”**
Poder	Soberano	Autodeterminação

Adaptado a partir de tabela realizada por Ramiro Ávila Santamaría (2011, p. 209)

*Mais que a pluralidade de culturas, demarco a importância do ‘diálogo’ horizontal e equânime entre as mesmas.

** Ávila (2011) se refere a “pré-modernidade” e “pós-modernidade”, termos que a meu ver são inadequados para abordar o processo de construção do Estado Plurinacional que se aproximaria, em sua versão extraída dos projetos e processos atrelados ao movimento indígena, das leituras decoloniais (MIGNOLO, 2006). Opto por “transmodernidade”, acompanhando a perspectiva de Enrique Dussel (2004), em menção à inclusão da alteridade, dos elementos exteriorizados da modernidade eurocêntrica ocidental.

TABELA 9 - Síntese das características do Estado Monocultural e Intercultural

	Estado Monocultural	Estado Intercultural
Relação entre culturas	Hegemônica/ invisíveis	Inter-relação entre culturas
Resultado	Discriminação/ exclusão	Igualdade na diferença
Idioma	Único/ oficial	Diversidade
Símbolos	Pátrios	Ritos
História	Oficial/ elites	Diversas/ povos e nacionalidades*
Papel do Estado	Homogeneizar	Promover diversidade
Método	Imposição	Diálogo de saberes

Finalidade	Controle/ Dominação	Emancipação/ Liberação**
------------	---------------------	--------------------------

Adaptado a partir de tabela realizada por Ramiro Ávila Santamaría (2011, p. 219)

*Acréscimo o termo “nacionalidades” à tabela original.

** Como expus no Capítulo 1, reforço que a “emancipação” está mais associada a uma noção mis restrita que não conduz necessariamente à liberação e descolonização - Dussel (1977) e Mignolo (2010). A *liberación* nos permite pensar conquistas múltiplas: políticas, jurídicas, históricas, econômicas, geográficas, epistemológicas etc.

A perspectiva de “refundar o Estado moderno” exige combinar diferentes conceitos de nação dentro de um mesmo Estado. Boaventura de Souza Santos (2007; 2010) afirma que a ideia de plurinacionalidade existe em diferentes países, como Canadá, Suíça, Nigéria, Nova Zelândia, Bélgica, dentre outros (SANTOS, 2010, p.120), além do Equador e da Bolívia. O autor demarca dois conceitos de nação, sendo o primeiro atrelado ao conceito liberal, em referência à coincidência entre Estado e nação. Ou seja, a nação é concebida como um espaço geopolítico do Estado e por isso os Estados modernos são identificados como Estados Nação. Uma nação, um Estado. O segundo conceito é *comunitário* e não está necessariamente atrelado ao Estado. Uma tradição comunitária de Estado, proveniente de experiências originárias e indígenas, estaria conectada a um conceito de *autodeterminação*, mas não de independência (SANTOS, 2007, p.18).

Desse modo, as nacionalidades e povos indígenas se encontram regidas por leis, costumes e crenças próprias, bem como por formas próprias de organização social, econômica e política em seus territórios. Identifica-se nos documentos-bases do movimento indígena equatoriano o importante papel das identidades e características próprias e particulares que diferenciam povos e nacionalidades indígenas do resto da sociedade, com destaque para o papel da identidade idiomática (SIMBAÑA, 2008, p.111).

É a matriz comunitária de organização, não estabelecida ao redor da forma estatal, sem a separação de instituições e pessoas, que dá origem ao conceito e projeto plurinacional no âmbito do movimento indígena; um projeto/ processo político, econômico e social, com perspectivas de reafirmação da soberania do país no âmbito das relações internacionais e visando o fortalecimento dos direitos coletivos. Estes, conforme a proposta da CONAIE em 2007-2008, demandariam um regime de autonomia, reconhecimento da livre determinação sobre o território e a perspectiva dos modos

próprios de justiça, saúde e educação. Em termos econômicos, a vivência do *Sumak Kawsay* é inseparável da propriedade comunitária/coletiva. Anos antes, em seu projeto político de 1994, a CONAIE afirmara que caberia ao “Novo Estado Plurinacional” a tarefa de harmonizar diferentes tipos de propriedade – “*propiedade familiar-privada, comunitária autogestionária, Estatal Plurinacional e mista*” – garantindo “a satisfação das necessidades materiais e espirituais de toda sociedade, e potencializando o desenvolvimento do homem e a conservação da natureza” (CONAIE, 1994, p.11)²⁹¹.

A intenção de finalmente incluir a “plurinacionalidade” na Constituição de 2008 exigiu que a CONAIE realizasse mobilizações alheias à Assembleia, a fim de visibilizar a pauta e pressionar os constituintes para sua inclusão na Carta Magna, já que o papel do Movimento *Pachakutik* era limitado e o governo Correa não se mostrava favorável à ideia. Simbaña recorda que à época o presidente atacou “de maneira reiterada e pública a CONAIE e sua proposta”, a qual atingia um ponto crucial para ambos os lados. Estava em jogo a possibilidade de autogoverno e gestão sobre os territórios ancestrais indígenas, bem como sobre seus recursos naturais. Num sentido pejorativo, a proposta foi considerada “*extremista*”, “*infantilista*”, “*izquierdista*” e “*indigenista*”. O ponto mais alto do enfrentamento, ainda segundo Simbaña, chegou quando se debatia o direito ao “consentimento” *versus* o direito à “consulta previa” com relação à exploração de recursos naturais e minerais (SIMBAÑA, 2008, p.105).

Desqualificada como proposta por uma “minorias social” pelo governo, a plurinacionalidade cruzou um largo trajeto de debates, pressões e mobilizações e foi introduzida no artigo 1º da Constituição. Isso, contudo, não pôs fim às disputas e impasses inerentes à implantação da ideia de *autogoverno* que, segundo Santos, subjaz a *plurinacionalidade* com implicações tais como:

... [a criação de] um novo tipo de institucionalidade estatal, uma nova organização territorial, a democracia intercultural, o pluralismo jurídico, a interculturalidade, políticas públicas de novo tipo (saúde educação seguridade social), novos critérios de gestão pública, de

²⁹¹ CONAIE. Proyecto Político de la CONAIE. Quito: Consejo de Gobierno. 1994. Disponível em: <<http://yachana.org/earchivo/conaie/proyectopolitico.pdf>> Acesso em: 13 ago. 2016.

participação cidadã, de serviço e de servidores públicos (SANTOS, 2010, p.120) – tradução própria.

Ao lado dos marcos legislativos que foram constituindo um novo arcabouço normativo para a comunicação, um importante documento – fruto de auditoria prevista pela Constituição de 2008, assim como a própria LOC (2013) – deveria figurar como instrumento norteador dos processos de democratização da comunicação através da redistribuição das frequências de rádio e televisão no país. Trata-se do *Informe da Comisión para la Auditoría de las Concesiones de las Frecuencias de Radio y Televisión* (maio de 2009). Contudo, questionamentos quanto aplicações seletivas da lei inspiram reflexões sobre o alcance democratizador da Lei de Comunicação.

5.1.1 Na forma da lei.

Como disposição da Assembleia Constituinte o poder executivo, por meio do Decreto 1445 de novembro de 2008, deveria ser convocada a referida Comissão com os objetivos de: determinar “a constitucionalidade, legitimidade e transparência das concessões, considerando enfoques legal, financeiro, social e comunicacional”; determinar “a existência de monopólios e oligopólios diretos e indiretos no uso de frequências”; determinar “entidades ou grupos financeiros, seus representantes legais, membros de sua diretoria ou acionistas que mantêm participação no controle de capital, investimentos ou o patrimônio dos meios de comunicação” (tradução própria)²⁹². Com a apuração de irregularidades e vícios no processo de concessão de frequências entre o período de janeiro de 1995 até dezembro de 2008 apresentados pelo dito Informe, tinha-se como objetivos:

- “redistribuição equitativa das frequências de Rádio e Televisão entre os setores público, privado e comunitário”;
- desvinculação “de grupos financeiros nacionais e transnacionais do controle das frequências e propriedade dos meios”;

²⁹² COMISIÓN PARA LA AUDITORIA DE LAS CONCESIONES DE LAS FRECUENCIAS DE RADIO Y. TELEVISIÓN. **Informe Definitivo**. Quito. 2009. Disponível em: <<http://www.arcotel.gob.ec/wp-content/uploads/downloads/2014/08/Informe-Comisi%C3%B3n-Frecuencias-SECCI%C3%93N-1.pdf>> . Último acesso: 22 jul. 2016.

- eliminação “da corrupção e dos compromissos políticos na concessão de frequências mediante a participação e controle cidadão”;
- adoção de “políticas auspiciosas, normativa clara, rigorosa aplicação e institucionalidade transparente”; e por fim
- contribuição ao “funcionamento de programações com conteúdos plurais” que promovessem “a construção da cidadania, a interculturalidade, os direitos humanos e a paz”²⁹³.

Se bem podemos dizer que houve avanços em cada um desses quesitos, há também algumas pendências que tornaram o processo inconcluso. José Lopez Vigil, membro da Comissão, recorda este trabalho, do qual foi co-autor:

Basicamente depois de seis meses de trabalho, descobrimos o que todos sabiam. As frequências de rádio e televisão se deram por duas razões, vantagens políticas ou dinheiro. As vantagens políticas eram que se no Parlamento os parlamentares recebiam dois, quatro, seis, oito frequências, as revendiam a 100 mil dólares (...) Compravam, vendiam, transferiam, colocam em nome de primos, irmãos. Nós auditamos 13 anos (...). A partir disso fizemos o Informe que apresentamos ao presidente Correa. O presidente disse ‘isso é uma bomba, como é possível, não temos medo, vamos reverter as frequências que tenhamos que reverter’. (...) Até esta data não foi revertida uma, isso foi em maio de 2009, estamos em outubro de 2014. Não foi revertida uma só frequência. (...) Foram revertidas algumas frequências que tem multa, por caráter administrativo (...), mas pelo delito de peculato em que compras uma frequência, o que está proibido pela Constituição, nenhuma. (Tradução própria)²⁹⁴

Em documento de quase 500 páginas são apresentados diversos procedimentos irregulares como concessões a meios de rádio e televisão clandestinos; concessões feitas a despeito de informes técnicos prévios ou com informe desfavorável por parte de um dos órgãos reguladores à época (Superintendência de Telecomunicações do Equador - SUPERTEL); mais de uma concessão por tipo de serviço e província; casos de auto concessão de frequências, com participação acionária de autoridades públicas em veículos com frequência outorgada, tráfico de influência na obtenção de licenças etc.

²⁹³ Idem.

²⁹⁴ Entrevista realizada pela autora em outubro de 2014. Quito, Equador.

Entre os “procedimentos contrários a princípios éticos” consta do Informe o uso de concessões de frequências de rádio e televisão por um ou mais funcionários dos órgãos reguladores à época (Conselho Nacional de Radiodifusão e Televisão, CONARTEL, ou SUPERTEL), ou a facilitação de concessões para familiares e “testas de ferro”.

Um dos casos citados é o do delegado da *Asociación Ecuatoriana de Radiodifusión* (AER) Jorge Yunda Machado que, segundo conclusão do Informe, após ter participado 13 anos (entre julho de 1995 e novembro de 2008) como membro de CONARTEL, se viu obrigado a abandonar o órgão, após ser citado em pronunciamento do Procurador Geral do Estado²⁹⁵.

Ainda segundo o Informe daquela Comissão a conformação de CONARTEL, desde sua fundação em 1995 até janeiro de 2009 havia sido ilegal pelo fato de sempre ter havido membros que por mandato constitucional não poderiam constar como membros do referido Conselho, em alguns casos por serem concessionários em outros por serem representantes destes.

No livro “Vozes abertas da América Latina” (2011), Denis de Moraes observou que a definição de “progressista” de um mandato deveria ser medida “pela coragem para inverter a pirâmide e colocar no alto tudo aquilo que estava sufocado e travado” (MORAES, 2011, p. 167). O autor afirmava como questão premente traduzir em atos concretos os compromissos com a democratização da vida social e, em particular, dos meios de comunicação. À época, Moraes acreditava ser este o objetivo do governo de Rafael Correa após designar a comissão que avaliou 5.500 licenças de rádio e televisão concedidas entre 1995-2008, com base nas disposições antimonopólicas da nova Constituição equatoriana. O autor observara que o decreto de Correa havia se inspirado na auditoria da dívida externa daquele país, determinada em 2007 e responsável por

²⁹⁵ Jorge Yunda foi presidente do Conselho entre 2007 e 2009, período durante o qual lhes foram concedidas frequências da Rádio Canela, em Latacunga (106.5 FM) e Imbabura (92.7 FM). Em 2013, quando foi candidato por *Alianza País*, Yunda era acionista e mantinha uma franquia sobre as concessões 90.5 em Guayaquil empresa Lesotho S.A cujos sócios eram Beatriz Enriqueta Machado Orozco, Lilia Narcisa Yunda Machado, Luis David Yunda Machado; 94.1 em Salinas e 89.3 de Manabí. Além do canal de televisão 24 de frequência UHF, em Quito e Guayaquil. Fonte: EL CHURO. Rabo de paja candidatos y sus frecuencias (13-fevereiro de 2013). Retirado de: <http://churocomunicacion.blogspot.com/2013/02/rabo-de-paja-candidatos-frecuencias.html>. Último acesso 13-07-2016.

apontar irregularidades nos financiamentos internacionais ao país o que resultou na suspensão do pagamento dos juros da dívida, vencidos em dezembro de 2008²⁹⁶.

Christian Hernandez Yunda, ex-funcionário de CONARTEL e a quem entrevistei quando ocupava o cargo de diretor da assessoria legal de SECOM (maio de 2015), questionou a validade do referido Informe (“um disparate completo”), onde ele próprio constara como sobrinho de Jorge Yunda – ao contrário, disse possuir um parentesco distante com o ex presidente de CONARTEL. Sobre as auto concessões ele relata, como testemunha dos fatos, que a concessão foi dada sem que Yunda estivesse presente no momento, tendo deixado a sala de reuniões para que fosse deliberada (ou não) a concessão a si próprio, então presidente do Conselho. Para Hernandez, a reversão de muitas frequências apontadas no Informe seria um tema inviável naquele momento da entrevista (maio de 2015), por conta da caducidade do prazo de concessão, o que tornaria invalida a recomendação do Informe²⁹⁷. Em abril de 2015, Gonzalo Carvajal, então diretor da ARCOTEL – órgão de regulação –, referiu-se ao problema da reversão de frequências:

Mira, para mí el problema de las reversiones no es un problema como lo pintan, porque ya tenemos 200 frecuencias revertidas. Están ahí, o sea, yo no necesito revertir más frecuencias para sacar a concursar frecuencias, porque ya en este instante existen ya 200 frecuencias que

²⁹⁶ No caso da auditoria da radiodifusão, Moraes ressaltara a constatação de outorgas concentradas nas mãos de oito grupos empresariais e familiares, bem como a expansão de igrejas no setor – os números citados em 2011 apontavam para um total de 122 frequências, 91 delas centralizadas pela Igreja católica e 31 evangélicas (MORAES, 2011, pp.167-168). O autor destacou ainda as 400 concessões irregulares de canais de rádio e televisão, os leilões de outorgas com lucros exorbitantes e ilegais, as práticas de cartel e concorrência desleal, a apropriação político-eleitoral dos canais e até a retransmissão de sinal a partir de satélite localizado nos Estados Unidos. O trabalho de Moraes é importante pela perspectiva dos avanços e inércias em temas de democratização da comunicação na última década, especialmente no caso dos chamados “países progressistas”. O autor também alerta sobre desvios no exercício do papel regulador e ativo do Estado, prevendo o “risco de inibir manifestações criativas e autônomas, ou mesmo, de comprometer políticas de diversidade”. Ele ressaltou ainda a importância de “manter nítidas as fronteiras entre as ações governamentais e os veículos comunitários”, harmonizando “a sustentabilidade financeira e a proteção legal a tais canais com a independência de suas linhas editoriais e dos grupos sociais aos quais se vinculam”. (MORAES, 2011, p. 169-170).

²⁹⁷ Entrevista realizada pela autora em edifício da Secretaria de Comunicação (SECOM), Quito, ao dia 1-05-2015.

*el CONARTEL revertió. (...) No es un problema de seguir revirtiendo...*²⁹⁸

Entre os problemas que levaram a reversões, estão citados atrasos no cumprimento de obrigações (*moras*), não cumprimentos de parâmetros de operação, devoluções, morte de concessionários, mas nenhuma referência direta aos casos emblemáticos citados por aqueles que criticam a falta de providências frente a irregularidades como aquelas envolvendo Jorge Yunda.

A falta de uma implementação, digamos, mais incisiva da lei, e com o Regulamento da LOC, o qual, dentre outras mudanças, deixara sem efeito a proibição para que estrangeiros possuam meios de comunicação no país, o magnata estadunidense-mexicano dos meios de comunicação, Angel Gonzalez, seguiu controlando meios nacionais: três canais, onze rádios e dois jornais impressos²⁹⁹ (2015). Com 30 anos de experiência trabalhando na Casa legislativa equatoriana, Edison Miño (último diretor do projeto de rádios da SNGP), comentou este caso ao responder sobre ‘permissividades’ incluídas na Regulamentação da LOC:

*[Un] empresario extranjero [Ángel González] que tenía comprado canal 5, acaba de comprarse el Diario del Comercio. Pero el Diario El comercio estaba participando por una³⁰⁰ frecuencia de televisión. Al comprarse El Comercio, se compra este regalo añadido. Entonces él tiene ahora dos frecuencia³⁰¹. ¿Es ilegal? No sé. La ley dice que no puede tener. (...) El compró uno, punto. El otro le viene como añadido por un periódico, qué vamos hacer?*³⁰²

²⁹⁸ Entrevista realizada pela autora e por Ana Maria Acosta, no edifício de ARCOTEL, ao dia 22-04-2015. Para mais detalhes sobre o informe realizado sobre concessões irregulares e ilegais no Equador, ver: CORAPE & AMARC (2008). De la concentración a la democratización del Espectro Radioeléctrico - Estudio sobre concesión de frecuencias de radiodifusión en el Ecuador 2003-2008. Retirado de: <http://www.corape.org.ec/De%20la%20concentraci%C3%B3n%20a%20la%20democraitzaci%C3%B3n%20CORAPE.pdf>. Último acesso: 22-07-2016.

²⁹⁹ Fonte: Un magnate de Estados Unidos controla 10 medios nacionales (22-02-2015). Retirado de: <http://www.eluniverso.com/noticias/2015/02/22/nota/4574356/magnate-eeuu-controla-10-medios-nacionales> Último acesso: 22-07-2016.

³⁰⁰ Corrigindo: o jornal impresso possuía dois canais de televisão.

³⁰¹ Corrigindo: são três, no total.

³⁰² Entrevista realizada em Edifício da SNGP, Quito, ao dia 6-05-2016.

Note-se ainda que a valorização de veículos comunitários e alternativos esbarra na concessão feita à Igreja Católica que, embora tenha importante papel junto a setores comunitários, com destaque ao trabalho de setores herdeiros da Teologia da Liberação, está longe de ser ela própria um ator comunitário.

Na sequência, abordo, mais especificamente, etapas do projeto das rádios das nacionalidades, que previa a concessão de emissoras comunitárias, mas acabou inserido no âmbito de uma “*gestión de la política*” marcada por limitações à escuta e incidências político-comunicativas com forte tendência à verticalização da palavra.

5.1.2 O projeto, as ‘regras’ e o processo

O projeto de concessão de rádios comunitárias foi gerido e conduzido desde a *Secretaria Nacional de Gestión de la Política* (SNGP), na *Subsecretaría de Pueblos e Interculturalidad*, e mais especificamente pela *Dirección de Diversidad e Interculturalidad*. Desde meados de 2013, o trabalho principal junto às rádios das nacionalidades passou a ser preparação da documentação necessária para que as nacionalidades pudessem apresentar aos órgãos reguladores suas respectivas solicitações por uma frequência definitiva – de 15 anos renováveis, ou seja, de até 30 anos.

Passados três anos da aprovação da LOC³⁰³, o referido projeto é ainda hoje (novembro de 2016) a única política do atual governo no sentido da concessão de frequências comunitárias – excetuando aqui a concessão de licenças comunitárias provisórias e o inconcluso Concurso para concessão 1472 Frequências (privadas e comunitárias) realizado em junho de 2016 com abrangência nacional. Neste concurso, com exceção das (14) frequências inseridas no âmbito do projeto da SNGP e reservadas às respectivas nacionalidades, as demais frequências poderiam ser solicitadas por qualquer meio de comunicação, privado ou comunitário, em condição de igualdade – na verdade, a LOC prevê ações afirmativas que favorecem meios comunitários frente aos privados. A representante de um coletivo de jovens comunicadores(as), postulante a uma concorrida licença FM em Quito, afirmara à época do concurso: “*nos vamos a pelear con las [rádios] privadas por la misma frecuencia*”.

³⁰³ Ver em ANEXO 17 tabela que sintetiza pontos positivos e negativos da LOC (2013), a qual viria a nortear o processo de concessão de frequências definitivas para as rádios das nacionalidades após sua aprovação.

O projeto aqui abordado antecede o marco legislativo criado com a aprovação da LOC e a decorrente criação de novos órgãos reguladores – inclusive daqueles para regulação de conteúdos veiculados pelos meios, como a *Superintendencia de la Información y Comunicación*.

Detenho-me a partir daqui a análise do projeto de concessão de rádios às nacionalidades (2010-2015), atentando especialmente para elementos chaves da conjuntura política, social e institucional. Primeiro, é importante destacar que o referido projeto passou por distintas fases e seria quase inadequado falarmos num único projeto quando este sofreu tantas mudanças, sendo conduzido por, pelo menos, quatro diretores – primeiro no âmbito da *Secretaria de Pueblos y Participación Ciudadana* (2010 - 2013) e, posteriormente, da *Secretaria Nacional de Gestión de la Política*.

TABELA 10 – Fases do projeto para *Creación de redes de medios comunitarios públicos y privados locales*

Fase/ Perfil profissional de diretores(as)	Descrição/ Perfil dos(as) Diretores(as)
<p>1. Concepção do projeto e “decisão estratégica”³⁰⁴</p> <p>Acordo assinado entre <i>Secretaria de Pueblos</i> e CONATEL (2010) para adjudicação de frequências às nacionalidades (“<i>permiso de operación temporal</i>”³⁰⁵). Primeiras capacitações e entrega de primeiros equipamentos. Apresentação das 14 rádios da primeira fase com grande destaque ao projeto.</p>	<p>“<i>En el recorrido del proyecto la primera decisión estratégica fue dar prioridad a las 14 nacionalidades indígenas que existen en el Ecuador, por esa razón están en concesión de primera fase con periodo de prueba, una vez concluida la instalación definitiva de las 14 Radios se iniciaría la segunda convocatoria de las próximas 20 para fines del 2012 y a finales del 2013 se convocarían a las siguientes 20 radios comunitarias en concesión</i>”³⁰⁶.</p> <p>“<i>El 28 de enero se realizo un evento grande en Montecristi, con todas las 14 radios con el objetivo de posicionamiento de las radios comunitarias y fortalecimiento de la misma, donde</i></p>

³⁰⁴ Luis David Chiliquina Castillo, Engenheiro em Gerencia e Liderança, consta como responsável por esta primeira fase em documento, contudo não foi possível contatá-lo, motivo pelo qual não está incluído nesta tabela.

³⁰⁵ Termo utilizado por Gonçalo Carvajal para explicar o processo de concessão provisória de frequências para as rádios das nacionalidades antes da LOC (2013). Entrevista realizada pela autora e por Ana Maria Acosta, no edifício da ARCOTEL, ao dia 22 de abril de 2015.

³⁰⁶ Fonte: Ficha Informativa do projeto para *Creación de redes de medios comunitarios públicos y privados locales*. Retirado de: <http://www.politica.gob.ec/wp-content/uploads/downloads/2015/04/Proyecto-REDES.pdf>. Último acesso: 22 de julho de 2016.

	<i>participaron las autoridades provinciales y nacionales</i> ” ³⁰⁷ .
<p>2. Carmen Sarango Tene (2010-julho de 2013)</p> <p>Conduz entrega oficial dos primeiros equipamentos, bem como os primeiros processos de capacitação.</p>	<p>Única diretora indígena, de Loja. Dedicada nos anos 80 a trabalhar como alfabetizadora Bilíngue, de comunidades indígenas da Paróquia San Lucas (Loja). Especializada em Administração de Empresas ao final os anos 80. Após início da Educação Bilíngue de maneira oficial (1989), regressa a trabalhar no magistério. Ocupou cargos de dirigente de Mulheres e se dedicou ao tema, em defesa das mulheres indígenas³⁰⁸.</p>
<p>3. José Fernando López Forero (agosto de 2013 – junho de 2014)</p> <p>Responsável pela adequação do projeto à LOC (2013). Atuação mais próxima às rádios, com frequentes visitas ‘ao território’.</p>	<p>Não indígena, colombiano, jornalista. Experiência de trabalho em comunicação comunitária e educação popular e comunitária, em entidades diversas. Atuação como professor universitário em universidades Colombianas e Equatorianas. Trabalhou na Linha de Formação da ALER. E em projetos comunicativos de ONGs Internacionais e Nacionais, América Latina e Caribe.</p>
<p>4. Zoila Patricia Emen Barberan (julho de 2014 – fevereiro de 2016)</p> <p>Conduz desde Quito o corte de gastos e a redefinição de objetivos, bem como avaliação política do projeto. Falta acesso à informação sobre os novos rumos do projeto. Realiza reunião com ex-CONATEL para acompanhar “<i>pasos a seguir y artículos en la ley que establezcan la otorgación de frecuencias públicas para empezar procesos y puedan participar los GAD y prefecturas afines al movimiento político</i>” (outubro/2014). Renegocia parcelamento de dívidas das rádios das nacionalidades junto à empresa de energia elétrica (2015).</p>	<p>Economista com menção em Gestão Empresarial, especialização em Finanças.</p>
<p>5. Edison Miño Arcos (março de 2016)</p> <p>Caminho para a “autogestão”.</p>	<p>Jornalista. Trabalhou 30 anos na Assembleia Nacional do Equador, atuando durante certo período como responsável pela área de <i>Participación Ciudadana</i> da Assembleia.</p>

Elaboração própria.

³⁰⁷ Idem.

³⁰⁸ TENE, Carmen (1997) “Mi autobiografía” - Concurso autobiografias de Mujeres-FIDAMÉRICA. Retirado de: http://www.flacso.org.ec/docs/CARMEN_TENE_2.pdf, Último acesso: 22 de julho de 2016.

As distintas fases do projeto podem ser caracterizadas um pouco pelo “perfil profissional” dos diretores designados a cada momento. Se é difícil identificar em cada fase uma intenção deliberada por parte do governo, ao menos é possível identificar nessa escolha um direcionamento priorizado, uma linha de condução que foi variando desde uma escolha que pode ter sido ‘política conciliatória’, a uma escolha ‘profissional-técnica’, passando pela fase mais ‘pragmática’ até aquela ‘institucional-legalista’ (termos propostos pela autora).

Durante sua gestão, segundo Carmen Tene, sua imagem era um tanto dúbia. Diante do momento conflitivo de algumas nacionalidades amazônicas frente ao governo nacional devido à *XI Ronda*, a indígena originária do povo Saraguro – o qual ocuparia uma das frentes mais resistentes ao governo no Levante de agosto de 2015 –, pode ter sido considerada uma eventual mediadora entre ambas as partes, governo e nacionalidades, embora a maioria das nacionalidades escolhidas fossem da região Amazônica.

La organización te cuestiona, el Estado me decía; ‘eres parte de la Conaie’. Entonces, me tenían ‘cuidadito con Carmen’, en un lado; en el otro lado: ‘cuidadito con Carmen porque va a ir a decirle al Gobierno’. (...) Cuando estoy en la misma Secretaría de Pueblos, (...), me sacaron, me dijeron: ‘Carmen, tú no puedes trabajar acá’. Entonces, dije: “¿dónde puedo trabajar? ¿En las gradas?” (...) Yo he salido con la computadora y me fui a trabajar en las gradas, para lograr este proyecto para lograr este proyecto de radios. A sí fue. Porque decían que yo escucho lo que están hablando ellos, que yo iba decir a la Conaie. Y yo no t tenía nada que ver con la Conaie, absolutamente nada, porque ya no me permitían ni siquiera entrar allá, porque estoy acá. Ha habido duro, pero tampoco he desmayado en eso. Me bajaron el sueldo que tenía, para que yo me vaya, yo soy en eso bien orgullosa, les dije: “no me voy a ir”. Y me dijeron: “Carmen, ¿te quedas con ese sueldo?” Le dije: “Si usted me cree, que merezco ese sueldo, me quedo con ese sueldo”. Y me quedé con ese sueldo. Eso ha sido muy duro y el proyecto, digamos, la realización yo veo muy debilitada y no hay posiciones muy claras, porque es otra realidad, no es la misma realidad. Tenemos que tratar ahora, ya no son protestas; sino son propuestas. Pero propuestas alternativas y en acción. Si no hay

*propuestas en acción, no vamos a llegar nada; con estar quejando, con estar haciendo, pero perdóneme: no es el momento ahora. Ahorita estamos en otra realidad, ser parte del Estado ecuatoriano y de adentro, poder hacer algo*³⁰⁹.

A aprovação da LOC em meados de 2013 exigira um(a) profissional capacitado(a) para conduzir a preparação das nacionalidades para concursar pelas frequências definitivas, o que incluía a elaboração de ampla documentação, através de oficinas desenvolvidas junto aos representantes das respectivas emissoras e, até mesmo junto à algumas comunidades. Posteriormente, José Fernando Lopez lamentaria que a posterior “socialização” dos Planos Comunicacionais junto às comunidades foi inviabilizada após sua substituição, bem como pelos cortes e remanejamentos conduzidos pela economista Patrícia Emen. Segundo Lopez, a ruptura no processo previsto seria uma possível causa para alguns problemas futuros, como a evasão de pessoas que haviam participado dos processos de formação nos anos anteriores, algumas atraídas por oportunidades mais rentáveis e as quais lhes permitiam seguir vivendo nos centros urbanos como Macas e Puyo.

5.2 O rio e as margens (2014-2016)

Como já destacado em outros capítulos, minha aproximação junto às rádios se deu num momento bastante crítico, de dúvidas, desconfianças e incertezas sobre o destino das mesmas. O que estava obscuro àquela época (em meados de 2014), hoje parece mais claro, revisando a descrição das atividades da diretora do projeto entre os meses de julho e outubro de 2014³¹⁰:

Julho de 2014:

AUTONOMIA DE LAS RADIOS COMUNITARIAS: se está trabajando en un reglamento interno para las 14 radios comunitarias, mismo que definirá la autonomía administrativa, elección democrática del director, a la nacionalidad como entidad encargada de auditar, vigilar y supervisar.

SOSTENIBILIDAD ECONÓMICA: se trata también la situación y proyección de los recursos generados requeridos para el funcionamiento de la radio. La sostenibilidad es elemento fundamental para la existencia de la radio y en la cual se busca formas y estrategias para solventar al medio comunitario. Además se estima elaborar un decreto ejecutivo presidencial que comprometa de forma obligatoria a todas las instituciones públicas del estado pautar con las radios comunitarias, a fin de fortalecer la sostenibilidad económica de las radios comunitarias.

³⁰⁹ Entrevista realizada pela autora com Carmen Tene em 23-01-2015.

³¹⁰ ECUADOR, SGNP. Ficha Informativa do projeto para *Creación de redes de medios comunitarios públicos y privados locales*. Disponível em: <http://www.politica.gob.ec/wp-content/uploads/downloads/2015/04/Proyecto-REDES.pdf> . Acesso em 22 jul. 2016.

Agosto de 2014:

ACTIVIDAD 2:
Debido a una petición de la sra. Ministra en cuanto a reevaluar el proyecto y buscar diversas instituciones del Estado que puedan ayudar a la compra de equipos de la segunda y tercera fase del Proyecto se convoca a reuniones con Bando del Pacífico, Banco del Estado y CFN. Se adjunta la agenda enviadas desde el despacho. Adicional a esto se articula esfuerzos con otras instituciones del Estado que estén interesados en el proyecto, según disposición de nuestra ministra, para esto se mantiene reuniones con SECOM y Vicepresidencia.

ACTIVIDAD 3:
Se solicita informes de análisis político a las coordinaciones zonales sobre las nacionalidades que están en la primera fase del proyecto. Este material se revisa en una mesa de trabajo con la Sra. Ministra Ab. Viviana Bonilla, y funcionarios de SECOM, Presidencia y CONATEL. Se adjunta convocatoria de la reunión que fue enviada por Quipux.

Setembro de 2014:

INFORME SEGUIMIENTO MES DE SEPTIEMBRE

ACTIVIDAD 1
Seguimiento y consolidación de informes semanales políticos/ comunicaciones de instituciones como: SECOM, SUPERCOM, SENAIN y coordinadores zonales de esta cartera de Estado por todo el mes de Septiembre.

ACTIVIDAD 2
Buscar apoyo con diversas instituciones del estado para capacitación técnica y comunicacional para las radios comunitarias. Se envía convenio institucional para que lo firme SECOM

ACTIVIDAD 3
Se vincula a las radios comunitarias para el programa Hablando de Política de la SNGP

ACTIVIDAD 4
Se elabora un reglamento interno para que lo revise el departamento jurídico sobre autonomía, uso de los equipos, funciones de directores y presidentes de las nacionalidades, entre otros temas

Outubro de 2014:

ACTIVIDAD 7
Seguimiento para transmisión del programa Hablando de Política en las radios comunitarias.

ACTIVIDAD 8
Presentación del proyecto de Radios comunitarias al nuevo ministro de Telecomunicaciones.

ACTIVIDAD 9
Elaboración de un nuevo presupuesto para mejorar el costo de inversión para equipamiento de una radio. Trabajando en conjunto con CONATEL

ACTIVIDAD 10
Acercamiento con la Asociación Nacional de Medios Comunitarios Libres y Alternativos ANMCLA para conocer sobre el desarrollo de los medios comunitarios en Venezuela.

SEGUIMIENTO DE ACTIVIDADES PARA EL MES DE OCTUBRE

ACTIVIDAD 1
Encuentro para el fortalecimiento de radios comunitarias de las nacionalidades del Ecuador con los directores de las radios y presidente de las nacionalidades

A economista Patrícia Emen descreve em *Resumen Ejecutivo* de suas atividades à frente do Projeto da SNGP tentativas de montar um regulamento interno para as 14 rádio, sem que para elaboração deste houvesse participação direta e orgânica dos diretores(as) e presidentes das respectivas organizações indígenas.

É verdade que, considerando alguns relatos, a “autonomia” do diretor se mostrava como uma saída à excessiva concentração de tarefas e responsabilidades nas mãos do presidente da organização. Num mundo de documentos a serem assinados e firmas a serem reconhecidas, o diretor da rádio – a exemplo do que me contara anteriormente Saul, ex-diretor da rádio Waorani – ficava ‘dependente’ do presidente da organização, nem sempre estava disponível.

Independentemente de ser ou não melhor do ponto de vista administrativo, quero enfatizar um *modus operandi* que, elaborado desde o governo, impactaria não apenas as rádios, mas as próprias organizações (gestoras dos respectivos veículos) e, portanto, deveriam partir de um processo interno, refletindo lógicas decisórias próprias. Ao contrário, o referido documento foi apresentado às rádios como algo que deveria ser cumprido para manter o ‘bom funcionamento’ das mesmas.

Mais uma vez, em torno à questão da sustentabilidade, as atividades da diretora da SNGP indicam soluções que envolviam mais as instituições públicas e privadas – junto às quais se considerava garantir empréstimos a serem pagos pelas organizações escolhidas para a Segunda Fase do projeto – que as possibilidades sustentáveis extraídas das próprias comunidades. Como visto no Capítulo 3, discussões sobre a criação de uma cooperativa entre integrantes da comunidade de Arajuno poderiam estar associadas ao problema recorrente da sustentabilidade da rádio comunitária da ACIA, possibilitando a valorização da radiodifusão como um “recurso comunal”³¹¹, com a criação de vínculos entre a emissora e as comunidades, com seus rituais e festividades, estímulo à participação de locutores/ locutoras voluntários etc.³¹²

A visão de Gonzalo Carvajal Villamar – delegado da Diretoria Executiva da *Agencia de Regulación y Control de las Telecomunicaciones* (ARCOTEL), responsável pela administração, regulação e controle das telecomunicações e do espectro radioelétrico, bem como por sua gestão – nos mostra outra perspectiva:

³¹¹ A despeito de uma legislação não tão garantista do ponto de vista da concessão de espaços dentro do espectro de radiodifusão aos meios comunitários, há exemplos importantes ao sul do México, em termos de autogestão comunitária e comunicativa, onde a sustentabilidade é tratada em dimensões diversas, fazendo das empresas comunais de comunicação um reforço à autonomia das localidades, à propriedade comunal, contribuindo para objetivos e visões de vida dos povos originários. Há toda uma agenda de pesquisa e interlocução entre diferentes países, com experiências distintas, porém complementares. Ver: Bravo Muñoz, Loreto. Empresas comunales de comunicación: Un camino hacia la sostenibilidad. *Media Development*, 4/2015, 5p. Disponível em: <http://www.waccglobal.org/articles/empresas-comunales-de-comunicacion-un-camino-hacia-la-sostenibilidad>. Último acesso: 07-08-2016. Ver também: CALLEJA, Aleida e SOLÍS, Beatriz. Con permiso. La radio comunitaria en México. México: Fundación Friedrich Ebert/ AMARC/ AMEDI/ CMDPDH. 2007. 250p.

³¹² Note-se que os formulários no Concurso de Frequências realizado em 2016, para realização de planos de gestão econômica, desconsideravam especificidades comunitárias – especialmente no caso de uma emissora ainda em construção, impedindo que fossem registradas as participações voluntárias nas rádios comunitárias e demandando a discriminação de salários e benefícios trabalhistas previstos por lei para os profissionais futuramente contratados.

... as comunitárias terão que sair para buscar o mercado que as [rádios] privadas tem agora. É brigar pela mesma torta publicitária, porque a torna publicitária do Equador é única, é a mesma, e antes por lei, não estava acessível às comunitárias, agora não. Agora, por lei, pode ser acessada essa torta publicitária pelas comunitárias assim como pelas privadas. A gestão que cada uma faça particularmente não creio que é competência da autoridade, teria que ser um modelo de gestão próprio de cada comunitária...³¹³. – tradução própria

Essa visão foi sendo compartilhada pelos integrantes das nacionalidades responsáveis pelas rádios, à medida que buscavam soluções para as dívidas acumuladas. A rádio da nacionalidade Andwa, “*La voz de la frontera*” – alinhada politicamente como o governo nacional –, passava por dificuldades financeiras quando do primeiro contato em setembro de 2014, assim como várias outras. A diretora da rádio, Gioconda Margoth Mashumbra Jimbicti (Shuar) informou sobre os problemas para manter locutores colaboradores vivendo na cidade Puyo. A organização passara a conceber a rádio como um “negócio”, priorizando o pagamento das dívidas crescentes e a garantia da sustentabilidade da emissora. Buscou-se abrir espaço para locutores autossustentáveis, que obtivessem seus recursos através de anúncios publicitários.

Postura semelhante foi assumida pela nacionalidade Shiwiar (NASHIE) na Rádio *Tarimiat*. As transmissões em idioma próprio ficaram, dessa forma, restritas ao programa diário que vinha sendo conduzido pela dirigente e representante das Mulheres Shiwiar na organização, Rosa Gualinga – mencionada no capítulo anterior. “Rosita”, como é conhecida, deixou o cargo de dirigente em setembro de 2015, quando o presidente da organização, Fernando Santi, atuante contra a *XI Ronda* junto à CONFENIAE, foi destituído e substituído por outro presidente, alinhado politicamente ao governo nacional³¹⁴.

Entre as atividades descritas por Emen, em seu período a frente do projeto de rádios às nacionalidades, destaco a ingerência e incidência política indicada em agosto e setembro, com o acompanhamento e a consolidação de informes

³¹³ Entrevista realizada pela autora e por Ana Maria Acosta, no edifício de ARCOTEL, ao dia 22-04-2015

³¹⁴ *CONFLICTOS ENTRE dos dirigencias Shiwiar del Ecuador* (11-09-2015). **Ecoamazônico**. Disponível em: <http://ecoamazonico.org/?p=8635>. Último acesso: 22-07-2016.

políticos/comunicacionais de instituições como SUPERCOM³¹⁵, SENAIN (Serviço de Inteligência do Equador) e Secretaria de Comunicação (SECOM). As atividades registradas indicam que um informe de “análise político” sobre as nacionalidades da primeira fase do projeto seria analisado em uma mesa de trabalho com a então Ministra Viviana Bonilla, funcionários da SECOM, Presidência e (ex-)CONATEL – órgão técnico que seria substituído com a fusão de outros órgãos na conformação da ARCOTEL (prevista pela *Ley Organica de Telecomunicaciones*, de fevereiro de 2015).

5.2.1 Um longo (e inconcluso) processo

Estive presente como ‘observadora externa’ ao encontro realizado pela SNGP, em 28 de outubro de 2014, no Hotel *Tambo Real*, em Quito. Entre os representantes das rádios e outras pessoas que acompanhavam o processo de concessão das rádios às nacionalidades, as expectativas eram de que, neste encontro, haveria esclarecimentos (e resultados), tendo sido entregues em abril daquele ano todos os documentos necessários para solicitação das frequências definitivas.

TABELA 11. Síntese do longo (e incluso) caminho das nacionalidades até as frequências de radiodifusão definitivas (2014-2016)

³¹⁵ A LOC (2013) deu origem a dois órgãos regulatórios, Consejo de Regulación y Desarrollo de la Información y la Comunicación (CORDICOM, art.47) e Superintendencia de la Información y Comunicación (SUPERCOM, art. 55). Especialmente o último tem a função de aplicar sanções em caso de conteúdos emitidos pelos meios de comunicação considerados contrários à Lei. Sua ação esbarrou nos últimos anos em críticas, não apenas de meios privados, mas também de atores sociais, quanto à sanções que teriam motivações persecutórias contra opositores do governo nacional. Em entrevista realizada pela autora com o presidente da Supercom, Carlos Ochoa, em 23 abr. 2016 (Quito, Sede da Supercom), este afirmou: “Para que fique claro, nós não dependemos do poder executivo. Formamos parte da quinta função do Estado, que é de transparência de controle, esta função está integrada por todas as Superintendências mais a *Defensoria del Pueblo* e a Controladoria Geral do Estado. É uma nova concepção que se deu a raiz da Constituinte de Montecristi”. Ochoa foi designado pelo presidente Correa em outubro de 2013 para estar à frente da Superintendência por até cinco anos (2013-2018) – dentre três nomes apresentados pelo presidente da República, um destes é nomeado pelo *Consejo de Participación Ciudadana y Control*. Durante a entrevista, Ochoa se identificou como “juiz” do mérito das denúncias recebidas pelo órgão, atuante segundo uma “fundamentação jurídica”. Sobre a participação decisória de representantes da sociedade civil neste “controle social da informação”, Ochoa observava: “Não existe, porque a lei de comunicação foi aprovada pela sociedade, provém da Assembleia de Montecristi, foi ratificada pela cidadania, e esta decidiu que é a Superintendência quem se encarrega disso, eles delegam à superintendência”. Para uma melhor dimensão das funções abrangidas por estes órgãos, ver os respectivos organogramas da em ANEXOS 6 e 7.

maio de 2013	Agências ANDES noticia: “ <i>Rádios comunitarias de la Amazonia abren espacios de libertad con respaldo del Estado</i> ”, por ocasião do lançamento das rádios de quatro nacionalidades: Radio Andwa 95.9 FM, Radio Sápara 92.7 FM, Radio Tarimiat 93.5 (Shiwiar); Radio Wao Apeninka 91.1 FM. ³¹⁶
abril de 2014	Entrega de documentação de todas as nacionalidades para requisição de frequência definitiva, segundo as normas regulamentações da LOC.
maio de 2014	05-05-2014 Comitê Técnico de Avaliação das Solicitações de Adjudicação de Frequências se reúne a fim de pontuar cada uma das nacionalidades, avaliando documentação apresentada em abril do mesmo ano. “Este Comitê, se instala a fin de valorar las postulaciones efectuadas al presente Concurso para frecuencias, para el funcionamiento de medios de comunicación comunitarios para pueblos y nacionalidades...”. “En cumplimiento de las Condiciones Generales del Concurso Convocado” a nacionalidade Achuar recebe a terceira maior pontuação dentre as 14 nacionalidades, estando atrás apenas dos Waorani e Chachi (Esmeraldas). Segundo regulamento, após o resultado, havendo qualquer discordância, haveria um plazo de 5 dias para apresentar impugnações.
junho de 2014	Assume a Ministra Viviana Bonilla e José Fernando Lopez (jornalista) é substituído por Patrícia Emen (economista) na direção do projeto da SNGP.
agosto de 2014	Patrícia Emen informa sobre petição da Ministra Bonilla indicando reformulação radical do projeto na segunda e terceira fases. O governo não mais financiaria a compra de equipamentos, mas sim buscaria intermediar empréstimos juntos a instituições bancárias.
setembro de 2014	Reuniões entre alta cúpula do governo. Produção de “informe político” sobre as nacionalidades beneficiadas pelo projeto das rádios ‘comunitárias’. Entre os órgãos que participam na elaboração do informe está o Serviço de inteligência do Equador.
outubro de 2014	28-10-2014 - Reunião no Hotel Tambo Real com presidentes das nacionalidades e diretores das 14 rádios. Pela primeira vez, as nacionalidades Achuar, Kichwa de Arajuno (ACIA) e AWÁ são informadas sobre a falta de documentos para seguirem os tramites do concurso. Frente à falta de informações, cogita-se que estas rádios sejam excluídas da “Rede”. (ACIA havia suspenso acordo com Agip Oil para exploração do Bloco 10, alegando incumprimento de acordos

³¹⁶ Fonte: “*RÁDIOS COMUNITARIAS DE la Amazonia abren espacios de libertad con respaldo del Estado*”, ANDES. Disponível em: <http://www.andes.info.ec/es/sociedad/radios-comunitarias-amazonia-abren-espacios-libertad-respaldo-estado.html> Acesso em 13 ago. 2016.

	prévios. E a nacionalidade Achuar estava entre as mais resistentes à <i>XI Ronda</i>)
fevereiro de 2015	Aprovada <i>Ley Orgánica de Telecomunicaciones</i> que prevê fusão de SENATEL, CONATEL e SUPERTEL para conformar um novo órgão regulador ARCOTEL. Os trâmites para concessão das frequências comunitárias são interrompidos até a readequação institucional.
abril de 2015	22-04-2014 - Em entrevista, Carvajal (ARCOTEL) informa que, após revisar documentação do concurso lançado em fevereiro do ano anterior para concessão de frequências definitivas às nacionalidades, o processo avançaria, sendo encaminhado para o <i>Consejo de Regulación y Desarrollo de la Información y la Comunicación</i> (CORDICOM), órgão responsável por elaborar “ <i>informe vinculante ... para la adjudicación o autorización de concesiones de frecuencias del espectro radioeléctrico para el funcionamiento de estaciones de radio y televisión abierta, y para la autorización de funcionamiento de los sistemas de audio y video por suscripción</i> ” (LOC, Art. 49.) - CORDICOM teria até 48 dias para emitir “informe vinculante” com as 5 rádios melhor pontuadas e enviá-lo a extinta CONATEL. O processo, contudo, seria interrompido definitivamente até ser aberto novo concurso em 2016.
Mai de 2015	“Apagão” das rádios das nacionalidades de Pastaza por atraso em pagamento da energia elétrica. As rádios permanecer durante vários meses sem ir ao ar, desativadas.
agosto de 2015	Levante indígena e Greve Nacional.
Setembro de 2015	Processo de divisões intraorganizativas atinge nacionalidades Shiwiar (NASHIE), Achuar (NAE) e a Confeniae.
dezembro de 2015	Fim do Projeto para CRMCPPL é adiado, e projeto segue por mais um ano.
janeiro de 2016	Seguem dissidências organizativas entre nacionalidade Achuar. Equipamentos em disputa: Ruben Tsamaraint, presidente pró <i>Alianza País</i> , reconhecido oficialmente pela SNGP – a despeito da destituição anunciada em setembro do ano anterior –, informa, através de sua conta em rede social sobre “roubo” de equipamentos da rádio <i>La Voz de la NAE</i> . Estes estavam em poder da diretiva dissidente, presidida por Bolívar Wasump.
março de 2016	Assume Edison Miño à frente do Projeto para CRMCPPL com o lema “à caminho da autogestão”.
junho de 2016	Nacionalidades são convocadas para participar de novo Concurso, devendo apresentar novamente documentações atualizadas sobre suas emissoras.

	<p>Instabilidades políticas (NAE acaba de eleger novo conselho de governo, após divergências internas provocadas por posicionamentos pró e contra governo nacional) e falta de gestão organizativa impedem que várias rádios amazônicas apresentem documentação exigida. A histórica <i>Rádio La Voz de Arutam</i> está entre as que não se apresentam para concursar pela atualização de sua licença, uma das 1472 disponíveis – entre privadas e comunitárias. Algumas rádios incluídas no projeto da SNGP tampouco se apresentam ao novo concurso, com risco de perderem a frequência provisória.</p>
--	--

Fonte: Elaboração própria.

Depois que funcionários da SNGP se dedicaram à providenciar a documentação necessária, junto a uma consultoria contratada, ainda faltavam documentos de três nacionalidades. Nenhuma delas, contudo, havia sido notificada até o encontro realizado em outubro. As nacionalidades que apresentavam pendências eram: Achuar (Morona Santiago), Kichwa (Arajuno, Pastaza) e Awá (Esmeraldas). Dois dias depois do encontro no hotel em Quito com órgãos do governo, Marlon Vargas – então diretor da rádio da NAE – se dirigiu a *Radio Muni* – de Pastaza – para comentar incompreensões e discordâncias em relação ao processo em curso:

Nosotros operando con licencia provisional, tenemos hasta febrero. Y nosotros estamos preocupados con lo que va a pasar después de febrero [de 2015] con este inconveniente que tenemos, ¿no? Y de pronto nos darán plazo, un año más de licencia temporal o provisional. Tramite trás trámite, ¿no? Otros dos, cinco, diez años viviremos tramitando. (...) Nosotros vimos que sí hay burocracia porque hay tantas instituciones: Senatel, Conatel, Cordicom, tantas instituciones. Pero también quiero ser enfático, como representante de la radio [La Voz de la NAE], ¿por qué no nos notificaron al menos los responsables, de este proyecto? Ojo, los responsables o la institución responsable es la Secretaría Nacional de Gestión de la Política. Ellos son los responsables que han venido llevando adelante (...) Nosotros nos organizamos con los compañeros, y presentamos el documento para que se nos diga cuál es el error, qué documentos hace falta y por qué no nos notificaron? Han pasado cinco meses. (...) De la noche a la

*mañana nos dicen que hace falta un documento, la declaración juramentada, pero nosotros hemos presentado...*³¹⁷

Além dos documentos necessários para dar sequência ao processo, alegava-se outro impeditivo: nos Planos de Sustentabilidade Econômica elaborados pela consultoria contratada pelo governo, equipamentos constavam como propriedade das nacionalidades, não sendo registrada a concessão via comodato. As nacionalidades, todas, equivocadamente afirmavam que possuíam equipamentos, quando estes seguiam sendo do Estado. O erro, apontado pelos órgãos reguladores à época (SENATEL e CONATEL), teve de ser corrigido, o que ocorreria por volta de outubro de 2014³¹⁸, com a regularização da documentação, e assinatura de convênios de comodato com o governo.

Em entrevista realizada ao dia 22 de abril de 2015, Gonçalo Carvajal disse que nas pontuações obtidas previamente, em avaliação expedida no ano anterior pela extinta CONATEL, não havia sido considerado algo tão central como a sustentabilidade das rádios das nacionalidades. Segundo Carvajal, tratava-se de um “*puntaje frio*”, apenas certificando a entrega de solicitações de frequências pelas nacionalidades (Ver Documento em Anexo 10).

O processo para obtenção das licenças definitivas seguiria inconcluso (ao menos) até meados de 2016, quando o concurso aberto por ARCOTEL anulou todo o tramite anterior, dando origem a novos requisitos. No primeiro semestre deste ano, as nacionalidades foram novamente convocadas a concursarem pelas frequências reservadas, as quais vinham sendo almejadas pelos últimos dois anos – contando a partir de 2014. Desta vez, contudo, “no caminho para a autogestão”³¹⁹, dizia o novo diretor do projeto, as organizações não tiveram o suporte financeiro do governo e muitas não se organizaram para preencher os formulários de ARCOTEL e atualizar dados técnicos³²⁰.

³¹⁷ Entrevista concedida por Marlon Vargas a locutor da Rádio Muni, em 30-10-2014.

³¹⁸ Entrevista realizada pela autora e por Ana Maria Acosta, no edifício de ARCOTEL, ao dia 22-04-2015.

³¹⁹ Entrevista realizada pela autora em 6 de maio de 2016, em Quito, sede da *Secretaria Nacional de Gestión de la Política*.

³²⁰ Kichwas de Arajuno e Loreto, Sapara, Awá, Andwa apresentaram documentação para o concurso, segundo informação não oficial obtida junto a funcionário da SNGP. ARCOTEL não emitira informe sobre os candidatos às frequências disponíveis até ago. de 2016. Vale ressaltar que, além dos Achuar (que enfrentavam problemas organizativos internos às vésperas do concurso), as organizações Waorani e

Edison Miño, então diretor do projeto da SNGP explicou: “*el objetivo es que se auto gestionen... porque el Estado ya no les va a dar más*”. O diretor citou, contudo, “ações afirmativas” que garantiriam aos meios comunitários uma pontuação extra que os favoreceria frente aos meios privados que postulassem a uma mesma frequência.

Debido a que vamos a la auto-gestión tienes que justificar ingresos versus egresos, y que los ingresos y egresos tengan que ver con tu plan comunicacional. Es decir, tú vas a difundir un programa deportivo en la radio Tchachila necesitas pagar un periodista, pero si no está contemplado en tu plan de egresos digamos y pagar a esto, va haber números en rojo que te van contradecir y el CORDICOM te va decir ‘a ver, usted está mintiendo, usted me mintió en un plan. Usted quería hacer programa deportivo y no tiene dinero para pagar ni siquiera la luz y el teléfono’. ¿Qué es lo que hicimos: sostenemos en la Ley, en el art 87³²¹, la obligatoriedad que el paquete publicitario del Estado, el 10% vaya en forma igualitaria a todas las radios que obtengan la frecuencia.’³²²

Segundo José Lopez Vigil, ainda haveria medidas necessárias para facilitar o processo de concessões, de modo que – a exemplo de países como Argentina, Bolívia, Uruguai e Venezuela – o Equador contasse com um número mais expressivo de rádios comunitárias. Ao contrário dos números apresentados por ARCOTEL em informe de

Shuar estavam entre as que não se apresentaram para concorrer às frequências disponíveis e reservadas para estas nacionalidades. Entre os Shuar, incluir não apenas os de Pastaza, mas também os de Morona Santiago, onde estão a pioneira rádio *La Voz de Arutam* e ainda a *Voz de las Cascadas*.

³²¹O artigo a que se refere o diretor do projeto de rádios comunitárias da SNGP, Edison Miño, é, na verdade, o Art. 96: “*Inversión en publicidad privada.- Al menos el 10% del presupuesto anual destinado por los anunciantes privados para publicidad de productos, servicios o bienes que se oferten a nivel nacional en los medios de comunicación se invertirá en medios de comunicación de cobertura local o regional*”. O Art 87 LOC se refere a Financiamento, determinando que: “*Los fondos para el funcionamiento de los medios comunitarios provendrán de la venta de servicios y productos comunicacionales, venta de publicidad, donaciones, fondos de cooperación nacional e internacional, patrocinios y cualquier otra forma lícita de obtener ingresos. Las utilidades que obtengan los medios de comunicación comunitarios en su gestión se reinvertirán con prioridad en el mejoramiento del propio medio, y posteriormente en los proyectos sociales de las comunidades y organizaciones a las que pertenecen*”. Fonte. ECUADOR. Ley Orgánica de Comunicación, 2013.

³²² Entrevista realizada pela autora em 6 de maio de 2016, em Quito, sede da *Secretaria Nacional de Gestión de la Política*.

2015, não houve até aquele ano *nenhuma* concessão para meios comunitários, sendo as concessões fornecidas apenas “*permisos de operación temporal*” – válidos por um ano apenas.

GRÁFICO 2 - Estações de Radiodifusão por classe (2015)



Fonte: *Boletim estadístico del Sector de Telecomunicaciones*, nº4, março 2015.
Elaborado por: ARCOTEL³²³.

TABELA 12 – Participação das concessões de rádio e TV nacional (2013)

Servicio	Comercial privada	Servicio público	Servicio público comunitario
Radiodifusión sonora (FM)	769	135	20
Radiodifusión sonora (AM)	189	18	-
Onda corta	5	9	-
Televisión abierta	372	172	-
Total de radiodifusión y TV	1 335	334	20
Porcentaje	79%	19,8%	1,2%

Fonte: Plano Nacional del Buen Vivir (2013-2017), p. 188. Extraído de SENATEL – CONATEL 2013. Elaboração: SENPLADES.

³²³ ARCOTEL. *Boletín Estadístico del Sector de Telecomunicaciones*. Quito. 2015. Disponível em: <http://www.arcotel.gob.ec/wp-content/uploads/downloads/2015/04/BOLETIN-No-4-AVS_RT_V_TF_.pdf>. Acesso em: 29 jul. 2016.

No aniversário de 25 anos de CORAPE, Lopez Vigil, compartilhando a mesa com Gonçalo Carvajal (ARCOTEL) questionou os requisitos às comunitárias, apontando o caso boliviano, e expondo críticas contundentes sobre a falta de providência frente ao caso do empresário Angel Gonzalez:

¿Para qué quieren las radios? ‘Para devolverle la voz al pueblo, para hacer cultura de la buena, para que nuestros pueblos silenciados tengan voz propia e pública’ [contestarían los postulantes], y nada más, y no les pedirían nada más. ¿Cómo van a gestionarse? ‘Nosotros [desde el gobierno] vamos a ayudarles con capacitación’. ¿Qué tendría que hacer CORDICOM? Hacer planes de capacitación para que la gente aprenda a gestionar sus radios, a sostenerla., pero no proyectándose 15 años [como en los Planes de Sostenibilidad Económica en Ecuador]. Mientras más sencillos fueran los requisitos tendríamos en Ecuador muchas radios comunitarias. Termino con una sorpresa...El señor Ángel González que es un mexicano [estadunidense-mexicano] que acapara emisoras, radios, desde Guatemala para abajo (...) Cuando nosotros hicimos la auditoria de frecuencias, fui yo al entonces CONARTEL y dice: ¿‘ustedes no conocen lo que son las ‘Quitilinzas’? Cinco radios FM que nacieron las cinco al mismo día, están en propiedad del señor Ángel González. (...) Pero este mismo Ángel González, dueño del canal RTS, del canal Cinco, resulta que compró El Comercio con las dos, Platinum y Radio Quito; esto es absolutamente ilegal. El artículo 6 de la Ley de Comunicación le prohíbe terminantemente, el artículo 113 prohíbe uno tenga más de una frecuencia en FM, pero el artículo 6 prohíbe que un extranjero no residente tenga ninguna’’³²⁴

Em resposta à pergunta sobre seu entendimento acerca da palavra “auto-gestão”, o último diretor do projeto das rádios, Miño, resumiu o termo associando a “ingresso

³²⁴ Palestra de José Lopez Vigil em evento pelos 25 anos da CORAPE. Quito, Edifício da Flacso, 16-04-2015. Neste momento a professora Isabel Ramos recorda que os donos dos meios conseguiram impor uma demanda de inconstitucionalidade e que na Regulamentação da lei acabaram permitindo a aquisição antes vetada pela LOC (2013).

próprio” e *“sostenibilidad”*. Por outro lado, ao comentar sobre o *Enlace Ciudadano* da presidência, observara que a transmissão do mesmo pelas 14 nacionalidades era uma “obrigação”, a qual justificara: “porque somos [as rádios das nacionalidades] parte da estrutura”³²⁵. A relação que estabeleço entre ambas afirmações – autogestão (apenas) como sustentabilidade e rádios como “parte da estrutura” – nos conduz ao questionamento do próximo tópico.

5.2.2 Uma rede tecida “*sin compromisos*”?

Defendo neste estudo que o projeto comunicativo conduzido desde a SNGP esteve inserido no contexto de uma política governamental mais ampla, a qual ameaçara, em determinados momentos, o propósito que deveria ser de democratização do acesso aos meios de comunicação, à palavra, e a condução de um processo que respeitasse e valorizasse as culturas indígenas beneficiadas, especialmente no que tange sua relação com o território. A estrutura da SNGP (ver próximo capítulo) permitirá compreender que algumas ações e projetos desta secretaria estiveram a serviço da principal política de governo para a região amazônica: legitimar o projeto de “desenvolvimento” alheio ao desejo expresso por diversas comunidades e representantes indígenas.

Durante o primeiro grande concurso de frequências do governo Correa, a nacionalidade Achuar vivia momentos de indefinição por divisões internas à organização. O impasse foi deflagrado a partir do “Levante de 2015”, quando o então presidente eleito, Ruben Tsamaraint, se colocou em oposição à manifestação, declarando apoio ao governo nacional e alinhamento à *Alianza País*. Sua destituição colocaria o vice, Bolivar Wisum, na presidência da organização, e Marlon Vargas – ex-diretor da rádio, então dirigente de Comunicação da NAE – passaria a vice-presidente da NAE.

³²⁵ Após o grande impacto do terremoto de abril em 2016 – que deixou cidades costeiras totalmente destruídas, com enormes perdas materiais, e centenas de mortos –, somado à decréscimos sucessivos nos valores do barril de petróleo, o governo equatoriano anunciou diversas medidas econômicas emergenciais. Dentre elas, o aumento de impostos para financiar a reconstrução das áreas afetadas, e o anúncio de que o *Enlace Ciudadano* passaria a ser sustentado por meio de doações. O programa presidencial já enfrentara anteriormente várias críticas ao gasto público dispensado desde os primeiros anos do governo Correa. Em novembro do mesmo ano, reportagem do jornal *El Universo* informou sobre valores ainda destinados para a “sabatina” conduzida pela SECOM, Secretaria de Comunicação. Ver ANEXO 19. Fonte: VIÁTICOS, TRADUCCIÓN y movilización para sabatinas, con recursos públicos. EL UNIVERSO, 13 de nov. de 2016. Disponível em: <http://www.eluniverso.com/noticias/2016/11/13/nota/5900065/viaticos-traduccion-movilizacion-enlace-recursos-publicos>. Acesso em: 13 de nov. de 2016.

A SNGP, desde meados de 2015, assumiu por meio do decreto presidencial 691 (de 4 de junho de 2015), a atribuição (antes da CODENPE) de legalizar, registrar estatutos, diretivas e conselhos de governo das nacionalidades e povos indígenas povo afro equatoriano e povo montúbio. Desse modo, Ruben Tsamaraint era o presidente oficial, mas o grupo de Bolívar e Marlon detinha os equipamentos da rádio. Especulando sobre o que passaria neste caso, o então diretor do projeto de rádios da SNGP, ratificou: *“los equipos pertenecen al Estado por ahora hasta que tomemos la resolución de la frecuencia definitiva y la cesión definitiva de la adjudicación de la frecuencia, a esto vamos, a la autogestión”*.

Afinal, o impasse organizativo fez com que a emissora *La Voz de la NAE* ficasse em segundo plano entre as prioridades dos Achuar, e particularmente de Marlon Vargas, quem sempre havia estado bastante atuante à frente da emissora. A nacionalidade foi uma das que não apresentou documentação necessária para obter a frequência definitiva no âmbito do Concurso de 2016, conduzido pela ARCOTEL.

Destaco um fragmento (abaixo) referente a outro projeto conduzido pela SNGP – abordado mais adiante – onde consta o “perfil” da nacionalidade Achuar. No caso de outras nacionalidades (Andwas e Sapparas, por exemplo), o mesmo documento (ANEXO 4) destacara a ‘rádio comunitária’ como uma “obra ou convênio”. Contudo, esta não é citada como exemplo de *“relación con el Estado”* mantida pela nacionalidade Achuar, sobre a qual informa-se que não possui “nenhuma relação com o Governo Nacional”, e que se trata de um “opositor de seus programas, dentre os quais a *XI Ronda Petroleira*”.

Fragmento do Proyecto *“Fortalecimiento de la Capacidad Técnica, Administrativa y organizativa de las Organizaciones de la Amazonía y de la Sierra-Centro (2014-2015)*

NACIONALIDAD - Achuar



UBICACIÓN GEOGRÁFICA: Morona Santiago, Pastaza.

NUMERO DE INTEGRANTES: 10.000 habitantes

NIVEL SOCIO ORGANIZATIVO (DETERMINAR GRADO DE COHESIÓN INTERNA, SI LAS DIRECTIVAS FUNCIONAN, EL NIVEL DE DEMOCRACIA INTERNA, EL GRADO DE PARTICIPACIÓN DE LAS BASES, EL NIVEL DE LIDERAZGO, LOS NIVELES DE INCLUSIÓN DE MUJERES, JÓVENES, ETC.): Organización provincial de tercer grado; Consejo de Gobierno elegido por un período de tres años por la asamblea de centros y asociaciones; dirigencia conformada por hombres, mujeres, jóvenes; las comunidades son los mandantes.

CARACTERIZACIÓN POLÍTICA (CUALES SON LAS VINCULACIONES POLÍTICAS QUE HAN TENIDO, Y LAS QUE ACTUALMENTE TIENEN): Está vinculado al Movimiento de Unidad Plurinacional Pachakutik.

RELACIÓN CON EL ESTADO (EJEMPLO): No tiene ninguna relación con el Gobierno Nacional, es opositor a los programas del Gobierno Nacional, XI ronda petrolera, Yasuni-ITT

CONVENIOS U OBRAS EN EJECUCIÓN						
ORGANIZACIÓN	ÁREA	OBRA O CONVENIO ESPECÍFICO	INSTITUCIONES DE RESPUESTA NAC, GAD, etc.	POLÍTICA PÚBLICA, PROGRAMA, PROYECTO	PRESUPUESTO EN EJECUCIÓN	FASES QUE SE HAN AVANZADO
NAE	ECORAE	CTI	ECORAE	Atención a nacionalidades amazónicas	\$ 210.000	Convenio

Elaboración: Equipo Técnico Proyecto Fortalecimiento Organizaciones Indígenas.
Fuente: Secretaría Nacional de Gestión de la Política (2014).

DEMANDAS PRIORITARIAS NO ATENDIDAS						
ORGANIZACIÓN	ÁREA	DEMANDA ESPECÍFICA	INSTITUCIÓN RESPONSABLE	POLÍTICA PÚBLICA, PROGRAMA PROYECTO	PRESUPUESTO REQUERIDO	OBSERVACIONES
NAE	ECORAE	CTL Consulta XI ronda	ECORAE SH	Fortalecimiento organizativo	Indeterminado	

Elaboración: Equipo Técnico Proyecto Fortalecimiento Organizaciones Indígenas.
Fuente: Secretaría Nacional de Gestión de la Política (2014).

Fonte: *Proyecto "Fortalecimiento de la Capacidad Técnica, Administrativa y organizativa de las Organizaciones de la Amazonía y de la Sierra-Centro (Subsecretaría de Pueblos e Interculturalidad/ SNGP)*³²⁶

A adesão ao projeto do governo nacional e o projeto das rádios comunitárias já havia gerado dissidências com a nacionalidade Shuar no ano de 2014. Cheguei pela primeira vez na Paróquia de Macuma – Cantón Taisha, Morona Santiago – em setembro daquele ano, dias depois de um conflito decorrente do projeto de rádios ‘comunitárias’ da SNGP e de condicionantes que estariam sendo apresentados pelo governo nacional. Ali seria instalada uma das 20 rádios da segunda fase do projeto – suspensa em agosto, sem que até então a organização NASHE houvesse sido informada.

Naquela comunidade, o presidente Rafael Washicta defendia-se de acusações quanto à sua aproximação com o governo – fato que se manteve meses posteriormente –, o que

³²⁶ ECUADOR. SNGP. **Proyecto: Fortalecimiento de la capacidad técnica, administrativa y organizativa de las organizaciones de la Amazonía y de la Sierra Centro. (2014-2015)**. Disponível em: <<http://www.politica.gob.ec/wp-content/uploads/2015/09/AMAZONIA-SENPLADES.pdf>>. Acesso em: 22 jul. 2016.

era visto com desconfiança por opositores mais acirrados. Naquela comunidade, eu viria a participar, em fevereiro de 2015, de um movimento de resistência à consulta prévia que vinha sendo conduzida pela SHE. A secretaria encontrou reações contrárias, como aquela que reuniu diversas nacionalidades contrárias à *XI Ronda*, repetindo a oposição de 2012 e 2013.

Registro fotográfico da autora deste a Sede da *Nación Shuar del Ecuador* (NASHE), Parroquia de Macuma, Canton Taisha – 27 de setembro de 2014. O auto-falante, de alcance local e limitado, era então uma das poucas formas de comunicação da organização que então reunia 84 comunidades, ao redor de 18 mil habitantes, num território de 254 mil hectares legalizados³²⁷. Ao fundo, estão a escola e o ônibus que faz o trajeto Macas-Macuma-Macas atravessando o Transkutuku.



Quando visitei Macuma pela primeira vez, cheguei já ao anoitecer vindo de Puyo, pela via Puyo-Macas. Seguindo as indicações dadas ao telefone pelo dirigente de Comunicação da NASHE, desci no meio da estrada e esperei que passasse uma caminhoneta em direção à Macuma. De carona, na caçamba de um veículo, como muitos moradores fazem frequentemente, cheguei até aquela *Parroquia*, após cerca de duas horas. A comunidade tem (ou tinha) apenas uma estalagem, com quartos sem banheiro. O acesso à internet, à época, se dava apenas em uma única casa, a qual funcionava como uma espécie de *lan house*.

No dia seguinte, eu teria uma reunião com o presidente da NASHE, *Nación Shuar del Ecuador*, Rafael Washicta. Para minha surpresa, boa parte da diretoria da NASHE

³²⁷ Informações fornecidas por Rafael Washicta durante a primeira visita a Macuma.

esteve presente naquele primeiro encontro, incluindo o vice-presidente Jisam Tukupi Narváez.

Percebi naquele momento que o tema da rádio comunitária era tratado com certa ansiedade e muito cuidado. Rafael Washicta me informou a principio sobre uma viagem que faria até Quito nos próximos dias: *“Yo tengo que viajar a la ciudad de Quito, para ir a la Secretaría de Gestión de la Política para presentar una solicitud para adquisición de una emisora comunitaria que está dando nuestro gobierno central, sin compromiso”*³²⁸. Note-se a ênfase ao final, *“sin compromiso”*. Diante das acusações que vinha sofrendo, o presidente se obrigava a esclarecer que não estava comprometido com o governo nacional por conta das emissoras que seriam concedidas na segunda fase do projeto.

Desconhecíamos, contudo, que já no mês anterior se havia decidido suspender a concessão de equipamentos para as 20 rádios da segunda fase, já selecionadas e providas de seus respectivos Planos Comunicacionais, Estudos Técnicos e Planos de Sustentabilidade Econômica. Washicta me contou sobre as oficinas realizadas por funcionários e membros da consultoria gerida pela SNGP para elaboração dos tais documentos, os quais seriam futuramente invalidados com a abertura do concurso de meados de 2016. A NASHE, a exemplo de outras organizações amazônicas, não pleiteou nesta ocasião por sua frequência dentro do espectro radioelétrico, perdendo a chance de obter uma licença com validade de 15 anos renováveis.

Em todo caso, a expectativa de receber uma frequência de rádio, levantou questões que perduravam:

“Esto estaba en gran avance (...) pero se suspendió la gestión por cuanto que otros compañeros, resentidos, ex dirigentes, me ...[dijeron] que me iban revocar porque estaba entrando a dialogo con el gobierno. Pero viendo, compañera, que la FISCH gestionó con gobierno central y les entregaron la Voz de Arutam, la NAE igual gestionó e igual les entregó este mismo gobierno la emisora, igual la OSHE, que es de la FISCH también gestionó en la misma institución, en el mismo Ministerio (...), pero cuando nosotros salimos a gestionar, con la Secretaría de Gestión de la Política no es porque vamos a vender el

³²⁸ Reunião realizada em 27 de setembro de 2014, na Sede da NASHE, Macuma.

petróleo. Ni a cambio de petróleo, ni a cambio de minas, sino por una necesidad urgente para nosotros también adquirir una emisora y tener las comunicaciones mediatas; emergencias, igual, convocatorias. Algunos programas que están diseñados son agro producción, educativos, de salud, la religión igual, y otros programas que se podía dar. Y (...) podríamos hacer enlace de estas sabatinas que hace el gobierno, eso se hizo de los programas. (...) Estos meses no he salido [de Macuma], porque después de Asamblea que hicimos, tenemos una resolución que se acogió en la asamblea, en el Congreso, que continúe gestionando la adquisición de la emisora. Esto quedó aprobado. Entonces, estoy pensando salir mañana para ver dónde está el avance de esta emisora. Iba salir mañana y viernes voy estar allá [en Quito].

Ainda naquele primeiro encontro em Macuma, Washicta negou qualquer condicionamento apresentado pelo governo para aquisição da frequência. Até que, novamente questionado, considerou uma possibilidade: a falta de apoio à reeleição indefinida do presidente Correa, poderia interferir no recebimento da rádio – em dezembro de 2015 foram aprovadas emendas constitucionais, dentre as quais uma que autorizada a tão debatida reeleição indefinida.

O presidente da NASHE acrescentou: *“Pero voy a averiguar, porque tenemos los mismos derechos de los que ya recibieron [na primeira fase do projeto]. Porque el gobierno nos debe apoyar porque la plata no es de Correa, la plata es del pueblo”*. Por fim, referiu-se à demanda encaminhada para a SNGP: *“Yo pedí a Viviana Bonilla [Ministra da SNGP à época] una emisora moderna, mejor que [La Voz de] Arutam, mejor que Kiruba, mejor que otras emisoras que habían dado (...). Una emisora moderna, más allá(...)no local, internacional”* - afirmara o presidente da NASHE ao contar sobre a dimensão territorial e populacional que alcançaria a rádio. *“La gente está esperando...”*

No presente capítulo quis enfatizar meandros da norma – marcos legais referenciais para refletir sobre avanços e retrocessos à democratização e interculturalização da palavra – que acabaram representando limitações ao avanço das pretendidas rupturas com um *status quo* da concentração midiática.

Naquele momento, ao final de setembro de 2014, entre as (muitas) coisas que eu desconhecia ou ignorava, algumas geravam particular inquietação. Se o projeto consistia na criação de uma *Rede* de meios comunitários (públicos e privados locais), tal qual o próprio nome indicava, em que momento(s) se consolidaria aquela suposta *Rede*? Onde estavam os efeitos daquela rede em construção, para que, seguindo Latour (2012), fosse possível acompanhar sua real conformação, seu tecido. Posteriormente, no rastro da “pedagogia da pergunta”, outros questionamentos passaram a fazer parte do caminho, tais como: quais os obstáculos à conformação daquela *Rede* entre as rádios *das nacionalidades*? Ou ainda: os esforços estariam realmente centrados em fortalecer uma *Rede* entre rádios/ nacionalidades?

O último capítulo destina-se a esclarecer alguns limites nas interlocuções propostas desde o governo. A eleição de um “Outro” se dera, principalmente, a partir da recusa de determinados(as) sujeitos (as) em compartilhar uma premissa, a de que o extrativismo possibilitaria pavimentar o improvável caminho para conciliação entre o *Buen vivir* e horizonte de “desenvolvimento” projetado.

Capítulo 6

BUEN VIVIR DE ESTADO E O ESTADO DO BUEN VIVIR

“*Calma, escucha la planta...la planta te está hablando.*”
(Frase repetida por uma senhora Shuar em meio a ritual com Natém,
em comunidade ao longo da via Puyo-Macas).

Longe de abranger a estrutura estatal ou o governo da *Revolución Ciudadana* como um todo, apresento neste último capítulo dados político-conjunturais que circundavam o projeto de rádios comunitárias da SNGP. Retomo aqui questionamentos anteriores sobre os sujeitos da palavra, atenta às políticas e estratégias de comunicação do governo Correa. Para tanto, abordo aspectos do *Enlace Ciudadano* – programa presidencial de prestação de contas – e do movimento *Somos Amazonía*, promovido em apoio ao presidente. Enfoco especialmente o papel desempenhado pela SNGP, braço condutor da política pública de concessão de frequências comunitárias às nacionalidades indígenas e de projetos que visavam o “fortalecimento organizativo” das mesmas. Chego, por fim, a abordar algumas contradições inerentes ao *Buen Vivir* de Estado, enfatizando disputas pela palavra e pelo território no âmbito do atual estado do *Buen Vivir*.

O ‘*Buen vivir* de Estado’ (BVE) é como o eixo dos horizontes traçados e propagandeados desde o Estado, conformado pela “interculturalidade”, pelo “plurinacionalismo”, “mudança da matriz energética”, “participação cidadã”, “direitos da natureza” e pela “nova época petroleira” – para citar alguns elementos principais. Noutro eixo, contudo, o estado atual do projeto conduzido pela chamada “*Revolución Ciudadana*” evidencia sobreposições, silenciamentos, estigmatizações e disputas, pela palavra e pelo território.

6.1 Entre a “unidade nacional” e o “pluriverso”

Adalid Contreras (2016) afirma que uma

“Política Plurinacional de Comunicação que respeita a autodeterminação dos povos com sua terra, território, cultura e formas de legislação e administração, é por sobre todas as coisas uma alternativa integracionista destas diversidades na *unidade nacional*, com

o eixo comum da vida colaborativa e harmônica em comunidade” (CONTRERAS, 2016, p. 71) – tradução e grifo próprios.

Destoando um pouco do autor boliviano acima citado, argumento que a “alternativa integracionista” das diversidades sob uma “unidade nacional” pode aproximar-se de práticas pretéritas de “integração nacional”, sustentadas por premissas de “unidade” que ocultam diferenças, e transformam eventuais dissidentes em ‘inimigos da pátria’, *outsiders*. Entendo que o grande desafio de um Estado plurinacional e intercultural, como proclamado no Equador e na Bolívia, é lidar com o “pluriverso” (múltiplos idiomas, bases jurídicas distintas, múltiplas nacionalidades, territorialidades, temporalidades, corporalidades, espacialidades etc.), não cedendo ao multiculturalismo liberal ou às tentações moderno-ocidentais de tratar o ‘alterno’ como destoante, desordeiro, negativo, caótico, desestabilizador.

Ao “introduzir o fenômeno da instabilidade e do desequilíbrio como tendência dos sistemas dinâmicos” o Nobel de Química Ilya Prigogine rompeu “definitivamente com os princípios da mecânica newtoniana, que estabelecia a tendência dos sistemas lineares ao equilíbrio e à estabilidade” e que regeu toda a Ciência Moderna Ocidental, especialmente a mecânica do Liberalismo econômico de Adam Smith com sua “mão invisível”, supostamente uni-versal e ‘naturalmente’ estabilizadora.

Recuperando contribuições de Prigogine e I. Wallerstein³²⁹ – as quais não tenho pretensão sequer espaço para aprofundar aqui – Monica Bruckmann (2012) afirmara que, desde as ciências sociais, a compreensão da instabilidade nos estudos da termodinâmica, “nos coloca frente ao fato de que as leis fundamentais somente expressam possibilidades e não certezas”. Mais que isso, permite-nos o “reconhecimento da pluralidade dos tempos sociais, que interagem e devem sua importância a uma dialética de durações” (BRUCKMANN, 2012, p. 46).

Lanço-me aqui a esta breve, porém valiosa digressão a fim de ratificar os argumentos desenvolvidos no decorrer deste estudo, a partir do contato com tempos e vozes *outras*. A inclusão destes, de modo verticalizado, avesso à instabilidade do contraponto e do dissenso nos conduz a uma “interculturalidade funcional” (WALSH, 2014b),

³²⁹ WALLERSTEIN, Immanuel. “Les temps, la durée, et le tiers non-exclu: Reflexions sur Braudel et Prigogine.

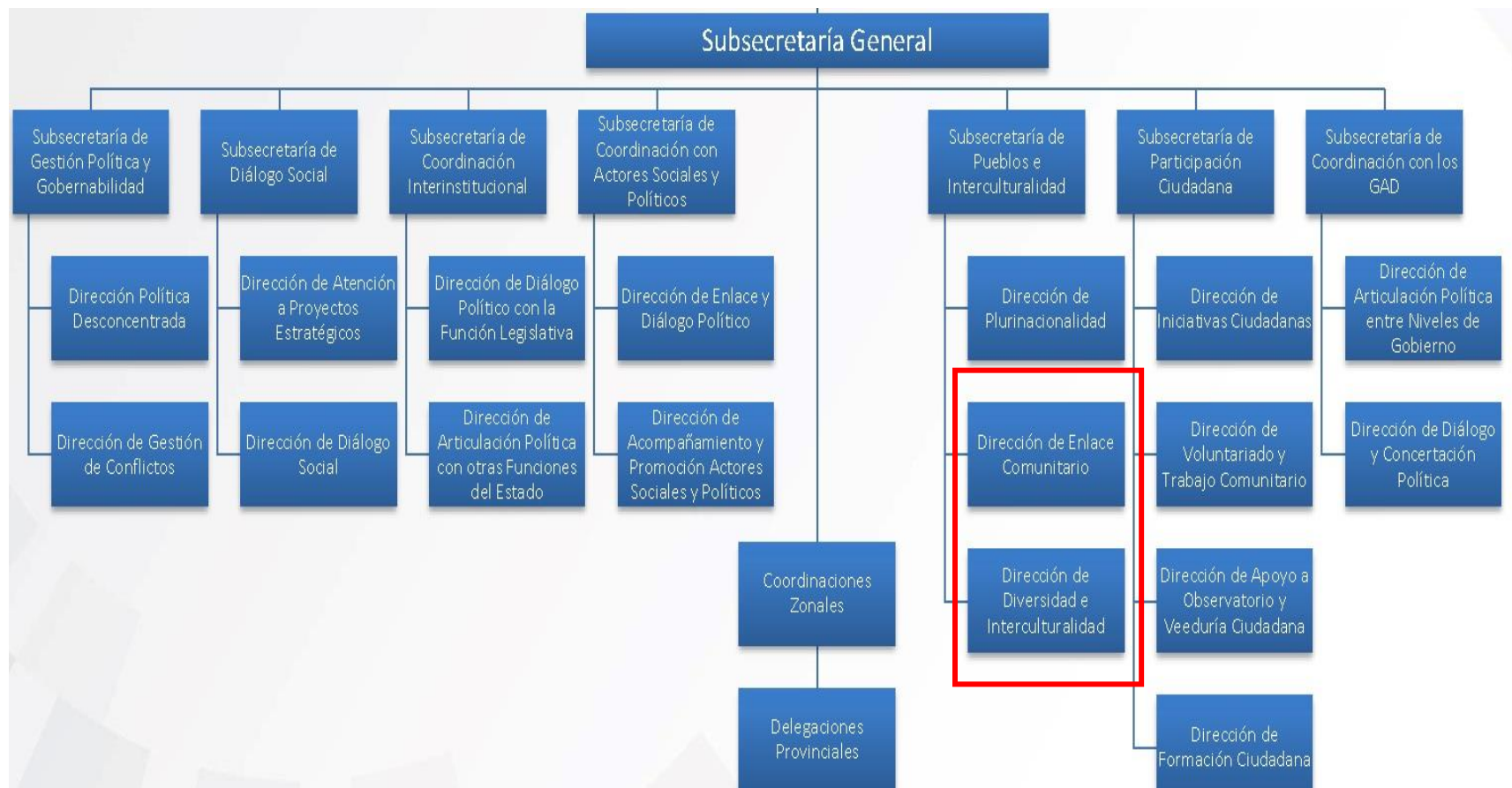
ordenadora mas, em certo sentido, estruturante e neocolonizadora. Este tende a ser o percurso de uma ‘palavra institucionalizada’, a qual oculta atropelos como aqueles descritos nos capítulos anteriores sobre ‘pedagogias-ponte’ e ‘escutas-seletivas’.

6.2 A palavra, as instituições e o “fortalecimento organizativo”

A *Secretaria Nacional de Gestión de la Política* foi criada através do Decreto 1522 em maio de 2013. O Secretário (ou Secretária) é o (a) representante legal deste órgão, com *status* de Ministro de Estado e nomeado pelo Presidente da República, a quem se encontra diretamente subordinado (a). A criação da SNGP levou à fusão das seguintes instituições de função executiva: *Ministerio Coordinador de la Política e Gobiernos Autónomos Descentralizados* e a *Secretaria Nacional de Pueblos, Movimientos Sociales y Participación Ciudadana*

A uma Subsecretaria Geral se encontravam subordinadas sete outras subsecretarias específicas, dentre as quais a *Subsecretaría de Pueblos e Interculturalidad*, formada pela *Dirección de Diversidad e Interculturalidad*, *Dirección de Plurinacionalidad* e pela *Dirección de Enlace Comunitário*. A cargo da primeira está o projeto enfatizado ao longo deste estudo. Outro projeto também mencionado aqui é o *Fortalecimiento de la capacidad técnica, administrativa y organizativa de las Organizaciones Indígenas de la Amazonía y de la Sierra Centro* (2012-2015), a cargo da segunda diretoria (ver quadrado vermelho no detalhe do organograma)³³⁰.

³³⁰ Ver ANEXO 5 – organograma completo da SNGP.



Fonte: Página online da *Secretaria Nacional de Gestion de la Política*.

Destaquei no primeiro capítulo a associação entre os territórios das organizações indígenas abordadas e o projeto para “fortalecimento organizativo”. Recordando: o então diretor do projeto registrara suas atividades em maio de 2014 junto à NASHE (presidida por Rafael Washicta).

*Acercamiento de la Nación Shuar del Ecuador (NASHE) localizada en el territorio de la XI Ronda Petrolera con la Secretaría Nacional de Gestión de la Política para presentar sus alternativas de trabajo y requerir la firma de un convenio de Cooperación Interinstitucional*³²⁹

Em documento do projeto de “fortalecimento organizativo” da SNGP anteriormente citado informava-se que a nacionalidade Achuar “[n]o tiene ninguna relación con el Gobierno Nacional, es opositor a los programas del Gobierno Nacional, XI ronda petrolera, Yasuni-ITT” e “no hay opción de diálogo sobre este tema”. Frente a esse quadro conjuntural, a nacionalidade Shuar – representada em Pastaza pela FENASHP-P, em Macuma pela NASHE e pela interprovincial FICSH – se tornara uma interlocutora chave no âmbito do “acercamiento” pretendido pelo governo nacional.

Em 31 de março de 2014, Washicta encaminhara documento a Ministra Viviana Bonilla, da SNGP, onde confirmara o desejo de integrar o projeto para *Creación de Redes de Medios Comunitarios Públicos y Privados Locales* (2010-2015). Meses depois de nossa reunião em Macuma, o presidente da NASHE pediu que eu lhe acompanhasse até o escritório da SNGP para buscar informações sobre a rádio que seria concedida a NASHE na segunda fase do projeto.

Na ocasião, Washicta levava uma cópia do documento encaminhado meses antes à Ministra Bonilla. Saiu do escritório da SNGP, em Quito, com os documentos (Plano de Sustentabilidade Econômica, Estudo Técnico e Plano de Comunicação) elaborados na gestão anterior, de José Fernando Lopez – para 34 organizações, 14 da primeira fase e outras 20 da segunda. Vale lembrar que, pelas reformulações no projeto, estes já não

³²⁹ Ficha Informativa do Projeto *Fortalecimiento de la capacidad técnica, administrativa y organizativa de las Organizaciones Indígenas de la Amazonía y de la Sierra Centro* (2015). Retirado de: <http://www.politica.gob.ec/wp-content/uploads/2015/11/FISCH-.OCTUBRE-2015.pdf>. Último acesso: 22-07-2016.

receberiam equipamentos. Abordei os meandros deste remanejamento no capítulo anterior.

A concomitância dos dois projetos – o de concessão de emissoras às nacionalidades e o de “fortalecimento organizativo” – havia estimulado, por parte de líderes de Macuma, associações entre a possível inclusão da comunidade na segunda fase do projeto das rádios e as incidências do governo para obter apoio da NASHE no processo de consulta prévia que seria realizado ao início de 2015. Apesar do “informe político” que antecederia a decisão de cancelar as segunda e terceira fases do projeto de concessão de frequências às nacionalidades, não é possível afirmar sobre associações diretas entre um tema e outro. O fato é que, em fevereiro daquele ano, Macuma resistiu à entrada da *Secretaria de Hidrocarburos* (SHE) para processos de “socialização petroleira” referentes aos blocos 74 e 75 – parte da *XI Ronda*³³⁰. Ao acompanhar este processo de perto, percebi a manutenção de fluxos comunicativos que independiam da rádio comunitária e que, no caso daquela região, ainda se mantinham fortes.

Não há elementos que me permitam confirmar a ação conjunta e deliberada das duas diretorias da SNGP no sentido de garantir de maneira coordenada os objetivos de cada um dos projetos. No entanto, quero ratificar que o projeto das rádios das nacionalidades foi conduzido no âmbito de uma política mais ampla de incidência política comunicativa, a qual se destinou a ecoar a voz oficial – e presidencial – dentro das comunidades indígenas. Se este não foi o único objetivo, foi o que mobilizou consideráveis esforços governamentais, de modo transversal à SNGP.

Embora não haja espaço e pretensão de realizar um estudo detalhado sobre a SNGP, suas diversas estruturas e projetos, apresento aqui indícios da referida incidência, no sentido de fortalecer meus argumentos quanto à inserção do projeto das rádios comunitárias num contexto governamental marcado por déficits de ‘escuta’, e cujas políticas acabaram por priorizar uma “interculturalidade funcional” ao projeto de “desenvolvimento” previsto pela *Revolución Ciudadana*.

³³⁰ Ver ANEXO 3 – Mapa dos blocos 74 e 75

Os dados gerais do Projeto da SNGP informam sobre a intenção de “fortalecer a participação cidadã no marco sócio político de respeito intercultural” com um gasto total ao final do projeto estimado em **U\$ 2.384.056,40** (2012-2015)³³¹.

TABELA 13- Ficha Informativa do Projeto *Fortalecimiento de la capacidad técnica, administrativa y organizativa de las Organizaciones Indígenas de la Amazonía y de la Sierra Centro* (2012-2015)

DATOS GENERALES
<p>Descripción</p> <p>Descripción: El proyecto apoyará al fortalecimiento de las capacidades institucionales, técnicas, administrativas y organizativas de las organizaciones indígenas de la Amazonía y de la Sierra Centro; mediante: i) Desarrollar las capacidades técnicas, administrativas, políticas y organizativas de las organizaciones indígenas beneficiarias, ii) Apoyar a la sostenibilidad financiera e institucional de las organizaciones indígenas, buscando alternativas para mejorar sus sostenibilidad a mediano plazo, y, iii) Construir instrumentos y herramientas que apoyen a efectivizar la gestión de las organizaciones indígenas.</p> <p>Producto: Al finalizar el proyecto las organizaciones indígenas de la Amazonía y de la Sierra Centro con las que se realizó acompañamiento e intervención, han mejorado su capacidad institucional, técnica, administrativa y organizativa.</p> <p>Línea base: Con el proyecto se pretende beneficiar a la Nacionalidades y Pueblos de la Amazonía y Sierra Centro, enfocando su gestión con la Nacionalidad Shuar y Kichwa de la Sierra Centro, de comunidades asentadas en las provincias de: Morona Santiago, Pastaza, Napo, Zamora Chinchipe, Chimborazo, Tungurahua, Cotopaxi y Bolívar, con una población beneficiaria directos e indirectos de aproximadamente 185.030 habitantes.</p> <p>Objeto del proyecto: Fortalecer la participación ciudadana en un marco socio político de respeto intercultural, que tiene como objeto general Fortalecer la capacidad institucional, técnica, administrativa y organizativa de las organizaciones de la Amazonía y de la población indígena de la Sierra Centro, y como específicos i) Desarrollar las capacidades técnicas, administrativas, políticas y organizativas de las organizaciones indígenas, ii) Programar el apoyo a la sostenibilidad financiera e institucional de las organizaciones indígenas, y iii) Construcción de instrumentos y herramientas para una efectiva gestión de las organizaciones indígenas.</p>
<p>Beneficios Cualitativos</p> <p>El proyecto apoyará al fortalecimiento de las capacidades institucionales, técnicas, administrativas y organizativas de las organizaciones indígenas de la Amazonía y de la Sierra Centro; mediante: i) Desarrollar las capacidades técnicas, administrativas, políticas y organizativas de las organizaciones indígenas beneficiarias, ii) Apoyar a la sostenibilidad financiera e institucional de las organizaciones indígenas, buscando alternativas para mejorar sus sostenibilidad a mediano plazo, y, iii) Construir instrumentos y herramientas que apoyen a efectivizar la gestión de las organizaciones indígenas.</p>
<p>Tipo de Beneficiario</p> <p>Se beneficiará Pueblos y Nacionalidades de la Amazonía y Sierra Centro, enfocando su gestión con la Nacionalidad Shuar y Kichwa de la Sierra Centro, de comunidades asentadas en las provincias de: Morona Santiago, Pastaza, Napo, Zamora Chinchipe, Chimborazo, Tungurahua, Cotopaxi y Bolívar, con una población beneficiaria directos e indirectos de aproximadamente 185.030 habitantes.</p>
<p>Tipo de Beneficiario</p> <p>Los Pueblos y Nacionalidades consideradas como contrapartes para la gestión del proyecto que habitan en la Amazonía (Cofan, Siona, Secoya, Waorani, Andoa, Shiwiar, Sapara, Achuar, Shuar, Kichwa de la Amazonía) e integrantes de las nacionalidades presentes en la Sierra Centro (Panzaleo, Kisapincha, Tomabela, Chibuleo, Salasaka, Puruha, Kichwa Sierra).</p>
<p>Restricciones</p> <p>Tiempo: Se deben ejecutar las actividades programadas del 2012 hasta marzo del 2014</p> <p>Costo: Existe presupuesto de \$1'249.381,89 para el 2014</p> <p>Alcance: COMPONENTE 1. Desarrollar las capacidades técnicas, administrativas, políticas y organizativas de las organizaciones indígenas; COMPONENTE 2. Programar el apoyo a la sostenibilidad financiera e institucional de las organizaciones indígenas; y, COMPONENTE 3. Construcción de instrumentos y herramientas para una efectiva gestión de las organizaciones indígenas.</p> <p>Alcance: Se beneficiaria de manera directa e indirecta aproximadamente a 185.030 personas de la Amazonía y Sierra Centro.</p> <p>Recursos: El proyecto se desarrollará con un equipo técnico compuesto por: i) en oficina central por 1 gerente, 1 especialista en gestión de desarrollo comunitario, 1 especialista en aspectos económicos financieros y 1 asistente técnico; ii) en territorio 1 especialista en contratación pública, 2 especialistas técnicos en gestión de proyectos.</p>

³³¹ ECUADOR. SNGP. Proyecto: “Fortalecimiento de la capacidad técnica, administrativa y organizativa de las organizaciones de la Amazonía y de la Sierra Centro. (2014-2015). Retirado de: <http://www.politica.gob.ec/wp-content/uploads/2015/09/AMAZONIA-SENPLADES.pdf> . Ultimo acceso: 22 jul. 2016

Fonte: Ficha Informativa do Projeto – outubro de 2015³³².

TABELA 14 Financiamento do projeto de “fortalecimento organizativo” da SNGP segundo cada atividade prevista

Componentes/Actividad	FUENTES DE FINANCIAMIENTO						TOTAL USD
	EXTERNAS		INTERNAS				
	CRÉDITO	COOPERACIÓN	CRÉDITO	FISCALES	AUTOGESTIÓN	A. COMUNIDAD	
COMPONENTE 1. Desarrollar las capacidades técnicas, administrativas, políticas y organizativas de las organizaciones indígenas.	-	-	-	659.888,39	-	-	659.888,39
C1-A1-Capacitación							
1.1. Fortalecimiento de las capacidades técnico - administrativas.	-	-	-	145.703,79	-	-	145.703,79
C1-A2-Efectividad							
1.2. Mejoramiento de la efectividad de la gestión.	-	-	-	105.669,29	-	-	105.669,29
C1-A3-Equipamiento Adecuaciones							
1.3. Equipamiento de las organizaciones.	-	-	-	408.515,30	-	-	408.515,30
COMPONENTE 2. Programar el apoyo a la sostenibilidad financiera e institucional de las organizaciones indígenas.	-	-	-	1.239.552,15	-	-	1.239.552,15
C2-A1-Programa							
2.1. Programa de estudios para la sostenibilidad	-	-	-	462.984,01	-	-	462.984,01
C2-A1-Programa							
2.2. Implementación de programas para la sostenibilidad.				776.568,14	-	-	776.568,14
COMPONENTE 3. Construcción de instrumentos y herramientas para una efectiva gestión de las organizaciones indígenas.	-	-	-	484.615,87	-	-	484.615,87
C3-A1-AT							
3.1. Asistencia y asesoría jurídica para las organizaciones.	-	-	-	335.799,58	-	-	335.799,58
C3-A2-Herramientas							
3.2. Formulación de herramientas técnicas de gestión, administración institucional de la participación comunitaria.				148.816,29			148.816,29
TOTAL -USD	-	-	-	2.384.056,40	-	-	2.384.056,40

Elaboración: Equipo Técnico Proyecto Fortalecimiento Organizaciones Indígenas.

Fonte: Proyecto “Fortalecimiento de la capacidad técnica, administrativa y organizativa de las organizaciones de la Amazonía y de la Sierra Centro”. (2014-2015).

O texto do projeto³³³ encaminhado à Senplades expõe um detalhado perfil das organizações com as quais se esperava trabalhar. Além disso, no item “Diagnóstico e problema”, apresenta-se citação de Edgardo Lander (2014), na qual o autor refere-se a *Plurinacionalidad, interculturalidad, buen vivir, vivir bien, vida plena, sumak kawsay, suma qamaña, derechos de la Madre Tierra* como “conceitos/ instrumentos” de luta que combatem, no mundo andino, “as lógicas coloniais de negação e exclusão racista do “outro” e dos processos sistemáticos de destruição das condições que tornam possível a

³³² ECUADOR. SNGP. Ficha Informativa do Projeto *Fortalecimiento de la capacidad técnica, administrativa y organizativa de las Organizaciones Indígenas de la Amazonía y de la Sierra Centro* (2015). Retirado de: <http://www.politica.gob.ec/wp-content/uploads/2015/11/FISCH--OCTUBRE-2015.pdf>. Último acesso: 22-07-2016

³³³ Idem.

vida no planeta” (LANDER *apud* SNGP, 2014, p. 4)³³⁴. Ainda citando o autor, o projeto enfatiza que vivemos

...una confrontación civilizatoria que, en términos gruesos, puede ser caracterizada como la confrontación entre, por un lado, la continuidad de la lógica monocultural, patriarcal y antropocéntrica de guerra a la “naturaleza” y de la acumulación sin límite del capital; y por el otro, las diversas búsquedas de opciones de preservación de la vida y la rica pluralidad de culturas y pueblos del planeta. La lógica de continuidad de las tendencias y los patrones actualmente hegemónicos en el mundo se caracteriza por la profundización de la mercantilización de todo: de los códigos de la vida, del conocimiento, de las aguas, las tierras, el aire, los bosques, la biodiversidad y los llamados “servicios ambientales”. (...) Mientras unos se apropian de proporciones crecientes de los comunes de la Tierra, una elevada proporción de la humanidad no sólo carece de acceso a condiciones básicas de vida como la alimentación o el agua potable, sino que es la que está siendo más afectada por el cambio climático. Estas dos cuestiones juntas (sobre-utilización de la capacidad de carga y creciente desigualdad en el acceso a los comunes), constituyen una combinación explosiva. Esto no puede continuar por mucho tiempo sin resultados catastróficos y probablemente irreversibles³³⁵.

Esta base teórica se estende ao longo de várias páginas do projeto, tomando perspectivas que, em vista dos limites “catastróficos” da “*huella ecológica*” mencionados por Lander, apontam no sentido de “outra noção de riqueza” (LANDER, 2009, pp. 31-37). Contraditoriamente, no mesmo documento, o perfil das nacionalidades as caracteriza como sendo contra ou a favor dos projetos de expansão extrativista do governo – particularmente na zona do *Yasuni ITT* (bloco 43) e na região Centro-Sul, da *XI Ronda* - (ver em ANEXO 4 perfil das organizações segundo o projeto de “fortalecimento organizativo”).

³³⁴ Ibidem. Para versão completa do trabalho, ver: LANDER, Edgardo. Plurinacionalidad e interculturalidad: Retos de una convivencia democrática hacia el Buen Vivir. Retirado de <http://www.cronicon.net/paginas/Documentos/Edgardo%20Lander.pdf> Último acesso em: 26-07-2016.

³³⁵ Ibidem.

Reproduzo abaixo as “especificações técnicas” (SNGP, 2014, pp. 51-52) do referido projeto:

- **Fortalecer la Capacidad de Gestión Administrativa**, debido a que se desconoce los tiempos y procesos requeridos en contratación pública, transferencia y asignación de recurso económicos, adquisición de bienes, seguimiento y control, gestión administrativa, planificación operativa, negociación y manejo de conflictos, entre otras.
- **Fortalecer la Capacidad Técnica** de las Organizaciones, para elaborar Planes de Vida como instrumentos de gestión de la política pública a mediano y largo plazo.
- **Incidir en la modernización de las estructuras organizacionales**, que facilite a las organizaciones relacionarse con el Estado, desde el Mandato constitucional y las leyes concurrentes relacionadas con la Política Pública y el Buen Vivir desde los diferentes niveles de Gobierno.
- **Iniciar un proceso de formación de la Constitución de las leyes concurrentes de la Política Pública y el Buen Vivir**, que les permita a los dirigentes y sus organizaciones, ser corresponsables de la Política Pública y por lo tanto generar espacios de gobernanza en territorio.
- **Fortalecer el marco jurídico y administrativos de las organizaciones**, debido a que las organizaciones deben cumplir con los requisitos jurídicos y legales, para ser parte de los procesos de construcción del buen vivir en el ámbito local, territorio y nacional, según sea su incidencia.
- **Apoyar en la solución de la sostenibilidad económica de las organizaciones** de Tercer Grado, a través del desarrollo de emprendimientos, apoyo técnico y jurídico, entre otras de prioridad de las organizaciones para que soluciones sus problemática económica a corto y largo plazo.
- **Fortalecimiento de los espacios físicos de gestión de las organizaciones**, mediante adecuaciones y mejoras a la infraestructura, al igual que un equipamiento básico para la gestión de la organización.

Sem aprofundar-me em maiores detalhes – o que foge ao objetivo deste estudo – passo a encerrar algumas considerações sobre efeitos da “incidência modernizadora” do governo – ver ênfase agregada ao segundo tópico do quadro acima – frente às organizações indígenas.

Retomo as palavras de um dos responsáveis pelo projeto de “fortalecimento organizativo” à época da entrevista realizada³³⁶ (2014). Francisco Xavier López expôs suas percepções em relação às aproximações e acordos então estabelecidos com duas diferentes nacionalidades: Waorani e Shuar. Recordemos que os primeiros foram os últimos contatados, e de forma quase instantânea ‘trasladados à modernidade’ (Capítulo 2) pelas missões religiosas, com a ‘pedagogia-ponte’ de uma educação bilíngue “civilizatória” e evangelizadora, bem como pelas petroleiras, com a monetarização que redefiniu os vínculos interpessoais e com o *território* (coisa, recurso, matéria-prima). Já a segunda nacionalidade é conhecida pela resistência que seus guerreiros impuseram à

³³⁶ Entrevista realizada pela autora em 28 de nov. 2014, no *Centro de Desarrollo Comunitario* – Centro Histórico, Quito.

colonização dos conquistadores espanhóis. Ouvi repetidas vezes representantes daquela nacionalidade (Shuar) se vangloriarem pelos seus “500 anos de resistência”.

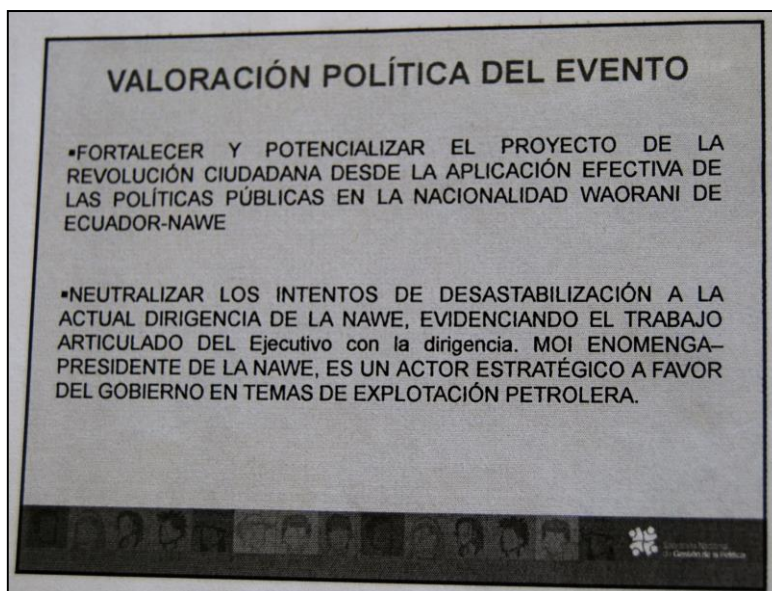
Os primeiros seriam “caçadores com *ethos* de caça”³³⁷, e os segundos guerreiros hábeis na defesa de seus territórios. Estas imagens, reproduzidas em momentos variados do trabalho de campo, ecoavam nas palavras do então funcionário da SNGP, distinguindo as formas de negociação aplicadas a cada caso. Perguntei: *¿Cómo evalúas la relación de la SNGP con cada nacionalidad?*

¿Hay que hacer con cada una una negociación individual. Este es un reconocimiento de interculturalidad ya. Cuándo no les maneja como un todo hay un reconocimiento de la interculturalidad y una plurinacionalidad. Esto es el primer reconocimiento. Cuando nosotros trabajamos, trabajamos individualmente, no como un conjunto. En Sierra-Centro como son Kichwas, trabajamos todos como Kichwas. Y esta es una concepción muy fácil de entenderla, ¿no? Cuando hablas de nacionalidades, tú tienes que hablar de individualidades. Te hablo de los Wao, porque estamos tratando de explotar el Yasuní. Exacto. Listo. Y necesitamos el permiso de ellos, ¿por qué no explotamos todavía el Yasuní, amiga? [Autora: ¿Quién?] Los Wao. [Autora: Pero Moi está bastante...] Sí, pero Moi no es la nacionalidad, porque ellos tienen una costumbre: el Moi [Enomenga, presidente de la NAWÉ] dice que sí, pero va consultar con los líderes, los líderes llegan a las bases las bases dicen que no, y otra conversación, este camino laaargo de conversación indígena. [Autora: Esto para hacer una investigación también es muy complejo, hay todo un trabajo para llegar hasta las comunidade (...)]. De ahí, por ejemplo, nosotros negociamos con la segunda nacionalidad más fuerte, que son los Shuar. Los compañeros Shuar son más organizados, tienen más entendimiento, tienen más niveles de educación, tienen más títulos dentro de sus personas, son más capacitados a nivel de tercer y cuarto nivel ya. Con ellos negocias diferente. Te sientas con Consejo de Gobierno, acuerdas las cosas, ellos dicen vamos hacer esta cuestión y firman los procesos. Dicen

³³⁷ Expressão extraída de: PICHILINGUE, Eduardo. *Bai, la muerte de un guerrero Waorani* (2015). Disponível em: <http://www.planv.com.ec/historias/sociedad/bai-la-muerte-un-guerrero-waorani>. Último acesso: 02 jul. 2016.

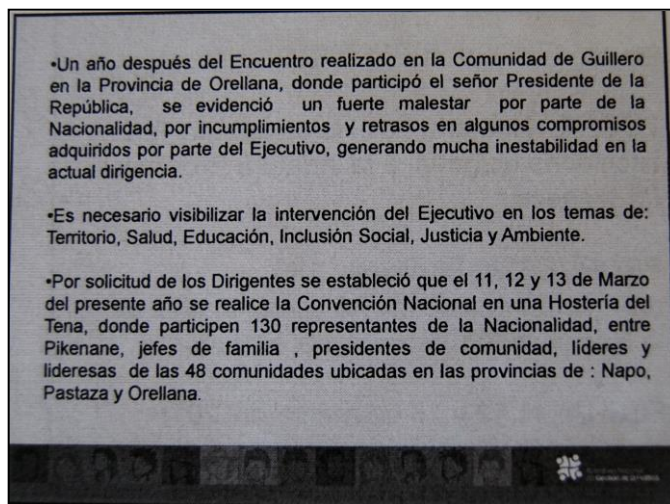
‘nosotros necesitamos tal y tal tal cosa y listo, y se acaba (...) se hace el proyecto. Con los Waorani veremos si quieren la escuelita aquí, veremos si quieren el Centro de Salud acá, y se demora, se demora, se demora, y lo que los Wao quieren es la plata, ahí’³³⁸.

Conto no primeiro e terceiro capítulos sobre o conflito interno da NAWE que acabaria contribuindo de certa forma para o afastamento de Saul Dabo Nihua da direção da Rádio *Wao Apeninka*. Descrevendo imprevistos que me levaram a buscar outros caminhos no campo de investigação, contei sobre mobilizações de grupos contrários à gestão do presidente da NAWE. Planejava-se antecipar o Congresso da nacionalidade, pressionar e, em última instância, destituir Moi Enomenga. No contexto da fala de Francisco Xavier e dos argumentos aqui defendidos, é válido retomar este momento, o qual gerou a intervenção da SNGP no sentido de “*neutralizar los intentos de desestabilización a la actual dirigencia de la NAWE*”, tendo em vista que o presidente da NAWE era reconhecido como “*um actor estratégico a favor del gobierno en temas de explotación petrolera*”:



³³⁸ Entrevista realizada pela autora em 28 nov. 2014, no Centro de Desarrollo Comunitario – Centro Histórico, Quito.

Fonte: “**Antecedentes**” – Projeções em *power point* distribuídas a funcionários de diversos Ministérios por ocasião da *Reunión de Trabajo para la coordinación de la participación del ejecutivo na Convención Nacional de la Nacionalidad Waorani del Ecuador*. Edifício da SNGP, 6 de março de 2015, 11h.



A “*Convención Nacional*” da NAWE destinou-se, portanto, à “prestação de contas” dos diversos Ministérios do governo nacional, coordenada pela Subsecretaria de Diálogo Social (SNGP). Em Archidona, entre 11 e 13 de março de 2015, funcionários de diversos Ministérios chegaram com suas apresentações em *power point* e tiveram suas palavras traduzidas simultaneamente em idioma Waorani, a fim de “visibilizar a intervenção do Executivo em temas de: Território, Saúde, Educação, Inclusão social, Justiça e Ambiente” – conforme documento instrutivo da SNGP. Os supostos “*intentos de desestabilización*” foram contidos, como de outras vezes. Estes, na verdade, possuíam motivações diversas, não sendo exclusivamente em oposição a projetos extrativistas do governo, mas de fato havia “*un fuerte malestar por parte de la Nacionalidad por incumplimientos y retrasos en algunos compromisos adquiridos por parte del Ejecutivo*” (ver fragmento reproduzido acima).

Acredito que este caso – em que o governo mobilizara grande parte de sua estrutura para apaziguar o “forte mal estar” instalado entre os Waorani – permite depreender uma imagem distinta da passividade e alienação normalmente associadas a esta nacionalidade, a qual, como afirmara Pichilingue em interlocução informal, não deve ser tomada como homogênea.

Ao longo de décadas de processos organizativos, as nacionalidades Amazônicas reuniram experiências diversas, desde a *Organización de los Pueblos Indígenas del Pastaza* (OPIP) até a CONFENIAE. Esta última foi dividida desde 2015 entre nacionalidades – ou partes de nacionalidades igualmente divididas (Sáparas, Shiwiar, Waorani e Achuar) – pró e contra o governo nacional. Cumpre observar que ao projeto

de “fortalecimento organizativo” do governo sucedem uma série de divisões e conflitos intra organizativos, levando à rupturas entre diretivas pró e contra o governo. O mesmo órgão (SNGP) que conduziu o referido projeto – apelidado “Projeto FISCH” – acumularia, a partir de junho de 2015, a função de “*legalizar y registrar estatutos, directivas y consejos de gobierno de nacionalidades y pueblos indígenas, pueblo afroecuatoriano y pueblo montubio*” (Decreto 691). Ou seja: tal qual verificado no caso da SHE (Capítulo 4), ao assumir a função da enfraquecida Codenpe (*Consejo de Desarrollo de las nacionalidades y pueblos del Ecuador*) a SNGP tomaria para si os papéis de juiz e parte de impasses gerados entre as organizações indígenas amazônicas.

TABELA 15

MÊS /2015	PROTESTOS, MOBILIZAÇÕES E MANIFESTAÇÕES
JANEIRO	CONAIE realiza marchas e manifestações culturais buscando reverter a decisão governamental de terminar o comodato da casa sede da organização indígena, concedida nos anos 90, pelo presidente Rodrigo Borja.
FEVEREIRO	Correa participa, em Coca, do movimento <i>Somos Amazonía</i> . O presidente reúne autoridades e cidadãos favoráveis ao seu governo na região Amazônica, buscando se contrapor a vozes dissidentes.
	Moradores de Macuma (Cantón Taisha) resistem à “socialização petroleira” promovida pela Secretaria de Hidrocarburos. Líderes locais impedem que a SHE monte uma “mesa de diálogo” na comunidade.
	Iminência da entrada da SHE na comunidade de Copataza motiva ação ‘relâmpago’ de incidência político comunicativa do então presidente da nacionalidade Achuar, Jaime Vargas, e do diretor da Rádio <i>La Voz de la NAE</i> , Marlon Vargas.
	Encontro de diversas nacionalidades em Macuma para ratificar oposição à <i>XI Ronda petroleira</i> e, particularmente, à consulta prévia realizada pela SHE nas comunidades localizadas nos blocos 74 e 75.
MARÇO	5-6M Cumbre de los Pueblos: "por la unidad, la soberanía y la defensa de las organizaciones" Reunião em Quito de diversos movimentos sociais, especialmente vinculados à CONAIE; discussão de temas conjunturais; denuncia a perseguições políticas e denuncia de casos de criminalização de protestos. Dentre os temas abordados em mesas de trabalho conformadas estavam: temas relacionados à Lei de Terras; soberania alimentaria; direitos trabalhistas; TLC com União Europeia (oposição); educação (escolas comunitárias); direitos das mulheres, temas extrativistas, emendas constitucionais (que seriam votadas ao final do ano); Decreto 16 (oposição por impedir a livre organização) etc.
	19M – CONAIE e Frente sindical convocam marcha expondo as seguintes reivindicações: liberdade sindical, direito à greve, aumento de salários e estabilidade trabalhista; aprovação da <i>Ley Orgánica Agraria</i> , reformas ao <i>Código Orgánico Integral Penal (COIP)</i> , à <i>Ley de Comunicación</i> , <i>Ley de Aguas</i> , <i>Ley de</i>

	<i>Educación</i> , aprovação da <i>Ley de Seguridad Social</i> pondo em vigência seguridade social universal e adoção de uma política de emprego digno. Exigem ainda manutenção dos subsídios ao gás, transporte e reversão da imposição para compra cozinhas de indução; legalização da casa sede da Conaie e esclarecimento sobre o assassinato dos líderes indígenas Bosco Wisuma, Freddy Taish e José Tendetza ³³⁹ - síndico da comunidade Shuar de Yanúa, localizada no <i>Cantón El Pangui</i> na província de Zamora.
ABRIL	--
MAIO	1M Marchas em diversas cidades do país.
	Ruben Tsamaraint – pró <i>Alianza País</i> – toma posse como presidente da nacionalidade Achuar.
	“Apagão” das rádios das nacionalidades de Pastaza por atraso em pagamento da energia elétrica. As cinco rádios de Pastaza – com exceção da rádio Waorani – deixam de transmitir por vários meses até que as dívidas fossem negociadas e parceladas com a empresa de energia.
JUNHO	Primeiras mobilizações agitam cenário político equatoriano. Entre as reivindicações estão: revogação da <i>Ley de Justicia Laboral</i> de decretos considerados prejudiciais aos interesses trabalhistas; 40% fundos ao Instituto Ecuatoriano de Seguridad Social (IESS) e devolução de recursos ao magistério; livre ingresso à universidade e fim do fechamento de escolas comunitárias; arquivo das Emendas Constitucionais, fim do Decreto 16; Reforma Agrária com soberania alimentaria, e não aos transgênicos; Fim ao extrativismo e redistribuição dos recursos hídricos; não ao TLC com a União Europeia.
JULHO	---
AGOSTO	Evento <i>Somos Amazonía II</i> em Macas. SNGP participa da logística do evento.
	Marcha Indígena chega a Quito depois de percorrer o país. É declarado Levantamento Nacional. A Marcha começa simbolicamente em Tundayme, El Pangui, província de Zamora Chinchipe. A Parroquia de Tundayme, ao sul da Amazônica, fronteira com o Peru, resiste a ação de mineradora chinesa, denunciando desalojamentos e contaminações, além do assassinato do líder Shuar José Tendetza em 2014. Milhares de pessoas percorrem 800 Km em 10 dias.
	Indígenas da nacionalidade Shuar e Achuar ocupam a cidade de Macas aderindo a mobilização nacional e exigindo que o Ministério de Meio Ambiente libere a construção da via Ebenezer-Macuma-Taisha pelo conduzida pelo governo de Marcelino Chumpi, (Movimento <i>Pachakutik</i>). ³⁴⁰
	Mobilização de amazônicos frente a anúncios e planos de licitação de novos blocos petrolíferos nos campos 79 e 83 pertencentes às nacionalidades Kichwa e Sapara.

³³⁹ Fonte: SINDICATOS Y ORGANIZACIONES sociales marcharán en 14 ciudades del país. EL DIÁRIO (19 mar. 2015). Disponível em: <http://www.eldiario.ec/noticias-manabi-ecuador/349917-sindicatos-y-organizaciones-sociales-marcharan-en-14-ciudades-del-pais/> Acesso em 23 jul. 2016.

³⁴⁰ Ver: *Macuma-Taisha: la vía que provocó un levantamiento*. PLAN V (14 set. 2015). Disponível em: <http://www.planv.com.ec/investigacion/investigacion/macuma-taisha-la-que-provoco-un-levantamiento> Último acesso: 23 jul. 2016.

	17A – 27 pessoas presas durante protestos em Saraguro. Manifestantes denunciaram uso excessivo da força pelas Forças Armadas e pela política em repressão aos protestos. Dias depois, uma “ <i>Mesa Jurídica del Levantamiento</i> ” – conformada por organizações defensoras dos direitos humanos – informa que entre 13 e 26 de agosto haviam sido presas 132 pessoas acusadas principalmente por obstrução de serviços públicos; ataque ou resistência a autoridade; e sabotagem.
SETEMBRO	16S Dirigentes indígenas e sindicais retomam manifestações em diferentes pontos do país, incluindo Quito. Exige-se arquivamento das 16 emendas à Constituição, dentre as quais a que estabelece a reeleição indefinida. Denuncia-se a prisão de 25 pessoas por ocasião do Levante de agosto e a abertura de processos contra líderes de movimentos sociais. Mobilizações em Loja, Tungurahua, Guayas e Pichincha. Em Quito, diferentes setores aderem à mobilização: médicos, sindicatos, estudantes, jornalistas, povos e nacionalidades indígenas etc ³⁴¹ .
	Processo de divisões intraorganizativas atinge nacionalidades Shiwiar (NASHIE), Achuar (NAE) e a Confeniae. Após Decreto 691 (junho de 2015), passa a ser da SNGP a atribuição de legalizar e registrar estatutos de povos e nacionalidades equatorianas. Diretivas pró-Correa são reconhecidas oficialmente, em detrimento daquelas contrárias ao governo nacional.
MARÇO/ 2016	Lançada campanha <i>Resistir es mi derecho</i> que “ <i>busca visibilizar las historias, los rostros, las voces de indígenas, mujeres, campesinos, trabajadores, jóvenes, estudiantes, defensores y defensoras de derechos humanos durante la movilización del Levantamiento y el Paro Nacional en agosto del 2015 en Ecuador.</i> ” (http://resistiresmiderecho.org/)

Fonte: Elaboração própria.³⁴²

A SNGP foi central no desenvolvimento e apoio logístico para o evento denominado “*Somos Amazonía*”. Ao início de agosto, o subsecretário geral convocou todas as demais subsecretarias a escalarem seus funcionários para apoiar no evento a ser

³⁴¹ Informações extraídas do cronograma da Comisión Ecuémica de Derechos Humanos (CEDHU): Ver: http://www.cedhu.org/index.php?option=com_content&view=article&id=356&Itemid=50. Último acesso em 23 jul. 2016.

³⁴² No dia XV Congresso da Confeniae realizado nos dias 3 e 4 de setembro de 2016, foi eleito o Achuar Marlon Vargas para a presidência dessa organização, sucedendo a Franco Viteri. Noutro extremo, a frente de uma “*dirigencia paralela*” da Confeniae reconhecida pelo governo, estava Felipe Tzenkush, ex-deputado, dissidente de Pachakutik, e posteriormente incorporado por Alianza País (AP) como funcionário do Consejo Nacional Electoral – CNE. Tendo sua eleição assistida pelo governo nacional, com veículos e imediato reconhecimento oficial através de instrumentos legais como o decreto 16 (depois atualizado como o número 739), Tzenkush, junto a apoiadores, mobilizou forças policiais e agentes do Grupo de Operações Táticas (GOE) que avançaram sobre a sede da Confeniae, na Comunidad de Unión Base, a fim de “*resguardar*” a realização de uma reunião convocada pela frente pró-governo. Após divulgarem em redes sociais a invasão da Sede histórica da organização amazônica, a frente opositora, liderada por Marlon Vargas – ex-diretor da rádio *La Voz de la NAE* e dirigente Achuar –, deu continuidade a ocupação do local, com *mingas* de reformas da Sede e da área ao redor e ainda com a presença de mulheres indígenas dedicadas à arte-saber com o barro, produzindo juntas diversas vasilhas.

realizado em Macas, 7 de agosto de 2015 (Ver documento em ANEXO 8)³⁴³. Já em fevereiro do mesmo ano, houve o lançamento do movimento *Somos Amazonía (I)*, onde, Rafael Correa se dirigiu a seus apoiadores, ressaltando as melhorias advindas da “*renta petrolera*” e reafirmando os benefícios sociais do projeto de desenvolvimento conduzido por seu governo:

Francisco de Orellana (Coca), 3 de fevereiro de 2015. Ao centro da foto, em segundo plano, próximo ao presidente Correa, está Ruben Tsamaraint, quem seria eleito presidente da Nacionalidade Achuar alguns meses depois.



Todos estamos de acuerdo con una mayor participación en la Ley 010, en la renta petrolera para la Amazonía que tanto ha sufrido y tanto nos ha mantenido. Todos estamos de acuerdo en dar todos los recursos posibles a la Amazonía, pero a la vez todos debemos rechazar tanta hipocresía, tanto cinismo, bloqueo, obstrucción, mentiras, falsedades; “no al petróleo” y por otro lado deme más plata de ese mismo petróleo. Ese viejo país, ¡nunca más, compañeros! ¡Basta de tanta hipocresía! (...) Hasta hace pocos años la Amazonía permanecía sin conectividad, sin servicios, sin salud, educación, puentes, obras sanitarias, agua potable... Los gobiernos de la partidocracia se llevaron de aquí la mayor riqueza durante cuatro décadas y dejaron los problemas, la pobreza, la contaminación, el abandono, la insalubridad. Pero, si antes la riqueza se fue hacia otras latitudes; hoy es en nuestra Amazonía

³⁴³ EQUADOR, SNGP. **Informe de actividades y productos alcanzados**. Ago. 2015. Disponível em: <<http://www.politica.gob.ec/wp-content/uploads/2015/09/6580-SANCHES-CRUZ-JOSE-ABEL.pdf>>. Acesso em: 20 jul. 2016.

*donde más estamos invirtiendo y donde primero veremos desaparecer la pobreza extrema –y la pobreza en todas sus formas-, ese es el compromiso de nuestra Revolución, porque estamos pagando la deuda histórica que el Estado, la sociedad y todos los ecuatorianos tenemos con nuestra región amazónica*³⁴⁴.

No segundo semestre de 2015, com o avançar dos conflitos, especialmente ao sul da região amazônica, a capital de Morona Santiago (Macas) seria tomada pelas lanças de indígenas das nacionalidades Shuar e Achuar que, tendo aderido ao *Paro Nacional* convocado pela CONAIE e outras organizações sociais, se concentraram em torno à demanda da construção da Via Ebenezer-Macuma-Taisha. Impasses entorno à construção desta estrada detonaram acirrados protestos na região, envolvendo disputas entre o prefeito Shuar Marcelino Chumpi (do Movimento *Pachakutik*) e o Ministério de Meio Ambiente, órgão que reprovava a obra, alegando irregularidades ambientais.

Com os protestos, identificados como *Rebelión de las Lanzas*, moradores e dirigentes das localidades envolvidas reivindicavam o direito ao transporte, e se opunham às denúncias de danos ambientais, ressaltando impactos ainda mais graves em zonas de extrativismo petrolífero e mineiro.

Entre 6 e 7 agosto de 2015, prestes ao avanço das mobilizações de alcance nacional contrárias ao governo Correa³⁴⁵, David Moscoso – gerente do *Projeto de Fortalecimiento de la Capacidad Técnica, Administrativa e Organizativa* – esteve em Puyo (a cerca de 3 horas de Macas, e a 5 horas de Quito) para reuniões com o

³⁴⁴ CORREA, Rafael. Discurso em *ENCUENTRO SOMOS AMAZONÍA* - Francisco de Orellana (Coca), 3 de febrero de 2015. Retirado de: <http://www.presidencia.gob.ec/wp-content/uploads/downloads/2015/02/2015-02-03-SOMOSAMAZONIA.pdf>. Último acesso: 23-07-2016.

³⁴⁵ A página online *Geografía crítica Ecuador* produziu mapas que indicam o alcance do Levante de 2015 aos primeiros dias, bem como as primeiras prisões ao longo do trajeto da marcha que chegou a Quito em 13 de agosto de 2015. Ver: COLECTIVO GEOGRAFIA CRÍTICA. Ecuador - Del Paro del pueblo a la represión de Estado - del 2 al 17 de agosto de 2015. Disponível em:

<https://geografiacriticaecuador.files.wordpress.com/2015/08/paroecuador.jpg> Último acesso em: 23 jul. 2016. Ver também: Ecuador - Detenidos y presencia militar del 13 al 24 de agosto. Disponível em: <https://geografiacriticaecuador.files.wordpress.com/2015/08/mapadetencionesmilitarizacion.jpg>. Último acesso em: 23 jul. 2016. Na página da *Comisión Ecuémica de Derechos Humanos* há um detalhado cronograma dos protestos ocorridos no Equador em agosto de 2015, destacando prisões e enfrentamentos com a força policial. “La cifra de detenidos que registró la CONAIE desde el jueves 13 de agosto fue de cerca de 151 personas. La mayoría de detenidos se registraron en Quito, Saraguro y en el Puyo. En contraste un reporte de la Fiscalía dijo que durante los seis días de protestas, en varias provincias del país hubo 111 detenidos.”. Ver:

http://www.cedhu.org/index.php?option=com_content&view=article&id=356&Itemid=50. Último acesso em 23-07-2016.

presidentes das nacionalidades Shuar, de Pastaza, e Waorani. Abaixo, alguns registros dos temas discutidos nas respectivas reuniões evidenciam que, entre convênios e compromissos para “fortalecimiento organizativo”, o gerente colheu junto aos presidentes Cristóbal Jimpikit (FENASH-P) e Moi Enomenga (NAWE) declarações de *não adesão* à mobilização nacional convocada para o dia 13 de agosto de 2015:

**Fragmento de descrição de atividades executadas por funcionário da SNGP. Puyo,
6-7 de agosto, às vésperas do Levantamento de 2015**

Cabe recalcar que el Presidente de la FENCASHP (Cristóbal Jimpikit) manifiesta que se revise el proyecto que ellos presentaron, ya que son algunas las propuestas que tienen para mejorar el buen vivir de su organización, también indicaron que el presupuesto realizado por ellos es de \$120000 para equipamiento de su sede y así alcanzar el buen vivir de la FENASHP, así como también la mejora de los estatutos, temas legales, financieros, administración pública, manejo de conflictos, mesas de diálogo, auditoria, etc. Igualmente nos comunicaron que los tienen amenazados, ya que los compromisos adquiridos con el gobierno nacional aun no han sido llegados y que quedan como mentirosos, quieren ver que realmente tienen el apoyo del gobierno, ya que llevan aproximadamente 3 años presentando proyectos ante la secretaria y no han obtenido nada.

En la asamblea Shuar que se llevara a cabo en el mes de Septiembre, los días 3, 4 y 5 de dicho mes, en la cual se evaluara la gestión de la shuar de Pastaza, uno de sus deseos como Organización es que quisieran dialogar directamente con los ministros para presentarles los proyectos e inquietudes.

En la anterior asamblea, el subsecretario en curso convenció a los asistentes de que los compromisos adquiridos serian visible en máximo un mes, pero aun no ven el apoyo.

No quieren ser engañados nuevamente, nos expusieron que movimientos opositores, los llamaron para que se unan al paro previsto para el 13 de agosto del presente mes, pero ellos se negaron ya que quieren progresar como organización y por los compromisos adquiridos con el actual gobierno por medio del Convenio de Gobernabilidad y Participación Ciudadana, pero volvieron a recalcar que actualmente no sienten el apoyo por parte del Gobierno Central, son 3 años que vienen pidiendo apoyo y nada.

David Moscoso se compromete a más tardar la próxima semana tener todo listo y así poder realizar una sola compra para proceder al equipamiento con las organizaciones con las que se han adquirido compromisos.

REUNIÓN CON MOI EMONENGA, NAWÉ

David Moscoso (Gerente del Proyecto del Fortalecimiento de la Capacidad, Técnica, Administrativa y Organizativa de las Organizaciones de la Amazonía y de la Sierra Centro), interviene y les explica sobre las modificaciones presupuestarias que fueron aprobadas para la compra/entrega de materiales tecnológicos, inmobiliarios para el equipamiento de su Sede.

Janeth Chango parte de la comuna san Jacinto en Pastaza, nos manifiesta lo siguiente: indicando que Mariano Tsetsekip (Delegado Provincial de la Secretaría Nacional de Gestión de la Política en Pastaza), tiene el respaldo de las nacionalidades Waorani en dicha Provincia, por otra parte también nos indica que necesitan apoyo académico, para el progreso de su comuna.

Los Waorani representados por su Presidente, el señor Moi Emonenga; nos expusieron sobre su no participación en las manifestaciones incitadas para el 13 de agosto.

Pedro Enquerí; Presidente del Consejo de Coordinación de Nacionalidad . Waorani Ecuador Pastaza (CONCONAWEP).manifiesta proyectos sobre pequeñas “hidroeléctrica” en su comunidad ya que no poseen luz eléctrica, y tener implementos tecnológicos seria desperdiciar recursos. Cabe indicar que el interés Waorani no es familiar es comunitario

Se le explica al señor Moi Emonenga que uno de los trámites que ellos deben realizar, es que hagan una carta dirigida a la Señora Ministra de la Secretaría Nacional de Gestión de la Política, explicándole que se quieren beneficiar del Proyecto de Fortalecimiento, para proceder con las clausulas respectivas para la efectiva compra-entrega de los bienes.

Sobre el Plan de vida de los Waorani, se quedó en preguntar al director de Plurinacionalidad

Até aqui, abordei meandros de outro projeto igualmente desenvolvido pela SNGP.

Se não foi possível desenvolver uma análise aprofundada da estrutura da SNGP – o que escaparia aos propósitos deste estudo –, as informações coletadas fornecem subsídios para destacar alguns pontos-chaves para a presente tese.

Uma breve recapitulação: o projeto da SNGP priorizava “atores estratégicos” ao projeto petrolífero – como Moi Enomenga; o projeto teve como foco uma “incidência modernizadora” que visava fortalecer, entre os dirigentes das organizações indígenas, capacidades para ‘gerir recursos’; ao projeto que objetivava o “fortalecimento organizativo” sucederam várias divisões e conflitos, colocando em lados opostos aqueles favoráveis e outros contrários aos projetos petrolíferos – especialmente, exploração em Yasuní ITT e em blocos da *XI Ronda*. Além disso, destaco que as subsecretarias da SNGP foram acionadas para apoiar o evento “*Somos Amazonía*”, o qual traduzira um suposto consenso em torno ao governo, a *Alianza País* (partido governista), ao presidente e, em última instância, ao projeto petrolífero. Enfatizo ainda que neste informe citado por último, em meio a atividades referentes à capacitação “*Técnica, Administrativa e Organizativa*” promovida pela SNGP, o então diretor sublinhara a não adesão dos dirigentes contatados ao iminente Levante Nacional.

A estes pontuais ‘eventos’, acrescento adiante a criação de uma estrutura, um aparato comunicativo oficial que permitiria ao governo assumir um lugar ativo na ‘batalha pela palavra’. Aqui, a questão não diz respeito ao papel de produtor de conteúdo por parte do governo, que acaba sendo bem sucedido em ‘pautar’ (orientar as pautas, definir abordagens) os meios de comunicação privados. Trata-se de enfatizar não apenas a ‘verticalização da escuta’, mas também a ‘verticalização da palavra’, esta emitida desde um fonte única, que aspira o *status* inquestionável de *verdade*.

6.3 As rádios, a Rede, e a palavra oficial: um monólogo?

³⁴⁶ ECUADOR, SNGP. Documento de Registro de despesas e atividades funcionários da SNGP. Disponível em: <http://www.politica.gob.ec/wp-content/uploads/2015/10/7317-BOHORQUEZ-JOSE-DE-6-AL-7-DE-AGOSTO-2015.pdf>. Último acesso: 22 jul. 2016.

Em trabalho anterior³⁴⁷, apresentei análises a respeito do papel dos meios de comunicação “hegemônicos” numa perspectiva gramsciana³⁴⁸ sobre a teoria do Estado ampliado e, principalmente, em relação ao papel desempenhado pela *sociedade civil* no âmbito deste, em disputas pela hegemonia. Dois propósitos conduzem a tal referência neste capítulo.

Primeiro, quero demarcar meu distanciamento das leituras que denunciam a falta de “liberdade de expressão” e, por ingenuidade intelectual ou má fé política, ignoram “a batalha da mídia” nas trincheiras das lutas pela hegemonia e pelo consenso, no âmbito da *sociedade civil*. Esta, me utilizando do conceito gramsciano, não consiste num lugar de harmonização de interesses, sequer abriga um setor “objetivo” e “imparcial” situado para além do Estado e do mercado (MORAES, 2009, p. 39)³⁴⁹.

Portanto, quero me contrapor ao papel que os meios de comunicação privados se outorgam, reforçado por discursos em torno à “verdade dos fatos” e à “ideologia da objetividade e da imparcialidade”. Esta última, “corresponde não ao fato ou possibilidade real de necessidades sociais objetivas e universais de informação”, mas sim ao fato de que as mesmas “só podem ser supridas conforme uma visão de classe”³⁵⁰. Ou seja, os meios de comunicação privados tomam para si o papel de defensores dos interesses políticos globais da sociedade, e dessa forma, tem garantido historicamente seus privilégios de classe (MUNIZ, 2010, p. 19; GENRO FILHO, 1987).

Uma das características mais marcantes do governo da *Revolución Ciudadana* é o fato de que o governo Correa – e outros governos ditos “progressistas” – se opõe frontalmente ao discurso de auto legitimação dos meios privados monopólicos. Mais que isso, não apenas se encarrega de desmascarar a trama discursiva de uma suposta “objetividade” e “imparcialidade”, como se coloca claramente na disputa pela

³⁴⁷ MUNIZ, Maria Luiza de Castro. Opinião pública e opinião publicada: representação política, Diretas Já e a grande imprensa nos (des)caminhos da abertura. Dissertação de mestrado. Rio de Janeiro: Universidade Federal Fluminense, 2010.

³⁴⁸ GRAMSCI, Antonio. Concepção Dialética da História. Tradução Carlos Nelson Coutinho. Civilização Brasileira, 2ª Ed. 1978; GRAMSCI, A. Maquiavel e a Política do Estado Moderno. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 1978.

³⁴⁹ MORAES, Denis de. A batalha da mídia: governos progressistas e políticas de comunicação na América Latina e outros ensaios. Rio de Janeiro: Pão e Rosas, 2009. 272p.

³⁵⁰ Atualizando minhas próprias abordagens anteriores, retomadas neste pondo do trabalho, diria que as tais “necessidades sociais objetivas e universais de informação” só podem ser supridas conforme, não apenas uma visão de classe, mas uma visão de gênero, de etnia, de raça, de natureza etc. Ou seja, incluiria outras categorias que não estão abrangidas por *classe*, e que igualmente interferem na ‘visão de mundo’ expressa através dos meios de comunicação – sejam eles públicos, privados ou comunitários.

hegemonia, lançando-se ao espaço ‘sagrado’ dos meios de comunicação como produtores de conteúdo. O governo deixa de ser uma figura apenas reativa, e assume papel ativo, ‘pautando’ semanalmente a mídia nacional: “O presidente Correa quando ingressa com sua modalidade de fazer seu programa informativo, no início era como um programa de notícias, nas manhãs dos sábados, passa a ser o protagonista dos jornais da noite”³⁵¹. Segundo o diretor do projeto de rádios da SNGP, Edison Miño, como os políticos normalmente não trabalham nos fins de semana, então não havia com que contrapor e as notícias eram geradas pelo presidente no sábado, que ocupava uns vinte minutos de um informativo de trinta. “*Hombre*, Correa é um comunicador político!” – afirmou.

Portanto, a construção e/ou fortalecimento de espaços multimidiáticos (rádio, televisão, internet etc.) de produção e difusão da ‘palavra oficial’ devem ser compreendidas para além da *trampa* discursiva dos representantes de conglomerados midiáticos, historicamente detentores de monopólios do direito à palavra. Assim, é possível lançar questionamentos e reflexões sobre a verticalizada estrutura comunicativa do governo Correa.

Em análise sobre a “estrutura geral do discurso de Correa”, Cerbino *et all* (2016) defendem que este busca configurar “um novo *regime de verdade*, de uma *nova hegemonia*, através da disputa com os meios e a exaltação do povo” (CERBINO *et all*, 2016, p.17). Oposto à “falsidade” dos meios de comunicação, Correa instaura um discurso portador da verdade, ao mesmo tempo em que encarna a função de “*grande receptor*”, daquele que interpreta a mensagem dos meios, revelando sua “falsa consciência” deturpada.

O presidente, ainda segundo os autores, projeta-se como o “educador” do Estado, o “grande intelectual”. Para tanto, alguns recursos são utilizados: a interdiscursividade, a repetição – alguns bordões do presidente são notórios, como “*prohibido olvidar*”, “*la prensa corrupta*” ou “*doble moral*” – dramatização, ironia e humor, a construção discursiva do povo, argumentação persuasiva etc. Não há espaço para detalhar cada recurso, contudo, enfatizo que, se a enunciação política é inseparável da construção de um adversário, como destacam os autores, durante o governo Correa, grupos críticos à

³⁵¹ Entrevista realizada pela autora em 6 de maio de 2016, em Quito, sede da Secretaria Nacional de Gestión de la Política.

política extrativista – com destaque a representantes indígenas amazônicos – estiveram identificados com o “*outro* negativo”, o “*contradestinatório*”, “excluído do coletivo de identificação conformado pelo enunciador e os pró destinatários” (CERBINO, 2016, p. 37). Desse modo, foram excluídos do *nosotros* (“*el país*”, “*la patria*”, “*la República*”, “*el Estado*”, “*el pueblo*”, “*la nación*”) abrangido discursivamente pelo Presidente, e foram em diferentes momentos impedidos de expressar-se, situados *fora* da *Revolución Ciudadana* (“*outsiders*”)³⁵².

Nesse sentido, defendo que o vasto arcabouço legislativo que foi construído – especialmente em relação aos recursos estratégicos³⁵³ – acabou servindo, em diversos momentos, como uma fronteira de exteriorização e desqualificação dos sujeitos e das demandas apresentadas.

Entendo que este é o ponto de ruptura da suposta ‘Rede’ tecida junto aos meios de comunicação comunitários concedidos às nacionalidades, particularmente as amazônicas. Isso porque tal ‘Rede’ destinou-se menos a fortalecer os vínculos inter e intraorganizacionais que a reunir efetivamente um ‘*nosotros*’ limitado, destinatário do discurso presidencial. Vale retomar aqui o objetivo do projeto das rádios das nacionalidades já exposto no Capítulo 1: “[*g*]enerar *adhesión ciudadana al proyecto*

³⁵² Não apenas aqueles contrários às políticas extrativistas foram excluídos do “*nosotros*” conformado discursivamente pelo presidente Correa em seus enlaces aos sábados. Na monografia “*El macho sábio. Racismo y sexismo en el discurso sabatino del presidente ecuatoriano Rafael Correa*”, María Paula Granda Vega (2016) afirma que os programas presidenciais se convertem numa importante inovação midiática durante o governo Correa (2006 – 2017), representando uma ferramenta fundamental para promoção político ideológica tanto do presidente como de seu governo. A autora afirma que, mais que eventos isolados, nas palavras de Correa o sexismo e o racismo estão sempre e configuram uma visão de mundo associada a práticas concretas, as quais sustentam relações de poder e exclusão. Em seu estudo monográfico, Granda Vega apresenta representações racistas e sexistas como elementos fundamentais do discurso presidencial e que se encontram articuladas a dois pilares principais, qual seja, o princípio da ‘vontade de saber’, que exclui aqueles que se encontram “fora da verdade que brinda a razão técnica-científica” e um tipo de masculinidade hegemônica que constitui o sistema heteronormativo. Ver: GRANDA VEGA María Paula. **El macho sábio. Racismo y sexismo en el discurso sabatino del presidente ecuatoriano Rafael Correa**. Projeto de pesquisa para obtenção do grau de bacharel em Sociologia. 2016. 80 p. Facultad de Jurisprudencia, Ciencias Políticas y Sociales. Universidad Central del Ecuador. Quito. Disponível em: <http://www.dspace.uce.edu.ec/bitstream/25000/6468/1/T-UCE-0013-S-09.pdf> . Último acesso 06-08-2016.

³⁵³ Ver ANEXO 15

político del Gobierno gestionando una comunicación directa, veraz, oportuna e incluyente” (julho de 2012) ³⁵⁴

Apresento abaixo alguns dados de projetos – especialmente radiais – conduzidos diretamente sob o controle da Presidência e da SECOM. Note-se que ao assumir ativamente seu papel nas trincheiras da “guerra de posições” – utilizando-me aqui do termo gramsciano –, o governo de Correa concedera um papel especial à radiodifusão

³⁵⁴ Fonte: ECUADOR. MINISTERIO DE COORDENACIÓN DE LA POLÍTICA. Programa Anual de Inversiones (2012). Retirado em <http://www.produccion.gob.ec/wp-content/uploads/downloads/2012/07/PAI-Programa-Anual-de-Inversiones.pdf>, Último acesso: 13 set. 2015.

PRESIDÊNCIA

SECRETARÍA NACIONAL DE GESTIÓN DE LA POLÍTICA (SNGP)

Projeto para Creación de Rede de Rádios Comunitarias Públicas y Privadas Locales (2010-2015)

Valor projetado: U\$12. 640.000 (5 anos)

População Objetivo: 5'000.000,00 de habitantes equatorianos (54 Rádios comunitarias), além das 14 nacionalidades, 18 pueblos indígenas, afro equatorianos, montubios e organizações sociais do país

Beneficiados: 14 nacionalidades indígenas do país (sete situadas em territórios da *XI Ronda Petrolera*)

Consultoria para elaboração de documentação de 34 futuras emisoras de rádio incluídas no projeto: U\$ 34 mil dólares

Valor efetivo: U\$ **5,461,958.89** - valor informado por Patricia Emen em junho de 2015. Em documento de outubro de 2015, o valor informado é alterado para U\$ **3,949,382.07**.

Programa radial "Hablando de Política"

SECRETARÍA DE COMUNICACIÓN (SECOM)

Enlace ciudadano: programa semanal de "prestación de contas". (2007 - 2016)

Investimento: **USD 1.612.285 (2016)**. Segundo Presidente Correa, cada "sabatina" custaria U\$30 mil.

Objetivo: "Difundir el accionar y logros del Gobierno Nacional, de las distintas carteras ministeriales, los programas y proyectos emblemáticos"

Projeto para Implementación y Fortalecimiento del Programa Radial Habla Ecuador en el Territorio Nacional e Internacional".

Valor estimado ao final do projeto: **U\$ 9,577,348.12**
12 meses - valor informado em Projeto enviado para SENPLADES: **U\$11.550.631,19** (dois anos).

Valor ejecutado \$7.275.544,00

Alcance do projeto: as 24 provincias do Ecuador, EUA, Espanha e Itália.

Objetivos: "monitoreo online, con la finalidad de realizar el seguimiento de los Programas Locales en cada una de las Provincias"; "almacenar la información y disponer de herramientas tecnologías de evaluación"; "ampliar la cobertura geográfica y ciudadana del Programa de rendición de cuentas y participación ciudadana al aire".

(MINISTÉRIO DEL INTERIOR)

ECORAE

Projeto de Fortalecimiento de la comunicación intercultural Amazónica (2012 -2016)

Investimento; **U\$ 925 mil dólares** (até outubro de 2015).

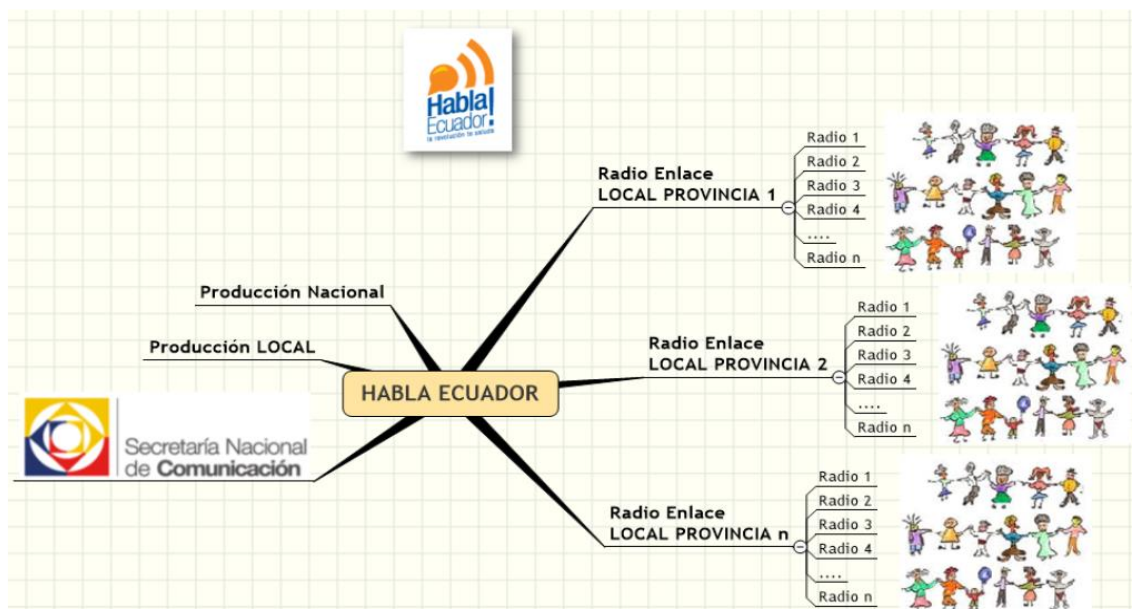
Transmissão de 150 *Enlaces Ciudadanos* em 150 através dos intérpretes das nacionalidades: *Shuar, Kichwa, Waorani, Shiwiar, Achuar, Sapara, Andwa, Kofán y Siekopaa*.

Ecorae radio (online): com programa radial *Antisuyu Riksiri e Fabulosa Amazonía*, ambos espaços onde se ressalta a identidade amazônica e se destaca a interculturalidade com línguas ancestrais amazônicas; além de gravação de lições sobre saberes ancestrais, que consiste no ensinamento de línguas maternas de nove nacionalidades amazônicas.

em suas políticas comunicativas, especialmente na região Amazônica, cujas condições geográficas ainda fazem deste meio o mais eficiente para atender à premissa da “rendição de contas” que norteou e justificou cada um dos projetos citados.

Argumento que as estratégias comunicativas do governo – e nisso incluo as rádios das nacionalidades, mais especialmente as da Amazônia Centro Sul – acabaram reproduzindo, ainda que às avessas, a *trampa* discursiva dos meios de comunicação privados, na medida em que, sob a premissa da unidade nacional em torno ao *Buen Vivir* de Estado, buscou-se anular vozes divergentes, veiculando a palavra oficial como a palavra ‘verdadeira’.

Fragmento do projeto radial *Habla Ecuador* apresentado à SENPLADES³⁴⁹



Segundo o projeto da Secretaria de Comunicação do governo nacional, “*Habla Ecuador se convierte en la voz de la acción del Gobierno Nacional en lo local*”, afirmando “a finalidade de que os atores sociais e a cidadania em seu conjunto percebam o trabalho, a importância que o Governo dá a suas necessidades e sobretudo a presença da Revolução

³⁴⁹ Fragmento extraído de: EQUADOR. SECRETARIA DE COMUNICACIÓN (SECOM). *Proyecto implementación y fortalecimiento del programa radial habla ecuador en el territorio nacional e internacional*. Disponível em: <http://www.comunicacion.gob.ec/wp-content/uploads/downloads/2015/05/k-Proyecto-Habla-Ecuador.pdf> Acesso em 23 jul. 2016. .

Cidadã como gestora de mudanças”, dentre as quais aquelas proporcionadas “na forma de pensar e atuar da cidadania”³⁵⁰.

Destaco na imagem acima as fontes emissoras da informação difundida, atentando para o fato de que o referido projeto prevê a veiculação de “*testimoniales ciudadanos*”, limitando, contudo, a participação àqueles que aceitam o ‘pacto cidadão’ proposto pelo governo.

Destaco abaixo algumas informações extraídas do projeto *Habla Ecuador*, enfatizando a relação com argumentos/ categorias apresentados neste estudo.

PROJETO HABLA ECUADOR³⁵¹

a) Abrangência e impacto – incidência político comunicativa/ “batalha da mídia”

1. *“Desde el punto de vista del impacto que tiene HABLE ECUADOR, para el año 2014 se contempla que a través de las relaciones y enlaces que la SECOM genera a partir de Habla Ecuador y el Enlace Ciudadano, los ecuatorianos podrán disponer en consolidado más de 102.000 horas de transición radial, acumulando las horas/aire que se prevé se generen en todos los Cantones y Provincias del Ecuador, por la cobertura nacional integral que se contempla, y 3 radios en los principales países de incidencia migratoria”.*
2. *“Para definir en contexto la magnitud del proyecto HABLE ECUADOR, 102.041 horas de enlace radiofónico tratando temas relevantes de la gestión del Gobierno Nacional en lo Local, se podría comparar a que una radio se encuentre difundiendo programas institucionales por 11.64 años, los 365 días del año, durante las 24 horas del día.”*

b) Protagonismo presidencial - verticalidade da palavra

³⁵⁰ Idem.

³⁵¹ Ibidem.

1. Programa “Habla mi presidente” – “En la parte final del programa se incluye un enlace con la Cabina de Carondelet, desde donde el gerente del proyecto “Habla Ecuador” nos comparte un resumen del mensaje expuesto por el Señor Presidente de la República durante el Enlace Ciudadano que se emite los días sábados a las 10H00, con la finalidad de posicionar la visión del Presidente de la República y su presencia (voz) en el desarrollo local”.

c) A voz do ‘nosotros’ no informe de atividades de fevereiro de 2015

1. “FEBRERO 2015: El programa de rendición de cuentas y participación ciudadana se transmitió a través de 23 provincias a nivel nacional. Se emitieron 67 programas en 224 estaciones radiales. El programa se suspendió el 16 de febrero (feriado) por cuanto no representaba el salir con el programa. El programa en la provincia de Bolívar sigue suspendido por cuanto se mantiene en reestructuración. En el programa en las 23 provincias del país contamos con **186 testimoniales ciudadanos**. 7 programas itinerantes realizados (fuera de cabina). Nos activamos con vocerías de la Red de Maestros, vocerías en la Amazonía del evento “**Somos Amazonía**” así como con programas con temáticas coyunturales”. (Grifo da autora)³⁵²

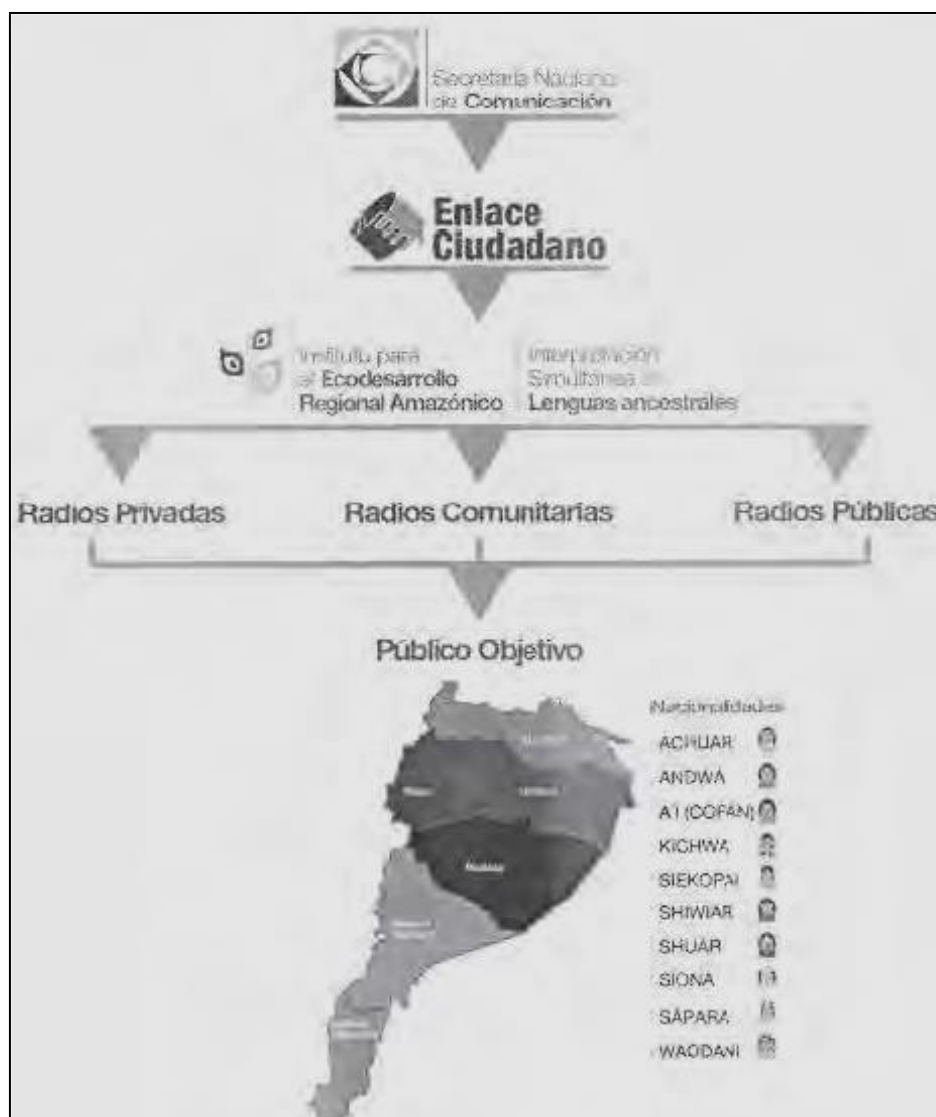
6.3.1 Fortalecendo idiomas originários: quem é o sujeito da palavra?

A interpretação do *Enlace* começa como um “projeto piloto” que acaba crescendo e se torna uma das principais políticas comunicativas oficiais de valorização dos idiomas indígenas. A rede de rádios que transmite a prestação semanal de contas presidencial é formada por rádios comerciais e comunitárias. Assim como no caso do projeto *Habla Ecuador*, a ‘verticalidade da palavra’ é evidenciada pela fonte emissora da informação (imagem abaixo), no caso o presidente equatoriano, dotado de um “*ethos carismático e*

³⁵² EQUADOR. SECRETARIA DE COMUNICACIÓN (SECOM). Ficha Informativa do Projeto *Habla Ecuador*. (abril de 2015). Disponível em: <http://www.comunicacion.gob.ec/wp-content/uploads/downloads/2015/04/k-Anexos-Avances-Habla-Ecuador.pdf>. Acesso em 23 jul. 2016

de credibilidade” (CERBINO *et al*, 2016, p. 108). O presidente possui ainda um “*ethos* de dedicação” e de proximidade com o povo ao ser um presidente que “*recorre cada rincón del país*” (CERBINO *et al*, 2016, p. 112). Segundo os autores, as táticas de Correa à frente das “sabatinas” são as de um consumidor – dos serviços dos meios de comunicação privados – escoando seu direito de resposta. A dimensão midiática é tão importante que tanto a informação (prestação de contas) quanto a confrontação com a mídia privada são parte de sua agenda (CERBINO *et al*, 2016, p143).

. Sequência da Interpretação simultânea do *Enlace Ciudadano* em línguas ancestrais



O projeto de interpretação simultânea³⁵³ começou quando ainda não havia rádios comunitárias (algumas, ainda em teste, transmitiam apenas com baixa potência, localmente). Dunio Chiriap (Shuar), Técnico Operativo da Interpretação Simultânea, contara – em maio de 2015 – sobre a preocupação com a correta recepção das palavras presidenciais pela população amazônica: “Fazem a interpretação para chegar o mais próximo possível ao que está dizendo o presidente e fazer (a população) entender”³⁵⁴. Trabalhando no projeto desde 2012, Chiriap acompanhou várias fases do mesmo, inclusive a progressiva inclusão das rádios das nacionalidades. Sobre os intérpretes amazônicos, ele afirma que estes vinham atuando como “embaixadores de suas nacionalidades, que estão levando a mensagem do presidente a suas nacionalidades. Eles estão informando o que outros não podem entender em espanhol” – tradução própria. Conversei com o funcionário de Ecorae quando as rádios de Pastaza – das nacionalidades Shiwiar, Shuar, Sapara e Andwa – estavam apagadas por falta de pagamento da energia, o que prejudicava bastante o trabalho dos intérpretes: “não podem fazer um bom trabalho, estão fazendo 60% de seu trabalho” – observou Chiriap à época³⁵⁵. Segundo ele, os presidentes das nacionalidades, estavam preocupados: “dizem que não está chegando a mensagem do presidente”. Para ele, as rádios foram entregues sem que se tivesse conhecimento do que iria suceder:

“O Estado entregou as rádios comunitárias às nacionalidades, mas eles não tinham conhecimento sobre o que era fazer rádio praticamente. (...) Tinham pauta de publicidade, mas não se encarregavam de pagar a energia elétrica. Isso foi um descuido por não ter conhecimentos

³⁵³ INSTITUTO PARA EL ECOCODERROLLO REGIONAL AMAZONICO. Projeto para fortalecimento de la Comunidad Intercultural Amazonica. Retirado de: <http://www.desarrolloamazonico.gob.ec/wp-content/uploads/downloads/2015/03/3.-Fortalecimiento-de-la-comunicacion.pdf> p. 52. Último acesso em: 23-07-2016.

³⁵⁴ Entrevista realizada pela autora, no prédio de Ecorae, em Puyo, ao dia 27.05.2015

³⁵⁵ O enlace das rádios seria espontâneo, sendo algumas rádios remuneradas, o que, no caso das nacionalidades amazônicas da região Centro Sul (Pastaza e Morona Santiago), estava previsto em 2016 apenas para as ‘comunitárias’: *Wao Apeninka*, Rádio Sapara, Tarimiat (Shiwiar) e *La Voz de la Frontera* (Andwa) – não foram verificados acordos com as rádios *Tuna* (Shuar de Pastaza), *La Voz de la NAE* (Achuar) nem com a *Jatari Kichwa* (Arajuno). Chiriap esclareceu (via conversa informal virtual em 24-07-2016) que não foram contratadas porque não tinham documentação em dia. Os contratos preveem remunerações em torno de US\$ 5 mil para cada uma das rádios, por transmissões contratadas ao longo do ano vigente (ver tabela em ANEXO 11). Segundo dados publicados pelo jornal ELUNIVERSO (13 de nov. de 2016), foram contratados espaços em rádios para a transmissão da tradução simultânea do *Enlace* ao custo de **US\$ 95.978**, apenas no ano de 2016. Ver: ANEXO 19.

administrativos às vezes. Não tem conhecimento sobre que é uma empresa, que tem seus ingressos, que o meio de comunicação é um poder também”³⁵⁶. (Tradução própria).

Segundo Chiriap, as rádios que apoiavam o projeto de interpretação simultânea – recebiam pautas publicitárias (“*un pautaje mínimo de nuestra institución*”). “Pautamos em troca da transmissão do *Enlace Ciudadano* em idioma ancestral”. Ao início do projeto, conta, “os tradutores não recebiam um tratamento justo, mas fizemos com que fosse dado um tratamento justo... são funcionários públicos e que tem todos os direitos (devidos)”.

Ainda de acordo com o funcionário, o projeto era uma prioridade para o governo nacional, sendo um “projeto bandeira”. O presidente havia garantido que Ecorae oferecesse uma “comunicação intercultural” às nacionalidades. Além do trabalho de interpretação dos enlaces presidenciais, Ecorae também seguia atuando como uma espécie de assessoria de imprensa, de modo que suas secretarias locais se encarregariam de encaminhar informes de cada localidade, os quais geravam boletins e áudios difundidos para os demais meios de comunicação e traduzidos aos idiomas originários. “Quase todos os Ministérios pedem tradutores para que sejam as vozes das nacionalidades”, contou Chiriap, exemplificando espontaneamente. “Por exemplo, na consulta prévia em Sarayaku, que é Kichwa, nos pedem um comunicador que vá e socialize em língua ancestral”. Recordemos aqui a questão abordada no Capítulo 4 com relação às resistências emblemáticas do Povo Kichwa de Sarayaku à *XI Ronda* petroleira.

Embora nacionalmente a imagem do Presidente Correa esteja em destaque nas quatro horas de duração das ‘sabatinas’, para algumas comunidades dentro dos territórios das nacionalidades, outros são os protagonistas, segundo as palavras de Jairo Irumenga, interprete Waorani:

“Mi familia en la comunidad a los sábados siempre está atenta para escuchar mi voz, me dicen, tienes que hablar un poco más rápido”... “a veces me dicen que tengo que enviar saludos, hablar el nombre de cada

³⁵⁶ Entrevista realizada pela autora, no prédio de Ecorae, em Puyo, ao dia 27.05.2015

uno de ellos, pero es imposible...si puedo, nombro a las comunidades que escuchan... ”³⁵⁷.

Nas três províncias em que está localizado o território Waorani a rádio alcança as comunidades (45), contudo, são os jovens quem mais escutam, e há comunidades onde não há um rádio receptor para acompanhar o conteúdo transmitido. Por isso, a importância do anúncio que o intérprete estava passando às comunidades por meio do rádio HF quando o encontrei na sede da NAWE: informava sobre a entrega de rádios HF, concedidos pela Petroamazonas.

El gobierno quiere que los pikenani [ancianos] escuchen lo que el gobierno quiere decir cada semana...pero obviamente mucha gente se cansa de escuchar toda semana, son 3h e media, o cuatro horas, a veces se cansa bastante mi garganta, nosotros tenemos un segundo para tomar agua. Es así, los Wao saben ahora lo que se está haciendo a través de los diferentes ministerios, lo que el gobierno está haciendo para llegar más a las comunidades³⁵⁸

O intérprete de 25 anos – à época da entrevista – contou que estava há um ano sem ‘entrar’ para ver a família em sua comunidade, cujo trajeto se daria desde Puyo até Tena, depois Gareno e Conimpare. O “embaixador” conta sobre seus planos para um futuro próximo:

Antes, como estaba en la ciudad más estaba conectado a la tecnología, (quería) hacer sistema (...) ahorita veo por la necesidad de la gente de mi comunidad, entonces, [autora: tú crees que el turismo es importante para...] el turismo es importante, porque es necesario según mi punto de vista y me toca prepararme en esto. [autora: ¿Qué tu piensa sobre defensa de la naturaleza para mantener el turismo?] Bueno, mucha gente habla de esto, yo también no quisiera que explotara, pero por la

³⁵⁷Entrevista realizada pela autora em 23-03-2015. Sede da NAWE, Puyo – Pastaza.

³⁵⁸Entrevista realizada pela autora em 23-03-2015. Sede da NAWE, Puyo - Pastaza

*necesidad, ellos dicen que sin contaminación, con toda protección, con toda tecnología que tienen, lo pueden hacer pero, que no nos destruyan nuestros bosques, porque es el privilegio que nosotros tenemos. Ahí es donde nacimos, ahí es donde crecimos...*³⁵⁹

Remigio Andi, então com 27 anos, nasceu em Killu Alpa, comunidade que dista um dia em canoa desde Montalvo, lugares cujo acesso é feito por *avionetas* ou após dias de caminhadas e canoa. Obteve seu registro como cidadão equatoriano após os 18 anos. O intérprete Andwa aprendeu o idioma Katsakatí na rádio de sua nacionalidade, em oficinas destinadas à recuperação do idioma. Contudo, com a ‘kichwalização’, poucas pessoas conseguiriam entender aquela língua, de modo que a interpretação do Enlace – a exceção de saudações iniciais – é feita em Kichwa. Ele recorda que o “tema econômico” fez com que integrantes da rádio buscassem outros trabalhos, não sendo possível manter a programação inicialmente prevista. Sendo remunerado como funcionário de Ecorae, mantinha à época sua participação na rádio comunitária na condição de voluntário. Ao momento que iniciara sua atuação como interprete sentiu dificuldades: *“escuchar otra persona y procesar a lo nuestro es...era complicado”*³⁶⁰. Entre os planos para o futuro, contara sobre duas preferências: *“El medio ambiente me ha gustado... hay otra carrera que es administración pública...”* Sua perspectiva profissional tem uma motivação: *“no tener un nivel superior para poder conversar, o para poder combatir políticamente, entonces de nada me va a servir”*.

A mãe do intérprete é de “raiz andwa” e o pai Kichwa de Napo. A volta para o território de origem, segundo ele, fazia parte do horizonte previsto:

Claro [que pienso en regresar], con otra idea, con otra ideología, porque yo con mi vivencia y con la experiencia que he pasado y ahorita que he superado a lo poco, y [quiero] pensar en los otros también porque... yo igual como líder podría decir nadie ingresa a mi territorio, pero después los pequeños que van creando así otro mundo sin tener ese concomimiento de lo que es afuera, y solamente vivir por vivir, eso siempre se ha venido pasando en las nacionalidades, porque el que

³⁵⁹ Entrevista realizada pela autora em 23-03-2015. Sede da NAWE, Puyo – Pastaza.

^a Entrevista realizada pela autora em 8-01-2016, Quito.

nace adentro crece y no tiene conocimiento, y por eso creo que tiene muchas dificultades para salir adelante, no tiene una capacidad... (...) No tenemos profesionales de nuestro territorio, siempre van venir gente de afuera... las comunidades se beneficiarían apenas como obreros...” [en el caso de mineras y petroleras].

Não houve um acompanhamento sistemático dos intérpretes, o que por si só poderia gerar conteúdo para um trabalho à parte. Ainda assim, ao seguir pelo ‘caminho das formigas’, como sugere metaforicamente Latour (2012), acabei ‘serpenteando’ entre instituições governamentais e acompanhando fortuitamente diálogos e encontros entre representantes das nacionalidades e funcionários do governo nacional. Entendi no decorrer destes encontros a importância de situar institucionalmente o projeto das rádios, ressaltando sua relevância – expressa em termos numéricos (ver tabela abaixo) no âmbito da conjuntura institucional que vinha se desenvolvendo no Centro-Sul amazônico.

TABELA 16 - Resumo Executivo do Plano Anual de Investimento Público da SNGP – Gasto previsto por projeto (2015)³⁶¹

CUADRO RESUMEN GASTO DE INVERSIÓN POR PROYECTO		
Nro. PROY.	NOMBRE DEL PROYECTO	CODIFICADO AL 31/01/15
005	SISTEMA NACIONAL DE ACCIÓN CIUDADANA	\$ 1.300.000,00
006	CREACIÓN DE REDES DE MEDIOS COMUNITARIOS PÚBLICOS Y PRIVADOS LOCALES	\$ 2.000.000,00
015	ESCUELA PERMANENTE CONTINUA DE FORMACIÓN CIUDADANA	\$ 1.200.000,00
017	CREACIÓN, IMPLEMENTACIÓN Y OPERACIÓN DEL SISTEMA UNIFICADO DE INFORMACIÓN DE ORGANIZACIONES SOCIALES SUIOS	\$ 1.120.596,00
660	PROGRAMA DE PENSAMIENTO POLÍTICO	\$ 950.000,00
661	FORTALECIMIENTO DE LA CAPACIDAD TÉCNICA ADMINISTRATIVA Y ORGANIZATIVA DE LAS ORGANIZACIONES INDÍGENAS DE LA AMAZONÍA	\$ 1.200.000,00
TOTAL INVERSIÓN:		7.770.596,00

³⁶¹ ECUADOR, SECRETARÍA NACIONAL DE GESTIÓN DE LA POLÍTICA. Resumen Ejecutivo PAI – 2015. Disponível em: <http://www.politica.gob.ec/wp-content/uploads/downloads/2015/02/6.K-Resumen-Ejecutivo-PAI-Enero-2015.pdf>. Acesso em 14 ago. 2016. Os valores indicados não correspondem, necessariamente, aos valores gastos. No caso do projeto da Rede de rádios das nacionalidades, ao longo do ano de 2015 foram suspensos os gastos projetados, segundo informações fornecidas pela ex-diretora do projeto Patrícia Emen. Ainda assim, o PAI é um indicativo importante da relevância de cada projeto da SNGP a partir do montante projetado.

Fonte: SNGP, 2015.

Completando o ‘tecido’ de experiências oriundas do caminho *com e ao lado* de indígenas da Amazônia Equatoriana, concluo este estudo com o acompanhamento de resistências à *XI Ronda* na Paróquia de Macuma, momento chave que, inadvertidamente, me permitiu desenvolver junto a integrantes da comunidade um encontro *co-labor-ativo* elaborado e executado coletivamente, integrado às demandas conjunturais apresentadas: resistir ao ‘*acercamiento*’ da SHE para realização de mecanismos de “consulta prévia” referente aos blocos 74 e 75.

Antes, um quadro-síntese do *Buen vivir* de Estado e do estado do *Buen vivir* permitem ver, na coluna da esquerda, alguns conceitos-chaves em torno dos quais se sustentara a ideia de construção de um paradigma estatal para o *Buen Vivir* equatoriano. Na coluna ao lado, alguns elementos abordados ao longo deste estudo, os quais evidenciam contradições, limitações e incongruências com o paradigma proposto.

TABELA 17 - Quadro-síntese de categorias e processos-chaves abordados

<i>Buen Vivir</i> de Estado	O estado do <i>Buen Vivir</i>
Interculturalidade	<ul style="list-style-type: none">• “Interculturalidade funcional”• “Escola do Milênio” – unidades ‘modernas’ construídas em detrimento e a partir da “fusão” (fechamento) de escolas comunitárias.• Interpretação simultânea de palavras oficiais em idiomas indígenas originários.• Novas ‘pedagogias-ponte’ (Estado = <i>Yasamanga</i>)
“Estado Plurinacional”	<ul style="list-style-type: none">• Sobreposição da territorialidade oficial, governamental, transnacional sobre as territorialidades ancestrais.• Interferência governamental em processos organizativos indígenas através da perspectiva da “incidência modernizadora”.

<i>Mudança da matriz produtiva/ energética</i>	<ul style="list-style-type: none"> • <i>XI Ronda/ Exploração dos blocos 31 e 43 (ITT) – fim da Iniciativa Yasuní.</i>
“Participação cidadã”	<ul style="list-style-type: none"> • ‘Escuta seletiva’ • Criminalização de protestos • “Incidência modernizadora” • ‘verticalização da palavra’ (fonte única da ‘verdade’) • Denúncias sobre a criminalização das resistências • Incidência político-comunicativa petroleira (SHE) • Consulta prévia ‘divisionista’, com privilégio a unidades territoriais (blocos petroleiros) sobrepostas às unidades ancestrais.
“Direitos da Natureza”	<ul style="list-style-type: none"> • Natureza como recurso <i>versus</i> natureza como <i>sujeito de direitos</i>. • Ampliação da fronteira petroleira • Desvinculados das estratégias de “desenvolvimento”
“Nova época petrolera”	<ul style="list-style-type: none"> • Petróleo + “desenvolvimento” = <i>Buen vivir</i>

Fonte: Elaboração própria.

6.4 O estado do *Buen vivir* e as (os) “outsiders” da *Revolución Ciudadana*

Logo aos primeiros dias de minha chegada ao Equador, em junho de 2014, se realizaria novamente uma caminhada contra a *Ley Orgánica de Recursos Hídricos, usos e aprovechamiento del Agua*, que foi finalmente aprovada no dia 24 de junho de 2014³⁶². Vale lembrar que desde 2009 foram realizados protestos contra a referida lei, especialmente aqueles que, depois das manifestações convocadas através da radio *La*

³⁶² A fim de acompanhar junto aos manifestantes (indígenas, membros de sindicatos, estudantes etc.), participei da Marcha na condição de comunicadora colaboradora com previa autorização da Ecuarunari. Desse modo, disponibilizei todo material audiovisual produzido à época para auxiliar na visibilidade dos protestos. Estive ao lado do comunicador da Ecuarunari, Patricio Zhingri, até chegar a Zamora Chinchipe e, a partir daí, segui a caminhada por seis dias até a província de Chimborazo, voltando a encontrá-los dias depois na capital, em Quito. Como resultado desse acompanhamento, foi publicada a reportagem “Marcha pela água percorre mais de 600 km”, no periódico semanal brasileiro *Brasil de Fato* (Ano 12, nº 592). Cf: http://www.brasildefato.com.br/sites/default/files/BDF_592_0.pdf (último acesso 27 nov. 2015).

voz de Arutam, resultaram na morte do professor Shuar Bosco Wisum, convertido em símbolo de luta para os povos amazônicos da província de Morona Santiago. Depois, em 2012, houve uma grande marcha, lembrada com números superlativos pelos que estiveram presentes e avaliaram como relativamente tímida a mobilização de 2014. Ainda assim, em meio a Copa do Mundo que era realizada no Brasil, e entre constrangimentos das forças policiais que impediam os veículos de avançarem em carreata, a aprovação da lei se deu em meio a manifestações contrárias³⁶³.

O não enfrentamento direto à privatização dos recursos hídricos, a proteção destes recursos frente às atividades extrativas e a entrega dos sistemas de água e irrigação aos governos locais (municipais e provinciais) – debilitando a gestão comunitária – colocaram organizações indígenas e sociais, do campo e da cidade, em oposição ao governo. Este por sua vez, minimizou os protestos e, afirmando a importância da lei para uma redistribuição equitativa da água, enfatizou, a vitória política frente às divergências: “*En buena hora que se haya aprobado por una amplia mayoría, para demostrar que en el país hay consenso*” - declarou Correa logo após o resultado³⁶⁴.

Embora o presidente tenha alcançado uma governabilidade e estabilidade que a geração de jovens equatorianos e equatorianas desconhecia, ‘consenso’ é algo questionável, a despeito da maioria obtida na Assembleia Nacional. As mudanças legislativas dos últimos anos – especialmente para regulação dos recursos estratégicos ao Estado – gerou inúmeros questionamentos não apenas desde o movimento indígena, mas também de outros setores da sociedade (Ver ANEXO 15).

³⁶³ Entre os argumentos contrários estavam inúmeras críticas ao impacto sobre o papel autônomo das “juntas de água”, sistemas de gestão comunitária, convertidas, segundo argumentos governistas, em elemento de pressão política de opositores. Carlos Perez Guartambel foi um dos líderes indígenas que esteve à frente da caminhada ao longo de vários dias entre El Panguí, na província de Zamora Chinchipe, e a capital, Quito. Em comunicação informal o presidente da *Ecuadorunari* defendera à época que “obviamente a água representa um poder para as comunidades, mas não um poder eleitoral e sim um poder organizativo”. A centralização sob a *Autoridad Unica del Agua* criada como a nova lei – diferentemente da proposta de criação de um Consejo Plurinacional del Agua com decisão em políticas públicas –, e as diversas obrigações legalmente impostas a partir de então, passariam a afetar a autonomia do tradicional e antes autogestionado sistema comunitário de água, cujos canais de irrigação foram construídos no passado pelas próprias comunidades através de *mingas (minka)* – segundo informação de Perez. “O governo nos acusa de não saber administrar a água e [defende] que passe a ser administrado pelo Estado, alegando que ele poderia dar água potável, mas o custo da tarifa se dispararia” – argumentou o presidente da *Ecuadorunari* e representante de um Sistema Comunitário de Água em Cuenca, durante entrevista realizada na província de Chimborazo, em meio à denominada “Marcha pela água, vida e liberdade dos povos”.

³⁶⁴ Fonte: *CORREA AGRADECE a la Asamblea por aprobar la Ley de Aguas*. EL UNIVERSO. Disponível em: <http://www.eluniverso.com/noticias/2014/06/24/nota/3146491/proyecto-ley-aguas-sera-ley-esta-tarde>. Acesso em 28 nov. 2015.

No rastro das manifestações, vinham aumentando o número de denúncias quanto à “criminalização de protestos”, resultando em reivindicações pelo direito à resistência, garantido em Constituição, em seu Artigo 98;

“[L]os individuos y los colectivos podrán ejercer el derecho a la resistencia frente a acciones u omisiones del poder público o de las personas naturales o jurídicas no estatales que vulneren o puedan vulnerar sus derechos constitucionales, y demandar el reconocimiento de nuevos derecho.

Alegando falta de segurança jurídica no país, diversos indivíduos e coletivos apelaram a órgãos internacionais, como a Comissão Interamericana de Direitos Humanos e o Comitê de Direitos Humanos da ONU, registrando casos de criminalização dos protestos; deslegitimação de ativistas sociais, comparados a delinquentes comuns ou “terroristas”; repressão mediante ameaças, violências físicas (através da força policial) e verbais – especialmente desde o espaço presencial de “prestação de contas”. Desde as sabatinas, o presidente dedicara-se em diversas ocasiões a deslegitimar e desqualificar aos protestos contra seu governo, alcunhando seus opositores como “*tirapiedras*”, “*terroristas*”, “*izquierda infantil*”, “*garroteros*” etc. (CERBINO et all, 2016; CALAPAQUI, 2016; CALAPAQUI e BUENDÍA, 2016).

Segundo a página do movimento *Resistir es mi derecho* “mais de 100 pessoas foram processadas em 2015 durante as jornadas de mobilização com o Levantamento e a Greve Nacional, impulsionadas pelo movimentos indígena, organizações sindicais e sociais”. Afirma-se que várias pessoas foram penalizadas com privação de liberdade, multas e penas desproporcionais³⁶⁵, enquanto outras responderiam criminalmente a processos conduzidos ao longo de vários meses.

³⁶⁵ Recentemente ganhou notoriedade o caso dos indígenas Servio Amable Angamarca e María Luisa Lozano, condenados por obstrução de serviço público durante protesto realizado em 17 de agosto do ano anterior, no contexto do Levantamento e da Greve Nacional que mobilizaram todo o país. “*Según el artículo 346 del Código Orgánico Integral Penal (COIP), este delito tiene una pena de 1 a 3 años de prisión. Sin embargo, se aumenta el tercio de pena cuando hay agravantes.*” Fonte: COMUNICACIÓN INREDH (2016). Tribunal de Loja sentenció a 4 años de prisión a dos procesados del caso Saraguro. Retirado de: http://www.inredh.org/index.php?option=com_content&view=article&id=857:2016-05-31-00-58-03&catid=1:actualidad&Itemid=143 Último acesso em 14-07-2016.

6.4.1 O *local* em disputa e a disputa no *local*

Antes mesmo que fosse deflagrada a onda de protestos de 2015, ao início daquele ano, conduzia minhas últimas atividades no ‘campo de investigação’ e me dirigi numa sexta-feira até Macas para uma reunião com o então diretor da rádio *La Voz de la NAE*, Marlon Vargas.

Em poucos meses, Marlon deixaria a função a frente da rádio para exercer o cargo de dirigente de Comunicação da organização, após a eleição de Ruben Tsamaraint. Com a destituição deste, o ex-diretor da rádio foi alçado a vice-presidência da rádio, cargo que exerceu em meio aos conflitos intraorganizacionais até meados de 2016, quando foi eleito um conselho de governo de “conciliação” entre prós e contras o governo. Em setembro de 2016, o ex-diretor da rádio *La Voz de la NAE* foi eleito presidente da Confeniae, conformando um conselho de governo não reconhecido legalmente pelo governo Correa que apoiara no ano anterior a destituição de Franco Viteri pela frente de organizações indígenas amazônicas pró *Alianza País*.

Previamente a tal enredo organizativo, viajei a Macas para conferir a possibilidade de realizar um dos projetados encontros de *co-labor* com as rádios das nacionalidades, no sentido de estabelecer um processo coletivo de reflexão sobre desafios, potencialidades e dificuldades das respectivas rádios. Em alguns casos, não foi possível dar sequência a esta metodologia-pedagogia – como no caso da rádio Sápara e Andwa, ou das sete emissoras situadas em outras províncias que não Morona Santiago e Pastaza, foco da pesquisa em função do interesse especial pela região da *XI Ronda*. Recordo que esta delimitação geográfica foi inspirada pelo cenário da ampliação da fronteira petrolífera que vinha se apresentando desde 2012³⁶⁶.

A partir de Macas consegui desenvolver, entre representantes das nacionalidades Shuar e Achuar, atividades que consistiram numa parte do caminho de aproximação mais que num ponto de chegada a um objetivo pré-definido. Na verdade, as experiências de fevereiro de 2015, não foram planejadas ou antecipadas. Em exatamente uma semana se precipitou um encontro de comunicação comunitária com moradores e dirigentes das

³⁶⁶ Em outro caso, que não será possível aprofundar aqui, o *co-labor* esteve associado a demandas comunicativas aparentemente externas ao contexto da rádio. Junto à Israel Moncayo, da Rádio Tuna (Shuar, FENASH-P-), por exemplo, atuei, a alguns quilômetros de Bolívar – ao longo da via Puyo-Macas –, junto a uma família Shuar-Kichwa que expressa o desejo de visibilizar seu projeto de “turismo comunitário”

nacionalidades Shuar e Achuar (NASHE e NAE). Utilizo a primeira pessoa do plural, porque pela primeira vez houve uma ação conjunta para concepção e organização daquele evento, motivado e detonado pela iminência da entrada da SHE nos territórios daquelas nacionalidades, com o intuito de realizar as “socializações petroleiras” referentes aos blocos 74 e 75. Recordo aqui a abordagem, no capítulo anterior, dos relatórios de atividades dos funcionários daquela Secretaria informando sobre a necessidade de contornar o “boicote dos dirigentes” da NAE à abertura de “audiências públicas”.

O I Encontro de Macuma teve a participação da autora, de Marlon Vargas, Andrés Tapia (apoio técnico em Comunicação, Confeniae) e do grupo de comunicação quitenho *El Churo*, representado pelo comunicador Jorge Cano. Além disso, contamos com o apoio da prefeitura de Morona Santiago que no final daquele mesmo ano realizaria novo evento de “comunicação intercultural” de maiores proporções, com a participação do prefeito e de comunicadores-ativistas internacionais³⁶⁷.

Surpreendidos pelo anúncio de datas e locais para realização do “processo de Consulta Livre, Prévia e Informada” em diversas comunidades amazônicas (Anexo 9), incluindo aquelas situadas em território do povo de Sarayaku, os primos Achuar Marlon e Jaime Vargas – então, respectivamente, diretor da rádio e presidente da NAE – coordenaram uma rápida ação de incidência política comunicativa. Por parte do governo, estava em curso a “*Campaña de comunicación comunitaria y política para la información y difusión del proceso de consulta previa, dirigido a las comunas, comunidades, pueblos y nacionalidades indígenas, que se encuentran asentados dentro del área de influencia de los Bloques 74 y 75*” – contratada em dezembro de 2014, no valor de **U\$ 399.455,36**³⁶⁸.

O anúncio do jornal levava no dia seguinte (sábado) ao deslocamento até Copataza, visando reagir a iminente “socialização” da SHE naquela comunidade Shuar. Em 30 minutos, sobrevoando o Transkutuku em dois monomotores, ambos chegaram para participar de uma assembleia local, acompanhados de um repórter de Teleamazonas -

³⁶⁷ A Jornada de Comunicação Intercultural ocorreu em Macas, na sede da Prefeitura, como extensão do II Encontro Nacional de Comunicação Comunitária (29 a 31 de outubro de 2015), em 03 de novembro de 2015. Naquela ocasião apresentei aos presentes alguns resultados prévios deste estudo.

³⁶⁸ EQUADOR. Secretaria de Hidrocarburos de Ecuador. Contratos de Régimen Especial. Dez. 2014. Disponível em: <<http://www.she.gob.ec/wp-content/uploads/downloads/2015/01/Re%CC%81gimen-Especial-.pdf>>. Acesso em: 8 ago. 2016.

Macas³⁶⁹, e desta autora. Com este episódio, entendi que as buscas pela ‘palavra roubada’ desde instâncias organizativas das nacionalidades, implicavam numa constante incidência político comunicativa “*hacia dentro*” e “*hacia fuera*” das comunidades, envolvendo muitas vezes uma certa urgência em chegar primeiro a determinados lugares para informar preventivamente, antecipando-se aos órgãos governamentais. Este era o objetivo naquela ocasião: gerar uma mobilização prévia a incidência governamental, garantindo que, quando chegasse, esta não encontraria um terreno fértil, mas sim semeado por palavras *outras*. Contudo, era importante igualmente comunicar “*hacia fuera*”, evidenciando a reação comunitária, como se medissem força com o governo através dos meios de comunicação de que cada um dispunha³⁷⁰.

Naquela ocasião, Jaime Vargas questionara a ação da SHE: “*Quieren romper con nuestra estructura política*”. Alexis Guerrero (representante da SHE), por sua vez, defendeu em entrevista à *Radio Macas*: “uma coisa é o que dizem os dirigentes, e outra coisa é o trabalho que o Estado realiza com os cidadãos. O Estado apenas informa o cidadão”³⁷¹. Enquanto a imprensa comercial se coloca como “imparcial” apesar e em favor de seus interesses de mercado e políticos, o governo adota a mesma estratégia, situando-se num suposto *lócus* objetivo e desinteressado que “apenas informa o cidadão” – como tal, individualizado e desconectado, neste caso, da coletividade étnica que sustenta seus direitos coletivos ancestrais e constitucionais.

Faço breves considerações sobre a assembleia local de Copataza, comunidade abastecida com painéis solares e acesso à internet. Sobretudo destaco o contato com elementos chaves para uma correlação entre práticas deliberativas e comunicativas que caracterizam as nacionalidades, suas formas de diálogo “*casa adentro*” e uma “*pedagogía-accionada y accionadora*” (VILLA & VILLA, 2010, p. 79) central para a transmissão de saberes ancestrais e memórias. Primeiro, as mulheres, como em outras ocasiões, estiveram encarregadas de preparar e servir-nos a *chicha*. Em determinado

³⁶⁹ Cf.: Teleamazonas Macas - Shuar y Achuar rechazan presencia funcionarios hidrocarburos. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=GjW8ZFmkfv0>, Acesso em 14 set. 2015.

³⁷⁰ Tomando parte na ‘guerra informativa’, o governo produziu igualmente sua versão dos fatos que haviam sucedido em Macuma dias antes, desconhecendo a representatividade dos dirigentes da NASHE e da NAE frente às suas bases. Ver: *Comunidades shuar de Macuma aprueban la Consulta Previa de Hidrocarburos* (março-2015). Retirado de <https://www.youtube.com/watch?v=dMNMVuldWE0>, 19-09-2015.

³⁷¹Fonte: Entrevista com Alexis Guerrero (março-2015). Retirado de <https://www.mixcloud.com/RadioMacas/la-consulta-previa-continuar%C3%A1-en-moronacon-alexis-guerrero-de-la-secretar%C3%ADa-hidrocarburos/>, Último acesso em 14-09-2015.

momento, dois homens de mais idade começaram uma apresentação com lança e rifle (este introduzido pelos missionários) de uma saudação tradicional, um diálogo rítmico introdutório (*Anemat*, em Shuar) que recorda histórias e memórias guerreiras e ancestrais. No primeiro capítulo já me referi aos significados deste "discurso cerimonial" que se dá entre pessoas desconhecidas e atualmente é realizado como uma "saudação protocolar" dirigida a autoridades.

Conhecer a tradição do *Anemat* naquela ocasião, e vê-la na semana seguinte, quando estivemos em Macuma, foi de extrema importância para "sentir-pensar" o propósito de uma saudação que sugere o conflito, mas se destina ao re-conhecimento das intenções do *visitante* que se aproxima. A sensação para quem não entendemos o que está sendo dito em idioma originário Shuar é da iminência do ataque entre os dois homens.

Irar é visitante em Achuar, nome do filho de Marlon Vargas e de seu pai, Michael Irar. É um detalhe que me levou a atentar para a importância do "acercamiento" entre 'estranhos' – especialmente no passado vivido em meio aos perigos e surpresas da selva. Aquele que se aproxima, anunciando-se, é recebido com certa desconfiança ritualística, que logo poderá se converter em boas vindas com oferecimento da *chicha*. São elementos não contemplados por um anúncio de jornal com datas aleatórias, e agendamentos das 'visitas' isoladas em cada comunidade.

Ainda que se defenda oficialmente a "relación intercultural", os "valores de interculturalidad", a "comunicación intercultural" e uma "producción radial comunitaria e intercultural"³⁷² sobram dissonâncias com relação ao uso destes termos. Uma visão do "diálogo intercultural"³⁷³ como "utopía realizable y proyecto societal", na qual enfrentar razoavelmente a conflitividade" (TUBINO *apud* ALBÁN, 2013, p. 147) passa ao largo da abordagem imposta pelo governo. Frente aos "planes

³⁷² Estas e outras expressões que ressaltam o *intercultural* e a *interculturalidad* associada à comunicação estão presentes no Projeto de rádios da SNGP entregue à *Secretaría Nacional de Planificación y Desarrollo* (Senplades), no *Plan Nacional de Buen Vivir* (2013-2017) e na *Ley Orgánica de Comunicación* (LOC).

³⁷³ "En este marco, [Andrés] Donoso [de SHE] indicó que el Estado ecuatoriano implementó un proceso de diálogo intercultural histórico, y sin precedentes, reconocido regional e internacionalmente, que inició de manera previa y oportuna, hace más de dos años (julio de 2011) en las zonas de influencia de los bloques en las provincias de Pastaza, parte de Morona Santiago, Orellana y Napo". Fonte: *XI RONDA SURORIENTE: paso estratégico hacia el nuevo desarrollo industrial del Ecuador* (dezembro de 2013). Retirado de <http://www.she.gob.ec/xi-ronda-suroriente-paso-estrategico-hacia-el-nuevo-desarrollo-industrial-del-ecuador/>, Último acesso 13-09-2015.

estratégicos del Estado ecuatoriano” limitados por um cronograma³⁷⁴ prévio entre o lançamento da *XI Ronda* (2012) e a assinatura de contratos (2014), os tempos e contratempos deliberativos comunitários, os dissensos existentes intra e inter comunitários, intra e intergeracionais se tornam bastante disfuncionais para serem contemplados pela “*nueva era petrolera*”.

O respeito às formas próprias de deliberação, previsto em acordos internacionais, foi também mencionado pelo então presidente da NAE, Jaime Vargas, em suas palavras à população de algumas dezenas de pessoas, em Copataza:

*Hace 23, 24 años de la vida organizativa, desde 5 de noviembre de 1993, hasta este año, hemos rechazado rotundamente la explotación petrolera y también hemos rechazado rotundamente el Decreto 1247 de la Consulta Previa Libre e Informada en territorio Achuar. (...) . En la comunidad, el síndico, el dueño de la casa, tiene que decir Señor Jimmy Vera [segmento social y ambiental, SHE] necesitamos nosotros escuchar [sobre] la consulta previa, por tal razón le invitamos tal fecha, en nuestra comunidad, esos son los procesos legales.*³⁷⁵

Jaime Vargas evocara então o “princípio da organização” contra o calendário apresentado pela SHE, afirmando que não haveria uma “consulta”, mas uma “promoção” da exploração petroléira, apenas com apresentação dos benefícios futuros: “*es una propuesta para que la gente se anime, esto no es una consulta*”.

Em relatório de um funcionário da SHE sobre atividade de sua “oficina itinerante” na comunidade de Wisui – parte de Macuma –, em 19 de março de 2015, diz-se que: “Houve a presença de aproximadamente 75 membros da comunidade, e na qual várias instituições do Estado puderam informar à comunidade sobre as políticas públicas e nova lei de hidrocarbonetos”. No informe de atividades, o funcionário acrescenta:

³⁷⁴ Fonte: *Cronograma Ronda Suroriente Ecuador*. Retirado de <http://www.rondasuroriente.gob.ec/ronda-sur-orientecronograma/>. Último acesso: 14-09-2015.

³⁷⁵ Comunicação verbal de Jaime Vargas, então presidente da NAE, em 28 de fevereiro de 2015, em Assembleia Local da comunidade de Copataza, Morona Santiago.

“A comunidade soube agradecer pela presença das autoridades, enfatizando que pela primeira vez o Estado se aproxima das comunidades e as consulta. Houve eventos sociais aos quais fomos convidados como parte da cultura das nacionalidades Shuar da região.”³⁷⁶

Como resposta à convocatória durante a Assembleia de Copataza, na semana seguinte dezenas de homens saíram com suas lanças à comunidade de Macuma, onde a SHE havia igualmente estado, recebida com protestos dos dirigentes e da população. Uniram-se na Paróquia de Macuma representantes de diversas nacionalidades amazônicas para a *VII Convención del Comité Interfederacional* – da NAE, da FICSH, e da NASHE. A convenção havia sido convocada em contraposição às consultas prévias agendadas pelo governo e contra qualquer atividade petrolífera em seus territórios³⁷⁷.

À esquerda, morador de Copataza reproduz *Anemat* em Macuma, onde foi realizada em 8-03-2015 a *VII Convención del Comité Interfederacional* – da NAE, da FICSH, e da NASHE.



³⁷⁶ EQUADOR. Secretaria de Hidrocarburos de Ecuador. Relatório de Atividades da SHE. 2015. Disponível em: <<http://www.she.gob.ec/wp-content/uploads/2015/07/SHOLIS.pdf>>. Acesso em: 15 jul. 2016.

³⁷⁷ Dias depois, novamente o Comitê Interfederacional se reuniu em Taisha. A partir deste novo encontro foram geradas as Resoluções do Comitê Interfederacional das nacionalidades Shuar e Achuar (Taisha, 28 mar.2015) sobre consulta prévia nos Blocos 74 e 75 (Ver ANEXO 18).



Ao fundo, presidentes das nacionalidades Shuar, Achuar, Kichwa (Sarayaku) e Sápára contrários à *XI Ronda*, acompanharam saudação Shuar.

Agustín Wachapá (FICSH – com Tawasap na cabeça) ao lado de Rafael Washicta (Macuma – NASHE, blusa azul), dando entrevista a documentaristas estrangeiros que estavam registrando a Convenção das organizações amazônicas.

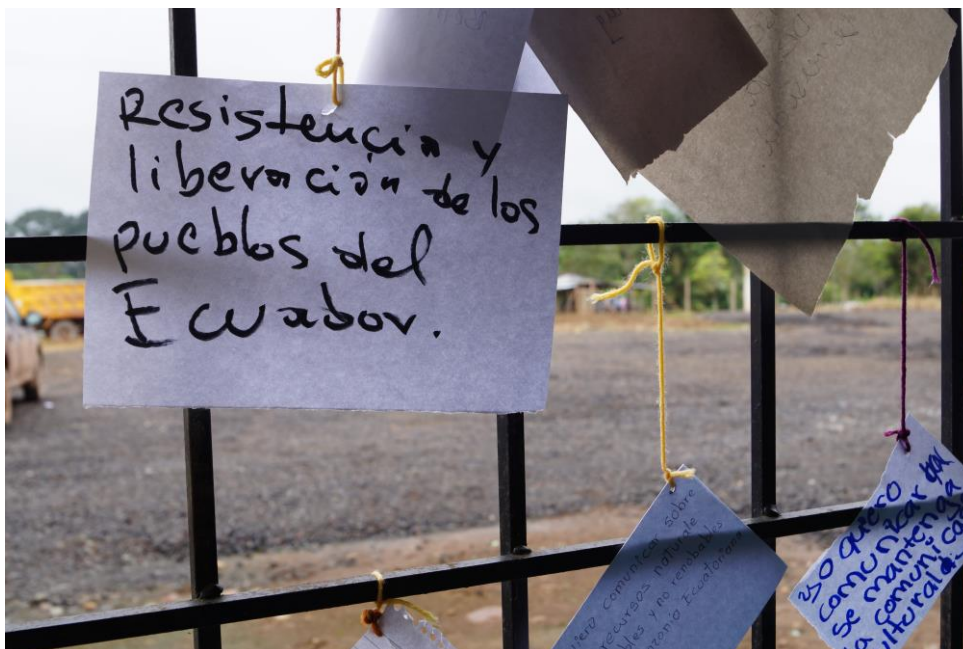


Ao centro, Domingo Ankuash, ex-presidente de Confeniae (2008-2010) e líder indígena Shuar (comunidade de Kupiamais), que luta ao sul da Amazônia equatoriana contra a ação de empresas mineradoras, atuantes no Projeto Mirador.

Bartolo (Manari) Ushigua (segundo da direita à esquerda), líder Sápara, se soma a Convenção que enfatizara postura contrária à consulta prévia realizada pelo governo em territórios amazônicos da região Centro Sul.



A Convenção em Macuma e a necessidade de capacitar “reporteros comunitários” para informarem prontamente sobre futuros incidentes, fizera com que a ‘oficina de *co-labor*’ proposta dias antes a Marlon Vargas, apenas para integrantes de *La Voz de la NAE*, se desse afinal na sede da NASHE, em Macuma. Ali, nos reunimos mais de trinta pessoas, entre jovens, mulheres e homens, líderes das organizações e colaboradores. No dia anterior, chegaram a Macuma mochileiros – voluntários em temas de comunicação – e um grupo de documentaristas estrangeiros que acompanhavam o prefeito Marcelino Chumpi.



Marlon Vargas – então diretor de *La Voz de la NAE* - expressou que gostaria de comunicar a “Resistência e liberação dos povos de Equador”

Marlon Vargas registra palavras introdutórias de Jaime Vargas, então presidente da NAE. Marlon comentaria posteriormente que veiculou pouco do encontro na rádio “*para no dar pista al regímen*”.



Dinâmica de aproximação e apresentação durante encontro de comunicação com moradores de Macuma, e integrantes das rádios *La Voz de la NAE*, Tuna (Israel Vargas, locutor e filho do então diretor da rádio, Antonio Moncayo Vargas) e *La Voz de Arutam*.

Com apoio logístico (alimentação e transporte) da prefeitura de Morona Santiago, foram realizadas no dia seguinte à Convenção, dinâmicas interativas, começando pela proposta de que cada um dos presentes pendurássemos na janela algo que gostaríamos de comunicar.

Posteriormente, através de um *sociodrama* foi proposto aos presentes que imaginassem como notificariam um evento como aquele ocorrido semanas antes, quando a SHE tentou iniciar uma “*mesa de diálogo*” e dirigentes da NASHE impediram que aquele órgão desse sequência à atividade.

As notícias (hipotéticas) produzidas pelos moradores de Macuma, em alguns casos, reproduziam ênfases jornalísticas contrárias às próprias comunidades, colocando em primeiro plano a ação da SHE e, em segundo, uma reação “violenta” dos membros da comunidade. Então, refletiu-se sobre a importância de colocar a comunidade como *agente* dos fatos e não apenas como sujeito que reage intempestivamente em contraponto a algo externo.

‘Notícia’:

Representantes de la secretaria de hidrocarburos llegan a la Parroquia Macuma, para socializar la consulta previa. Sin embargo, los representantes de la organización NASHE, más la fuerza del pueblo, presentaron un rechazo enérgico, amenazando con armas punzantes y despojando a toda la gente [risos]. (Morador de Macuma)

O comunicador social Jorge Cano, do coletivo quitenho de comunicação *El Churo*, observou naquela ocasião que seria mais adequada a mudança na ordem dos fatos narrados: “*comunidad de Macuma organizada y pacíficamente expulsó a la Secretaría de Hidrocarburos*”. O comunicador justificara a mudança sugerida: “*Así ustedes están colocando como sujeto prioritario a la comunidad. Cuando uno cuenta una historia, hay varias formas de contarla. Si yo priorizo a la Secretaría de Hidrocarburos le estoy poniendo por sobre la comunidad*”.

Aquele encontro foi introduzido pelos presidentes das nacionalidades representadas, Rafael Washicta (presidente da NASHE) e Jaime Vargas (então presidente da NAE). O primeiro ressaltara a necessidade de uma emissora (de rádio) para sua nacionalidade – o que permanecia pendente com a suspensão das segunda e terceira fases do projeto da SNGP; o segundo reforçara a importância de trabalhar em favor da comunicação comunitária, valorizando outros meios e formas de comunicação presentes nas comunidades:

Lo que hoy vamos hablar es como fortalecer el tema de comunicación en las comunidades. No es solamente emisora, hay varias fuentes de comunicación (...). ¿Antiguamente cómo nos comunicábamos? Ya nos comunicábamos con la naturaleza? ¿No es cierto? (...) Toda esta

comunicación tenemos que seguir en este proceso de la comunicación comunitaria. (...) Tenemos dirigentes de comunicación pero que aún no entendemos que significa ser dirigente de Comunicación. No es solamente estar gestionando la radio, no, es fortalecer la comunicación interna. (...) Ayer decían que el presidente [de la NASHE] se reunió con la gente del gobierno, ¿escucharon esto jóvenes? Pero si alguien estaba preparado en tema de comunicación, el hacía chic chic (som e gesto de fotografía), tomaba fotos, grababa y decía: ‘Señor presidente, ¿por qué se reunió usted? Informe’. (...) Y por eso hoy hemos convocado para que la NASHE, la NAE se fortalezcan a este nivel.³⁷⁸

Assim como em experiências anteriores, foram abordados problemas, potencialidades e compromissos a serem estabelecidos, tendo em vista aquela conjuntura específica. Entendi que um dos limites ao *co-labor* seria o desenvolvimento de um trabalho orgânico, conectado a dinâmicas, tempos e espaços próprios das comunidades ou das rádios – ou ainda numa integração entre ambas. Busco compreender que o encontro em Macuma fez parte de um processo que já vinha se desenvolvendo, e que não se encerraria numa única oficina. Na verdade, a meu ver, aquele encontro representou um dos pontos de cruzamento entre o percurso da pesquisa – limitado pelos tempos acadêmicos – e os fluxos comunitários e organizativos, por sua vez, igualmente atravessados por lógicas governamentais externas.

TABELA 18 - Desafios e propostas para comunicação comunitária em oficina de Macuma (março/2015)

Problemas	<ul style="list-style-type: none"> • Problema econômico • Perda de identidade cultural e educativa • Exploração da natureza. • Desigualdade, divisão, falta de coordenação e falta de comunicação.
Potencialidades	<ul style="list-style-type: none"> • Reunião familiar, assembleias, congressos, convenções e <i>cumbres</i>.

³⁷⁸ Comunicação verbal do então Presidente da NAE, Jaime Vargas, durante oficina de comunicação na Sede da NASHE, 9 de março de 2015.

O que temos?	<ul style="list-style-type: none"> • HF, <i>churo</i>, megafone, equipamentos amplificadores, mensageiros comunitários, computadores, celulares, transporte aéreo e terrestre. • <i>La Voz de la NAE, La Voz de Arutam</i>, Internet [redes sociais]. • <i>Diálogo</i>.
Compromissos/ O que buscamos?	<ul style="list-style-type: none"> • Identificar pessoas com habilidades para comunicação • Capacitação de comunicadores comunitários. • Desde as comunidades: enviar resoluções tomadas às rádios como “NAE” e outras. • Passar informações por HF.

Fonte: Elaboração própria, a partir da atividade realizada em Macuma com moradores(as) de diferentes comunidades.

6.4.2 Dos (des)caminhos para a re-existência.

Kawsay Sacha (Kichwas), *Sumak Kawsay* (Kichwa), *Tarimiat* ou *Tarimiat Pujustin* (Shuar/Achuar). Muitas nacionalidades e povos indígenas possuem uma concepção própria de ‘vida boa’, representada em seus idiomas. Qualquer tradução se torna insuficiente. Mais que uma palavra (que não necessariamente está definida para todas nacionalidades³⁷⁹), entendo que, sobretudo, está em questão a manutenção de experiências, de “cosmo-convivências”, de cotidianidades *desde* e *com* o território. A repetição dessas preposições (em itálico) ao longo de todo este texto destinou-se a demarcar o papel do território como ‘local’ de resistências e “re-existências”, mas também como *actante* (LATOURE, 2012), na medida em que são descritos vínculos e interações com a terra, o rio, as montanhas, as cachoeiras, as árvores, as plantas, os animais etc.

Em outubro de 2013, no âmbito de manifestações contra a *XI Ronda*, foi divulgada a “*Declaratoria del Kawsay Sacha – Selva Viviente de los territorios de las naciones originarias del centro sur amazónico*”. Neste documento consta que: “as nações originárias amazônicas mantêm “cultural e ancestralmente”, uma estreita relação com

³⁷⁹ Quando questionei a Bartolo (Manari) Ushigua sobre a existência de um conceito correspondente na cultura Sapara ao “*Buen vivir*”, sua resposta foi: “*Eso inventaron los quichuas de la sierra. Pregunte a ellos*”. Comunicação virtual em 25-07-2016.

seus territórios, “sendo a selva o espaço de vida de todos os seres” (...) “incluindo os mundos animal, vegetal, mineral e cósmico”³⁸⁰ – tradução própria.

Segundo Adolfo Albán, a re-existência seria a “construção da vida digna” por sujeitos “historicamente desvalorizados, racializados, estigmatizados”. “Re” não está associado a ‘regressar’, observa o autor, mas a uma “reelaboração”, de modo a “pensar a vida permanentemente para buscar possibilidades para vidas distintas daquela que o capitalismo impõe”. Especialmente porque no âmbito da modernidade ocidental, o favorecimento de um “monoculturalismo” representou a negros e indígenas uma “não existência” ou sub-existência, restrita àquela “zona de não ser” a que se referiu Fanon. Albán ainda destaca que, segundo as lógicas comunitárias indígenas, “o passado está adiante”, “os mortos estão num tempo onde eu não cheguei”, de tal forma que “a morte está num futuro, onde os ancestrais já chegaram”³⁸¹.

A resistência consiste, dentre outras coisas, na disputa pela palavra, e especialmente pela(s) palavra(s) que indicam um caminho para relacionar-se de um modo *próprio* com o território. A re-existência, conluo, é a palavra em ação, trata-se da palavra acionada *com* e *desde* o território. Ou seja: desde as “pedagogias da escuta”, desde os diálogos entre diferentes gerações, ou ainda a interlocução entre seres vivos e não vivos. Trata-se de uma comunicação mais equânime, onde os sujeitos ‘falantes’ tem semelhante espaço para emitir-receber a palavra, onde a disputa por esta existe e os conflitos, a polifonia e os ruídos são parte do diálogo – como no caso da saudação Shuar (*Anemat*). Portanto, trata-se de uma interação mais horizontalizada, contrariamente ao que vemos no âmbito do BVE³⁸².

³⁸⁰ Fonte: *Declaratoria del Kawsay Sacha – Selva Viviente de los territorios de las naciones originarias del centro sur amazónico* (Outubro de 2013). Retirado de: <http://pt.slideshare.net/ElChuroComunicacion/propuesta-kawsay-sacha-22-de-octubre>. Último acesso: 25-07-2016.

³⁸¹ Comunicação verbal, na Universidade Andina Simón Bolívar, em 18-12-2014.

³⁸² Sobre esta “horizontalidade” presente nas relações comunitárias, é importante intercalar uma observação sobre a nacionalidade Waorani e acerca das diferenças entre o que cada nacionalidade entenderá e vivenciará como ‘lógica comunitária’. O ecólogo e ativista de direitos humanos, Eduardo Pichilingue, ressalta a distância entre a lógica Wao e a lógica da sociedade majoritária. Segundo ele, a lógica de clãs, característica dessa nacionalidade, está demarcada pela presença de um “líder ancestral”, diferente de uma lógica mais ocidental, que é aquela das organizações, com seus presidentes eleitos periodicamente. Há outro tipo de lógica comunitária, segundo Pichilingue, de modo que os Waorani “não são ‘comunitários’ como os Kichwas da Serra, por exemplo”. Comunicação virtual em 26-07-2016.

Nesse sentido, os caminhos para a re-existência apontam para experiências que colocam em ação interlocuções negadas no âmbito da “modernidade/colonialidade”. Retomo aqui uma consideração anterior, relevante não apenas para compreender ‘os caminhos para a re-existência’, mas também para destacar os limites da “palavra concedida” no âmbito do *Buen vivir* institucionalizado e conduzido pela *Revolución Ciudadana*.

A condição primordial para o “desenvolvimento” proposto às comunidades amazônicas é a de que estas dissociem *palavra e território*. Ao permitirem a entrada da indústria petrolífera em seus territórios, se flexibiliza uma interlocução/ conexão sujeito-natureza que é característica das comunidades indígenas, convertendo a natureza em objeto, ‘recurso’ e não mais em sujeito/ interlocutor/ ser ‘*viviente*’.

Uma afirmação de Ena Santi, professora e Dirigente de Mulheres de Sarayaku, abrange as considerações acima sobre a re-existência: “*existe todo*” e “*todo existe*”, diz ela. Ena nos expressa a reivindicação de uma ontologia *outra*³⁸³, ou seja, possibilidades *outras* de existência da “natureza” e, portanto, possibilidades *outras* de ‘co-re-existir’ *na/ com* a “natureza”, de forma horizontal e transversal. Isso pressupõe interlocuções diversas que conformam, para muitas comunidades indígenas, o inter-existir sujeito-“natureza”.

Nas palavras de Porto-Gonçalves, “numa sociedade que tudo mercantiliza, um bem só tem valor econômico se é escasso” (2006a, p. 289), daí porque a economia mercantil se contrapõe à concepção da natureza como riqueza, abundância, bem comum. Diante da “da necessidade de forjar novas teorias que tomem como base a riqueza e não a escassez” e, como tal, “vá para além do capitalismo” (PORTO-GONÇALVES, 2006^a, p. 289), as palavras de Ena reinstauram o espaço de abundância – e não de pobreza ou escassez, como argumenta o governo em suas estratégias persuasivas. Nas palavras de Ena, sobressai o *buen vivir* ou mais propriamente o *Sumak Kawsay*, “sentipensado” pelas mulheres de Sarayaku:

³⁸³ Acerca das insurgências epistêmicas de mulheres afro-colombianas, Betty Ruth Lozano Lerma (2016), refere-se a uma “ontologia que reivindica a vida”. Cf. LOZANO LERMA, Betty Ruth. Tejiendo con retazos de memorias insurgencias epistêmicas de mujeres negras/afrocolombianas. Aportes a un feminismo negro decolonial. Tese (Título de Doutor em Estudos Culturais Latino-americanos), Universidad Andina Simón Bolívar. Cali. 2016. 269 p. Disponível em: <<http://repositorio.uasb.edu.ec/bitstream/10644/4895/1/TD063-DECLA-Lozano-Tejiendo.pdf>>. Acesso em: 27 jul. 2016. Ressalto aqui, igualmente, considerações de Escobar (2013) sobre o “dualismo ontológico” e sua influência sobre uma “crise ecológica da razão”, uma crise daquilo que a cultura dominante fez da razão, ou de uma forma de racionalidade que reivindica o domínio sobre a “natureza”, este amparado em múltiplos “centrismos”, tais como o antropocentrismo, eurocentrismo e androcentrismo.

Sumak Kawsay para las mujeres siempre [suspira] siempre hemos tratado, siempre hemos hablado en asambleas, en los talleres de las mujeres nos dice ... nos han dicho las mujeres que el Sumak Kawsay ahí es, hay que tener buen educación, buen salud y buen alimentación, en salud más que todo, conocer todo lo de... de lo nuestro, lo que hay medicina natural, y de ahí de educación hay que saber educación de afuera, educación propia de nosotros (...) La alimentación hay que tener todo lo necesario, y cuidar nuestra Pacha Mama, la selva, desde ahí viene la alimentación, nosotros no tenemos mercado, una casa donde que está todo, no, el mercado de nosotros es esto, lo que están observando ustedes. (...) Pacha Mama es donde existe todo, ¿ya?, o sea, hay que cuidar que sea la tierra no contaminada, los animales que haiga abundantes, los árboles que tienen años hay que cuidar, hay lagunas sagrados, todo existe, o sea, eso hay que tener para poder tener un buen vivir, eso sabíamos decir las mujeres.³⁸⁴

Acompanhando as palavras da dirigente Sarayaku, a re-existência pressupõe, o reconhecimento de uma existência ampla, conjunta, interativa. Das experiências narradas neste estudo, apreendo que a ‘palavra liberada’ é aquela que permite vínculos múltiplos homem-natureza. Exige compreender os limites de um BVE que segue sustentado sobre o antropocentrismo, em detrimento de uma “gestão biocêntrica” (GUDYNAS, 2009). No âmbito de um Estado plurinacional, está em questão um “*cambio en la vinculación*”: os ecossistemas, a “natureza” deixa de ser um “conjunto de objetos úteis, passa a ser outro ser um outro, vivo, de hierarquia semelhante à humana” (GUDYNAS, 2009, p. 83). Afinal, se “tudo existe”, amplia-se o conjunto de interlocuções possíveis, pois torna-se maior o universo de sujeitos(as) reconhecidos, dotados de diretos e de existência. Talvez seja uma das alteridades mais difíceis de incluir na Modernidade, se tomado o projeto de “transmodernidade” referido por Dussel (2005). À negação de existência do “Outro” subalternizado somam-se processos de emudecimento da “natureza” objetificada, instrumentalizada. Uma “natureza” que não é apenas ‘terra’ ou ‘recurso estratégico’, mas que está incluída num “entretocado de

³⁸⁴ Entrevista realizada por Marina Ghirotto Santos, Carmen e pela autora, em 15-11-2014, na comunidade de Sarayaku.

dimensões discursivas” (ESCOBAR, 2005) que se mantém através do contato entre a palavra e o território, em múltiplas relações dialógicas.

Passeando novamente pelo (incompleto) ‘mapa teórico-conceitual’ exposto ao primeiro capítulo, a *palavra liberada* flui pelo ‘mapa’ ativamente, ou seja, é acionada no caminhar interrogante e pedagógico. Desse modo, *casa adentro/cada afuera*, explora possibilidades de agenciamento dentro-fora da “modernidade/colonialidade”, possibilita tecer o comunitário numa inter-existência entre “cultura” e “natureza”.

O ‘roubo’ da palavra é antes uma negação à palavra emitida e vivida *desde e com* o território – os saberes, memórias, pedagogias, sonhos, ‘segredos’ etc. Os processos violentos de traslado à modernidade consistiram, não por acaso, em proibições à comunicação em idiomas originários indígenas (“Deus está vendo, não fale Shuar” – eram os dizeres na escola Salesiana). A concessão da palavra num paradigma estatal do *Buen vivir*, por sua vez, produziu zonas seletivas de “participação cidadã”. Ao contrário da ‘*palavra recuperada*’ – outra face da ‘*palavra concedida*’ – a ‘*palavra liberada*’ não apenas reage, age. Sua origem nunca será o Estado nem as instituições governamentais, ou algum órgão governamental que gere uma política pública de “fortalecimento organizativo” e/ou comunicativo.

Sua origem se dá no espaço *entre* o sujeito (coletivo) e o território, sendo este o espaço da convivência intra e interfamiliar; do diálogo matutino regado a *wayusa* e *chicha*; dos ‘segredos’ e sonhos compartilhados *casa-adentro* (especialmente no caso dos Sáparas, detentores de um “patrimônio onírico”); da partilha entre as mulheres na chakra, no preparo da *chicha*, na transmissão de habilidades para moldar e delinear nas *moncawas* uma vez mais a relação com o território. Sua criação flui desde a transmissão do tecido com a palha de *chambira*, como fazem as mulheres Waorani; ou ainda na partilha intergeracional acionada nos rituais com a *Ayahuasca* – ou *Natém* em Shuar. Sua contribuição às re-existências se dá na medida em que possibilita o re-encontro entre a *palavra e o território*, num “(re)nomear-se[r]” intersubjetivo, dialógico e coletivo.

CAPÍTULO 7

UM POSSÍVEL “*IPIRAK*”³⁸⁵ PARA FUTUROS CAMINHANTES

- CONCLUSÕES

A busca pela ‘*palavra roubada*’ ultrapassou os imprecisos limites das comunidades ou organizações indígenas da Amazônia Centro-Sul. Tendo em vista que o *locus* inicial do trabalho de campo foram as rádios concedidas a partir de um projeto da *Secretaria Nacional de Gestión de la Política*, a abordagem acabou gravitando ao redor de alguns eixos principais. Além da ‘*palavra roubada*’, outros eixos foram: 1. o da *palavra concedida/ recuperada*, 2. o do “serpenteio” e 3. o das palavras de *re-existência* ou *palavras liberadas*.

O “serpenteio”, como metodologia-pedagogia de abordagem das estratégias *hacia dentro e hacia fuera* do Estado adveio principalmente das características de um projeto/ processo de comunicação comunitária que foi gerido e conduzido por um órgão de “gestão da política” (desde “cima”). Meus questionamentos iniciais giravam ao redor das condições existentes para uma ‘recuperação’ da palavra em detrimento das eventuais armadilhas (*trampas*) e de constrangimentos impostos pela “palavra concedida”. Esta pressupunha um reconhecimento, importante na medida que abria espaços ao diálogo. Contudo, entendi que, igualmente, se abria uma nova agenda de constantes, dinâmicas e ‘serpenteantes’ disputas pela palavra (desde “abaixo”).

Abordei processos de “traslado à modernidade” que, a meu ver, não devem ser tratados como definitivos, uniformes, nem como movimentos passivos por parte dos(as) sujeitos(as) subalternizados(as), exteriorizados (as). A “modernidade/colonialidade”, no sentido privilegiado neste estudo, possui várias ‘entradas’, nenhuma delas destituída de violências, simbólicas e/ou físicas - o “simbólico” não deixa de apresentar uma dimensão igualmente física.

Concluo aproximando-me de Dussel (2005), para quem a “Modernidade” foi a justificativa de uma “práxis irracional de violência”. Seu “conteúdo mítico compõe as justificativas para a “guerra justa colonial””, diz o autor. Dado o caráter “civilizatório” da

³⁸⁵ “*Ipirak*”, em Shuar, é um sinal - como um corte pequeno nas plantas das árvores - que indica o caminho para aqueles(as) que vem atrás. Gratidão a *Kaar Atamaint* e a José Vargas (FENASH-P, Shuar de Pastaza) por compartilhar esta experiência.

“Modernidade”, seriam inevitáveis os sofrimentos ou sacrifícios (os custos) da “modernização” dos outros povos “atrasados” (imaturos), das outras raças, escravizáveis, do outro sexo, supostamente frágil. É este processo que aproxima sujeitos racializados, como negros e indígenas. É este processo, dadas suas especificidades, que me permite retomar aqui a perspectiva de um véu racializador, por sobre o qual emite-se historicamente uma palavra: roubada, assimilada, exotificada, silenciada, folclorizada, exteriorizada, colonizada, evangelizada; mas também resistente, resiliente, recuperada, liberada, fronteira, re-existente.

A proclamação de um Estado “plurinacional” e “intercultural” se anunciara aos meus olhos e demais sentidos, desde 2008, como possibilidade ao tal “projeto trans-moderno”, numa perspectiva aberta de construção do futuro no sentido de um “paradigma mundial de Modernidade/alteridade”. Esta expectativa se mostrou equivocada. A realidade equatoriana se mostrou ainda distanciada de uma real alternativa ao paradigma (ou *paradogma*) eurocêntrico de “Modernidade”, o qual pressuporia, ainda tomando as palavras de Dussel, uma realização conjunta da “Modernidade” e de sua alteridade negada (DUSSEL, 2005). Ainda assim, essa realização anunciada na Constituição de 2008, foi a principal motivação – tal como o horizonte de Eduardo Galeano – para a busca deste estudo. A presente conclusão está delineada não no sentido de um ponto de chegada, ou de encerramento, mas sim da reabertura para novos ciclos, o que exige revisitar os caminhos percorridos.

Ipirak 1 - A noção de resistência e os limites da ‘escuta’.

A possibilidade de uma correalização da “Modernidade” e de sua alteridade negada, levaram-me a considerar a existência de “brechas” para um ‘serpentear’ *dentro-fora*, ou ainda para o que Walter Mignolo identificou como “pensamento(s) fronteira(s)”, tecido(s) por sujeitos(as) não exteriores, mas exteriorizados(as).

No primeiro Capítulo, ressaltei a noção de *resistência* trazida na bagagem, durante a fase exploratória da pesquisa, realizada em grande parte ainda no Brasil. De maneira conclusiva, afirmo que o ‘convite’ emitido às nacionalidades, desde o governo, para *interculturalizar a palavra* apresentara em seu entorno – e face a conjuntura da *XI Ronda* –, obstáculos diversos às resistências e (re)existências de representantes das nacionalidades amazônicas.

A “criação de uma rede de meios comunitários...” – título do projeto aqui abordado – viria acompanhada de uma agenda oficial de projetos e estratégias político-comunicativas que priorizavam a ‘verticalização da palavra’, numa estrutura um tanto rígida quanto aos sujeitos ou órgãos emissores da mensagem veiculada.

Uma das perguntas inicialmente postas (“Pode o subalterno ser escutado?”) conduziu-me por caminhos diversos entre algumas pretensas instâncias de ‘escuta’ do governo, dando ênfase aos processos de “consulta prévia”. Este constitui um direito previsto e normatizado por dispositivos legais, nacionais e internacionais.

A qualidade e abrangência da ‘escuta’ colocou em questão os desafios de construir uma comunicação (e um Estado) plurinacional e intercultural – tal qual prevê a constituição equatoriana de 2008. Isso porque, segundo quis demonstrar neste trabalho, a suposta inspiração em princípios filosóficos de uma matriz originária indígena deu origem ao *Buen vivir de Estado*. Desse modo, princípios-chaves constitucionais estão, em verdade, subordinados a uma interpretação restrita quanto ao caráter “estratégico” dos recursos naturais (incluindo a radiodifusão), sobre os quais soberanamente o Estado – regido pelo governo em exercício – se reserva o direito de dispor, em benefício de um projeto determinado de “desenvolvimento”.

Em certos momentos, o referido caráter “estratégico” se apresenta na contramão dos “direitos da natureza” (Artigo 71); da “comunicação livre, intercultural, inclusiva e participativa” (Artigo 16); do “direito à resistência” (Artigo 98); da garantia de um regime de desenvolvimento junto à “realização do *buen vivir*, do *sumak kawsay*” (Artigo 275); do “direito humano à água” (Artigo 12) como algo “fundamental e irrenunciável”; do “direito a um ambiente são e ecologicamente equilibrado” (Artigo 14). Enfim, na contramão de direitos que, em seu conjunto, conformam a base do chamado “*espíritu de Montecristi*”³⁸⁶

Em última instância, um dos equívocos inerentes ao que identifico como ‘*Buen vivir de Estado*’ diz respeito a incongruência entre *soberania* e *democracia*, esta última tomada num sentido plurinacional e intercultural, e não apenas representativo liberal. Logo, as prerrogativas do Estado – gerido no Equador pelo governo da *Revolución Ciudadana* – são sobrepostas e contrapostas aos direitos constitucionais adquiridos, essencialmente àqueles coletivos.

³⁸⁶ Esta expressão é utilizada por assembleistas dissidentes, como Alberto Acosta, no sentido de demarcar a distância entre princípios que inspiraram a Carta Magna e o que seria uma distorção dos mesmos pelo governo Correa.

A “cidadania” tem sido convocada recorrentemente à participação no Equador. São incontáveis os dispositivos legais e os espaços criados para fortalecê-la. No entanto, a mesma “cidadania” é homogeneizada e individualizada de tal forma que, por exemplo, o processo de “consulta prévia” abordado no Capítulo 4 expõe o desconhecimento por parte do governo nacional de particularidades inerentes às nacionalidades e povos indígenas.

A “interculturalidade funcional” praticada desde o governo não rompe com a metodologia-pedagogia instrumentalizadora do passado de “*acercamientos*” missionários e petroleiros – especialmente no caso amazônico priorizado. A compartimentação do território em blocos petroleiros, por si só pode ser citada como desrespeito à “cosmo-convivência” homem-natureza”. Além disso, a realização de “consultas” não vinculantes enfatiza uma vez mais essa perspectiva frente aos territórios ancestrais indígenas.

Afinal, dissera o funcionário da SHE em fala reproduzida no Capítulo 6, “uma coisa é o que dizem os dirigentes, e outra coisa é o trabalho que o Estado realiza com os cidadãos. O Estado apenas informa o cidadão”. Ao individualizar a cidadania, o governo enfraquece vínculos comunitários, desconhece líderes legitimados em processos de eleição e deliberação *próprios*, deflagra o não reconhecimento de instâncias decisórias das nacionalidades indígenas. Sob a premissa de informar, representantes do Estado se outorgam um papel, por fim, incongruente com o artigo 57 da Constituição de 2008, especialmente no trecho em que se garante o respeito às “*formas de convivencia y organización social, y de generación y ejercicio de la autoridad, en sus territorios legalmente reconocidos y tierras comunitarias de posesión ancestral*”.

As referências legais tem por objetivo assentar nestas últimas páginas o desrespeito ao próprio marco filosófico-legistativo consensuado pelas instâncias máximas oficiais de poder equatorianas.

Ipirak 2 – As estratégias comunicativas/ persuasivas do governo Correa

Um dos elementos que reforçaram a necessidade de outra concepção de resistência e outra imagem do “subalterno” em relação aos indígenas amazônicos tem a ver com a titularidade de territórios ancestrais conquistada pelas nacionalidades amazônicas nos anos 90. A garantia deste direito coletivo impõe uma revisão de certo estigma e homogeneização dos subalternos como ‘despossuídos’. Sem desconsiderar as imposições e sobreposições características da “diferença colonial”, entendi a importância de atentar

para a atuação dos povos e nacionalidades através das brechas e *grietas*, fissuras, da “modernidade/ colonialidade”.

Minha abordagem sobre ‘múltiplas entradas’ na Modernidade ocidental não deve ser confundida com aquelas que advogam em favor das “modernidades múltiplas”³⁸⁷. Referem-se mais propriamente a possibilidades diversas de encontro/confronto com um ‘uni-verso’ não homogêneo. Não se trata de múltiplas formas de viver o ideal “moderno”. Trata-se, ao contrário, de enfatizar a barra [/] intercalada entre modernidade e colonialidade como forma de perceber a inclusão (“pluriversa”) do “outro” subjugado. Um “outro” que permitiu à Europa alcançar sua pretensa “centralidade”, característica primeira no para caminho trilhado para o ser “moderno” europeu (MIGNOLO, 2011; DUSSEL, 2005).

A Amazônia equatoriana, historicamente a região com números mais baixos em termos de serviços sociais básicos, é o lócus de origem do ‘combustível’ – em duplo sentido – aos avanços socioeconômicos do país. É duplamente o lugar da *abundância*: seja uma abundância que se explora sob risco da escassez – o petróleo é um recurso finito e, como *commodity*, seu preço está subordinado aos fluxos e refluxos do sistema capitalista global; seja uma abundância *outra* renovável, inesgotável, equilibrada por sistemas de reciprocidade homem-natureza.

Tais características e potencialidades fazem da região uma importante destinatária dos recursos governamentais da *Revolución Ciudadana*, inclusive para legitimar o discurso de uma “nova época petroleira”.

No âmbito comunicativo, este estudo destinou-se a expor algumas práticas e lógicas que regem a ação governamental, o que acabou evidenciando uma potente estratégia de incidência/ persuasão político-comunicativa junto às organizações indígenas. Certamente, este estudo expõe fragmentos de tais esforços, ou seja, aqueles que me interessaram enfatizar como parte dos propósitos aqui depositados.

Destaco as reiteradas evidências que apontam para: a verticalização da palavra; as pedagogias-pontes, com a instrumentalização pró-extrativista de princípios e elementos diversos (espirituais, inclusive³⁸⁸); a neocolonização do *território* e da *palavra*, com a

³⁸⁷Eisenstadt, S. N. (2000) 'Multiple modernities', *Daedalus* 129; pp. 1-29

³⁸⁸ Destaco o exemplo da ‘transmutação’ do *Yasamanga* em Estado na história infantil distribuída durante uma “socialização petroleira” (Capítulo 4).

sobreposição da territorialidade oficial sobre as territorialidades indígenas amazônicas; as ‘escutas seletivas’, particularmente em processos de “consulta prévia”.

Destaco as contribuições deste estudo para além do que indica seu título. Por compreender que as estratégias de comunicação e articulação dos povos e nacionalidades indígenas impõem uma incidência político-comunicativa dentro-fora do Estado, dentro-fora dos órgãos governamentais, dediquei-me a abordar algumas interlocuções nestes dois âmbitos. São contundentes os documentos, dados e descrições de processos que demonstram, para além dos marcos lógico-teóricos de projetos encaminhados à SENPLADES – secretaria de planejamento do governo equatoriano –, esforços de incidência/persuasão político-comunicativa desenvolvidos como política de governo.

Os documentos apresentados acerca da “consulta prévia” conduzida pela *Secretaría de Hidrocarburos*, bem como os ‘*acercamientos*’ individualizados às comunidades amazônicas e o “fortalecimento organizativo” conduzido desde a SNGP, resultaram no acirramento de divergências inter e intra-organizativas. Ao assumir como prioridade de governo a chamada “batalha da mídia”, a *Revolución ciudadana* incorreu, a meu ver, em silenciamentos que remetem às antigas *pedagogias-ponte* de meados do século passado, em especial àquelas perpetradas desde a educação intercultural bilíngue de missionários católicos e evangélicos, um dos principais campos de ‘traslado’ à modernidade.

Reconhecer as estratégias oficiais, acredito, é um caminho necessário para repensar estratégias comunicativas *próprias*, estabelecidas desde as comunidades, desde o território, comunicando re-existências da palavra “em-lugar”.

Ainda sobre as estratégias de comunicação do governo, entendo que a inclusão do Equador entre os ditos “governos progressistas”, ou mesmo sob a generalização dos “socialismos do século XXI”, inspiram necessárias reflexões sobre deturpações dos caminhos para uma comunicação emancipadora, liberadora e de(s)colonizada. Há uma agenda de autocríticas importantes face aos processos de direitização vividos desde a ruptura democrática no Brasil ou, antes, com a eleição de Mauricio Macri na Argentina e a instabilidade política da Venezuela de Maduro.

Com suas especificidades, tanto no caso equatoriano como no caso brasileiro, a necessária autocrítica poderia começar com o tema das políticas – da debilidade ou mesmo ausência de políticas – de democratização da comunicação. Certamente, encontraremos aí subsídios importantes para abordar os limites dos chamados “governos progressistas” no

enfrentamento ao “colonialismo interno” (CASANOVA, 2006; CUSICANQUI, 2010). Este conceito igualmente nos chama à reflexão sobre avanços e limites no enfrentamento ao “capitalismo dependente” (DOS SANTOS, 2011), particularmente naquilo que tange a abertura do pensamento crítico latino-americano às múltiplas alteridades de leituras pós-extrativistas. As tramas e *trampas* entre comunicação e desenvolvimento, como demonstra o presente estudo, podem consistir num importante ponto de partida – vide os desafios em cruzar a autogestão da comunicação comunitária com a realidade político-deliberativa e econômica das comunidades.

Ipirak 3 – A ampliação da fronteira e a comunicação *na* fronteira

Em 2009, a morte do professor shuar Bosco Wisuma – homônimo do salesiano Dom Bosco – marcou um período de conflitos ao sul da Amazônia equatoriana, os quais vitimariam anos depois outros indígenas da mesma nacionalidade (Freddy Ramiro Taish e José Tendetza).

Atenta a processos intercalados de continuidades e rupturas com a “modernidade/colonialidade”, ratifico que a expansão da fronteira petroleira no sentido da Amazônia centro-sul anunciara desde os últimos anos uma nova onda de traslado à modernidade, o que representa um risco particularmente grande para algumas comunidades mais frágeis em termos ‘sócio ambientais’³⁸⁹. Seja por sua localização geográfica – próxima a cabeceiras de rio –, ou pelo já avançado processo de extinção de determinadas culturas. Esse é o caso da nacionalidade de Glória e Bartolo Ushigua, irmãos Sáparas oriundos de Llanhamacocha. Ainda mais preocupante é o caso dos familiares da nacionalidade Waorani em isolamento “voluntário” que e, embora tentativas de se manterem ‘fora da modernidade’, estão continuamente pressionados pelo ‘bloqueamento’ de seus territórios e por atividades extrativistas, com destaque àquelas iniciadas desde o fim da iniciativa *Yasuni ITT*, no bloco 43.

A julgar pelas resistências impostas à época da licitação de alguns dos 21 blocos que integram *XI Ronda* (Capítulo 4), e pelos conflitos já deflagrados na região, as comunidades e nacionalidades indígenas seguirão em seus processos de resistência – inclusive mais ao sul da Amazônia equatoriana, onde seguem projetos de mega mineração

³⁸⁹ Utilizo este termo ciente das restrições por sugerir uma compartimentação do social em relação ao ambiental, o que não é corroborado por este estudo.

conduzidos por multinacionais chinesas, a despeito da resistência da população não indígena e da nacionalidade Shuar.

Para tanto, me parece fundamental aguçar a percepção de uma atuação desde o espaço fronteiriço, não apenas em sentido geográfico – na fronteira entre uma zona saturada pela exploração petroleira e outra relativamente isenta –, mas também num sentido epistemológico. A ‘fronteira’ estimula uma percepção de sujeitos(as) que não estão ou sequer pretendem situar-se ‘fora’ da modernidade ou ‘fora’ do Estado. O “serpenteio” na fronteira retrata, noutro sentido, um movimento multidimensional (“*adentro-afuera-en contra*”) – daí a sugestão de leitura do ‘mapa’ proposto ao primeiro capítulo.

Negar o serpenteio “*adentro-afuera-en contra*” das instituições governamentais – e mesmo da mídia comercial privada, nacional e internacional, passível de instrumentalizações estratégicas – seria rejeitar “brechas” que existem ou podem ser cavadas. Ao mesmo tempo, abordar este movimento é parte de um esforço para escapar de idealizações quanto ao ‘lugar’ do indígena, do ancestral, do originário, como algo estático, “puro”, livre de contradições e atrelado ao passado, o que convergiria para uma atualização do bom selvagem rousseauiano.

O projeto de rádios concedidas às nacionalidades amazônicas, a despeito de todas as condições e condicionamentos, consistiu numa importante “brecha”. Como tal, evidenciou os riscos do serpenteio, dentre os quais a captura de processos comunitários, espontâneos, horizontais, conflitivos e autodeterminados pelas *trampas* burocráticas (formulários e tramites exaustivos e herméticos), por prioridades exclusivamente partidárias e eleitoreiras ou ainda por um certo dirigismo político.

O referido projeto não foi bem sucedido, particularmente na medida em que, ao projetar uma “rede de meios”, buscou-se, em princípio, “[g]enerar adhesión ciudadana al proyecto político del Gobierno”. A despeito dos processos de ruptura destacados no Capítulo 6, as incidências desestabilizadoras do governo não resultaram num projeto hegemônico, ao contrário, fizeram mais fortes as cores e contornos da resistência amazônica. A intensificação dos processos de espoliação, reativaram a presença da Confeniae sob a liderança de Franco Viteri (e depois de Marlon Vargas), tornando mais evidente os ‘lados’ em disputa e as contradições de uma suposta conciliação entre *Buen vivir* e extrativismo.

A progressiva polarização pró e contra o governo nacional demandou posicionamentos mais claros e definidos, especialmente quanto à ampliação da fronteira petroleira e o afastamento de uma via pós-petroleira com a exploração do Yasuní.

Considero emblemático o episódio de Macuma, em março de 2015. A presença da SHE para conduzir as “mesas de diálogo”, necessárias à legitimação do projeto em curso, motivou então reações de alguns dirigentes, reunindo diferentes nacionalidades naquela Paróquia, a fim de reiterar e visibilizar a oposição à exploração petroleira na região.

Contudo, se a ‘rede de meios’ não permitiu ao governo “gerar a adesão” plena, a redução da prioridade atribuída ao projeto – a julgar pela interrupção do mesmo em meados de 2014 – tampouco foi aproveitada como uma ‘janela de oportunidade’ ou como uma “brecha” pelos grupos afastados da rádio. Ressalto alguns pontos limitadores:

- grupos opositores não consideraram a rádio como um espaço comunitário pelo qual lutar – tal qual o território ancestral –, mas sim como um espaço ‘do governo’, restrito a seus apoiadores.
- os processos de formação se deram de forma restrita, impedindo uma retroalimentação de colaboradores nas emissoras. Assim, as mesmas estiveram acessíveis apenas a alguns poucos ‘habilitados’, escolhidos para participar do processo de capacitação.
- no caso da nacionalidade Waorani, as buscas por *co-labor* demonstraram o interesse das mulheres em ocupar os ociosos espaços à frente dos microfones da *Wao Apeninka*. Contudo, limitações tácitas foram impostas: seria preciso habilidade para manusear os equipamentos (em um único dia as mulheres haviam aprendido noções básicas para manusear os equipamentos); as mulheres são mais tímidas que os homens (durante uma única tarde de oficina prática, era nítida a desenvoltura das mulheres Waorani à frente dos microfones); não há interesse pela rádio (creio que, em diversos casos, era muito mais um caso de desconhecimento que de desinteresse);
- grupos opositores – como no caso da NAE, onde alguns Achuar chegaram a tomar os equipamentos de *La Voz de la NAE*– alegaram envolvimento com impasses político-organizativos³⁹⁰, o que limitara maior dedicação aos temas relativos à rádio.

³⁹⁰ Marlon Vargas (ex-diretor da Rádio), por ocasião do Concurso de Frequências de ARCOTEL, finalizado em junho de 2016: “*los [últimos] 6 meses me dediqué a resolver el conflicto de mi pueblo era muy complejo imagínate jamás dejaron trabajar hubo problemas tras problemas de un año y recién estoy aquí*”. Comunicação virtual em 28-06-2016.

Por algumas vezes escutei entre funcionários da SNGP sobre a importância de evitar a “politização” da rádio comunitária pelos seus dirigentes. O argumento era referente aos interesses partidários em jogo – cada vez mais polarizados.

Contudo, em diversos níveis, a sustentabilidade da rádio depende de aspectos políticos, seja no âmbito da política desempenhada pelas próprias comunidades, seja no âmbito das organizações indígenas. Sobretudo, é interessante destacar que, a despeito dos argumentos contrário a dita “politização”, no projeto de “fortalecimento organizativo”, o convênio estabelecido entre as organizações indígenas e a SNGP fora citado como exemplo de “relação com o Estado”, ao lado dos “acordos de compensação da XI Ronda” estabelecidos com a *Secretaria de Hidrocarburos* por algumas das organizações amazônicas.

Enfim, em grande medida, o projeto das rádios das nacionalidades passou a ser conduzido desde uma perspectiva político-estratégica do governo (vide referência em registro de atividades da SNGP à Informes políticos produzidos por diversos órgãos, dentre os quais a Secretaria de Inteligência, SENAIN). Tratou-se de uma perspectiva em convergência com outros projetos governamentais destinados à região. Sendo conduzido pela secretaria de “*gestión de la política*” a referida “politização” das rádios comunitárias se sobrepôs, em determinados momentos, à premissa da *democratização da palavra*. Vale destacar que os equipamentos de todas as rádios foram ‘concedidos’ em regime de comodato³⁹¹. Retomo aqui as palavras do ex-diretor do projeto, José Fernando López: “O mecanismo de comodato é um mecanismo de controle”. Ou seja: “Se eu te dou estes óculos [em comodato], o dia que me você olhar feio para mim eu posso retirá-los.” E este, vale ressaltar, é um dos riscos para quem atua *na* fronteira. Reiterando: não precisamente externo(a), mas exteriorizado(a).

Ipirak 4 – Interculturalização da palavra, um horizonte para a rádio comunitária.

Atuar *na* fronteira é, portanto, ter de serpentear as armadilhas da modernidade: perda da autonomia da palavra, subordinação a condicionamentos inerentes à *palavra concedida* ou sujeição à uma lei (fôrma) garantista de direitos, mas também restritiva em

³⁹¹ Recordemos a irredutibilidade do governo em reaver a Sede da Conaie em fins de 2014, casa concedida por comodato nos anos 90.

determinados pontos aqui ressaltados – sem mencionar sua implementação desigual, ao modo ‘dois pesos, duas medidas’.

Seguindo sendeiros de outros caminhantes, o projeto/ processo intercultural não deve ser visto como pré-moderno, “como afirmação folclórica do passado”, sequer como antimoderno ou pós-moderno, o que significaria a negação da Modernidade como crítica de toda razão, resultando num “irracionalismo niilista” (DUSSEL, 2005). Meu argumento é em favor de um concomitante e coordenado serpentear interculturalizando, interculturalizar serpenteando. Significa compreender o ‘serpenteio’ da modernidade como uma estratégia coletiva, em defesa de direitos coletivos. Neste caso, a rádio comunitária não pode ser um “negócio” desconectado das comunidades e do próprio território.

Uma inabilidade justifica a meu ver que o “calcanhar de Aquiles” das rádios concedidas às nacionalidades tenha sido – e seguirá sendo – o tema econômico. Não trato de uma inabilidade no sentido priorizado em falas oficiais, em análises apressadas sobre a falta de capacidade dos representantes dos indígenas em atuarem como gestores eficientes e responsáveis, incapazes de administrar corretamente os recursos concedidos³⁹².

Identifico em cada umas das rádios analisadas, em maior ou menor grau, a inabilidade em *interculturalizar a rádio*, tornando-a um “*actante*” mais, partícipe das lógicas comunitárias que existem – e persistem – no território. Longe da mercantilização das relações sociais e comunitárias, lógicas *outras* permitem estratégias *outras*: mingas, *trueques*, valorização da radiodifusão como um “recurso comunal”, criação de vínculos entre a emissora e as comunidades, com seus rituais, festividades e atividades produtivas, participação de locutores/ locutoras voluntários e conectados ao cotidiano das comunidades, conexão entre a rádio e outros momentos de transmissão de saberes, seja em âmbito familiar (“casa adentro”) ou escolar, por exemplo.

O projeto criado pelo governo, desconsiderando a lógica peculiar da comunicação selva adentro/selva afora, não refletiu qualquer intensão de promover a interlocução

³⁹² Estes argumentos foram repetidos por funcionários do governo, não apenas referindo-se ao tema das rádios, mas também ao mal uso dos recursos advindos do petróleo. O interesse do governo em fortalecer as organizações – desde o projeto da SNGP para “fortalecimento organizativo – para *“la capacidad institucional, técnica, administrativa y organizativa de las organizaciones de la Amazonía y de la población indígena de la Sierra Centro”* resulta num novo ‘traslado à modernidade’, munindo as organizações de instrumentos para gerir ‘corretamente’ recursos advindos da mercantilização do território, com projetos como Socio Bosque e outros extrativistas, petroleiros e mineiros, sobretudo no caso amazônico.

intercomunitária. São restritas, no âmbito do projeto, as possibilidades de diálogo com as comunidades mais distanciadas dos centros urbanos, e delas entre si.

Daí, novamente, a importância da interculturalização da palavra, uma vez que, as comunidades apresentam internamente diversas formas próprias de comunicarem-se, seja desde o rádio HF ou por mensageiros que ‘caminham a palavra’ na selva. Além disso, ações dos dirigentes, à exemplo de Darwin Tanguila (ACIA, Arajuno), podem conectar formas distintas de comunicação como a transmissão pela rádio comunitária da *wayusa upina*, em conexão com este ritual “*casa-adentro*” ainda hoje realizado em algumas comunidades.

A “pedagogia da escuta” compartilhada ao redor da fogueira em algumas madrugadas, me mostrou/ensinou³⁹³ uma experiência tal que, quando um fala, todos falam. O *anemat*, saudação introdutória que demarcara a ancestralidade e memória coletiva Shuar, é igualmente uma fala coletiva.

Imprimindo neste trabalho o exemplo dos *tojolabales*, que conheci na *II Cumbre Continental de Comunicación Indígena* (2013), em Oaxaca, busquei reforçar formas comunitárias de um “nós” construído pelo escutar, numa escuta participativa. Ao contrário de uma escuta cujo objetivo está em produzir a “interpretação simultânea” de uma voz alheia à comunidade indígena, refiro-me a uma escuta onde uma *agencia* daquele que emite suas ondas sonoras possa ser deslocada àquele que as recebe. Este, por sua vez, estará motivado não por um ato de reprodução *ipsis litteris*, mas sim pela possibilidade de remodelar as palavras em suas próprias imagens, “emprestando suas vozes para preencher os silêncios presentes na Voz (inicial)” (BAUCOM, 2010, p. 24).

Em síntese, a interculturalização pressupõe integrar a rádio ao tecido comunicativo *casa adentro* e *casa afuera*, associando-a ao cotidiano pedagógico familiar-comunitário, a exemplo da pioneira *La Voz de Arutam* e de seu sistema de educação radial bilíngue.

Além disso, o fortalecimento do *próprio* (uma comunicação *própria*, uma rádio *própria*), das re-existências, exige uma interculturalização que não se destine a ‘domesticar’ a diversidade em favor de um projeto de “desenvolvimento” imposto (desde “acima”). Mas possibilitando, *casa adentro-casa afuera-casa adentro*, uma retroalimentação constante dos processos – concomitantes, transversais e complementares – de resistência e

³⁹³ *Enseñar*, em espanhol, evidencia a dimensão da experiência para o aprendizado, reunindo os dois significados: ensinar e mostrar.

serpenteio (“*abajo*” - “*arriba*”). Aí está a força do comunitário, potencializada pela próxima nota.

Ipirak 5 – A voz da mulher indígena, rompendo com o entroncamento patriarcal.

Sobre ausências e silêncios, os caminhos percorridos acabaram aproximando-me das ‘tímidas’ mulheres indígenas. Devo ressaltar que, como mulher e estrangeira, vivenciei algumas dimensões do “entroncamento patriarcal”. Estas me conduziram a um caminho mais próximo às mulheres, ainda que estivessem ausentes ou fossem minoritárias no espaço das rádios e organizativo. Tratei de ‘rastrear o comunitário’ pelas suas ausências, mais que pelas suas (escassas) expressões no cotidiano de algumas rádios das nacionalidades.

As experiências descritas me permitem asseverar que não há possibilidade de uma *interculturalização da palavra*, não há sequer um horizonte comunitário para as rádios ‘comunitárias’ sem a presença das mulheres indígenas, comunicadoras *casa-adentro*, que assumiram, no curso da XI Ronda, um importante papel (*casa-afuera*) como ativistas anti-extrativistas. A partir do aprendizado com as interlocutoras indígenas, entendo que a valorização do idioma, das atividades/ saberes tradicionais, do trabalho cotidiano compartilhado na chakra, das palavras cantadas e contadas; tudo isso faz da mulher uma comunicadora estratégica para defesa do território ancestral e da vida comunitária na medida em que fortalece elementos disfuncionais ao capitalismo. Trata-se de uma disfuncionalidade reforçada pela conexão com o território (cultura + biodiversidade), que não apenas permite o reforço de características culturais, da memória, da oralidade, mas também representa a luta pelas condições – materiais, inclusive – para re-produção da vida. Estas são fortemente debilitadas quando do avanço da monetarização de relações em virtude do avanço da indústria petroleira, com padrões externos (inconciliáveis) de consumo, alimentação, educação, saúde, habitação etc.

Ipirak 6 – *Co-labor*, um caminho inconcluso... (Para seguir caminhando)

O *co-labor* foi (e é) um horizonte. Das tentativas realizadas através dos encontros com representantes das rádios comunitárias e à margem das mesmas (como as mulheres da AMWAE), extraio algumas contribuições extensíveis aos *talleres* (oficinas) comumente realizados pelas ONGs e pelo governo, particularmente, para capacitação em temas de comunicação.

Primeiramente, pelas experiências (e sobretudo equívocos) vivenciados, compreendo a importância de – para além dos prazos e urgências quase imperativos – valorizar a participação em várias fases, desde a concepção metodológica até sua partilha e, posteriormente, numa avaliação coletiva, contínua e dialógica.

A partir da experiência de Macuma, percebo o valor de processos pedagógicos realizados desde uma situação concreta ou de demandas latentes entre a comunidade. Mais que simples ‘encontros’ se faz necessário compartilhar, con-vivir, para então *co-laborar*. Acrescento ainda que a realização de tais eventos deverá dispor de elementos oriundos da própria comunidade, favorecendo, desde sua logística, práticas comunitárias como a *minga* e o consumo de alimentos produzidos e preparados pelos próprios integrantes. Por último, torna-se um desafio horizontalizar uma fala ‘estrangeira’ frente aos (às_ interlocutores(as). Isso no sentido de diluir ao máximo o imaginário de que a acadêmica/estrangeira/branca (o funcionários da ONG ou do governo), invariavelmente, se aproxima para ensinar algo, numa via de mão única distante do caminho tecido em *double vía*.

No que tange os obstáculos ao *co-labor*, ressalto que as rádios analisadas se configuraram como um espaço de disputas, ainda que silenciosas. As ditas rádios ‘do governo’ se tornaram um espaço restrito para algumas pessoas, e negociar minha entrada pressupunha, em alguns momentos, posicionar-me num cenário progressivamente polarizado.

De tal modo, a ausência de Glória Ushigua na rádio Sápara, a ausência de Manuela Ima na *Wao Apeninka*, e o afastamento de Rosita Gualinga (ex-dirigente de Mulheres e Família) da *Tarimiat* são apenas três exemplos que revelam um quadro contencioso, fortemente marcado pelos posicionamentos opostos frente à exploração em Yasuní ITT e na região da *XI Ronda*.

Nessa conjuntura, o trabalho de *co-labor* proposto às nacionalidades enfrentou sobressaltos, os quais foram abordados como parte do caminho. Não um caminho pavimentado e linear, mas irregular e lodoso, onde o ‘serpenteio’ se fez em muitos momentos não apenas necessário, mas imprescindível.

Estou convencida de que, em grande medida, as experiências de *co-labor* serviram no sentido de facilitar e orientar o caminho da investigadora junto a interlocutores e interlocutoras. A propósito, a metodologia-pedagogia adotada tornou mais evidente os

limites de pretender “dar voz aos sem voz”. Tal perspectiva acaba emudecendo uma vez mais aquelas(es) que, condenados novamente pela impossibilidade de darem(-se) – “*donner*” - à modernidade, estão há séculos alçando suas vozes em defesa de suas vidas.

Por fim, vemos um projeto de comunicação - via concessão de equipamentos de rádio à nacionalidades indígenas - concebido a partir do *Buen Vivir* de Estado. Este se apresentara ao mundo como uma “modernidade alternativa”, forjada entre um problemático *ensamble* de perspectivas e filosofias de harmonia com a 'natureza' e um projeto de desenvolvimento ainda ancorado no extrativismo. Noutro extremo (quicá não tão extremo), se apresentam movimentos sociais e lutas “*desde abajo*” como “alternativas à modernidade” - dominante, eurocêntrica e capitalista.

Defendo a partir desta tese que as estratégias de comunicação e articulação na Amazônia equatoriana evidenciam uma terceira possibilidade: um movimento serpentino *adentro/afuera* da modernidade/colonialidade. Com suas contradições, armadilhas, idas e vindas, emerge das experiências acompanhadas a importância do caminho *com e ao lado* daqueles(as) exteriorizados(as), a fim de re-conhecer 'alter-nativas' não tão óbvias de luta pela palavra e pelo território. O desafio de uma escuta horizontal e não seletiva se apresenta não apenas às esferas estatais/governamentais, mas para nós investigadoras(es) que, não raro, nos nutrimos prepotentes objetivos de organizar o ‘mundo alheio’.

Para minhas próximas caminhadas, destaco um último *Ipirak* advindo dos (des)encontros e dos sendeiros percorridos: escutar, sentir-pensar e pedagogizar a palavra.

BIBLIOGRAFIA

- ACOSTA, Alberto; MARTÍNEZ, Esperanza (Comp.). El buen vivir: Una vía para el desarrollo. **Polis**, Revista de la Universidad Bolivariana, [Santiago], v. 9, n. 25, 2010, p. 557-561.
- ACOSTA, Alberto. **Buen vivir Sumak Kawsay**: una oportunidad para imaginar otros mundos. Barcelona: Icaria, 2013a. 190 p.
- _____. **Salir del extractivismo**: una condición para el Sumak Kawsay Propuestas sobre petróleo, minería y energía en el Ecuador. In: GRUPO PERMANENTE DE TRABAJO SOBRE ALTERNATIVAS AL DESARROLLO. **Alternativas al capitalismo/ colonialismo de siglo XXI**. Quito, Ecuador: Fundação Rosa Luxemburgo, 2013b. p.307-382.
- _____. La maldición de la abundancia. Quito: Ediciones Abya-Yala, 2009. 239 p.
- _____. **Post-crecimiento y post-extractivismo**: dos caras de la misma transformación cultural. In: ENDARA, Gustavo (coord.). **Post-Crecimiento y Buen Vivir: Propuestas globales para la construcción de sociedades equitativas y sustentables**. Quito: Friedrich-Ebert-Stiftung. 2014. Pp 93-122. Disponible em: <<http://library.fes.de/pdf-files/bueros/quito/11348.pdf>>. Acceso em: 22 jul 2016.
- ALBÁN ACHINTE, Adolfo. **Más Allá de la razón hay un mundo de colores**: Modernidades, colonialidades y reexistencias. Santiago, Cuba: Casa del Caribe; Editorial Oriente. 2013. 271 p.
- ÁVILA SANTAMARÍA, Ramiro. **El Neoconstitucionalismo Transformador**: El Estado y el Derecho en la Constitución de 2008. Quito: Ediciones Abya-Yala; Editora Universidad Andina Simón Bolívar. 2011. 307 p.
- BALIBAR, Etienne. La forma nación: historia e ideología. In: BALIBAR, E & WALLERSTEIN, I. **Raza, nación y clase**. Madrid: IEPALA, 1988. p.135-167.
- BARIÉ, Cletus Gregor. **Pueblos indígenas y derechos constitucionales en América Latina**: un panorama. Bolivia: Editorial Abya-Yala. 2003. 574p.
- BECKER, Marc; TUTILLO, Silvia. **Historia Agraria y social de Cayambe**. Quito: Abya-yala. 262 p.
- BECKER, Marc. Indigenous Movements from Oppressed Nationalities to an Ethno-Nationalist Discourse. In: HUNEFELDT, Christine; ZAMOSC, León (Ed). **Ethnicity From Various Angles and Through Varied Lenses**: Yesterday's

Today in Latin America Brighton, Portland, Toronto: Sussex Academic Press, 2011. p. 192-208.

_____ **¡Pachakutik! Indigenous Movements and Electoral Politics in Ecuador.**

Ecuador: Abya-Yala, 2015. 340 p. (Serie Atrio)

BILHAUT, Anne-Gael. **El sueño de los záparas:** Patrimonio onírico de un pueblo de la Alta Amazonía. Quito: FLACSO; Sede Ecuador: Ediciones Abya-Yala, 2011. 376 p. (Serie FLACSO – Abya Yala).

BOSTER, J.; Yost, J; PEEKE, C. Rage, revenge, and religion: honest signaling of aggression and nonaggression in Waorani coalitional violence. [S.l]: **Ethos** 31, n. 4. c2004. 471-494.

BOURDIEU, Pierre. **El baile de los solteiros:** La crisis de la sociedad campesina en el Bearne. Tradução de Thomas Kauf. Barcelona, Espanha: Editorial Anagrama. 2001. 129 p.

CABNAL, Lorena. Acercamiento a la construcción de la propuesta de pensamiento epistémico de las mujeres indígenas feministas comunitarias de Abya Yala. In: ASOCIACIÓN PARA LA COOPERACIÓN CON EL SUR. **Feminismos diversos: el feminismo comunitario.** Madrid: Ministerio de Igualdad de España. 2010. p. 11-25.

CALDART, Roseli Salete. Pedagogia do Movimento Sem Terra: escola é mais do que escola. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

CALAPAQUI TAPIA, Karla. **Criminalización de la Protesta: 2007-2015,** las víctimas del correísmo. Quito. 2016. 169 .p

CASANOVA, Pablo González. Colonialismo interno (uma redefinição). In: BORON, A., AMADEO, J., GONZALEZ, S. **A teoria marxista hoje:** Problemas e perspectivas. Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, CLACSO. 2006. 488 p.

CASTELLS, M. **Comunicação y poder.** Madrid: Alianza Editorial, 2009. 679 p.

CASTRO-GOMEZ. Santiago. (Post)Coloniality for Dummies: Latin American Perspectives on Modernity, Coloniality, and the Geopolitics of Knowledge. In: MORAÑA, Mabel; DUSSEL, Enrique D.; JÁUREGUI, Carlos A. **Coloniality at Large:** Latin America and the Postcolonial Debate. Durham & London: Duke University Press, 2008.

- CASTRO-GÓMEZ, Santiago; GROSGOUEL, Ramón (editores). **El giro decolonial: Reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global.** Bogotá: Pontificia Universidad Javeriana - Instituto Pensar / Universidad Central/ Siglo del Hombre. 2007. 308 p.
- CERBINO, Mauro; MALUF Marcia; RAMOS, Isabel. Los Enlaces Ciudadanos Del Presidente Rafael Correa: Entre la exaltación Del pueblo y el combate a los medios. Quito: FLACSO Ecuador. 2016.
- CÉSAIRE, Aimé **Discurso sobre el colonialismo.** Madrid: Ediciones Akal. 2006. 221 p.
- CHAPARRO ESCUDERO, Manuel. Comunicación, desarrollo y cambio social: La necesaria creación de nuevos imaginarios. In: **Políticas y legislación para la radio local en América Latina.** GUMUCIO-DAGRÓN, Alfonso; HERRERA-MILLER, Karina (Coord.). La Paz: Plural Editores. p. 123-146. 2012.
- CHUJI GUALINGA, Monica. Los medios de comunicación indígenas al servicio de los derechos humanos y colectivos —el caso de Ecuador. In: BERRAONDO, Mikel (Coord.). **Pueblos indígenas y derechos humanos.** Bilbao: Publicaciones de la Universidad de Deusto, 2013. p. 267-292.
- COLBY Gerard; DENNETT, Charlotte. **Thy Will Be Done: The Conquest of the Amazon: Nelson Rockefeller and Evangelism in the Age of Oil.** Nova York: Harpercollins. 1995. 960 p.
- CONAIE – CONFEDERACION DE NACIONALIDADES INDIGENAS DEL ECUADOR. **Los pueblos y nacionalidades indígenas del Ecuador.** [S.l.]. 2005-2008.
- CONTRERAS BASPINEIRO, Adalid. **La palabra que camina.** Comunicación popular para el Vivir Bien/Buen Vivir. Quito: ALER/FES Comunicación/Ciespal. 2016. 112 p.
- CORTÉS, Carlos Eduardo. ¿Cuándo comenzamos a hablar de banda ancha comunitaria? Nuevos desafíos en política pública de radiodifusión. In: Políticas y legislación para la radio local en América Latina. In: GUMUCIO-DAGRÓN, Alfonso; HERRERA-MILLER, Karina (Coord.). **Políticas y legislación para la radio local en América Latina.** La Paz: Plural Editores. p. 147-178. 2012

- CUSICANQUI, Silvia Rivera. **Ch'ixinakax utxiwa**: una reflexión sobre prácticas y discursos descolonizadores. Buenos Aires: Tinta Limón, 2010. 80 p.
- DOS SANTOS, Theotonio. **Imperialismo y Dependencia**. Caracas, Venezuela: Biblioteca Ayacucho, 2011. 577p.
- DU BOIS, W.E.B. **Las almas del pueblo negro**. Havana: Fundación Fernando Ortiz. 2001. 314 p.
- DUSSEL, Enrique. Philosophy of Liberation, the Postmodern Debate, and Latin American Studies. In: MIGNOLO, Walter D.; SILVERBLATT, Irene; SAKIIVOR-HULL, Sonia (Ed.). **Coloniality at large Latin America and the postcolonial debate**. Duke, USA: Duke University Press. 2008.
- _____ Europa, modernidade e eurocentrismo. In: LANDER, Edgardo (org). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latinoamericanas** Buenos Aires: Coleção Sur Sur, CLACSO. Set. 2005. p. 24-32.
- _____ **Filosofía de la Liberación Latinoamericana**. Bogotá: Editorial Nueva América, 2. ed. 1979. (1ra Edición 1976, México)
- _____ **Filosofía de la cultura y transmodernidad: Ensayos**. México: Universidad Autónoma de la Ciudad de México, 2015. 338 p. (Historia de las Ideas)
- EQUADOR. Secretaria Nacional de Planificación y Desarrollo. **Plan Nacional de Desarrollo / Plan Nacional para el Buen Vivir 2013-2017**. Quito. 2013.
- ESCOBAR, Arturo. **La invención del Tercer Mundo: Construcción y deconstrucción**. Caracas: Fundación Editorial el perro y la rana, 2007.
- _____ Políticas Públicas Ambientais Latino-Americanas. In: Clélia Parreira, Héctor Alimonda, (org). Brasília: Flacso-Brasil, Editorial Abaré, 2005.
- _____ **Sentipensar con la tierra**: Nuevas lecturas sobre desarrollo, territorio y diferencia. Medellín: Ediciones UNAULA. 2014. 184 p. (Colección Pensamiento vivo)
- _____ El lugar de la naturaleza y la naturaleza del lugar: ¿globalización o postdesarrollo?. In: **La colonialidad del saber: eurocentrismo y ciencias sociales. Perspectivas Latinoamericanas**. LANDER, Edgardo (Comp.) Buenos Aires: CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, 2000. p. 246.

- ESPINOSA M., Y; GÓMEZ C., D; OCHOA M., K (Ed.). **Tejiendo de otro modo:**
Feminismo, epistemología y apuestas descoloniales en Abya Yala. Popayán:
Editorial Universidad del Cauca. 2014.480 p.
- ESPOSITO, Roberto. **Communitas:** Origen y destino de la comunidad. Buenos Aires:
Ammortu. 2003. 216 p. (Mutaciones)
- FALS BORDA, Orlando *et al.* **Causa popular, ciencia popular:** Una metodología del
conocimiento científico a través de la acción. Bogotá: Publicaciones de la
Rosca. 1972. 78 p.
- FALS BORDA, Orlando; BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **Investigación Participativa.**
Montevideo: Instituto del Hombre; Ediciones de la Banda Oriental. 1986.74 p.
- FALS BORDA, Orlando; D. BONILLA, Victor; CARTILLO, Gonzalo; LIBREIROS,
Augusto. **Causa popular, ciencia popular:** Una metodología del
conocimiento científico a través de la acción. Bogotá: Publicaciones de la
Rosca. 1972. 78 p.
- _____ **El problema de cómo investigar la realidad para transformarla por la
práxis.** Bogotá: Tercer Mundo editores. 1988.119p.
- _____ **Antología - Una Sociología Sentipensante para América Latina.** Bogotá -
Buenos Aires: Siglo Hombre Editores; CLACSO, 2009. 492 p.
- _____ **Hacia el socialismo raizal y otros escritos.** Bogotá: Ediciones Desde Abajo.
2007. 146 p.
- _____ **Historia doble de la costa 1.** Bogotá: Universidad Nacional de Colombia.
2002. 330 p.
- _____ **Conocimiento y poder popular.** Bogotá: Siglo XXI Editores de Colombia;
Editorial presencia. 1985. 175 p.
- FANON, Frantz. **Os condenados da terra.** v. 2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
1968. 275 p.
- _____ **Peles negras, máscaras brancas.** Bahia: Editora da Universidade Federal da
Bahia. 2008. 194 p.
- FAST MOWITZ, Gerhard *et al.* **Dicionário Achuar-Shiwiar-Castellano.** Pucallpa,
Perú: Ministerio de Educación Peruano; ILV. 1996. 515 p.
- FEDERICI, Silvia. **La inacabada Revolución Feminista.** Mujeres, lucha social y lucha
por lo común. Bogotá: Ediciones Desde Abajo. 2014. 106 p. (Coleção
Feminismos Nuestroamericanos).

- _____. **Calibán y la bruja.** Mujeres, cuerpo y acumulación originaria. Madrid: Traficante de Sueños, 2010. 367p.
- FREIRE, Paulo; FAGUNDEZ, Antonio. **Por uma pedagogia da pergunta.** Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1985
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia:** saberes necessários à prática educativa. 29. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2004. 146 p.
- _____. **Pedagogía de la esperanza.** México: Siglo XXI. 1993.
- _____. **Pedagogia do Oprimido.** Rio de Janeiro: Paz e Terra. 17. ed. 1987. 107 p.
- FONSECA, Vannesa. América es nombre de mujer. [Costa Rica]: [**Reflexiones**], ISSN-e 1021-1209, v. 58, n. 1, 1997.
- GARCIA, Miriam. **Petróleo, Ecología(S) Política(S) y Feminismo(S).** Una lectura sobre la articulación de mujeres amazónicas frente al extractivismo petrolero en la provincia de Pastaza. Quito. Jan. 2016. Trabalho apresentado em Jornadas de Investigaciones Feministas e de Género.
- GARCÍA O.C.D., Lorenzo. **Historia de las misiones en la Amazonia Ecuatoriana.** 2da. Ed, Quito: Ediciones Abya-Yala. 1999. 402 p.
- GARGALLO C., Francesca. **Feminismos desde Abya Yala:** Ideas y proposiciones de las mujeres de 607 pueblos en nuestra América. Ciudad de México: Editorial Corte y Confección. 2013. 271 p.
- GENRO FILHO, Adelmo. **O segredo da pirâmide:** Para uma teoria marxista do jornalismo. Porto Alegre: Tchê Editora, 1987. 206 p.
- GERMANI, Alfredo. **Educación radiofónica bicultural.** Sucúa, Ecuador: Escuelas Radiofónicas Biculturales Shuar. 1977. 142 p.
- GOMEZ COTTA, Camila. **Identidades y políticas culturales en Esmeraldas y Cali:** Estudio de Casos Sobre Organizaciones Afro, Producción Cultural y Raza. (Tesis de Maestría en Estudios de la Cultura con énfasis en Políticas Culturales), Universidad Andina Simón Bolívar, Quito. 2006. 131 p.
- GORDON, Lewis R. **Decadencia disciplinaria:** Pensamiento vivo en tiempos difíciles. Quito: Editorial Abya-Yala. 2013. 251 p.
- _____. Through the Zone of Nonbeing: A Reading of Black, Skin, White Masks in Celebration of Fanon's Eightieth Birthday. **The C.L.R. James Journal**, v. 11. n. 1. verão 2005. p. 1-43.

- GRAMSCI, Antonio. **Concepção Dialética da História**. Tradução Carlos Nelson Coutinho. 2ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 1978. 339 p
- _____ **Os intelectuais e a organização da cultura**. 4ª Ed. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982.
- GROSFÓGUEL, Jamón. Apuntes hacia una metodología fanoniana para la decolonización de las ciencias sociales. In: FANON, Frantz. **Piel negra, máscaras blancas**. (Madrid): AKAL. 2009. p. 261-284.
- _____ Para descolonizar os estudos de economia e os estudos poscoloniais: transmodernidade, pensamento de fronteira e colonialidade global. In: SANTOS, Boaventura Sousa do; MENESES, Maria Paula (Org.) **Epistemologías do Sul**. Almedina, Coimbra, Portugal. 2009.
- GUDYNAS, Eduardo. **El Mandato Ecológico**: Derechos de La Naturaleza y Políticas Ambientales en La Nueva Constitución. Quito: Abya Yala, 2009. p. 115.
- _____ La ecología política del progresismo sudamericano: los límites del progreso y la renovación verde de la izquierda. **Sin Permiso**, Barcelona, n. 8. p. 147-167.
- GUZMÁN GALLEGOS, María Antonieta. **Para que la yuca beba nuestra sangre**. Trabajo, género y parentesco en una comunidad quichua de la Amazonía Ecuatoriana. Quito: Ediciones Abya Yala/ CEDIME. 1997.
- GUTIÉRREZ AGUILAR, Raquel. Conocer las luchas y desde las luchas. Reflexiones sobre el despliegue polimorfo del antagonismo: entramados comunitarios y horizontes políticos. **Acta Sociológica**, núm. 62, septiembre-diciembre. 2013. p. 11-30.
- HALL, Stuart. Quando foi o pós-colonial? Pensando no limite. In: HALL, Stuart. **Da diáspora**: Identidades e mediações culturais. Organização Liv Sovik; Tradução Adelaine La Guardia Resende *et al.* Belo Horizonte: Editora UFMG; Brasília: Representação da UNESCO no Brasil, 2003. 434 p.
- _____ **Sin garantías**: Trayectorias y problemáticas en estudios culturales. RETREPO, E.; WALSH C.; VICH V (Ed.). Bogotá: Pontificia Universidad Javeriana, Universidad Andina Simón Bolívar, Instituto de Estudios Peruanos. 2010. 618p.
- HARDING, Sandra. **¿Existe un método feminista?**. Tradução de Gloria Elena Bernal. [S.l.:s,n,]. 1998. 11 p. Disponível em: <http://148.206.107.15/biblioteca_digital/capitulos/81-2350ske.pdf>. Acesso em: 22 jul. 2016

- HONNET, Axel. *Luta por reconhecimento: A gramática social dos conflitos sociais*. São Paulo: Editora 34. c2003. 296 p.
- IMA OMENE, M.O. **Saberes Waorani y Parque Nacional Yasuní**: plantas, salud y bienestar en la Amazonía del Ecuador. Quito: Iniciativa Yasuní ITT / Ministerio Coordinador de Patrimonio / Ministerio del Ambiente / Programa de las Naciones Unidas para el Desarrollo (PNUD) / Fondo para el Medio Ambiente Mundial (FMAM). 2012. 118 p.
- JUNCOSA, José E. **Etnografía de la comunicación verbal shuar**. Quito: Editorial Abya-Yala, 3. Ed. 2005. 178 p.
- KECK, Margaret; SIKKINK, Kathryn. **Activists Beyond Borders**: Advocacy Networks in International Politics. Ithaca/London: Cornell University Press. 1998. 240 p.
- KIMERLING, Judith. Desplazamiento, evangelización y contaminación: crudo amazónico y el pueblo Huaorani. In: KIMERLING, J. **El Derecho del Tambor**. Quito, Ecuador: Edições Abya Yala, 1996. pp. 169-215
- LANDER, Edgardo. Ciências sociais: saberes coloniais e eurocêtricos. In: LANDER, Edgardo. **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais**: Perspectivas latinoamericanas. Buenos Aires: Coleção Sur Sur, CLACSO. Set. 2005. p. 21-53.
- LATOUR, Bruno. **Jamais fomos modernos**: Ensaio de antropologia simétrica. Rio de Janeiro: Editora 34 – Associada à Editora Nova Fronteira. C1994. 152 p. (Coleção TRANS)
- _____. **Reagregando o social**. Salvador: Edufba; Bauru, SP: Edusc, 2012. 400 p.
- LAW, John; BENSCHOP, Ruth. 'Resisting Pictures: Representation, Distribution and Ontological Politics', In: HETHERINGTON, Kevin; MUNRO, Rolland (Ed.). **Ideas of Difference**: Social Spaces and the Labour of Division, Sociological Review Monograph. Oxford: Blackwell. 1997. p. 158-182.
- LAW, John. **After Method**: Mess in Social Science Research. (London): Routledge. 2004. 187 p.
- LENKERSDORF, Carlos. **Aprender a escuchar**: Enseñanzas maya-tojolabales. México DF: Plaza y Valdez Ed. 2008. 165 p.
- _____. **Los hombres verdaderos**: Voces y testimonios tojolabales. México: Siglo XXI Editores. 1996.

- LEYVA, X.; BURGUETE, A.; SPEED, S. **Gobernar (en) la diversidad**: experiencias indígenas desde América Latina. Hacia la investigación de co-labor. México: Centro de Investigaciones y Estudios Superiores en Antropología Social; Facultad Latinoamericana de Ciencias Sociales. 2008. 566 p.
- LUGONES, Maria. Interseccionalidad y feminismo decolonial. In: GROSFOGUEL, Jamón; ALMANZA HERNADES, Alberto (Ed.). **Lugares Descoloniales**: Espacios de Intervención en las Américas. [Bogotá]: [D.C Editorial Pontificia Universidad Javeriana]. 2012. p. 119-123.
- MACAS, Luis. Instituciones indígenas: La comuna como eje. **Boletín ICCI “RYMAY”** - Instituto Científico de Culturas Indígenas, [S.l.], Año 2, n. 17, 2000.
- _____ Construyendo desde la historia: Resistencia del movimiento indígena en el Ecuador. In: ACOSTA, Alberto; MARTINEZ, Esperanza (coord.). **Plurinacionalidad**. Democracia en la diversidad. Santiago: Editorial Universidad Bolivariana. 2009. p. 81-98.
- MACPHERSON, Crawford B. **Teoría Política del individualismo posesivo de Hobbes até Locke**. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1979. 318 p.
- MAGGIO, Jay. Can the Subaltern Be Heard?: Political Theory, Translation, Representation, and Gayatri Chakravorty Spivak. **Alternatives: Global, Local, Political**. [S.l.], n. 32, v. 4. Oct. 2007. p. 419-444.
- MALDONADO-TORRES, Nelson. Recognition from below: The meaning of the cry and the gift of the self in the struggle for recognition (capítulo 4). In: MALDONADO-TORRES, Nelson. **Against war**: Views from the underside of modernity. Durham, NC: Duke University Press. 2008. p.122-154.
- _____ **Against war**: Views from the underside of modernity. Durham, NC: Duke University Press. 2008.
- MALDONADO-TORRES, Nelson (2007). “Sobre la colonialidad del ser: contribuciones al desarrollo de un concepto”, In: CASTRO-GÓMEZ, Santiago. e GROSFOGUEL, Ramón (editores). **El giro decolonial**. Reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global. Bogotá: Pontificia Universidad Javeriana-Instituto Pensar / Universidad Central/ Siglo del Hombre.
- MIGNOLO, Walter. **The Darker Side of Western Modernity**: Global Futures, Decolonial Options. London & Durham: Duke University Press. Latin America Otherwise. 2011. 408 p.

- _____ Crítica, historia y política cultural: agendas para la próxima década. **Revista de Crítica Literaria Latinoamericana**, n. 40. 1994. p. 363-366.
- _____ Desobediência epistêmica: a opção descolonial e o significado de identidade em política. [Rio de Janeiro]: **Cadernos de Letras da UFF**, n. 34. Dossiê: Literatura, língua e identidade. Semestral. 2008.p. 287-324,
- _____ **Desobediencia epistémica**: retórica de la modernidad, lógica de la colonialidad, gramática de la descolonialidad. Buenos Aires: Del Signo, 2010. 128 p. (Coleção Razón Política).
- _____ El pensamiento des-colonial, desprendimiento y apertura: un manifiesto. In: WALSH, Catherine; MIGNOLO, Walter y GARCÍA LINERA, Álvaro. **Interculturalidad, colonización del Estado y del conocimiento**. Buenos Aires: Del Signo. 2006. p. 9-20
- _____ **Historias locales / diseños globales**: Colonialidad, conocimientos subalternos y pensamiento fronterizo. Madrid: Ediciones AKAL. 2003.
- _____ La idea de América Latina (la derecha, la izquierda y la opción decolonial). **Revista Crítica y Emancipación**, Año I, Nº 2, Primeiro Semestre, 2009. p. 251-276.
- _____ Pos occidentalismo: las epistemologías fronterizas y el dilema de los estudios (latinoamericanos) de área. In: **Revista Iberoamericana**, Vol. LXVIII, Núm. 200, julho-Setembro, 2002. p. 847-864.
- MINGA CON LOS PUEBLOS INDÍGENAS Y POR EL DERECHO A SU PALABRA – VÁRIOS AUTORES. **La representación de lo indígena en los medios de comunicación**. Medellín, Colombia: Hombre Nuevo Editores. 2005.150 p.
- MONASTERIOS, Gloria. “Abya Yala en Internet políticas comunicativas y representaciones de identidad de organizaciones indígenas en el ciberespacio”. In: MATO, Daniel (Coord.). **Políticas de identidades y diferencias sociales en tiempos de globalización**. Caracas: FACES - UCV, 2003. p. 303-330.
- MORAES, Denis de. **Vozes abertas da América Latina**: Estado, políticas públicas e democratização da comunicação. Rio de Janeiro: Mauad X/ Faperj, 2011. 208 p.
- _____. **A batalha da mídia**: governos progressistas e políticas de comunicação na América Latina e outros ensaios. Rio de Janeiro: Pão e Rosas, 2009. 272p.

- MORAÑA, Mabel; DUSSEL, Enrique D.; JÁUREGUI, Carlos A. **Coloniality at Large: Latin America and the Postcolonial Debate**. Durham & London: Duke University Press, 2008.
- NOVIÓN, Martín-Léon-Jacques Ibáñez de. **Las Últimas Fronteras del Sistema Capitalista: Hegemonía, Integración Económica y Seguridad en las Américas. La Amazonía y el futuro en cuestión**. Tese (Título de Doutor em Estudos Latino-americanos) – Facultad de Filosofía y Letras, Universidad Nacional Autónoma de México. México. 407 p.
- OLIVEIRA SOARES, Ismar de. Caminos de la educomunicación: utopías, confrontaciones, reconocimientos. Madrid: **Nómadas**, n. 30, abr. 2009. p. 194-207.
- ORELLANA, R. Conflictos...? sociales, ambientales, socioambientales?... Conflictos y controversias en la definición de conceptos. In: ORTIZ, P. (Compilador). **Comunidades e conflictos socioambientales: experiencias y desafíos en América Latina**. Quito, Ecuador: Ediciones Abya-Yala, 1999. p. 331-344.
- ORTIZ T., Pablo. **Espacio, Territorio e Interculturalidad: Una aproximación a sus conflictos y resignificaciones desde la Amazonía de Pastaza en la segunda mitad del siglo XX**. 2012. 480 f. (Tesis Doctoral en Estudios Culturales Latinoamericanos) – Universidad Andina Simón Bolívar, Quito. Ago. 2012.
- _____. **Tendencias, alcances y límites de los procesos autonómicos territoriales indígenas en la América Latina: Implicancias en la gestión de recursos naturales**. Puyo, Pastaza: [s.n.]. 2010.
- OVIEDO, Atawallpa (Ed.). **Bifurcación del Buen Vivir y el Sumak Kawsay**. Quito: Ediciones Sumak, 2011.
- _____. El Buen Vivir posmoderno y el Sumakawsay ancestral. In: LUIS HIDALGO-CAPITÁN, Antonio; GUILLÉN GARCÍA, Alejandro; DELEG GUAZHA, Nancy (Ed.). **Sumak Kawsay Yuyay: Antología del pensamiento indigenista ecuatoriano sobre Sumak Kawsay**. Huelva, España: Centro de Investigación en Migraciones - CIM. 2014. p. 267-296.
- _____. Capitalismo, socialismo y armonicidad. In: LUIS HIDALGO-CAPITÁN, Antonio; GUILLÉN GARCÍA, Alejandro; DELEG GUAZHA, Nancy (Ed.). **Sumak Kawsay Yuyay: Antología del pensamiento indigenista ecuatoriano sobre Sumak Kawsay**. Huelva, España: Centro de Investigación en Migraciones - CIM. 2014. p. 297-342.

- PACHECO, Victor Manuel Avila. **Trazas Metodológicas**: De lo cualitativo a las sabidurías en otredad. Bogotá: Ediciones doctrina/LEY. 2010. 136 p.
- PAREDES, Julieta. Hilando Fino: Desde el feminismo comunitario. 2. ed. México: Cooperativa El Rebozo. 2013. 125 p.
- PAREDES, Julieta & GUZMÁN, Adriana. El tejido de la rebeldía. ¿Qué es el feminismo comunitario. La Paz: Comunidad Mujeres Creando Comunidad, 2014, 112p.
- PATZI PACO, Félix. **Tercer Sistema** - Modelo Comunal: Propuesta alternativa para salir del capitalismo y del socialismo. [Bolivia]: [CEA]. 2011.
- PERUZZO, Cicília Krohling. Políticas públicas para radiodifusão comunitária no desenvolvimento local. In: GUMUCIO-DAGRON, Alfonso; HERRERA-MILLER, Karina (Coord.). **Políticas y legislación para la radio local en América Latina**. La Paz: Plural Editores. p. 192-224. 2012
- PRADA, Raúl. Subversiones indígenas. [La Paz]: Comuna. 2008. 152 p. ISBN:978-9905-40-55-0
- PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. **A Globalização da Natureza e a Natureza da Globalização**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 2006a. 625 p.
- _____ A Reinvenção dos Territórios: a experiência latino-americana e caribenha. In: CECEÑA, Ana Esther. **Los desafíos de las emancipaciones en un contexto militarizado**. CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina. 2006b. p. 151-197.
- _____ A geograficidade do social: uma contribuição para o debate metodológico sobre estudos de conflito e movimentos sociais na América Latina. In: SEOANE, José. **Movimientos sociales y conflictos en América Latina**. Buenos Aires: CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, Programa OSAL. 2003. 288 p.
- QUIJANO, Aníbal; WALLERSTEIN, Immanuel. Americanity as a Concept, or the Americas in the Modern World-System. **International Journal of the Social Sciences**, [S.l.], n. 134. 1992. p. 549-557.
- QUIJANO, Aníbal. Colonialidad del poder, eurocentrismo y América Latina. In: LANDER, Edgardo. **La colonialidad del saber**: eurocentrismo y ciencias sociales. Perspectivas Latinoamericanas. Buenos Aires: CLACSO. 2000a. p. 201-246.

- _____ ¡Qué tal raza! **Revista Venezolana de Economía y Ciencias Sociales**, v. 6, n. 1. Caracas: Universidad Central de Venezuela. 2000b.
- _____ Colonialidad del poder, cultura y conocimiento en América Latina. In: CASTRO-GÓMEZ, Santiago; GUARDIOLA-RIVERA; Oscar; MILLÁN DE BENAVIDES; Carmen. (edit.). **Pensar (en) los intersticios. Teoría y práctica de la crítica poscolonial**. Santafé de Bogotá: CEJA; Instituto Pensar. 1999. p. 99-109. (Coleção Pensar)
- QUIJANO VALENCIA, Olver (2013). EcoNOMías, ecoSÍmías y perspectivas decoloniais. In: WALSH, Catherine (Ed.). **Pedagogías decoloniales: prácticas insurgentes de resistir, (re)existir y (re)vivir**. Tomo I. Quito, Ecuador: Ediciones Abya-Yala. 2013. p. 105-144
- RESINA DE LA FUENTE, Jorge. **La plurinacionalidad en disputa: El pulso entre Correa y la CONAIE**. Quito: Ediciones Abya-Yala. 2012.
- RESTREPO BOTERO, Gloria Maria; PRECIADO BUITRGAO, Juan Carlos; VELASCO ÁLVAREZ, Álvaro César. Cartografía Social. In: **Terra Nostra**. Tunja. Universidad Pedagógica y Tecnológica de Colombia. v. 1. n. 5 1999.
- REY, Mabel Thwaites. **La autonomía como búsqueda, el Estado como contradicción**. Buenos Aires: Prometeo Libros, 2004. 120 p.
- RINCÓN, Omar. Hacia la enunciación colectiva del mensaje. In: **Políticas y legislación para la radio local en América Latina**. GUMUCIO-DAGRÓN, Alfonso; HERRERA-MILLER, Karina (Coord.). La Paz: Plural Editores. p. 115-122. 2012.
- RIVAL, Laura. **Transformaciones Huaoranis: Frontera, Cultura y tensión**. Quito: Universidad Andina Simón Bolívar. 2015. 336 p.
- RUBENSTEIN, Steve. La conversión de los Shuar. **Iconos – Revista de Ciencias Sociales**. Quito, v. 9, n. 22. 2005. p. 27-48.
- SAID, Edward. **Orientalismo: o Oriente como invenção do Ocidente**. Traducción Tomás Rosa Bueno. São Paulo: Companhia das Letras. 1990.
- SANTOS, Boaventura de Souza. **Introdução a uma ciência pós-moderna**. Rio de Janeiro: Graal, 1989. 176 p.
- _____ **Refundación del Estado en América Latina: Perspectivas desde una epistemología del Sur**. La Paz: Plural Editores. 2010. 133 p.

- SARANGO MACAS, Luis Fernando. **El Paradigma educativo de Abya Yala:** continuidad histórica, avances y desafíos. Managua: URACCAN. 2014. 93 p.
- SILVA CHARVET, Erika. **Mushuk Allpa:** la experiencia de los indígenas de Pastaza en la conservación de la Selva Amazónica. Quito: COMUNIDEC, Amazanga. 2003.
- SHIVA, Vandana. Democracia de la Tierra y los Derechos de la Naturaleza. In: ACOSTA, Alberto & MARTINEZ, Esperanza. **La naturaleza con derechos.** De la filosofía a la política. Quito: Ediciones Abya Yala/ Fundación Rosa Luxemburgo. 2011. pp. 139-172.
- SIMBAÑA, Floresmilo. El movimiento indígena y el actual proceso de transición. **Revista ALAI**, Quito, ago. 2007, ano XXXI, II época, n. 423. p. 21-23.
- _____. “La plurinacionalidad de la nueva Constitución”. In: Borja Raúl (ed.), *Análisis nueva Constitución.* Quito, ILDIS-Friedrich Ebert Stiftung La tendencia, 2008, pp. 102-117.
- SMITH, Linda Tuhiwai. **Decolonizing Methodologies: Research and Indigenous Peoples.** London: Zed Books. 2003. 209 p.
- SPIVAK, Gayatri C. Estudios de la Subalternidad. Deconstruyendo la Historiografía. In: MEZZADRA, Sandro (coord., varios autores). **Estudios Postcoloniales: Ensayos Fundamentales.** Editorial Traficantes de Sueños, colección Mapas. 2008. [online].
- _____. **Pode o subalterno falar?** Tradução Regina Goulart. De Almeida, Marcos Pereira Feitosa, André Pereira Feitosa. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010. 133 p.
- TARDE, Gabriel de. **A opinião e as massas.** 2ª ed. São Paulo: Martins Fontes. 2005. 199 p.
- TAYLOR, Anne-Christine; DESCOLA, Philippe. El conjunto jibaro en los comienzos de la conquista española del Alto Amazonas. **Bulletin de l'Institut Français d'Etudes Andines**, Paris, v. 10, n. 3-4. 1981. p. 7-54.
- TAYLOR, Anne-Christine. El oriente ecuatoriano en el siglo XIX: el otro litoral. **Travaux de l'IFEA**, Quito, tomo 63. 1994. p. 17-67.
- TODOROV, Tzvetan. **A conquista da América: A questão do outro.** São Paulo: Martins Fontes, 2003.

- TORRES CARRILLO, Alfonso. **El retorno a la comunidad. Problemas, debates y desafíos de vivir juntos.** Bogotá: CINDE – El Búho. 2014. 237 p.
- TRUJILLO MONTALVO, P. **Salvajes, civilizados y civilizadores:** La Amazonía ecuatoriana el espacio de las ilusiones. Quito: Ediciones Abya Yala. 2001. 159 p.
- UNIVERSIDAD INTERCULTURAL AMAWTAY WASI. **Aprender en las sabidurías y el buen vivir.** Quito: Organización de las Naciones Unidas para la Educación, la Ciencia y la Cultura, 2012. 368 p.
- URBINA RANGEL, Fernando. **Dijome, el hombre serpiente águila:** Mito uitoto de la Amazonía. Bogotá: Convenio Andrés Bello. 2004. 118 p.
- VAZQUEZ MELKEN, Rolando. Colonialidad y Relacionalidad. In: EUGENIA BORSANI, María; QUINTERO, Pablo (Comp.). **Los desafíos decoloniales de nuestros días: pensar en colectivo .** Neuquén: EDUCO - Universidad Nacional del Comahue. 2004. 234 p.
- VÁZQUEZ et al. La vida en el centro y el crudo bajo tierra El Yasuní en clave feminista. Quito, Ecuador: Acción Ecológica/Entre Pueblos/ Gobierno Vasco, 2014. 101p. (Colectivo Miradas críticas del Territorio desde el Feminismo).
- VICH, Victor; ZAVALA, Virginia. **Oralidad y poder:** Herramientas metodológicas. Bogotá: Norma. 2004.
- VILLA, Wilmer, & VILLA, E. La pedagogización de la oralidad en contextos de afirmación cultural de las comunidades negras del Caribe Seco colombiano. **Cuadernos de Literatura del Caribe e Hispanoamérica.** Barranquilla-Cartagena de Indias, n. 12. 2010. p. 69-89.
- _____ Donde llega uno, llegan do, llegan tres y llegan todos: El sentido de la pedagogización de la escucha en las comunidades negras del Caribe Seco colombiano. In: WALSH, Catherine (Ed.). **Pedagogías decoloniales: prácticas insurgentes de resistir, (re)existir y (re)vivir.** Tomo I. Quito, Ecuador: Ediciones Abya-Yala. 2013.
- WALSH, Catherine. Cruzando *la raya:* dinámicas socioeducativas e integración fronteriza. El caso del Ecuador con Colombia y Perú. In: CONVENIO ANDRÉS BELLO, **La integración y el desarrollo social fronterizo.** Bogotá: Convenio Andrés Bello. 2006.

- _____ Fanon y la pedagogía decolonial. Rio de Janeiro: **Nuevamerica**, n. 122. Jun. 2009a. p. 60-63.
- _____. “El desarrollo sociopolítico de la educación intercultural bilingüe en el Ecuador,” **Pueblos Indígenas y Educación**, julho-dezembro, Abya-Yala/EBI/GTZ., pp. 99-164. 1994.
- _____ Interculturalidad y colonialidad del poder: un pensamiento y posicionamiento otro desde la diferencia colonial. In: WALSH, Catherine; MIGNOLO, Walter; GARCÍA LINERA, Álvaro. **Interculturalidad, colonización del Estado y del conocimiento**. Buenos Aires: Del Signo. 2006. p. 21-70.
- _____ **Interculturalidad, Estado, sociedad**: Luchas (de)coloniales de nuestra época. Quito: Universidad Andina Simón Bolívar; Editorial Abya-Yala. 2009b. 254 p.
- _____ **Pedagogías decoloniales**: Prácticas insurgentes de resistir, (re)existir y (re)vivir. Quito: Editorial Abya-Yala. 2013. 161 p.
- _____ Pedagogías decoloniales caminando y preguntando: Notas a Paulo Freire desde Abya Yala. **Revista Entramados - Educación Y Sociedad**, [Mar del Plata], Universidad Año 1, n. 1, dic. 2014a. p. 17-31.
- _____ ¿Qué saber, qué hacer y cómo ver? Los desafíos y predicamentos disciplinares, políticos y éticos de los estudios (inter)culturales *desde* América Andina. In: WALSH Catherine (Ed.). **Estudios culturales latinoamericanos**: Retos desde y sobre la región andina. Quito: Universidad Andina Simón Bolívar. 2003. 324p.
- _____ ‘Raza’, mestizaje y poder: Horizontes coloniales pasados y presentes. **Crítica y emancipación**, Buenos Aires, Clacso, No.3, Marzo 2010. (p. 95-126)
- WALSH, Catherine; GARCIA SALAZAR, Juan. Memoria colectiva, escritura y Estado: Prácticas pedagógicas de existencia afroecuatoriana. Bogotá: **Cuadernos de literatura**. Vol. 19 n. 38. 2015. p. 79-98.
- WYNTER, Sylvia. En Torno al principio sociogénico: Fanon, la identidad y el rompecabezas de la experiencia consciente y cómo es ser “negro”. In: FANON, Frantz. **Piel negra, máscaras blancas**. Madrid: Ediciones Akal. 2009. p. 327-370.
- ZEA, Tarcila Rivera. Periodismo indígena, una propuesta desde las cumbres de comunicación de Abya Yala. **Revista Latino-americana de Comunicación Chasqui** (n. 120, dez. 2012). Entrevista concedida a Gema Tabares Merino.

ZIBECHI, Raul. **Dispersar el poder**: Los movimientos como poderes antiestatales.

Buenos Aires: Tinta Limón. 2006a. 208 p.

_____. *Los movimientos sociales como sujetos de la comunicación*. **Revista América Latina em Movimento**, Quito: ALAI; ano XXXI; II época; nov. 2007. (p. 16-28).

Bibliografía em suporte eletrônico

ACCIÓN ECOLÓGICA. **El cierre de “la voz de Arutam”**. Jan. 2010.

Disponível em: <<http://www.accionecologica.org/mineria/documentos/1187-el-cierre-de-la-voz-de-arutam>>. Acesso em: 22 fev. 2016.

ACOSTA, Alberto. Dejar el crudo en tierra o la búsqueda del paraíso perdido:

Elementos para una propuesta política y económica para la Iniciativa de no explotación del crudo del ITT. **Polis, Revista de la Universidad Bolivariana**, Volumen 8, Nº 23, 2009, p. 429-452. Disponível em:

<<http://www.scielo.cl/pdf/polis/v8n23/art19.pdf>>. Acesso em: 6 mar. 2016.

ACOSTA, Alberto. Post-crecimiento y post-extractivismo: dos caras de la misma

transformación cultural. In: ENDARA, Gustavo (coord.). **Post-Crecimiento y Buen Vivir: Propuestas globales para la construcción de sociedades equitativas y sustentables**. Quito: Friedrich-Ebert-Stiftung. 2014. p. 93-122.

Disponível em: <<http://library.fes.de/pdf-files/bueros/quito/11348.pdf>>. Acesso em: 22 jul. 2016.

ACOSTA, Ana. **Legitimidad vs Legalidad**. Wambra. 18 nov. 2015. Disponível em:

<<http://www.wambraradio.com/legalidadvslegitimidad/>>. Acesso em: 21 jul. 2016

AGENCIA DE LOS ESTADOS UNIDOS PARA EL DESARROLLO INTERNACIONAL (USAID/ECUADOR). 2005. **Informe Final de la Planificación Estratégica AMWAE**. Disponível em: <http://pdf.usaid.gov/pdf_docs/Pnadf637.pdf>.

Acesso em: 22 fev. 2016.

AGENCE LATINO-AMERICAINE D'INFORMATION. El Instituto Lingüístico de Verano, instrumento del imperialismo. **Nueva Antropología**, Año III, No. 9, México. 1978. p. 116-142. Disponível em:

<<http://www.juridicas.unam.mx/publica/librev/rev/nuant/cont/9/doc/doc12.pdf>>. Acesso em: 4 mar. 2016.

- AGURTO, Jorge; MESCCO, Jahve. **La comunicación indígena como dinamizadora de la comunicación para el cambio social**. 2012.
Disponível em: <[Http://servindi.org/pdf/ALAIC_comunicaci%C3%B3nindigena2012.pdf](http://servindi.org/pdf/ALAIC_comunicaci%C3%B3nindigena2012.pdf)>. Acesso em: 23 jan. 2014.
- ANZALDUA, Gloria. **La conciencia de la mestiza: rumbo a una nova consciência**. **Revista Estudos Feministas**. Florianópolis, v. 13, n.3, Dez. 2005. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2005000300015&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 11 jan. 2014.
- ARELLANO ORTIZ, Fernando. **Mónica Bruckmann: América Latina desaprovecha una oportunidad histórica de desarrollar una relación estratégica de largo plazo con China**. Disponível em: <<http://www.pvp.org.uy/?p=6486>>. Acesso em: 02 ago. 2016.
- ARNSTEIN, Sherry R. A Ladder of Citizen Participation. **JAIP**, [S.l.], v. 35, n. 4. 1969. p. 216-224. Disponível em: <http://lithgow-schmidt.dk/sherry-arnstein/ladder-of-citizen-participation_en.pdf>. Acesso em: 23 fev. 2016.
- ASOCIACIÓN DE CABILDOS INDÍGENAS DEL NORTE DEL CAUCA.
Palabrandar, una tarea de todas y todos los comunicadores. **Cauca**. Disponível em: <<http://www.nasaacin.org/informativonasaacin/3newsflash/6867caucapalabrandar.unatareadetodasytodosloscomunicadores>>. Acesso em: 5 dez. 2015.
- ASOCIACIÓN MUNDIAL DE RADIOS COMUNITARIAS (México). **Radios comunitarias y contexto de conflicto en Mexico**. 2008. 95 f. México. Disponível em: <http://www.vivalaradio.org/medios-comunicacion/PDFs/MED_reflexiones_11radios-conflicto-mexico.pdf>. Acesso em: 22 fev. 2016.
- BALLESTRIN, Luciana. América Latina e o giro decolonial. **Rev. Bras. Ciênc. Polít**, n.11, Ago., 2013. pp. 89-117. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-33522013000200004&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 11 jan. 2014.
- BASTOS, Santiago. Los índios, las naciones y el nacionalismo. **Revista Espiral**. Espiral, Estudos sobre Estado y Sociedad, v. II, n. 6 - maio/agosto. 1996. Disponível em: <<http://148.202.18.157/sitios/publicaciones/ite/pperiod/espiral/espiralpdf/Espiral6/161-206.pdf>>. Acesso em: 25 mar. 2014.

- BAUCOM, Frantz Fanon's Radio. Solidarity, Diaspora, and the Tactics of Listening, **Contemporary Literature**, Vol. 42, No. 1 (Primavera, 2001), pp. 15-49.
Disponível em:
http://www.jstor.org/stable/1209083?seq=1#page_scan_tab_contents. Último acesso 16 de nov. de 2016.
- BAYON, Manuel. La urbanización de la Amazonía como estrategia continua de la acumulación por despojo capitalista extractiva. **La Ciudad Viva**. Sevilla. 12 dez. 2013. Disponível em: <<http://www.laciudadviva.org/blogs/?p=20229>>. Acesso em: 30 jul. 2016.
- BOLINAGA, Luciano; SLIPAK, Ariel. El Consenso de Beijing y la reprimarización productiva de América Latina: El Caso Argentino. **Problemas del Desarrollo**. v. 46. n. 183. Out-Dez 2015, p. 33-58. Disponível em:
<<http://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0301703615000437>>. Acesso em: 02 ago. 2016.
- BUENDIA SILVA, Silvia ; CALAPAQUI TAPIA, Karla. **Rafael Correa: 9 años de violència contra las mujeres**. Ecuador. 2016. 45 p. Disponível em:
<<http://malcriadas.org>>. Acesso em 22 jul. 2016.
- BRAVO MUÑOZ, Loreto. Empresas comunales de comunicación: Un camino hacia la sostenibilidad. **Media Development**. v. 4. 2015. Disponível em:
<<http://cdn.agilitycms.com/wacc-global/resources/md-2015-4/4-2015.03.Empresas%20comunales%20de%20comunicaci%C3%B3n-%20Un%20camino%20hacia%20la%20sostenibilidad.pdf>>. Acesso em: 27 jul. 2016.
- BRUCKMANN, Monica. Ou Inventamos ou Erramos: A nova conjuntura latinoamericana e o pensamento crítico. Tese (Título de Doutor em Ciência Política) – Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Universidade Federal Fluminense. Niterói. 2011. 467 p. Disponível em:
<<http://www.uff.br/dcp/wp-content/uploads/2011/01/Tese-de-2011-Monica-Bruckmann.pdf>>. Acesso em: 22 jul. 2016.
- CASTRO, Eduardo Viveiros de. Os pronomes cosmológicos e o perspectivismo ameríndio. Rio de Janeiro: **Mana**, v. 2, n. 2, p. 115-144. Out. 1996. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-93131996000200005&lng=en&nrm=iso>. Último acesso em 05 de abril de 2015.

- CHEMONICS INTERNATIONAL INC. **CAIMAN Biodiversity Conservation in Indigenous Areas**. Mar. 2004. Disponível em: <http://pdf.usaid.gov/pdf_docs/PNADC455.pdf>. Acesso em: 23 fev. 2016.
- CHICAIZA, Gloria. **Mineras chinas en Ecuador: nueva dependencia**. 2014. Disponível em: <<http://www.accionecologica.org/images/2005/mineria/documentos/nuevadenpendencia.pdf>>. Acesso em: 2 abr. 2014.
- CHIRIF, Alberto & GRACÍA HIERRO, Pedro. **Marcando territorio** Progresos y limitaciones de la titulación de territorios indígenas en la Amazonía. Copenhage: GRUPO INTERNACIONAL DE TRABAJO SOBRE ASUNTOS INDIGENAS. 322p. Disponível em: http://www.iwgia.org/iwgia_files_publications_files/0302_MARCANDO_TERRITORIO.pdf Acesso 15 ago 2016.
- CIELO, Cristina; VEJA, Cristina. Reproducción, mujeres y comunes. Leer a Silvia Federici desde el Ecuador actual. **Nueva Sociedad**. n. 256. Mar- Abr. 2015. Disponível em: <http://nuso.org/articulo/reproduccion-mujeres-y-comunes-leer-a-silvia-federici-desde-el-ecuador-actual/>. Acesso em: 23 jul. 2016.
- CINCO mujeres denuncian al gobierno. 19 out. 2015. **Plan V**. Disponível em: <<http://www.planv.com.ec/historias/politica/cinco-mujeres-denuncian-al-gobierno>>. Acesso em: 21 jul. 2016
- COMISIÓN PARA LA AUDITORIA DE LAS CONCESIONES DE LAS FRECUENCIAS DE RADIO Y. TELEVISIÓN. **Informe Definitivo**. Quito. 2009. Disponível em: <<http://www.arcotel.gob.ec/wp-content/uploads/downloads/2014/08/Informe-Comisi%C3%B3n-Frecuencias-SECCI%C3%93N-1.pdf>> . Último acceso: 22 jul. 2016.
- _____ **Boletín Estadístico del Sector de Telecomunicaciones**. Quito. 2015. Disponível em: < http://www.arcotel.gob.ec/wp-content/uploads/downloads/2015/04/BOLETIN-No-4-AVS_RTV_TF__.pdf>. Acesso em: 29 jul. 2016.
- COMISSÃO ECONÔMICA PARA A AMÉRICA LATINA E O CARIBE. **América Latina y el Caribe y China. Hacia una nueva era de cooperación econômica**. Santiago: Nações Unidas. 2015. 81 p. Disponível em: <http://repositorio.cepal.org/bitstream/handle/11362/38196/s1500389_es.pdf>. Acesso em: 2 ago. 2016.

- COMISSÃO INTERAMERICANA DE DIREITOS-HUMANOS. **Informe de la situación del derecho a la consulta previa, libre e informada em la región amazônica del Ecuador**. Quito. Out. 2013. 99 p. Disponível em: <http://www.inredh.org/archivos/pdf/informe_cidh_consulta_previa_2013.pdf>. Acesso em: 21 jul. 2016
- COMUNIDADES dirán en 5 meses si va o no ronda petrolera. **El Telégrafo**. 22 abr_2012. Disponível em: <<http://www.eltelegrafo.com.ec/noticias/actualidad/1/comunidades-diran-en-5-meses-si-va-o-no-ronda-petrolera>>. Acesso em: 4 mar. 2016.
- COMUNIDADES shuar de Macuma aprueban la Consulta Previa de Hidrocarburos. 2015. **Documentário produzido pelo governo de Morona Satiago**. 3'32". Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=dMNMVuldWE0>>. Acesso em: el 19 set. 2015.
- CONFEDERACIÓN DE LAS NACIONALIDADES INDÍGENAS DE ECUADOR. **Carta abierta al Ministro Coordinador de Sectores Estrategicos, Ministro de Histrocarburos y Presidente Ejecutivo Andes Petroleum Ecuador LTD**. Quito. 21 jan. 2015. Disponível em: <https://issuu.com/impactos_en_amazonia/docs/images/1>. Acesso: 21-07-2016.
- _____. **Propuesta de la CONAIE frente a la Asamblea Constituyente**. Principios y lineamientos para la nueva Constitución del Ecuador. Por un Estado Plurinacional, Unitario, Soberano, Incluyente, Equitativo y Laico. Quito: CONAIE. 2007. 49 p. Disponível em: <<http://yachana.org/earchivo/conaie/ConaiePropuestaAsamblea.pdf>>. Acesso em: 22 jul. 2016.
- _____. Proyecto Político de la CONAIE. Quito: Consejo de Gobierno. 1994. Disponível em: <<http://yachana.org/earchivo/conaie/proyectopolitico.pdf>> Acesso em: 13 ago. 2016.
- CORONA, Leonel, XHEMALCE, Remzi. Ante la reprimarización y la sociedad del conocimiento. **Revista América Latina en Movimiento: Integración suramericana: Temas estratégicos**. n. 480-481. Fev. 2012. Disponível em: <<http://www.alainet.org/es/active/62603>>. Acesso em: 02 ago. 2016.

- CORREA agradece a la Asamblea por aprobar la Ley de Aguas. 2014. Disponible em: <<http://www.eluniverso.com/noticias/2014/06/24/nota/3146491/proyecto-ley-aguas-sera-ley-esta-tarde>>. Acceso em: 28 nov. 2015.
- CORREA, Rafael. **Discurso proferido en Encuentro Somos Amazonía**. Coca. 3 de fev. 2015. Disponible em: <<http://www.presidencia.gob.ec/wp-content/uploads/downloads/2015/02/2015-02-03-SOMOSAMAZONIA.pdf>>. Acceso em: 23 jul. 2016.
- CORTE INTERAMERICANA DE DERECHOS HUMANOS. Ficha técnica: Pueblo Indígena Kichwa de Sarayaku vs. Ecuador. Disponible em: <http://www.corteidh.or.cr/cf/jurisprudencia/ficha.cfm?nId_Ficha=206&lang=es>. Acceso em: 4 mar. 2016.
- CORTEZ, David. Genealogía del sumak kawsay y el buen vivir en Ecuador: un balance. In: ENDARA, Gustavo (coord.). **Post-Crecimiento y Buen Vivir: Propuestas globales para la construcción de sociedades equitativas y sustentables**. Quito: Friedrich-Ebert-Stiftung. 2014. p. 315-354. Disponible em: <<http://library.fes.de/pdf-files/bueros/quito/11348.pdf>>. Acceso em: 22 jul 2016.
- CHUJI GUALINGA, Mónica. Los medios de comunicación indígenas al servicio de los DD.HH. y colectivos. Disponible em: <<http://www.alainet.org/es/active/16282>>. Acceso em: 07 de nov. de 2016.
- DUSSEL, Enrique. **Transmodernidad e Interculturalidad**: Interpretación desde la Filosofía de la Liberación. 2004. Disponible em: <<http://enriquedussel.com/txt/TRANSMODERNIDAD%20e%20interculturalidad.pdf>>. Acceso em: 25 mar. 2014.
- ECHEVERRÍA, Bolívar. **Crítica de la modernidad capitalista**. La Paz: Oxfam; Vicepresidencia del Estado Plurinacional de Bolivia. 2011. 800p. Disponible em: <http://www.vicepresidencia.gob.bo/IMG/pdf/bolivar_echeverria.pdf>. Acceso em: 30 jul. 2016.
- ECUADOR extrema polémico control sobre ONG's y ayuda financiera externa. **El Universo**. Quito. 19 dez. 2013. Disponible em: <<http://www.eluniverso.com/noticias/2013/12/19/nota/1936976/ecuador-extrema-polemico-control-sobre-ons-ayuda-financiera>>. Acceso em: 21 jul. 2016.

EQUADOR. Coordinadora de Radio Popular y Educativa del Ecuador; Programa de Legislaciones y Derecho a la Comunicación Amarc-Alc. **De la concentración a la democratización del Espectro Radioeléctrico**: Estudio de concesión de frecuencias de rediodifusión y televisión em el Ecuador (2003-2008). Quito: Ediciones Abya-Yala. 2008. Disponível em: <<http://www.corape.org.ec/De%20la%20concentraci%C3%B3n%20a%20la%20democratizaci%C3%B3n%20CORAPE.pdf>>. Acesso em: 22 jul. 2016.

EQUADOR, Instituto para el Ecodesarrollo Regional Amazónico. **Proyecto para el fortalecimiento de la Comunidad Intercultural Amazónica (2014)**. 2015. Disponível em: <<http://www.desarrolloamazonico.gob.ec/wp-content/uploads/downloads/2015/03/3.-Fortalecimiento-de-la-comunicacion.pdf>>. Acesso em: 23 jul. 2016.

_____ **Informe de Interpretação Simultânea – março/ 2015**. Disponível em: <http://www.desarrolloamazonico.gob.ec/wp-content/uploads/downloads/2015/04/INFORME-INTEPRETACION-SIMULTANEA-MARZO-2015.pdf>. Acesso em: 12 de sept. De 2015.

_____ **Información completa y detallada de los procesos precontractuales, contractuales, de adjudicación y liquidación, de las contrataciones de obras, adquisición de bienes, prestación de servicios, arrendamientos mercantiles, etc., celebrados por la institución con personas naturales o jurídicas, incluidos concesiones, permisos o autorizaciones**. Mar. 2015. Disponível em: <<http://www.desarrolloamazonico.gob.ec/wp-content/uploads/downloads/2016/04/literal-i-procesos-de-contrataciones.pdf>>. Acesso em: 09/8/2016.

_____ **Información completa y detallada de los procesos precontractuales, contractuales, de adjudicación y liquidación, de las contrataciones de obras, adquisición de bienes, prestación de servicios, arrendamientos mercantiles, etc., celebrados por la institución con personas naturales o jurídicas, incluidos concesiones, permisos o autorizaciones**. 2015. Disponível em: <<http://www.desarrolloamazonico.gob.ec/wp-content/uploads/downloads/2016/05/literal-i-procesos-de-contrataciones1.pdf>>. Acesso em: 09/8/2016.

- EQUADOR, Ministerio Coordinador de la Política y Gobiernos Autónomos Descentralizados. **Programa Anual de Inversiones (2012)**. 2012. Disponível em: <<http://www.produccion.gob.ec/wp-content/uploads/downloads/2012/07/PAI-Programa-Anual-de-Inversiones.pdf>>. Acesso em: 13-09-2015.
- EQUADOR. Ministerio Coordinador de los Sectores Estrategicos. **El Estado ecuatoriano realiza levantamiento de información los bloques 74 y 75 cumpliendo la Constitución y la Ley**. [s.n.]. Disponível em: <<http://www.sectoresestrategicos.gob.ec/el-estado-ecuatoriano-realiza-levantamiento-de-informacion-los-bloques-74-y-75-cumpliendo-la-constitucion-y-la-ley/>>. Acesso em: 4 mar. 2016.
- _____ **Detalle de contratos institucionales**. Ago. 2014. Disponível em: <<http://www.sectoresestrategicos.gob.ec/wp-content/uploads/downloads/2014/08/I.2-Contratos-institucionales.pdf>>. Acesso em: 9 ago. 2016.
- EQUADOR. Ministerio de Electricidad y Energía Renovable. **La Consulta previa bloque 43 ITT**. [s.n.]. Disponível em: <<http://www.energia.gob.ec/la-consulta-previa-bloque-43-itt/>>. Acesso em: 5 mar. 2016.
- EQUADOR. Ministerio de Finanzas de Ecuador. **Documento de Registro de despesas e atividades funcionários da SNGP**. 2015. Disponível em: <<http://www.politica.gob.ec/wp-content/uploads/2015/10/7317-BOHORQUEZ-JOSE-DE-6-AL-7-DE-AGOSTO-2015.pdf>>. Último acesso: 22 jul. 2016.
- EQUADOR. Presidencia de la República del Ecuador. **Lanzamiento de la Décimo primera Ronda Petrolera Suroriente**. 28 dez 2015. Disponível em: <<http://www.presidencia.gob.ec/wp-content/uploads/downloads/2013/02/2012-11-28-DECIMOPRIMERA-RONDA-PETROLERA.pdf>>. Acesso em: 20 jul. 2016.
- _____ **Decreto n.º 691, de 4 de junio de 2015**. Registro Oficial. Quito, 4 de junho de 2015. Disponível em: <<http://codenpe.gob.ec/pdfcomunicacion/Decreto%20Ejecutivo%20691.pdf>>. Acesso em: 25 fev. 2016.

- _____ **Encuentro Somos Amazonía**. 3 de fevereiro de 2015. Disponível em: <<http://www.presidencia.gob.ec/wp-content/uploads/downloads/2015/02/2015-02-03-SOMOSAMAZONIA.pdf>>. Acesso em: 22 jul. 2016.
- EQUADOR. Secretaria de Hidrocarburos de Ecuador. **Contratos de Régimen Especial**. Dez. 2014. Disponível em: <<http://www.she.gob.ec/wp-content/uploads/downloads/2015/01/Re%CC%81gimen-Especial-.pdf>>. Acesso em: 9/8/2016.
- _____ **Relatório de Atividades da SHE**. 2015. Disponível em: <<http://www.she.gob.ec/wp-content/uploads/2015/07/SHOLIS.pdf>>. Acesso em: 15 jul. 2016.
- _____ **Informe de actividades y productos alcanzados**. 30 jan. 2013. Disponível em: <<http://www.hidrocarburos.gob.ec/wp-content/uploads/downloads/2015/06/GARCIA-SHIGUANO-JESSIKA-MARICELA.pdf>>. Acesso em: 20 jul. 2016.
- _____ **Informe de actividades y productos alcanzados**. Mai. 2015. Disponível em: <<http://www.she.gob.ec/wp-content/uploads/2015/07/ALVAREZ.pdf>>. Acesso em: 20 jul. 2016.
- _____ **Informe de actividades y productos alcanzados**. Jun. 2015. Disponível em: <<http://www.she.gob.ec/wp-content/uploads/2015/07/VARGAS.pdf>>. Acesso em: 20 jul. 2016.
- _____ **Informe de actividades y productos alcanzados**. Set. 2015. Disponível em: <<http://www.she.gob.ec/wp-content/uploads/2015/10/gualinga2.pdf>>. Acesso em: 20 jul. 2016.
- EQUADOR. Secretaria de Hidrocarburos de Ecuador. **Informe de actividades y productos alcanzados**. Set. 2015. Disponível em: <<http://www.she.gob.ec/wp-content/uploads/2015/10/gualinga5.pdf>>. Acesso em: 20 jul. 2016
- _____ **Informe de actividades y productos alcanzados**. Out 2015. Disponível em: <<http://www.she.gob.ec/wp-content/uploads/2015/11/ALVAREZ.pdf>>. Acesso em: 20 jul. 2016.
- _____ **Informe de actividades y productos alcanzados**. Out. 2015. Disponível em: <<http://www.she.gob.ec/wp-content/uploads/2015/11/GUERRERO.pdf>>. Acesso em 20 jul. 2016.

_____ **XI Ronda Suroriente:** paso estratégico hacia el nuevo desarrollo industrial del Ecuador. Dic. 2013. Disponible em: <<http://www.she.gob.ec/xi-ronda-suroriente-paso-estrategico-hacia-el-nuevo-desarrollo-industrial-del-ecuador/>>. Acceso em: 13 set. 2015.

_____ **Resumen ejecutivo de los contratos de Régimen Especial.** 5 out. 2013. Disponible em: <<http://www.she.gob.ec/wp-content/uploads/downloads/2013/11/CONTRATOS-DE-R%C3%89GIMEN-ESPECIAL.pdf>>. Acceso em: 5 mar. 2016.

_____ **Resumen ejecutivo – Consulta previa.** 2012. Disponible em: <http://www.she.gob.ec/wp-content/uploads/downloads/2013/08/resumen_ejecutivo_consulta_previa.pdf>. Acceso em: 5 mar. 2016.

EQUADOR. Secretaria Nacional de Comunicación. **Proyecto: Implementación y fortalecimiento del Programa Radial Habla Ecuador en el territorio nacional e internacional.** 2014. Disponible em: <<http://www.comunicacion.gob.ec/wp-content/uploads/downloads/2015/05/k-Proyecto-Habla-Ecuador.pdf>>. Acceso em: 23 jul. 2016

_____ **Ficha Informativa de Proyecto 2015.** 2015. Disponible em: <<http://www.comunicacion.gob.ec/wp-content/uploads/downloads/2015/04/k-Anexos-Avances-Habla-Ecuador.pdf>>. Acceso em: 23 jul. 2016

EQUADOR. Secretaría Nacional de Gestión de la Política.

Parametros aplicables a la información de Planificación Institucional M. Indicadores de desempeño, informes de gestión, cumplimiento de metas. 2014. Disponible em: <<http://www.politica.gob.ec/wp-content/uploads/downloads/2014/09/6.M.-Indicadores-de-desempe%C3%B1o-informes-de-gesti%C3%B3n-cumplimiento-de-metas.pdf>>. Acceso em: 22 fev. 2016.

_____ **Informe de actividades y productos alcanzados.** Ago. 2015. Disponible em: <<http://www.politica.gob.ec/wp-content/uploads/2015/09/6580-SANCHES-CRUZ-JOSE-ABEL.pdf>>. Acceso em: 20 jul. 2016.

_____ **Ficha Informativa de Proyecto 2015.** Abr. 2015. Disponible em: <<http://www.politica.gob.ec/wp-content/uploads/downloads/2015/04/Proyecto-FISCH.pdf>>. Acceso em: 24 fev. 2016.

_____ Documento de Registro de despesas e atividades funcionários da SNGP. Disponível em: <http://www.politica.gob.ec/wp-content/uploads/2015/10/7317-BOHORQUEZ-JOSE-DE-6-AL-7-DE-AGOSTO-2015.pdf>. Acesso em: 22-07-2016.

_____ **Rendición de Cuentas 2013**. Quito. Mar. 2014. Disponível em: <<http://www.politica.gob.ec/wp-content/uploads/downloads/2014/04/Rendici%C3%B3n-CUENTAS-2013-op.pdf>>. Acesso em: 24 fev. 2016.

_____ **Planes y Programas en ejecución; Resultados Operativos**. 31 Ago. 2014. Disponível em: <<http://www.politica.gob.ec/wp-content/uploads/downloads/2014/09/6.K-Planes-y-programas-de-ejecuci%C3%B3n.pdf>>. Acesso em: 5 mar. 2016.

_____ **Proyecto: Fortalecimiento de la capacidad técnica, administrativa y organizativa de las organizaciones de la Amazonía y de la Sierra Centro. (2014-2015)**. Disponível em: <<http://www.politica.gob.ec/wp-content/uploads/2015/09/AMAZONIA-SENPLADES.pdf>>. Acesso em: 22 jul. 2016.

_____ **Ficha Informativa do projeto para *Creación de redes de medios comunitarios públicos y privados locales***. Disponível em: <http://www.politica.gob.ec/wp-content/uploads/downloads/2015/04/Proyecto-REDES.pdf> . Acesso em 22 jul. 2016

EQUADOR. Secretaría Nacional de Planificación y Desarrollo de Ecuador. **Plan Nacional del Buen Vivir, 2013-2017**. Disponível em: <<http://www.buenvivir.gob.ec/>>. Acesso em: 19 mar. 2014.

_____ **Plan Nacional del Buen Vivir, 2009-2013**. Disponível em: <http://www.planificacion.gob.ec/wp-content/uploads/downloads/2012/07/Plan_Nacional_para_el_Buen_Vivir.pdf>. Acesso em: 19 mar. 2014.

EQUADOR. Ecuador Estratégico. Mision-vision. [s.n.]. Disponível em: <<http://www.ecuadorestrategicoep.gob.ec/institucion/mision-vision>>. Acesso em: 5 mar. 2016.

ESCÁRZAGA, Fabiola. Comunidades indígenas y contrainsurgencia. In: GUTIÉRREZ, Raquel e ESCÁRZAGA, Fabiola (Coord.). **Movimiento**

- indígena en América Latina: resistencia y proyecto alternativo (VOLUME II).** México: Centro de Estudios Andinos y Mesoamericanos. 2006. p. 242-257. Disponible em: <http://laguarura.net/wp-content/uploads/2012/05/movimiento_ind%C3%ADgena.pdf>. 6 mar. 2016.
- ESCOBAR, Arturo. **Más allá del Tercer Mundo Globalización y Diferencia.** Bogotá: Instituto Colombiano de Antropología e Historia. 2005. 274 p. Disponible em: <<http://www.unc.edu/~aescobar/text/esp/mas%20alla%20del%20tercer%20mundo-impreso.pdf>>. Acceso 30 jul. 2016.
- _____. Decrecimiento, post-desarrollo y transiciones: una conversación preliminar. **Interdisciplina** v. 3, n. 7. 2015. p. 217-244. Disponible em: <<https://blu185.mail.live.com/mail/ViewOfficePreview.aspx?messageid=mgVzMdOHVX5hG5BdidZ1weDg2&folderid=fITbVDamOSukOcfvDPcWoSiA2&attindex=0&cp=-1&attdepth=0&n=84427424>>. Acceso em: 30 jul. 2016.
- _____. En el trasfondo de nuestra cultura: la tradición racionalista y el problema Del dualismo ontológico. **Tabula Rasa.** Bogotá: Universidad Colegio Mayor de Cundinamarca, n. 18. p. 15-42, jan./jun. 2013. Disponible em: <<http://www.revistatabularasa.org/numero-18/01escobar.pdf>>. Acceso em: 26 jul. 2016.
- FELINTO, Erick. Meio, mediação, agência: a descoberta dos objetos em Walter Benjamin e Bruno Latour. **Revista da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação /E-compós,** Brasília, v. 16, n. 1, jan./abr. 2013. Disponible em: <http://www.compos.org.br/seer/index.php/e-compos/article/view/846>. Acceso em: 20 jan. 2014.
- FERNADEZ SOLIS, Nubia G. **Diseño de una propuesta de Relaciones Públicas para implementarse en la radio comunitaria de la comunidad Shuar de Pitirishka, parroquia Simón Bolívar, en laprovincia de Pastaza.** 2013. 221 f. (Tesis previa la obtención del Título: Licenciada en Relaciones Públicas y Comunicación Organizacional) Facultad de Ciencias Sociales y Comunicacion, Universidad Tecnológica Equinoccial, Quito. 2013. Disponible em: <http://repositorio.ute.edu.ec/bitstream/123456789/10717/1/55005_1.pdf>. Acceso em: 22 fev. 2016.

FUNDACIÓN KANTARIDA. **Informe Final de la Planificación AMWAE.**

Kantarida. Ago. 2005. Disponível em:

<http://pdf.usaid.gov/pdf_docs/Pnadf637.pdf>. Acesso em: 23 fev. 2016.

FUNDACIÓN PACHAMAMA. [carta] 17 dez. 2013. Quito. [para] El Telégrafo.

Resposta a artigo publicado sob título “Los ‘ideólogos’ de Pachamama son estadounidenses”. Disponível em:

<<https://www.facebook.com/pachamama.org.ec/posts/505562362874460>>.

Acesso em: 21-07-2016.

FUNDACION REGIONAL DE ACESORIA EM DERECHOS HUMANOS.

Desarrollo de sus territorios: Cronología del proyecto minero Mirador en la Cordillera del Cóndor. 2015. Disponível em:

http://inredh.org/index.php?option=com_content&view=article&id=767%3Acronologia-del-proyecto-minero-mirador-en-la-cordillera-del-condor-&catid=73%3Aaddhh-ecuador&Itemid=144>. Acesso em: 23 fev. 2016.

_____ **El cierre de la Voz de Arutam y la crisis del Estado de Derechos y Justicia.**

Enero 2010. Disponível em: <<http://www.inredh.org/index.php>

[?view=article&catid=1%3Aactualidad&id=298%3Aradio-arutam&option=com_content](http://www.inredh.org/index.php?view=article&catid=1%3Aactualidad&id=298%3Aradio-arutam&option=com_content)>. Acesso em: 24 fev. 2016.

_____ **Tribunal de Loja sentenció a 4 años de prisión a dos procesados del caso**

Saraguro. Disponível em: [http://www.inredh.org/index.php?](http://www.inredh.org/index.php?option=com_content&view=article&id=857:2016-05-31-00-58-03&catid=1:actualidad&Itemid=143)

[option=com_content&view=article&id=857:2016-05-31-00-58-03&catid=1:actualidad&Itemid=143](http://www.inredh.org/index.php?option=com_content&view=article&id=857:2016-05-31-00-58-03&catid=1:actualidad&Itemid=143)>. Último acesso em 14- jul. 2016.

FUNDAÇÃO ROSA LUXEMBURGO. **Memorial del Encuentro Regional de**

Mujeres y Feminismos populares. Puembo: Fundação Rosa Luxemburgo.

2013. Disponível em: <[http://www.rosalux.org.ec/](http://www.rosalux.org.ec/attachments/article/735/Memoria%20Final.pdf)

[attachments/article/735/Memoria%20Final.pdf](http://www.rosalux.org.ec/attachments/article/735/Memoria%20Final.pdf)>. Último acesso em: 21 jul. 2016

GROSGUÉL, Ramón. Dilemas dos estudos étnicos norte-americanos:

multiculturalismo identitário, colonização disciplinar e epistemologias descoloniais. **Cienc. Cult.**, São Paulo, v. 59, n. 2, June 2007.

Disponível em: <http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0009-67252007000200015&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 17 mar. 2014.

- GUERRERO, Alexis. La consulta previa continuará en Morona. mar. 2015. Morona Santiago. **Radio Macas**. Disponível em: <<https://www.mixcloud.com/RadioMacas/la-consulta-previa-continuar%C3%A1-en-moronacon-alexis-guerrero-de-la-secretar%C3%ADa-hidrocarburos/>>. Acesso em: 14 set. 2015.
- HERNÁNDEZ, Isabel; CALCAGNO, Silvia. **Los Pueblos Indígenas y la Sociedad de la Información en América Latina y el Caribe Un Marco para la Acción**. Santiago, Chile: Comissão Econômica para América Latina e Caribe. 2003. Disponível em: <http://www.revistafuturos.info/documentos/docu_f14/CEPAL-indigenas.pdf>. Acesso em: 11 jan. 2014.
- HISTORIA del Caso: Gloria Ushigua. 2 jun. 2016. Disponível em: <<https://www.frontlinedefenders.org/es/case/case-history-gloria-ushigua>>. Acesso em: 21 jul. 2016.
- INSTITUTO NACIONAL DE ESTADÍSTICA E INFORMÁTICA. **Perú: Estimaciones y Proyecciones de Población Total por Sexo de las principales ciudades, 2000-2015**. Boletim Especial, nº 23. Disponível em: <http://www.inei.gob.pe/perucifrasHTM/inf-dem/cuadro.asp?cod=3642&name=po01&ext=gif>. Acesso em: 22 jul 2016.
- INSTITUTO PARA EL ECODESARROLLO REGIONAL AMAZÓNICO. **Formulario de Informe de Rendición de Cuentas**. Disponível em: <<http://www.desarrolloamazonico.gob.ec/wp-content/uploads/downloads/2015/05/INFORME-DE-DIFUSION-MEDIOS-COMUNICACION-2014.pdf>>. Acesso em: 22 fev. 2016.
- INSTITUTO PARA EL ECODESARROLLO REGIONAL AMAZÓNICO. 2015. **Informe de Actividades**. Disponível em: <<http://www.desarrolloamazonico.gob.ec/wp-content/uploads/downloads/2015/04/INFORME-INTEPRETACION-SIMULTANEA-MARZO-2015.pdf>>. Acesso em: 12 set. 2015.
- II CONFERÊNCIA GENERAL DO EPISCOPADO LATINO-AMERICANO, 1968., Medellín. Conclusões de Medellín. Medellín: Edições Paulinas. 1968. Disponível em: <<http://www.clerus.org/clerus/dati/2009-01/09-13/medellin.html>>. Acesso em: 4 mar. 2016.

- LA EXPULSIÓN del Instituto Lingüístico De Verano. Entrevista a Blanca Chancoso. Ecuador. Mayo 1981. Disponível em: <http://www.flacsoandes.edu.ec/web/imagesFTP/BLANCA_CHANCOSO_5.pdf>. Acesso em: 4 mar. 2016.
- LA CONSULTA INCONSULTA. Dirigido por Tania Laurini. Quito. 2013. 21'30". Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=2bev3saoatg>>. Acesso em: 21 jul. 2016.
- LA CONSULTA previa continuará en Morona. Entrevista Con Alexis Guerrero de la Secretaría Hidrocarburos. **Radio Macas**. 2015. Disponível em: <<https://www.mixcloud.com/RadioMacas/la-consulta-previa-continuar%C3%A1-en-moronacon-alexis-guerrero-de-la-secretar%C3%ADa-hidrocarburos/>>. Acesso em: 14 set. 2015.
- LA PRIMERA waorani que conoció el mundo. **El Telegrafo**. 3 mar. 2014. Disponível em: <<http://www.eltelegrafo.com.ec/noticias/politica/1/la-primera-waorani-que-conocio-el-mundo>>. Acesso em: 4 mar. 2016.
- LARREA, Carlos. Límites de crecimiento y línea de codicia: un camino hacia la equidad y sustentabilidad. In: ENDARA, Gustavo (coord.). **Post-Crecimiento y Buen Vivir: Propuestas globales para la construcción de sociedades equitativas y sustentables**. Quito: Friedrich-Ebert-Stiftung. 2014. p. 19-58. Disponível em: <<http://library.fes.de/pdf-files/bueros/quito/11348.pdf>>. Acesso em: 22 jul 2016.
- LATOUR, Bruno. **Keynote Speech: On Recalling ANT**. Jul. 1997. Disponível em: <<http://www.lancaster.ac.uk/fass/resources/sociology-online-papers/papers/latour-recalling-ant.pdf>>. Acesso em: 24 fev. 2016.
- LE QUANG, Matthieu. **El Telégrafo**. Quito. 15 jul 2013. Disponível em: <<http://www.telegrafo.com.ec/economia/masqmenos/item/matthieu-le-quang-comision-del-itt-le-quito-el-sentido-politico-a-la-iniciativa.html>>. Acesso em 01 abr 2014.
- LOS CAMPOS del sur oriente utilizarán oleoducto peruano. La Hora, [S.l.]. 9 Ago. 2012. Disponível em: <<http://lahora.com.ec/index.php/noticias/show/1101374563#.VtrVjJwrLI>>. Acesso em: 5 mar. 2016.

- MAPA DEL BLOQUE 79-83 y comunidades Sapara. 2007. Disponível em:
<<http://amazonwatch.org/assets/images/2016-sapara-oil-blocks-79-83-map.jpg>>. Acesso em: 21 jul. 2016.
- MATA, Maria Cristina. La radio: una relación comunicativa. **Revista Diálogos de la Comunicación**, [S.l.], n. 35 mar. 1993. Disponível em: <http://alabraradio.org/media/uploads/documents/la_radio_una_relacion_comunicativa.pdf>. Acesso em: 22 fev. 2016a.
- _____. Radios y públicos populares. **Revista Diálogos de la Comunicación**, [S.l.], n. 19. 1988. Disponível em: <<http://dialogosfelafacs.net/wp-content/uploads/2012/01/19-revista-dialogos-radios-y-publicos-populares.pdf>>. Acesso em: 22 fev. 2016b.
- MATA, Maria Cristina; SCARAFÍA, Silvia: **Lo que dicen las rádios**: una propuesta para analizar el discurso radiofónico. Quito: ALER. 1993. p. 9-32. Disponível em:
<<https://productoraspopulares.files.wordpress.com/2013/07/lo-que-dicen-las-radios-primera-parte.pdf>>. Acesso em: 23 fev. 2016.
- MAZABANDA, Carlos. **Consulta Previa en la Décimo Primera Ronda Petrolera**: ¿Participación masiva de la ciudadanía?. [S.l.]. Jul. 2013. 20 p. Disponível em:
<<http://amazonwatch.org/assets/files/2013-07-consulta-previa-en-la-11a-ronda.pdf>>. Acesso em: 5 mar. 2016.
- MELO CEVALLOS, Mario (2013). La nueva ronda petrolera y el derrumbe del paradigma constitucional. In: Benavides, Gina y Gardenia Chávez (edit). **Horizonte de los derechos humanos**. Ecuador 2012. Quito: UASB, pp.103-117. Disponível em: <<http://repositorio.uasb.edu.ec/bitstream/10644/4124/1/Melo-La%20nueva.pdf>>. Último acesso: 21-07-2016.
- MIGNOLO, Walter. The communal and the decolonial. **Turbulence**. v. 5. 2011. Disponível em: <http://turbulence.org.uk/turbulence-5/decolonial/>. Acesso em: 4 mar. 2016.
- _____. A colonialidade de cabo a rabo: o hemisfério ocidental no horizonte conceitual da modernidade. In: LANDER, Edgardo (Org.) **A colonialidad do saber**: eurocentismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas. Buenos Aires: Colección Sur Sur, Clacso. Set. 2015. p. 33-49. Disponível em:

<http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/clacso/sur-sur/20100624094657/6_Mignolo.pdf>. Acceso em: 6 mar. 2016.

MUJERES AMAZONICAS DEL CENTRO SUR. **Declaratoria del Kawsay Sacha– Selva Viviente de los territorios de las naciones originarias del centro sur amazónico. Puyo.** Out. 2013. Disponível em: <<http://pt.slideshare.net/ElChuroComunicacion/propuesta-kawsay-sacha-22-de-octubre>>. Acceso em: 25 jul. 2016.

MUJERES AMAZÓNICAS SIGUEN ESPERANDO EN EL FRIO DE QUITO. Quito. 21 out. 2013. 6'31". Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=7IWRgjX8e38>>. Acceso em: 21 jul. 2016.

NACIÓN SAPARA DEL ECUADOR. **Frente a los hechos acontecidos y que pretende dañar la imagen de la Nación Sapara del Ecuador, por personas que no tiene representación alguna en la organización.** 5 abr. 2016. Disponível em: <<https://www.facebook.com/photo.php?fbid=1764815557088865&set=pcb.1764818333755254&type=3&theater>>. Acceso em: 21 jul. 2016.

NACION Sapara del Ecuador rechaza actividad petrolera en su territorio. In: Conambo se eligió y posesionó a la nueva dirigencia de la NASE. **Organización Juvenil Comuna Amazónica.** 07 set. 2012. Disponível em: <<http://comunamazonica.blogspot.com/2012/09/nacion-sapara-del-ecuador-rechaza.html>>. Acceso em: 22 jul. 2016.

NACIONALIDADES amazónicas rechazan XI ronda petrolera. **Sarayaku, el pueblo del medio día,** 26 out. 2012. Disponível em: <<http://sarayaku.org/?p=1352>>. Acceso em: 02 ago 2016.

NARVÁEZ, María José. El nuevo entorno normativo de derechos y el procesamiento de conflictos socioambientales In: VÁRIOS AUTORES. **Conflictos socioambientales, políticas públicas y derechos.** Aproximación a un debate (v. 2). Abya Yala. 2011. Disponível em: <<http://www.ecociencia.org/archivos/ConflictossocioambientalesVol.2-110429.pdf>>. Acceso em: 6 mar. 2016.

- ORTIZ, Pablo. Conflictos socioambientales o los escenarios urgentes para las ciencias sociales ecuatorianas en el Siglo XXI. **UPS-Ecuador**, No. 14, enero-junio 2011, pp. 189-207. Disponible em: <<http://universitas.ups.edu.ec/documents/1781427/1792977/02Rese%C3%B1a14.pdf>>. Acceso em: 6 mar. 2016.
- _____ Modelo de desarrollo, extractivismo, buen vivir y conflictos socioambientales (CSA). In: VÁRIOS AUTORES. **Conflictos socioambientales, políticas públicas y derechos. Aproximación a un debate** (v. 2). [S.l.]: Abya Yala. 2011. Disponible em: <<http://www.ecociencia.org/archivos/ConflictoSocioAmbientalesVol.2-110429.pdf>>. Acceso em: 6 mar. 2016.
- _____ Explotación Petrolera y Pueblos Indígenas en el Centro de la Amazonía Ecuatoriana, provincia de Pastaza. In: LOPÉZ, Víctor; MELO, Mario; ORTIZ, Pablo. **Petróleo, Ambiente y Derechos em la Amazonia Del Sur**. Quito: _____. 2002. p. 19-36. Disponible em: <https://docs.escribnet.org/usr_doc/CDES_Petroleo_Ambiente.pdf>. Acceso em: 22 jul. 2016.
- PACARI, Nina. El caso de el Ecuador: Avances de la Legislación Ecuatoriana sobre Tierra. In: Encuentro Estratégico de Organizaciones-Redes por la Incidencia Costa Rica., 2003, San Jose. **Anais eletrônicos...** [S.l.]: IIDH. Disponible em: <http://www.iidh.ed.cr/comunidades/diversidades/docs/div_docpublicaciones/el%20caso%20de%20ecuador%20tierra%20y%20territorio.pdf>. Acceso em: 4 mar, 2016.
- PÁGINA OFICIAL DO POVO KICHWA DE SARAYAKU. Escuela de futbol. [s.n]. Disponible em: <<http://sarayaku.org/nuestro-proyectos/escuela-de-futbol/>>. Acceso em: 4 mar. 2016.
- PÁGINA OFICIAL DO POVO KICHWA DE SARAYAKU. Kawsak sacha- selva viviente: propuesta de los pueblos originarios frente al cambio climático. (16 nov. 2015). Disponible em: <http://sarayaku.org/kawsak-sacha-selva-viviente-propuesta-de-los-pueblos-originarios-frente-al-cambio-climatico/>. Acceso em: 10 ago. 2016.
- PERU. Ministerio de Educación Peruano; ILV. Manual de Pedagogía para Docentes Bilingüe de la Selva, Peru, 9ª. ed. 1993. Disponible em:

<http://www.sil.org/system/files/reapdata/12/94/81/129481623908668847488449057608500743319/cast_mnped.pdf>. Acesso em: 4 mar. 2016.

____ Progreso. Peru, 10^a. ed. 1996.

Disponível em: <http://www.sil.org/system/files/reapdata/80/57/16/80571636327116243334105065534127649177/cast_prog.pdf>. Acesso em: 4 mar. 2016.

PIA MATTA, Maria. **Mídia e democracia na América Latina**. 2011. Disponível em: <<http://www.diplomatique.org.br/artigo.php?id=978>> .Último acesso: 21 jul. 2016.

PICHILINGUE, Eduardo. **Bai, la muerte de un guerrero Waorani**. 2015. Disponível em: <<http://www.planv.com.ec/historias/sociedad/bai-la-muerte-un-guerrero-waorani>>. Último acesso: 02 jul. 2016.

PLAZA LASSO, Galo. Two experiments in education for democracy. In: LA TORRE, Carlos de; STRIFFLER, Steve (Edit.). **The Ecuador Reader: History, Culture, Politics**. Durham: Duke University Press. 2008. p. 193-199.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. Geo-grafias - Movimientos sociales, Nuevas territorialidades y Sustentabilidad. **GEOgraphia**. v. 5, n. 9. 2003. p. 154-155
Disponível em: <<http://www.uff.br/geographia/ojs/index.php/geographia/article/view/123/120>>. Acesso em: 22 jul. 2016

____ De Saberes e de Territórios: Diversidade e Emancipação a partir da experiência Latino-Americana. **GEOgraphia**. v. 8, n 16. 2006. p. 41-55. Disponível em: <<http://www.uff.br/geographia/ojs/index.php/geographia/article/viewArticle/203>>. Acesso em 22 jul 2016.

____ A Reinvenção dos Territórios: a experiência latino-americana e caribenha. In: ESTHER, Ana. **Los desafíos de las emancipaciones en un contexto militarizado**. Buenos Aires: CLACSO. 2006. p. 151-197. Disponível em: <<http://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/gt/20101019090853/6Goncalves.pdf>>. Acesso em: 22 jul. 2016.

____ Da geografia às geo-grafias: um mundo em busca de novas territorialidades. In: CECEÑA, Ana Esther; SADE, Emir (coord.). La guerra infinita Hegemonía y terror mundial. Buenos Aires: CLACSO. 2012 p. 217-256. Disponível em: <<http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/cecena/porto.pdf>> . Acesso em: 22 jul. 2016

PROCASUR. **La experiencia de la Asociación de Mujeres Waorani de**

- Amazonia Ecuatoriana (AMWAE)**. 42 f., Pastaza. 2013. Disponível em: <<http://juventudruralemprendedora.procasur.org/wp-content/uploads/2014/05/Sistematizacion-AMWAE-Final.pdf>>. Acesso em: 23 fev. 2016.
- QUIJANO, Aníbal. “*Bien vivir*”: entre el “desarrollo” y la des/colonialidad del poder. **Revista Quito Ecuador**. Dez. 2011. p. 77.87. Disponível em: <<http://flacsoandes.org/dspace/bitstream/10469/3529/1/RFLACSO-ED84-05-Quijano.pdf>>. Acesso em: 20 maio 2013.
- _____. Colonialidad del Poder y Clasificación Social. **Journal of World-Systems Research**, v. 6, n. 2, verão/outono 2000c. p. 342-386. Disponível em: <<http://www.jwsr.org/wp-content/uploads/2013/05/jwsr-v6n2-quijano.pdf>>. Acesso em: 11 jan. 2013.
- _____. El “movimiento indígena” y las cuestiones pendientes en América Latina. **Revista Tareas**, n. 119, enero-abril. 2005. p. 31-62. Disponível em: <<http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/tar119/quijano.rt>>. Acesso em: 5 mar. 2016.
- RADIO ANDWA LA Voz de la Frontera. **Album: Asamblea Extraordinaria de la CONFENIAE**. Facebook. 16 set. 2016. Disponível em: <<https://www.facebook.com/photo.php?fbid=479893262212534&set=a.479893072212553.1073741861.100005755926080&type=3>>. Acesso em: 22 fev. 2016.
- ROSA, Marcelo Carvalho. Ator-rede e sociologias do sul: possíveis convergências para uma sociologia não exemplar. Disponível em: <<http://www.naoexemplar.com/wp-content/uploads/2014/02/Ator-rede-e-sociologias-do-sul-anpocs.docx>>. Acesso em: 25 mar. 2014.
- RUIZ, Kléver. 27 fev. 2013. **Agencia Tegantai**. 4 mar. 2013. Disponível em: <<http://www.agenciaecologista.info/petroleo/457-entrevista-klever-ruiz-presidente-nacionalidad-sapara>>. Acesso em: 5 mar. 2016.
- SÁNCHEZ, Rocío. Feminismo comunitario: Una respuesta al individualismo. **La Jornada**, México, n. 224. 5 Mar. 2015. Disponível em: <<http://www.jornada.unam.mx/2015/03/05/ls-central.html>>. Acesso em: 4 mar. 2016.
- SANCHEZ-PARGA, José. **El movimiento indígena ecuatoriano**: La larga ruta de la comunidad al partido. Quito: Centro Andino de Accion Popular – CAAP. 2007.

- SANTOS, Boaventura de Souza. El movimiento Indígena en el contexto político latinoamericano (15 de jul. De 2012).
Disponível em: <<http://alainet.org/active/56542&lang=es>>. Acesso em: 10 set. 2012.
- SARAYAKU rechaza la intromisión a su territorio por parte de la consultora ambiental Entrix. **Asociación de Cabildos Indígenas del Norte del Cauca**. 20 mai. 2015. Disponível em: <<http://www.nasaacin.org/informativo-nasaacin/vivencias-globales/7634-sarayaku-rechaza-la-intromisi%C3%B3n-a-su-territorio-por-parte-de-la-consultora-ambiental-entrix>>. Acesso em: 20 jul. 2016.
- SARAYACU, el pueblo que sueña, 22 abril 2012. Disponível em:
<<http://www.eluniverso.com/2012/04/22/1/1447/sarayacu-pueblo-suena.html>>.
Acesso em: 10 ago. 2016.
- SEGATO, Rita Laura (2005). Em busca de um léxico para teorizar a experiência territorial contemporânea. **História Revista**, [S.l.], v. 10, n. 2, mar. 2005. ISSN 1984-4530. Disponível em:
<<http://www.revistas.ufg.br/index.php/historia/article/view/9155/6305>>.
Acesso em: 20 jan. 2014.
- _____. Raça é signo. In: Seminário Internacional Inclusão Social e as Perspectivas Pós-Estruturalistas de Análise Social. 2005. Recife. Série Antropologia, n. 372. Brasília: UnB 2005. Disponível em:
<<http://www.dan.unb.br/images/doc/Serie372empdf.pdf>>. Acesso em: 25 fev. 2016.
- _____. Gênero e colonialidade: em busca de chaves de leitura e de um vocabulário estratégico descolonial. **E-cadernos CES**, [Coimbra], n. 18. p. 106-131. 2012. Simpósio Internacional "La cuestión de la des/colonialidad y la crisis global", 2010. Disponível em: <<https://eces.revues.org/1533>>. Acesso em: 5 mar. 2016.
- SERVICIOS EN COMUNICACIÓN INTERCULTURAL – SERVINDI. Manual de Capacitación. 2008. Disponível em: <<http://servindi.org/pdf/manual3.pdf>>.
Acesso em: 22 jul. 2016
- SESIÓN 256 INTERVENCIÓN SRA. ALICIA CAHUILLA. Asamblea Nacional. 4 out 2013. 15'04". Disponível em:
<<http://www.youtube.com/watch?v=oqqfjBCmxwI>>. Acesso em: 21 jul. 2016.

- SIMBAÑA, Floresmilo, 2008. “La plurinacionalidad de la nueva Constitución”. In: Borja Raúl (ed.). **Análisis Nueva Constitución**. Quito, ILDIS-Friedrich Ebert Stiftung. 2008. pp. 102-117. Disponível em: <<http://library.fes.de/pdf-files/bueros/quito/05700.pdf>>. Acesso em: 22 jul. 2016
- SINDICATOS y organizaciones sociales marcharán en 14 ciudades del país. **El Diario**. 19 mar. 2015. Disponível em: <<http://www.eldiario.ec/noticias-manabi-ecuador/349917-sindicatos-y-organizaciones-sociales-marcharan-en-14-ciudades-del-pais/>>. Acesso em: 23 jul. 2016.
- STEFARONI, Pablo. El vivir bien: proyecto alternativo o compensación discursiva ante los males del capitalismo contemporáneo. In: ENDARA, Gustavo (coord.). **Post-Crecimiento y Buen Vivir: Propuestas globales para la construcción de sociedades equitativas y sustentables**. Quito: Friedrich-Ebert-Stiftung. 2014. p. 289-314. Disponível em: <<http://library.fes.de/pdf-files/bueros/quito/11348.pdf>>. Acesso em: 22 jul 2016.
- SUÁREZ-KRABBE, Julia. En la realidad: Hacia metodologías de investigación descoloniales. **Tabula Rasa**, Bogotá, n.14, p. 183-204, enero.-junio. 2011. Disponível em: <http://revistatabularasa.org/numero-14/08suarez.pdf>. Acesso em: 25 fev. 2016.
- SUB COMANDANTE MARCOS. La História de las Preguntas. [1994]. Retirado de: <http://palabra.ezln.org.mx/comunicados/1994/1994_12_13.htm>. Acesso em: 11 abr. 2015.
- TELEAMAZONAS Macas. **Shuar y Achuar rechazan presencia funcionarios hidrocarburos**: Reportagem de Wilson Cabrera para o jornal 24 Horas. 1’10”. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=GjW8ZFmkfv0>>. Acesso em: 14 set. 2015.
- TENE, Carmen. Mi autobiografía In: **Fondo Documental/ Narrativas de Mujeres Indígenas/ Flacso/ Ecuador**. 1997. Quito: FLACSO. Disponível em: http://www.flacso.org.ec/docs/CARMEN_TENE_2.pdf. Acesso em: 22 jul. 2016.
- TERRITORIO SAPARA. 2011. Escala 1:550000. Disponível em: <<https://www.facebook.com/photo.php?fbid=1411262732444151&set=a.1386>>

[533734917051.1073741826.100006813128369&type=3&theater](https://www.dvv-international.de/es/educacion-de-adultos-y-desarrollo/sobre-ead/)>. Acceso em:
20 jul. 2016.

TORRES CARRILLO, Alfonso. Viejos y nuevos sentidos de comunidad en la educación popular. **Revista EAD – Educación de Adultos y Desarrollo**, [S.l.], n. 81. 2014. Disponible em: <<https://www.dvv-international.de/es/educacion-de-adultos-y-desarrollo/sobre-ead/>>. Acceso em:
27 fev. 2016.

TUBINO, Fidel. **La interculturalidad crítica como proyecto ético-político. In: Encuentro continental de educadores agustinos**. Lima, 24-28 de enero de 2005. Disponible em: <<http://oala.villanova.edu/congresos/educación/lima-ponen-02.html>>. Acceso em: 22 fev. 2016.

_____. "La impostergable alteridad: del conflicto a la convivencia intercultural". In: CASTRO LUCIC, Milka. **Los desafíos de la interculturalidad: Identidad política y derecho**. Santiago de Chile, Universidad de Chile. 2004. Disponible em: <http://red.pucp.edu.pe/wp-content/uploads/biblioteca/alteridad_ftubino.pdf>. Acceso em: 22 fev. 2016.

USHIGUA, Glória; RUIZ, Klever. **Entrevista concedida à autora**. Puyo. Maio 2015. Disponible em: <<http://amazonwatch.org/assets/files/2014-sapara-letter-to-un.pdf>>. Acceso em: 5 mar. 2016.

VARIOS AUTORES. Diálogo sobre la coyuntura: La consulta popular y los conflictos del decisionismo. **Revista Ecuador Debate**, Centro Andino de Acción Popular, Quito, n. 82, abr. 2011. p.7-32. Disponible em: <<http://www.rebellion.org/docs/149329.pdf>>. Acceso em: 12 jan. 2014.

VEGA, Silvia. Sumak kawsay, feminismos y post-crecimiento: articulaciones para imaginar nuevas utopías. In: ENDARA, Gustavo (coord.). **Post-Crecimiento y Buen Vivir: Propuestas globales para la construcción de sociedades equitativas y sustentables**. Quito: Friedrich-Ebert-Stiftung. 2014. p. 353-372. Disponible em: <<http://library.fes.de/pdf-files/bueros/quito/11348.pdf>>. Acceso em: 22 jul 2016.

VIGIL, José Ignacio López (4-10-2013). **Lo bueno, lo malo y lo feo de la Ley Ecuatoriana: Luces y sombras de la ley ecuatoriana de comunicación**. 2013.

Disponível em: <<https://radialistas.net/article/lo-bueno-lo-malo-y-lo-feo-de-la-ley-ecuatoriana/>>. Acesso em: 22 jul. 2016

WALSH, Catherine. **Interculturalidad crítica y pluralismo jurídico**. Palestra apresentada em Seminario Pluralismo Jurídico - Procuradoria do Estado, Ministério da Justiça. Brasília, 13-14 de abril de 2010. Disponível em: <<http://6ccr.pgr.mpf.mp.br/atuacao-do-mpf/eventos/esmpu-curso-pluralismo-juridico-e-interculturalidade/interculturalidad-critica-y-pluralismo-juridico> > Acesso em: 11 jan. 2014.

_____ ¿Interculturalidad? Fantasmas, fantasias y funcionalismos. In: **Ecuador 2014, Sociedad, Ambiente, Desarrollo, Soberanía**. UASB, nov. 2014b. Disponível em: <http://portal.uasb.edu.ec/UserFiles/383/File/Ponencias%20completas%20Ecuador%202014/Walsh_Interculturalidad_Ecuador2014.pdf>. Acesso em: 25 fev. 2016.

_____ Notas pedagógicas desde las grietas decoloniales. **E-misférica**, No. 11, vol. 1, Quito. 2014c. Disponível em: <<http://repositorio.uasb.edu.ec/bitstream/10644/3908/1/CON-PAP-Walsh%2c%20C-Notas.pdf>>. Acesso em: 25 fev. 2016

_____ ¿Qué conocimiento(s)? Reflexiones sobre las políticas del conocimiento, el campo académico y el movimiento indígena ecuatoriano. **Comentario Político**. n. 2. Quito: Centro Andino de Estudios Internacionales. 2001. p. 65-77. Disponível em: <<http://repositorio.uasb.edu.ec/bitstream/10644/2030/1/CI-02-TC-Walsh2.pdf>>. Acesso em 30 jul. 2016.

WALSH, Catherine; MIGNOLO, Walter: Catherine Walsh and Walter Mignolo in conversation. **Interculturality, State, Society**. Quito: Editorial Abya-Yala / Universidad Andina Simon Bolivar. 2010. p. 10-13. Disponível em: <https://www.academia.edu/12871436/Interculturality_State_Society_Catherine_Walsh_and_Walter_Mignolo_in_conversation_Part_I >. Acesso em: 26 fev. 2016.

WAMBRA RADIO. **La Comunicación es y debe seguir siendo un derecho**. 2015. Disponível em: <<http://www.wambraradio.com/la-comunicacion-es-y-debe-seguir-siendo-un-derecho/>>. Acesso em: 22 fev. 2016.

ZAPATA, Claudia. **Intelectuales indígenas en Ecuador, Bolivia y Chile: Diferencia, colonialismo y anticolonialismo**. Quito: Ediciones Abya Yala. 2013. 445 p.

(Serie Pensamiento Amerindio). Disponível em: Acesso em: <<http://www.filosofia.uchile.cl/u/ImageServlet?idDocumento=109389&indice=2>>. Acesso em: 04 mar. 2016.

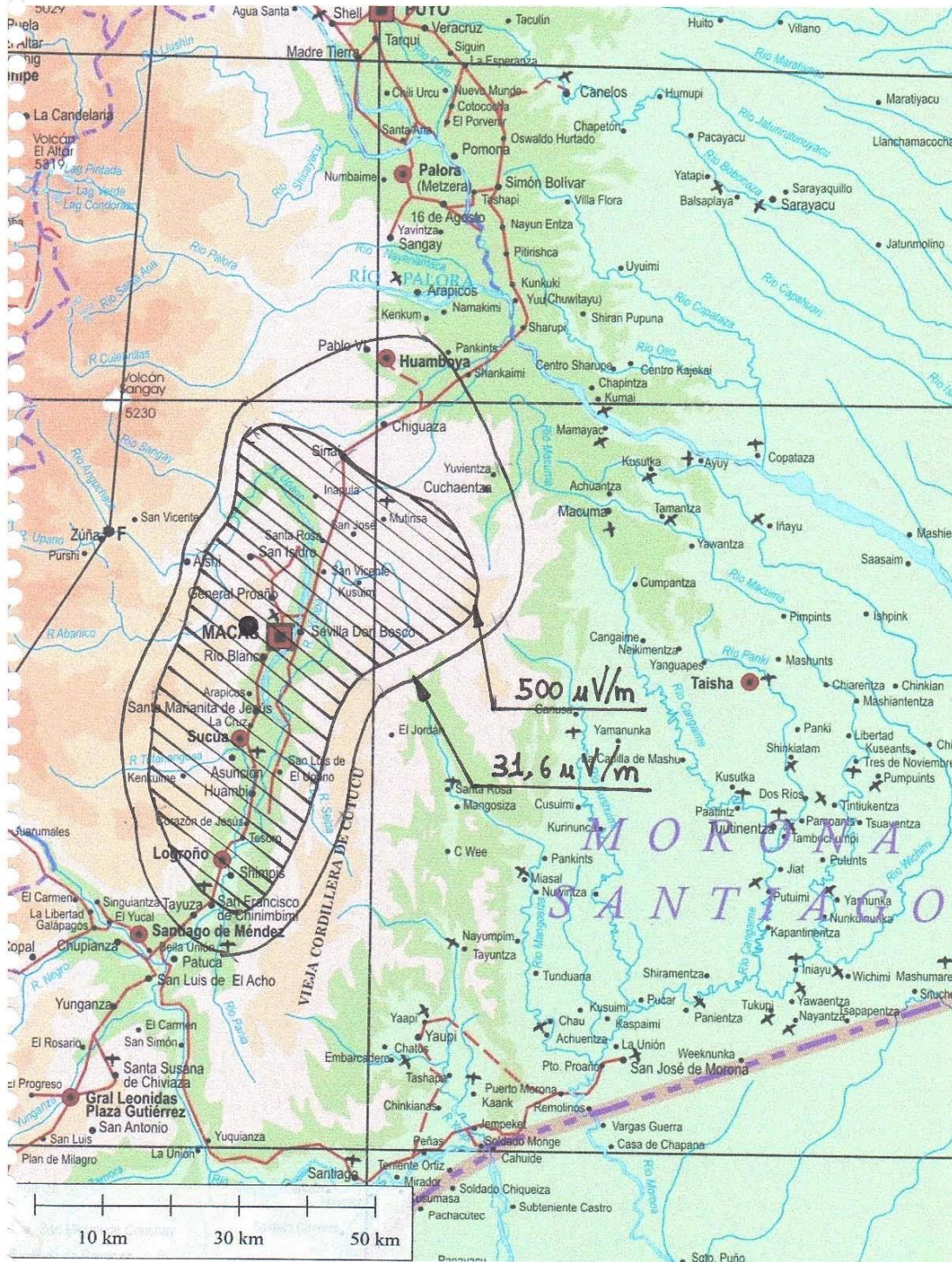
ZIBECHI, Raul. La emancipación como producción de vínculos. In: ESTHER CECEÑA, Ana. **Los desafíos de las emancipaciones em um contexto militarizado**. Buenos Aires: CLACSO. p. 123-149. 2006b. Disponível em: <<http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/grupos/cec/Raul%20Zibechi.pdf>>. Acesso em: 22 jul 2016.

ANEXO 1

**Mapas da localização geográfica e cobertura das rádios das nacionalidades
segundo Estudos Técnicos de cada emissora, desenvolvidos pelo Engenheiro
Rodrigo Jarrin, em consultoria prestada à SNGP (2014)**

Mapa de cobertura de transmisor da rádio *La Voz de la NAE* (Achuar)

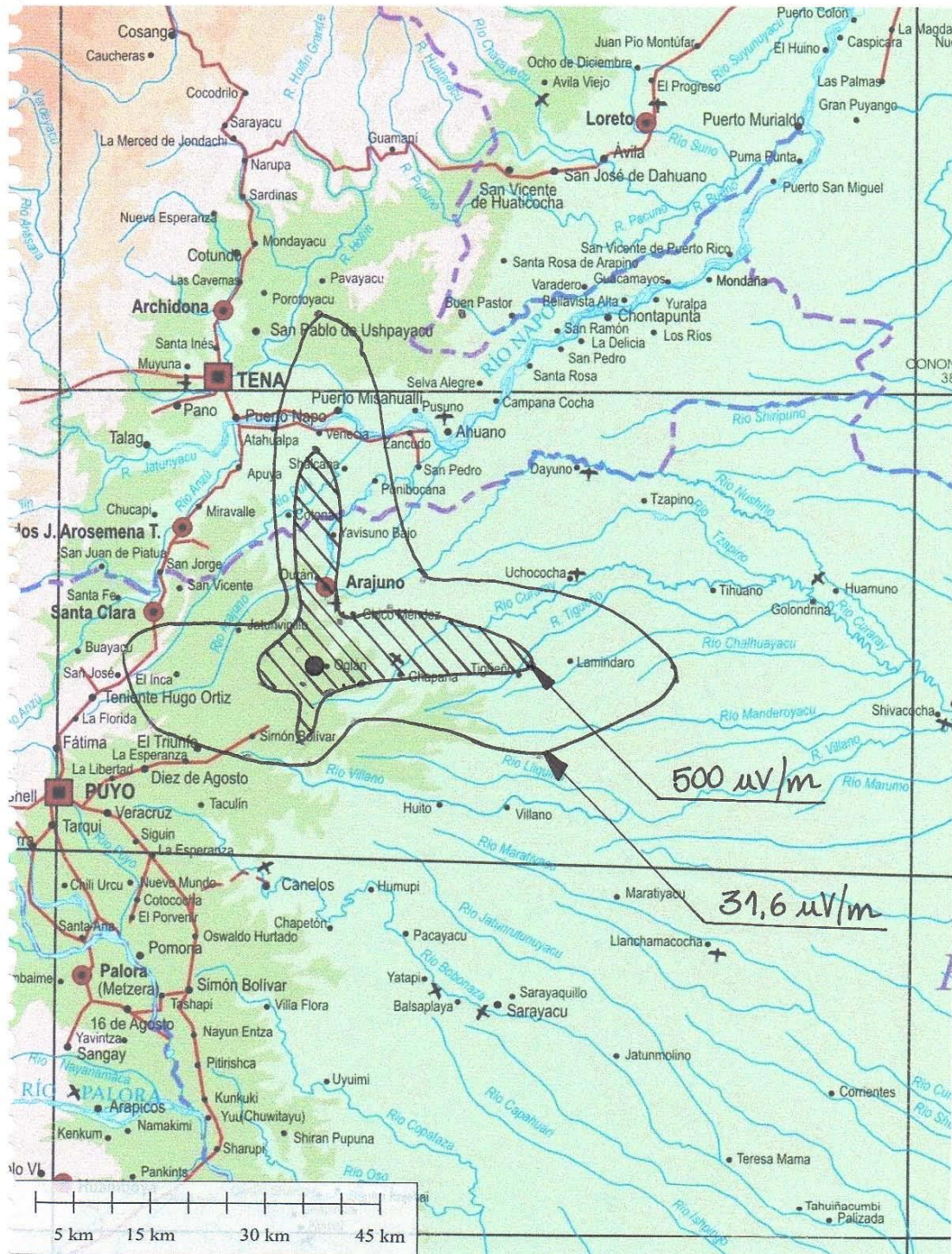
Area de Cobertura FM - Quilamo -



Ing. R. Jarrin

Mapa de cobertura de transmissor da rádio *Jatari Kichwa* (Arajuno)

Area de Cobertura FM - Wamahurco -

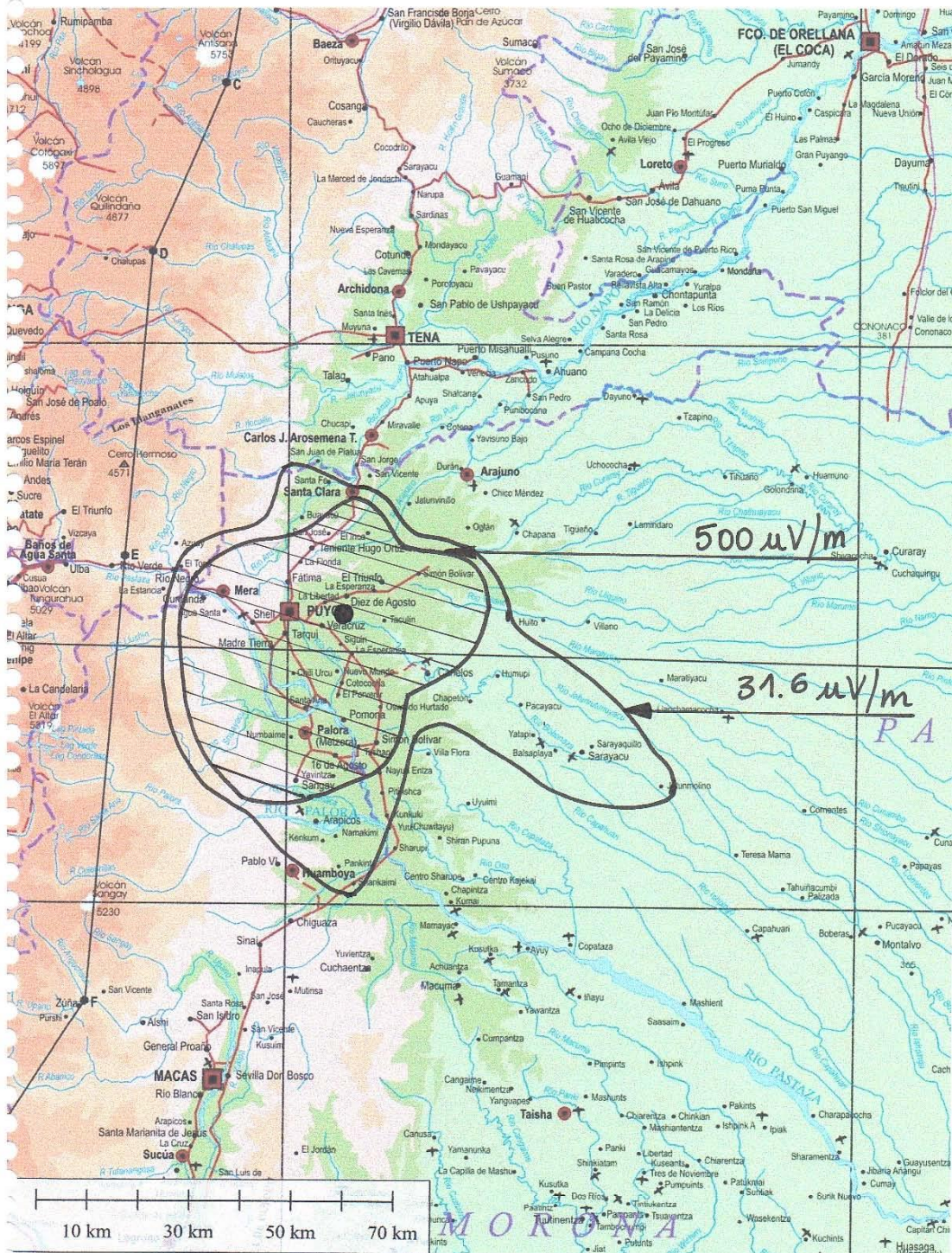


Ing. R. Jarrin

12

Mapa de cobertura de transmissor da rádio *La voz de la Frontera* (Andwa)

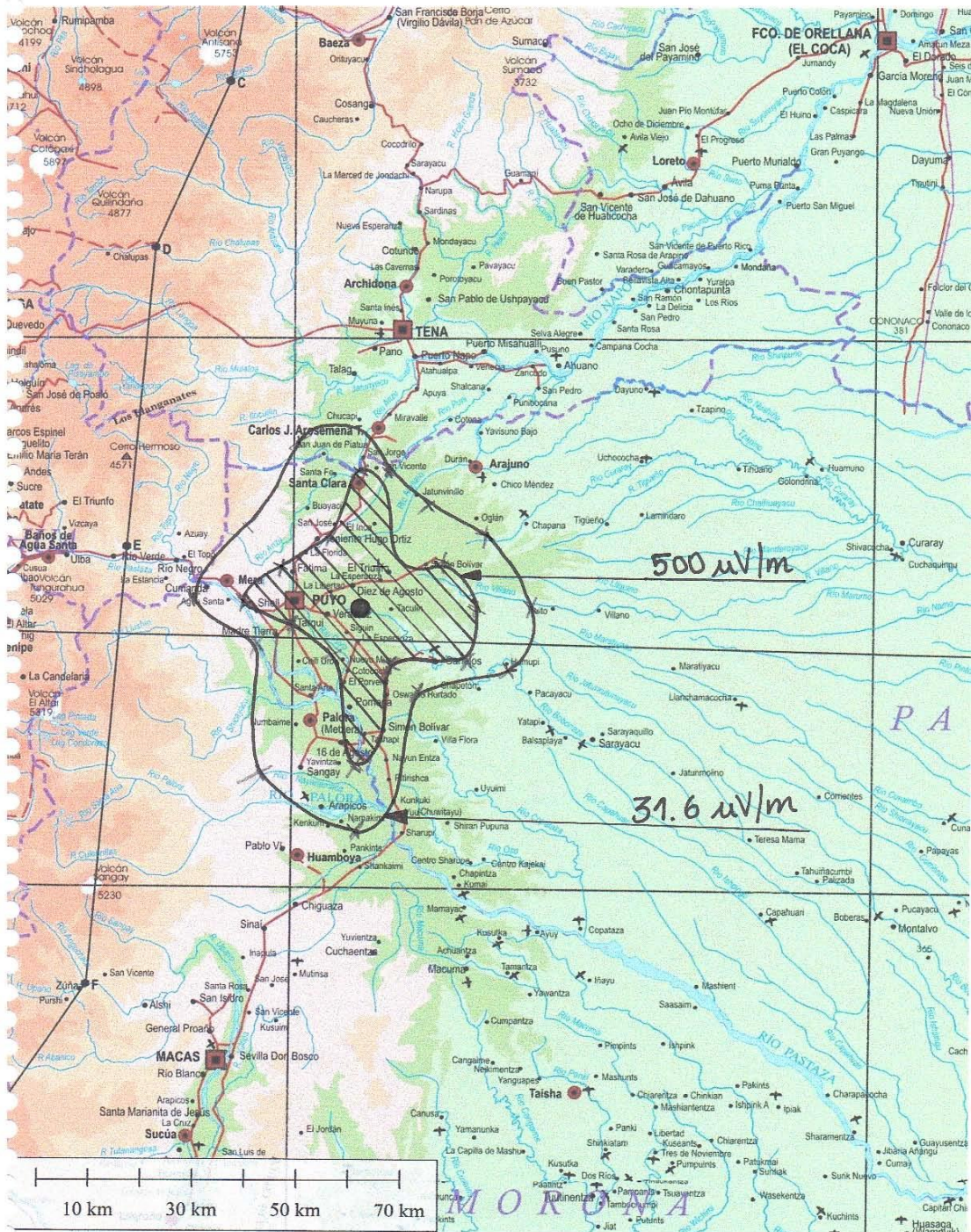
Area de Cobertura FM - Calvario -



Ing. R. Jarin

Mapa de cobertura de transmissor da rádio Tuna (Shuar de Pastaza)

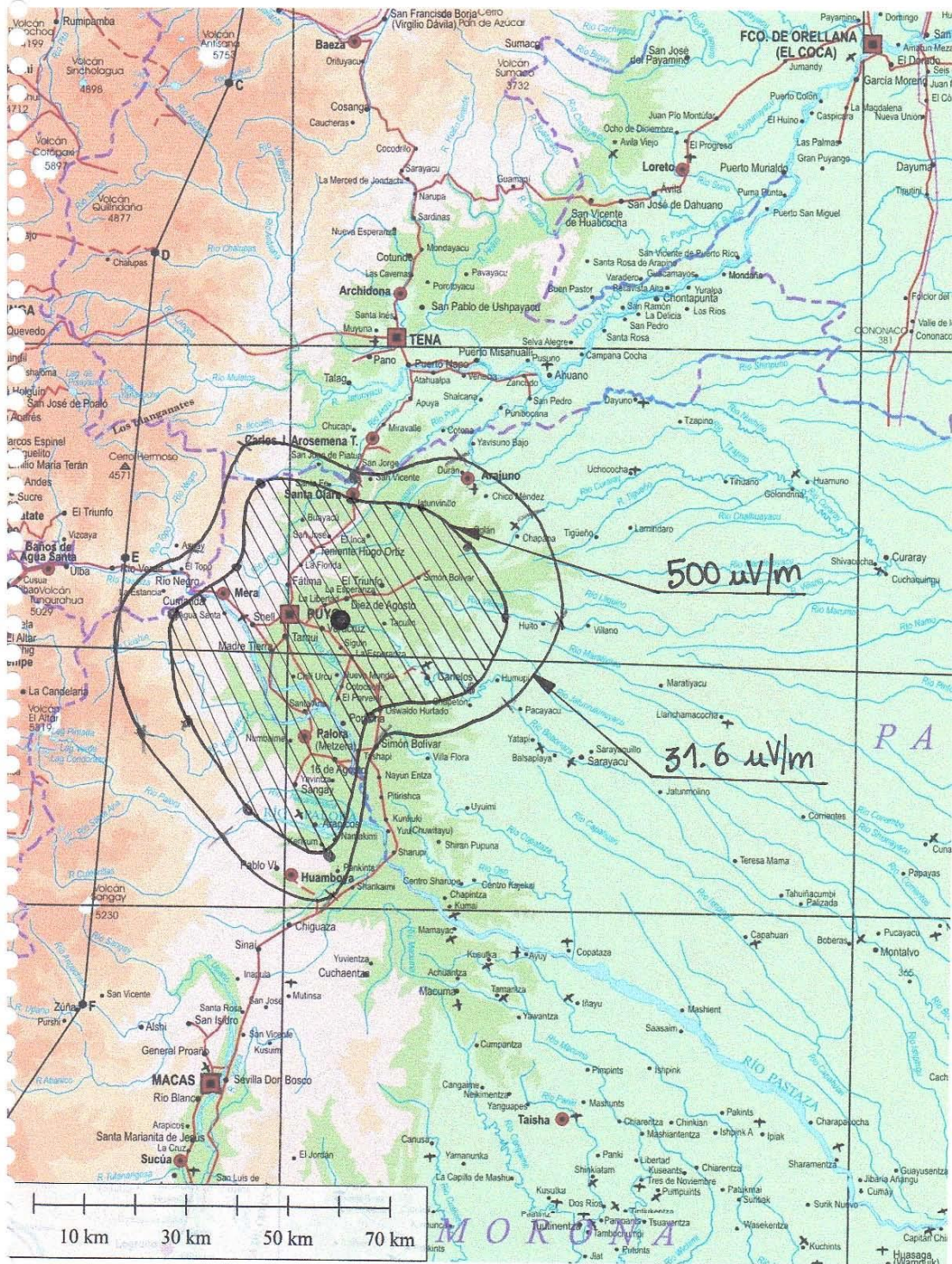
Area de Cobertura FM - Calvario -



Ing. R. Jarrin

Mapa de cobertura de transmissor (1) da rádio Wao Apeninka (Waorani)

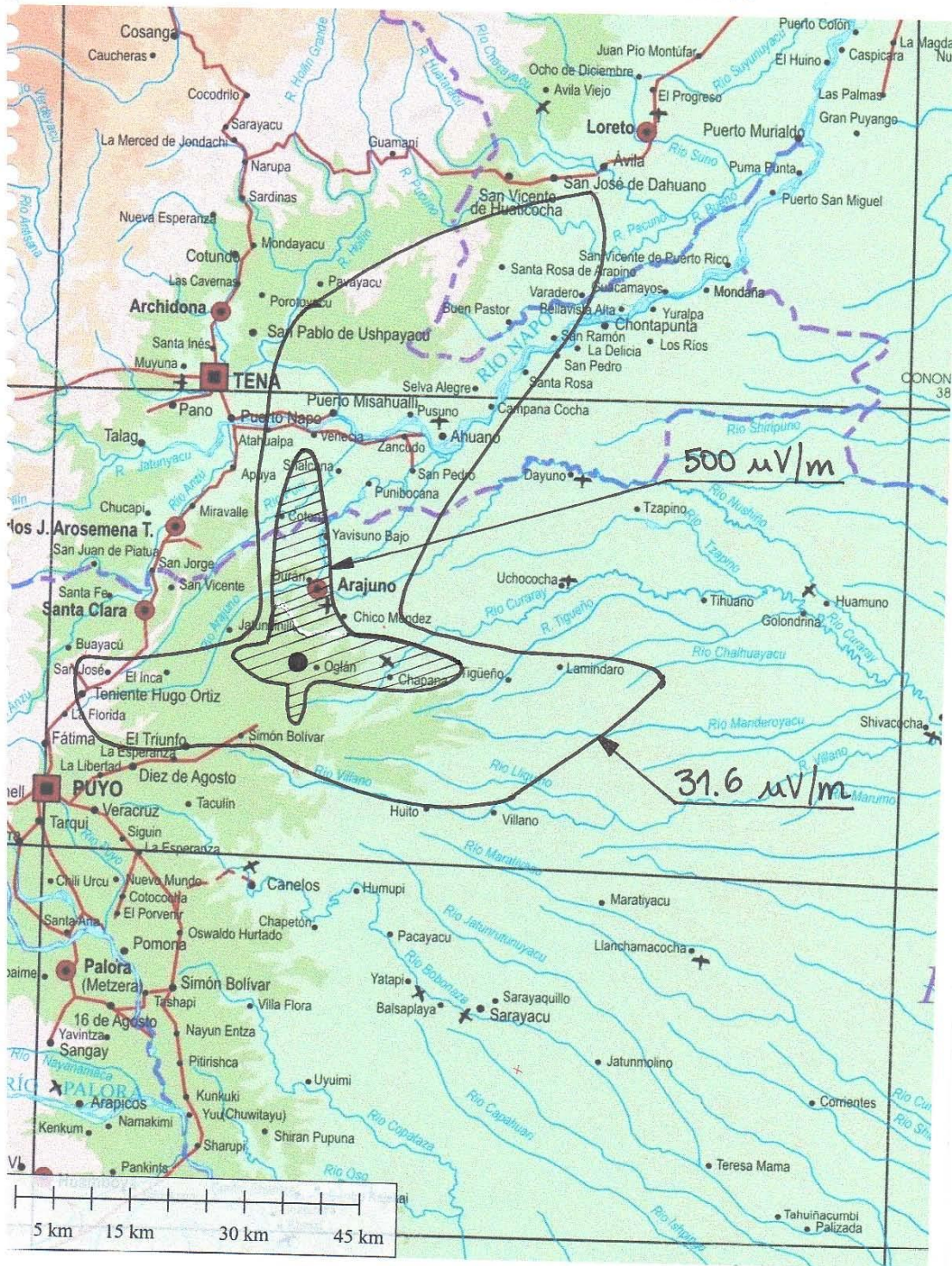
Area de Cobertura FM - Calvario -



Ing. R. Jarrin

Mapa de cobertura de transmissor (2) da rádio Wao Apeninka (Waorani)

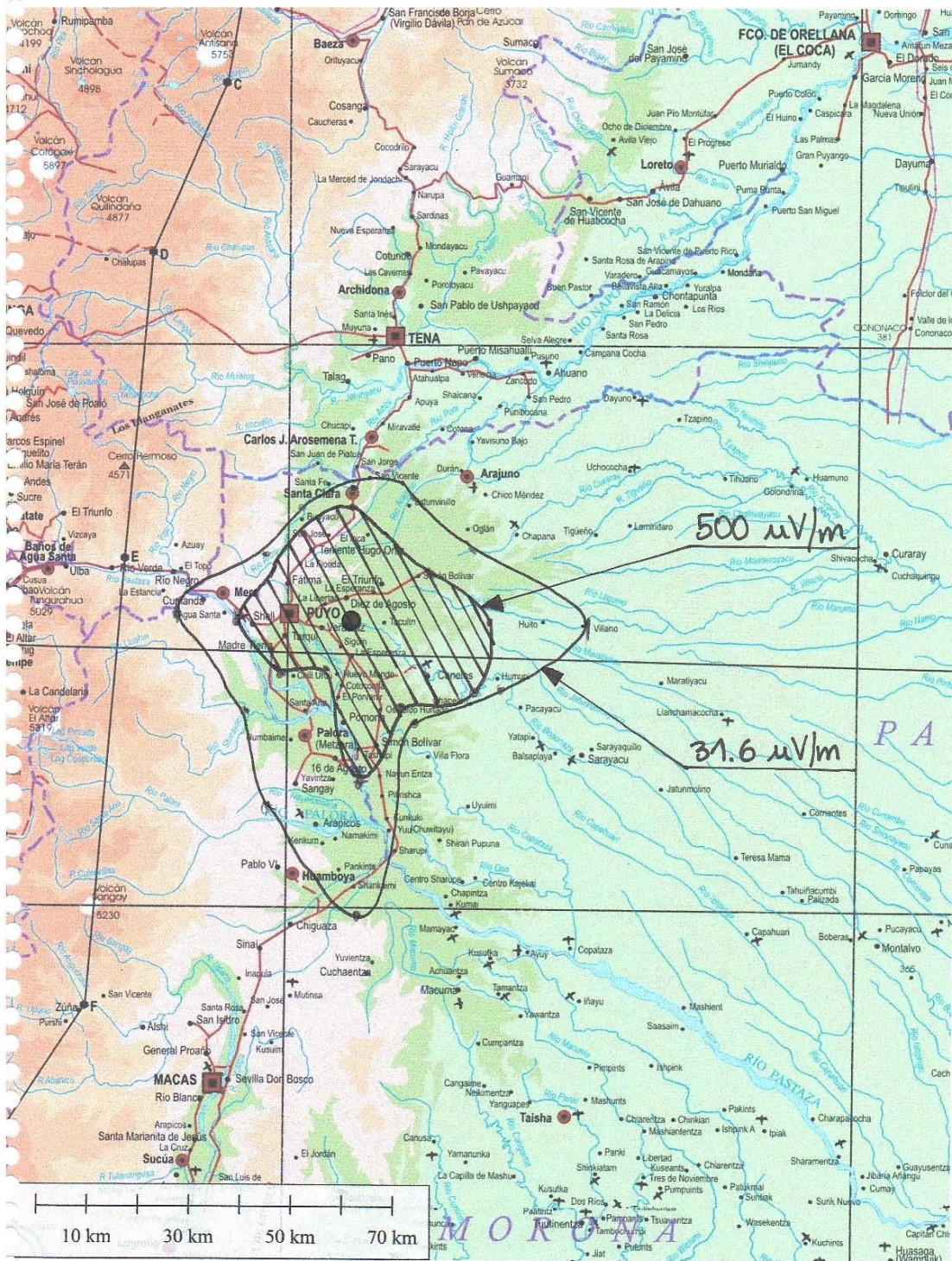
Area de Cobertura FM - Wamahurco -



Ing. R. Jarrin

Mapa de cobertura de transmissor da rádio Sápura

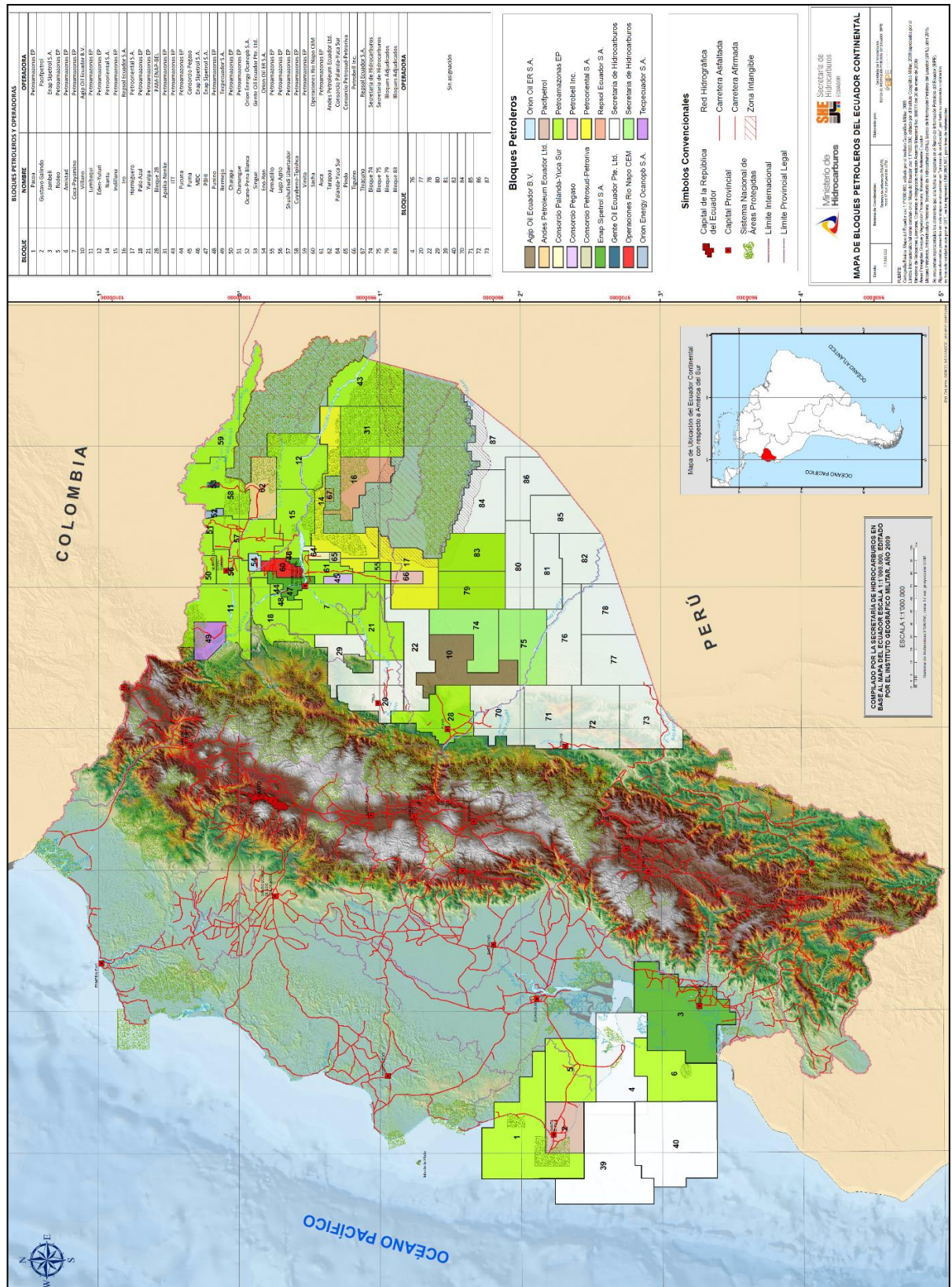
Area de Cobertura FM - Calvario -



Ing. R. Jarrin

ANEXO 2

MAPA DE BLOCOS PETROLEIROS DA XI RONDA



Fonte: EQUADOR. Secretaría de Hidrocarburos. Mapa de bloques petroleros del Ecuador continental. Quito. 2015. Disponível em: <http://www.she.gob.ec/wp-content/uploads/2015/09/Mapa-Bloques-Petroleros-actualizado-en-la-WEB-25_09_2015.pdf>. Acesso em: 30 jul. 2016.

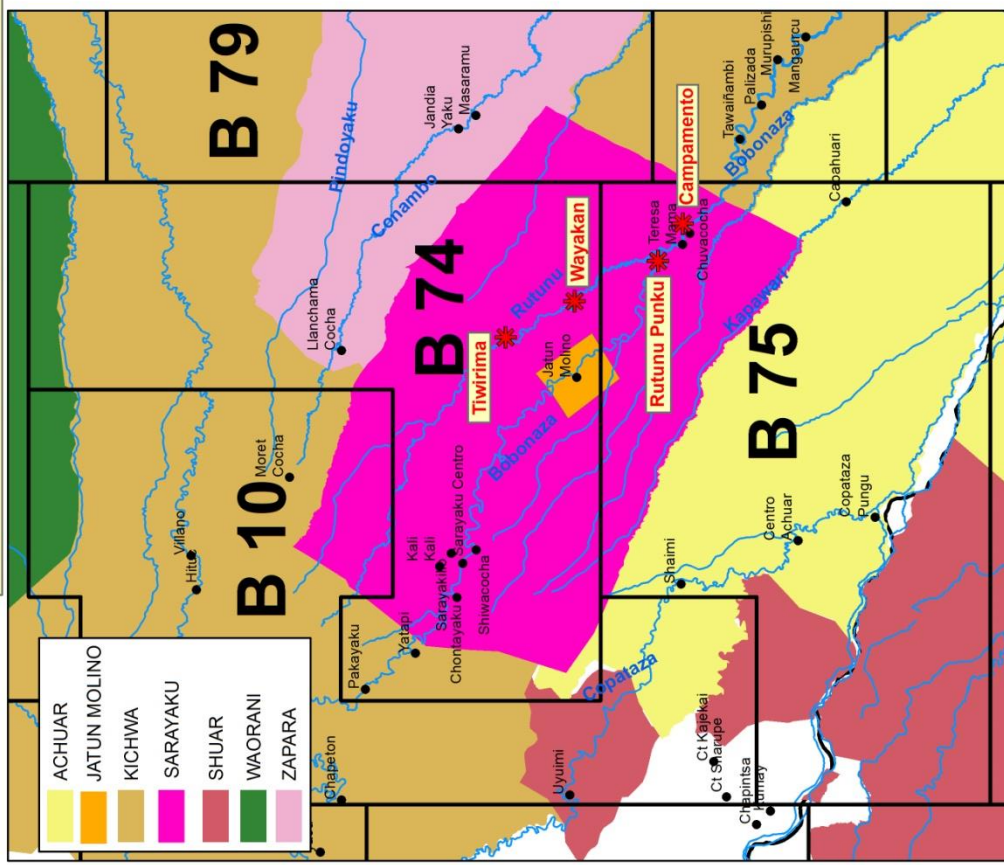
ANEXO 3

Mapa dos territórios indígenas com relação aos blocos 74 e 75

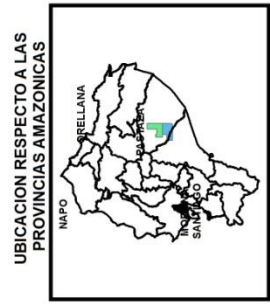
TERRITORIO INDÍGENAS EN RELACIÓN AL BLOQUE 74 Y 75

BLOQUE 74		
Territorios indígenas	Hectáreas	Porcentaje
Nacionalidad Shuar y Achuar	2806	2
Nacionalidad Waorani	7177	4
Nación Separa	30074	17
Territorios Kichwa	47591	27
Jatun Molino	2976	2
Sarayaku	84376	48
TOTAL	175000,00	100,00

BLOQUE 75		
Territorios indígenas	Hectáreas	Porcentaje
Territorios Kichwa	1022	1
Shuar	55978	29
Achuar	98593	50
Jatun Molino	417	1
Sarayaku	38990	20
TOTAL	195000	100



FOTOS SECTOR RUTUNU PUNKU



UBICACION RESPECTO A LAS PROVINCIAS AMAZONICAS

Elaborado por Carlos Mazabanda
 FONTE: TERRITORIO INDÍGENAS EM RELACIÓN AL BLOQUE 74 Y 75. 2015. Disponível em:
 <http://redamazonica.org/wp-content/uploads/2015/06/Sarayaku_74_75.jpg>. Acesso em: 2 ago. 2016.

ANEXO 4

Perfil das organizações amazônicas no Projeto: “Fortalecimiento de la capacidad técnica, administrativa y organizativa de las organizaciones de la Amazonía y de la sierra centro”

NACIONALIDAD - **Achuar**



UBICACIÓN GEOGRÁFICA: Morona Santiago, Pastaza.

NUMERO DE INTEGRANTES: 10.000 habitantes

NIVEL SOCIO ORGANIZATIVO (DETERMINAR GRADO DE COHESIÓN INTERNA, SI LAS DIRECTIVAS FUNCIONAN, EL NIVEL DE DEMOCRACIA INTERNA, EL GRADO DE PARTICIPACIÓN DE LAS BASES, EL NIVEL DE LIDERAZGO, LOS NIVELES DE INCLUSIÓN DE MUJERES, JÓVENES, ETC.): Organización provincial de tercer grado; Consejo de Gobierno elegido por un período de tres años por la asamblea de centros y asociaciones; dirigencia conformada por hombres, mujeres, jóvenes; las comunidades son los mandantes.

CARACTERIZACIÓN POLÍTICA (CUALES SON LAS VINCULACIONES POLÍTICAS QUE HAN TENIDO, Y LAS QUE ACTUALMENTE TIENEN): Está vinculado al Movimiento de Unidad Plurinacional Pachakutik.

RELACIÓN CON EL ESTADO (EJEMPLO): No tiene ninguna relación con el Gobierno Nacional, es opositor a los programas del Gobierno Nacional, XI ronda petrolera, Yasuni-ITT

CONVENIOS U OBRAS EN EJECUCIÓN						
ORGANIZACIÓN	ÁREA	OBRA O CONVENIO ESPECIFICO	INSTITUCIONES DE RESPUESTA NAC, GAD, etc.	POLÍTICA PÚBLICA, PROGRAMA, PROYECTO	PRESUPUESTO EN EJECUCIÓN	FASES QUE SE HAN AVANZADO
NAE	ECORAE	CTI	ECORAE	Atención a nacionalidades amazónicas	\$ 210.000	Convenio

Elaboración: Equipo Técnico Proyecto Fortalecimiento Organizaciones Indígenas.
Fuente: Secretaría Nacional de Gestión de la Política (2014).

DEMANDAS PRIORITARIAS NO ATENDIDAS						
ORGANIZACIÓN	ÁREA	DEMANDA ESPECÍFICA	INSTITUCIÓN RESPONSABLE	POLÍTICA PÚBLICA, PROGRAMA PROYECTO	PRESUPUESTO REQUERIDO	OBSERVACIONES
NAE	ECORAE	CTI. Consulta XI ronda	ECORAE SH	Fortalecimiento organizativo	Indeterminado	

Elaboración: Equipo Técnico Proyecto Fortalecimiento Organizaciones Indígenas.
Fuente: Secretaría Nacional de Gestión de la Política (2014).

POSICIÓN (ES) FRENTE AL ITT: En contra de la explotación de Yasuni-ITT, no hay opción de diálogo sobre este tema.

INTERESES FRENTE AL ITT: Intereses políticos y turísticos se conoce que será candidato a la Vice prefectura de Morona Santiago con Marcelino Chumpi.

¿QUE INSTRUMENTOS DE DESARROLLO TIENEN? (PLANES DE VIDA, HACE QUE TIEMPO, ESTADO DEL TRÁMITE O DE LA EJECUCIÓN, AGENDAS, NIVEL DE EJECUCIÓN): Plan Operativo Anual y Plan de Actividades. Tiene un borrador “Plan de Vida” elaborada con apoyo de CODENPE.

ALIANZAS ESTRATÉGICAS (CON INSTITUCIONES PÚBLICAS, GADS, ONGS, ORGANIZACIONES POLÍTICAS?): Convenio con ECORAE para proyecto de CTI, alianzas con Pachamama, Pachakutik.

NACIONALIDAD - Shuar



UBICACIÓN GEOGRÁFICA: Zamora Chinchipe, Morona Santiago, Pastaza, Napo, Orellana, Sucumbíos en la Amazonía; Guayas, Esmeraldas en la Costa y Pichincha en la Sierra.

NÚMERO DE INTEGRANTES: 180.000 habitantes

NIVEL SOCIO ORGANIZATIVO (DETERMINAR GRADO DE COHESIÓN INTERNA, SI LAS DIRECTIVAS FUNCIONAN, EL NIVEL DE DEMOCRACIA INTERNA, EL GRADO DE PARTICIPACIÓN DE LAS BASES, EL NIVEL DE LIDERAZGO, LOS NIVELES DE INCLUSIÓN DE MUJERES, JÓVENES, ETC.): Organización nacional de tercer grado; Consejo de Gobierno elegido por un período de tres años por la asamblea de centros y asociaciones; dirigencia conformada por hombres, mujeres, jóvenes; las comunidades son los mandantes.

CARACTERIZACIÓN POLÍTICA (CUALES SON LAS VINCULACIONES POLÍTICAS QUE HAN TENIDO, Y LAS QUE ACTUALMENTE TIENEN): Fundador del Movimiento de Unidad Plurinacional Pachakutik, siempre han sido de tendencia de Izquierda.

RELACIÓN CON EL ESTADO (EJEMPLO): Convenio de Gobernabilidad y de Participación Ciudadana, convenios específicos de Cooperación y Fortalecimiento de organizaciones.

CONVENIOS U OBRAS EN EJECUCIÓN						
ORGANIZACIÓN	ÁREA	OBRA O CONVENIO ESPECIFICO	INSTITUCIONES DE RESPUESTA NAC, GAD, etc.	POLÍTICA PÚBLICA, PROGRAMA, PROYECTO	PRESUPUESTO EN EJECUCIÓN	FASES QUE SE HAN AVANZADO
FICSH	SALUD, EDUCACIÓN, AMBIENTE, MINTEL, SSTRASNGP	Programa de salud comunitaria. Programa socio bosque. Paneles solares. Solución conflictos. Fortalecimiento organizativo	MSP MINEDUCACIÓN, AMBIENTE, MINTEL, MAGAP, SNGP	Atención a nacionalidades amazónicas	\$ 1.000.000 \$ 20.000	Equipos y mobiliarios comprados y entregados. Capacitación para fortalecimiento socio-organizativo
NASHE FEPNASH-ZCH	SNGP	Convenio de Gobernabilidad	Interculturalidad		Indeterminado	En ejecución
FENASH-P	SNGP	Convenio de Gobernabilidad	Interculturalidad		Indeterminado	En ejecución
FEHANSH-S						
FENASH-O						

Elaboración: Equipo Técnico Proyecto Fortalecimiento Organizaciones Indígenas.
Fuente: Secretaría Nacional de Gestión de la Política (2014).

DEMANDAS PRIORITARIAS NO ATENDIDAS						
ORGANIZACIÓN	ÁREA	DEMANDA ESPECÍFICA	INSTITUCIÓN RESPONSABLE	POLÍTICA PÚBLICA, PROGRAMA-PROYECTO	PRESUPUESTO REQUERIDO	OBSERVACIONES
FICSH	SNGP Secretaría de Hidrocarburos	Fortalecimiento organizativo Consulta previa XI ronda Minería San Carlos-Panantza	Interculturalidad RR.NN.RR. RR.NN.RR.	Fortalecimiento de organizaciones	Indeterminado Indeterminado Indeterminado	
NASHE		Consulta XI ronda petrolera				
FEPNASH-ZCH	SSTRAS	Legalización, adjudicación y solución de conflictos	MAGAP	Regularización de territorios ancestrales	Indeterminado	
FENASH-P	ECORAE	CTL Consulta XI ronda petrolera	ECORAE RR.NN.RR.			
FENASH-S	ECORAE	PLAN DE VIDA	ECORAE			
FENASH-O	ECORAE	PLAN DE VIDA	ECORAE			

Elaboración: Equipo Técnico Proyecto Fortalecimiento Organizaciones Indígenas.
Fuente: Secretaría Nacional de Gestión de la Política (2014).

Continua

POSICIÓN (ES) FRENTE AL ITT: La nacionalidad Shuar agrupadas en las federaciones FICSH, NASHE, FEPNASH-ZCH, FENASH-P, FENASH-S, FENASH-O, no existe oposición para explotar el Yasuni-ITT; recomiendan al Gobierno utilizar la mejor tecnología para evitar la contaminación ambiental e impacto social.

INTERESES FRENTE AL ITT: Apoya la explotación de ITT pero con mayor participación de las nacionalidades en los procesos de consulta y consensos. Que las regalías del ITT se reinviertan para mejorar el Buen Vivir de los habitantes de la Amazonía en Salud, Educación, Vivienda, Desarrollo agro productivo, créditos, vialidad, etc.

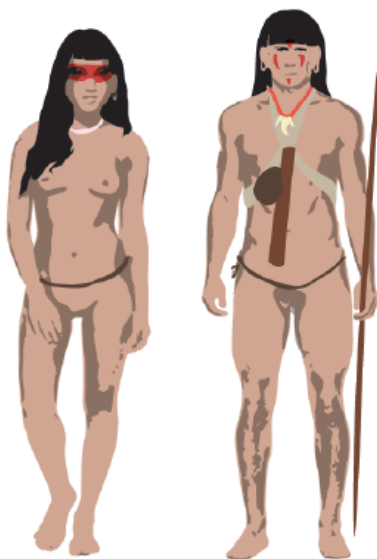
¿QUE INSTRUMENTOS DE DESARROLLO TIENEN? (PLANES DE VIDA, HACE QUE TIEMPO, ESTADO DEL TRÁMITE O DE LA EJECUCIÓN, AGENDAS, NIVEL DE EJECUCIÓN): Las organizaciones de la nacionalidad Shuar tienen "Plan de Desarrollo Institucional", Plan Operativo Anual y Plan de Actividades, mismas que son aprobadas por las asambleas de las organizaciones. FICSH, NASHE, FENASH-P, FEPNASH-ZCH tienen borradores de "Planes de Vida" elaboradas a través de una consultoría alejadas a las directrices de SENPLADES.

ALIANZAS ESTRATÉGICAS (CON INSTITUCIONES PÚBLICAS, GADS, ONGS, ORGANIZACIONES POLÍTICAS?): Con el Gobierno Nacional tiene convenios de Gobernabilidad y convenios de Cooperación y de Fortalecimiento organizativo con las siguientes instituciones: SNGP, SSTR (MAGAP), IEPS (MIES), SALUD, EDUCACIÓN, MINTEL, AMBIENTE para hacer efectiva las políticas públicas.

Con el Municipio de Taisha tiene un convenio tripartito entre FICSH-EMPRESA ELÉCTRICA CENTRO SUR-MUNICIPIO TAISHA para el proyecto de paneles solares.

Con ONGs ambientalistas no tienen ninguna relación, expulsó de sus territorios a Pachamama y rechaza todo tipo de apoyo de ONGs ambientalistas.

NACIONALIDAD – **Waadani**



UBICACIÓN GEOGRÁFICA: Pastaza, Napo, Orellana.

NUMERO DE INTEGRANTES: 3.000 habitantes.

NIVEL SOCIO ORGANIZATIVO (DETERMINAR GRADO DE COHESIÓN INTERNA, SI LAS DIRECTIVAS FUNCIONAN, EL NIVEL DE DEMOCRACIA INTERNA, EL GRADO DE PARTICIPACIÓN DE LAS BASES, EL NIVEL DE LIDERAZGO, LOS NIVELES DE INCLUSIÓN DE MUJERES, JÓVENES, ETC.): Organización nacional de tercer grado; Consejo de Gobierno elegido por un período de tres años por la asamblea de comunidades de tres provincias; dirigencia conformada por hombres, mujeres, jóvenes; las comunidades son los mandantes.

CARACTERIZACIÓN POLÍTICA (CUALES SON LAS VINCULACIONES POLÍTICAS QUE HAN TENIDO, Y LAS QUE ACTUALMENTE TIENEN): Fundador del Movimiento de Unidad Plurinacional Pachakutik, siempre han sido de tendencia de Izquierda.

RELACIÓN CON EL ESTADO (EJEMPLO): Convenio de Gobernabilidad y de Participación Ciudadana, convenios específicos de Cooperación y Fortalecimiento de organizaciones.

CONVENIOS U OBRAS EN EJECUCIÓN						
ORGANIZACIÓN	ÁREA	OBRA O CONVENIO ESPECIFICO	INSTITUCIONES DE RESPUESTA NAC, GAD, etc.	POLÍTICA PÚBLICA, PROGRAMA, PROYECTO	PRESUPUESTO EN EJECUCIÓN	FASES QUE SE HAN AVANZADO
NAWE	Ecuador Estratégico SNGP Repsol YPF ECORAE	Programa de vivienda Convenio de Gobernabilidad Convenio CTI	Ecuador Estratégico SNGP Repsol YPF ECORAE	Atención a nacionalidades amazónicas		Vivienda en construcción Mesa de trabajo en Educación Convenio de compensación socio-ambiental.

Elaboración: Equipo Técnico Proyecto Fortalecimiento Organizaciones Indígenas.
Fuente: Secretaría Nacional de Gestión de la Política (2014).

DEMANDAS PRIORITARIAS NO ATENDIDAS						
ORGANIZACIÓN	ÁREA	DEMANDA ESPECÍFICA	INSTITUCIÓN RESPONSABLE	POLÍTICA PÚBLICA, PROGRAMA, PROYECTO	PRESUPUESTO REQUERIDO	OBSERVACIONES
NAWE	ECORAE Min vivienda SSTRA	CTI Vivienda Tierras	ECORAE Min. Vivienda MAGAP	Fortalecimiento de organizaciones	Indeterminado Indeterminado	

Elaboración: Equipo Técnico Proyecto Fortalecimiento Organizaciones Indígenas.
Fuente: Secretaría Nacional de Gestión de la Política (2014).

POSICIÓN (ES) FRENTE AL ITT: Apoya la explotación de petróleo del Yasuni-ITT; recomiendan al Gobierno utilizar la mejor tecnología para evitar la contaminación ambiental e impacto social.

INTERESES FRENTE AL ITT: Que las regalías del ITT se reinviertan para mejorar el Buen Vivir de los habitantes de la Amazonía en Salud, Educación, Vivienda, Desarrollo agro productivo, créditos, vialidad, etc.

¿QUE INSTRUMENTOS DE DESARROLLO TIENEN? (PLANES DE VIDA, HACE QUE TIEMPO, ESTADO DEL TRÁMITE O DE LA EJECUCIÓN, AGENDAS, NIVEL DE EJECUCIÓN): Plan Operativo Anual, Plan de Actividades.

ALIANZAS ESTRATÉGICAS (CON INSTITUCIONES PÚBLICAS, GADS, ONGS, ORGANIZACIONES POLÍTICAS?): Convenio de Gobernabilidad con la SNGP; convenio con ECORAE para proyecto CTI.

NACIONALIDAD – Zápara



UBICACIÓN GEOGRÁFICA: Pastaza.

NUMERO DE INTEGRANTES: 1.300 habitantes.

NIVEL SOCIO ORGANIZATIVO (DETERMINAR GRADO DE COHESIÓN INTERNA, SI LAS DIRECTIVAS FUNCIONAN, EL NIVEL DE DEMOCRACIA INTERNA, EL GRADO DE PARTICIPACIÓN DE LAS BASES, EL NIVEL DE LIDERAZGO, LOS NIVELES DE INCLUSIÓN DE MUJERES, JÓVENES, ETC.): Organización nacional de tercer grado; Consejo de Gobierno elegido por un período de tres años por la asamblea de centros y asociaciones; dirigencia conformada por hombres, mujeres, jóvenes; las comunidades son los mandantes.

CARACTERIZACIÓN POLÍTICA (CUALES SON LAS VINCULACIONES POLÍTICAS QUE HAN TENIDO, Y LAS QUE ACTUALMENTE TIENEN): Simpatizante del Movimiento de Unidad Plurinacional Pachakutik.

RELACIÓN CON EL ESTADO (EJEMPLO): Convenio de radio comunitario, Secretario de Hidrocarburos.

CONVENIOS U OBRAS EN EJECUCIÓN						
ORGANIZACIÓN	ÁREA	OBRA O CONVENIO ESPECIFICO	INSTITUCIONES DE RESPUESTA NAC. GAD, etc.	POLÍTICA PÚBLICA. PROGRAMA. PROYECTO	PRESUPUESTO EN EJECUCIÓN	FASES QUE SE HAN AVANZADO
NASE	SNGP	Radio comunitario Secretaria de Hidrocarburos	SNGP Secretaria de Hidrocarburos	Atención a nacionalidades amazónicas		Equipos de radio

Elaboración: Equipo Técnico Proyecto Fortalecimiento Organizaciones Indígenas.
Fuente: Secretaría Nacional de Gestión de la Política (2014).

DEMANDAS PRIORITARIAS NO ATENDIDAS						
ORGANIZACIÓN	ÁREA	DEMANDA ESPECÍFICA	INSTITUCIÓN RESPONSABLE	POLÍTICA PÚBLICA. PROGRAMA PROYECTO	PRESUPUESTO REQUERIDO	OBSERVACIONES
FICSH	ECORAE Secretaria de Hidrocarburos	Plan de Vida Consulta XI ronda	ECORAE RR.NN.RR.	Fortalecimiento de organizaciones	Indeterminado Indeterminado	

Elaboración: Equipo Técnico Proyecto Fortalecimiento Organizaciones Indígenas.
Fuente: Secretaría Nacional de Gestión de la Política (2014).

POSICIÓN (ES) FRENTE AL ITT: En contra de la explotación de Yasuni-ITT.

INTERESES FRENTE AL ITT: Intereses políticos y personales.

¿QUE INSTRUMENTOS DE DESARROLLO TIENEN? (PLANES DE VIDA, HACE QUE TIEMPO, ESTADO DEL TRÁMITE O DE LA EJECUCIÓN, AGENDAS, NIVEL DE EJECUCIÓN): Plan Operativo Anual y Plan de Actividades, borrador de Plan de Vida elaborado con apoyo de un organismo español.

ALIANZAS ESTRATÉGICAS (CON INSTITUCIONES PÚBLICAS, GADS, ONGS, ORGANIZACIONES POLÍTICAS?): Con Pachamama, Pachakutik.

NACIONALIDAD - Andoa



UBICACIÓN GEOGRÁFICA: Pastaza.

NUMERO DE INTEGRANTES: 800 habitantes.

NIVEL SOCIO ORGANIZATIVO (DETERMINAR GRADO DE COHESIÓN INTERNA, SI LAS DIRECTIVAS FUNCIONAN, EL NIVEL DE DEMOCRACIA INTERNA, EL GRADO DE PARTICIPACIÓN DE LAS BASES, EL NIVEL DE LIDERAZGO, LOS NIVELES DE INCLUSIÓN DE MUJERES, JÓVENES, ETC.): Organización nacional de tercer grado; Consejo de Gobierno elegido por un período de tres años por la asamblea de centros y asociaciones; dirigencia conformada por hombres, mujeres, jóvenes; las comunidades son los mandantes.

CARACTERIZACIÓN POLÍTICA (CUALES SON LAS VINCULACIONES POLÍTICAS QUE HAN TENIDO, Y LAS QUE ACTUALMENTE TIENEN): Simpatizante del Movimiento de Unidad Plurinacional Pachakutik, apoyan al presidente Correa.

RELACIÓN CON EL ESTADO (EJEMPLO): Convenio con ECORAE por CTI; con la SNGP, radio comunitario.

CONVENIOS U OBRAS EN EJECUCIÓN						
ORGANIZACIÓN	AREA	OBRA O CONVENIO ESPECIFICO	INSTITUCIONES DE RESPUESTA NAC. GAD, etc.	POLÍTICA PÚBLICA. PROGRAMA. PROYECTO	PRESUPUESTO EN EJECUCIÓN	FASES QUE SE HAN AVANZADO
NAPE	ECORAE Secretaría de Hidrocarburos SNGP	CTI. Acuerdo de compensación XI ronda. Radio comunitario	ECORAE Secretaría de Hidrocarburos SNGP	Atención a nacionalidades amazónicas	Indeterminado Indeterminado Indeterminado	Equipos de radio

Elaboración: Equipo Técnico Proyecto Fortalecimiento Organizaciones Indígenas.
Fuente: Secretaría Nacional de Gestión de la Política (2014).

DEMANDAS PRIORITARIAS NO ATENDIDAS						
ORGANIZACIÓN	ÁREA	DEMANDA ESPECÍFICA	INSTITUCIÓN RESPONSABLE	POLÍTICA PÚBLICA. PROGRAMA PROYECTO	PRESUPUESTO REQUERIDO	OBSERVACIONES
NAPE	ECORAE Secretaría de Hidrocarburos	CTI Compensación socio-ambiental	ECORAE RR.NN.RR.	Fortalecimiento de organizaciones	Indeterminado Indeterminado	

Elaboración: Equipo Técnico Proyecto Fortalecimiento Organizaciones Indígenas.
Fuente: Secretaría Nacional de Gestión de la Política (2014).

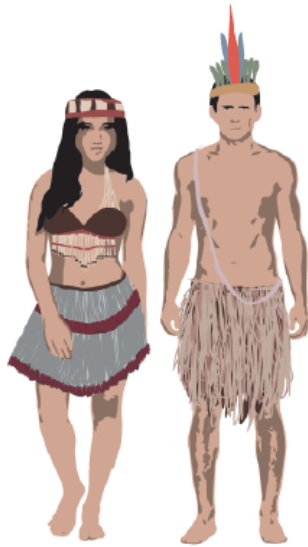
POSICIÓN (ES) FRENTE AL ITT: Apoya la explotación del petróleo de Yasuni-ITT; recomienda al Gobierno utilizar la mejor tecnología para evitar la contaminación ambiental e impacto social.

INTERESES FRENTE AL ITT: Que las regalías del ITT se reinviertan para mejorar el Buen Vivir de los habitantes de la Amazonía en Salud, Educación, Vivienda, Desarrollo agro productivo, créditos, vialidad, etc.

¿QUE INSTRUMENTOS DE DESARROLLO TIENEN? (PLANES DE VIDA, HACE QUE TIEMPO, ESTADO DEL TRÁMITE O DE LA EJECUCIÓN, AGENDAS, NIVEL DE EJECUCIÓN): Plan Operativo Anual y Plan de Actividades.

ALIANZAS ESTRATÉGICAS (CON INSTITUCIONES PÚBLICAS, GADS, ONGS, ORGANIZACIONES POLÍTICAS?): Con el Gobierno Nacional a través de ECORAE, SNGP.

NACIONALIDAD – Kichwa de la Amazonía



UBICACIÓN GEOGRÁFICA: Pastaza, Napo, Orellana, Sucumbíos.

NUMERO DE INTEGRANTES: 100.000 habitantes.

NIVEL SOCIO ORGANIZATIVO (DETERMINAR GRADO DE COHESIÓN INTERNA, SI LAS DIRECTIVAS FUNCIONAN, EL NIVEL DE DEMOCRACIA INTERNA, EL GRADO DE PARTICIPACIÓN DE LAS BASES, EL NIVEL DE LIDERAZGO, LOS NIVELES DE INCLUSIÓN DE MUJERES, JÓVENES, ETC.): Organización nacional de tercer grado; Consejo de Gobierno elegido por un período de tres años por la asamblea de centros y asociaciones; dirigencia conformada por hombres, mujeres, jóvenes; las comunidades son los mandantes.

CARACTERIZACIÓN POLÍTICA (CUALES SON LAS VINCULACIONES POLÍTICAS QUE HAN TENIDO, Y LAS QUE ACTUALMENTE TIENEN): Militantes del Movimiento de Unidad Plurinacional Pachakutik.

RELACIÓN CON EL ESTADO (EJEMPLO): A través diferentes Convenios y proyectos: CTI, convenio de Gobernabilidad.

CONVENIOS U OBRAS EN EJECUCIÓN						
ORGANIZACIÓN	ÁREA	OBRA O CONVENIO ESPECIFICO	INSTITUCIONES DE RESPUESTA NAC, GAD, etc.	POLÍTICA PÚBLICA. PROGRAMA. PROYECTO	PRESUPUESTO EN EJECUCIÓN	FASES QUE SE HAN AVANZADO
FICCKAE	SALUD, EDUCACIÓN, AMBIENTE, MINTEL, SSTR, SNGP	Programa de salud comunitaria. Programa socio bosque. Paneles solares. Solución conflictos. Fortalecimiento organizativo	MSP MINEDUCACIÓN, AMBIENTE, MINTEL, MAGAP, SNGP	Atención a nacionalidades amazónicas	\$ 1.000.000 \$ 20.000	Equipos y mobiliarios comprados y entregados. Capacitación para fortalecimiento socio-organizativo
FOKISE						
FONAKIN	SNGP	Convenio de Gobernabilidad	Interculturalidad		Indeterminado	En ejecución
Consejo Kichwa de Pastaza	SNGP	Convenio de Gobernabilidad	Interculturalidad		Indeterminado	En ejecución

Elaboración: Equipo Técnico Proyecto Fortalecimiento Organizaciones Indígenas.
Fuente: Secretaría Nacional de Gestión de la Política (2014).

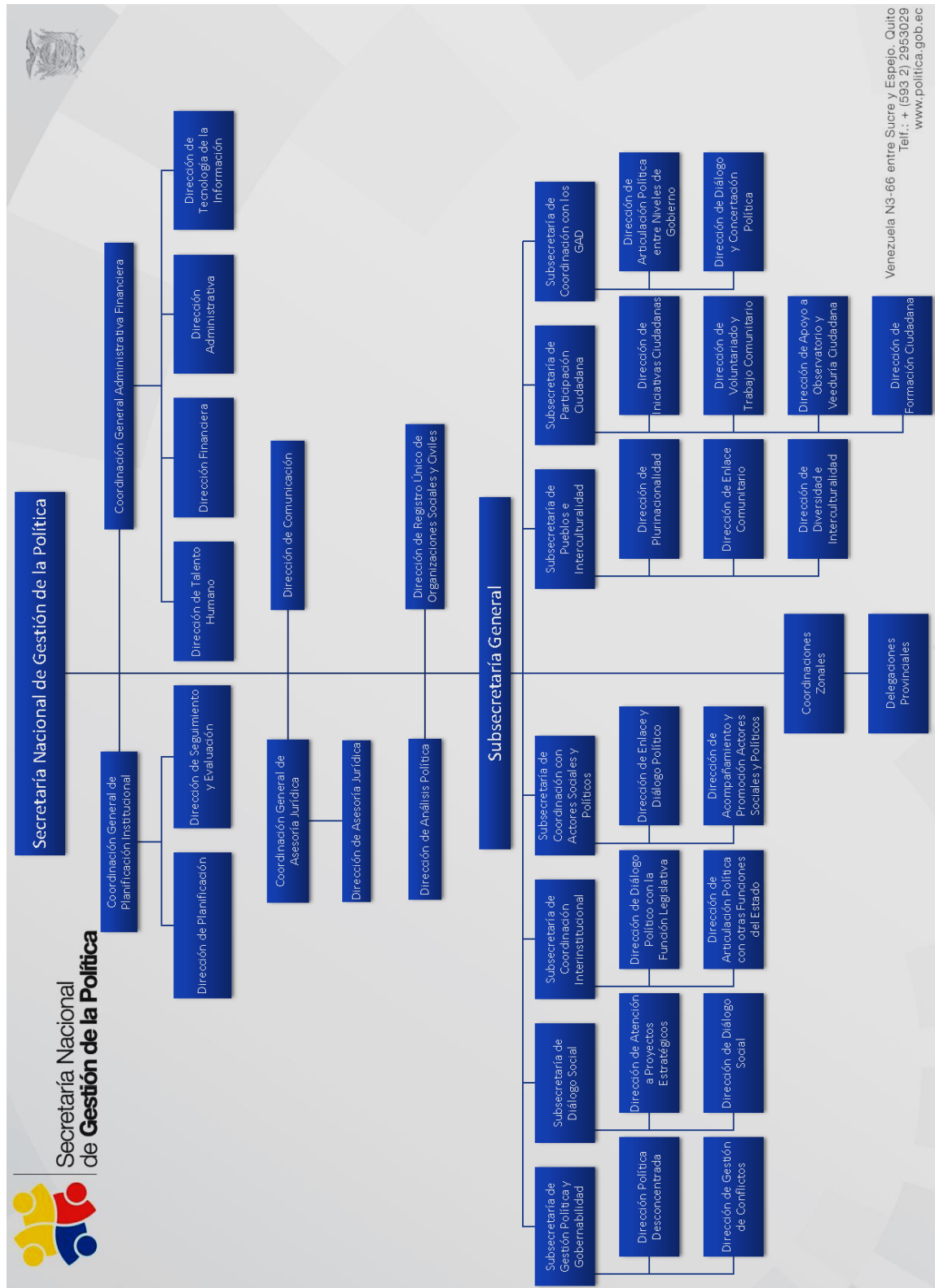
DEMANDAS PRIORITARIAS NO ATENDIDAS						
ORGANIZACIÓN	ÁREA	DEMANDA ESPECÍFICA	INSTITUCIÓN RESPONSABLE	POLÍTICA PÚBLICA. PROGRAMA. PROYECTO	PRESUPUESTO REQUERIDO	OBSERVACIONES
FICCKAE	SNGP Secretaría de Hidrocarburos	Fortalecimiento organizativo Consulta previa XI ronda. Minería San Carlos-Panantza	Interculturalidad RR.NN.RR. RR.NN.RR.	Fortalecimiento de organizaciones	Indeterminado Indeterminado Indeterminado	
FOKISE		Consulta XI ronda petrolera				
FONAKIN	SSTR	Legalización, adjudicación y solución de conflictos	MAGAP	Regularización de territorios ancestrales	Indeterminado	
Consejo Kichwa de Pastaza	ECORAE	CTI Consulta XI ronda petrolera	ECORAE RR. NN.RR.			

Elaboración: Equipo Técnico Proyecto Fortalecimiento Organizaciones Indígenas.
Fuente: Secretaría Nacional de Gestión de la Política (2014).

Fonte: EQUADOR. Secretaría Nacional de Gestión Política. Proyecto: **Fortalecimiento de la Capacidad Técnica, Administrativa y Organizativa de las Organizaciones de la Amazonía y de la Sierra Centro.** (2014-2015). Disponible em: <<http://www.politica.gob.ec/wp-content/uploads/2015/09/AMAZONIA-SENPLADES.pdf>>. Acesso em 30 jul. 2016.

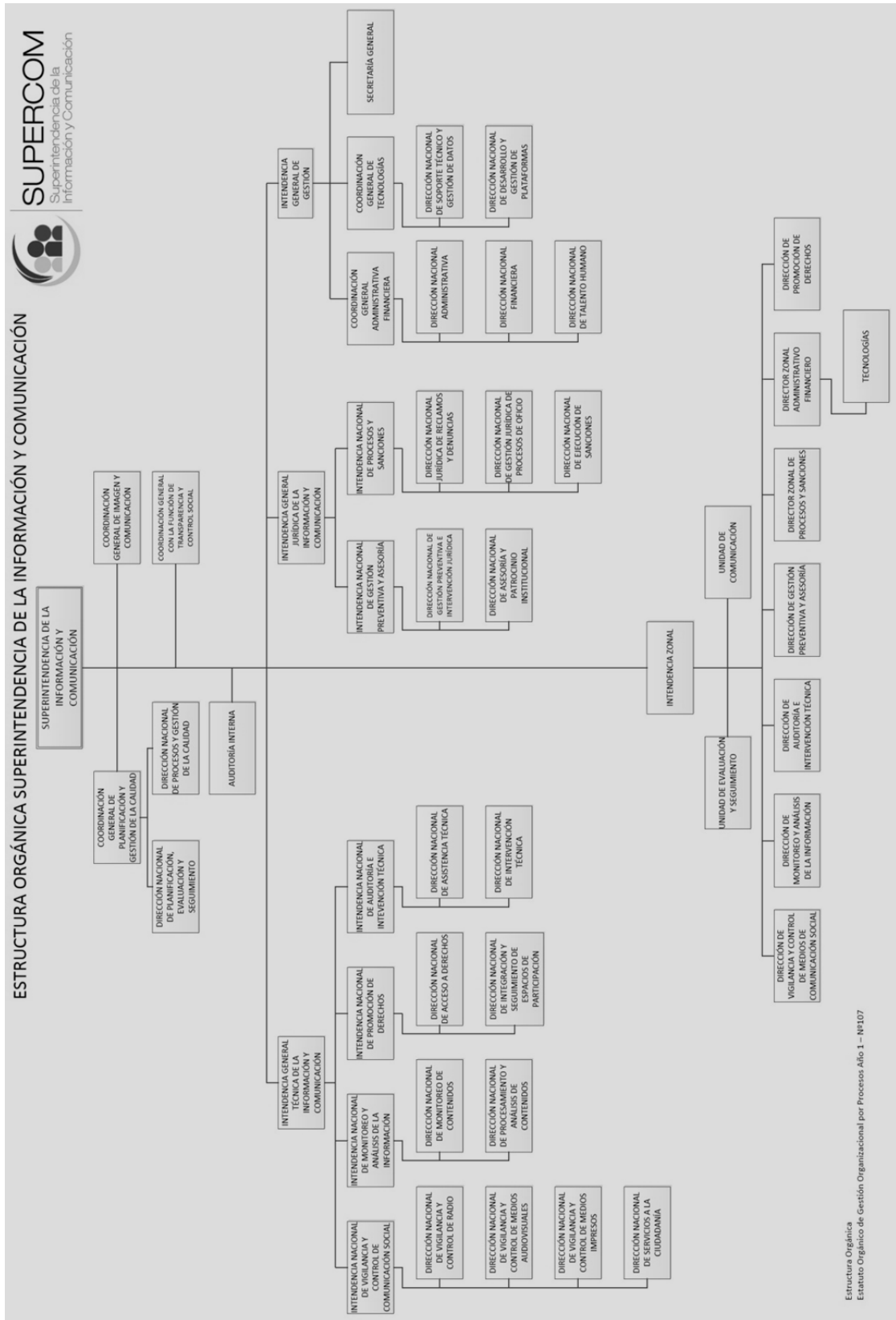
ANEXO 5

Organograma da *Secretaría Nacional de Gestión de la Política*



Fonte: EQUADOR. Organigrama Secretaría Nacional de Gestión de la Política. Disponível em: <<http://www.politica.gob.ec/organigrama-secretaria-nacional-de-gestion-de-la-politica/>>. Acesso em: 30/ jul. 2016.

ANEXO 6 Estrutura orgânica da *Superintendencia de la Información y Comunicación*

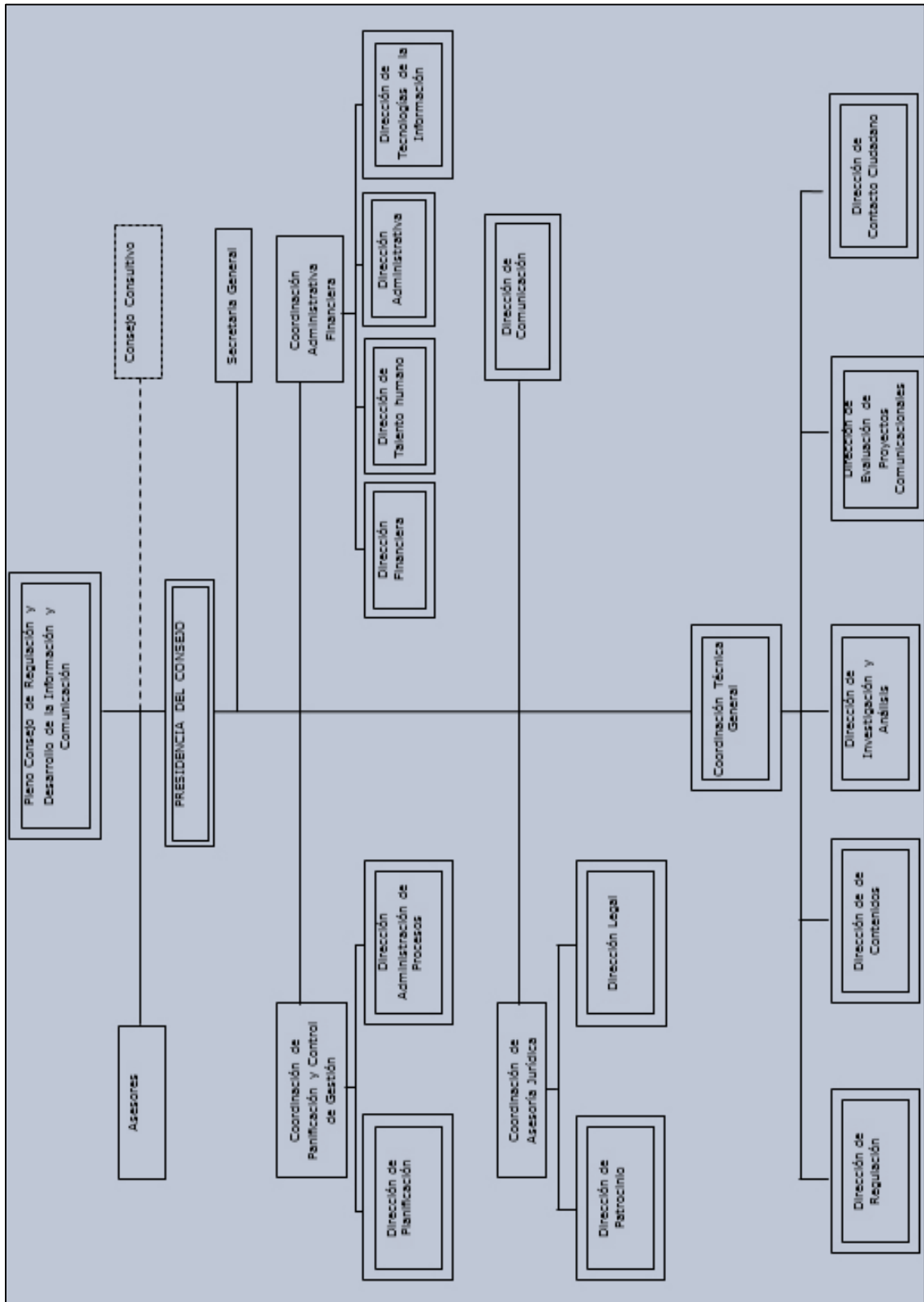


Estructura Orgánica
Estatuto Orgánico de Gestión Organizacional por Procesos Año 1 – N°1107

Fonte: EQUADOR. Superintendencia de la Información y Comunicación. Disponível em: <http://www.supercom.gob.ec/images/d/2015/07/01-Organizacin_Interna.pdf>. Acesso em: 11 ago. 2016

ANEXO 7



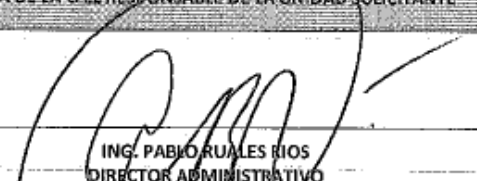

Organograma do Consejo de Regulación y Desarrollo de la Información y Comunicación



Fonte: EQUADOR. Consejo de Regulación y Desarrollo de la Información y Comunicación. Disponível em: < <http://www.cordicom.gob.ec/wp-content/uploads/2013/12/Organigrama-Cordicom.jpg> >. Acesso em 11 ago. 2016.

ANEXO 8

Atuación da SNGP na organización e logística do evento “Somos Amazonía” (2015)

 Secretaría Nacional de Gestión de la Política						
SOLICITUD DE AUTORIZACIÓN PARA CUMPLIMIENTO DE SERVICIOS INSTITUCIONALES						
Nro. SOLICITUD DE AUTORIZACIÓN PARA CUMPLIMIENTO DE SERVICIOS INSTITUCIONALES: SNGP-DAD-2015-015 /				FECHA DE SOLICITUD (dd-mm-aaaa): 5-AGOSTO-2015 /		
VIÁTICOS		MOVILIZACIONES		SUBSISTENCIAS		ALIMENTACIÓN
DATOS GENERALES						
APELLIDOS - NOMBRES DE LA O EL SERVIDOR: JOSÉ ABEL SÁNCHEZ CRUZ /				PUESTO QUE OCUPA: RESPONSABLE DE AREA		
CIUDAD - PROVINCIA DEL SERVICIO INSTITUCIONAL: MACAS-MORONA SANTIAGO /				NOMBRE DE LA UNIDAD A LA QUE PERTENECE LA O EL SERVIDOR: DIRECCION ADMINISTRATIVA		
FECHA SALIDA (dd-mm-aaaa): 06-08-2015 /		HORA SALIDA (hh:mm): 14H00 /	FECHA LLEGADA (dd-mm-aaaa): 08-08-2015 /		HORA LLEGADA (hh:mm): 16H00 /	
SERVIDORES QUE INTEGRAN LOS SERVICIOS INSTITUCIONALES: Paola Bonilla, Abel Sánchez, Jimmy Hernández, Jonathan Molina, Jorge Tipanguano.						
DESCRIPCIÓN DE LAS ACTIVIDADES A REALIZARSE:						
ASISTIR ACTIVIDADES EN TERRITORIO Y PARTICIPAR EN EL EVENTO “SOMOS AMAZONIA II” A REALIZARSE EN LA PROVINCIA DE MORONA SANTIAGO SEGÚN DISPOSICION ENVIADA POR ZIMBRA CON FECHA 05/08/2015 /						
TRANSPORTE						
TIPO DE TRANSPORTE (Aéreo, terrestre, marítimo, otros)	NOMBRE DE TRANSPORTE	RUTA	SALIDA		LLEGADA	
			FECHA	HORA	FECHA	HORA
TERRESTRE	INSTITUCIONAL	QUITO-MACAS /	06-08-2015 /	14:00 /	06-08-2015 /	22:00 /
TERRESTRE	INSTITUCIONAL	MACAS-QUITO /	08-08-2015 /	09:00 /	08-08-2015 /	16:00 /
DATOS PARA TRANSFERENCIA						
NOMBRE DEL BANCO: PICHINCHA		TIPO DE CUENTA: AHORROS		No. DE CUENTA: 2202183932		
FIRMA DE LA O EL SERVIDOR SOLICITANTE				FIRMA DE LA O EL RESPONSABLE DE LA UNIDAD SOLICITANTE		
 JOSÉ ABEL SÁNCHEZ CRUZ 0928399740				 ING. PABLO RUALES RÍOS DIRECTOR ADMINISTRATIVO		
FIRMA DE LA AUTORIDAD NOMINADORA O SU DELEGADO				NOTA: Esta solicitud deberá ser presentada para su Autorización, con por lo menos 72 horas de anticipación al cumplimiento de los servicios institucionales, salvo el caso de que por necesidades institucionales la Autoridad Nominadora autorice. <ul style="list-style-type: none"> De no existir disponibilidad presupuestaria, tanto la solicitud como la autorización quedarán insubsistentes. El Informe de Servicios Institucionales deberá presentarse dentro del término de 4 días de cumplido el servicio institucional. Esta prohibido conceder servicios institucionales durante los días de descanso obligatorio, con excepción de las Máximas Autoridades o de casos excepcionales debidamente justificados por la Máxima Autoridad o su Delegado.		
 MGS. JUDITH GUÉDES CISNEROS COORDINADORA GENERAL ADMINISTRATIVA FINANCIERA						

Sobre Evento SOMOS AMAZONIA

De : María Fernanda Coello <maria.coello@politica.gob.ec>

mié, 05 de ago de 2015 19:28

Asunto : Sobre Evento SOMOS AMAZONIA

Para : Alejandro Carrion <acarrion@politica.gob.ec>, David Banda <david.banda@politica.gob.ec>, Pablo Lastra <pablo.lastra@politica.gob.ec>, Alexander Crespo

Z

Estimados compañeros

Por disposición del Señor Subsecretario General, Ing. Andrés Granda, después de recibir de cada Subsecretaría los nombres de los funcionarios que deberán asistir para colaborar con el Evento Somos Amazonía, cumpto en comunicarles quienes son:

De la Subsecretaría de Coordinación Interinstitucional: Andrés Valarezo y Jaime Andres Andrade

De la Subsecretaría de Pueblos e Interculturalidad: Wilson Mendez y César Paucar

De la Subsecretaría de Dialogo Social: Franklin Guachamin y Eduardo Muñoz

De la Subsecretaría de Gobernabilidad: Darío Dávalos, Renato Silva, Pilar Maldonado, Nelson Quiñonez, Sofía Vega y Holger Freire

De la CAF: Paola Bonilla, Abel Sanchez, Jonathan Molina, Jimmy Hernandez, Patricio Guamán y Jorge Cadena.

Fonte: EQUADOR. Secretaria Nacional de Gestión Política. **Informe de actividades y productos alcanzados.** 2015. Disponible em: <<http://www.politica.gob.ec/wp-content/uploads/2015/09/6580-SANCHES-CRUZ-JOSE-ABEL.pdf>>. Acesso em: 22 jul. 2016. (Documento alterado a fim de preservar dados dos funcionários citados.)

ANEXO 9

Anuncio da SHE em jornal local sobre datas e locais dos processos de “consulta prévia” (2015)

OPCIÓN INFORMATIVA AMAZÓNICA MACAS, DEL 2 AL 8 DE MARZO DE 2015 7

ALERTA! NO QUEREMOS EXTRACTIVISMO
Yo quiero saber, tengo que saber, nosotros debemos saber

Consulta Previa
Bloques 74 y 75
Garantiza tu derecho a la información y participación

La participación social en esta Consulta Previa se rige por los principios de legitimidad y representatividad, y se define como un esfuerzo entre Instituciones Gubernamentales y la ciudadanía.

La Secretaría de Hidrocarburos del Ecuador, institución adscrita al Ministerio de Recursos Naturales No Renovables; en cumplimiento a las disposiciones constitucionales establecidas en el artículo 57, numeral 7 "...reconoce y garantiza el derecho a las comunas, comunidades, pueblos y nacionalidades indígenas a ser consultados de manera previa, libre e informada dentro de un plazo razonable sobre planes y programas de prospección, explotación y comercialización de recursos naturales no renovables que se encuentren en sus tierras y que puedan afectarles ambiental o culturalmente..." y conforme lo estipulado en el Decreto Ejecutivo N° 1247, publicado en el Registro Oficial No. 759 del 02 de agosto de 2012 "REGLAMENTO PARA LA EJECUCIÓN DE LA CONSULTA PREVIA LIBRE E INFORMADA EN LOS PROCESOS DE LICITACIÓN Y ASIGNACIÓN DE ÁREAS Y BLOQUES HIDROCARBURÍFEROS", invita a las y los ciudadanos de las comunidades del área de influencia para los Bloques 74 y 75, ubicados en las parroquias Simón Bolívar, Sarayaku, Montalvo y Curaray en la Provincia de Pastaza y en la parroquia Macuma de la Provincia de Morona Santiago, a participar en los mecanismos del proceso de Consulta Previa, Libre e Informada.

Acércate, e infórmate, estaremos en tu comunidad en los siguientes días:

APERTURA Y CIERRE DE OFICINA DE CONSULTA PERMANENTE					
	Comunidades Asistentes	Lugar	Fecha de apertura	Fecha de cierre	Hora
Akado	Akado, Oñepade	Casa Comunal	Domingo, 22 de febrero de 2015	Domingo, 22 de marzo de 2015	10h00
Macuma	Macuma, Mamayak, Paastas, Chiwants, San Pedro, Paantin, Namaj, Achunts, San Francisco, Tsunki, Tres Marias, San Pedro, Tamantz, Yankunts, Chiriap, Yamaram, Yampuna Norte, Tinchí, San Juan, Tunants, Yajints, Mutints	Espacio Cubierto	Miércoles, 25 de febrero de 2015	Miércoles, 25 de marzo de 2015	10h00
Achuar	Achuar, Irar	Casa Comunal	Domingo, 01 de marzo de 2015	Lunes, 30 de marzo de 2015	10h00
Kuankua	Kuankua, Kayantsa	Casa Comunal	Lunes, 02 de marzo de 2015	Miércoles, 01 de abril de 2015	10h00

OFICINAS DE CONSULTA ITINERANTE				
Comunidad/ Parroquia	Comunidades Asistentes	Lugar	Fecha	Hora
Pacayaku	Santa Rosa, Yatapi	Casa Comunal	Sábado, 26 de febrero de 2015	10h00
Jatun Molino	Jatun Molino	Casa Comunal	Sábado, 28 de febrero de 2015	10h00
Chuvacocha	Chuvacocha, Teresamama	Casa Comunal	Domingo, 01 de marzo de 2015	10h00
Piwiri	Rayo Urco, Kallana, Kamumki	Casa comunal	Lunes, 09 de marzo de 2015	10h00
Wisui	Wisui, Achunts, Paantin, Kuamar, Tarimiat, Mamayak	Casa Comunal	Viernes, 06 de marzo de 2015	10h00
Shalmi	Shalmi, Irar, Achuar, Iwía	Casa Comunal	Sábado, 07 de marzo de 2015	10h00
Santiak	Santiak, Kuankua, Mashient, Karakam, Masurash	Casa Comunal	Sábado, 14 de marzo de 2015	10h00
San Carlos	San Carlos, Sta Rosa, 24 de Mayo, Washintsá, Karama	Casa Comunal	Martes, 10 de marzo de 2015	10h00
Paantin	Paantin, Wisui, Achunts, Kuamar, Tarimiat, Namaj, Chamik, Tamants, Timias, Chiwants, Kapiruna, Arutam	Casa Comunal	Martes, 17 de marzo de 2015	10h00

AUDIENCIAS PÚBLICAS				
Comunidad/ Parroquia	Comunidades Asistentes	Lugar	Fecha	Hora
Akado	Akado, Oñepade	Casa Comunal	Sábado, 21 de marzo de 2015	10h00
Macuma	Macuma, Mamayak, Paastas, Chiwants, San Pedro, Paantin, Namaj, Achunts, San Francisco, Tsunki, Tres Marias, San Pedro, Tamantz, Yankunts, Chiriap, Yamaram, Yampuna Norte, Tinchí, San Juan, Tunants, Yajints, Mutints	Espacio Cubierto	Martes, 24 de marzo de 2015	10h00
Achuar	Achuar, Irar	Casa Comunal	Domingo, 29 de marzo de 2015	10h00
Kuankua	Kuankua, Kayantsa	Casa Comunal	Martes, 31 de marzo de 2015	10h00

APERTURA Y CIERRE DEL CENTRO DE INFORMACIÓN PÚBLICA				
Ciudad	Lugar	fecha de apertura	fecha de cierre	Hora
Puyo	Av. Ceslao Marín y Alpayaku	Lunes, 23 de febrero de 2015	Lunes, 23 de marzo de 2015	10h00
Macas	Calles Guamote y Juan de la Cruz	Lunes, 23 de febrero de 2015	Lunes, 23 de marzo de 2015	15h00

Las observaciones o comentarios se receptorán en los mecanismos de consulta planificados para el efecto.
Participa en la Consulta Previa, Libre e Informada...
Tu derecho a ser informado y escuchado.

Consultas Previa Bloques 74 y 75
Patria!
Ministerio Coordinador de Sedeses Estratégicas
Ministerio de Recursos Naturales No Renovables
Ministerio de Ambiente
SHE Secretaría de Hidrocarburos
ecuador

ANEXO 10

Acta de la reunión de valoración del concurso de adjudicación de frecuencias radioeléctricas para el funcionamiento de medios de comunicación comunitarios para pueblos y nacionalidades para las provincias de Esmeraldas, Imbura, Morona Santiago, Orellana, Pastaza, Santo Domingo de los Tsachila y Sucumbios.

Resolución RTV-144-05 – CONATEL – 2014



COMITE TECNICO DE EVALUACION DE LAS SOLICITUDES PARA LA ADJUDICACION DE FRECUENCIAS

ACTA DE LA REUNION DE VALORACION DEL CONCURSO DE ADJUDICACION DE FRECUENCIAS RADIOELECTRICAS PARA EL FUNCIONAMIENTO DE MEDIOS DE COMUNICACION COMUNITARIOS PARA PUEBLOS Y NACIONALIDADES PARA LAS PROVINCIAS DE ESMERALDAS, IMBABURA, MORONA SANTIAGO, ORELLANA, PASTAZA, SANTO DOMINGO DE LOS TSACHILAS Y SUCUMBIOS.

RESOLUCION RTV-144-05-CONATEL-2014

El día cinco de mayo de 2014, a las 09h00, en la Sala de Sesiones del Consejo Nacional de Telecomunicaciones, piso 12 del edificio CONATEL-SENATEL, previa convocatoria, se reúne el Comité Técnico de Evaluación de Solicitudes para Adjudicación de Frecuencias establecido para el efecto, a fin de que de conformidad con las Condiciones Generales del Concurso para la Adjudicación de Frecuencias, que señalan: "Una vez evaluadas las solicitudes, la Secretaría Nacional de Telecomunicaciones notificará a la dirección electrónica señalada por los solicitantes los resultados de la puntuación alcanzada; así como publicará en el portal web de la Institución dicha información"; al efecto:

El Comité Técnico se reunió con la presencia de sus miembros, que a continuación se detallan:

- ✓ Ingeniero Gonzalo Carvajal, Coordinador del Comité Técnico
- ✓ Doctor Gustavo Quijano, Director General Jurídico (P)
- ✓ Ingeniera Jenny Velásquez, Directora General de Gestión del Espectro Radioeléctrico (P) y Presidenta del Comité.
- ✓ Economista Eduardo Meza, Director General Administrativo Financiera (P)
- ✓ Doctora Gladys Mancero, Directora General de Control de Gestión.
- ✓ Ingeniero Patricio Galarza, Director General de Planificación de las Telecomunicaciones.
- ✓ Doctora Sandra Yépez, Secretaria del Comité Técnico.

Se contó adicionalmente con la presencia de los siguientes funcionarios:

- ✓ Doctor Edison Pozo, Jefe de División de la Dirección General Jurídica
- ✓ Abogado Esteban Burbano, Servidor del CONATEL
- ✓ Christian Acaro, Asesor de la Secretaría Nacional de Telecomunicaciones

Este Comité, se instala a fin de valorar las postulaciones efectuadas al presente Concurso para frecuencias, para el funcionamiento de medios de comunicación comunitarios para pueblos y nacionalidades para las provincias de Esmeraldas, Imbabura, Morona Santiago, Orellana, Pastaza, Santo Domingo de los Tsáchilas y Sucumbios, convocado mediante Resolución No. RTV-144-05-CONATEL-2014, de conformidad con lo señalado en las Condiciones Generales del Concurso en mención.



Acto seguido se solicita a la Secretaría del Comité Técnico, se informe si las Direcciones Generales de Gestión del Espectro Radioeléctrico, General Administrativo Financiera, General de Control de Gestión, Planificación de las Telecomunicaciones y General Jurídica han presentado los correspondientes informes. Por su parte, la Secretaría de este Comité Técnico, informa que las Direcciones señaladas han presentado los mismos.

El Comité Técnico procede con la revisión y verificación de los informes entregados para este Concurso.

De la convocatoria realizada en virtud de la Resolución No. RTV-144-CONATEL-2014, se determina que se presentaron **CATORCE postulaciones**, de conformidad con el siguiente detalle:

NOMBRE DEL SOLICITANTE	AREA DE OPERACIÓN INDEPENDIENTE A LA QUE SOLICITA LA CONCESION DE FRECUENCIA
1.- NACIONALIDAD WAORANI DEL ECUADOR "NAWE"	MATRIZ: PUYO (PASTAZA), MERA, PALORA REPETIDORA: ARAJUNO
2.- FEDERACIÓN DE CENTROS CHACHI DE ESMERALDAS "FECHE"	ESMERALDAS, ATACAMES, RIOVERDE
3.- NACIONALIDAD ACHUAR DEL ECUADOR - NAE	MACAS, SUCÚA, HUAMBOYA Y LOGROÑO
4.- NACIÓN SAPARA DEL ECUADOR "NASE"	PUYO (PASTAZA), PARROQUIA SHELL DEL CANTÓN MERA, PALORA
5.- NACIONALIDAD EPERARA SIAPIDAARA DEL ECUADOR	VALDEZ (LIMONES), SAN LORENZO
6.- ASOCIACIÓN DE COMUNIDADES INDÍGENAS DE ARAJUNO "ACIA"	ARAJUNO
7.- NACIONALIDAD TSÁCHILA DEL ECUADOR	SANTO DOMINGO, EL CARMEN, PEDRO VICENTE MALDONADO, PUERTO QUITO, SAN MIGUEL DE LOS BANCOS, LA CONCORDIA, ROSA ZÁRATE (QUININDÉ)
8.- NACIONALIDAD SHIWIAR DEL ECUADOR "NASHIE"	PUYO, MERA, PALORA
9.- NACIONALIDAD ANDWA DE PASTAZA DEL ECUADOR "NAPE"	PUYO (PASTAZA), MERA, PALORA
10.- FEDERACIÓN INDIGENA DE LA NACIONALIDAD COFAN DEL ECUADOR "FEINCE"	NUEVA LOJA (LAGO AGRIO), LUMBAQUI (GONZALO PIZARRO), EL DORADO DE CASCALES (CASCALES)
11.- ORGANIZACIÓN DE LA NACIONALIDAD INDIGENA SIONA DEL ECUADOR "ONISE"	MATRIZ: NUEVA LOJA (LAGO AGRIO), LUMBAQUI (GONZALO PIZARRO), EL DORADO DE CASCALES (CASCALES) REPETIDORA: TARAPOA (CUYABENO)
12.- FEDERACIÓN DE CENTROS AWA DEL ECUADOR "FAE"	MATRIZ: IBARRA, OTAVALO, URCUQUÍ (SAN MIGUEL DE URCUQUÍ), ATUNTAQUI (ANTONIO ANTE), COTACACHI REPETIDORA: SAN LORENZO, VALDEZ (ELOY ALFARO)
13.- FEDERACIÓN DE NACIONALIDAD SHUAR DE PASTAZA - F.E.N.A.SH-P	PUYO (PASTAZA), PARROQUIA SHELL (CANTÓN MERA), PALORA
14.- ORGANIZACIÓN DE COMUNIDADES KICHWAS DE LORETO -OCKIL	LORETO, PUERTO FRANCISCO DE ORELLANA (ORELLANA)



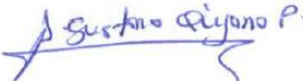
En cumplimiento de las Condiciones Generales del Concurso Convocado, los Miembros del Comité Técnico, en mérito de los informes presentados por la Direcciones mencionadas, determinan la siguiente valoración para cada uno de los siguientes postulantes:

PUNTUACIONES						
	SOLICITANTES	DGGER	DGPT	DGAF	DGCG	TOTAL
1	NACIONALIDAD WAORANI DEL ECUADOR "NAWE"	30	21,93	19	9,5	80,43
2	FEDERACIÓN DE CENTROS CHACHI DE ESMERALDAS "FECHE"	30	23,31	19	9,5	81,81
3	NACIONALIDAD ACHUAR DEL ECUADOR - NAE	30	22,01	19	9,5	80,51
4	NACIÓN SAPARA DEL ECUADOR "NASE"	30	22,83	19	9,5	81,33
5	NACIONALIDAD EPERARA SIAPIDAARA DEL ECUADOR	30	23,48	22	9,5	84,98
6	ASOCIACIÓN DE COMUNIDADES INDÍGENAS DE ARAJUNO "ACIA"	30	23,48	19	9,5	81,98
7	NACIONALIDAD TSÁCHILA DEL ECUADOR	30	22,81	22	9,5	84,31
8	NACIONALIDAD SHIWUAR DEL ECUADOR "NASHIE"	30	21,88	19	9,5	80,38
9	NACIONALIDAD ANDWA DE PASTAZA DEL ECUADOR "NAPE"	30	21,83	19	9,5	80,33
10	FEDERACIÓN INDÍGENA DE LA NACIONALIDAD COFAN DEL ECUADOR "FEINCE"	30	22,18	19	9,5	80,68
11	ORGANIZACIÓN DE LA NACIONALIDAD INDÍGENA SIONA DEL ECUADOR "ONISE"	30	21	19	9,5	79,5
12	FEDERACIÓN DE CENTROS AWA DEL ECUADOR "FAE"	33,5	22,76	19	10	85,26
13	FEDERACIÓN DE NACIONALIDAD SHUAR DE PASTAZA - F.E.N.A.SH-P	30	22,59	19	9,5	81,09
14	ORGANIZACIÓN DE COMUNIDADES KICHWAS DE LORETO -OCKIL	30	21,76	19	10	80,76

De conformidad con las Condiciones Generales del Concurso, se encarga al Coordinador Técnico poner en conocimiento de la Secretaría Nacional de Telecomunicaciones el resultado alcanzado por los concursantes, a fin de que se proceda con la notificación a cada postulante; y, la publicación por parte de la Dirección General de Sistemas Informáticos de la presente Acta en el Portal Web Institucional.

Siendo las 17:00 del día 05 de mayo de 2014, se da por concluida esta reunión, se da lectura a la presente Acta, misma que es aprobada con la suscripción del presente documento por la totalidad de los Miembros del Comité Técnico, en tres ejemplares de igual contenido.


 Ingeniero Gonzalo Carvajal
Coordinador del Comité Técnico


 Doctor Gustavo Quijano Peñafiel
Director General Jurídico (P)




Ingeniera Jenny Velásquez
Directora General de Gestión del Espectro Radioeléctrico (P)


Economista Eduardo Meza
Director General Administrativo Financiero (P)


Doctora Gladys Mancero
Directora General de Control de Gestión


Ingeniero Patricio Galarza
Director General de la Planificación de las Telecomunicaciones.


Doctora Sandra Yépez
Secretaria del Comité Técnico

Fonte: EQUADOR. Secretaría Nacional de Telecomunicaciones. SENATE, 2014. **Acta de la reunión de valoración del concurso de adjudicación de frecuencias radioeléctricas para el funcionamiento de medios de comunicación comunitarios para pueblos y nacionalidades para las provincias de Esmeraldas, Imbura, Morona Santiago, Orellana, Pastaza, Santo Domingo de los Tsachila y Sucumbios. Resolución RTV-144-05 – CONATEL – 2014.** 2014. Disponible em: <<http://www.arcotel.gob.ec/wp-content/uploads/downloads/2014/05/RESOLUCION-RTV-144-05-CONATEL-2014.pdf>>. Acceso em: 30 jul. 2016.

ANEXO 11

Contratos para remuneración de radios comunitarias e privadas pela transmissão do *Enlace ciudadano* no ano de 2016.

Art. 7 de la Ley Orgánica de Transparencia y Acceso a la Información Pública - LOTAIP					
i) Información completa y detallada de los procesos precontractuales, contractuales, de adjudicación y liquidación, de las contrataciones de obras, adquisición de bienes, prestación de servicios, arrendamientos mercantiles, etc., celebrados por la institución con personas naturales o jurídicas, incluidos concesiones, permisos o autorizaciones					
Plan Anual de Contratación (PAC) al 15 de enero (Art. 22 de la Ley Orgánica del Sistema Nacional de Contratación Pública)			Plan Anual de Contratación aprobado para ejercicio fiscal		
Plan Anual de Contratación (PAC) vigente con reformas (link para descargar desde el portal de compraspublicas)			https://www.compraspublicas.gob.ec/ProcesoContratacion/compras/PC/buscarPACe.cpe#		
Portal de Compras Públicas (SERCOP)			https://www.compraspublicas.gob.ec/ProcesoContratacion/compras/PC/buscarProceso.cpe?sp=1		
CÓDIGO DEL PROCESO	TIPO DEL PROCESO	OBJETO DEL PROCESO	MONTO DE LA ADJUDICACIÓN (USD)	ETAPA DE LA CONTRATACIÓN	LINK PARA DESCARGAR EL PROCESO DE CONTRATACIÓN DESDE EL PORTAL DE COMPRAS PÚBLICAS
RE-C-ECORAE-2016-023	Régimen Especial- Comunicación Social - Contratación Directa	LA CONTRATACION DEL SERVICIO DE INTERNET PARA LA TRANSMISIÓN DE LA INTERPRETACIÓN SIMULTÁNEA EN LENGUAS ANCESTRALES AMAZÓNICAS DEL ENLACE CIUDADANO	17.356,00	Adjudicado - Registro de Contratos	https://www.compraspublicas.gob.ec/ProcesoContratacion/compras/PC/InformacionProcesoContratacion2.cpe?idSolCompras=9AAQ4qIK4wuS9jAXeOHVnasb2o-t.7DQExUw00Rc
RE-C-ECORAE-2016-030	Régimen Especial- Comunicación Social - Contratación Directa	CONTRATACIÓN DE ESPACIO EN RADIO WAO APENINKA 91.1 FM DE LA PROVINCIA DE PASTAZA PARA LA TRANSMISIÓN DE LA INTERPRETACIÓN SIMULTÁNEA EN LENGUAS ANCESTRALES AMAZÓNICAS DEL ENLACE CIUDADANO.	4.670,64	Adjudicado - Registro de Contratos	https://www.compraspublicas.gob.ec/ProcesoContratacion/compras/PC/InformacionProcesoContratacion2.cpe?idSolCompras=3nyBPU83EYp2_JVEg3z1qRWWJ_B8S8WL7zsQyxQ
RE-C-ECORAE-2016-026	Régimen Especial- Comunicación Social - Contratación Directa	CONTRATACIÓN DE ESPACIO EN RADIO IDEAL 98.9 FM DE LA PROVINCIA DE NAPO PARA LA TRANSMISIÓN DE LA INTERPRETACIÓN SIMULTÁNEA EN LENGUAS ANCESTRALES AMAZÓNICAS DEL ENLACE CIUDADANO	4.670,64	Desierta	https://www.compraspublicas.gob.ec/ProcesoContratacion/compras/PC/InformacionProcesoContratacion2.cpe?idSolCompras=3nyBPU83EYp2_JVEg3z1qRWWJ_B8S8WL7zsQyxQ
RE-C-ECORAE-2016-028	Régimen Especial- Comunicación Social - Contratación Directa	CONTRATACIÓN DE ESPACIO EN RADIO ENCANTO 101.1 FM DE LA PROVINCIA DE PASTAZA PARA LA TRANSMISIÓN DE LA INTERPRETACIÓN SIMULTÁNEA EN LENGUAS ANCESTRALES AMAZÓNICAS DEL ENLACE CIUDADANO	4.670,64	Adjudicado - Registro de Contratos	https://www.compraspublicas.gob.ec/ProcesoContratacion/compras/PC/InformacionProcesoContratacion2.cpe?idSolCompras=kZdovtS:UddorYnRH9_QfKznR2b_w_8J3wTzr2Z4Hw8
RE-C-ECORAE-2016-027	Régimen Especial- Comunicación Social - Contratación Directa	CONTRATACIÓN DE ESPACIO EN RADIO SAPARA 92.7 FM DE LA PROVINCIA DE PASTAZA PARA LA TRANSMISIÓN DE LA INTERPRETACIÓN SIMULTÁNEA EN LENGUAS ANCESTRALES AMAZÓNICAS DEL ENLACE CIUDADANO.	4.670,64	Adjudicado - Registro de Contratos	https://www.compraspublicas.gob.ec/ProcesoContratacion/compras/PC/InformacionProcesoContratacion2.cpe?idSolCompras=qapYKUzgyiwQFWYIcJUEipFDgwbXydEzjQlqvjKag
RE-C-ECORAE-2016-026	Régimen Especial- Comunicación Social - Contratación Directa	CONTRATACIÓN DE ESPACIO EN RADIO OLIMPICA 96.3 FM DE LA PROVINCIA DE PASTAZA PARA LA TRANSMISIÓN DE LA INTERPRETACIÓN SIMULTÁNEA EN LENGUAS ANCESTRALES AMAZÓNICAS DEL ENLACE CIUDADANO	4.670,64	Adjudicado - Registro de Contratos	https://www.compraspublicas.gob.ec/ProcesoContratacion/compras/PC/InformacionProcesoContratacion2.cpe?idSolCompras=e8UExt_jrd7b8yqYKw4PuEB7shYQWwaxUZVvjt
RE-C-ECORAE-2016-025	Régimen Especial- Comunicación Social - Contratación Directa	CONTRATACIÓN DE ESPACIO EN RADIO SEDUCCIÓN 95.3 FM DE LA PROVINCIA DE SUCUMBIOS PARA LA TRANSMISIÓN DE LA INTERPRETACIÓN SIMULTÁNEA EN LENGUAS ANCESTRALES AMAZÓNICAS DEL ENLACE CIUDADANO	4.670,64	Adjudicado - Registro de Contratos	https://www.compraspublicas.gob.ec/ProcesoContratacion/compras/PC/InformacionProcesoContratacion2.cpe?idSolCompras=fPzTQ1iaJvFDjNDVonEeGic8GxCO0b5c3AnFFcw0
RE-C-ECORAE-2016-024	Régimen Especial- Comunicación Social - Contratación Directa	CONTRATACIÓN DE ESPACIO EN RADIO TARIMAT 93.5 FM DE LA PROVINCIA DE PASTAZA PARA LA TRANSMISIÓN DE LA INTERPRETACIÓN SIMULTÁNEA EN LENGUAS ANCESTRALES AMAZÓNICAS DEL ENLACE CIUDADANO	4.670,64	Adjudicado - Registro de Contratos	https://www.compraspublicas.gob.ec/ProcesoContratacion/compras/PC/InformacionProcesoContratacion2.cpe?idSolCompras=mo8sLi-9mSjgq-1D-Za93UxEzn1JogTUBH1OAKM
VALOR TOTAL DE ÍNFIMAS CUANTÍAS EJECUTADAS			49.676,55	LINK PARA DESCARGAR EL LISTADO DE ÍNFIMA CUANTÍA	MATRIZ ÍNFIMA CUANTIA
VALOR TOTAL CONTRATACIÓN DE LA INSTITUCIÓN QUE REPORTA			99.727,03	COMENTARIO (DE SER EL CASO):	
FECHA ACTUALIZACIÓN DE LA INFORMACIÓN:			30/04/2016		
PERIODICIDAD DE ACTUALIZACIÓN DE LA INFORMACIÓN:			may-16		
UNIDAD POSEEDORA DE LA INFORMACIÓN - LITERAL I):			COORDINACION DE COMPRAS PUBLICAS DEL INSTITUTO PARA EL ECODesarrollo REGIONAL AMAZONICO		
RESPONSABLE DE LA UNIDAD POSEEDORA DE LA INFORMACIÓN DEL LITERAL I):			ABG. NORMAN EDUARDO TOLEDO IRIGUEZ		
CORREO ELECTRÓNICO DEL O LA RESPONSABLE DE LA UNIDAD POSEEDORA DE LA INFORMACIÓN:			ntoledo@ecorae.gob.ec		
NÚMERO TELEFÓNICO DEL O LA RESPONSABLE DE LA UNIDAD POSEEDORA DE LA INFORMACIÓN:			(032) 886 243 EXTENSIÓN 119-116		

i) Información completa y detallada de los procesos precontractuales, contractuales, de adjudicación y liquidación, de las contrataciones de obras, adquisición de bienes, prestación de servicios, arrendamientos mercantiles, etc., celebrados por la institución con personas naturales o jurídicas, incluidos concesiones, permisos o autorizaciones

Plan Anual de Contratación (PAC) al 15 de enero (Art. 22 de la Ley Orgánica del Sistema Nacional de Contratación Pública)

[Plan Anual de Contratación aprobado para ejercicio fiscal](#)

Plan Anual de Contratación (PAC) vigente con reformas (link para descargar desde el portal de compraspublicas)

<https://www.compraspublicas.gob.ec/ProcesoContratacion/compras/PC/buscarPACe.cpe#f>

Portal de Compras Públicas (SERCOP)

<https://www.compraspublicas.gob.ec/ProcesoContratacion/compras/PC/buscarProceso.cpe?sq=1>

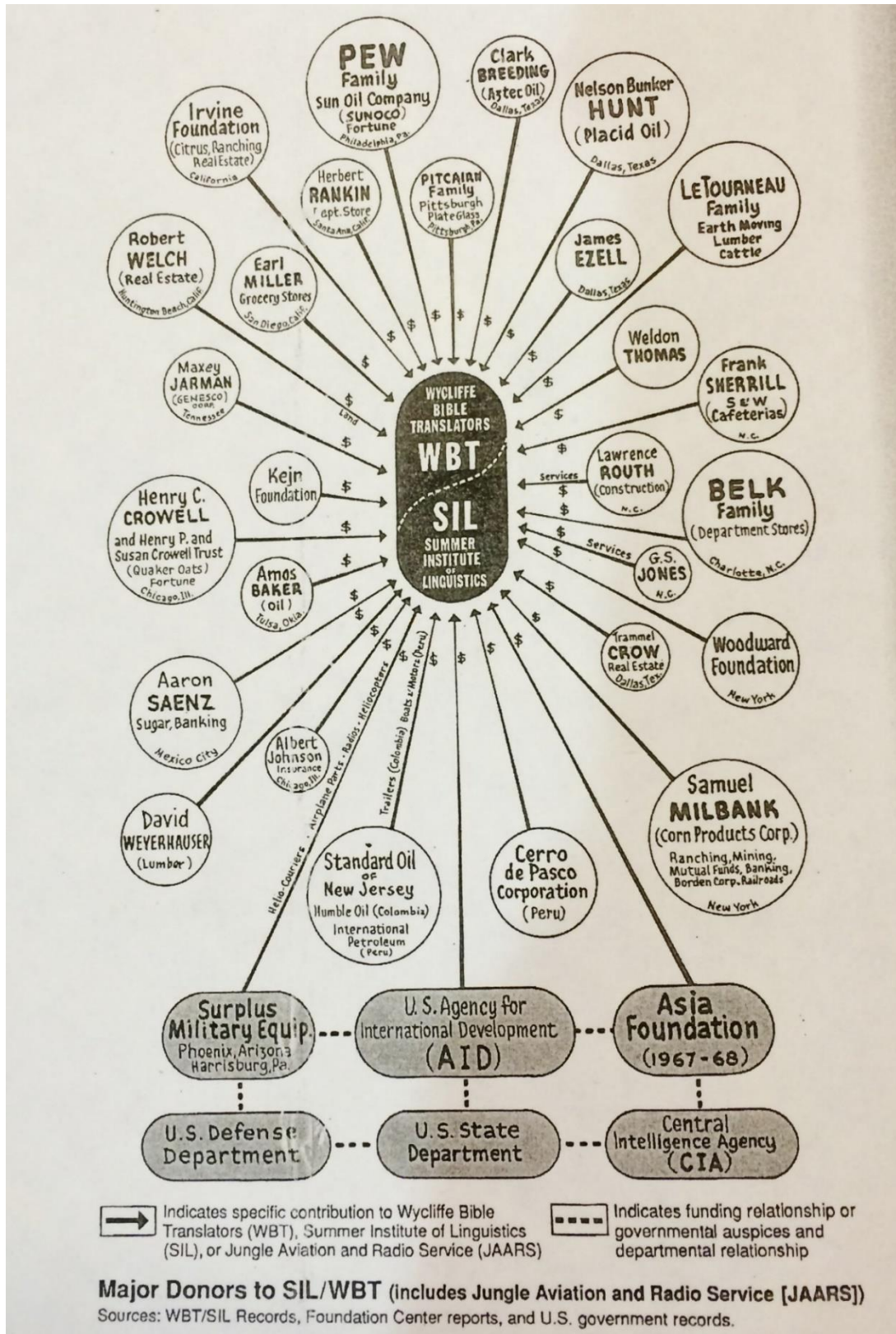
CÓDIGO DEL PROCESO	TIPO DEL PROCESO	OBJETO DEL PROCESO	MONTO DE LA ADJUDICACIÓN (USD)	ETAPA DE LA CONTRATACIÓN	LINK PARA DESCARGAR EL PROCESO DE CONTRATACIÓN DESDE EL PORTAL DE COMPRAS PÚBLICAS
SIE-ECORAE-2016-001	Suavista Inversa	SERVICIO DE GUARDIANA DE LA OFICINA MATRIZ EN PUYO Y DE LAS CINCO SECRETARÍAS TÉCNICAS PROVINCIALES COMO ORELLANA, NAPO, PASTAZA, MORONA SANTIAGO, Y ZAMORA CHINCHIPE EN LA REGIÓN AMAZÓNICA DEL INSTITUTO PARA EL ECODesarrollo REGIONAL AMAZONICO.	72.321,43	Adjudicado - Registro de Contratos	https://www.compraspublicas.gob.ec/ProcesoContratacion/compras/PC/InformacionProcesoContratacion2.cpe?IdSolCompras=K4s3cXJBHq8YfCQZ9RmYFCBLLDz4FPAEpl3JzeoDA
RE-C-ECO-2016-022	Régimen Especial y Comunicación	CONTRATACIÓN DE UNA PLATAFORMA ELECTRONICA COMPRENDIDA DE CANALES DE STREAMING DE AUDIO, SOPORTE TECNICO PARA LA TRANSMISION DE LA INTERPRETACION SIMULTANEA EN LENGUAS ANCESTRALES AMAZONICAS DEL ENLACE CIUDADANO.	11.930,00	Adjudicado - Registro de Contratos	https://www.compraspublicas.gob.ec/ProcesoContratacion/compras/PC/InformacionProcesoContratacion2.cpe?IdSolCompras=03Y2H10055sh56l3x5eH7nhjxdkVWRrTHr7P64
RE-C-ECO-2016-021	Régimen Especial-Contratación Directa	LA CONTRATACIÓN DE ESPACIO EN RADIO STEREO ECUADOR 92.1 FM DE LA PROVINCIA DE SUCUMBIOS PARA LA TRANSMISIÓN DE LA INTERPRETACIÓN SIMULTANEA EN LENGUAS ANCESTRALES AMAZONICAS DEL ENLACE CIUDADANO.	5.059,86	Adjudicado - Registro de Contratos	https://www.compraspublicas.gob.ec/ProcesoContratacion/compras/PC/InformacionProcesoContratacion2.cpe?IdSolCompras=gn9y5ZmpkCG4R7q-3YVh1aMwq5R18kHbOK7XxTsV7s
RE-C-ECORAE-2016-019	Régimen Especial-Contratación Directa	CONTRATACIÓN DE ESPACIO EN RADIO LA VOZ DE ZAMORA 102.9 FM DE LA PROVINCIA DE ZAMORA CHINCHIPE PARA LA TRANSMISIÓN DEL ENLACE CIUDADANO EN LENGUAS ANCESTRALES AMAZONICAS7.	5.059,86	Adjudicado - Registro de Contratos	https://www.compraspublicas.gob.ec/ProcesoContratacion/compras/PC/InformacionProcesoContratacion2.cpe?IdSolCompras=4psU7gQaE10mCv56wkuUWV_3EX31h42Opmbk9u1Jg
RE-C-ECORAE-2016-020	Régimen Especial-Contratación Directa	CONTRATACIÓN DE ESPACIO EN RADIO MIA 99.9 FM DE LA PROVINCIA DE PASTAZA PARA LA TRANSMISIÓN DEL ENLACE CIUDADANO EN LENGUAS ANCESTRALES AMAZONICAS7.	5.059,86	Adjudicado - Registro de Contratos	https://www.compraspublicas.gob.ec/ProcesoContratacion/compras/PC/InformacionProcesoContratacion2.cpe?IdSolCompras=h4psU7gQaE10mCv56wkuUWV_3EX31h42Opmbk9u1Jg
RE-C-ECO-2016-014	Régimen Especial-Contratación Directa	CONTRATACIÓN DE ESPACIO EN RADIO STEREO ECUADOR 92.1 FM DE LA PROVINCIA DE SUCUMBIOS PARA LA TRANSMISIÓN DE LA INTERPRETACIÓN SIMULTANEA EN LENGUAS ANCESTRALES AMAZONICAS DEL ENLACE CIUDADANO.	5.059,86	Calificación de Participantes	https://www.compraspublicas.gob.ec/ProcesoContratacion/compras/PC/InformacionProcesoContratacion2.cpe?IdSolCompras=HosbMvhhYZZJD_UUX4RqGoXQjm4NeRZ3e_yKGV4QY
RE-C-ECO-2016-015	Régimen Especial-Contratación Directa	CONTRATACIÓN DE ESPACIO EN RADIO SUCUMBIOS 106.3 FM DE LA PROVINCIA DE SUCUMBIOS PARA LA TRANSMISIÓN DE LA INTERPRETACIÓN SIMULTANEA EN LENGUAS ANCESTRALES AMAZONICAS DEL ENLACE CIUDADANO.	5.059,86	Adjudicado - Registro de Contratos	https://www.compraspublicas.gob.ec/ProcesoContratacion/compras/PC/InformacionProcesoContratacion2.cpe?IdSolCompras=ledQ9Y_MjOObA8dwEqMgPk1LCB9QsWPP3OdTnxpr8BFs
RE-C-ECO-2016-016	Régimen Especial-Contratación Directa	CONTRATACIÓN DE ESPACIO EN RADIO ROMANTICA 95.7 FM DE LA PROVINCIA DE ZAMORA CHINCHIPE PARA LA TRANSMISIÓN DE LA INTERPRETACIÓN SIMULTANEA EN LENGUAS ANCESTRALES AMAZONICAS DEL ENLACE CIUDADANO.	5.059,86	Adjudicado - Registro de Contratos	https://www.compraspublicas.gob.ec/ProcesoContratacion/compras/PC/InformacionProcesoContratacion2.cpe?IdSolCompras=gIghvnc-fh7Q8VhBdnP8q22ic472-yr8FqKwMKNW
RE-C-ECO-2016-017	Régimen Especial-Contratación Directa	CONTRATACIÓN DE ESPACIO EN RADIO CANAL JUVENIL 94.1 FM DE LA PROVINCIA DE MORONA SANTIAGO PARA LA TRANSMISIÓN DE LA INTERPRETACIÓN SIMULTANEA EN LENGUAS ANCESTRALES AMAZONICAS DEL ENLACE CIUDADANO.	5.059,86	Adjudicado - Registro de Contratos	https://www.compraspublicas.gob.ec/ProcesoContratacion/compras/PC/InformacionProcesoContratacion2.cpe?IdSolCompras=K-grkh_eCCwNfnW3Qk9CX87Q2X9_LqasVwC6GQjpsU
RE-C-ECO-2016-018	Régimen Especial-Contratación Directa	CONTRATACIÓN DE ESPACIO EN RADIO INTEROCEANICA 103.5 FM DE LA PROVINCIA DE PASTAZA PARA LA TRANSMISIÓN DE LA INTERPRETACIÓN SIMULTANEA EN LENGUAS ANCESTRALES AMAZONICAS DEL ENLACE CIUDADANO.	5.059,86	Adjudicado - Registro de Contratos	https://www.compraspublicas.gob.ec/ProcesoContratacion/compras/PC/InformacionProcesoContratacion2.cpe?IdSolCompras=Q2HnKsXzav5iAyBQ3zL2xYYf1_1xWGVBDj80orJMGY
RE-EP-ECO-2016-001	Régimen Especial - Entre Entidad Públicas o sus subsidiarias	CONTRATAR EL SERVICIO DE INTERNET PARA LA OFICINA MATRIZ PUYO, OFICINA COORDINADORA DE QUITO, Y LAS SEIS SECRETARÍAS TÉCNICAS PROVINCIALES DEL INSTITUTO PARA EL ECODesarrollo REGIONAL AMAZONICO - ECORAE	52.953,47	Adjudicado - Registro de Contratos	https://www.compraspublicas.gob.ec/ProcesoContratacion/compras/PC/InformacionProcesoContratacion2.cpe?IdSolCompras=K1UygzXfSsLz_TXVPRKMidwH_yMABJ93IOH4zCD7zo
RE-C-ECORAE-001-2016	Régimen Especial-Contratación Directa	CONTRATACIÓN DE ESPACIO EN RADIO ANDWA 95.9 FM DE LA PROVINCIA DE PASTAZA PARA LA TRANSMISIÓN DEL ENLACE CIUDADANO EN LENGUAS ANCESTRALES AMAZONICAS	5.059,86	Adjudicado - Registro de Contratos	https://www.compraspublicas.gob.ec/ProcesoContratacion/compras/PC/InformacionProcesoContratacion2.cpe?IdSolCompras=66wEYqPHSX9n_gfYd12YonQ3m2m1UmXVDCwbRetkdeY
RE-C-ECORAE-2016-002	Régimen Especial-Contratación Directa	CONTRATACIÓN DE ESPACIO EN RADIO MUSICAL 96.7 FM DE LA PROVINCIA DE ORELLANA PARA LA TRANSMISIÓN DEL ENLACE CIUDADANO EN LENGUAS ANCESTRALES AMAZONICAS	5.059,86	Desierta	https://www.compraspublicas.gob.ec/ProcesoContratacion/compras/PC/InformacionProcesoContratacion2.cpe?IdSolCompras=EngSLBnZyT3dIc8XzpXJhUo4GhsORM4DxuUCvdxI
RE-C-ECORAE-2016-003	Régimen Especial-Contratación Directa	CONTRATACIÓN DE ESPACIO EN RADIO TARIMAT 93.5 FM DE LA PROVINCIA DE PASTAZA PARA LA TRANSMISIÓN DEL ENLACE CIUDADANO EN LENGUAS ANCESTRALES AMAZONICAS	5.059,86	Desierta	https://www.compraspublicas.gob.ec/ProcesoContratacion/compras/PC/InformacionProcesoContratacion2.cpe?IdSolCompras=GFVn7RlNpMkb_GcztH2GK2s4TbvhdWlhpWJ21Y
RE-C-ECORAE-2016-004	Régimen Especial-Contratación Directa	CONTRATACIÓN DE ESPACIO EN RADIO AMAZONAS 92.1 FM DE LA PROVINCIA DE ZAMORA CHINCHIPE PARA LA TRANSMISIÓN DEL ENLACE CIUDADANO EN LENGUAS ANCESTRALES AMAZONICAS	5.059,86	Adjudicado - Registro de Contratos	https://www.compraspublicas.gob.ec/ProcesoContratacion/compras/PC/InformacionProcesoContratacion2.cpe?IdSolCompras=wOrq8cSsQ2PvBqbf4R3nQdFX5Tovk9X72eVcB17yMdfc
RE-C-ECORAE-2016-005	Régimen Especial-Contratación Directa	CONTRATACIÓN DE ESPACIO EN RADIO SAPARA 92.7 FM DE LA PROVINCIA DE PASTAZA PARA LA TRANSMISIÓN DEL ENLACE CIUDADANO EN LENGUAS ANCESTRALES AMAZONICAS	5.059,86	Desierta	https://www.compraspublicas.gob.ec/ProcesoContratacion/compras/PC/InformacionProcesoContratacion2.cpe?IdSolCompras=dGaxxP8CULtrR5KkYpO38ffedNlUqUmV1.30mg

RE-C-ECORAE-2016-006	Régimen Especial-Contratación Directa	CONTRATACIÓN DE ESPACIO EN RADIO PUYO 89.1 FM DE LA PROVINCIA DE PASTAZA PARA LA TRANSMISIÓN DEL ENLACE CIUDADANO EN LENGUAS ANCESTRALES AMAZÓNICAS	5.059,86	Adjudicado - Registro de Contratos	https://www.compraspublicas.gob.ec/ProcesoContratacion/compras/PC/InformacionProcesoContratacion2.cpe?idSolCompr=q5_D7PgKJ-KdujcTtAgU4mJuoJpwA4W33Gr58xX3mc_
RE-C-ECORAE-2016-007	Régimen Especial-Contratación Directa	CONTRATACIÓN DE UN ESPACIO EN RADIO MIA 99.9 FM DE LA PROVINCIA DE PASTAZA PARA LA TRANSMISIÓN DEL ENLACE CIUDADANO EN LENGUAS ANCESTRALES AMAZÓNICAS	5.059,86	Desierta	https://www.compraspublicas.gob.ec/ProcesoContratacion/compras/PC/InformacionProcesoContratacion2.cpe?idSolCompr=Gc0sXs4S2KDZnHdEDIR8n2aMBhEZeJkhf6GkkEK2_s_
RE-C-ECORAE-2016-008	Régimen Especial-Contratación Directa	CONTRATACIÓN DE ESPACIO EN RADIO SEDUCCION 95.3 FM DE LA PROVINCIA DE SUCUMBIOS PARA LA TRANSMISIÓN DEL ENLACE CIUDADANO EN LENGUAS ANCESTRALES AMAZÓNICAS	5.059,86	Desierta	https://www.compraspublicas.gob.ec/ProcesoContratacion/compras/PC/InformacionProcesoContratacion2.cpe?idSolCompr=P_4qzzOw_kLT4gkw_Q7ltwzdkK9nWMGW/hysbCFJjg_
RE-C-ECORAE-2016-009	Régimen Especial-Contratación Directa	CONTRATACIÓN DE ESPACIO EN RADIO TUCAN 105.1 FM DE LA PROVINCIA DE ORELLANA PARA LA TRANSMISIÓN DEL ENLACE CIUDADANO EN LENGUAS ANCESTRALES AMAZÓNICAS	5.059,86	Adjudicado - Registro de Contratos	https://www.compraspublicas.gob.ec/ProcesoContratacion/compras/PC/InformacionProcesoContratacion2.cpe?idSolCompr=ls7f9hqlp9E1C1WagkLd3-LaR1W2X_gcO3lcU2N7Y_
VALOR TOTAL DE ÍNFIMAS CUANTÍAS EJECUTADAS			36.082,27	LINK PARA DESCARGAR EL LISTADO DE ÍNIFIMA CUANTÍA	MATRIZ ÍNIFIMA CUANTIA
VALOR TOTAL CONTRATACIÓN DE LA INSTITUCIÓN QUE REPORTA			36.082,27	COMENTARIO (DE SER EL CASO):	
FECHA ACTUALIZACIÓN DE LA INFORMACIÓN:			31/03/2016		
PERIODICIDAD DE ACTUALIZACIÓN DE LA INFORMACIÓN:			MENSUAL		
UNIDAD POSEEDORA DE LA INFORMACIÓN - LITERAL i):			COORDINACIÓN DE COMPRAS PÚBLICAS DEL INSTITUTO PARA EL ECODesarrollo REGIONAL AMAZÓNICO		
RESPONSABLE DE LA UNIDAD POSEEDORA DE LA INFORMACIÓN DEL LITERAL i):			ABG. NORMAN EDUARDO TOLEDO IÑIGUEZ		
CORREO ELECTRÓNICO DEL O LA RESPONSABLE DE LA UNIDAD POSEEDORA DE LA INFORMACIÓN:			nitoledo@ecorae.gob.ec		
NÚMERO TELEFÓNICO DEL O LA RESPONSABLE DE LA UNIDAD POSEEDORA DE LA INFORMACIÓN:			(032) 886 243 EXTENSIÓN 119-116		

Fonte: ECORAE, abril de 2016.

ANEXO 12

Principais doadores para o ILV e para a organização Wycliffe Bible Translators



Fonte: COLBY & DENNETT, 1995, p. 488

ANEXO 13

Padrões do Direito à Consulta Prévia, de acordo com a sentença do caso *Sarayaku* e sua relação com o *Decreto Ejecutivo 1247*, que regula a Consulta Prévia para Atividades Petrolíferas

Obrigação do Estado em empreender processos de consulta especiais e diferenciados	
Sentença Sarayaku	Decreto 1247
165. [Os Estados devem realizar] processos [de consulta que] respeitem o sistema particular de deliberação de cada população ou comunidade, para que se possa firmar como um relacionamento adequado e efetivo com outras autoridades estatais, atores sociais ou políticos e outros interessados.	Art. 2.- Âmbito de aplicação: Comunidades, populações e nações indígenas que se encontram assentados dentro da área de influência dos blocos ou áreas que serão objeto de processos licitatórios ou de concessão.
Comentário: Aqui a consulta está desenhada para que seja executada no nível das parques, porém, não através de um processo legítimo através de territórios e nacionalidades. Esse processo está contrário a um processo de boa fé onde as populações e nações indígenas se sintam confortáveis e o processo seja instaurado e baseado na confiança.	
Padrões internacionais	
Sentença Sarayaku	Decreto 1247
166. ...Os Estados devem incorporar padrões [internacionais] dentro dos processos de consulta prévia, de modo a gerar canais de diálogos firmes, efetivos e confiáveis com as populações indígenas nos procedimentos de consulta e participação através de suas instituições representativas.	Art. 3.- Alcance da Consulta.- Considerar os critérios e as observações das comunidades, populações e nações indígenas. A consulta gerará espaços de participação das comunidades, populações e nações na identificação das necessidades de intervenção por parte do Estado através de políticas e projetos sociais comunitários.
Comentário: O decreto tem como alcance a identificação de necessidades de necessidades de intervenção estatal, mas não à garantia dos direitos coletivos das populações indígenas através de suas instituições representativas.	
Padrão Geral para a aplicação do Direito à Consulta Prévia	
Sentença Sarayaku	Decreto 1247
177. O Estado tem o dever de consultar, ativamente e de maneira informada, com a comunidade, segundo seus costumes e tradições, em uma comunicação constante entre as partes.	Art. 13.- Mecanismos de participação.- São reconhecidos os seguintes espaços de participação: 1. Audiências, apresentações públicas, reuniões informativas, mesas redondas e fóruns públicos de diálogo. 2. Espaços de informação e socialização.

	<p>3. Campanhas de difusão através dos meios de comunicação.</p> <p>4. Todos os meios que permitam o acesso da comunidade à informação disponível sobre atividades que possam afetá-los social, cultural e ambientalmente.</p> <p>5. Compartilhamento de documentação informativa sobre o parques ou área a ser licitada ou concedida.</p> <p>6. Informação em páginas de internet institucionais.</p> <p>7. Centro de informação pública. (Oficina de Consulta)</p> <p>8. Outros mecanismos que possam ser estabelecidos para tal finalidade.</p>
<p>As deliberações devem ser realizadas honestamente, através de procedimentos culturalmente adequados e devem ter como fim chegar a um acordo.</p>	<p>Art. 1.- Objeto.- Regular o processo de consulta prévia que será levado a cabo pela <i>Secretaría de Hidrocarburos</i> mediante a determinação de mecanismos de participação; identificação dos atores que intervirão; dos processos administrativos; dos benefícios sociais passíveis de recebimento pelas comunidades, populações e nações indígenas a serem consultadas que pretendam o aproveitamento dos recursos petrolíferos do país.</p>
<p>Deve-se deliberar com a população ou a comunidade, conforme as suas próprias tradições, nas primeiras etapas de desenvolvimento ou compensações e não unicamente quando surja a necessidade de obter a aprovação da comunidade, se este for o caso.</p>	<p>Art. 4.- Oportunidade.- A deliberação será realizada antes do início dos planos ou programas de concessão de parques ou áreas no Equador.</p>
<p>O Estado deve assegurar-se de que os membros da população ou da comunidade tenham conhecimento dos possíveis benefícios e riscos, para que possam avaliar se aceitam o plano de desenvolvimento ou inversão proposto.</p>	<p>Art. 15.- Informação do plano do programa.- A <i>Secretaría de Hidrocarburos</i>, mediante seu setor de deliberação, deverá pôr à disposição dos cidadãos envolvidos na consulta prévia, ao menos a seguinte informação:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. O objeto da deliberação; 2. A descrição geral do processo, de forma didática e apropriada; 3. A determinação dos limites geográficos das áreas ou parques do processo; 4. A determinação geográfica exata da área de influência direta da licitação; 5. Uma descrição completa y didática da atividade petrolífera que possa ser

<p>A deliberação deve levar em conta os métodos tradicionais da população ou comunidade para a tomada de decisões.</p>	<p>desenvolvida, uma vez lícitas as áreas correspondentes;</p> <p>6. Informação sobre temas socioambientais;</p> <p>7. Benefícios comunitários provenientes da atividade petrolífera; e,</p> <p>8. Deve informar sobre os benefícios provenientes de programas e projetos de desenvolvimento social, os quais poderão abranger as comunidades, populações e nações indígenas consultadas.</p> <p>O Decreto não menciona em qualquer artigo os métodos tradicionais da população ou comunidade para a tomada de decisões.</p>
<p>Comentário: O decreto não contempla o respeito das formas tradicionais de tomada de decisões, como as assembleias comunitárias; sequer respeita os procedimentos culturais adequados, como o respeito ao idioma das nações indígenas. Ademais, o Decreto não menciona que, como parte da informação socializada, se exponham os riscos da atividade e suas possíveis consequências negativas à estrutura social das comunidades e ao meio ambiente que as cerca. Com isto, se desacredita o espírito da deliberação que, segundo o Decreto 1247, se converte em um simples processo de informação e socialização, mas não um processo honesto que tenha como fim chegar a um consenso.</p>	
<p>Dever do Estado de assegurar a participação das comunidades antes de adotar medidas legislativas que regulem o direito à deliberação</p>	
<p>Sentença Sarayaku</p>	
<p>301. (...) O Estado deve adotar medidas legislativas, administrativas ou de outra natureza que sejam necessárias para pôr plenamente em marcha e tornar efetivo, dentro de um prazo razoável, o direito à consulta prévia das populações e nações indígenas e tribais, e modificar aquelas que impeçam seu pleno e livre exercício, para o qual se deve assegurar a participação das próprias comunidades.</p>	<p style="text-align: center;">Decreto 1247</p> <p>Para a elaboração e expedição do Decreto 1247, não foi contada qualquer participação por parte das nações e populações indígenas.</p>
<p>Comentário: O decreto 1247, por não ter sido submetido ao um processo de consulta pré-legislativa, como estabelece a Sentença de Sarayaku, a Constituição e os tratados internacionais, o Decreto padece de ilegalidade e ilegitimidade.</p>	
<p>Fonte: Juan Auz. 2012</p> <p>Tradução própria</p>	

ANEXO 14

Cronograma de execução do Projeto para CRMCPPL

Mês/Ano	Atividades no âmbito do Projeto
Dez/10	<p>17- Realizou-se oficina Nacional de Capacitação sobre Rádios Comunitárias, com vistas a explicar o que é uma rádio comunitária e suas especificidades e para que os participantes se apropriassem das ferramentas básicas da linguagem, produção e gestão radial</p> <p>21- Acordos para a implementação e desenvolvimento da capacitação dos comunicadores da Rádios Comunitárias das Nacionalidades</p>
Fev/11	<p>18- Entregou-se equipamentos de estúdio à nacionalidade Waorani.</p> <p>20- Realizou-se oficina regional de emissões teste na zona Lago Agrio, para as nacionalidades: Cofán, Siona e Kichwa Orellana</p> <p>21- Realizou-se oficina nacional suplementar de capacitação sobre as rádios comunitárias com vistas a explicar o que é uma rádio comunitária e suas especificidades e para que os participantes se apropriassem das ferramentas básicas da linguagem, produção e gestão radial</p> <p>23- Entregou-se equipamentos de estúdio a nacionalidade Cofán</p>
Mar/11	<p>17- Entregou-se equipamentos de estúdio à nacionalidade Kichwas de Loreto</p> <p>24- Entregou-se equipamentos de estúdio à nacionalidade Sápara</p> <p>27- Realizou-se oficina regional de emissões teste na zona Puyo Agrio, para as nacionalidades: Wajorani, Kichwa Arajuno, Shuar, Achuar, Shiwiar, Sápara e Andoa</p> <p>30- Entregou-se equipamentos de estúdio à nacionalidade Shuar</p> <p>31- Entregou-se equipamentos de estúdio à nacionalidade Achuar</p>
Abr/11	<p>08- Entregou-se equipamentos de estúdio à nacionalidade Shiwiar</p> <p>15- Entregou-se equipamentos de estúdio à Asociación de Comunidades Indigenas de Arajuno</p> <p>24- Entregou-se equipamentos de estúdio à nacionalidade Andoa</p> <p>29- Entregou-se equipamentos de estúdio à nacionalidade Chachi</p>
Mai/11	<p>04- Entregou-se equipamentos de estúdio à nacionalidade Awá</p> <p>05- Entregou-se equipamentos de estúdio à nacionalidade Siona</p> <p>13- Entregou-se equipamentos de estúdio à nacionalidade Tsáchila</p> <p>20- Realizou-se oficina regional de emissões teste na zona Esmeraldas, para as nacionalidades: Awá, Chachi, Epera e Tsáchila</p> <p>25- Entregou-se equipamentos de estúdio à nacionalidade Épera</p>
Jul/11	<p>21- Oficina nacional de capacitação e avaliação do comunicadores das 14 nacionalidades</p>

Ago/11	19- Adquiriu-se os equipamentos de transmissão de radiodifusão (transmissor, estúdios, torres e antenas)
Fev/12	28- Realizou-se oficina de socialização da lei de comunicação, com apresentação das contribuições à lei na Assembleia Nacional
Mar/12	30 - Foi assinado o convênio interinstitucional para a transferência do projeto "Criação de Rede de Comunicação Alternativa: Privada Local, Pública e Comunitária" entre o ministério coordenador da política, os governos autônomos descentralizados, a secretaria de povos, movimentos sociais e participação cidadã.
Abr/12	30- Assinou-se o Convenio para a transição do Projeto de Criação de redes de meios comunitários, públicos e privados, do MCPGAD ao SPPC
Jun/12	11- Realizou-se oficina de sustentabilidade nas 14 rádios comunitárias. 12 - Foi adjudicado o contrato para a provisão de obras e provisão, instalação e posta em funcionamento de equipamento elétrico para as estações do Projeto de Criação de Redes de Meios Comunitários Públicos e Privados Locais à empresa TESUER S.A.(...) O prazo de execução da contratação era de cento e vinte dias contados a partir da assinatura do contrato respectivo 2) A direção jurídica elaboraria o respectivo contrato com base no modelo estabelecido nos tramites. 15- Firmou-se o convênio de capacitações técnicas em produção radiofônica com a Radio Publica 15- Firmou-se o convenio entre a SPPC e os representantes das 14 rádios das 13 nacionalidades 22- Foi contratado o equipamento do Projeto de Criação de redes de meios comunitários, públicos e privados, locais 30- Elaborou-se a proposta de ampliação do projeto Criação de redes de meios comunitários, públicos e privados, locais
Jul/12	06- Contratou-se uma empresa para continuar com o teste de emissão das 14 rádios
Out/12	12- Realizou-se um evento de fortalecimento das rádios com os jovens das 14 rádios 15- Realizou-se o seguimento do funcionamento das 14 rádios comunitárias
Nov/12	27- Realizou-se oficina de capacitação com os jovens sobre temas das grades de programação radial
Dez/12	10- Entregou-se equipamentos de estúdio em comodato às 14 rádios das 13 nacionalidades 10- Foi realizado evento para a entrega dos transmissores, torres, antenas e estalagens instalados pela SPPC, às 7 rádios das 13 nacionalidades 20- Firmou-se convênio de capacitação com a CORAPE ALER 28- Entregou-se manual de estratégia de sustentabilidade para as 14 rádios
Jan/13	28- Realizou-se um grande evento em Montecristi, com todas as 14 rádios, com o objetivo de posicionamento das rádios comunitárias e fortalecimento das mesmas, onde participaram as autoridades provinciais e nacionais

Fev/13	<p>07 - Realizou-se um evento de socialização das organizações dos povos indígenas, afroequatorianos, montúbios, e organizações sociais sobre o processo para adquirir uma nova frequência</p> <p>15- Foi realizada capacitação técnica em programação, elaboração de pautas, auto-financiamento no território nas rádios: Shiwiar, Waorani, Sapara e Tsáchila</p> <p>21- Realizou-se evento de fortalecimento das rádios comunitárias na chancelaria pelo dia internacional das línguas maternas com as 14 rádios comunitárias, em coordenação com outros Ministérios</p>
Mar/13	<p>08- Foi realizada a participação das redes comunitárias na cobertura e difusão do Dia Internacional das Mulheres</p> <p>27- Estreou-se a Rádio Comunitária Tsáchila</p>
Abr/13	<p>08- Deu-se seguimento ao estado de situação para o pleno funcionamento das 14 rádios comunitárias</p> <p>11 - Foram aprovados os tramites e o cronograma do processo pré-contratual para a contratação de obra civil para a construção das estações de transmissão correspondentes à fase 2 do projeto: Criação de Redes e Meios Comunitários Públicos e Privados Locais</p> <p>20- Iniciou-se o processo de difusão dos programas produzidos e transmitidos pelas estações de rádio comunitárias</p> <p>20- Elaborou-se o manual de sustentabilidade e programação para as rádios comunitárias</p> <p>23- Iniciou-se a socialização e acompanhamento às organizações dos povos indígenas afroequatorianos e montúbios para a concessão de 20 novas frequências</p>
Mai/13	<p>10 - Entregou-se infraestrutura (antenas, torres, instalações) às 4 rádios: Andwa, Shiwiar, Sápara e Waorani</p> <p>10- Foram lançadas as programações das 4 rádios das nacionalidades: Andwa, Shiwiar, Sápara e Waorani</p> <p>16- Foram realizadas reuniões com os jovens das 14 para construir roteiros em seus próprios idiomas e elaborar a programação</p> <p>31- Elaborou-se a programação radial por cada rádio das nacionalidades e povos</p>
Jun/13	<p>14-Foi realizada uma oficina de fortalecimento com os representantes das 14 rádios comunitárias, onde se socializou a lei de comunicação e se programaram as visitas a cada uma das rádios para assim determinar seus níveis técnico e de programação de forma a construir o roteiro de seguimento</p> <p>15- Realizou-se evento com os jovens das nacionalidade para a aprovação da Lei de Comunicação e análise da situação das rádios</p>
Jul/13	<p>- Acerca do tema legal das 14 rádios, deu-se seguimento ao processo de assinatura das frequências definitivas por parte da CONATEL, processo que estava em uma etapa de transição ante a aprovação da nova Lei de Comunicação. Estas aprovações tinham que esperar as novas condições estabelecidas pelo Conselho de Regulação criado pela Lei.</p> <p>- Conformou-se ao final do mês uma equipe integrada de pessoas pertencentes a algumas rádios e outras do projeto, para fazer o cobrimento jornalístico do encontro do ALBA na cidade de Guayaquil. Tarefa que viabilizou as rádios comunitárias das nacionalidades, através do reconhecimento público que se fez de seu trabalho e dos sucessos alcançados nos 3 anos desenvolvimento do projeto.</p>

Ago/13	23- Realizou-se o encontro nacional para a conformação da rede de rádios das nacionalidades
Set/13	<p>17- Foi feito o cobrimento do evento "Socialização da proposta do governo nacional sobre a exploração do Yasuni", realizado na comunidade Waorani de Guiyero.</p> <p>30- Foi realizado o processo de seleção das 20 novas organizações que assumiram a instalação de 20 novas emissoras de rádio.</p> <p>30- Realizou-se quatro oficinas com as comunidades das nacionalidades Cofanes, Siona, Epera e Sápara, para fortalecer a participação na produção da programação das emissoras.</p> <p>-Nesta etapa, no que diz respeito ao processo legal, as rádios deviam fazer uma nova solicitação ao CONATEL de acordo com o marco dos requisitos que o Conselho concebeu no mês de setembro. Foi então iniciado o acompanhamento dessa urgência</p> <p>- No mês de setembro também deu-se seguimento ao processo de formação e capacitação de modo a atender as demandas efetuadas em reunião no mês de agosto, que seriam realizadas em 3 níveis: com os comunicadores das equipes das rádios, com as pessoas das comunidades para que se formassem grupos de comunicadores comunitários que apoiassem as rádios e com as equipes encarregadas da sustentabilidade das rádios</p> <p>- A respeito da seleção de novas rádios, fez-se uma primeira revisão de todas as solicitações apresentadas, em coordenação com o Subsecretário de Povos e Interculturalidade. Desta reunião se projetaram socializações por regiões do país. Com isso esperava-se que as socializações dessem resultados concretos da conformação da lista de organizações Afro, Montúbios e sociais de grande impacto, para que se iniciasse com elas o processo de instalação das novas rádios</p>
Out/13	<p>01- Realizou-se a vinculação laboral de duas pessoas por cada rádio da primeira etapa (14 rádios), como Servidores Públicos de Apoio para dar solidez às equipes de trabalho de cada emissora comunitária.</p> <p>08- Contratou-se empresa para a compra dos equipamentos de estúdio para 20 rádios comunitárias</p> <p>08- Iniciou-se o processo de elaboração de estúdios técnicos para as 20 novas emissoras</p> <p>31- Realizaram-se oficinas com as organizações da Serra Centro e Quito, selecionadas para a assinatura de novas frequências sobre a construção dos projetos de comunicação.</p> <p>- 1) Nesta fase, o processo legal das 14 rádios das 13 nacionalidades estava à espera da aprovação do regulamento da nova Lei Orgânica de Comunicação. 2) Para a programação das rádios havia-se desenvolvido oficinas de formação e capacitação nas comunidades das nacionalidades, em outubro avançou-se com as nacionalidades Zaparas, Shiwiar e Awá. 3) A respeito da sustentabilidade, deu-se a contratação de duas pessoas por rádio como servidores públicos de apoio, dando um total de 27 pessoas contratadas. 4) Foi realizada a seleção das 20 organizações que seriam beneficiadas com a assinatura das 20 novas frequências de rádio.</p>

Nov/13	<p>11- Realizou-se a elaboração das primeiras versões dos projetos comunicacionais das 14 rádios das 13 nacionalidades de acordo com o marco da nova Lei Orgânica de Comunicação.</p> <p>13- Realizaram-se oficinas com as organizações das províncias de Esmeraldas e Guayaquil, selecionadas para a assinatura de novas frequências sobre a construção dos projetos de comunicação</p> <p>25 - Foi apresentada à CONATEL a solicitação de cada uma das 14 rádios para que se concedesse uma licença temporária de acordo com o marco da nova Lei Orgânica de Comunicação, esperando-se que no prazo de 180 dias se lograsse realizar o processo de solicitação de assinatura definitiva das frequências</p> <p>27 - Realizaram-se 2 oficinas com comunidades das nacionalidade Waorani e Tsáchila para fortalecer a participação na produção da programação das emissoras</p> <p>29- Foi realizada a contratação para o estudo de engenharia das novas 20 rádios.</p> <p>- No componente sustentabilidade, foi realizada a vinculação laboral de duas pessoas de cada rádio da primeira etapa como servidores públicos de apoio, que dariam solidez às equipes de trabalho de cada emissora comunitária.</p>
Dez/13	<p>13 - Realizou-se um intercâmbio entre as 14 rádios das 13 nacionalidades e os representantes das 20 novas organizações que estavam em processo de assinatura das 20 frequências das novas rádios comunitárias.</p> <p>- 1) Apresentaram-se ao CORDICOM - Conselho de Regulamento da Informação e Comunicação, para consulta, a versão provisória dos projetos comunicacionais das 14 rádios das 13 nacionalidades. 2) Juntou-se às solicitações de licença temporária, os estudos técnicos realizados, para que o tramite continue. 3) Realizou-se um encontro nacional de diretores e pessoal das rádios contratado pelo projeto, para que se avaliasse o trabalho e se dessem pautas de continuidade para o ano de 2014. 4) Finalizou-se a coleta de informação para os estudos técnicos das novas 20 rádios que seriam destinadas a outros povos Indígenas, Afroequatorianos, Montubios e algumas organizações sociais. Iniciou-se a etapa de elaboração final destas ferramentas técnicas, que seriam entregues nas primeiras semanas do ano de 2014. 5) Fez-se um exercício coletivo de planificação do projeto para o ano de 2014, de acordo com o marco da planificação orientado pela Direção de Planificação da SNGP</p>
Jan/14	<p>- 1) Contratou-se um consultoria para a elaboração final dos documentos: Projetos Comunicacionais, Planos de Gestão e Planos de Sustentabilidade, para que com eles se desse início à apresentação das solicitações definitivas das rádios ao CONATEL. 2) Realizou-se o apoio à sustentabilidade das rádios com a continuidade das contratações de duas pessoas como servidores públicos de apoio em cada uma das rádios</p>
Fev/14	<p>27- Realizaram-se oficinas regionais em Pastaza, Esmeraldas e Imbabura para coletar informações que faltavam nos Planos de Gestão e Sustentabilidade das 14 rádios.</p> <p>- Elaborou-se as propostas para o Plano de Formação e Capacitação que se realizaria nas 14 rádios e também o primeiro ciclo de formação e capacitação com as 20 novas organizações da segunda etapa do projeto</p>

Mar/14	<p>26- Realizaram-se oficinas para a de construção dos projetos comunicacionais, dos planos de gestão e dos planos de sustentabilidade, com as organizações da segunda etapa do projeto, que se apresentariam aos concursos de assinatura de frequências comunitárias que abriria a <i>SENATEL</i> nos territórios onde se encontrassem as organizações</p> <p>31-Fez-se a entrega de toda a documentação solicitada para o seguimento das assinatura das licenças de funcionamento definitivas, para as 14 rádios das 13 nacionalidades da primeira etapa do projeto.</p> <p>- 1) Foi desenhada, planejada e executada a coleta de informação sobre o funcionamento das 14 rádios e seu impacto no território, a partir da qual se apresentaria um informe auto avaliativo do projeto nestes aspectos.</p>
Abr/14	<p>15 - Realizaram-se oficinas para a de construção dos projetos comunicacionais, dos planos de gestão e dos planos de sustentabilidade, com as 20 organizações da segunda etapa do projeto</p> <p>17 - Foi entregue à CONATEL a documentação para a assinatura das licenças de funcionamento das 14 rádios da primeira etapa do projeto</p> <p>0 1) Iniciou-se, em coordenação com a <i>Ecuador TV</i>, o seguimento à instalação dos 8 transmissores pendentes para 7 das rádios da primeira etapa do projeto. 2) Foram entregues as versões finais dos estudos técnicos das 20 novas organizações da segunda etapa do projeto. 3) Foram entregues por parte da CONATEL a novas Licenças Temporárias às 14 rádios da primeira etapa do projeto</p>
Mai/14	<p>18 - Foi lançada a Rádio JATARI KICHWA da Nacionalidade Kichwa de Arajuno</p> <p>28- Foram realizados os projetos comunicacionais, os planos de gestão e os planos de sustentabilidade para as 34 rádios.</p> <p>- 1) Iniciou-se o ciclo de oficinas, com o apoio da assessoria contratada para a construção de projetos comunicativos, planos de gestão e sustentabilidade, nas 20 organizações da segunda etapa d projeto. 1) Foi feito contato com o governo de Puyo para tratar do tema de sustentabilidade das 7 rádios comunitárias da província da primeira etapa do projeto</p>
Jun/14	- Neste mês ingressou a economista Patricia Emen como gerente do projeto

Jul/14	<p>- 1) Nesta etapa, o Projeto Rede de Meios Comunitários Públicos e Privados Locais da Secretaria Nacional de Gestão da Política havia estabelecido, em agenda, uma série de reuniões com as rádios comunitárias das 13 nacionalidades que ao momento se encontravam em funcionamento. Até o momento se havia tido jornadas de trabalho nas rádios comunitárias da Província de Esmeraldas: Chalapa e Stereo Siapidaraa, na Província de Pastaza: Sapara, Tarimiat, La voz de la Frontera e Wao Apeninka e na Província de Morona Santiago: La voz de la Nae, na Província de Orellana: Ñuakanchick Muskuy e na Província de Sucumbios: Sanda Jenfa e Siona com a participação dos diretores e encarregados das rádios e os presidentes das organizações das nacionalidades correspondentes.</p> <p>- 2) Foram realizadas capacitações com Corape e Ecuador TV afim de continuar fortalecendo os diretores das rádios comunitárias em produção radial, administração de uma rádio comunitária, o exercício de jornalista, mantimento de equipamentos tecnológicos, entre outros. 3) A respeito do processo de autonomia das rádios, trabalhou-se em um regulamento interno para as rádios comunitárias, que também definiria a autonomia administrativa, a eleição democrática do diretor, a nacionalidade como entidade encarregada de auditar, vigiar e supervisionar. 4) Com relação à sustentabilidade econômica, nesta etapa considerou-se a sustentabilidade o elemento fundamental para a existência da rádio e na qual se buscaria formas e estratégias para dissolver o meio comunitário. Ademais, estimou-se elaborar um decreto executivo presidencial que comprometeria de forma obrigatória a todas as instituições públicas do estado pautar com as rádios comunitárias, a fim de fortalecer a sustentabilidade econômica das rádios comunitárias</p>
Ago/14	<p>29- Obteve-se informações com a CONATEL para a autorização de frequências públicas)</p> <p>- 1) Devido a uma petição da Sra. Ministra enquanto a reavaliar o projeto e buscar por diversas instituições do Estado que pudessem ajudar na compra de equipamentos da segunda e terceira fase do projeto, convocou-se reuniões com Bando do Pacífico, Banco del Estado e CFN. Também juntou-se a agenda enviada pelo gabinete. Junto a isso, articulou-se esforços com outras instituições do Estado que estivessem interessadas no projeto, segundo disposição da ministra, para isso se mantém reuniões com SECOM e Vice-presidência. 2) Solicitou-se informes de análise política às coordenações zonais sobre as nacionalidades que estiveram na primeira fase do projeto. Este trabalho foi revisado em uma mesa de trabalho com a Sra. Ministra Ab. Viviana Bonilla, e funcionários de Secom, Presidência e CONATEL. Junta-se a isso a convocatória da reunião que foi enviada por Quipux. 3) Foi feita reunião com a CONATEL para solicitar informação sobre os passos e sobre os artigos na lei que estabelecessem a concessão de frequências públicas para começar processos e para que pudessem participar os GAD e prefeituras afins ao movimento político</p>

Set/14	<p>30 - Buscou-se apoio com diversas instituições do estado para capacitação técnica e comunicacional das rádios comunitárias</p> <p>30- Elaborou-se um regulamento interno em coordenação com o departamento jurídico acerca da autonomia, do uso dos equipamentos, das funções de diretores e presidentes das nacionalidades, entre outros temas</p> <p>30- Executou-se o seguimento e consolidação de informes políticos/ comunicados de instituições como: SECOM, SUPERCOM, SENAIN e coordenadores zonais desta pasta de Estado, por todo o mês de setembro</p> <p>30- Obtida toda a informação do marco anterior, elaborou-se um ppt curta e resumida para o Sr. Presidente.</p> <p>- 1) Vinculou-se as rádios comunitárias para o programa <i>Hablando de Política da SNGP</i>. 2) Foi solicitado ao departamento administrativo a atualização do inventário dos bens de todas as rádios do projeto</p>
Out/14	<p>- 1) Foi realizada a atualização do inventário dos bens que se encontravam nos equipamentos de estúdio. 2) Foi dado seguimento para a transmissão do programa <i>Hablando de Política</i> nas rádios comunitárias. 3) Foi elaborado um novo orçamento para melhorar o custo de inversão para equipamento de uma rádio. Trabalhou-se em conjunto com a CONATEL. 4) Foi feita uma aproximação com a Associação Nacional de Meios Comunitários Livres e Alternativos (ANMCLA) para obter conhecimento sobre o desenvolvimento dos meios comunitários na Venezuela</p>
Jan/15	<p>- 1) Foi feita a entrega de ofícios de solicitação à CONATEL. 2) Deu-se seguimento às liquidações de ex-funcionários que trabalharam nas rádios do projeto (1ª etapa). 3) Foi realizada uma reunião de seguimento com os dirigentes da nacionalidade e rádio Waorani. 4) (Com relação à instalação das 20 novas rádios que faltavam e a conformação das redes 2015) considerou-se reprogramar a data já que não foi cumprido na data estabelecida devido ao fato de ter sido estabelecida pela máxima autoridade as organizações beneficiadas da segunda etapa.</p>
Fev/15	<p>05 - Retirou-se todos os equipamentos de estúdio da rádio comunitária Siona (Sucumbíos) por incumprimento do convênio de cooperação</p> <p>20 - Foi solicitado e entregue um ofício a todas as rádios da primeira etapa do projeto para a ampliação do prazo da frequência temporária</p>
Mar/15	<p>31- Foram feitas visitas técnicas às 13 rádios comunitárias da primeira fase do projeto.</p> <p>- 1) Foi dado apoio logístico para transmitir a prestação de contas da SNGP em todas as rádios comunitárias. 2) Foi realizado um encontro com a Nacionalidade Waorani na Subsecretaria de Povos e Nacionalidades, onde se criou um conservatório sobre a rádio desta nacionalidade. 3) Foram feitas reuniões com Mintel (Ministério de Telecomunicação), SECOM e PRESIDENCIA para impulsionar meios comunitários. Desse modo, entregou-se uma lista de organizações com potencial para poder acessar os concursos públicos</p>
Abr/15	<p>- Elaboraram-se os TDR e demais documentos habilitantes para o processo de contratação do serviço logístico para a difusão e comunicação dos logros e avanços do projeto de Criação de Redes de Meios Comunitários Públicos, Privados Locais, dirigido às diferentes organizações e nacionalidades do país</p>

Jun/15	<p>- 1) Solicitou-se a atualização de prioridade e atualização da aprovação do projeto de Criação de Redes de Meios Comunitários Públicos, Privados Locais, para o período compreendido entre 1 de janeiro de 2016 e 31 de dezembro de 2017.</p> <p>- 2) Foram elaborados os TDR (Termos de Referência) e documentos habilitantes para o processo de contratação do serviço logístico para a difusão e comunicação dos logros e avanços do projeto de Criação de Redes de Meios Comunitários Públicos, Privados Locais, dirigidos às diferentes nacionalidades do país.</p> <p>- 3) No mês de maio se havia dado seguimento à solicitação de liberação de recursos, mas pelas múltiplas responsabilidades da máxima autoridade desta instituição ainda não se havia obtido resposta ao ofício, que se juntou como arquivo de suporte. Enfatizou-se o fato de a liberação de recursos ter sido pedida devido a alguns fatores, como o de o encerramento do projeto acontecer no ano de 2015 e que, ainda que se tivessem os recursos para a compra de equipamentos, não se poderia efetua-la visto que o ARCOTEL ainda não os lançavam a concurso público para a adjudicação de frequências. Mesmo em caso de que se publicasse, o mesmo tomaria ao redor de seis meses aproximadamente para que se entregasse a resolução de adjudicação e logo mais um ano (em cenário otimista) para a compra e instalação do mesmo</p>
Jul/15	<p>31- Foi executada a difusão dos avanços do Projeto Rede de Meios Comunitários Públicos e Privados Locais às diferentes organizações e nacionalidades do país.</p> <p>- Foi dado início ao processo de consultoria de avaliação e análise do impacto do Projeto de Criação de Redes de Meios Comunitários Públicos e Privados Locais</p>
Ago/15	<p>-1) Foi feita reunião com a FENOCIN para apoio legal na reativação da rádio KIBURA; 2) Foram feitas reuniões de acompanhamento com a ARCOTEL para os concursos públicos de adjudicação do espectro; 3) Realizou-se uma oficina sobre a Lei Orgânica de Comunicação na assembleia da Nacionalidade Chachi (Esmeraldas); 4) Foi feito o pagamento da difusão de logros e avanços do Projeto, dirigido às diferentes organizações do país; 5) Definiu-se as estratégias comunicacionais para o concurso público de adjudicação de frequências comunitárias; 6) Foi feita reunião com CORDICOM para o acompanhamento técnico e logístico no processo de adjudicação de frequências das rádios da segunda fase</p>
	<p>30- Foram feitas visitas técnicas às 13 rádios comunitárias da primeira fase do projeto</p> <p>- Foi assinado o contrato nº SNGP-2015-021 e foi solicitado o pagamento do produto da contratação para a avaliação e análise do impacto do Projeto de Criação de Redes e Meios Comunitários Públicos e Privados.</p>

Elaboração própria com base em: EQUADOR. *Secretaría Nacional de Gestión Política. Ficha Informativa do projeto para Creación de redes de medios comunitarios públicos y privados locales.* Disponível em: <<http://www.politica.gob.ec/wp-content/uploads/downloads/2015/04/Proyecto-REDES.pdf>>. Acesso em 22 jul. 2016. Tradução e ênfases próprias.

ANEXO 15 – Recursos naturais, leis e retrocessos					
	Lei/ decreto	Pontos controversos e questionamentos aos retrocessos	Organizações/ grupos opositores	Ano de aprovação/ criação	Principais protestos/ano
Mineração	<i>Ley de Minería</i> . Registro Oficial 517	Permite a mineração a céu aberto por empresas estrangeiras. Concessão de fontes de água em favor da mineração industrial.	CONAIE, FOA, Coletivos ambientalistas.	29/01/2009	<p>Janeiro/2009 Realizada uma mobilização com bloqueio parciais de estradas, convocada pela CONAIE. (9)</p> <p>Março/ 2009 A CONAIE apresenta um pedido de inconstitucionalidade contra a <i>Ley de Minería</i> perante a Corte Constitucional para o <i>Período de Transición</i>. (10)</p>
	<i>Ley Reformativa a la Ley de Minería</i> . Registro Oficial 37	<p>A CONAIE considera que estas modificações beneficiarão as empresas transnacionais e afetarão o meio ambiente.</p> <p>Também a Acción Ecológica alertou que as reformas causariam violações dos direitos amparados pela Constituição, tais como:</p> <ul style="list-style-type: none"> - A <i>Asamblea Nacional</i> não acolhe as observações da Corte Constitucional sobre a necessidade de empreender uma Consulta Pré-legislativa (<i>Sentencia de la Corte Constitucional</i> N°. 001-10-SIN-CC de abril de 2010). - Ao definir que a mineração constitui um critério de prioridade, e que as atividades mineradoras podem ser realizadas em qualquer parte do 	CONAIE, Coletivos ambientalistas, <i>Acción Ecológica</i>	16/07/2013	Sem registros.

		<p>território nacional, a reforma deixam subentendidas as funções dos governos autônomos descentralizados (GADs) quanto ao ordenamento territorial e, no caso de territórios indígenas, interferiria no exercício da autoridade indígena.</p> <p>-Com a reforma, o <i>Ministerio del Ambiente</i>, que faz parte do <i>Ministerio Coordinador de Sectores Estratégicos</i>, será quem emitirá as licenças ambientais:</p> <p>“É eliminada a figura de concessão para as empresas estatais, suas subsidiárias e empresas mistas ou de consórcios nas quais tenham participação. Isto significa entregar as concessões de maneira arbitrária e direcionada” (1)</p>			
--	--	---	--	--	--

Elaboração própria a partir de posicionamentos públicos de representantes de movimentos sociais e da sociedade civil em geral.

Água	<p><i>Ley de Recursos Hídricos. Registro Oficial No. 305</i></p>	<p>As organizações indígenas rejeitam a criação da <i>Autoridad Única del Agua</i>, alegando que as juntas comunitárias perdem poder de decisão na administração da água. O artigo 95 afirma que esta instituição exercerá todas as competências de "maneira exclusiva" em matéria de irrigação e consumo humano.</p> <p>Autoridade única Terá como função a gestão, planejamento, regulamentação e controle dos recursos hídricos. Será constituída por uma Secretaria Nacional, dirigida por um delegado do poder Executivo, com a criação do <i>Consejo Intercultural y Plurinacional e a Agencia de Reglamentación e Control</i>.</p> <p>Taxas e tarifas O projeto define a cobrança de taxas de administração, operação e manutenção da infraestrutura hidráulica e determina que as tarifas cubram os custos de proteção e manejo das fontes de água e micro bacias hidrográficas. Determina tarifas de uso para o aproveitamento produtivo de água de irrigação para geração de energia.</p> <p>Água engarrafada Poderá ser realizado o engarrafamento em recipientes biodegradáveis, retornáveis ou recicláveis. Haverá uma tarifa diferenciada que será determinada em um regulamento.</p> <p>Água para irrigação As comunidades, populações e nações tem o direito a participar no uso, usufruto e administração da água que passe por suas terras e territórios.</p>	<p>CONAIE, ECUARUNARI, FOA, UNE, FEINE</p>	<p>24/06/2014</p>	<p>Mobilizações contra lei de Aguas, 2009. (15) (16) Marcha pela Água de 2012. (13) (18) Marcha da Água de 2014. (17)</p>
------	--	---	--	-------------------	---

		Através de representantes de suas organizações, participação, na administração comunitária da água que esteja em suas áreas, assim como ser parte de organizações que se atuem sobre as bacias, microbacias circunscritas em suas terras e territórios. (2)			
	Regulamentação da <i>Ley Orgánica de Recursos Hídricos Usos y Aprovechamiento del Agua. Decreto Ejecutivo No. 650. Registro Oficial. 483</i>	Em relação a impactos sobre a gestão dos serviços comunitários, se destaca a: Art. 1- Composição do <i>Sistema Nacional Estratégico del Agua:</i>	CONAIE, ECUARUNARI	20/04/2015	Não há protestos registrados

		<p>"1. A <i>Autoridad Única del Agua</i>, que o dirige; 2. O <i>Consejo Intercultural y Plurinacional del Agua</i>; 3. A <i>Agencia de Regulación y Control del Agua</i> (ARCA), designada pela <i>Autoridad Única del Agua</i>; 4. Os <i>Gobiernos Autónomos Descentralizados</i>; 5. Os <i>Conselhos de Bacia</i>." (3)</p>			
Terra	<p>A <i>Asamblea Nacional</i> conclui o primeiro debate do projeto da <i>Ley de Tierras y Territorios Ancestrales</i> e aprova a realização de uma consulta pré legislativa.</p>	<p>A CONAIE não participa de forma direta na discussão institucional da <i>Ley de Tierras</i> (Consulta Pré-legislativa). Por sua vez, articula espaços de discussão em torno da temática do modelo agrário e a vigência da luta pela terra. (4) Em março de 2015, à época da <i>Cumbre de los Pueblos</i>, realizada em Quito, as organizações apresentaram ao presidente da <i>Comisión de Soberanía Alimentaria</i> da <i>Asamblea Nacional</i> uma proposta composta por quatro eixos:</p> <p>Regulamentação da propriedade As organizações demandam colocar limites à propriedade de terras privadas nacionais e estrangeiras. Além disso, se menciona “controlar e limitar o Novo Latifúndio [...] que se expressa na apropriação da renda da terra, da cadeia produtiva [da] agroindústria e o arrendamento de terras. (5)</p> <p>A terra deve servir para a produção do princípio a <i>Soberania Alimentaria</i>. Latifúndios e novos latifúndios que atentem contra este princípio serão expropriados. Não será permitido o uso de sementes transgênicas na produção agrícola. (5)</p>	<p>CONAIE, FP, UNE, Colectivo Nacional de Dirección (FUT-CONAIE)</p>	<p>29/01/2015</p>	<p>Não há protestos registrados</p>

		<p>Processos de redistribuição</p> <ul style="list-style-type: none"> - Nacionalização de terras que atentem contra o princípio da <i>Soberania Alimentaria</i> - Tributação sobre os monopólios que concentram a produção e comercialização de alimentos. - Terras expropriadas repassadas ao <i>Fondo Nacional de Tierras</i> e este as conceda a organizações, associações e comunidades para garantir a <i>Soberania Alimentaria</i>. <p>Territórios Ancestrais e Terras Comunitárias</p> <ul style="list-style-type: none"> - Perante o avanço da fronteira agrícola, reafirmar o caráter inalienável, indivisível, imprescritível, inegável dos territórios. - Titulação de territórios coletivos sob a coordenação dos governos comunitários das vilas e do Estado. <p>Institucionalidade</p> <ul style="list-style-type: none"> - Criação do <i>Consejo Intercultural y Plurinacional Agrario</i> como órgão responsável pela política pública da <i>Soberania Alimentaria</i>, e do <i>Fondo Nacional de Tierras</i>, que estará encarregado da operacionalidade em matéria de distribuição de terras, considerando como sujeitos prioritários os jovens e as mulheres. (5) 			
--	--	---	--	--	--

	<i>A Comisión de Soberanía Alimentaria de la Asamblea</i> finaliza as audiências para a consulta pré legislativa sobre o projeto da <i>Ley de Tierras Rurales y Territorios Ancestrales</i> .	CONAIE não participa argumentando que a Consulta Pré legislativa não é vinculante.	CONAIE	10/07/2015	6.000 pessoas participam das audiências realizadas em várias províncias (a maioria em Pichincha, Guayas, Azuay), exceto Zamora. (11)
	<i>A Asamblea Nacional</i> aprova a <i>Ley de Tierras Rurales y Territorios Ancestrales</i>	As organizações denunciam que “o projeto de <i>Ley de Tierras Rurales y Territorios Ancestrales</i> é parte do ‘pacote de medidas agrárias’ do atual governo, que deixa intacta a estrutura desigual do campo equatoriano”. (6) As organizações levantam os seguintes pontos sobre a Lei: - É criada a <i>Autoridad Agraria Nacional</i> que se constitui como a autoridade única da terra. - É anunciada a proibição do latifúndio, porém não são estipulados limites e mecanismos claros e concretos para desconcentrar a posse ou limitar o latifúndio. - É incentivado um mercado de terras que o Estado não pode controlar; a forma de distribuição de terras proposta é de compra e venda de prédios a preço de mercado. - São abertas a portas ao investimento estrangeiro.	FECAOL, FEUNASSC, CONAIE, MICC, RAA, Pueblo Kitu Kara, Asamblea de los Pueblos del Sur, Comisión Nacional de Agroecología, Tierra y Vida, Plataforma por la Salud y la Vida	07/01/2016	Marchas contra Ley de Tierras convocada pela CONAIE, com apoio de frente sindical e outros movimentos sociais (março de 2015)
Petróleo	<i>Ley reformativa a la Ley de Hidrocarburos y a la Ley de Régimen Tributario. Registro Oficial 244</i> (tal Lei não é levada a debate uma segunda vez na <i>Asamblea</i>)	A Lei cria a <i>Secretaría de Hidrocarburos</i> e a <i>Agencia de Regulación y Control Hidrocarburífero</i> (ARCH) - São entregues às empresas estrangeiras os principais campos	Entre os pontos propostos pelas organizações sociais (CONAIE, UNE, FP) na marcha da água de 2012, se menciona a rejeição à " <i>Ley de Hidrocarburos</i> "	27/07/2010	Não há registros.

	<i>Nacional. A Lei é aprovada pelo Ministerio de la Ley)</i>	<p>petroleiros que estão produzindo sob o controle estatal, nos quais já não há risco exploratório. Propõe-se a entrega de maneira direta abandonando o processo licitatório. (7)</p> <p>- A petroleiras estrangeiras não pagarão os 44,4% do imposto de renda, senão 25%. A duração dos contratos será prorrogada em 10 anos.</p>			
	Decreto 1247	(Ver tabela dos pontos divergentes entre o decreto e a Sentença da CIDH para o <i>Caso Sarayaku</i> – ANEXO 13)		2012	Não há registros.
Radiodifusão (ar)	Legislativo aprova a <i>Ley Orgánica de Comunicación (LOC)</i> , publicada no <i>Registro Oficial</i> de 22 del 25 de junho de 2013	(Ver tabela sobre Pontos positivos e negativos da LOC)	O projeto apresentado gerou reação entre os meios privados, grupos políticos, comunicadores, representantes de meios e movimentos sociais.	14/06/2013	Não há registros.
	Regulamento Geral da <i>Ley Orgánica de Comunicación. Decreto Ejecutivo</i> N°. 214	Flexibilização da propriedade de meios de comunicação por estrangeiros. “ <i>Art. 6.- Medios de comunicación de carácter nacional pertenecientes a extranjeros. En virtud del orden jerárquico de aplicación de las normas</i> ”	Meios privados	20/01/2014	Não há registros.

		<p><i>establecido en el Art. 425 de la Constitución de la República, no se aplica la prohibición de ser propietarios de medios de comunicación social de carácter nacional a compañías y ciudadanos prevista en el Art. 6 de la Ley Orgánica de Comunicación, a personas naturales y jurídicas nacionales de los países que hayan suscrito acuerdos o convenios de cooperación comercial o de complementación económica que hayan sido ratificados por el Estado ecuatoriano, que sirvan como marco para la creación de proyectos e iniciativas para el desarrollo de la productividad y competitividad de las Partes.”</i></p>			
Legislativo aprova Emendas Constitucionais. Publicadas no <i>Registro Oficial</i> No. 653 de 21/12/2015	<p>Comunicação: serviço público ou direito?</p> <p>Art. 384. “A comunicação como serviço público será prestada através de meios públicos, privados e comunitários. O sistema de comunicação social assegurará o exercício dos direitos à comunicação, informação e liberdade de expressão e fortalecerá a participação cidadã”. (08)</p> <p>Questionou-se que sendo estabelecida como não como um direito mas como um serviço público, se daria ao Estado a prerrogativa de determinar as condições e inclusive o conteúdo que poderia exercer a comunicação.</p>	Meios privados e Organizações sociais.	03/12/2015	Mobilização nacional de 3 de dezembro de 2015, quando da aprovação das emendas constitucionais. Organizações sociais cercam a <i>Asamblea Nacional</i> em Quito. (12) (14)	

Fontes:

- (1) PRONUNCIAMIENTO por el proyecto de reforma a la ley de minería. **Acción ecológica**. Disponível em: <<http://www.accionecologica.org/editoriales/1704-pronunciamento-por-el-proyecto-de-reforma-a-la-ley-de-mineria>>. Acesso em: 11 ago. 2016.
- (2) NUDOS críticos em proyecto de ley. **El Universo**. Disponível em: <<http://www.eluniverso.com/2010/05/04/1/1355/nudos-criticos-proyecto-ley.html>>. Acesso em: 11 ago. 2016.
- (3) PROPUESTA de Ley de Aguas irá a consulta pré legislativa. **El Mercurio**. Disponível em: <<http://www.elmercurio.com.ec/423266-propuesta-de-ley-de-aguas-ira-a-la-consulta-prelegislativa/#.VuAoKJzhDIU>>. Acesso em: 11 ago. 2016.
- (4) TERMINA fase de la consulta para Ley de Tierras. **El Universo**. Disponível em: <<http://www.eluniverso.com/noticias/2015/07/11/nota/5012035/termina-fase-consulta-ley-tierras>>. Acesso em: 11 ago. 2016.
- (5) DAZA CEVALLOS, Esteban. Demandas por la tierra de las Organizaciones Campesinas de Ecuador. **La Línea de Fuego**. Disponível em: <<http://lalineadefuego.info/2015/07/08/demandas-por-la-tierra-de-las-organizaciones-campesinas-en-ecuador-por-esteban-daza-cevallos/>>. Acesso em: 11 ago. 2016.
- (6) Boletín de prensa. 11 dez. 2015. **Confederación de nacionalidades Indígenas de Ecuador**. Disponível em: <<http://conaie.org/2015/12/16/conaie-rechaza-la-inminente-aprobacion-de-la-ley-de-tierras-rurales-y-territorios-ancestrales-porque-beneficia-al-agronegocio-y-no-resuelve-el-problema-del-latifundio/>>. Acesso em: 11 ago. 2016.
- (7) LLANES, Henry. Ecuador: Reforma petrolera y la desnacionalización de los hidrocarburos. **Red de Comunicaciones Interculturales bilingües del Ecuador**. Disponível em: <<https://redciecuador.wordpress.com/2011/01/02/ecuador-reforma-petrolera-y-la-desnacionalizacion-de-los-hidrocarburos/>>. Acesso em: 11 ago. 2016.
- (8) LA COMUNICACIÓN de derecho a servicio público. **El Comercio**. Disponível em: <<http://www.elcomercio.com/actualidad/comunicacion-derecho-serviciopublico-enmiendas-asamblea.html>>. Acesso em: 11 ago. 2016.
- (9) MOVIMIENTO indígena ante el reto de hacerse sentir, otra vez. **El Universo**. Disponível em: <<http://www.eluniverso.com/2009/01/18/1/1355/DD06AFB1E17B4E74AE69D86476D298DC.html>>. Acesso em: 11 ago. 2016.
- (10) REPRESENTAN acción de inconstitucionalidad a la Ley de Minería. **La Hora**. Disponível em: <http://lahora.com.ec/index.php/noticias/show/852188/-1/Presentan_acci%C3%B3n_de_inconstitucionalidad_a_Ley_Minera.html#.V5vxJdIrLIU>. Acesso em: 11 ago. 2016.
- (11) TERMINA fase de la consulta para Ley de Tierras. **El Universo**. Disponível em: <<http://www.eluniverso.com/noticias/2015/07/11/nota/5012035/termina-fase-consulta-ley-tierras>>. Acesso em: 11 ago. 2016.
- (12) PROTESTAS contra enmiendas dejan al menos 18 manifestantes detenidos y 13 policías heridos. Disponível em: <<http://www.ecuavisa.com/articulo/noticias/nacional/123466-protestas-contra-enmiendas-dejan-al-menos-18-manifestantes>>. Acesso em: 11 ago. 2016.
- (13) COM UMA larga caminata por Quito terminó Marcha por Agua y la Vida. **El Universo**. Disponível em: <<http://www.eluniverso.com/2012/03/23/1/1355/larga-caminata-quito-termino-marcha-agua-vida.html>>. Acesso em: 11 ago. 2016.
- (14) SE INTENSIFICAN protestas contra enmiendas em Quito. **La Hora**. Disponível em: <http://lahora.com.ec/index.php/movil/noticia/1101891144/Enmiendas_se_debanten_en_medio_de_protestas.html>. Acesso em: 11 ago. 2016.
- (15) FERNANDO Cordero propone como Moción Previa que Proyecto de Ley de Aguas se someta a consulta pré legislativa (2010). **Asamblea Nacional**. Disponível em: <<http://www.asambleanacional.gob.ec/es/noticia/3307-fernando-cordero-propone-como-mocion-previa-que-proyecto>>. Acesso em: 11 ago. 2016.
- (16) CONAIE inicia un paro contra la Ley de Aguas y Gobierno amenaza. **El Universo**. Disponível em: <<http://www.eluniverso.com/2009/09/28/1/1355/conaie-inicia-un-paro-contra-ley-aguas-gobierno-amenaza.html>>. Acesso em: 11 ago. 2016.
- (17) INDÍGENAS esperan llegar hoy a Quito. **El Tiempo**. Disponível em: <<http://www.eltiempo.com.ec/noticias-cuenca/145209-inda-genas-esperan-llegar-hoy-a-quito/>>. Acesso em: 11 ago. 2016.
- (18) MOVILIZACIÓN toma últimas resoluciones para prévio ingreso em Quito. **El Universo**. Disponível em: <<http://www.eluniverso.com/2012/03/21/1/1355/movilizacion-toma-ultimas-resoluciones-previo-ingreso-quito-ante-mira-policia.html>>. Acesso em: 11 ago. 2016.

ANEXO 16

Pronunciamentos e resoluções das organizações indígenas em relação à XI rodada de licitação e o processo de consulta prévia

Título	Informação relevante	Ano
Declaração das mulheres indígenas e amazônicas	As mulheres indígenas amazônicas, representantes das nacionalidades <i>Shuar, Kichwa, Achuar, Sapara, Shiwiar e Waorani</i> ; da <i>Nación Originária Quijos</i> . Das organizações: COMNAP (<i>Coordinadora de Mujeres de las Nacionalidades de Pastaza</i>) e do <i>Comité por la vida de Pastaza, Grupo de mujeres Saramanta Warmikuna</i> , acompanhadas pelas dirigentes femininas da CONAIE, CONFENIAE e ECUARUNARI, nos reunimos durante os dias 20 a 22 de junho de 2013 no “ <i>Primer Encuentro de mujeres de las organizaciones indígenas amazónicas, por la defensa de la vida, el territorio y el buen vivir</i> ”, para discutir e analisar nossos problemas e preocupações diante à situação que vivemos em nossos territórios. Após 3 dias de profunda reflexão, queremos expor nossas resoluções e demandas que deverão ser acatadas y respeitadas por todos os sectores e autoridades do Estado.	24 jun. 2013
Pronunciamento Nacionalidades amazônicas diante da XI rodada de licitação	Na coletiva de imprensa, convocada pela CONFENIAE, os presidentes das nacionalidades indígenas amazônicas expressaram à opinião pública sua voz de protesto contra o que está ocorrendo à ocasião da XI rodada de licitação.	12 abr. 2013
Comunidades e nacionalidades amazônicas se fortalecem contra a licitação	No “ <i>Encuentro de Líderes/as de las Comunidades y Nacionalidades de la Amazonía Ecuatoriana en Defensa Territorial, Frente a la XI Ronda de Licitación Petrolera en el Centro Sur de Pastaza y Morona Santiago</i> ” realizado na cidade de <i>Puyo</i> , predominou o firme compromisso das nacionalidades do centro-sul amazônico para analisar e discutir uma postura consolidada diante da XI Rodada Licitatória em <i>Pastaza e Morona Santiago</i> , os quais ratificam a terminante rejeição à política extrativista e depredadora da selva amazônica.	9 abr. 2013
Denúncia de divisão no território Sapara promovida pela Política extrativista	A <i>Confederación de Nacionalidades Indígenas de la Amazonia Ecuatoriana</i> , após escutar o relato dos dirigentes e representantes de base da <i>Nación Sapara Del Ecuador</i> sobre oos acontecimentos ocorridos nas últimas semanas em seu território, denuncia aos governos de seção, instituições do Estado, Governo de Pastaza, <i>Secretaría de Hidrocarburos</i> e à opinião pública nacional e internacional que há mais de seis a <i>Nacionalidad Sapara</i> teve que enfrentar uma severa crise de governabilidade dentro de seu território devido à incidência direta da política extrativista promovida por mandato presidencial que busca a ampliação da fronteira petroleira no sudoeste amazônico, originando a divisão das comunidades Sapara.	1º mar. 2013
CONFENIAE às empresas públicas e privadas interessadas na rodada para o sudoeste	Carta aberta da CONFENIAE demandando às empresas petroleiras públicas e privadas do mundo que NÃO participem em um processo de licitação que viola sistematicamente os direitos de sete nacionalidades indígenas ao impor um projeto petroleiro em seus territórios ancestrais.	4 fev 2013
CONFENIAE contra a Criminalização da luta e o protesto de cunho social	A <i>Confederación de Nacionalidades Indígenas de la Amazonía Ecuatoriana</i> (CONFENIAE), perante a injusta prisão do companheiro Carlos Pérez Guartambel, firme lutador contra a atividade mineira, em defesa do território de Kimsacocha, expressa seu mais decidido sentimento de solidariedade, denunciando e convocando a todos os povos em defesa dos direitos naturais a emprendermos uma grande avaliação e fiscalização do cumprimento dos tratados e convênios internacionais em matéria de terrenos várzea e recursos hídricos, através da realização de fóruns,	28 jan. 2013

	debates, colóquios, mesas y painéis sobre o tema, já que um povo que conhece a profundidade de seus direitos, pode lutar para que sejam plenamente exercidos e impedir o arbitrário uso da justiça em favor dos interesses econômicos internacionais, como repetidamente ocorrendo em Equador.	
Carta da Asociación de mujeres Waorani del Ecuador à Subsecretaria de Hidrocarburos	“Vista pela experiência dos e das Waorani, a atividade petroleira tem sido muito má, trouxe poucos benefícios e muitos problemas à nossa nacionalidade. Trouxe muitos conflitos, já que as empresas pagam a alguns dirigentes por seu apoio, quando a gente de nossas comunidades está muito afetada pela exploração petroleira e já não quer mais saber deste negócio que só beneficia, realmente, aos empresários. Pior ainda, alguns dos meus irmãos e familiares, são perseguidos e criminalizados por exigir mais responsabilidade por parte da empresa que opera o bloco Tigüino.” - Mauela Ima	10 Dez. 2012
Carta das mulheres Sapara ao Ministro de Recursos no Renovables	Em 7 de novembro, uma delegação de mulheres da <i>Nación Sapara</i> se reuniram com o Ministro Wilson Pastor, quando manifestaram a rejeição à XI rodada licitatória que afeta seus territórios.	8 nov. 2012
Nacionalidades Amazônicas rejeitam a XI rodada licitatória	Na coletiva de imprensa realizada na quarta, 24 de outubro de 2012, na sede da CONAIE, as organizações de base da CONFENIAE e CONAIE expressaram à opinião pública nacional e internacional sua postura oficial de bases da CONAIE, CONFENIAE y ECUARUNARI, contrária à XI rodada licitatória e a suposta consulta que o Governo vem realizando no centro-sul da Amazônia.	24 out. 2012
Resolução da assembléia da Nacionalidad Shiwiar del Ecuador	Na sétima assembleia extraordinária da <i>Nacionalidad Shiwiar del Ecuador</i> realizada na comunidade de Kapirna, durante os dias 16 e 17 de outubro de 2012, participaram cinco associações: ANSHIP, ACASJAE, ANSHIPA, ASNAMTAE y ASHIBT, delegados das 13 comunidades, o conselho de governo da NASHIE com a presença da CONAIE para analisar a XI rodada licitatória e o processo da Consulta Prévia.	23 out. 2012
Rejeição à convocatória para a "consulta prévia" nos blocos 70 e 72 da XI rodada licitatória	Diante dos processos da consulta prévia dos blocos 70- 72 realizado nas províncias de Morona Santiago e Pastaza, programado pela <i>Secretaría de Hidrocarburos</i> , a Federación Interprovincial de Centros Shuar - FICSH	9 set. 2012
Resoluções do Congresso da Nacionalidad Sapara	Na quinta, 30 de agosto de 2012, com a presença das comunidades <i>Llanchamacocha, Jandiyacu, Conambo, Torimbo, Súrika, Shiona, Alto Corrientes, Espejo, Balsaura, Nina Muricha</i> e <i>Santa Rosa</i> (73 delegados oficiais), com a presença especial da <i>Nacionalidad Achuar del Ecuador</i> NAE e CONFENIAE, uma vez realizado o congresso da <i>Nación Sapara del Ecuador</i> , se chegou aos seguintes acordos e resoluções.	7 set. 2012
Pronunciamento na celebração da sentença da Corte IDH em Sarayaku	O <i>Pueblo Originario Kichwa de Sarayaku</i> , a <i>Confederación de Nacionalidades Indígenas del Ecuador</i> , <i>Confederación de Nacionalidades Indígenas de la Amazonia Ecuatoriana</i> , ECUARUNARI, <i>Nacionalidad Achuar del Ecuador</i> , <i>Federación de la Nacionalidad Shuar de Pastaza</i> , <i>Nación Sapara del Ecuador</i> y <i>los pueblos y comunidades de la Cuenca del Bobonaza</i> (PAKAYAKU, TERESA MAMA y BOBERAS), em 12 de agosto de 2012, se pronunciam no dia histórico de celebração da sentença da Corte Interamericana de Derechos Humanos no território do povo <i>Kichwa de Sarayaku</i> .	15 ago. 2012
CONFENIAE se pronuncia perante o Decreto Presidencial Nº 1247	CONFENIAE se pronuncia perante o Decreto Presidencial Nº. 1247 sobre a "regulamentação para execução da consulta livre, prévia e informada nos processos de licitação das áreas e blocos petrolíferos".	27 jul. 2012
Pueblo Originario Kichwa de Sarayaku à opinião pública nacional e	No dia de hoje, quarta, 25 de julho de 2012, a Corte Interamericana nos comunicou sua sentença no caso que impetramos contra o Estado equatoriano no Sistema Interamericano de Derechos Humanos desde 2003. Na sentença, a Corte declara a	25 jul. 2012

internacional	responsabilidade internacional do Estado equatoriano pela violação contra o povo de <i>Sarayaku</i> do direito à consulta previa, à propriedade comunal, à vida, à proteção judicial e a outros importantes direitos. Reconhece uma luta que durou uma década, onde Sarayaku demonstrou que foram violados os direitos do nosso Povo.	
Resolução frente à política petroléira em nossos territórios ancestrais	Resolução das nacionalidades e povos indígenas de <i>Orellana, Pastaza y Morona Santiago</i> frente à política estatal petroléira e à pretensão do Governo Nacional de implementar a XI rodada licitatória em nossos territórios ancestrais.	Jul 10, 2012
Marcha Plurinacional pela água, vida e dignidade dos povos	O governo de Rafael Correa, de início manteve-se com um discurso muito alternativo, onde propunha um novo modelo econômico baseado no <i>Buen Vivir</i> . Durante seu mandato, esse discurso mudou, até configurar-se como um discurso que mantém em sua totalidade o modelo extrativista.	21 mar. 2012
Resolução das nacionalidades e povos frente à XI rodada licitatória	Resolução das nacionalidades e povos indígenas de <i>Orellana, Pastaza y Morona Santiago</i> frente à política estatal petroléira e à pretensão do Governo Nacional de realizar a em nossos territórios ancestrais.	9 fev. 2012
Pronunciamento da <i>Nacionalidad Sapara</i>	A <i>Nacionalidad Sapara</i> se pronuncia sobre a convocatória do governo equatoriano para a XI rodada licitatória, que afetaria a totalidade de seu território.	12 jan. 2012

Tradução própria.

Fonte: MAZABANDA, Carlos. CONSULTA PREVIA EN LA DÉCIMO PRIMERA RONDA PETROLERA ¿Participación masiva de la ciudadanía? 2013. Disponível em: <<http://amazonwatch.org/assets/files/2013-07-consulta-previa-en-la-11a-ronda.pdf>>. Acesso em 29 jul. 2016.

ANEXO 17

Ley Orgánica de Comunicación: Pontos positivos e negativos

PONTOS POSITIVOS	PONTOS NEGATIVOS OU CONTROVÉRSIAS
<p>Direito à comunicação "A comunicação é reconhecida, enfim, como um direito humano. Um direito à mesma altura que a saúde, o trabalho ou a educação. A liberdade de expressão não é assunto de jornalistas e muito menos dos empresários dos meios de comunicação. É um direito universal, individual e coletivo" (IGNACIO LOPEZ, 2013)</p> <p>"Com relação ao acesso universal às tecnologias de informação e comunicação, a Lei afirma em seu artigo 35 o direito de todas as pessoas acessar e a capacitar-se nas tecnologias de informação e comunicação para potencializar o disfrute de seus direitos e oportunidades de desenvolvimento. Por tanto, o Estado deve implementar políticas públicas para que nenhuma comunidade, por mais distante ou pobre que seja, fique marginalizada do acesso a internet e outras tecnologias, ou da possibilidade de ter seus próprios meios de comunicação" (EL CHURO et al, 2013, tradução própria)</p>	<p>E as TICS?</p> <p>"Todo o tema das tecnologias de informação e comunicação ficaram apenas mencionadas no artigo 35 de forma retórica, mas não se concretiza em nada o “acesso universal” a ditas tecnologias. Este assunto, dizem os funcionários, se desenvolverá em outra Lei, a de Telecomunicações. Desta maneira, desconhecendo a convergência digital, se desarticula “comunicação” de “telecomunicação”, conteúdos de mídia. Qualquer um sabe que nestas tecnologias é onde se está jogando o maior negócio de todos. (IGNACIO LOPEZ, 2013, tradução própria).</p>

<p>Distribuição das frequências</p> <p>"O direito à comunicação se traduz, entre outras liberdades, no acesso igualitário às frequências de rádio e televisão" (IGNACIO LOPEZ, 2013, tradução nossa). "A distribuição equitativa das frequências radioelétricas, uma das principais bandeiras exigidas desde as redes e entidades de comunicação e a sociedade civil, foi finalmente reconhecida na Lei. O artigo 106 estabelece que as frequências do espectro radioelétrico destinadas ao funcionamento de rádio e televisão serão distribuídas equitativamente: 33% para meios públicos, 33% para meios privados, e 34% para comunitários". (EL CHURO et all, 2013, tradução própria)</p>	<p>Meios público oficiais</p> <p>"O artigo 83 autoriza a criação de “meios públicos de caráter oficial”. Esta definição é, pelo menos, contraditória. Um meio público, por definição e por estar financiado pelos contribuintes, deve ter uma vocação pluralista e uma linha editorial independente. E um meio oficial é o contrário. O grave deste artigo é que os tais meios oficiais estão ocupando os 33% correspondentes aos públicos. E não se esclarece que porcentagem poderiam ocupar. Desta maneira, sem violar a Lei, o governo poderia controlar a terça parte do espectro para fazer propaganda. (IGNACIO LOPEZ, 2013, tradução própria)</p>
<p>Frequências digitais</p> <p>"Uma grande conquista neste processo de distribuição de frequências é que inclui às próximas frequências digitais. O Equador adotou o modelo japonês-brasileiro que permite, ao menos, quatro sinais digitais onde antes cabia somente um canal. Se estes quatro sinais ficassem nas mãos dos mesmos concessionários, como já ocorreu na maioria dos países europeus, estaríamos multiplicando por quatro a concentração. A nova Lei estabelece que estes novos sinais sejam distribuídos equitativamente aos três setores". (IGNACIO LOPEZ, 2013, tradução própria)</p>	<p>Obrigatoriedade de título</p> <p>Desconhecendo a Declaração de Princípios da Liberdade de Expressão da Comissão Interamericana de Direitos Humanos (princípio 6), a Lei obriga a ter um título profissional de jornalismo para exercer qualquer trabalho permanente de qualquer nível em um meio de comunicação (artigo 42). Ou seja, um correspondente campesino não poderia enviar notícias porque não passou pela universidade. Um locutor não poderia apresentar um programa porque não tem título. Esta norma, forçada pelo egoísmo de alguns grêmios universitários, atenta contra a liberdade de expressão e arruína o futuro dos meios comunitários e locais. A titulação obrigatória deixa de fora centenas de comunicadores e comunicadoras desconhecendo a experiência acumulada que representa méritos equivalentes ao título". (IGNACIO LOPEZ, 2013, tradução própria)</p>

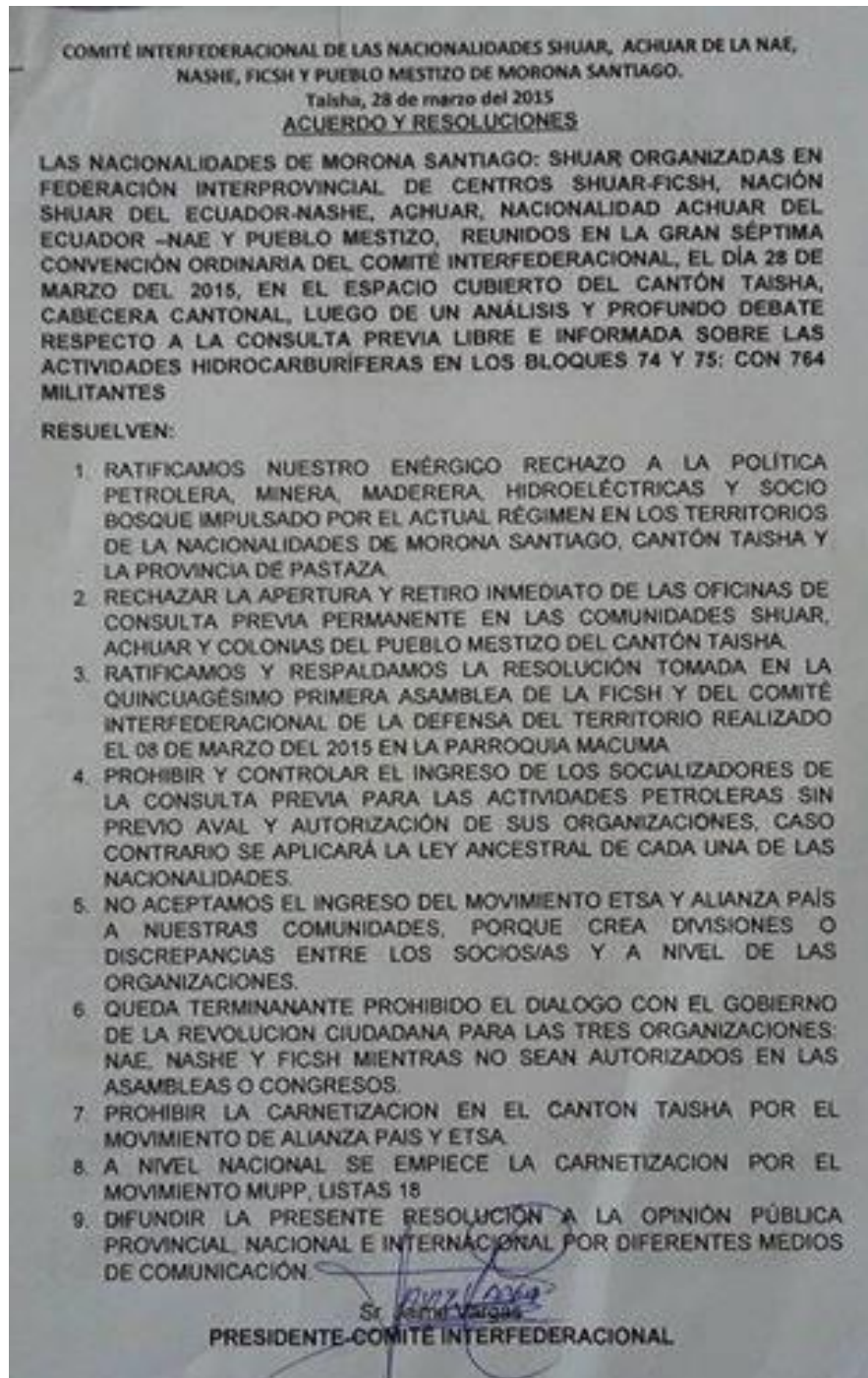
<p>Fim do monopólio</p> <p>O artigo 113 "proíbe o monopólio de frequências para garantir a maior diversidade e pluralidade na esfera pública. No Equador, a partir desta Lei, um concessionário só poderá ter uma frequência matriz em FM, uma em AM e uma na TV. Como no país há atualmente 1147 emissoras de rádio e 547 de televisão aberta, as vozes e os rostos se multiplicarão quando esses canais de comunicação estejam bem distribuídos. Este é um avanço histórico em um país onde uma dúzia de famílias tinha controle da maior parte dos meios". (IGNACIO LOPEZ, 2013, tradução própria)</p>	<p>Linchamento midiático x denúncias de corrupção</p> <p>"A Lei em seu artigo 26 introduz um conceito metafórico que, se bem busca evitar a difusão de informação produzida de forma concertada para desprestigiar a uma pessoa natural o jurídica, pode provocar uma grave autocensura entre os jornalistas, especialmente os investigativos (contra casos de corrupção)". (IGNACIO LOPEZ, 2013, tradução nossa)</p> <p>"É necessário que a regulamentação esclareça que casos poderiam ser considerados por este artigo para não constranger o papel de jornalismo investigativo em fatos de interesse público". (EL CHURO et all, 2013, tradução própria)</p>
<p>Produção nacional</p> <p>"A diversidade cultural equatoriana terá maior presença nos meios de comunicação. Cineastas, músicos, atores, grupos culturais e produtoras locais se verão favorecidos, pois a Lei estabelece que ao menos 60% da programação diária no horário apto para todo público se destine à difusão de conteúdos de produção nacional, incluindo 10% de produção nacional independente (artigo 97). A música nacional deverá representar 50% do conteúdo da programação musical (artigo 103). A publicidade também será de produção nacional. E seguramente, ficam proibidos todos os anúncios de bebidas alcoólicas e tabaco, assim como de drogas e pornografia infantil (artigo 94)". (IGNACIO LOPEZ, 2013, tradução própria)</p>	<p>Privilégios à igreja Católica</p> <p>"Depois de pressões feitas pelo presidente da Conferência Episcopal, Antonio Arregui, membro destacado do Opus Dei, foi incluído na Lei a Transitória 17 que concede à igreja Católica privilégios incompatíveis com um Estado laico. Como a Lei proíbe ter mais de uma emissora matriz, a Igreja Católica poderá dissimular as várias matrizes em poder de um mesmo concessionário (por exemplo, Radio María que tem uma dúzia de frequências) pondo-as a cargo de "entidades que pertençam à mesma família religiosa". (IGNACIO LOPEZ, 2013, tradução própria).</p>

<p>Diversidade de culturas</p> <p>"Os meios estão obrigados a difundir conteúdos que expressem e reflitam a cosmovisão, cultura, tradições, conhecimentos e saberes dos povos e nacionalidades indígenas, afro equatorianas e montúbios, por um espaço de, ao menos, 5% de sua programação diária (artigo 36)". (IGNACIO LOPEZ, 2013, tradução própria)</p>	<p>Liberdade na internet?</p> <p>"O artigo 20 estabelece que aqueles que formulem comentários nas páginas Web dos meios devem ser devidamente identificados pelo meio. Isso afeta explicitamente o anonimato em rede*, elemento fundamental da liberdade de expressão na Internet. Ademais, a privacidade dos usuários poderia ser comprometida, já que não se estabelece como os meios devem gerir os dados pessoais que estão obrigados a solicitar. A separação entre a informação gerada pelo meio e os comentários de particulares deveria ser suficiente para delimitar responsabilidades." (IGNACIO LOPEZ, 2013, tradução própria)</p> <p>*o anonimato também leva a abusos e esta questão deve ser relativizada em se tratando de novas leis destinadas a responsabilizar e punir os crimes virtuais (nota da autora)</p>
<p>Crianças e adolescentes</p> <p>"As vozes e os direitos de meninos, meninas e adolescentes contarão com espaços nos meios de comunicação. Os meios estão obrigados a promovê-los de forma prioritária. (Artigos 15 e 65). Igualmente, os direitos das pessoas com deficiência estão garantidos na Lei (artigo 37)". (IGNACIO LOPEZ, 2013, tradução própria)</p>	<p>Conselho de regulação e superintendência</p> <p>O Conselho de Regulação conta com onze atribuições, todas elas de grande responsabilidade. "No projeto de Lei anterior, este Conselho tinha um perfil, mais ou menos, cidadão. Havia um representante das universidades, outro das nacionalidades indígenas, outro de organismos de direitos humanos. Tudo isso desapareceu e o Conselho aprovado está composto por cinco membros, todos do governo (artigos 47 e seguintes). Para piorar, se estabeleceu uma Superintendência de Informação e Comunicação (órgão que vigia, controla e sanciona por violações à Lei, em particular em matéria de regulação de conteúdo) dirigida por um único funcionário público proposto pela Presidência da República (artigo 55 e seguintes)". (IGNACIO LOPEZ, 2013, tradução própria)</p>

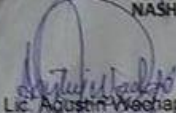
<p>Publicidade tóxica</p> <p>"Segundo o artigo 94, ficam proibido os anúncios de bebidas alcoólicas, cigarros e drogas. Também a publicidade de produtos cujo uso regular afetem a saúde". (IGNACIO LOPEZ, 2013, tradução própria)</p>	<p>Multiplicação da concentração?</p> <p>"O artigo 106 se refere à distribuição equitativa de frequências, incluindo o número 5 relativo aos novos sinais que permitirá a digitalização. A Transitória 20 assinala que estes novos sinais de rádio e televisão serão administrados pelo Estado. Contraditoriamente já foi aprovado um <i>Plan Maestro de Transición a la TV Digital</i> (outubro 2012) que designa aos mesmos concessionários os novos sinais. A digitalização multiplicará por quatro a concentração de frequências digitais ou será uma oportunidade para distribuí-las equitativamente?". (EL CHURO et all, 2013, tradução própria)</p>
<p>Novo caráter aos Meios comunitários</p> <p>"A Lei de Comunicação eliminou as restrições de cobertura, financiamento e autorização que existiam para os meios comunitários na Lei de Radiodifusão de 1975, reformulada em 1992, 1995 e 2002. Na Lei anterior os meios comunitários se chamavam "meios de serviço público ou comunais", e eram considerados pobres, pequenos e perigosos: pobres porque não se permitia que recebessem publicidade para financiar-se; pequenos porque limitavam sua cobertura a umas poucas quadras; e perigosos porque deviam pedir permissão às Forças Armadas para operar". (EL CHURO COMUNICACIÓN, 2016, p. 14, tradução própria)</p>	<p>"Defensor da audiência".</p> <p>A Lei de Comunicação consagra a existência de censores dentro dos meios. Suas funções e atribuições não foram estabelecidas ainda, deixando aberta a possibilidade de que estas se fixem em um simples regulamento". (RIVADENEIRA, s/d, p. 9, tradução própria)</p> <p><i>Art. 73.- El Defensor de las audiencias.- Los medios de comunicación de alcance nacional contarán obligatoriamente con un defensor de sus audiencias y lectores, designado mediante concurso público organizado por el Consejo de Participación Ciudadana y Control Social por el medio, quien cumplirá sus funciones con independencia y autonomía.</i> (LOC, 2013)</p> <p>(Rivadeneira apresentou-se na CIDH como diretor de Notícia de Ecuadoradio e articulista do jornal impresso <i>El comercio</i>, portanto representante dos meios de comunicação privados.)</p>
<p>Ação afirmativa</p> <p>"Os meios comunitários têm direito à "Ação Afirmativa". "Isto quer dizer que o Estado deve implementar Políticas Públicas para a Criação e Fortalecimento dos Meios de Comunicação (Artigo 86, LOC), isso como um aporte para a pluralidade, diversidade, interculturalidade e plurinacionalidade". (EL CHURO COMUNICACIÓN, 2016, p. 15,</p>	<p>Interesse público: quem define?</p> <p>A Lei dispõe que a qualificação do que constitui uma assunto de interesse público a discricionariedade da Superintendência [SUPERCOM], órgão atrelado ao executivo. (CANO s/d, p. 10, tradução própria)</p>

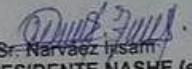
<p>tradução própria)</p>	
<p>Ação afirmativa</p> <p>O artigo 114 estabelece que "para favorecer o desenvolvimento de meios e conteúdos locais, sempre que se concursa a concessão de uma frequência de rádio ou televisão, terão prioridade as solicitações" das entidades locais. (EL CHURO COMUNICACIÓN, 2016, tradução própria)</p>	<p>Restrições a jornalistas</p> <p>- O princípio da reserva de fonte para todos os comunicadores e meios foi quebrado pela nova Lei, que proíbe expressamente divulgar fatos que sejam qualificados como reservados. (CANO, s/d, p. 10, tradução própria)</p> <p>- Tentou-se "impor uma só forma de olhar a realidade no Equador. Uma só verdade." **(...) Denuncia-se limitações ao trabalho investigativo de jornalistas, a partir do artigo 22 da LOC, que determina o “contraste” ... “de forma equilibrada” e a publicação das “versões das pessoas envolvidas nos fatos narrados” (CANO s/d, p. 10, tradução própria)</p> <p>** Isso não quer dizer que antes não houvesse uma visão única igualmente imposta desde os meios privados hegemônicos (nota da autora)</p>
<p>Elaboração própria.</p> <p>Fontes:</p> <p>EL CHURO et all . Análisis de Ley Orgánica Comunicación de Ecuador. 30 jul. 2013. Disponível em: <http://churocomunicacion.blogspot.com.br/2013/07/ley-de-comunicacion-una-herramienta.html>. Acesso em: 11 de jul. 2016.</p> <p>EL CHURO COMUNICACIÓN. Medios Comunitarios ya: ruta para la creación de medios comunitarios en Ecuador. Quito: Friedric-Ebert-Stiftung (FES-ILDS) Ecuador. 2016. 48 p.</p> <p>IGNACIO LOPEZ, José. Lo bueno, lo malo y lo feo de la Ley de Comunicación: Luces y sombras de la ley ecuatoriana de comunicación. Radialistas, Ecuador, 12 dez. 2013. Disponível em: <https://radialistas.net/article/lo-bueno-lo-malo-y-lo-feo-de-la-ley-ecuatoriana/>. Acesso em: 11 de jul. 2016.</p> <p>RIVADENEIRA, Miguel. Libertad de Expresión y Ley de Comunicación. In: VARIOS AUTORES. Ley de Comunicación y Decreto 16 afectan gravemente las libertades - Audiencia de octubre de 2013 ante la Comisión Interamericana de Derechos Humanos (CIDH). S/d. (Folheto)</p> <p>CANO, Jean. (Sem título). In: VARIOS AUTORES. Ley de Comunicación y Decreto 16 afectan gravemente las libertades - Audiencia de octubre de 2013 ante la Comisión Interamericana de Derechos Humanos (CIDH). S/d. (Folheto)</p>	

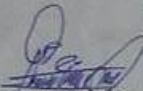
ANEXO 18 – Resoluções do Comitê Interfederacional das nacionalidades Shuar e Achuar (Taisha, 28 mar.2015) sobre consulta prévia nos Blocos 74 e 75.




COMITÉ INTERFEDERACIONAL DE LAS NACIONALIDADES SHUAR, ACHUAR DE LA NAE,
NASHE, FICSH Y PUEBLO MESTIZO DE MORONA SANTIAGO.
Taisha, 28 de marzo del 2015

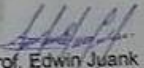

Lic. Agustín Wachapa
PRESIDENTE DE LA FICSH


Sr. Narvaez Isam
PRESIDENTE NASHE (e)



Sr. Patricio Sake
PRESIDENTE DE LA NAE (e)

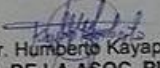
Sr. Rómulo Akachu
VICEPRESIDENTE DE LA CONAIE

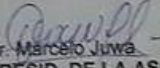

Sr. Hugo Molina
REPRESENTANTE-PUEBLO MESTIZO DE TAISHA

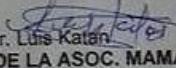

Prof. Edwin Juank
PRESID. DE LA ASOC. TAISH

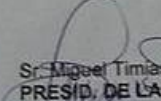

Sr. Nari Wajai
PRESID. DE LA ASOC. NASE

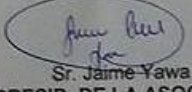

Sr. Sandro Chiamach
PRESIDENTE DE LA ASOC. NANKI



Sr. Humberto Kayap
PRESID. DE LA ASOC. PIMPINTS

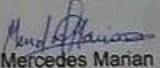

Sr. Marcelo Juwa
PRESID. DE LA ASOC. YAMARAM

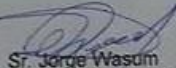

Sr. Luis Katan
PRES. DE LA ASOC. MAMAYAK

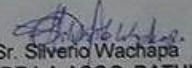

Sr. Miguel Timias
PRESID. DE LA ASOC. TUNTIAN

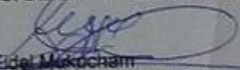

Sr. Jaime Yawa
PRESID. DE LA ASOC. KAIPTACH

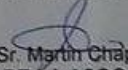

Ldo. Lucas Mashiant
PRESID. DE LA ASOC. JURIJURI


Sra. Mercedes Marian
PRES. DE LA ASOC. PUMPUENTS



Sr. Jorge Wasum
PRES. DE LA ASOC. JUYUKAMENTS

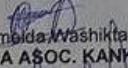

Sr. Silverio Wachapa
PRES. DE LA ASOC. PATUKMAI

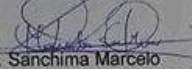

Sr. Fidel Moxocham
PRES. DE LA ASOC. MAWIKNA

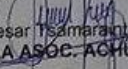

Sr. Martín Chapui
PRES. DE LA ASOC. SAAPAP

COMITÉ INTERFEDERACIONAL DE LAS NACIONALIDADES SHUAR, ACHUAR DE LA NAE,
NASHE, FICSH Y PUEBLO MESTIZO DE MORONA SANTIAGO.
Taisha, 28 de marzo del 2015


Sr. Pascual Najantai
PRES. DE LA ASOC. AMAZONAS


Sra. Imelda Washikta
PRES. DE LA ASOC. KANKAIM


Sr. Sanchima Marcelo
PRES. DE LA ASOC. KUSUTKA


Sr. Cesar Tsamarang
PRES. DE LA ASOC. ACHUNTS

ANEXO 19



Los costos del Enlace Ciudadano*
(20 de abril 2015 - 16 de abril del 2016)

RUBROS Y COSTOS

- 1** Contrato para el servicio de montaje
(20 de abril al 31 de diciembre/2015)
1'123.928
- 2** Contrato complementario para el montaje
(de enero a febrero de 2016).
405.390
- 3** Equipos informáticos para el enlace ciudadano
(contrato firmado el 2 de junio/2015).
45.279
- 4** Servicio de traducción del enlace al idioma quichua
(marzo/2015).
19.972
- 5** Servicio de producción y elaboración de material de difusión (arte, diseño y propuesta gráfica) para informar del enlace ciudadano (septiembre de 2015).
16.912

- 6** Servicio de montaje del enlace ciudadano
(contrato por \$ 1'612.285 para 52 enlaces, desde el 29 de febrero, a un costo de \$ 31 mil por cadena). Hasta el 16 de abril se hicieron 7 enlaces.
217.000
- 7** Contratación de espacios en radios para la transmisión de la traducción simultánea del enlace ciudadano en lenguas ancestrales amazónicas, año 2016.
95.978
- 8** Servicio de internet para la transmisión de la traducción del enlace ciudadano en lenguas ancestrales (junio 2015).
7.683
- 9** Evaluación técnica de las estructuras metalizadas del enlace ciudadano (sept/2015)
9.500

Total:
1'941.642

Otros rubros dispersos:

Viáticos: En el mes de febrero de 2016 se ubicaron en \$ 10.940, mientras que en junio de 2015, mes que incluyó un enlace en el exterior, alcanzaron los \$ 24.800. Estos valores no son absolutos, pues no incluyen a la totalidad de entidades del sector público, sino principalmente a la Secretaría de Comunicación, Presidencia, Vicepresidencia y Ecorae.

Pasajes aéreos: Los traslados aéreos de funcionarios o autoridades que acuden a los enlaces no se muestran desglosados en los registros públicos, pues este rubro se contrata anualmente y comprende todos los traslados no solo los del enlace.

*** Este Diario le consultó al secretario de Comunicación, Patricio Barriga, el costo real del enlace ciudadano, pero entre sus respuestas no constaba esa información.**

Fuente: Servicio de Contratación Pública, SERCOP

Fonte: VIÁTICOS, TRADUCCIÓN y movilización para sabatinas, con recursos públicos. EL UNIVERSO, 13 de nov. de 2016. Disponible em: <http://www.eluniverso.com/noticias/2016/11/13/nota/5900065/viaticos-traduccion-movilizacion-enlace-recursos-publicos>. Acceso em: 13 de nov. de 2016.

ANEXO 20

ANEXO FOTOGRÁFICO – FESTAS DE ACIA/ ARAJUNO 2015 e 2016

Mulher servindo chicha (2016)



Moradores de Arajuno participam do *Wayusa Upina* (2015)



Chicha e Wayusa são servidos durante *Wayusa Upina*



Moradora de Arajuno tomando chicha.



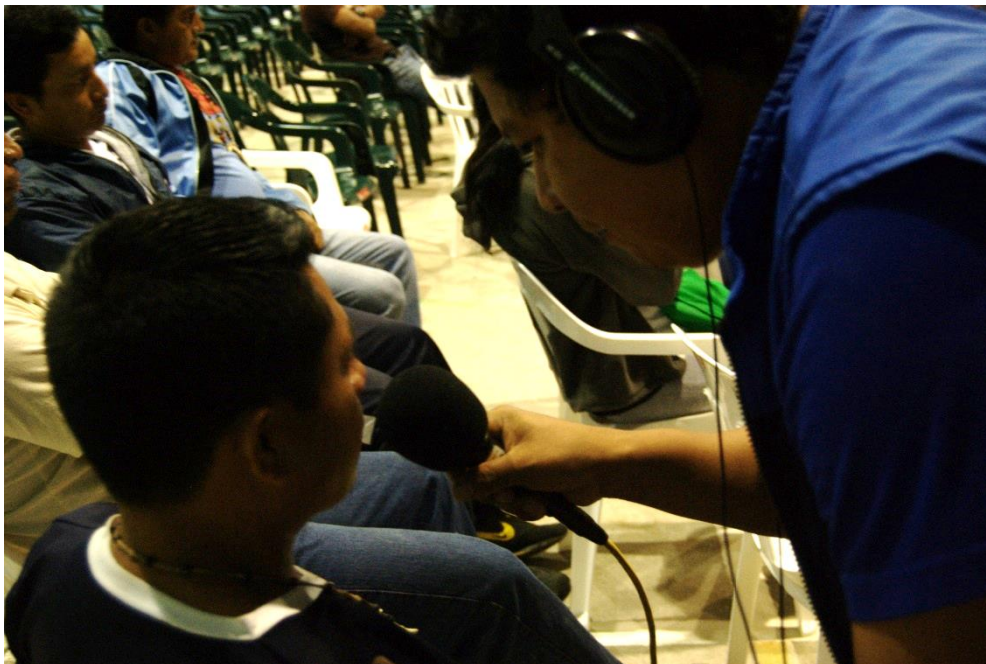


Mulheres de comunidades de Arajuno em *minga* preparam almoço e descascam mandioca para fazer chicha (bebida fermentada) – maio de 2016, 37 anos de ACIA.



Professora de Arajuno mostra mãos com wituk, utilizado para pinturas sobre o rosto (2016, Festa de 37 anos de ACIA).

Transmissão ao vivo de ‘eventos’ através da Rádio Jatari Kichwa



Froilan Tanguila – ex locutor e diretor da rádio entrevista participante durante *Wayusa Upina* com comunidade de Arajuno (maio de 2015).



Locutor acompanha transmissão de Festa de ACIA pela rádio Jatari Kichwa (maio de 2016, 37 anos de ACIA.)

Registros fotográficos realizados pela autora